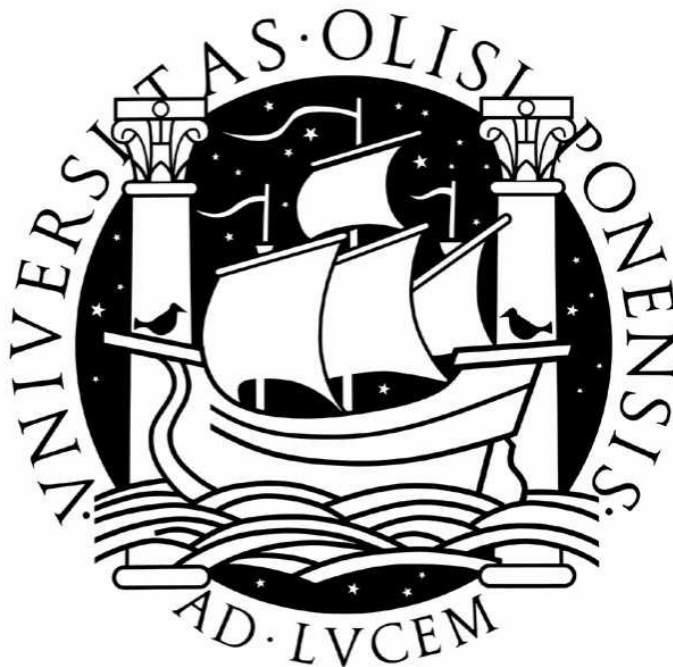


Universidade de Lisboa

Instituto de Ciências Sociais



Efervescência Estudantil

Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)

Guya Accornero

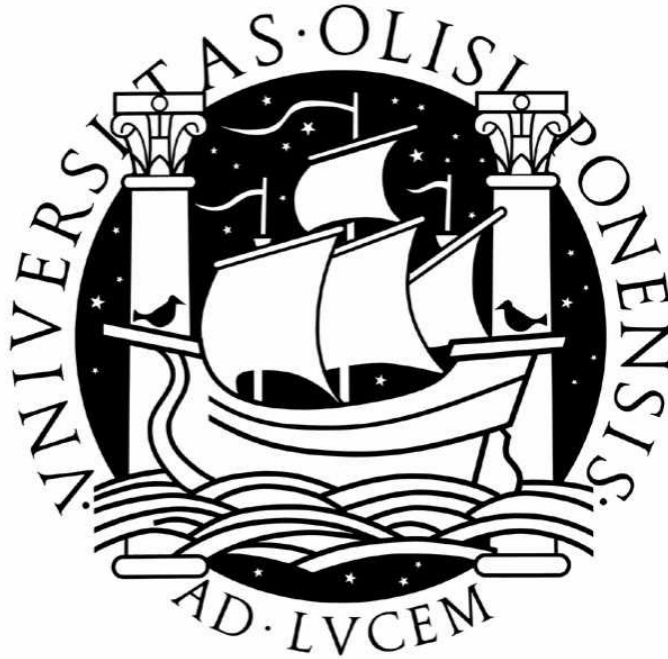
Doutoramento em Ciências Sociais

Especialidade de Sociologia Histórica

2009

Universidade de Lisboa

Instituto de Ciências Sociais



Efervescência Estudantil

Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)

Guya Accornero

Doutoramento em Ciências Sociais

Especialidade de Sociologia Histórica

Tese orientada pelo Prof. Doutor Manuel Villaverde Cabral

2009

Tese financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), fundos nacionais do
Ministério da Ciência Tecnologia e o Ensino Superior (MCTES),
Referência SFRH/BD/23008/2005

*Ao meu avô, Mario Cantele e a todos aqueles
que, como ele, lutaram para abrir espaços de democracia.*

Resumo

O movimento estudantil, um dos mais activos contra o Estado Novo nas suas últimas décadas, intensificou-se a partir de 1956, quando os estudantes conseguiram bloquear a tentativa do Governo de pôr as associações académicas sob o seu controlo. Isso coincidiu com uma conjuntura internacional que provocou profundas consequências na política contenciosa. O XXº Congresso do PCUS, com as consequentes crises nos países satélites da União Soviética e com a eclosão do conflito com a China, e o *Civil Rights Movements* nos Estados Unidos, foram os elementos mais salientes. A nível interno, os seus efeitos foram amplificados pela campanha eleitoral do General Humberto Delgado em 1958 e pelo início da guerra colonial em 1961. Estes factores contribuíram para a emergência em Portugal de um amplo ciclo de protesto, que concorreu para a politização do sector estudantil e na sua fase final, caracterizada por uma forte repressão, para a radicalização da oposição política, com o aparecimento das primeiras formações maoístas. Em 1967 inicia-se um segundo ciclo de protesto, cuja trajectória difusa motiva a definição de “conflitualidade permanente”, impulsionado pela “descompressão política” iniciada por Marcelo Caetano em 1968 e pela contestação estudantil que, sobretudo com o “Maio de ‘68”, estava a eclodir em toda Europa. As últimas fases da luta contra o regime foi dominada pelo *issue* da guerra colonial e por um forte movimento de resistência à incorporação militar. A mobilização e politização estudantil, por seu lado, estendeu-se através um mecanismo de difusão a variados sectores sociais, como o das Forças Armadas, e contribuiu para criar as condições para a mobilização que caracterizou a primeira fase da transição portuguesa, aberta pela Revolução de 25 de Abril 1974. Este ciclo de protesto confluirá portanto no chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC), começando a refluir só depois das eleições de 25 de Abril 1975.

Palavras Chave

Acção contenciosa, estudantes, Estado Novo, Estrutura das Oportunidades Políticas, guerra colonial, revolução de 25 de Abril

Abstract

Students' opposition was one of the most active facing the New State in the last two decades of its survival, mainly from 1956, when students succeeded in blocking the government's attempt to put academic associations under its control. This event happened to coincide with an international critical situation having a profound impact on contentious politics. The XX Congress of the CPSU – with the ensuing crisis of the Soviet Union's satellite countries and the outbreak conflict with China – and the Civil Rights Movements in the United States, were important elements of this juncture. In Portugal, these conditions were amplified by the presidential election campaign of 1958 along with the beginning of the colonial war in 1961. This contributed to the emergence of a cycle of protest, which runs for the politicization and the formation of students' repertoires of contention. In its final phase, this cycle was characterized by a strong repression and by the first signs of radicalization, with the emergence of the first Maoist groups. Since 1967, a second cycle of protest began, whose diffuse trajectory justifies the definition of "permanent conflict." This second cycle was stressed by a period of "decompression policy" initiated by Marcelo Caetano in 1968 and felt the effects of European Student's contention. The latest phases of the struggle against the regime were dominated by the colonial war issue and by a strong movement of draft resistance. Moreover, the students' mobilization and politicization kept spreading, by a mechanism of diffusion, through various social sectors, such as the Armed Forces. This contributed in creating the conditions for the mobilization characterizing the first phase of Portuguese transition to democracy, opened by the 25 April 1974 Revolution. Thus, the cycle of protest merged into the so-called *Processo Revolucionário Em Curso* (PREC), lasting again only from November 1975.

Key-words

Contentious Politics, Students, New State, Political Opportunity Structure, Colonial War, Portuguese Revolution.

Agradecimentos

Durante o desenvolvimento deste trabalho de investigação foi fundamental a ajuda e o apoio de muitas pessoas, que tive a sorte de ter ao meu lado e às quais vão os meus agradecimentos mais sinceros. Antes de mais, quero agradecer de forma especial o meu orientador, o Professor Manuel Villaverde Cabral, que sempre conseguiu transmitir-me confiança e entusiasmo, também nos momentos mais complicados e cuja experiência, de vida e de investigação, foi o estímulo mais importante. Também quero agradecer toda a “família” do Instituto de Ciências Sociais e sobretudo o Gabinete de Estudos Pós-Graduados e a D.ra Maria Goretti Matias, a qual nunca poupou as suas energias e a sua humanidade em dar-me apoio, material e afectivo, em qualquer momento eu precisasse. Um agradecimento especial vai a Victor Pereira e a Diego Palácios Cerezales, que leram a tese de cima a fundo e cuja voz espero ter conseguido incluir nestas páginas. Também quero lembrar os amigos que partilharam os entusiasmos e as dificuldades desta experiência, pela qual eles já passaram antes de mim, como Riccardo Marchi, Marzia Grassi e Paulo Jorge Fernandes. A Elsa, Susana e Laetitia vai a minha gratidão pela sua capacidade motivadora, mas sobretudo pela sua impagável ironia.

Finalmente, o meu agradecimento maior vai a Goffredo, que sempre esteve ao meu lado.

Siglas utilizadas

AAC Associação Académica de Coimbra
AC Acção Católica
ACS Archivio Centrale dello Stato
AEESBAP Associação de Estudantes da Escola Superior de Belas Artes do Porto
AEFLL Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa
AEFML Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa
AEISCEF Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
AEIST Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico
AHM Arquivo Histórico Militar
AHS-ICS/UL Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
ANSA Associação Nacional Socialista Académica
ARA Acção Revolucionária Armada
ASP Acção Socialista Portuguesa
BNP Biblioteca Nacional de Portugal
BNCR Biblioteca Nazionale Centrale di Roma
BR Brigadas Revolucionárias
BR Brigade Rosse
CA Comissão Associativa
CADC Centro Académico de Democracia Cristã
CAEP Comissões de Apoio aos Estudantes Presos
CEACS Centro de Estudos Avanzados en Ciencias Sociales
CARPML Comité de Apoio à Reorganização do Partido Marxista Leninista
CCCP Círculo de Cultura Católica do Porto
CCRML Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas
CDE Comissão Democrática Eleitoral
CDEC Comissão Democrática dos Estudantes de Coimbra
CDEL Comissão dos Estudantes Democráticos de Lisboa
CEUD Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CGIL Confederazione Generale Italiana del Lavoro p 179
CGT Confédération Générale du Travail
CGTP-IN Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses- Intersindical
CIA Central Intelligence Agency
CIA Comissão Inter Associações
CITAC Círculo de Iniciação Teatral e Académica de Coimbra
CLAC Comités de Luta Anti Colonial
CLCR Comité de Luta Contra a Repressão
CML de P Comité Marxista Leninista de Portugal
CMLP Comité Marxista Leninista Português
CNSPP Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos
COPCON Comando Operacional do Continente

CPRAAC Comissão Pró Reabertura da Associação Académica de Coimbra
CR Conselho das Repúblicas
CRAEEC Comités Revolucionários Anti-Eleitoralistas dos Estudantes de Coimbra
CREC Comité Revolucionário dos Estudantes Comunistas
CRS Compagnies Républicaines de Sécurité
CSAIIP Comissão de Sebentas dos Alunos do Instituto Industrial do Porto
CSM Circunscrições de Serviço Militar
CUPAR Comité de Unidade Progressista e Acção Revolucionária
DC Democrazia Cristiana
DG Direcção Geral
DGAAC Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra
DGS Direcção Geral de Segurança
DN Diário de Noticias
DRIL Directório Revolucionário Ibérico de Libertação
EDE Esquerda Democrática Estudantil
EOP Estrutura das Oportunidades Políticas
FAP Frente de Acção Popular
FCL Faculdade de Ciências de Lisboa
FEML Federação dos Estudantes Marxistas Leninistas
FEUP Faculdade de Engenharia da Universidade de Porto
FJCP Federação Juvenil Comunista Portuguesa
FMJD Federação Mundial da Juventude Democrática
FNAT Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho
FNET Fédération Nationale des Étudiants du Technique
FPLN Frente Patriótica de Libertação Nacional
FRELIMO Frente de Libertação de Moçambique
GNR Guarda Nacional Republicana
GSR Grupo Socialista Revolucionário
IAN/TT: Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo
IES Instituto de Estudos Sociais
IIL Instituto Industrial de Lisboa
IIP Instituto Industrial do Porto
IUSSS Istituto Universitario Superiore di Scienze Sociali
ISCTE Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
ISLA Instituto Superior de Línguas e Administração
IST Instituto Superior Técnico
LP Legião Portuguesa
IUSY International Union of Socialist Youth
JCP Juventude Comunista Portuguesa
JOC Juventude Operária Católica
JRP Junta Revolucionária Portuguesa

Efervescência Estudantil

JSN Junta de Salvação Nacional
JUC Juventude Universitária Católica
LUAR Liga de União e Acção Revolucionária
LUC Liga Universitária Católica
MAC Movimento de Apoio a Coimbra
MAI Ministério da Administração Interna
MAR Movimento de Acção Revolucionária
MD Movimento Democrático
MDE Movimento Democrático Estudantil
MEN Ministério da Educação Nacional
MFA Movimento das Forças Armadas
MIA Montgomery Improvement Association
MND Movimento Nacional Democrático
MPAC Movimento Popular Anti-Colonial
MPLA Movimento Popular de Libertação da Angola
MRPP Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MSI Movimento Sociale Italiano
MUD Movimento de Unidade Democrática
MUDJ Movimento de Unidade Democrática Juvenil
OCMLP Organização Comunista Marxista-leninista Portuguesa
OIT Organização Internacional do Trabalho
OLEC Organização de Lisboa dos Estudantes Comunistas
ONU Organização das Nações Unidas
OTEC Oficina de Teatro dos Estudantes de Coimbra
PAIGC Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCC Partido Comunista da China
PCF Parti Communiste Français
PCI Partito Comunista Italiano
PCP Partido Comunista Português
PCP-ML Partido Comunista de Portugal Marxista-leninista

PCUS Partido Comunista da União Soviética
PIDE Polícia Internacional de Defesa do Estado
PJ Polícia Judiciária
PPD Partido Popular Democrático
PREC Processo Revolucionário em Curso
PRP Partido Revolucionário do Proletariado
PS Partido Socialista
PSP Polícia de Segurança Pública
PVDE Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
RIA Reuniões Inter Associações
RPAC Resistência Popular Anti-Colonial
RTP Rádio Televisão Portuguesa
SNI Serviço Nacional de Informações
SUV'S Soldados Unidos Vencerão
TAP Transportes Aéreos Portugueses
TEUC Teatro dos Estudantes Universitário de Coimbra
TULPS Testo Unico di Pubblica Sicurezza
UAPF União dos Antifascistas Portugueses em França
UC Universidade de Coimbra
UCRPML União Comunista para a Reconstrução do Partido Marxista Leninista
UEC União dos Estudantes Comunistas
UEC-ML União dos Estudantes Comunistas Marxistas Leninistas
UGIC Union Générale des Ingénieurs et Cadres
UIE União Internacional de Estudantes
UJP da União da Juventude Portuguesa
UL Universidade de Lisboa
UN União Nacional
UNEF Union Nationale des Etudiants de France
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
UPA União dos Povos de Angola
UPNA União das Populações do Norte de Angola
UR-ML União Revolucionária Marxista-Leninista
WFDY World Federation of Democratic Youth

Índice

Introdução	1
“Efervescência Estudantil”: o objecto e as hipóteses	1
Porquê os estudantes? Porquê Portugal?	4
Questões teóricas e análise empírica	6
Estruturas de oportunidades políticas e violência.....	13
Recursos, Desempenhos e Repertórios.....	18
I DOIS DECÉNIOS QUE ABALARAM O MUNDO: 1956-1974.....	23
Velhas estruturas e novos conflitos	23
De Krutchev à nova esquerda.....	23
O pai de todos os movimentos: o <i>Civil Rights Movement</i>	27
“Perseguições racistas no Estado de Alabama”: o <i>Civil Rights Movement</i> na imprensa salazarista	31
Os “longos anos Sessenta”	32
Política em movimento: estudantes contra a autoridade.....	32
O mundo soviético e a China	34
O mundo ocidental e o Maio de ‘68	37
O caso italiano e o “Outono quente”	39
“Autoridade” ou “autoritarismo”?	41
Redes e repertórios estudantis sob o Estado Novo.....	45
O Associativismo Estudantil	45
O Movimento de Unidade Democrática Juvenil	50
As organizações católicas	52
O movimento cineclubista	53
O plano do PCP para as universidades	56
II O PRIMEIRO CICLO DE PROTESTO: 1956-1966.....	61
Uma quebra no sistema salazarista.....	61
O ataque do Governo à autonomia das Associações Estudantis	61
O ano de 1956 na Península Ibérica	63
O abalo da estrutura das oportunidades políticas	66
A guerra colonial	69
A crise académica de 1962	72
Processo político e mobilização	72
O pico do protesto	78
Inovações e recursos do movimento de ‘62.....	81
O fim do ciclo.....	82
Repressão e desmobilização.....	82
“O espírito corporativo dentro das Associações Académicas”	89
Sobreviver à desmobilização	91
A pulverização do universo contestatário	93
III UMA NOVA “CONJUNTURA CRÍTICA” E A ABERTURA DE UM SEGUNDO CICLO DE PROTESTO	97
O Marcelismo.....	97
A “evolução na continuidade”	97
A “primavera” nas instituições.....	100
Veiga Simão Ministro da Educação Nacional	101
Recursos e repertórios de mobilização	103
O voluntariado social como ameaça política: o caso das cheias de 1967	103

Efervescência Estudantil

“Os estudantes do IST decretam a revolução sexual”	111
A mobilização de Coimbra	113
A “crise académica” de Coimbra	120
A abertura da estrutura das oportunidades políticas	124
Actividade contenciosa convencional e transgressora	126
A fase descendente da crise coimbrã	126
<i>Protest policing</i> e divisão das elites	130
A abertura selectiva das instituições	134
Tentativas de pacificação e rebentos de politização	137
Lisboa e Coimbra entre velha e nova esquerda	141
A via coimbrã: uma difícil síntese entre legalistas e revolucionários	146
“A Associação é o teu sindicato: inscreve-te!”	146
“Queimar a Queima”	153
Coimbra e o maoísmo	159
Difusão vertical	165
IV CICLO DE PROTESTO OU CONFLITUALIDADE PERMANENTE?	168
Os novos objectivos do movimento estudantil	168
Algumas dinâmicas internacionais	168
Os estudantes e a mudança sócio-política	171
Os estudantes e a luta de classes	177
“Manifestações de massa e guerrilha urbana”	180
Os estudantes entre mobilização eleitoral e desilusão	182
A Universidade de Lisboa: “autêntica caldeira de revolucionários”	185
Recursos e repertórios na alvorada dos anos Setenta	185
A Faculdade de Direito	192
Mobilizar contra a guerra	197
As ondas longas da contestação: um olhar para o Porto e as províncias	199
O “68” no Porto	199
“Agentes de subversão” e minorias indiferentes	201
Católicos e nova esquerda à beira do Douro	204
Actividades estudantis na província	206
O social é político	207
V O FIM DO ESTADO NOVO	211
Mecanismos e processos nas fases finais do regime	211
A pluralização das forças políticas	211
A radicalização do conflito estudantil	216
O aumento da repressão	226
A competição entre os grupos da nova esquerda	228
Os estudantes e a revolução	232
Violência defensiva e violência revolucionária	232
Trajectórias da extrema-esquerda portuguesa	235
O marxismo-leninismo entre os estudantes	243
Antigo regime e revolução	249
CONCLUSÕES	258
As heranças do movimento	258
Uma efervescência racional	260
BIBLIOGRAFIA	267
FONTES	277
ANEXOS	279
Anexo 1. Análise estatística dos ciclos de protesto e da repressão contra estudantes	280

Efervescência Estudantil

<i>Episódios e ciclos de protesto</i>	280
<i>Gestão e controlo do conflito social</i>	286
<i>Presos e prisões políticas</i>	290
<i>Dos crimes e das penas</i>	303
Anexo 2. Estudantes presos entre 1956 e 1974	309
Anexo 3. História prisional de José Bernardino	323
Anexo 4. História prisional de Luís Saldanha Sanches	323
Anexo 5. História prisional de Fernando Rosas	323
Anexo 6. Estudantes expulsos depois da crise de 1962	324
Anexo 7. Estudantes julgados no processo sumário de 11 de Agosto de 1965	325
Anexo 8. Estudantes mais activos na crise académica de Coimbra de 1969	325
Anexo 9. Estudantes entregue à PJ em sequência da crise de Coimbra de 1969	326
Anexo 10. Adesão à greve académica na Universidade de Coimbra em Junho 1969	326
Anexo 11. Adesão à greve académica na Universidade de Coimbra em Junho 1969, segunda fase.	326
Anexo 12. Estudantes presos a 14 de Outubro 1972	327
Anexo 13. Estudantes mais activos na mobilização depois da morte de Ribeiro dos Santos	327
Anexo 14. Estudantes a descontar penas cumpridas na prisão de Peniche em Janeiro de 1973	328
Anexo 15. Elementos do grupo “O Comunista” julgados em Fevereiro de 1973	328
Anexo 16. Tendências políticas do corpo docente da FDUC em 1973	328
Anexo 17. Estudantes do grupo “Ousar lutar ousar vencer” presos em Março 1974.	329
Anexo 18. Estudantes detidos pela greve na cantina universitária de 25 de Março 1974.	330
Anexo 19. Cronologia sintética dos principais episódios referidos ou relacionados com o estudo	330

Índice dos gráficos

Gráfico 1. Episódios de protesto em percentagem entre 1956 e 1974 (todos os actores e só estudantes)	281
Gráfico 2. Episódios de protesto em percentagem por mês	282
Gráfico 3. Ideologia dos episódios de protesto em percentagem por ano	284
Gráfico 4. Local dos episódios de protesto em percentagem por ano	286
Gráfico 5. Autoridade que enviou a informação (1956)	287
Gráfico 6. Autoridade que enviou a informação (1958)	287
Gráfico 7. Autoridade que enviou a informação (1962)	288
Gráfico 8. Autoridade que enviou a informação (1956-1974)	288
Gráfico 9. Prisões efectuadas pela PIDE/DGS entre 1934-1974 (todos os presos)	291
Gráfico 10. Prisões efectuadas pela PIDE DGS, todos os presos (1934-1974) e só estudantes (1956-1974)	292
Gráfico 11. Prisões efectuadas pela PIDE/DGS entre 1956-1974: outras categorias e estudantes	293
Gráfico 12. Prisões efectuadas pela PIDE/DGS entre 1956 e 1974 (só estudante)	293
Gráfico 13. Género de estudantes presos por ano em percentagem	294
Gráfico 14. Género dos estudantes presos por faixa de idade	295
Gráfico 15. Género dos estudantes presos por tempo de detenção efectiva (percentagem) ...	298

Gráfico 16. Transferência de prisão por tempo de detenção.....	307
Gráfico 17. Prisão de destino nos casos de transferência prisional.....	308

Índice das Tabelas

Tabela 1. Actores do protesto em percentagem por ano.....	283
Tabela 2. Ideologia dos episódios de protesto em percentagem por ano.....	284
Tabela 3. Lugar dos episódios de protesto em percentagem por ano.....	285
Tabela 4. Autoridade que enviou a informação de eventos de protesto para o MAI.....	286
Tabela 5. Faixa de idade dos estudantes presos por ano.....	296
Tabela 6. Naturalidade dos estudantes presos por ano.....	297
Tabela 7. “Cor” dos estudantes presos por ano.....	298
Tabela 8. Idade dos estudantes presos por tempo de detenção.....	299
Tabela 9. “Cor” dos estudantes que sofreram baixas em hospitais psiquiátricos.....	299
Tabela 10. Género dos estudantes presos por duração da pena atribuída em caso de processo	299
Tabela 11. “Cor” dos estudantes presos por tempo de detenção efectiva.....	300
Tabela 12. “Cor” dos estudantes presos por duração da pena atribuída em caso de processo	300
Tabela 13. Naturalidade dos estudantes presos por duração da pena atribuída em caso de processo.....	301
Tabela 14. Autoridade que procedeu à captura de estudantes.....	302
Tabela 15. Autoridade que procedeu à captura de estudantes por local.....	302
Tabela 16. Local da captura de estudantes por ano.....	303
Tabela 17. Tempo de detenção efectiva dos estudantes presos que foram processados e absolvidos.....	304
Tabela 18. Estudantes presos processados por ano.....	304
Tabela 19. Tempo de prisão efectiva dos estudantes presos que não foram processados.....	305
Tabela 20. Tempo de detenção efectiva: proporção entre estudantes presos processados e estudantes presos não processados.....	305
Tabela 21. Tempo médio de detenção de estudantes (em meses) antes do processo.....	305
Tabela 22. Duração da pena de detenção (em faixa de meses).....	306
Tabela 23. Instituição onde começa a prisão por ano.....	307

Introdução

“Efervescência Estudantil”: o objecto e as hipóteses

Ao definir a agitação crescente nos estabelecimentos de ensino, sobretudo a partir da segunda metade dos anos Sessenta, a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), polícia política do Estado Novo salazarista, começou a utilizar a emblemática expressão de “efervescência estudantil”. Muito provavelmente de forma inconsciente, esta instituição, virada para o controlo do conflito social e político no Portugal salazarista, aplicava apropriadamente o conceito de “efervescência colectiva”, elaborado por Durkheim quase um século antes. Com este conceito, o sociólogo francês indicava momentos particulares em que, da colectividade, emergiam novos ideais e novas visões do mundo que contribuíam para a mudança social, “momentos mágicos” em que os indivíduos se transcendem a si próprios e prefiguram uma nova ordem colectiva.

É importante sublinhar que estes momentos, na maioria dos casos, infringem as normas vigentes e agem no domínio da ilegalidade e, muitas vezes, da criminalidade. Todavia, o próprio Durkheim salienta que o crime pode contribuir para o desenvolvimento social, delineando os valores sociais do futuro. Assim como sustenta, ironicamente, o sociólogo italiano Dário Melossi, “alguns delinquentes políticos de hoje podem tornar-se nas autoridades oficiais do futuro” (Melossi, 1990). Normalmente, a aquisição de novos direitos ou o processo de abolição de normas discriminatórias seguem este percurso de ilegal a legal. Isto parece ainda mais verdadeiro se, como no caso português, falarmos de crimes – e sobretudo crimes políticos – em regimes autoritários. É suficiente pensar em quantas actividades se tornaram legítimas com a democratização e, para seguir Melossi, quantos homens políticos do Portugal democrático estiveram presos ou, pelo menos, tiveram um processo aberto pela PIDE durante o Estado Novo.

Neste sentido, os movimentos sociais que emergem nos momentos de efervescência colectiva contribuem não só para a mudança social, mas também para a mudança política e institucional: comportamentos sociais ou acções políticas ilegais impõem assim a sua legitimação e contribuem para criar novos equilíbrios. Sob este ponto de vista, parece interessante que a PIDE identifique na “efervescência estudantil” um risco particularmente relevante para o destino do Estado Novo. A polícia salazarista, de facto, reconheceu justamente nesta agitação a formação de novas visões do mundo e a potencialidade de abrir novos espaços de legitimidade, impor novos comportamentos, novas formas de agregação que teriam comprometido a estabilidade do regime.

Efervescência Estudantil

Esta consciência esteve na base, sobretudo a partir da segunda metade dos anos Sessenta, do enorme esforço de vigilância, constante e omnipresente, sobre todas as actividades desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino ou ligadas aos estudantes. Pormenorizados relatórios redigidos por informadores ou agentes (da PIDE ou de outras polícias) chegam com frequência diária, no caso de Lisboa, ou semanal, no caso do Porto e Coimbra, à Direcção Geral da PIDE de Lisboa. Enfim, a partir dos anos Setenta, o activismo estudantil tornou-se na ameaça mais preocupante para o regime, como demonstra o facto de, em 1973, serem estudantes mais de que um terço de todos os presos políticos.¹ Isso significa que os estudantes representaram, no final do regime, a categoria social mais atingida pela repressão, um dado ainda mais significativo se pensarmos que se tratava, na sociedade portuguesa, de um meio bastante reduzido.

Era a própria mobilização de recursos e instauração de redes autónomas, características do activismo estudantil, a colidir com as estruturas salazaristas e isso explicaria por que razão o regime reprimia ou controlava de forma tão sistemática a maioria das actividades de convívio estudantil, mesmo as não políticas. Por outro lado, aos olhos de agentes habituados a lidar com formas de oposição muito mais estruturadas, a “efervescência estudantil”, como a própria definição sublinha, parece desde logo escapar a categorias e interpretações demasiado rígidas. A PIDE reflectirá estas dificuldades até ao fim, tentando reconduzir as várias agitações estudantis a ideologias, formações ou organizações definidas.

Na verdade, como veremos, ideologias, formações e organizações iam mudando, sobretudo a partir do fim dos anos Sessenta, de um dia para o outro, sendo talvez esta mesma “mutabilidade” o elemento mais saliente do activismo estudantil. Em parte, isso pode ser lido como um questionamento radical, à luz do anti-autoritarismo e de uma procura básica de autonomia, em relação à ortodoxia comunista, ainda que em alguns casos o resultado fosse a criação de organizações mais autoritárias e fechadas do que o próprio partido comunista. Em todo caso, não foi apenas o regime a ser investido por esta vaga de efervescência, enquanto encarnação máxima do autoritarismo, mas também as organizações históricas da esquerda. Este processo modificou – e não só em Portugal – a dimensão política em todos os seus aspectos, desde os partidos, que se tornaram cada vez menos estruturados, até às formas e aos conteúdos da política conflitual.

Ao lado das reivindicações económicas, que tinham caracterizado o conflito social e político até então, começaram a emergir novas temáticas – como aquelas de género – que foram em parte impulsionadas – e em parte impulsionaram – mesmo pelo surgimento do movimento estudantil. As dificuldades da PIDE em lidar com o conflito estudantil, ainda que reconhecesse nele

¹ V. anexo 1

elementos subversivos no mais estrito sentido da palavra eram, portanto, bastante justificadas, se tivermos em conta que entre os próprios cientistas sociais estava a se aproximar um debate aceso para entender os novos tempos, do qual sairão novos conceitos como “pós-materialismo” ou “novos movimentos sociais”.

À luz destas considerações, podemos avançar algumas ideias que estão na base do estudo, com o qual pretendemos analisar a emergência, desenvolvimento e trajectória da contestação estudantil portuguesa, sobretudo entre 1956 e 1974, com uma breve incursão em 1975, quando o movimento estudantil confluiu nos movimentos surgidos depois da revolução. Particular atenção será dedicada a aprofundar o papel dos movimentos estudantis na “abertura de espaços de democracia” sob o Estado Novo, o que foi uma experiência fundamental para o sucessivo processo de democratização. Uma das hipóteses que estará subjacente ao trabalho inteiro é, com efeito, que o movimento estudantil português contribuiu para criar uma área de participação e experimentação de ligações sociais que, até mais do que os próprios conteúdos das reivindicações, se colocavam, na sua horizontalidade, em claro contraste com a dimensão vertical que o Estado Novo pretendia imprimir na sociedade civil. Ao mesmo tempo, aquelas mesmas formas de participação e agregação criaram os pressupostos para o período revolucionário.

A este propósito, significativo parece ser o momento de grande activismo que acompanhou as cheias de Lisboa de 1967, quando centenas de estudantes universitários se organizaram de forma autónoma para ajudar a população atingida. Foi sobretudo a autonomia desta iniciativa, que em si não podia ser considerada “subversiva”, a provocar a dura reacção do Estado: o empenho social podia ter, como teve, importantes implicações políticas que, justamente, o aparelho de controlo do regime logo percebeu. Portanto, o elemento estruturante da tese será a análise dos processos através dos quais o movimento estudantil foi criando formas de mobilização, agregação e dinamização que veicularam uma experiência de participação, social antes que política, indelével para os que chegariam a ser as elites do novo regime.

Paralelamente, será tida em conta a dimensão comparativa, sobretudo com o caso italiano. A maior atenção ao caso italiano é justificada não apenas pela nacionalidade da autora, mas também pelas próprias especificidades que a Itália coeva apresenta, sobretudo no que diz respeito à relação entre sociedade civil e Estado, caracterizada por fortes continuidades autoritárias. Neste sentido, Leonardo Morlino salienta que tais continuidades funcionaram como “silenciadores do protesto e da participação”, contribuindo para uma violência estrutural que pesou de forma considerável na política e na sociedade italiana. Morlino sublinha ainda que as permanências autoritárias podem afectar um regime democrático, levando o Estado a privilegiar, na sua relação com a sociedade civil, a estabilidade e a ordem mais do que o debate e a crítica (Morlino, 2003: 258).

Todavia, como observa José Maria Maravall (1981) a propósito da Espanha pós-franquista, para a conservação desta situação não contribui apenas o Estado, mas também os próprios cidadãos, que, habituados a serem vítimas mais do que protagonistas da política, se afastam da vida pública. Assim, no caso italiano, encontramos ambos os elementos: uma certa “apatia política” por parte da maioria dos cidadãos e um tipo de participação que, muitas vezes por causa da própria repressão estatal, adquire com frequência características de confrontação violenta. Tendo presente que a existência de elementos autoritários em regimes democráticos pode não ser sempre consequência de heranças do passado, podemos igualmente considerar autoritarismo e democracia como dois idealtipos que se concretizam na realidade numa multiplicidade de casos específicos. Esta posição foi defendida por vários autores nos últimos anos, como por exemplo Charles Tilly, o qual sublinha que: “Como a capacidade governamental, também a democracia é uma questão de grau” (Tilly, 2003: 43). Em todo o caso, um dos elementos chave para determinar o grau de democracia ou autoritarismo de um regime é a própria relação entre Estado e sociedade civil. Seguindo esta consideração, achamos que uma comparação que procure averiguar o variar dos repertórios, estratégias, êxitos ou derrotas do movimento estudantil, tendo em conta o tipo de regime vigente, poderá talvez iluminar alguns lados desta “multifacetada” relação.

Porquê os estudantes? Porquê Portugal?

A razão na base do desenvolvimento desta tese é sobretudo, como talvez no caso da maioria das teses, uma motivação pessoal, a qual depois se transformou em interesse científico. É sempre difícil falar das motivações pessoais sem correr o risco de cair na retórica, mas talvez valha a pena correr o risco, pois ainda mais difícil seria explicar o meu interesse científico no assunto estudado sem individuar as suas raízes. Estas raízes têm a ver com os episódios recentes, aos quais assisti pessoalmente, que aconteceram em Génova em 2001, durante a reunião do G8 que se tornou famosa pelas violências de um grupo de manifestantes e sobretudo policiais, que a acompanharam. Apesar desta situação, que provocou centenas de feridos também graves e um morto entre os manifestantes, a reunião do G8 concluiu os seus trabalhos. Por outro lado, aquele que tinha sido definido “o movimento dos movimentos” pareceu entrar numa fase de refluxo, sem conseguir ultrapassar, pelo menos em Itália, o estigma social de ser um movimento intrinsecamente violento e perigoso. A situação em Génova, durante aqueles dias, era de verdadeira guerrilha urbana, mas mais de que isso, o que surpreendia era o facto de as cargas da polícia, e em muitos casos as prisões, atingirem não tanto os “desordeiros”, mas sim a massa da

manifestação pacífica, cuja composição social não podia deixar dúvidas a respeito da sua inocuidade: famílias, escuteiros, fotógrafos, jornalistas, sindicatos católicos, movimentos religiosos, etc. Assim, naquela manifestação estavam reunidas todas as tipologias sociais que podem reentrar na definição de “classe média”, com muitos cidadãos que manifestavam pela primeira vez e que muito provavelmente nunca mais voltaram a fazê-lo.

Para quem, como eu, não viveu os conflitos dos anos Sessenta e Setenta, aquela situação determinou um verdadeiro “choque”. Como era possível que num Estado democrático acontecessem episódios daquele tipo? Porque razão as reivindicações do movimento, afinal moderadas, suscitavam tais reacções? E sobretudo, quais possibilidades tinha este movimento, e em geral os movimentos sociais, de influenciar a política e as decisões institucionais? Aqueles episódios foram seguidos por muitos outros. Pouco tempo depois, o 11 de Setembro contribuiu para acentuar o clima de tensão e impotência que os dias de Génova tinham desencadeado. Por outro lado, as perguntas que esta situação me tinha feito surgir, e que na altura estavam estritamente ligadas às emoções do momento, adquiriam cada vez mais a característica de um interesse teórico para argumentos como: a relação entre movimentos e instituições; a possibilidade para os cidadãos de influenciarem as decisões políticas; a questão da violência *top down* nos regimes democráticos; e a especificidade dos regimes autoritários, etc. Descobri depois que estes argumentos estavam na base de toda a moderna investigação sobre os movimentos sociais e que muitos jovens investigadores italianos, sobretudo sociólogos políticos, tinham começado a dedicar-se a estes estudos na sequência dos episódios de Génova.

Por meu lado, foram sobretudo duas as questões que mais suscitaram a minha atenção. Antes de mais, a questão da violência e a sua especificidade nos diferentes regimes políticos. Génova parecia quebrar aquela confiança na garantia e respeito dos direitos individuais dos cidadãos por parte dos que têm o monopólio do recurso à violência, que é um dos elementos fundamentais dos regimes democráticos. Todavia, com o tempo e o aprofundamento do tema, apercebi-me que se no caso de um regime democrático podia acontecer que estas garantias fossem suspensas por períodos reduzidos, no caso dos regimes autoritários esta é a condição habitual. Por outro lado, havia a questão da possibilidade efectiva que os movimentos têm de influenciar as decisões políticas, ou até o curso da história e o variar destas possibilidades segundo o regime político. De facto, embora o caso do movimento alter-globalização parecesse no imediato não ter atingido nenhum resultado e estar derrotado, existem na história muitos casos de movimentos vencedores e, por outro lado, a possibilidade de os movimentos atingirem objectivos significativos não parece estar ligada ao tipo de sistema político vigente. Aliás, um movimento surgido sob um regime político autoritário pode atingir resultados muito mais radicais de que um movimento surgido

num contexto democrático, como quando consegue a mudança do próprio sistema político. Nenhuma influência sobre as instituições é comparável com um êxito deste tipo.

O movimento estudantil português foi um destes casos. A hipótese na base da tese, que derivou destas questões, é assim que o movimento estudantil português foi o mais forte movimento social activo nos últimos anos do Estado Novo e que a sua acção contribuiu para a queda do regime, à consequente activação do processo de descolonização e a ampla e radical mobilização que caracterizou o primeiro período da transição entre 1974 e 1975. Isso não significa que os estudantes sozinhos derrubaram o regime, acabaram com a guerra colonial e lideraram as mobilizações do chamado PREC. O que se quer demonstrar é, por um lado, que a mobilização e politização estudantil se estendeu, através um processo de difusão que analisaremos, a outros sectores sociais, como aquele fundamental das Forças Armadas; por outro lado, que as temáticas sociais e políticas introduzidas pelos estudantes se tornaram num certo momento hegemónicas na sociedade, determinando uma intolerância crescente para com as instituições autoritárias.

Foi assim com estas motivações que abordei o estudo do conflito entre estudantes e autoridades no Portugal salazarista, procurando responder às questões ligadas por um lado ao uso da violência política no caso específico do Estado Novo, por outro, à influência do movimento estudantil sobre o processo político que levou à revolução de 25 de Abril 1974 e à grande mobilização social e política que caracterizou o primeiro período da transição democrática portuguesa. Como veremos, estas questões específicas inserem-se num contexto teórico analítico mais amplo e estão na base de um debate entre os estudiosos de movimentos sociais, cuja questão essencial remete para a relação e as recíprocas influências entre Estado e sociedade civil. O estudo do caso português, cujas principais especificidades remetem, por um lado, para a natureza autoritária do sistema político e para a guerra colonial e, por outro, para uma das maiores mobilizações sociais e políticas experimentada num país ocidental na segunda metade do século XX, pretende dar assim um contributo para este debate.

Questões teóricas e análise empírica

A análise que se quer levar a cabo não surge do vazio. Embora timidamente, devido sobretudo ao facto de este assunto estar ainda “emocionalmente” muito presente na sociedade portuguesa, o movimento estudantil já começou a constituir um objecto de estudo na base de alguns trabalhos sobretudo de cariz histórico-narrativa. Um dos primeiros estudos que apareceram em Portugal sobre o assunto foi o de Nuno Caiado (Caiado, 1990), o qual, baseando-se em entrevistas e imprensa estudantil, reconstruiu o percurso deste movimento entre 1945 e 1980. Todos os trabalhos que se seguiram remetem de uma forma ou da outra para este primeiro estudo, que

contribuiu para estabelecer os pontos fundamentais da trajectória histórica do movimento, assim como à definição dos momentos salientes, como a crise de 1956, de 1962 e de 1969. Se de facto na memória “social” e pessoal aqueles eventos já eram assumidos, era necessário que esta memória pessoal fizesse um primeiro passo no sentido de se tornar memória histórica. Marta Benamor Duarte, por seu lado, aprofundou em 1997 na sua tese de mestrado a crise académica de 1969, ligando-a à particular situação que se criou com o Marcelismo. Sucessivamente, o assunto do movimento estudantil foi na base de um colóquio realizado em 1998, no 30º aniversário do Maio de '68, pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, cujas actas foram publicadas (Proença, 1999). Nesta colectânea, aprofundaram-se algumas das questões já levantadas por Caiado, mas se procurou também contextualizar o movimento estudantil relativamente à política educativa do Estado Novo, à tradição contestatária académica anterior ao salazarismos e à questão da repressão e censura no regime.

Mais recentemente, Rui Bebiano analisou o movimento estudantil em Coimbra, sobretudo através do recurso à história oral. Em colaboração com Maria Manuela Cruzeiro (Bebiano *et alia*, 2006), recolheu uma série de entrevistas a activistas estudantis daquela cidade que tinham sido protagonistas das diferentes fases do movimento, desde 1962 até aos anos Setenta, evidenciando a sua politização progressiva. Sempre Rui Bebiano foi co-autor com Elísio Estanque (Bebiano *et alia*, 2007) de um estudo em que a actual situação da Universidade de Coimbra, analisada através vários indicadores que evidenciam à escassa participação estudantil, é posta em relação de forma comparativa com o grande activismo do passado. À Universidade de Coimbra é dedicado também o estudo de Miguel Cardina (Cardina, 2008), no qual o autor procura analisar a radicalização do meio estudantil que levou, no princípio dos anos Setenta, à recusa da tradição praxista, que tinha sido até então um dos repertórios da luta dos estudantes.

Todos estes trabalhos foram importantes em tentar conferir ao movimento estudantil, normalmente abordado sobretudo pela literatura memorialística, o estatuto de objecto de estudo científico, embora através do recurso quase exclusivo a fontes quais a imprensa do próprio movimento, as entrevistas dos protagonistas e a mesma literatura memorialística. Por outro lado, como também no caso dos trabalhos que se ocupam de outras oposições políticas ao Estado Novo, como aquela católica estudada por João Miguel Almeida, parece que até agora a análise das mobilizações durante o regime tenha sido desligada da análise do sistema e do processo político. Parece assim existir uma clivagem entre os estudos da resistência por parte da sociedade civil ao regime autoritário e os estudos sobre a forma como o regime tentou “ocupar” a sociedade civil, como emergiu pelas análises sobre o corporativismo, sobretudo de Manuel de Lucena e Philippe Schmitter e sobre a “questão social”, de Maria de Fátima Patriarca. Ter em consideração estes

elementos parece-nos particularmente importante, de acordo com a consideração sugerida por Olivier Fillieule que: “os regimes não-democráticos atraem a atenção sobre a fraqueza de uma definição de estrutura das oportunidades políticas baseada numa clara distinção entre Estado e sociedade civil” (Fillieule, 2005: 209).

Mais atentos à relação entre as dinâmicas de mobilização e o processo político são os estudos que foram realizados sobre o período revolucionário que vai do 25 de Abril 1974 ao Novembro de 1975, sobretudo os de Diego Palácios Cerezales e de Pedro Ramos Pinto. A respeito destes trabalhos, entretanto, parece surgir outra clivagem, no sentido que a vaga excepcional de mobilizações da altura foi por eles considerada como um produto específico da crise do Estado português, sem que esta fosse posta em relação à grande intensidade do conflito que Portugal experimentou nos últimos anos do Estado Novo. A nossa análise tentará demonstrar, de forma empírica que esta vaga e a profunda politização que a sociedade civil manifestou na primeira fase da transição para a democracia vinha de um ciclo de protesto mais longínquo que se tinha intensificado nos últimos anos do regime.

Assim, o que o nosso estudo tentará acrescentar a respeito destas investigações é por um lado a análise da relação entre as especificidades portuguesas, guerra e sistema político autoritário, e o desenvolvimento do processo de mobilização estudantil, por outro a função desta mobilização em criar as condições para o derrube do regime e o processo revolucionário. Além disso, procuraremos analisar o processo através do qual se andou formando uma nova esquerda e a forma como esta convergiu com o movimento estudantil sobretudo a partir dos finais dos anos Sessenta. A emergência de “uma esquerda mais à esquerda do PCP” foi uma das inovações mais determinantes na área da oposição, como de resto em todo o mundo ocidental, desde a primeira metade dos anos Sessenta, provocando a perda por parte do PCP do papel de principal centro dinamizador da dissidência ao regime, sobretudo na área estudantil. Com estes objectivos, o nosso estudo tentará incluir e analisar informações e documentação que parece estar ausente nos trabalhos anteriormente citados. Ao fim de compreender as dinâmicas de formação da nova esquerda e da sua aproximação ao movimento estudantil será sobretudo importante a análise da documentação, quer estudantil quer dos novos grupos, apreendida pela PIDE/DGS, assim como os próprios relatórios desta polícia. Além disso, a própria imprensa da esquerda radical, como por exemplo o boletim *O Comunista*, *Guarda Vermelha*, os *Cadernos de Circunstância* ou a imprensa académica, como o boletim do IST *Binómio*, ajudam a perceber o papel atribuído aos estudantes na luta contra o regime e contra a guerra colonial. A diferença com a posição a este respeito defendida pelo PCP emergiu além que pelos relatórios da PIDE/DGS, pela imprensa do Partido como *O Avante* e *O Militante* e sobretudo pela informação da Rádio Portugal Livre cujos

boletins, assim como os de Rádio Voz da Liberdade, são transcritos pontualmente pelo Serviço de Escuta da Legião Portuguesa e disponíveis no próprio Arquivo da PIDE/DGS. Estas informações contribuíram a integrar as fontes secundárias, entre as quais sobretudo os trabalhos de José Pacheco Pereira, como a biografia política de Álvaro Cunhal (P.Pereira, 2005) e o estudo sobre a emergência, a nível internacional e português, dos grupos pró-chineses (P.Pereira, 2008). Estes trabalhos resultam fundamentais sobretudo se considerarmos que os próprios arquivos do PCP não estão ainda disponíveis à consulta.

Outro elemento que a nossa análise tentará acrescentar será o estudo empírico dos fluxos de protesto através da análise quantitativa dos episódios conflituais. Para este trabalho, pode-se utilizar qualquer fonte que regularmente registre a política conflitual de forma relativamente uniforme (Tarrow *et alia*, 2007 e Forno, 2003). No seu pioneiro trabalho sobre o ciclo italiano, Sidney Tarrow (Tarrow, 1989) utilizou como fonte o diário *Corriere della Sera*, do qual analisou dois números semanais entre 1966 e 1973. No estudo do ciclo português, nós utilizaremos como fonte o Registro da correspondência recebida pelo Ministério da Administração Interna (MAI) entre 1956 e 1974. As vantagens da nossa fonte, relativamente àquela utilizada por Tarrow, estão por um lado ligadas ao seu carácter nacional – ou seja, refere igualmente episódios acontecidos em qualquer parte do país – por outro, à possibilidade de ter informações diárias. É evidente que estas vantagens têm a ver com a reduzida extensão do país, o menor número de habitantes e, sobretudo, com a forte centralização do Estado Novo. Todavia, como será melhor explicado mais a frente, esta fonte apresenta também alguns limites, sobretudo devido ao facto que, pelo que emerge da consulta dos seus registos, as funções do MAI parecem se “esvaziarem” progressivamente no final do regime, assim que o fluxo de informações recebidas sobre os elementos de protesto decresce imprevistamente em 1974.

Por outro lado, como o próprio Tarrow salienta há muitas coisas que um estudo do protesto realizado desta forma não pode evidenciar. Por exemplo, só permite inferências à distância no que diz respeito às ideologias e aos objectivos mais sentidos pelos líderes e os militantes, mas não pode analisar aquelas acções que têm lugar no privado e longe da atenção pública. Igualmente, esta abordagem não aprofunda os cálculos estratégicos, os processos dentro dos grupos e as suas estruturas, ou as redes do movimento. Toda esta dimensão foi portanto aprofundada através das outras fontes que evidenciámos, assim como através do Fundo sobre o movimento estudantil do Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e da consulta de outros arquivos. Para estudar a dimensão pública do Movimento e das suas acções nas ruas, foi sobretudo essencial a análise completa de todos os números do *Diário de Notícias* entre 1956 e 1974. No que diz respeito à situação italiana, que emergirá em alguns pontos da

investigação, a fonte principal foram as Secções “Associazioni Varie” e “Partiti Politici” do Arquivo da “Pubblica Sicurezza”, que se encontra no “Archivio Centrale dello Stato” (ACS) em Roma.

Entretanto, a fonte principal da nossa investigação será o Arquivo da PIDE/DGS, que está em grande parte ausente nos trabalhos que temos anteriormente citado sobre o movimento estudantil, mas que por outro lado constitui a base de investigações específicas sobre a própria PIDE (Pimentel, 2007) e sobre a criminalização política durante o Estado Novo (Madeira *et alia*, 2007). Além de ajudar a perceber as estratégias de controlo do conflito estudantil por parte das autoridades, este arquivo permite estudar de forma quantitativa um outro elemento que parece carecer nos anteriores trabalhos, ou seja a dimensão do movimento estudantil, a sua variação no tempo, o seu peso em relação aos outros movimentos e o seu “grau de periculosidade” para as instituições autoritárias. Este último ponto é particularmente importante e pode ser averiguado através do estudo quantitativo dos presos políticos, que nos últimos anos do Estado Novo eram na maioria estudantes. Isso pode não significar que os estudantes fossem a categoria social mais mobilizada, mas pode entretanto sugerir que fosse aquela mais perigosa para o regime. Esta constatação empírica e as outras a ela ligadas serão os fundamentos na base da nossa tentativa de responder às questões teóricas que temos vindo a colocar.

Através disso, a análise particular do caso português, caracterizado por elementos específicos muito determinantes, pretende dar um contributo às teorizações que a sociologia política tem vindo a desenvolver sobre a relação e as influências recíprocas entre movimentos e instituições. Estas teorizações surgiram sobretudo depois da vaga mundial de protesto dos anos Sessenta, a mais ampla depois daquela que tinha abalado os anos Vinte, que teve assim o efeito de chamar a atenção dos estudiosos, que forneceram novas perspectivas para analisar o fenómeno dos movimentos sociais, considerado, até então, como algo de marginal à vida política e social. No entanto, os dois principais modelos interpretativos, o estrutural-funcionalista e o marxista, demonstraram desde logo dificuldades de explicação. Sobretudo, as ferramentas analíticas destas tradições tinham sido forjadas à volta de conflitos económicos, mas tinham dificuldades em analisar os novos conflitos que estavam a surgir nos anos Sessenta.

A reacção a estas limitações teóricas assumiu formas diferentes na Europa e nos Estados Unidos. Na realidade, na base desta distinção não estavam apenas as diferenças entre as duas tradições de pensamento, mas também a diversidade do próprio objecto de estudo. Nos Estados Unidos, a maioria das organizações nascidas das vagas de protesto dos anos Sessenta assumira rapidamente características pragmáticas. Na Europa, por outro lado, os movimentos sociais mantinham várias características herdadas dos fortes movimentos operários nacionais, como

também uma forte conotação ideológica e traços marcadamente anti-sistémicos (Tarrow, 1990; della Porta 1995).

O resultado desta reelaboração teórica está na base sobretudo de quatro abordagens: as teorias do comportamento colectivo, da mobilização dos recursos, do processo político e dos novos movimentos sociais. Todavia, falar de abordagens não significa falar de verdadeiras “escolas”, mas sim de orientações focalizadas sobre aspectos diferentes do fenómeno. Isto tendo em conta também as diferentes dimensões que a própria definição de movimento social implica: relações não formalizadas entre indivíduos, grupos ou organizações; sistema de crenças partilhadas e solidariedade; empenho em conflitos destinados a promover ou impedir a mudança social, através de acções de protesto (della Porta *et alia*, 1997).

A teoria do comportamento colectivo sublinha que os movimentos sociais nascem da emergência de novas normas, representando a tentativa de transformar as existentes. Quando a estrutura social parece já não corresponder às exigências da vida social, o indivíduo desafia a ordem social através de novas formas de não conformidade e em alguns casos através de novas formas de reivindicação (*repertoire of contention*). Um movimento social, portanto, desenvolve-se quando se difunde um sentimento de insatisfação, ao qual as instituições, pouco flexíveis porque muito estruturadas, não conseguem responder.

Como assinala Donatella della Porta (della Porta *et alia*, 1997), estes teóricos deixaram, todavia, em suspenso alguns problemas: por um lado, apesar de considerarem os movimentos como racionais, interessaram-se mais pelas dinâmicas imprevistas de que pelas estratégias conscientes. Por outro lado, insistindo na análise empírica dos comportamentos, limitavam-se muitas vezes a uma descrição da realidade, sem dedicar muita atenção às fontes estruturais dos conflitos que geram os movimentos. Às primeiras carências reagiram sobretudo os teóricos da acção racional; à segunda, a abordagem dos novos movimentos sociais.

Na opinião dos teóricos da conduta racional, os movimentos são uma extensão das formas convencionais de acção política em que os actores agem de forma racional e as organizações têm um papel essencial na mobilização dos recursos colectivos. Neste sentido, os movimentos devem ser considerados como algo de normal no processo político e, para os compreender, os investigadores têm de analisar a variedade dos recursos mobilizados, as ligações dos movimentos com os seus aliados, as tácticas usadas pela sociedade para controlar ou englobar a acção colectiva, os seus resultados.

As questões fundamentais às quais se procurou responder têm a ver com a avaliação dos custos e das vantagens da participação nos movimentos. As primeiras teorizações sobre o tema de Zald (1970), Obershall (1973) e Tilly (1978) definem os movimentos sociais como acções racionais,

finalizadas e organizadas. As acções de protesto derivam, nesta perspectiva, de um cálculo dos custos e dos benefícios: portanto, não é suficiente descobrir a existência de tensões e conflitos estruturais, é necessário também estudar as condições que permitem transformar o descontentamento em mobilização. Neste sentido, a capacidade de mobilizar depende dos recursos, materiais e não, de que os grupos dispõem². Por outro lado, a atenção às redes de solidariedade pôs em causa a ideia, até então aceite, de que os movimentos recrutassem sobretudo sujeitos marginais, que procuravam desta forma ligações sociais.

A visão do protesto como um acto racional encontra-se também na perspectiva definida do “processo político”, mas neste caso integrada por uma atenção mais sistemática para com o meio político e institucional em que os movimentos sociais agem. No centro da atenção dos teóricos do processo político está, pois, a relação entre actores políticos institucionais e protesto. Como portadores de desafios para a ordem política, os movimentos sociais interagem com os actores que nesta ordem gozam de uma posição consolidada, enquanto as características desta interacção influenciam, seja as formas da acção colectiva, seja as suas possibilidades de êxito (Tilly, 2003: 28-29). Nesta abordagem, o conceito mais utilizado para definir as propriedades do meio exterior, determinantes para o desenvolvimento dos movimentos sociais, foi o de “Estrutura das Oportunidades Políticas” (EOP), que será melhor discutido na próxima secção.

A resposta das ciências sociais europeias aos movimentos dos anos Sessenta e Setenta não podia, por outro lado, deixar de se confrontar com os modelos marxistas, os quais tinham sobretudo analisado o conflito económico, mas pareciam menos adequados para interpretar os novos conflitos. Os estudiosos da abordagem dos novos movimentos sociais tentaram renovar as ferramentas teóricas de análise, sobretudo recusando identificar um único conflito central na sociedade emergente. Na visão do mais influente teórico dos novos movimentos sociais, Alain Touraine, classe baixa e alta tinham-se enfrentado na sociedade industrial e isso estava a acontecer nas novas sociedades “programadas”, em que novas classes sociais teriam substituído capitalistas e classe operária como actores do conflito (Touraine, 1978: 46).

Outra contribuição fundamental para analisar o conflito nas sociedades programadas veio de Melucci (1989), o qual sustenta que os novos movimentos sociais tentam opor-se à penetração do Estado e do mercado na vida social. Diferentemente do movimento operário, os novos movimentos sociais não se limitam, portanto, a reivindicações materiais e não pedem um aumento

² Por exemplo, para o movimento dos negros dos Estados Unidos do sul, que se desenvolveu desde o final dos anos Cinquenta, tornando-se precursor dos grandes movimentos para os direitos civis e dos estudantes dos anos Sessenta, foi fundamental a preexistência de uma sólida rede de solidariedade composta pelo circuito das igrejas baptistas, que constituiu uma plataforma logística indispensável ao nível de mobilização de recursos, quer materiais, quer simbólicos (McAdam, 1988; Zinn, 2003).

da intervenção do estado para garantir o bem-estar e a segurança, mas resistem à expansão da intervenção estatal na esfera da vida diária.

Como já se sublinhou, é difícil marcar um limite definido entre as várias abordagens, também porque cada autor pode colocar-se no limite entre teorias e métodos de investigação diferentes e alguns, como Melucci, podem ter-se afastado da interpretação que eles próprios contribuíram para divulgar. No desenvolvimento do nosso estudo, todavia, e com o objectivo de responder as questões teóricas e empíricas que colocámos, teremos em conta sobretudo as dimensões consideradas pela teoria da conduta racional e do processo político. Isto significa que tentaremos estudar o movimento estudantil português do ponto de vista das possibilidades de mobilizar, construir redes, encontrar recursos, forjar repertórios, e do ponto de vista das oportunidades políticas. De facto, estas dimensões, como salientámos no primeiro parágrafo, são a nosso ver complementares, influenciando-se reciprocamente. O Estado Novo procurava impedir a constituição de redes e a mobilização de recursos que escapassem à sua autoridade, enquanto a própria constituição de redes e a mobilização de recursos contribuíram para enfraquecer, criando espaços de autonomia, a autoridade do regime.

Estruturas de oportunidades políticas e violência

O conceito de Estrutura das Oportunidades Políticas merece a nosso ver uma elaboração à parte, sendo um dos elementos essenciais do desenvolvimento deste estudo. Eisinger foi o primeiro autor, em 1973, a utilizar esta expressão para explicar as diferenças nos êxitos do protesto em diferentes cidades americanas, insistindo sobretudo no grau de abertura ou rigidez dos sistemas políticos locais (Eisinger, 1973: 11-28). Sucessivamente, estudos empíricos demonstraram a importância de outras variáveis que podem influenciar a EOP, como “a instabilidade eleitoral, a disponibilidade de aliados influentes e o grau de tolerância manifestado pelas elites” (della Porta *et alia.*, 1997). Sidney Tarrow (Tarrow, 1989) integrou estes elementos num esquema teórico mais amplo por ocasião do seu estudo sobre os ciclos de protesto em Itália. Ele identificou, sobretudo, quatro características relevantes: o nível de abertura/ rigidez dos canais formais de acesso ao poder político; a estabilidade/instabilidade dos alinhamentos políticos; a presença e a orientação estratégica dos potenciais aliados, o grau de divisão das elites políticas.

Em geral, procurou-se observar quais características, estáveis ou mutáveis, do sistema político, influenciam a concentração da acção política menos institucionalizada naqueles que foram definidos “ciclos de protesto” (Tarrow, 1989), assim como as formas que estas acções tomam em

diferentes contextos históricos (Tilly, 1978). Por outro lado, a comparação entre diferentes regimes políticos (della Porta, 1995; Tilly, 2006) permitiu aprofundar o tema central das relações entre movimentos sociais e sistema político institucional. Neste caso, o conceito de oportunidades políticas foi também muito útil para analisar a dimensão da violência política, sobretudo no que diz respeito à gestão da ordem pública e ao controlo da acção conflituosa, ou seja, aquilo a que os estudiosos chamam *protest policing*.

Assim della Porta e Reiter (della Porta *et alia*, 2003: 22-43) salientam que o conceito de oportunidades políticas, forjado pelos sociólogos que estudam os movimentos sociais, seria também útil para explicar as influências recíprocas que determinam as intervenções policiais de ordem pública. As reacções do Estado aos movimentos sociais, entre as quais as acções de polícia, são influenciadas “pelas ocasiões que o sistema político oferece aos desafiadores”, ou seja, as oportunidades políticas: quanto mais amplas são estas oportunidades, menos provável é uma radicalização do conflito entre Estado – antes de mais, polícia – e manifestantes.

Na opinião destes dois autores, as oportunidades políticas são determinadas por algumas características de longo prazo, como as instituições existentes. Quanto mais distribuídos são os poderes do Estado, seja através da descentralização territorial, seja através da separação funcional do poder, maior é a possibilidade de os movimentos encontrarem um canal de acesso no sistema decisório. Pelo contrário, quanto menores são os canais de acesso institucionais, mais frequente e brutal é a repressão dos actores emergentes. É evidente que, num regime autoritário, existem todas as condições para que a estrutura das oportunidades políticas seja muito mais fechada de que num regime democrático: forte centralização do Estado, escassa separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário e, com efeito, ampla limitação dos canais institucionais de acesso à política por parte de novos actores.

É todavia também verdade que, em alguns casos, estas características podem não levar, num regime autoritário, a um nível de violência política maior do que numa democracia. De facto, num sistema democrático – também quando caracterizado por uma Estrutura das Oportunidades Políticas muito fechada – o conflito chega mais facilmente à rua, onde se desenvolve a repressão e há o choque com as forças da ordem, como por outro lado os casos da França e da Itália nos anos Cinquenta e Sessenta do século passado têm demonstrado. Num regime autoritário, como no caso português, a existência de uma rede omnipresente de controlo preventivo do conflito social faz com que a repressão policial na rua, a situação em que normalmente se contam mais mortos, seja apenas a última das cartas jogadas pelas instituições.

Nesta linha, alguns autores salientam que o grau de violência depende mais do nível de consolidação de um regime do que da natureza do próprio regime. Assim, segundo Diego

Palácios Cerezales, é oportuno considerar “a centralidade e generalidade da violência na experiência política contemporânea e os problemas que se colocam a uma concepção que pretende garantir os direitos individuais.” (Palacios Cerezales, 2007: 1128-1135). Este autor também sublinha que se foi elaborando uma literatura bastante ampla que veio explicar as dinâmicas que levam ou não a privilegiar, num regime específico, tácticas repressivas violentas:

Um dos principais achados deste corpus é que os níveis de repressão são baixos nos regimes consolidados, independentemente do facto de serem democráticos ou ditatoriais e que, por outro lado, são superiores nos regimes semiliberais e naqueles em que se está a produzir uma transição ou mudança de regime [...] Todavia, a redução da repressão nas ditaduras e nas democracias consolidadas responde a mecanismos diferentes. Assim, uma ditadura consolidada costuma ser capaz de limitar o recurso à coerção mediante a construção de uma moldura dissuasiva eficaz e a acção preventiva: os altos custos da dissidência diminuem a mobilização e, com efeito, há pouca repressão. Pelo contrário, nas democracias consolidadas, as autoridades encontram limitações à possibilidade de recorrer à repressão por razões intrínsecas às formas de competição política e à cultura cívica própria destes regimes (Palacios Cerezales, 2008: 6-7).

Também na opinião de Leonardo Morlino, a dimensão das oportunidades políticas e a da violência estão ligadas. Nos regimes autoritários, a ausência de oportunidades políticas para novos actores é estritamente ligada à imposição, para todos os eventuais actores políticos, de dirigir a própria acção dentro das estruturas do regime. Neste caso temos dois processos distintos mas com a mesma finalidade: por um lado, a mobilização de cima para baixo destinada a construir consenso activo, por outro, a desmobilização, na qual a repressão é o elemento fundamental:

A desmobilização, ao contrário da mobilização de cima, não é destinada a criar consenso activo, ou seja, legitimidade, mas é uma acção de neutralização dos opositores do regime. Diferentemente da mobilização, que visa envolver toda a comunidade política, também e sobretudo os jovens e os membros mais indiferentes, a desmobilização dirige-se sobretudo aos opositores. A mobilização é conduzida através das estruturas de legitimação, a desmobilização sobretudo através de estruturas abertamente coercivas. E não há incomunicabilidade entre os dois processos, pois ambos visam – embora com meios diferentes – a consolidação: onde não chega a persuasão, que caracteriza a mobilização, chega a ameaça ou o uso da força que caracteriza a desmobilização [...] a desmobilização tem sempre uma componente de substancial coerção (Morlino, 2003: 99).

Como veremos a respeito do Estado Novo, nos momentos de “abalos” da estrutura das oportunidades políticas e, com efeito, de aumento da mobilização dos opositores, foi maior a necessidade do regime, por um lado de mobilizar (portanto de restabelecer um suficiente grau de consenso), por outro, de intensificar as estratégias repressivas. Della Porta e Reiter (della Porta *et alia*, 2003) sublinham também que as estratégias de gestão do conflito estão radicadas não só nas instituições e nas leis efectivamente activas, mas também na cultura política dos diversos países.

Estados com longas experiências de regimes absolutistas e uma introdução tardia de regras democráticas tenderiam a ser mais excludentes e a utilizar mais os métodos repressivos. O caso italiano, no centro do estudo de della Porta e Reiter, é caracterizado por uma forte prevalência de estratégias excludentes e repressivas para com os desafiantes, desde a unificação da Itália sob o reino dos Sabóia na segunda metade do século XIX. Neste sentido, parece mais compreensível que os movimentos de oposição italianos tenham sido, em comparação com outros países, caracterizados por maior nível de espontaneidade revolucionária e “marcados por um círculo vicioso entre subversão e passividade” (Morlino, 2003).

Interessante é observar que, nesta interpretação, o fascismo parece ter acentuado aspectos já existentes na estrutura política italiana, que foram postos ao centro do novo regime, o qual se construiu mesmo à volta deles. Como se verá nos capítulos seguintes, a legislação penal fascista (Código Penal e lei de segurança pública), assim como parte da legislação civil, permaneceu viva também depois da libertação, marcando de forma significativa a relação entre Estado e sociedade civil e as próprias relações entre cidadãos (por exemplo, no interior da família). Estas continuidades autoritárias, todavia, dizem respeito a uma cultura política muito mais longínqua, como se viu, ou seja, a uma tradição que vai até ao processo de formação do Estado italiano, em que o fascismo se inseriu levando ao extremo os aspectos mais autoritários.

Em relação a Portugal, são ainda poucas as tentativas de estudar os processos de mobilização tendo em consideração a estrutura das oportunidades políticas. Talvez o primeiro autor a utilizar as ferramentas teóricas à volta do conceito de Estrutura das Oportunidades Políticas para estudar os processos e as possibilidades de mobilização em Portugal tenha sido Rafael Duran Muñoz no seu estudo sobre as acções colectivas durante as transições democráticas espanhola e portuguesa (Duran Muñoz, 2000) e em alguns ensaios mais específicos sobre a radicalização do conflito durante a transição portuguesa (Duran Muñoz, 1997). A crise do Estado que se tinha aberto com o golpe militar pacífico de 25 de Abril de 1974, que pôs fim a um regime de quase cinquenta anos, e as acções colectivas que transformaram o golpe em revolução fornecem, a nosso ver, um cenário bastante apelativo para os estudiosos, assumindo quase as características de um “laboratório” de análise para os fenómenos sociais e políticos que temos vindo a analisar até agora.

Nestes termos, Diego Palácios Cerezales desenvolve o seu estudo sobre o “Processo Revolucionário em Curso” (PREC) que caracterizou a primeira fase da transição portuguesa, entre 1974 e 1975. Manuel Villaverde Cabral, ao analisar a origem portuguesa da “terceira vaga democrática”, evidencia, por seu lado, que a intensa agitação que se seguiu à revolução de 25 de Abril 1974 encontra as suas raízes numa crise política longínqua que levou a uma abertura das oportunidades:

Sabemos hoje que a intensa mobilização que fertilizou o confronto partidário correspondeu, basicamente, ao aproveitamento de uma estrutura de oportunidades proporcionada pela prolongada crise do Estado português, a qual se deveu, por seu turno, à divisão das forças armadas ante a solução a dar à questão colonial, motivo primeiro do golpe militar e causa da nossa revolução (Cabral, 2008: 115).

Neste sentido, a abertura da EOP que se veio a manifestar, com evidência, depois do 25 de Abril e a subsequente ampla mobilização, não é explicada apenas com a crise de Estado sucessiva à queda do regime, mas encontraria raízes mais longínquas num abalo das estruturas governamentais que perdurava há muito tempo: o conceito de EOP aplicava-se, pela primeira vez ao caso português com referência ao regime autoritário anterior à revolução. Palácios Cerezales continua nesta linha no seu trabalho sobre a gestão da ordem pública no Portugal contemporâneo (Palacios Cerezales, 2008), salientando os elementos de abertura ou fecho da EOP e as consequências em termos de segurança pública e de possibilidades de mobilização também durante a vigência do Estado Novo.

Como veremos ao longo do estudo, a divisão das elites políticas/militares citada por Villaverde Cabral começou a manifestar-se com evidência em Portugal a partir dos finais dos anos Cinquenta, com a candidatura presidencial, nas fileiras da oposição, do General Humberto Delgado, o qual propunha uma abertura e liberalização do sistema político. Será mesmo este episódio a desencadear o intenso ciclo de protesto que, começado em 1958 com a candidatura Delgado, conheceu o seu pico em 1962, significativamente depois do começo da guerra colonial e a tentativa falhada de golpe de Estado por parte do Chefe de Estado Maior Júlio Botelho Moniz, contrário à empresa.

Também o segundo ciclo de protesto por nós considerado coincide com um momento de abalo da estrutura das oportunidades políticas, na altura em que Salazar foi substituído, na segunda metade de 1968, por Marcelo Caetano na chefia do Governo que estimulou uma fase de “descompressão” política (Rosas, 1997: 574) mais ou menos efectiva, a chamada “Primavera Marcelista”. A aplicação do conceito de EOP, elaborado, de facto, para estudar uma realidade sócio-política democrática como a da província americana, a um regime autoritário, como o salazarista, consente a nosso ver, por um lado, evidenciar como também num regime autoritário existem momentos de ruptura e quebra que podem ser aproveitados para a mobilização, por outro, explicar como um regime autoritário reage a estes momentos críticos.

Como sublinharemos mais à frente, a reconstrução gráfica, seja dos ciclos de protesto, seja da trajectória das prisões políticas, permitirá analisar os elementos de mobilização, desmobilização e

repressão em relação com a estrutura das oportunidades políticas. Também a confrontação entre as temáticas dos movimentos estudantis nas várias fases da sua evolução e as questões debatidas a nível de política institucional visam principalmente tentar compreender as recíprocas influências entre processo político e acção contenciosa.

Recursos, Desempenhos e Repertórios

Para melhor entender alguns conceitos fundamentais, que estão na base do estudo dos movimentos sociais, como o de desempenho³, repertório ou de próprio movimento social, achamos oportuna uma breve digressão sobre as origens da política conflitual moderna. Na interpretação de Tilly e Tarrow (Tilly *et alia*, 2007), um movimento social é uma prolongada campanha de reivindicação que utiliza recursos específicos e repetidos para tornar público o protesto e que se apoia sobre organizações, tradições e solidariedades capazes de a sustentar. Ainda que para os cidadãos dos países ocidentais os movimentos sociais sejam um fenómeno familiar, eles são, na opinião dos dois autores, não só algo de relativamente novo na história, como também formas de expressão política ainda raras ou inexistentes em muitas partes do mundo contemporâneo.

Segundo alguns autores, o primeiro movimento social terá sido o movimento anti-escravatura que surgiu nos finais de Setecentos no Reino Unido (Tilly, 1995; d'Anjou, 1996; Tilly *et alia*, 2007). As origens deste movimento remetem para 1785, quando Thomas Clarkson, um jovem estudante inglês de teologia, ganhou um prémio em Cambridge com um ensaio sobre a escravidão. A partir daí, Clarkson decidiu empenhar-se concretamente na luta abolicionista e, com um grupo de militantes, tornou-se no primeiro organizador profissional moderno (Tilly *et alia*., 2007). Além de ter contribuído para a abolição da escravatura, outro êxito político deste movimento foi o de permitir aos reformadores britânicos afirmarem a sua superioridade moral relativamente aos recém-independentes Estados Unidos, onde, para terminar com a escravatura, foi necessário atravessar um clima de forte repressão e até uma guerra civil. Como sustentam Tilly e Tarrow, “o movimento contra a escravatura entrelaçou-se com a religiosidade evangélica, com a emancipação política dos católicos e com o parlamentarismo, a fim de criar o modelo dos modernos movimentos sociais” (Tilly *et alia*., 2007: 1).

Os meios que este movimento utilizou para organizar o protesto não são muito diferentes dos hodiernos. Clarkson e os outros activistas escreveram milhares de cartas, organizaram abaixo-assinados, petições, estimularam a criação de comités e publicaram notícias na imprensa pública,

³ Indicamos com “desempenho” o conceito que os autores anglo-saxónicos que estudam os movimentos sociais têm definido com o termo de *performances*.

que naqueles mesmos anos estava a surgir, representando outro factor indispensável para o desenvolvimento do movimento social. Algumas estratégias por eles adoptadas até parecem mais modernas, como, por exemplo, a redacção de verdadeiras reportagens – quase uma precoce experiência de contra-informação – que foram entregues à Câmara dos Comuns e o “boicote” do açúcar provindo do trabalho dos escravos.

Outros desempenhos inovadores introduzidos naquele contexto e destinados a grande êxito nos movimentos seguintes, pensemos só nos movimentos de protecção dos animais na actualidade, baseavam-se na procura do choque entre os cidadãos, neste caso através da exibição dos instrumentos de tortura utilizados pelos proprietários de escravos. Foram necessários vinte anos para que a campanha anti-escravatura conseguisse atingir os seus objectivos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e mais dez para atingir também as colónias. Mas, como lembram Tilly e Tarrow, em pouco tempo o debate envolveu os cidadãos britânicos de todas as camadas, que tomavam posição a favor ou contra a emancipação dos escravos.

Estes factos têm muito para dizer sobre o tema dos desempenhos e dos repertórios da contenda. Ainda que aos nossos olhos estas práticas, como se viu, apareçam como adquiridas e moderadas, nem sempre foi assim e nem sempre é assim também na actualidade. Práticas moderadas e não violentas de mobilização podem ser consideradas transgressivas pelas autoridades e serem reprimidas com violência. Isso aconteceu durante o movimento anti-escravatura, sobretudo nos Estados Unidos, e repetiu-se, por exemplo, no caso de um movimento originariamente pacífico como o *Civil Rights Movement*, sempre nos Estados Unidos, mais de cem anos depois. Portanto, excluindo o caso das acções conflituais expressamente violentas, é difícil marcar um limite preciso entre repertórios convencionais e transgressivos, pois este limite está estritamente ligado, não só ao regime político no qual os movimentos se verificam, mas também a outros factores como a estrutura específica das oportunidades políticas numa determinada altura, a conjuntura económico-social e o momento histórico.

Além disso, na história, emerge também com evidência que a aceitação ou não de determinados repertórios depende dos actores empenhados na contenda: actores específicos são assim excluídos não só da política institucional, como encontram fortes limitações também na possibilidade de recorrer a acções contenciosas consideradas, no caso de outros sujeitos, legítimas. Alguns autores sublinham que estas regras são formuladas pelos grupos dominantes de forma a estabelecer, de cada vez, o que é violência política e quais os actores que podem recorrer

a métodos coercivos⁴, além de serem eles que têm a faculdade de poder suspender os direitos ou a lei⁵.

Derrida (1994) adota o conceito de “democracia diferida”, sublinhando como, face ao conflito, as democracias tendem a suspender a aplicação de alguns dos próprios princípios e remetê-los para períodos futuros de paz social. Zizek também orienta neste sentido a sua análise da luta política, pondo em evidência que a base desta não residia na competição agonística interna ao campo do admissível, entre sujeitos políticos que se reconhecem mutuamente como adversários legítimos, mas sim na própria delimitação do campo, ou seja na definição daquela linha que separa o adversário legítimo do inimigo ilegítimo (Zizek, 2009: 115).

Tilly, por seu lado, sublinha que a dimensão dos repertórios é fortemente influenciada pelo tipo de regime, o qual determina o número e tipo de comportamentos considerados legítimos no desenvolvimento da vida política, assim “em cada regime específico, cada par de actores tem apenas um limitado número de desempenhos à sua disposição. Podemos convenientemente chamar esta série de desempenhos *repertório da contenda*” (Tilly, 2003: 43). A possibilidade de exprimir a dissensão política através de meios legais é, portanto, determinada pelo número e tipo de comportamentos políticos aceites, que variam gradualmente entre regimes autoritários e regimes democráticos, mas que também entre estes últimos conhecem oscilações importantes e variações – não só em sentido positivo – no tempo⁶. Seguindo este ponto de vista, parece interessante observar como a adopção de comportamentos políticos não conformistas segue um percurso parecido com o da formação do desvio social, pois equivale a aceitar um papel de “excluído” das regras consideradas, mais ou menos formalmente, aceites no desenvolvimento da vida pública – e por vezes até privada – dos cidadãos. Este processo torna-se obviamente mais evidente em presença de regimes autoritários, nos quais o número de comportamentos políticos e sociais admitidos é drasticamente inferior, como sustenta Maravall no seu estudo sobre a dissidência política estudantil e operária na Espanha franquista:

Três condições no processo de conversão ideológica não-conformista devem ser tidas em conta: a acessibilidade a ideologias com esse carácter, a conversão a tais ideologias e a concretização das opiniões em forma de acção política. Estes três passos consequenciais no processo de

⁴ Através daqueles agentes do Governo a que Tilly (2003: 232-233) chama de “Violent Specialist”.

⁵ A questão da legitimidade parece bastante relevante neste sentido, pois a autoridade dos Governos e a sua legitimidade apoia-se tanto sobre o consenso como sobre o monopólio dos instrumentos coercivos (Weber, 1985; Bobbio, 2004; Derrida, 1993; Benjamin, 2006).

⁶ Um exemplo destas oscilações podem ser as leis especiais contra a sedição, como o Internal Security Act de 1950, o Communist Control Act de 1954 e as normas que sancionaram o protesto contra a guerra do Vietname nos Estados Unidos ou como a lei Reale de 1975 em Itália, que procurava uma moderada involução no sentido policial do Estado, pois diminuía as liberdades constitucionais e ampliava a discricionariedade das forças de polícia com a motivação da luta contra o terrorismo.

radicalização política são determinados pelas condições políticas existentes que agem como restrições ao radicalismo. Estas restrições podem ser normativas e/ou não-normativas (materiais), preventivas ou repressivas. Desde esta perspectiva, converter-se num dissidente político num contexto político não-democrático pode ser interpretado como um processo semelhante ao de se converter em “desviado” (Maravall, 1978: 191).

Em linhas gerais, podemos definir um desempenho conflitual como “uma modalidade relativamente familiar e consolidada, com a qual um ou mais actores políticos avançam com reivindicações colectivas ante outros actores políticos” (Tilly *et alia.*, 2007: 15). Em muitos casos, os desempenhos utilizados pelos actores do protesto remetem para práticas já existentes na sociedade, mas com um outro sentido e uma outra função. Por exemplo, a petição, antes do movimento anti-escravatura, era uma forma de reivindicação individual que um sujeito utilizava para ter benefícios pessoais, como a isenção do serviço militar ou a redução dos tributos. Também a manifestação, definida por Tilly e Tarrow (Tilly *et alia.*, 2007) como a “quintessência do desempenho moderna”, encontra as suas raízes nas romarias religiosas e só nos últimos dois séculos se transformou em forma de reivindicação, sobretudo desde o desenvolvimento dos média e a consequente possibilidade de ser divulgada a um público muito maior.

Com a expressão repertório entende-se normalmente “uma série de desempenhos conflituais que são correntemente conhecidos e disponíveis para um específico grupo de actores políticos” (Tilly *et alia.*, 2007: 15) num certo momento. Todos os movimentos, ainda que tragam algumas inovações nos desempenhos da actividade conflitual, baseiam a sua acção principalmente sobre repertórios consolidados e familiares. Os repertórios são praticamente a memória colectiva dos movimentos sociais e podem ser transnacionais, ou seja, geralmente praticados em muitas partes do mundo, ou nacionais, isto é, especificadamente ligados à história conflitual de um determinado país.

Diego Palácios Cerezales, no seu estudo sobre a ordem pública no Portugal contemporâneo, identifica o primeiro movimento social português no movimento da “Janeirinha” que ocorreu no país a partir da primavera de 1867. Em 1865 tinha-se formado em Portugal um Governo de união entre os dois principais partidos liberais, a assim chamada “fusão” de “históricos” e “regeneradores”. Uma das medidas deste Governo foi a promulgação de uma ingente reforma dos impostos, da administração e da polícia, que, numa conjuntura económica de recessão, levantou protestos generalizados. Alguns receavam ser obrigados a pagar mais tributos, outros, perder poder político local e “talvez todos se sentissem deficitariamente representados no sistema político” (Palacios Cerezales, 2008: 170).

A fusão tinha feito com que a grande maioria do pessoal político, passível de ser chamado a governar, estivesse envolvida no Governo de união, de forma que o sistema político se encontrou desprovido de um Governo de substituição, uma circunstância em que “os descontentes só podiam canalizar os seus protestos através de vias exteriores ao sistema” (Palacios Cerezales, 2008: 170). A agitação envolveu a imprensa, os clubes políticos radicais, mas também as associações dos comerciantes, de industriais e várias câmaras municipais, numa grande variedade de instâncias que reuniu uma ampla coalizão de oposição ao Governo fusionista. Fosse a dimensão, fosse o tipo de mobilização, fizeram com que se produzisse o primeiro movimento social nacional de tipo moderno na história portuguesa, o qual, apesar de existirem pequenos grupos de conspiradores dispostos a utilizarem meios violentos, foi na generalidade pacífico e não tentou conquistar o poder. O objectivo, na ausência de uma oposição institucional ao Governo, era mais expressar as objecções da opinião pública nacional e impô-las ao Governo. Os recursos utilizados – “a expressividade associada ao número, o valor social, a unidade e o compromisso da mobilização” (Palacios Cerezales, 2008: 170-171) – são os que se tornaram típicos com os modernos movimentos. Os principais desempenhos foram petições, abaixo-assinados, marchas reivindicativas, *meetings* de massa – pela primeira vez também em cidades de província – resistência às novas leis de imposto de consumo. Alguns dos repertórios de acções utilizado por este movimento tiveram um grande êxito nos movimentos sociais portugueses do futuro. Elementos como as petições e os *meetings*, quase ausentes, por exemplo, no contexto contencioso italiano, serão utilizados com frequência também pela oposição durante o Estado Novo, assumindo de vez em vez sentidos e significados diferentes, passando através de gerações de militantes das mais diversas ideologias políticas e chegando, como se verá, a ser um instrumento de luta por parte dos grupos radicais do princípio dos anos Setenta.

I

DOIS DECÉNIOS QUE ABALARAM O MUNDO: 1956-1974

Velhas estruturas e novos conflitos

De Krutchev à nova esquerda

A análise dos movimentos estudantis portugueses ao longo dos anos Sessenta e Setenta não pode deixar de considerar a formação de uma esquerda “mais à esquerda” do Partido Comunista, que, até então, tinha representado o principal referente das forças de oposição ao Estado Novo. De facto, o nascimento de uma “nova esquerda” e a sua convergência com os movimentos estudantis e juvenis foi um elemento comum no cenário político do mundo ocidental a partir do início dos anos Sessenta, sem grandes distinções entre países governados por regimes autoritários e democráticos. Até aos finais dos anos Cinquenta, no imaginário de militantes e simpatizantes dos partidos comunistas ocidentais, a União Soviética constituía, de facto, um baluarte de socialismo real, uma esperança na realização concreta da sociedade igualitária. Apesar deste prestígio, todavia, as acusações de excessiva centralização e rigidez dirigidas aos Partidos Comunistas ocidentais, muitas vezes procedentes dos seus próprios membros, não eram raras.

Neste sentido, 1956 representa um ano fundamental. As declarações do novo Secretário, Nikita Krutchev, com a denúncia do estalinismo, no XXº congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), tiveram um efeito profundo nos Partidos Comunistas ocidentais. A União Soviética deixava de representar a utopia socialista enquanto os líderes comunistas ocidentais

eram acusados de terem escondido e falsificado a realidade. A crítica envolveu necessariamente o próprio funcionamento dos partidos, assim como a atitude mantida por eles depois do XXº Congresso. Na Itália, por exemplo, o diário do Partido Comunista Italiano, “*L’Unità*”, publicou as declarações de Krutchev sem comentários e com um notável atraso relativamente aos outros órgãos de imprensa.

Por outro lado, o novo curso da União Soviética previa que os Partidos Comunistas ocidentais acompanhassem “as inflexões soviéticas sem hesitação” (P.Pereira, 2005: 345), inflexões que iam sobretudo no sentido de estabelecer um clima de “paz no mundo”, corrigindo o que se definia o sectarismo que tinha dominado o período anterior. O entrelaçamento entre elementos internacionais e locais emerge aqui com evidência, pois se é verdade que as ondas longas do XXº Congresso foram determinantes para as escolhas dos Partidos Comunistas ocidentais, é também necessário salientar que elas se inseriam em dinâmicas especificadamente ligadas aos acontecimentos nacionais dos anos Cinquenta. Exemplificativo neste sentido é o caso do Partido Comunista Português (PCP), cujos principais líderes, incluindo Álvaro Cunhal, se encontravam presos desde 1949. Como evidencia José Pacheco Pereira, esta condição determinou uma série de consequências profundas na história do Partido para os seguintes anos. Nesta situação de emergência insere-se a entrada de Júlio Fogaça para o Secretariado do PCP, que foi no entanto desde logo muito controversa (P.Pereira, 2005). Passados os anos mais difíceis do seu Secretariado (1949-1952), Fogaça sobreviveu aos seus adversários e “foi consolidando um poder pessoal que, no entanto, nunca se comparou com o de Cunhal, porque esteve sempre mergulhado em grandes controvérsias” (P.Pereira, 2005: 44). Os conflitos no interior do PCP chegaram a atingir os próprios Cunhal e Militão Ribeiro, que os quadros do Partido, sob a direcção de José Gregório, criticaram sobretudo do ponto de vista da “vigilância e controlo em matéria conspirativa” (P.Pereira, 2005: 48). Por outro lado, o efeito Krutchev manifestava-se em Portugal antes das declarações do novo secretário, sobretudo a partir de 1955, com uma tentativa de correcção do assim chamado “desvio de esquerda” que, embora nunca consensual, mirava em primeiro lugar à luta contra “o sectarismo”, contra “o culto da personalidade” e pela “transição pacífica”. Assim os efeitos da era Krutchev e do sucessivo e em parte consequente conflito sino-soviético, inseriram-se nestas tensões internas, que encontraram uma provisória solução apenas em 1961, quando, pouco depois da fuga da prisão de Peniche de Janeiro de 1960 e durante a reunião do Comité Central na qual foi nomeado Secretário do PCP, Cunhal declarou necessária a supressão daquela tendência definida como “anarco-liberal” e responsável por um “desvio de direita”, cujo maior responsável seria considerado Júlio Fogaça, o qual foi expulso do Partido. José Pacheco Pereira liga a adopção desta nova linha às discussões desenvolvidas na prisão de

Peniche entre Cunhal e outros funcionários como Joaquim Gomes, Jaime Serra e Pedro Soares, todos membros do Comité Central eleito que foram presos em 1959 e que trouxeram informações acerca da conjuntura difícil em que vivia o Partido:

Nas discussões, certamente contraditórias, dadas as diferenças de opinião existentes sobre as razões do que se estava a passar no seio do Partido, surgiu em embrião muito daquilo que depois viria a ser a crítica feita por Cunhal ao “*desvio de direita*” e ao “*desvio anarco-liberal*”. Muitos exemplos que Cunhal vai utilizar nos seus documentos críticos da Direcção do partido no exterior, de Fogaça em particular [...] só os podia ter conhecido dos membros da CC dessa época, que levaram para o interior da cadeia as discussões que mais dividiam o partido: as “*traições*” e a política da “*solução pacífica*” (P.Pereira, 2005: 703).

O conhecimento da situação crítica em que se encontrava o Partido não foi secundário em determinar a urgência da fuga e a imediata reestruturação das linhas guias do partido. O novo curso foi depois confirmado em 1965 durante o VI Congresso do PCP realizado em Kiev, com a apresentação por parte de Álvaro Cunhal do plano chamado “Rumo à Vitória. As tarefas do partido na revolução democrática e nacional”, já discutido com o Comité Central em 1964. Este debate que envolveu o Partido no início dos anos Sessenta, coincidia entretanto com o eclodir do conflito sino-soviético, que atingiu o PCP num momento crítico da sua história (P.Pereira, 2008: 127). Assim, ao mesmo tempo que a nova Comissão Central do PCP conseguia restabelecer um certo consenso no interior do partido renovando objectivos e estratégias, entre 1963 e 1964 começou uma nova dissidência, associada ao conflito sino-soviético e coagulada em volta de Francisco Martins Rodrigues, membro da Comissão Executiva da Direcção. Francisco Martins Rodrigues, preso com Cunhal em Peniche e com ele protagonista da fuga de 1960, foi assim expulso do partido e fundou as primeiras organizações pró-chinesas em Portugal, o Comité Marxista Leninista Português (CMLP) e o Frente de Acção Popular (FAP). É provável que a nova estratégia de luta política teorizada por Cunhal já em 1961 e reafirmada em 1965 não fosse completamente estranha a esta “ultrapassagem” à esquerda por parte de um grupo explicitamente revolucionário que criticava ao PCP, sobretudo, a moderação e a atitude de espera. De facto, como evidencia Pacheco Pereira:

No debate interno do PCP, em plena revisão da linha do “desvio de direita”, que representava sob muitos aspectos a linha de Krutchev após o XX Congresso aplicada em Portugal, a substância dessa rectificação colocava, em teoria, o PCP e Cunhal mais próximos das teses chinesas do que das soviéticas. Cunhal tinha assim que, ao mesmo tempo que combatia essa linha em Portugal como “desvio de direita”, aprová-la como linha do movimento comunista internacional (P.Pereira, 2008: 128).

Era o começo daquela competição à esquerda que levará nos finais da década à pulverização do universo marxista e à definitiva perda de consenso do PCP nos meios mais radicais da oposição. Cunhal reagirá a esta situação, já em 1970, acusando os fundadores do maoísmo português de serem “renegados” e “aventureiros”, sobretudo pelo facto de não considerarem importante a “luta de massa” para o derrube do regime e, portanto, de “desprezar” a organização e a prática política destinada a criar consenso entre a população ⁷. De facto, para os grupo maoístas, era mais importante a constituição de pequenos núcleos fortemente ideologizados e combativos do que a extensão a sectores sociais menos politizáveis. O que acontecia na Itália não era muito diferente. Depois do XXº Congresso do PCUS, emergiu no *Partito Comunista Italiano* (PCI), entre as outras dissidências, aquela corrente chamada *ingraiana* (por se ter formado à volta da figura de Pietro Ingrao) que se aprofundou ao longo dos anos – sobretudo na sequência da primavera de Praga – e levou em 1969 à expulsão do grupo fundador do periódico “*il manifesto*”, cuja finalidade era precisamente criar uma ponte entre Partido e movimento estudantil.

É claro que não foram apenas as notícias procedentes do bloco soviético a apressar este processo: as dificuldades dos Partidos Comunistas ocidentais (clandestinos ou não) em colher as novidades de uma sociedade em rápida transformação – de que os jovens eram em parte os protagonistas – contribuíram de facto para criar uma fractura que, com o passar do tempo, se revelou insanável. Com o crescimento, durante todos os anos Sessenta, das possibilidades de acesso à instrução – um fenómeno que interessou significativamente também Portugal (Sedas Nunes, 1969) – estava a formar-se um novo actor cujo papel, a nível de conflito social, cedo se tornará evidente. Apesar disso, para os partidos comunistas, os estudantes não podiam tornar-se nos protagonistas da revolução e as lutas estudantis eram olhadas na maioria dos casos com suspeita, ainda que, muitas vezes, a elas se seguissem os protestos dos trabalhadores⁸. Mais abertas à contestação – e vice-versa – mostraram-se as novas formações de esquerda, que foram mais prontas em colher a novidade daquele fenómeno e as suas possibilidades, numa convergência que levou a uma progressiva radicalização política das partes.

⁷ Em posições parecidas insistiu Álvaro Cunhal em *O Radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, publicado clandestinamente pela primeira vez em 1970.

⁸ Isso é evidente, por exemplo, em 1962, quando em Portugal à agitação estudantil duramente reprimida, se segue um poderoso protesto dos trabalhadores, numa crise que, também pelo contributo do revolucionarismo militar, marcou um momento decisivo na reestruturação da oposição ao Estado Novo (Rosas, 1998).

O pai de todos os movimentos: o *Civil Rights Movement*⁹

Enquanto a União Soviética estava a viver este processo de desestalinização, com o corolário de mobilizações e dinâmicas centrífugas a que isso levou, nos Estados Unidos também eram questionados, se não os valores na base do regimento social e político, pelos menos a sua efectiva aplicação. Além disso, a especial atenção para o *Civil Rights Movement* é justificada pelo facto de ele ter representado um momento particularmente importante na definição dos movimentos sociais contemporâneos. O seu estudo é portanto, a nosso ver, fundamental para perceber a maioria das sucessivas formas de dissensão, desde o movimento estudantil americano, que dele foi herdeiro directo, até aos movimentos estudantis europeus e aos novos movimentos feministas, ecologistas e étnicos. O que, sobretudo, o *Civil Rights Movement* forneceu a todos os movimentos seguintes, foram repertórios de protesto completamente renovados, um modelo muito eficaz de mobilização de recursos e uma série de temáticas (*issues*) que se tornaram universais. Além disso, é preciso lembrar que o *Civil Rights Movement* antecipou os movimentos europeus também na sua vertente mais radical, a das *Black Panthers*, que, formadas em 1966, foram umas das primeiras organizações revolucionárias ocidentais ligadas à nova esquerda.

Assim como já no século XIX, também no XX muitas das inovações na acção contenciosa provieram de um movimento que, nas suas origens, estava estreitamente ligado à emancipação dos negros dos Estados Unidos. Neste movimento, começado em Alabama em 1955, aparece desde logo uma certa continuidade com o movimento anti-escravatura que tinha contraposto Estados Unidos do Norte e do Sul, até uma sangrenta guerra civil, cerca de um século antes. De facto, se é verdade que a escravatura tinha sido abolida nos Estados Unidos em 1863, ainda faltava muito para que os negros fossem plenamente legitimados como cidadãos, continuando a existir graves situações de discriminação e segregação para com eles.

O movimento pelos direitos civis emergiu da classe média afro-americana dos Estados Unidos do Sul e tinha como objectivo a total igualização da comunidade negra com os concidadãos brancos. As discriminações eram ainda muitas: a divisão entre negros e brancos passava pelas escolas, pelos lugares públicos, pelos meios de transporte. Além destas formas de segregação mais evidentes, ainda que por lei o direito de voto fosse universal, a possibilidade de os negros votarem era fortemente comprometida através de um verdadeiro impedimento à sua inscrição nas listas eleitorais.

⁹ A reconstrução destes eventos baseia-se sobretudo num conjunto de textos de sociólogos políticos e de historiadores que estudam os processos de mobilização social e sua relação com os processos políticos (McAdam, 1988; McAdam *et alia*, 2001; Tilly *et alia*, 2003; Tilly *et alia*, 2007; Zinn, 2002).

Um primeiro sinal de mudança na relação entre comunidade negra e instituições já ocorrera em 1954, com a sentença anti-segregação contra as autoridades escolares de Topeka, no Kansas (Tilly *et alia*, 2007). Esta primeira sentença, juntamente com muitas outras, convenceu várias famílias negras a inscreverem os filhos nas escolas públicas reservadas aos brancos. Estas batalhas legais convencionais, através das sentenças, contribuíram para impulsionar sucessivos conflitos mais directos. A 1 de Dezembro de 1955, Rosa Parks, mulher de um activista negro, foi presa por ter infringido a ordenação municipal da cidade de Montgomery que impedia os negros de se sentarem nos lugares reservados aos brancos nos autocarros da cidade. Na manhã de 5 de Dezembro, entre 90 e 95% dos utentes negros de Montgomery boicotaram os autocarros municipais, como protesto contra a prisão de Parks.

O êxito deste primeiro grande boicote estimulou os activistas a criarem, durante uma reunião na Igreja Baptista de Dexter Avenue, a *Montgomery Improvement Association* (MIA), com a finalidade de prosseguir o protesto até à completa eliminação da segregação nos autocarros. Chefiada por Martin Luther King, a associação conseguiu, depois de praticamente um ano de boicote, atingir o seu objectivo a 21 de Dezembro de 1956. Sucessivamente, o movimento foi marcado por três desenvolvimentos principais que levaram à *escalation* dos primeiros anos da década de Sessenta: as enormes marchas sobre Washington, a realização de grandes campanhas, sobretudo no Verão (como a famosa *freedom summer*), e a difusão e intensificação de práticas como o sit-in, os piquetes, as ocupações (sobretudo de locais destinados aos brancos). Estas três formas de desenvolvimento da acção contenciosa representaram também uma renovação e difusão dos repertórios da política conflitual.

A *Freedom Summer*, a mais importantes das campanhas realizadas pelo movimento, foi um excepcional exemplo de mobilização estratégica de todos os recursos e de difusão das temáticas do movimento a diferentes sectores, como o estudantil, através da adopção de acções ao mesmo tempo fortemente incisivas a nível de pressão política e de forte impacto simbólico sobre a opinião pública. A campanha foi lançada no estado de Mississippi no Verão de 1964, ao fim de convencer o maior número de negros possível a dirigirem-se aos gabinetes eleitorais para se registrarem nas listas, uma operação que, ainda que tivesse o apoio de observadores externos (jornalistas, políticos, activistas), encontrou obstáculos por vezes dramáticos.

A imagem de filas quilométricas de pacíficos cidadãos negros deixados durante horas ou dias debaixo do sol para se registrarem nas listas eleitorais, impedidos de todas as formas, fosse pelos responsáveis dos gabinetes, fosse pela polícia que não poupou acções repressivas violentas, não podia deixar indiferente o público americano, que seguiu com atenção estes episódios através dos novos meios televisivos. Grande ressonância teve também o rapto e homicídio por parte de alguns

membros do Ku Klux Klan, nunca condenados, de três estudantes vindos dos Estados do Norte para apoiarem os activistas da *Freedom Summer*. A esta campanha seguiram-se outras, como a *Vietnam Summer* e a *Labor Summer*, que estenderam o protesto a outros sectores da sociedade americana.

O terceiro canal de desenvolvimento do protesto era constituído por acções demonstrativas como os sit-in, os piquetes e as ocupações. Como no caso da *Freedom Summer*, a qual, todavia, além de um sentido simbólico tinha também o objectivo efectivo de preencher as listas eleitorais, a impressão sobre a opinião pública da violenta repressão destas acções pacíficas foi desestabilizador. Todas estas formas de acção, além de chamar a atenção dos médias, difundiram-se do movimento pelos direitos civis às universidades e ao movimento contra a guerra no Vietname, ainda que com variações específicas. Nos dois decénios seguintes, enquanto estas práticas se iam difundindo também do outro lado do Oceano, as manifestações nos Estados Unidos tornavam-se, por um lado, menos conflituais, mais convencionais e rotineiras; por outro, muito mais amplas e mediáticas.

No entanto a prática do *sit-in* e das ocupações – que por seu lado já encontravam antecedentes nas ocupações das fábricas de automóveis do Midwest de 1934 – entrava definitivamente no repertório conflitual americano e depois europeu, estendendo-se aos estudantes que ocupavam as universidades nos anos Sessenta, aos bloqueios rodoviários contra o nuclear nos anos Setenta, até à ocupação das periferias degradadas nos anos Oitenta. É interessante observar que o mesmo desempenho estava na base das vigílias de oração nos passeios pedestres do movimento anti-aborto, ou seja, como veículo para um protesto de conteúdos ideologicamente opostos. O *Civil Rights Movement* tem muito para ensinar também no que diz respeito ao processo de desmobilização. Na opinião de vários autores, a violência é muitas vezes um efeito colateral, seja das formas de conflito convencionais, seja das mais transgressoras. Enquanto nos Estados Unidos a massa do movimento desaparecia, confluindo em grande parte na política institucional, algumas minorias de militantes, ressentidos pela atitude dos camaradas mais moderados, organizaram grupos armados ou clandestinos, como as *Black Panthers* e os *Weather Underground*, que pretendiam suprir à redução do movimento de massa com a radicalização do conflito, através de estratégias explicitamente violentas. Todavia, estas iniciativas revelaram-se um bumerangue, pois forneceram às elites políticas uma justificação para a adopção de estratégias repressivas igualmente ou até mais violentas de que então.¹⁰

¹⁰ Trata-se de um epílogo bastante comum nos ciclos de protesto. Exemplar neste sentido é o caso do ciclo italiano, que viu no princípio dos anos Setenta uma forte radicalização do conflito e uma excepcional *escalation* da violência que envolveu ambos os lados da barricada. Esta situação forneceu ao Governo a justificação para

Outras considerações que podem nascer da análise do movimento americano remetem para a relação entre a inovação dos repertórios, as mudanças estruturais e o processo político. Nas fases de rápida mudança política, quando se manifestam grandes ciclos de protesto, concentram-se normalmente as grandes inovações nos repertórios conflituais. Além disso, é fácil que a mobilização passe de um sector para um outro, através de um processo de “difusão horizontal”, que pode também envolver movimento ou contra-movimentos com ideologias e reivindicações opostas:

Durante este período de rápida mudança política encontramos, seja recorrentes inovações, seja frequentes malentendidos entre as partes envolvidas na contenda. Quando uma nova vaga de reivindicações começa a ameaçar os interesses (ou a veicular novas oportunidades para) os actores políticos que tinham anteriormente permanecido inactivos, surge uma nova espiral de conflitos. Os movimentos sociais geram contra-movimentos. Aparecem e desaparecem os aliados dos desafidores. O Estado, ao princípio abalado por novas formas de contenda, eventualmente reage, em alguns casos, através da repressão [...] O caso extremo é representado pelas situações revolucionárias, uma grande ruptura no controlo dos meios coercivos (Tilly *et alia*, 2007: 21).

Analizando os repertórios, Tarrow e Tilly evidenciam todavia que as inovações produzidas nos momentos de rápida mutação política são mais efémeras que as de longo prazo, que se produzem como efeito de elementos mais estruturais, como a própria organização social, a presença de uma experiência conflitual consolidada e o peculiar modo de operar do regime. Este último elemento, directamente ligado à questão das oportunidades políticas, parece-nos bastante importante para o nosso trabalho. Todos os regimes classificam os desempenhos nas categorias “prescritos”, “tolerados” e “proibidos”, utilizando ameaças e sanções para os que ultrapassam o limite das acções proibidas.¹¹

Regressando ao movimento dos direitos civis, até agora temos salientado sobretudo as formas que o protesto assumiu e menos os factores que permitiram a mobilização. Entre eles, Tarrow, McAdam e Tilly evidenciam elementos externos e internos ao movimento. Entre os elementos externos, têm particular importância os processos de mudança social, que no caso do movimento pelos direitos civis diz respeito à formação de uma classe média urbana afro-americana. Encontramos depois factores ligados aos limites e às oportunidades disponibilizadas pela estrutura das oportunidades políticas, neste caso entrelaçadas com o processo de ascensão do Partido Democrático, para o qual foi fundamental o voto afro-americano e portanto o êxito das

adoptar a assim chamada Lei Real, votada em 1975 com o apoio também do Partido Comunista Italiano, uma legislação especial contra o terrorismo que limitava fortemente os direitos individuais e as garantias dos arguidos.

¹¹ De facto, trata-se parcialmente de uma simplificação, pois como apontamos, muitas vezes sanções e repressão atingem também acções que se inserem perfeitamente na área dos desempenhos considerados pelo próprio regime legítimos.

campanhas de inscrição dos negros nos registros eleitorais. Este processo levou à presidência Kennedy, que apoiou o movimento ainda que com alguma hesitação, tendência que foi seguida com mais decisão pelo seu sucessor, Lyndon Johnson, que, através do *Civil Rights Act*, aboliu definitivamente, a nível legislativo, qualquer discriminação racial. Entre os elementos inerentes ao próprio movimento, particular importância teve a existência de “formas de organização”, formais ou informais, que forneceram as condições logísticas para a mobilização, como, por exemplo, o circuito das igrejas baptistas.

O movimento pelos direitos civis representa, portanto, quase um modelo em que estão contidos todos estes aspectos, sendo que “talvez nenhum caso esteja mais próximo da clássica interpretação dos movimentos sociais do *Civil Rights Movement*” (McAdam *et alia.*, 2001: 42). Todavia, para que todos estes factores se activem, é necessária uma determinada vontade neste sentido, ou seja, a existência de actores que tornem visíveis as oportunidades políticas, que sejam capazes de mobilizar para um objectivo específico redes e recursos existentes ou de construí-las ex-novo e que, por fim, consigam envolver pessoas antes inertes, através de uma eficaz atribuição dos custos e dos benefícios e de uma eficaz distribuição dos incentivos.

“Perseguições racistas no Estado de Alabama”: o *Civil Rights Movement* na imprensa salazarista

O Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos teve uma ampla ressonância em Portugal, sobretudo a partir de 1960, por ocasião dos primeiros sinais de agitação nas colónias e também paralelamente às primeiras acusações que, no âmbito da ONU, começavam a ser dirigidas, sobretudo por parte dos Estados Unidos, ao colonialismo português. Assim, na imprensa portuguesa, salientava-se sobretudo o facto de os americanos, críticos relativamente à atitude de Portugal em África e defensores dos valores democráticos no mundo, adoptassem medidas repressivas e racistas no seu próprio país.

A 24 de Abril de 1961, por exemplo, o *Diário de Notícias* punha em evidência que, além das discriminações raciais e da repressão policial de um movimento pacífico, também um grupo de jovens “nazis, de braçadeira e cruz gamada, chegaram a Montgomery no autocarro do ódio”¹², enquanto outras notícias sobre o assunto eram acompanhadas por fotografias de polícias americanos atingindo com o cacetete crianças negras e jovens pacíficos. As notícias relativas às discriminações racistas e à repressão violenta contra os negros nos Estados Unidos acompanhavam, assim, a pontual e quase diária crónica, por um lado, das mobilizações dos cidadãos portugueses, entre os quais “milhares de estudantes”, contra a ONU, por outro, pela

¹² DN, 24 de Abril 1961, p.1.

exaltação do trabalho de civilização e desenvolvimento que a presença portuguesa em África tinha, segundo as autoridades, realizado.

Portanto, a atitude de integração e tolerância dos portugueses era posta em contraste com a segregação e o comportamento por vezes brutal da polícia para com os activistas negros adoptada pelos americanos, num momento em que os Estados Unidos punham em campo a presença de Portugal em África com base no princípio da autodeterminação dos povos. Paradoxalmente, a imprensa portuguesa encontrava-se na situação de defender e apoiar um movimento cujas reivindicações pretendiam essencialmente uma extensão dos canais de participação democrática e dos direitos civis previstos pela Constituição americana. Além disso, ao defender o movimento, as autoridades portuguesas assumiam posições que eram, de facto, idealmente próximas, embora com motivações diferentes, às das correntes mais progressistas não só dos Estado Unidos, mas do próprio Portugal.

Não eram, por outro lado, apenas as reivindicações do Movimento dos Direitos Civis a serem incompatíveis com o modelo salazarista, mas também os próprios repertórios de contestação por ele utilizados. Além disso, não se pode esquecer que, à volta do Movimento americano, estava a aglutinar-se uma mobilização de diferentes sectores da sociedade, entre os quais o estudantil, com a difusão de novas temáticas e formas de protesto e com uma progressiva radicalização à esquerda. As temáticas anti-bélicas, algumas já presentes na altura, como as contra a guerra de Coreia, outras de iminente emergência, como as contra a guerra do Vietname, também se instalaram no mesmo filão de protesto, o qual estava prestes a chegar também a Portugal e a contestar a sua guerra colonial.

Neste sentido, o facto de salientar as notícias relativas à repressão dos activistas negros americanos representava uma espada de dois gumes, de uma forma não muito diferente do que acontecera, como será descrito no capítulo seguinte, por ocasião da repressão soviética da revolução húngara de 1956, que encontrou ampla saliência nas páginas dos principais diários portugueses.

Os “longos anos Sessenta”

Política em movimento: estudantes contra a autoridade

O elemento comum das grandes agitações estudantis que se difundiram a partir da segunda metade dos anos Cinquenta até ao início dos anos Setenta, num período definido pelo historiador Arthur Marwick de “longos anos Sessenta” (1998), é com certeza a carga anti-autoritária, seja contra modelos de comportamentos sociais e culturais, seja contra instituições políticas que,

embora com diferentes graus nos diferentes países, eram geralmente consideradas autoritárias e conservadoras. A expressão de “longos anos Sessenta”, usada por Marvick no seu ensaio *The Sixties: Cultural Revolution in Britain, France, Italy, and the United States, 1958-1974*, remete sobretudo para as dinâmicas culturais das grandes mudanças ocorridas durante estes longos anos Sessenta. Todavia, os limites entre o social, o cultural e o político são sempre muito vagos, como demonstra o facto de as autoridades políticas, sobretudo em contextos autoritários, sempre se terem preocupado em regulamentar os comportamentos sociais e culturais dos cidadãos, por exemplo através da censura.

Por outro lado, na Introdução já salientámos a importância dos recursos sociais e culturais da mobilização para que um movimento, também quando tem fins explicitamente políticos, possa existir e desenvolver uma acção eficaz. Os próprios movimentos, sociais por definição, emergem, a nosso ver, como uns dos principais pontos de contacto entre o social e o político: a essência de um movimento é evidentemente a sua capacidade de envolver e ligar os indivíduos, enquanto os seus fins têm sempre uma valência política, incluindo quando as reivindicações são sobretudo sociais e culturais.¹³ Todavia, no contexto deste trabalho, teremos em conta sobretudo dos elementos propriamente políticos das grandes mobilizações estudantis que atravessaram a Europa e o mundo nos longos anos Sessenta e, quando falarmos de autoritarismo, referir-nos essencialmente às características autoritárias dos sistemas políticos, seja no caso de ditaduras seja no caso de regimes democráticos. Isso embora, mais uma vez, seja muito difícil estabelecer um limite certo entre “autoritarismo societal” (Cabral, 2006) e autoritarismo estatal, sobretudo no que diz respeito à relação que os movimentos sociais sempre envolvem entre Estado e sociedade civil.

Por outro lado, se é verdade que os movimentos que se desenvolveram em contextos autoritários – Europa do Leste, ditaduras da Europa do Sul – pretendiam essencialmente uma mudança política, também no caso de movimentos que nasceram em regimes democráticos, na Europa e nos Estados Unidos, as reivindicações propriamente políticas tinham um papel muito importante. Os próprios regimes democráticos eram em muitos casos percebidos pelos movimentos estudantis como autoritários, uma percepção que podia vir a ser amplificada pela resposta efectivamente pouco democrática face aos conflitos e aos protestos sociais. Por outro lado, existiam em todas as democracias ocidentais, embora com graus diferentes, elementos efectivamente autoritários não só na gestão da ordem pública, mas também na concessão de

¹³ Isso emerge por exemplo no caso dos movimentos contra a discriminação racial e sexual, ou dos movimentos para a defesa das minorias étnicas ou culturais. Em todos estes casos, os êxitos dos movimentos dependem sempre de uma escolha política: até que os movimentos não atingem as instituições, no sentido de impor uma legitimação, a criação de novos direitos ou a aplicação de direitos já codificados, não se pode dizer que o movimento tenha exaurido a sua “missão”. Por outro lado, o facto de atingir as instituições, em si, não significa necessariamente que o movimento tenha conseguido as mudanças pretendidas.

direitos fundamentais, na igualdade de oportunidades e na permanência de discriminações, codificadas ou não por lei, relativamente a alguns grupos de cidadãos.

Neste sentido, existe uma linha de continuidade entre os movimentos dos longos anos Sessenta – *Civil Rights Movement*, movimentos independentistas e de libertação colonial, movimentos estudantis, movimentos femininos, só para citar alguns – que remete para a luta contra os elementos autoritários dos mais diferentes regimes e, no caso das democracias ocidentais, para o estímulo ao cumprimento das promessas declaradas na altura dos processos de democratização. Em alguns casos, este processo de democratização era muito recente. O exemplo de Itália é neste caso significativo: a transição democrática, na altura dos primeiros movimentos estudantis de 1960, tinha apenas 15 anos e as lembranças do fascismo eram ainda muito vivas. As grandes expectativas da democratização pareciam ter sido traídas pela permanência de elementos autoritários, não só nas atitudes políticas, mas até na própria legislação, seja civil ou penal, como será melhor explicado nos próximos parágrafos. Neste sentido, como também salientam, de pontos de vista diferentes, Sidney Tarrow (Tarrow, 1989) e Donatella della Porta (della Porta, 2003), os grandes movimentos, sobretudo estudantil e operário, dos longos anos Sessenta italianos, tiveram o papel de conferir novo dinamismo a um processo de democratização que parecia ter-se interrompido, sobretudo nas áreas do direito de família e da gestão da ordem pública

O mundo soviético e a China

As consequências mais explosivas das falhas introduzidas no estalinismo por Krutchev fizeram-se sentir, desde logo, na Europa do Leste, sobretudo na Hungria e na Polónia, onde o relatório do novo secretário do PCUS suscitou a ilusão que a hegemonia da União Soviética sobre os seus “satélites” pudesse abrandar ou até acabar completamente. Na Polónia, foram sobretudo os operários com o apoio da igreja católica a protagonizar as agitações, que culminaram na grande greve de Poznam de Junho de 1956. A greve foi interrompida pela intervenção das tropas soviéticas, mas a agitação continuou durante o Verão, para chegar ao movimento de protesto geral que se estendeu a vários sectores da sociedade, o chamado “Outubro polaco”. Em lugar de enfrentar uma difícil repressão militar, os dirigentes da URSS preferiram fazer uma mudança nos vértices do partido e do Governo da Polónia, favorecendo a ascensão ao poder de Gomulka, há pouco saído da prisão. Gomulka promoveu uma política de cauta libertação e parcial reconciliação com a igreja, embora sem pôr em causa a aliança com a União Soviética e os termos do Pacto de Varsóvia.

A bem mais conhecida crise da Hungria seguiu inicialmente um curso quase análogo, mas chegando a resultados bem mais dramáticos. Desta vez, os protagonistas da revolta foram

sobretudo estudantes e intelectuais, cujos protestos, no mês de Outubro, acabaram numa verdadeira insurreição, com a participação também de amplos sectores laborais. Em todas as fábricas foram criados *conselhos operários* autónomos das organizações oficiais. À chefia do Governo foi chamado Imre Nagy, comunista da ala “liberal”, já expulso do Partido. Quando, a 1 de Novembro, Nagy anunciou a saída do Pacto de Varsóvia, o secretário do Partido Comunista Kadar invocou a intervenção soviética. Tropas da Exército Soviético ocuparam Budapeste e reprimiram violentamente a tenaz resistência que se tinha formado contra as tropas soviéticas. Depois de poucos meses, Nagy foi fuzilado, enquanto Kadar assumia a direcção do país. A intervenção soviética – que aparecia como um radical desmentido das esperanças abertas pela desestalinização – provocou protestos e denúncias em todo o mundo ocidental, suscitando verdadeiras “crises de consciência” entre os comunistas de todo o mundo, já atingidos pelo trauma do relatório Krutchev.

Assim, se é verdade que no imediato, no plano das relações de força, a URSS conseguia manter o controlo sobre os países satélites, é verdade também que as experiências da Polónia e sobretudo da Hungria marcavam o início da perda de consenso da União Soviética e do socialismo real entre aqueles sectores mais fracos da sociedade, para os quais tinha sempre representado um modelo de sociedade ideal. Por outro lado, a desestalinização não era contestada apenas “à direita”, ou seja pela sua traição às promessas liberalizantes, mas também “à esquerda”, por ser considerada uma traição relativamente ao caminho marcado pelos “países” do comunismo Marx, Engels, Lenine, Estaline e, finalmente, Mao. Os sectores que sustentavam esta crítica viraram-se assim facilmente para a China, que passou a representar o novo modelo para seguir por parte dos novos grupos marxistas-leninistas, formados sobretudo por jovens e estudantes e, em Portugal, sobretudo por jovens desertores e refractários à guerra colonial.

O conflito sino-soviético aprofundava estas clivagens. Este conflito baseava-se sobretudo em rivalidades estatais e em divergências político-ideológicas, ligadas quer às estratégias internacionais, quer à política interna. Como salienta Pacheco Pereira: “Quer o PCUS que o PCC eram partidos no poder, comandando países com zonas de influência que se sobrepunham, com políticas nacionais distintas, com peso específico próprio no movimento comunista e que entendiam ter direito a definir uma política internacional própria” (J.P.Pereira, 2008: 10). Assim, enquanto a URSS propunha a manutenção de uma ordem mundial “bipolar”, a China contestava o *statu quo* internacional, sobretudo apoiando a causa dos movimentos revolucionários de todas as partes do mundo e pretendendo chegar a representar um guia para os países em vias de desenvolvimento, contra o imperialismo. Na base desta tendência havia a ideia propriamente maoísta de que a revolução pudesse partir dos países do Terceiro Mundo, ou seja, que não fosse

necessário um certo grau de desenvolvimento industrial para a revolução. As próprias massas rurais, mais do que os operários, treinadas na luta de guerrilha, teriam neste sentido representado os actores fundamentais da revolução. Esta posição – embora tivesse também evidentes motivações ligadas à *raison d'état*, ditadas pela vontade de contrastar o domínio das duas super-potências e de conferir um papel relevante à China no contexto internacional – teve um efeito deflagrador nos meandros do marxismo ocidental, fornecendo a bagagem ideológica das novas utopias assumidas e divulgadas pelos grupúsculos marxistas-leninistas que começaram a surgir em toda Europa. Todavia, como já tivemos modo de evidenciar, se estas dinâmicas acentuaram o processo:

A pré-história dos grupos pró-chineses e pró-albaneses nos países da Europa, América, Austrália e Nova Zelândia data do XX Congresso do PCUS e da destalinização, processos cujo impacto gerou tensões e resistências dentro dos partidos comunistas [...] Essas tensões levaram a dissidências de grupos que evoluíram para outros comunismos, à esquerda e à direita, ou para plataformas não-comunistas, socialistas radicais, com perda progressiva da identidade comunista (P.Pereira, 2008: 65).

Nestas dinâmicas inseriu-se, entre 1966 e 1968, também a chamada revolução cultural, ou seja, uma revolta juvenil aparentemente espontânea, mas de facto dinamizada pelas autoridades chinesas para se contrapor às correntes internas do regime acusadas de pender para uma introdução do capitalismo. Este movimento, apelando ao “verdadeiro pensamento de Mao”, contestava qualquer poder burocrático e qualquer autoridade baseada na competência técnica. Nas escolas e nos lugares de trabalho, no partido e nos órgãos de governo locais, grupos de jovens “guardas vermelhas”, na maior parte estudantes, puseram sob acusação professores e dirigentes políticos, intelectuais, artistas e dirigentes de empresa, com o intuito de provocar, pela iniciativa de massa, uma mudança radical na cultura e na mentalidade colectiva e assim ultrapassar os obstáculos para a realização completa do comunismo. Em Portugal, significativamente, a revolução cultural chegava em coincidência com o “fim prematuro” da FAP/CMLP, que, embora fosse devida à repressão policial, “marca igualmente o fim deste período pioneiro das organizações marxistas-leninistas [...] que vão ser confrontadas com um ciclo novo de eventos” (P.Pereira, 2008: 180).

A revolução exauriu-se em poucos anos e, a partir de 1968, o próprio Mao começou a travar o movimento por ele desencadeado, que estava a provocar profundas fracturas na base comunista, sobretudo entre estudantes e operários. Apesar de ser motivada por exigências de política interna que pouco tinham de mudança cultural, como no caso do êxito ideológico do apelo à “revolução no terceiro mundo”, também a revolução cultural chinesa teve, sobre o universo contestatário

européu, um efeito dinamizador que ia bem mais longe das motivações que estavam na sua origem.

Quase na mesma altura, o bloco dos países do Pacto de Varsóvia voltou ao centro da atenção da opinião pública mundial. Depois da morte de Krutchev, o novo secretário Breznev manteve uma linha política não muito diferente do seu predecessor, aliás, com uma sensível acentuação da repressão para com qualquer forma de dissensão, sobretudo intelectual. Relativamente à relação com os países do bloco, o novo Secretário soviético mostrou toda a sua intransigência para com a mais ampla experiência de liberalização tentada até então nos países do bloco e que levou à primavera de Praga. Em Janeiro de 1968 Aleksander Dubcek, líder da corrente inovadora do Partido checoslovaco, foi nomeado Secretário e, empurrado pelo entusiasmo da opinião pública em geral, mas sobretudo pelos intelectuais e os estudantes, apressou um processo de renovação até então impensável, sobretudo no que diz respeito à introdução de medidas de abertura política. Entre a Primavera e o Verão de 1968, a Checoslováquia viveu uma estação de radical mudança política que pareceu concretizar o ideal do “socialismo de rosto humano”, até que, depois de várias tentativas de bloquear este processo, a URSS se decidiu pela via militar e enviou, a 21 de Agosto, as suas tropas por ocupar Praga e o país. Depois, face à resistência que se estava a desenvolver, Dubcek foi obrigado a retomar o seu lugar, mas sob estrito controlo soviético.

Com a repressão violenta da primavera de Praga, a União Soviética registou uma ulterior mancha na sua imagem. Desta vez, os Partidos Comunistas ocidentais, a começar pelo italiano, não pouparam críticas à intervenção soviética, similarmente ao que fizeram os Partidos Comunistas no poder na China, na Jugoslávia e na Roménia. Por outro lado, a nível de política internacional, a URSS conseguiu afirmar o seu poder sem pagar significativos preços políticos na relação com os Estados Unidos, entretanto empenhados em acções não menos violentas na guerra do Vietname. Com a primavera de Praga concluía-se, não só o “68”, mas também a primeira fase, a mais “utópica”, dos movimentos estudantis, europeus e não. O choque com a violenta repressão estatal, que foi a marca característica da resposta das instituições não só dos regimes autoritários, não foi estranho ao desenvolvimento futuro dos movimentos estudantis, cuja história dos anos Setenta se tornará cada vez mais violenta e cada vez mais radical.

O mundo ocidental e o Maio de ‘68

Se no mundo soviético se tinha aberto uma contestação de molde liberalizante relativamente às estruturas políticas e sociais do socialismo real, no mundo ocidental a contestação virou-se sobretudo contra o capitalismo e as desigualdades que este estava a provocar no seio da alegada sociedade do bem-estar. Além disso, como já referimos acima, a contestação atingia igualmente,

sobretudo nos países de mais recente democratização, os elementos autoritários que também existiam em contextos democráticos, ligados sobretudo a práticas duras de gestão da ordem pública e a elementos codificados ou não de exclusão social. A contestação do modelo capitalista, não só económico mas também cultural, encarnado pela sociedade de consumo apareceu inicialmente, sobretudo no mundo anglo-saxónico, sob a forma de uma verdadeira recusa da sociedade industrializada, que foi a base da difusão das comunidades hippies e depois da criação de uma cultura alternativa, na qual confluíam a prática da não-violência, a religiosidade oriental, o consumo de drogas mais ou menos leves, e as mensagens da nova música. Depois, a revolta juvenil assumiu formas mais politizadas e encontrou os seus centros propulsores nas universidades, onde a escolarização de massas tinha concentrado um sector estudantil mais numeroso e socialmente mais articulado de que nunca. Também neste caso o fenómeno começou nos Estados Unidos, onde a mobilização – iniciada com a ocupação da Universidade de Berkeley em 1964 – se entrelaçou com os protestos contra a guerra do Vietname e com o *civil rights movement*. Diferentemente do movimento pelos direitos dos negros, que, como vimos, assumiu em alguns sectores características mais radicais e meios mais violentos de luta, o movimento estudantil americano permaneceu pacífico, fraccionando-se enfim em dezenas de pequenas correntes, muitas das quais perderam qualquer característica política para se canalizar novamente numa repulsa ao modelo social dominante e em estilos de vida abertamente new-age. Por outro lado, do movimento estudantil nasceram também outros movimentos, como o feminista, o ecologista e o movimento para os direitos dos homossexuais, os quais, em alguns casos, se institucionalizaram até formar verdadeiros *lobbies* em defesa de interesses específicos dos grupos de origem.

A partir de 1966-1967 e com o auge em 1968, a revolta estudantil estendeu-se ao Japão e aos maiores países europeus, onde assumiu formas mais radicais e ideologizadas. Um dos principais elementos unificadores foi, como vimos, a luta contra o autoritarismo, considerado como um traço distintivo das sociedades industriais avançadas, mas também a mobilização contra o “imperialismo” americano, sobretudo contra a intervenção no Vietname. Na Alemanha, a revolta estudantil concentrou-se sobretudo contra as medidas repressivas do Governo de “grande coligação” e contra a grande imprensa, controlada pela direita, originando organizações políticas que se definiram como extra-parlamentares. Na França, o coágulo entre os diversos movimentos de extrema-esquerda, que procuravam conjugar o tradicional empenho revolucionário com novas formas de luta anti-autoritária, em linha com o movimento situacionista, originou os episódios mais clamorosos de toda a estação das revoltas estudantis. No mês de Maio de 1968, o Bairro

Latino de Paris foi teatro de uma prolongada e violenta guerrilha urbana que viu opostos estudantes e polícia.

O movimento conseguiu envolver sindicatos e partidos de esquerda, unidos na oposição ao Governo De Gaulle, que pareceu vacilar sob o ímpeto de uma imponente vaga de greves. Todavia, o General, mobilizando a opinião pública moderada, obteve um amplo êxito nas eleições do mês seguinte e, com uma reforma universitária baseada em princípios de eficiência, conseguiu desmobilizar as bases da revolta estudantil, que de facto se exauriu rapidamente. Além dos resultados políticos, que foram geralmente modestos, as revoltas de '68 deixaram uma marca profunda na sociedade ocidental: renovaram, embora de forma efémera, o mito de uma transformação revolucionária da sociedade; influenciaram os comportamentos individuais; criaram novas formas de mobilização; originaram memórias e tradições que entraram nos repertórios da acção conflitual.

O caso italiano e o “Outono quente”

Os estudantes italianos estiveram na origem de um surto de mobilização já em 1960, quando, juntamente com alguns sectores operários, contestaram a formação de um Governo monocolor democrata-cristão que tinha o apoio externo do *Movimento Sociale Italiano* (MSI), partido directamente herdeiro da experiência fascista e até então oficialmente excluído dos jogos políticos. Apenas 15 anos depois do fim do fascismo, esta escolha parecia uma ofensa às novas instituições democráticas e uma traição aos valores constitucionais expressos por todas as forças que tinham participado na luta de resistência. Os protestos que surgiram foram violentamente reprimidos e nove jovens estudantes, todos entre 18 e 21 anos, foram mortos a tiro pela polícia durante as manifestações. Os protestos estudantis recomeçaram em Itália sobretudo a partir de 1967, levando neste caso à ocupação de numerosas universidades e a grandes manifestações de rua, assim como, mais uma vez, a violentas confrontações com as forças da ordem. A contestação italiana retomava temas já presentes nos movimentos de outros países (anti-imperialismo, oposição à guerra do Vietname, anti-autoritarismo, anti-capitalismo), mas assumiu também características específicas no sentido de uma forte ideologização marxista e revolucionária, que se inseriram na tradição operaísta. O movimento estudantil cresceu na luta contra o autoritarismo académico e o princípio da selecção escolar, mas assumiu uma oposição cada vez mais hostil para com todo o sistema capitalista e a “cultura burguesa” em geral. A crítica da sociedade burguesa transformou-se em recusa da prática política tradicional, incluindo os partidos da esquerda histórica, exaltação da democracia de base fundada na decisão da assembleia e do igualitarismo.

Esta procura de novas formas de fazer política foi acompanhada em muitos casos pela revolução dos comportamentos sexuais, das relações pessoais e familiares.

A partir do Outono de 1968, o movimento estudantil identificou como seu interlocutor privilegiado na classe operária. A procura desta ligação derivava da influência dos grupos intelectuais que desde há tempo tinham assumido posições operaiistas, mas também, mais geralmente, da presença de uma forte tradição marxista que havia caracterizado durante todo o pós-guerra a cultura de esquerda italiana. O operaiismo foi também a marca distintiva dos grupos políticos que surgiram entre 1968 e 1970, na onda do movimento estudantil e que, como no caso alemão, passaram a chamar-se extra-parlamentares. Entre outros, lembram-se *Potere Operaio*, *Lotta Continua*, *Avanguardia Operaia*. Características ideológicas e organizativas diferentes, mais parecidas com as de um partido e conotadas por estruturas fortemente autoritárias, teve por seu lado a *Unione degli Studenti Marxistici Leninisti*, inspirada na revolução cultural chinesa.

A atenção aos operários por parte dos estudantes coincidiu com uma intensa época de lutas dos trabalhadores da indústria que, começada no princípio de 1969, por ocasião de uma série de renovações contratuais, culminou no Outono daquele ano. O protesto tinha começado de forma quase espontânea em algumas grandes fábricas do Norte e tinha como principal protagonista a figura do chamado “operário de massa”, ou seja o trabalhador pouco qualificado, muitas vezes imigrado do Sul e, portanto, sobre o qual mais gravemente pesavam as condições de trabalho e a ausência de serviços sociais adequados. Através da influência da contestação estudantil, estes conflitos nas empresas foram caracterizados pela utilização do repertório da assembleia-geral como momento decisional; pelo elevado grau de participação e pela radicalidade das reivindicações, centradas no igualitarismo (como aumentos salariais iguais) e na contestação da organização do trabalho nas fábricas.

Apesar destes resultados dos grupos estudantis e da nova esquerda no sentido de conduzir o movimento dos trabalhadores, as organizações sindicais tradicionais conseguiram liderar a direcção das lutas e orientá-las até à conclusão de uma série de contratos nacionais que asseguraram em alguns casos aumentos salariais significativos. Enfim, o novo peso assumido pelos Sindicatos foi demonstrado pela adopção, em 1970, do primeiro Estatuto dos Trabalhadores, no qual eram afirmadas as liberdades sindicais e os direitos dos trabalhadores dentro das empresas. Todavia isso levou geralmente à desmobilização da maioria dos trabalhadores, satisfeitos com os resultados atingidos, enquanto os mais politizados, juntamente com os meios mais radicais do movimento estudantil e dos grupos da nova esquerda, sentiram-se cada vez mais isolados, até empreenderem o caminho da acção contenciosa violenta e, por fim, do terrorismo.

Por outro lado, as lutas estudantis e operárias encontraram poucas possibilidades de atingir um sistema político que revelou naquela ocasião toda a sua rigidez, o seu escasso dinamismo e as suas facetas mais autoritárias, que se exprimiram sobretudo na repressão violenta dos movimentos. A única intervenção relevante na área da instrução foi a liberalização do acesso à universidade, a qual todavia não foi acompanhada, como teria sido necessário, por uma reforma paralela da escola secundária e da própria escola superior. Apesar disso, embora as mudanças não andassem exactamente no sentido radical pretendido pelos estudantes, foram promulgadas naqueles anos algumas leis importantes, destinadas a incidir de forma profunda nas instituições e na sociedade italiana. Além do já citado Estatuto dos Trabalhadores, cuja importância está fora de discussão, em 1970 foram, por exemplo, adoptadas medidas para descentralizar o poder, através da instituição das regiões. No mesmo ano, com o apoio das esquerdas e dos partidos laicos foi aprovada a lei Fortuna-Bastini, que introduzia em Itália o divórcio. Nesta linha, em 1975 chegava a primeira reforma do direito de família dos tempos do fascismo, com importantes medidas de igualização entre homens e mulheres, enquanto, em 1978, era por fim despenalizado o aborto. Continuavam todavia, como se verá no parágrafo seguinte, importantes permanências autoritárias na legislação penal, não só a nível de relação entre os sexos, mas também e sobretudo em toda a normativa na base da gestão da ordem pública, como o próprio Código Penal, o Código de Processo Penal e a lei de segurança pública, cujas origens recuavam aos tempos do fascismo.

“Autoridade” ou “autoritarismo”?

Nas ditaduras, o acesso de novos actores ao sistema político é muito limitado, enquanto a maioria dos comportamentos políticos orientados para a expressão da dissensão (repertórios contenciosos) são considerados ilegítimos ou transgressivos. Todavia, pode-se encontrar também em presença de regimes democráticos a exclusão de alguns grupos do jogo das negociações, assim como a proibição ou forte limitação de acções contenciosas não explicitamente transgressivas ou violentas e em muitos casos legitimadas por lei. Isto remete para o conceito de Estrutura das Oportunidades Políticas anteriormente delineado: uma democracia pode apresentar uma estrutura das oportunidades fechada e excludente relativamente aos actores que não se encontram ainda no âmbito do Governo. Esta condição pode ser explicada eficazmente pelo caso italiano, onde, até meados dos anos Sessenta, o PCI – ainda que se tratasse de um partido legalmente reconhecido, que até contribuiu para a redacção do texto constitucional italiano – foi

objecto de uma dura repressão e de um rigoroso controlo policial¹⁴. Todavia, quando emergiram novos movimentos mais radicais, o PCI tornou-se num interlocutor do Governo e contribuiu para a exclusão política e marginalização dos novos actores (apoando, por exemplo, a promulgação da lei Reale, v. nota n.14).

Alguns dos elementos que contribuíam a tornar mais deflagrante o choque entre movimentos e autoridades em Itália eram ligados às continuidades autoritárias presentes quer na legislação penal e civil, quer a nível ideológico e societal. O Código Rocco, o Código Penal ainda em vigor em Itália, foi formulado por uma comissão de juristas chefiada por Alfredo Rocco em 1930, ou seja, em pleno regime fascista. Corolário do código foi o *Testo Unico di Pubblica Sicurezza* (TULPS), que, promulgado em 1931, também continua em vigor. O debate à volta desta situação é bastante amplo e envolve especialistas de várias disciplinas, tais como historiadores, sociólogos, cientistas políticos e sobretudo juristas.

Donatella della Porta sublinha como a permanência de uma legislação de matriz autoritária concorreu para a particular intensidade da violência política durante os anos da Itália republicana, pois a predilecção por estratégias repressivas contribuiu para a radicalização do conflito social, tanto do ponto de vista ideológico como do ponto de vista das próprias dinâmicas dos embates de rua entre forças da ordem e militantes. Na opinião de della Porta, um dos elementos autoritários mais relevantes nesta legislação é o conceito de ordem pública, que está na base de toda a actividade de *protest policing*:

A própria noção de ordem pública na qual se baseava a legislação fascista ia bem para além da ordem pública “material”, geralmente entendida como “garantia da saúde, da segurança pública e do pacífico desenvolvimento das actividades sociais”, estendendo-se até envolver a ordem pública ideal, como instrumento de homogeneização do pluralismo social à luz de valores específicos (della Porta *et alia.*, 2003: 31).

Concretamente, as normas do Código Penal mais utilizadas para reprimir o movimento estudantil italiano e as organizações de extrema-esquerda foram sobretudo: vilipêndio contra as instituições do Estado (art. 290), instigação à delinquência (art.414), afixação abusiva de escritos (art. 663). Contempladas pelo TULPS havia também: propaganda subversiva e tentativa ou favorecimento de propaganda subversiva (art. 116, parágrafo 5). Além disso, sendo necessário para qualquer reunião pública a autorização das autoridades, utilizava-se difusamente o veto de manifestação

¹⁴ A secção da Segurança Pública dedicada ao controlo do Partido Comunista é, de facto, uma das mais activas, como demonstra a quantidade de fascículos presentes no *Archivio Centrale dello Stato* em Roma (ACS, *Pubblica Sicurezza: Sezione Partiti Politici – Sottosezione Partito Comunista*). Interessante é o facto que, o controlo e contenção do crime e dos criminosos políticos, foi-se estruturando através de um percurso que vai desde a afirmação do Estado liberal na segunda metade do século XIX até à Republica.

que, pontualmente transgredido, fornecia motivações suficientes para a aplicação da punição penal.

De facto, como salienta della Porta (della Porta *et alia*, 2003), esta mesma arbitrariedade em conceder o direito de manifestação pode ser considerada muito pouco correcta do ponto de vista constitucional, ainda que as forças da ordem alegassem como motivação a presumida perigosidade dos manifestantes. A autora, na comparação entre as estratégias de gestão da ordem pública em Itália e na Alemanha no pós-guerra, salienta como a própria Corte Constitucional alemã teria invertido em vários casos a decisão de governadores locais que não consentiam o desenvolvimento de uma manifestação, por não encontrarem nestas decisões motivações suficientemente fundamentadas (della Porta *et alia*., 2003). Della Porta sublinha ainda que o facto de os estudantes alemães poderem recorrer, em alguns casos, a um organismo superior como a Corte Constitucional e serem por este considerados com actores legítimos no processo político, que até podiam ganhar uma causa contra as forças da ordem, contribuiu para que as instituições alemãs não saíssem completamente desacreditadas do ciclo de protesto. Em Itália, em contrapartida, difundiu-se entre a maioria dos jovens protagonistas da contestação a imagem de um Estado que nunca os teria considerado como legítimos interlocutores políticos e que nunca teria respeitado, com eles, as normas democráticas sancionadas pela Constituição.¹⁵

Enfim, é oportuno salientar que a própria legislação italiana relativa ao direito de associação está fortemente limitada por estar previsto, no TULPS, especificadamente no art. 209, o estrito controlo por parte das forças da ordem de toda a actividade associativa no país, sobre a qual a segurança pública tem a obrigação de recolher e fornecer informações ao gabinete do Ministério do Interior e o poder de decidir a dissolução da associação:

As associações, as entidades e os institutos públicos operantes no reino e nas colónias são obrigados a comunicar às autoridades de segurança pública o acto constitutivo, o estatuto e os regulamentos internos, o elenco nominativo dos representantes e dos sócios, e qualquer outra informação sobre a sua organização e a actividade, sempre que são interpelados pela autoridade competente. Por razões de ordem pública ou de segurança pública [...] os Governadores Civis pode decidir por decreto a dissolução das associações, entidades ou institutos constituídos e operantes no reino que desenvolvem uma actividade contrária aos ordenamentos políticos do Estado.

A possibilidade de aplicar este artigo e a sua conformidade com a própria Constituição era problematizada, em alguns casos, pelos próprios Governadores Civis, os quais lamentam que esta normativa fosse insuficiente para definir a perigosidade de uma organização. Uma carta da

¹⁵ É verdade que na Alemanha também parte do movimento estudantil confluiu no terrorismo, mas o fenómeno é incomparável com a difusão de correntes e organizações declaradamente anti-sistémicas que surgiram em Itália desde o final dos anos Sessenta até à segunda metade dos anos Setenta. (della Porta *et alia*., 1997).

Direcção Geral da Segurança Pública destinada ao Governador de Alessandria, que tinha levantado estas questões, é bastante esclarecedora. Nela, sublinha-se que o Governo Civil é totalmente livre de decidir se existem os pressupostos de ordem ou segurança pública suficientes para a completa aplicação do art. 209 do TULPS. Além disso, é enfrentado outro problema levantado em 1972 pelo Governador Civil de Alessandria, ou seja, a conformidade do artigo 215 do TULPS com a Constituição, que no art. 18 declara que “os cidadãos têm direito de se associar livremente para fins que não são proibidos pela lei penal. São proibidas as associações secretas e as que perseguem indirectamente finalidades políticas mediante organizações de carácter militar”. Neste sentido, o funcionário da Direcção Geral sublinha que, até a Corte Constitucional não intervir, declarando a inconstitucionalidade de uma norma, a mesma continua plenamente vinculadora para os cidadãos e as instituições, embora estes tenham de a aplicar com cuidado, avaliando atentamente os casos contingentes.¹⁶ Alguns estudiosos evidenciam que a razão pela qual a legislação (penal mas não só) fascista não foi reformada com a instauração e a consolidação do regime democrático italiano foi a sobrevivência, na própria sociedade italiana, de muitos elementos nela codificados:

A concepção do homem e da mulher, da família e da sociedade que transparecem do Código Rocco têm encontrado, durante muito tempo, as suas matrizes na cultura italiana. A própria ideia de Estado ético sobre a qual o Código Rocco se baseia, encontrou plena correspondência naquela atitude italiana que, desde a unificação, sempre foi orientada no sentido de remeter tudo para o Estado, dele tudo esperando (Bettiol, 1981: 27).

Assim, no Código Rocco, não encontramos apenas um normativo que confere características autoritárias à gestão da ordem pública, mas também normas discriminatórias a respeito, por exemplo, da relação entre os sexos. Significativas, neste sentido, são a norma que estabelecia a pena de detenção para a adúltera e o seu co-réu, mas não para o adúltero, abolida apenas em 1968, e a relativa ao delito de honra, sancionada no artigo 587 do Código Penal¹⁷, abolido só em 1981.

¹⁶ Carta do Responsável pela Pública Segurança do Ministerio do Interiora o Governador Civil de Alessandria, 20 de Setembro 1972, Roma, *Archivio Centrale dello Stato* (ACS), *Archivio del Ministero dell'Interno, Divisione Generale di Pubblica Sicurezza*, Envelope 348, fascículo Alessandria, sub-fascículo n. 2.

¹⁷ “Qualquer pessoa que provoca a morte do cônjuge, da filha ou da irmã, no acto em que descobre a ilegítima relação carnal e no estado de ira determinado pela ofensa contra a sua honra ou da família, é punido com a reclusão de três até sete anos. À mesma pena é sujeito quem, nas mesmas circunstâncias referidas, provoca a morte da pessoa que está em ilegítima relação carnal com o cônjuge, com a filha ou com a irmã”. Artigo 587 do Código Penal Italiano, abolido em 1981.

Todavia, o caso italiano, sobretudo no que diz respeito à gestão da ordem pública, não está isolado do contexto internacional dos anos Sessenta e Setenta. Seja em países autoritários como Espanha e Portugal ou como os da Europa de Leste, seja em países democráticos como França, Alemanha e Estados Unidos, a primeira e imediata resposta das instituições às grandes agitações dos anos Sessenta, estudantis mas não só, foi a repressão policial. Na França, por exemplo, em 1961, durante uma manifestação pela independência da Argélia, foram mortos dezenas (ou centenas, dependendo das fontes) de manifestantes pacíficos pelas forças da ordem chefiadas pelo Governador Civil Maurice Papon. No dia a seguir a estes factos, os diários falavam apenas de 3 mortos e 55 feridos, pelo que a verdadeira gravidade deste episódio, lembrado como “le Massacre du 17 octobre 1961”, só se tornou pública nos finais dos anos Setenta.

Naquela altura começaram a emergir elementos confirmando que, no massacre de 1961, entre 32 e 325 magrebinos, manifestando-se pela independência da Argélia, foram mortos pela polícia, dezenas de manifestantes foram deitados no Sena, enquanto outros morreram posteriormente nos centros de detenção. Todavia, será apenas nos anos Noventa que o debate sobre estes acontecimentos foi desenvolvido de forma completamente livre, sobretudo a seguir a um exaustivo estudo do historiador Jen-Luc Einaudi (1991) e depois de o próprio Papon ter sido antes acusado em 1983 e, por fim, condenado em 1997, por crimes contra a humanidade pela sua colaboração com o regime de Vichy e por ter contribuído para a deportação de cerca de 1600 judeus entre 1942 e 1944.

Redes e repertórios estudantis sob o Estado Novo

O Associativismo Estudantil

O espaço consentido à acção colectiva organizada, sobretudo de tipo associativo, foi sujeito durante a vigência do Estado Novo a importantes oscilações. Como no caso da censura (Adinolfi, 2007), as autoridades modulavam de facto a acção repressiva contra o associativismo conforme às exigências do momento, ainda que sempre nos limites de um estrito controlo. O livre associativismo de cidadãos era legitimado, em princípio, pela própria constituição de 1933, que só impedia a formação de associações secretas. Todavia, a associação e reunião de cidadãos foi igualmente perseguida, no Portugal salazarista, como instrumento potencial de subversão e de perturbação da ordem pública. Era, por outro lado, por parte das instituições, uma atitude absolutamente conforme aos princípios na base do Estado orgânico, em que todos os membros do corpo nacional deviam ser interdependentes e ligados de forma hierárquica. Deste ponto de vista, a formação de associações autónomas, constituídas com base no voluntarismo individual e num

tipo de relacionamento social que, até por ser voluntário, tinha características de horizontalidade, colidia abertamente com a estrutura vertical e autoritária do Estado orgânico.

As Associações de Estudantes escapavam parcialmente a estas dinâmicas, sobretudo por serem organismos corporativos de facto muito estruturados dentro das universidades, ainda que frequentemente se tornassem em meios de insubordinação ao regime. Mesmo aqui estava a parcial contradição das Associações de Estudantes que, embora fossem centros de agregação oficiais e ligados a uma tradição em alguns casos não propriamente progressista, representavam, pelas próprias características, ambientes muito favoráveis à coagulação da contestação. O principal factor na base desta capacidade estava no facto de as Associações de Estudantes serem um dos poucos espaços efectivamente autogeridos sob o regime. Através das Associações, os alunos dispunham assim de um instrumento efectivo e independente de representação, sem que existisse nada de parecido para outras categorias sociais, em primeiro lugar aquela dos operários.

Com respeito a este ponto, Maria Fátima Patriarca salienta que os Sindicatos Nacionais, aos quais em 1939 o Governo tinha imposto por decreto a inscrição obrigatória, tinham-se transformado com a chegada do Salazarismo em “emanação do Estado” (Patriarca, 1995: 224), respondendo principalmente à exigência de “a coordenação e o desenvolvimento da economia nacional fazerem parte da organização política” (Patriarca, 1995: 220).

Com efeito, além de estarem sob estrito e constante controlo político, estas instituições tornaram-se em entidades destinadas à sublimação dos conflitos entre trabalhadores e patrões, numa óptica propriamente corporativista que excluía a possibilidade de luta de classe. Esta “corporativização” dos sindicatos foi impressa pelo regime, já a partir da sua implementação, através da adopção de medidas legislativas que limitavam fortemente a sua independência e as suas funções. Assim, por exemplo, o decreto-lei 23.050 sancionava que: “Os sindicatos obedecem a três princípios fundamentais: o da hierarquia dos interesses, que subordina os interesses particulares aos da economia nacional; o da colaboração com o Estado e com as outras classes; o do nacionalismo, que limita a actividade dos sindicatos exclusivamente ao plano nacional, em respeito absoluto pelos superiores interesses da Nação” (Patriarca, 1995: 228).

A nova legislação determinava ao mesmo tempo que os estatutos dos sindicatos deviam conter, além da “expressão de fidelidade ao nacionalismo e à colaboração social” a declaração da renúncia “a toda e qualquer actividade contrária aos interesses da Nação portuguesa e a do repúdio da luta de classe” (Patriarca, 1995: 228). Muito importantes são também os artigos que atribuem só ao Governo o poder de sancionar a escolha dos dirigentes, cuja eleição por parte dos sócios só era válida depois da aprovação do subsecretário do Estado das Corporações. Esta normativa não se abatia sobre uma matéria neutra e perfeitamente moldável, mas dava origem a

um “amálgame que resultou da confluência dos princípios definidos pelo legislador, das interpretações mais ou menos ortodoxas” e da resistência das preexistentes organizações (Patriarca, 2005: 293). Entretanto, como evidencia Philippe Schmitter, apesar das ambiguidades e fraquezas deste processo, as instituições corporativas e sobretudo os sindicatos chegavam a ter uma importante função, não tanto no sentido de representar os interesses económicos, mas sim de “preencher um espaço político”, impedindo o surgimento de “formas alternativas de acção colectiva” (Schmitter, 1999: 13).

Como se verá mais a frente, em 1956 o Governo tentou, através da elaboração do decreto-lei 40.900, instituir uma normativa semelhante àquela sindical para regulamentar a vida das Associações de Estudantes e pôr a eleição dos representantes dos alunos sob estrito controlo do Estado. Embora esta normativa não tenha chegado a ser aprovada, também graças a agitação estudantil que bloqueou a sua aprovação, o Governo conseguiu a sua afirmação sucessivamente com o decreto 44.632, adoptado depois da crise académica de 1962. Todavia, a sua efectiva aplicação, a qual as Associações Estudantis tentaram resistir, foi sempre muito problemática, representando um dos principais elementos de conflito entre estudantes e autoridades.

Esta situação fazia com que as Associações dos Estudantes emergissem como uma parcial excepção: além da sua própria função de defender os interesses dos alunos, também a sua estrutura era algo invulgar e potencialmente desestabilizante no Estado Novo, sobretudo pela própria forma do processo decisional que passava por assembleias-gerais abertas a todos os alunos de todos os cursos e que eram consideradas como “o órgão deliberativo máximo”¹⁸. O poder executivo das Associações estudantis era por seu lado detido pela Direcção Geral (DG), eleita através do “voto universal secreto e individual”, que tinha também a competência, ainda que não exclusiva, de convocar a assembleia-geral.¹⁹

Sobretudo a partir dos anos Cinquenta, o activismo destes organismos começou estender-se até envolver questões directamente ligadas à política do regime, concentrando-se primeiro sobre temáticas de tipo propriamente educativo e depois passando a considerar a dimensão mais ampla da natureza autoritária do regime. Em menos de uma década, as Associações tornaram-se num dos centros mais importantes de crítica e dissensão, chegando a constituir uma rede fundamental de organização e mobilização da acção contenciosa contra o regime, não só de matriz estudantil. Ao mesmo tempo, a relativa autonomia das Associações começava a ser posta em causa pelo Governo e aumentava a preocupação e o controlo por parte das forças da ordem, que, se já a partir

¹⁸ Cfr. *Estatuto da Associação Académica de Coimbra*, 1961. Os estatutos das Associações estudantis de Lisboa e do Porto estabeleciam as mesmas normas.

¹⁹ Cfr. *Ibidem*.

de 1956 tentaram controlar este espaço com a promulgação de uma legislação limitativa da sua autonomia, a partir da segunda metade dos anos Sessenta começaram a infiltra-lo com uma espessa rede de informadores.

Nos finais da década de Sessenta e no princípio dos anos Setenta e paralelamente ao processo de radicalização de alguns sectores do movimento estudantil em torno das Associações de Estudantes, formaram-se também vários grupos da esquerda radical, sobretudo marxistas-leninistas. As Associações forneceram não só os recursos materiais e logísticos essenciais para a criação e o desenvolvimento destes grupos – como, por exemplo, lugares para reuniões e copiográficos – mas, encontrando-se na posição privilegiada de principais centros de agregação estudantil, também veicularam excepcionais recursos humanos e ideológicos. Ao mesmo tempo, em muitos casos, listas apoiadas pelos grupos da esquerda radical conseguiram ganhar as eleições académicas e chegar a ocupar a Direcção Geral. Neste último caso, é natural que grande parte da actividade da Associação fosse canalizada numa direcção propriamente política na linha do grupo maioritário e que o boletim daquela universidade também se tornasse num órgão de propaganda.

O activismo estudantil, portanto, coagulado à volta das Associações de Estudantes, desenvolveu-se em formas e modos diferentes ao longo do tempo, com uma sensível variação em relação às oportunidades políticas, a qual foi determinante também em deslocar o limite entre plano legal e plano ilegal. A variação destes dois planos era ainda determinada pela organização de Oposição que, num momento específico, tinha mais influência nas Associações.²⁰ A estratégia do PCP, por exemplo, era manter bem separados os dois planos de acção: o legal, caracterizado por acções convencionais e não abertamente conflituais, que pudessem envolver a maior parte dos estudantes e o ilegal, que devia ser desenvolvido exclusivamente de forma conspirativa. Os grupos da nova esquerda que se difundiram sobretudo a partir dos finais dos anos Sessenta, achavam, pelo contrário, mais oportuno que não houvesse uma separação radical entre os dois planos e que era necessário adoptar estratégias de oposição frontal e explicitamente conflituais já através dos organismos legais, como as Associações de Estudantes.

Ao longo de todos os anos Cinquenta, as associações académicas tinham constantemente ampliado o seu peso e a sua influência. Se, de forma geral, se considera esta fase como pouco politizada, de facto a gestão da vida académica e dos seus espaços implicava uma série de problemáticas e de escolhas que tinham todas as características do fazer política. Por exemplo, a

²⁰ Este processo é particularmente relevante a partir dos finais dos anos Sessenta e sobretudo no início dos anos Setenta, quando a competição para a conquista das Direcções Gerais das Associações de Estudantes é sobretudo entre organizações mais ligadas à esquerda tradicional, defensoras de uma linha mais legalista, e organizações da nova esquerda, que sustentavam a exigência de repertórios e reivindicações mais radicais. Tasi problemáticas serão aprofundadas nos últimos dois capítulos da tese.

maior associação académica lisboeta, a do Instituto Superior Técnico (IST), geria substancialmente todas as actividades extracurriculares que se concretizavam nas mais diversas secções: pedagógica, imprensa, social, económica, médica, cultural, bibliotecária, fotográfica, desportiva, internacional. Existia também, a nível inter-universitário, um organismo que coordenava as actividades das associações dos vários institutos, chamado entre 1949 e 1954 CIA (Comissão Inter Associações) e, desde 1954, RIA (Reuniões Inter Associações). Ainda que pouco disso emergisse através da imprensa oficial, as autoridades estavam bastante preocupadas com este activismo, sobretudo porque, além de se concretizar de forma convencional na gestão das normais actividades académicas, culturais e lúdicas, já se tinha manifestado numa certa hostilidade ao controlo estrito do Governo sobre os estabelecimentos de ensino. Tal hostilidade tivera ocasião de emergir desde 1952, quando foi organizada em Lisboa, sobretudo por dirigentes estudantis da Faculdade de Medicina e do IST, uma grande “jornada de acção” contra o Pacto Atlântico. A motivação ideológica na base do protesto, ou seja, a contestação à proliferação nuclear e à guerra-fria, inscreveu-se num contexto mais concreto, ou seja, a defesa do espaço estudantil, sendo que mesmo os locais do IST deviam hospedar a reunião do Conselho do Pacto Atlântico, com a consequente suspensão das aulas e dos exames.

Conseguindo escapar ao estrito controlo policial, estudantes do IST, apoiados por colegas de outras escolas, cobriram as paredes daquele estabelecimento com slogans pacifistas contra a proliferação nuclear e “contra o fascismo”. Se, por um lado, esta acção levou à prisão de muitos estudantes dos vários estabelecimentos de ensino superior portugueses, é de salientar que, de facto, ela atingiu o objectivo de evitar a suspensão dos exames e a interdição das instalações aos estudantes, constringendo o Governo a abrir uma entrada provisória. O êxito da acção foi também salientado pelo *Avante!*, que no número de Fevereiro 1952 falou de “uma clara vitória” dos estudantes “de todos os anos e cursos, perfilhando as mais variadas tendências políticas e crenças religiosas”²¹.

Este e outros exemplos de insubordinação demonstram como os tranquilos anos Cinquenta – os “anos de chumbo” – foram, na realidade, atravessados por conflitos mais ou menos latentes entre estudantes e autoridades, bem como por frequentes vagas de repressão. Em 1953, o Governo decretou, por exemplo, o fecho e a dissolução da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa (AEFML), a qual, junto com a do IST, tinha protagonizado o protesto de

²¹ “Os estudantes do Instituto Superior Técnico protestam contra a ocupação da sua escola pelos fomentadores da guerra do Pacto Atlântico”, in *Avante!*, VI, n. 217, Fevereiro 1952. O facto de o órgão do PCP salientar a heterogeneidade das forças que participaram na contestação é coerente com a estratégia de unidade na luta anti-fascista que tinha orientado a política do partido desde os finais da segunda guerra mundial e que esteve na base da criação do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e do MUD juvenil.

Fevereiro de 1952. A mesma sorte teve em 1955 a Associação de Estudantes da Escola Superior de Belas Artes do Porto (AEESBAP). O fio condutor dos protestos estudantis destes anos continuava a ser a oposição à escolha atlantista de Portugal – que desde 1949 tinha aderido ao Pacto Atlântico – e, com efeito, à proliferação nuclear.

Como sublinha a imprensa, em 1953 foram presos mais de cem jovens “pacifistas”, sobretudo no Porto e no Norte do país, dos quais cinquenta e cinco foram julgados e trinta condenados ao cabo de dois anos. A este propósito, são significativas as palavras de Salazar numa carta ao Presidente da República, Craveiro Lopes:

Nos últimos tempos a polícia tem manifestado a sua preocupação acerca da captação muito intensa de estudantes para as organizações comunistas. Rapazes e raparigas das melhores famílias, tanto em bens como em formação moral, aparecem enredados nessas organizações (...) E o pior é que se mostram tão facciosos que toda a conversão ou esperança de conversão parecem perdidas. É um caso muito grave que só por meios policiais é difícil de contrariar, uma contra-ofensiva ideológica é que se torna necessária (Lourenço *et alia.*, 2001: 16).

O Movimento de Unidade Democrática Juvenil

A expressão genérica salazarista de “organizações comunistas” indica, de facto, o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ), que se difundiu amplamente nas universidades portuguesas desde os finais dos anos Quarenta até os finais da década seguinte. O MUDJ tinha sido fundado a 28 de Junho 1946, sobretudo por iniciativa do PCP e substituindo a organização juvenil deste partido activa até então: a Federação Juvenil Comunista Portuguesa (FJCP). Tratava-se de uma iniciativa coerente com a estratégia de unidade anti-fascista dos últimos anos da segunda guerra mundial e que já tinha levado à criação, em 1945 e com a tolerância do Governo, do Movimento de Unidade Democrática (MUD), depois ilegalizado em 1948.

Da FJCP, o MUDJ herdara a maioria dos quadros dirigentes: a Comissão Central foi assim constituída por Francisco Salgado Zenha, estudante de Direito; João Sá da Costa; José Borrego, estudante de Arquitectura; Júlio Pomar, pintor; Maria Fernanda Silva, estudante de Direito; Mário Sacramento; Mário Soares, então estudante de Letras; Nuno Fidelino Figueiredo; Octávio Rodrigues; Rui Grácio, professor; Óscar dos Reis, operário; Manuel Moutinho; operário, António Abreu, professor.²² Segundo declara Octávio Pato, numa entrevista publicada em 1996 no

²² Relatório do agente da PIDE/DGS Corte Real sobre o MUDJ, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SC-50/46-2513, folha 65, Setembro 1947. Também os membros com cargos burocráticos mereceram a abertura de processos: o secretário Francisco Castro Rodrigues, o coordenador cultural José Ernesto de Sousa, o coordenador estudantil Agostinho Gericota, em: Relatório do agente da PIDE Corte Real, 9 de Setembro 1947, sobre o MUDJ IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SC-50/46-2513, folha 66,

Avante!, entre os membros da primeira Comissão Central do MUDJ, apenas Sá da Costa, Fidelino Figueiredo e Rui Grácio não pertenciam ao PCP.²³ A vontade de reunir todas as lutas estudantis e juvenis sob uma única insígnia, que não fosse directamente ligada a reivindicações de tipo socialista, estava na base desta iniciativa. Neste sentido, o apelo a uma luta mais geral contra a ditadura, aos direitos e à paz era o resultado de uma escolha estratégica por parte do PCP para conseguir penetrar nos meios universitários, onde a FJCP parecia ter uma base demasiado restrita.

Com esta decisão, o PCP renunciava a ter uma directa emanção juvenil pelo menos até 1979, quando foi fundada a Juventude Comunista Portuguesa (JCP). Ainda que se tornasse rapidamente alvo da repressão salazarista, com todos os membros da Comissão Central que desde 1947 tinham uma ficha pessoal no ficheiro da PIDE e com dezenas de presos, o MUDJ foi todavia uma escolha vencedora. Desde os seus primeiros anos de existência, a organização contou mais de dois mil inscritos e, até à sua ilegalização em 1958, levou por diante uma luta constante no sentido de criar um espaço de participação legal e semi-legal. Desde logo, o MUDJ activou-se para se tornar no centro de dinamização da oposição estudantil, através de um programa específico para o “sector universitário”. Por exemplo, já para o período das férias grandes de 1947, foi considerado essencial elaborar um plano de dinamização, ao fim de “não perder o contacto com os estudantes”. Era assim preciso organizar secções de confraternização e ligar os estudantes universitários ao MUDJ “evitando infiltrações por intermédio de raparigas reaccionárias”. Para este fim, era necessário “obter por todos os filiados dos liceus e colégios as indicações dos estudantes reaccionários, com indicação dos cursos que seguem e as moradas”.²⁴ Depois, devia-se organizar “camaradagem na praia e termas com todos os filiados das escolas secundárias e reuniões de estudo sempre fora das cidades e com não mais de 4-5 elementos, cuidando especialmente da orientação doutrinária para a luta universitária”. Isso devia ter em conta o enquadramento partidário de rapazes e raparigas “criando-lhe a mentalidade de maior liberdade nas relações de camaradagem com espírito democrático”

Finalmente, era prevista a realização de um trabalho de valorização cultural dos membros do MUDJ, através de reuniões em casas de província dos elementos universitários em secções de estudo da doutrina democrática “dos grandes mestres”. Os universitários de maior cultura deviam, portanto, pôr-se à disposição dos elementos do MUDJ local. Em 1952, o MUDJ elaborou um texto nacional contra o Pacto Atlântico assinado por milhares de pessoas, jovens e não, intelectuais, artistas, professores, médicos, advogados e também alguns membros dos futuros

²³ “Os 50 anos do MUD Juvenil”, *Avante!*, 21 Março 1996. Já a partir de 1947, todos os membros da comissão central do MUDJ tinham processos no ficheiro da polícia política

²⁴ Cópia de documento do MUDJ, 24 de Junho 1947, apreendid pela PIDE/DGS, em IAN/TT-PIDE/DGS- SC-50/46-2513, folha 8.

movimentos de libertação das colónias. O pacifismo e a oposição à proliferação nuclear eram, de facto, uma temática bastante sentida na altura – e não só em meios politizados – e à volta dela o MUDJ baseou grande parte das suas campanhas ao longo dos anos Cinquenta, como a que envolveu as principais academias de Lisboa em 1952.²⁵ Ilegalizado em 1957 e sobrevivendo de forma clandestina por mais um ano, a contestação estudantil de 1956, a primeira luta generalizada dos estudantes contra o Governo, foi a última batalha estimulada e coordenada através do MUDJ. Depois, a organização dissolveu-se, deixando todavia uma contribuição notável a nível de redes e repertórios de mobilização, que terão nos anos a seguir ocasiões cada vez mais frequentes para se activarem.

As organizações católicas

O MUDJ, todavia, não era a única organização juvenil à volta da qual o descontentamento estudantil se aglutinou, sendo que, também em âmbito católico, começava na mesma altura um certo distanciamento das posições situacionistas. As duas principais organizações académicas católicas eram a Juventude Universitária Católica (JUC) e, em Coimbra, o Centro Académico de Democracia Cristã (CADC). No que diz respeito à JUC, até 1953 evidenciava-se a nível de quadros uma atitude de conformidade para com o Governo, como emergia no I Congresso Nacional, quando um jovem estudante denunciava a tentativa “de certas facções” para dominarem as associações dos estudantes a fim de as conduzirem a lutas estranhas aos interesses dos estudantes. A linha saída do congresso era, portanto, a de solicitar um maior activismo dos estudantes católicos, de modo a contrastar estas “certas facções”, expressão que de facto indicava os membros do MUDJ.

Ainda que seja difícil reduzir o fenómeno às decisões tomadas no I Congresso, verificava-se de facto nos anos a seguir uma acrescida participação de elementos católicos nas Associações Académicas. Todavia, como frequentemente acontece, esta mesma participação transcendeu cedo os seus propósitos iniciais e contribuiu para aproximar vários membros da JUC de posições mais críticas em relação ao regime. Esta viragem emergiu sobretudo a partir de 1956, quando elementos da organização católica, como Carlos Portas, dirigente associativo da Faculdade de Agronomia, e João Benard da Costa, dirigente de Letras, aderiram à contestação estudantil contra o decreto-lei 40 900, em aberta polémica com a cúpula da JUC. De facto, foi apenas o primeiro

²⁵ O medo do perigo nuclear era na verdade bastante difundido a nível geral na opinião pública, também em meios não politizados. A ameaça atómica parece de facto ser um dos *issues* do momento, não apenas entre as forças de oposição portuguesas, mas também na própria imprensa oficial dos anos Cinquenta e Sessenta, onde são frequentes artigos que, se por um lado descrevem de forma pormenorizada as experiências nucleares desenvolvidas pelas super-potências, por outro utilizam muitas vezes uma linguagem sensacionalista, quase no limite da ficção científica.

sinal de um processo através do qual a JUC se afastou definitivamente do Governo, chegando a tornar-se num importante canal de organização da conflitualidade estudantil.

O Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) assumiu por seu lado posições críticas para com o regime mais precocemente, ou seja, desde 1949, quando o Presidente da organização, Orlando de Carvalho, apoiara nas eleições presidenciais o general Norton de Matos, candidato das oposições. O CADC também adoptou uma atitude mais intervencionista na política universitária por volta de 1953, quando a revista da organização, *Estudos*, começou a dedicar mais atenção aos problemas sociais dos estudantes, sobretudo no que diz respeito à habitação, à assistência médica e às actividades associativas. Em 1956, junto com os colegas da JUC, os dirigentes do CADC organizaram uma jornada de solidariedade para com os jovens estudantes e operários húngaros. Tratou-se, de facto, de uma experiência de mobilização e participação que, ainda que apoiada e até solicitada pelo regime, terá um papel importante, depois de poucos meses na adesão destas organizações ao movimento de contestação contra o decreto-lei 40900, ou seja contra a “demasiada ingerência do Estado na livre associação dos indivíduos e consequentemente também nos organismos académicos, pois aquela gera um paternalismo deformador e estiolante” (*Estudos*, 1956: 579-581).

O movimento cineclubista

Outro circuito fundamental no processo de mobilização da contestação universitária, foi o movimento dos cineclubes, que serviu não apenas de recurso logístico concreto, mas também de veículo de uma cultura – e de uma ideologia – alternativa e, finalmente, subversiva relativamente àquela imposta pelo regime. Como evidencia Paulo Jorge Granja em relação à situação da cultura ligada ao cinema no pós-guerra, “o meio era pequeno e era frequente jornalistas e críticos terem interesse no mundo do cinema, acabando a crítica mais independente por desenvolver-se em semanários literários e culturais, quase sempre à esquerda do regime, como por exemplo *O Globo*, a *Seara Nova*, *O Diabo*, *Vértice*” (Granja, 2002: 29-30).

Foi neste contexto que surgiram os primeiros cineclubes portugueses que, como no resto da Europa, eram sobretudo de orientação marxista, tendência que se aprofundou com a guerra-fria através de uma estrita adesão “aos preceitos do realismo socialista definidos por Jdanov”. Assim, os cineclubes começaram também a “desempenhar um importante papel no combate ideológico através do cinema”. Neste contexto, surgiu no Porto, em 1945, o Clube Português de Cinematografia, seguido em 1947 pelo Círculo de Cinema de Lisboa e pelo Círculo de Cultura Cinematográfica de Coimbra.

Ainda que não pudessem competir, em termos de público, com os cinemas comerciais, os cineclubes desenvolveram um notável papel a nível não apenas cultural, mas também ideológico e político. O mesmo se pode dizer da crítica propriamente cinematográfica que se difundiu sobretudo através de jornais como o *Diário de Lisboa*, principalmente nas páginas culturais, ou em revistas especializada como *Imagem* e *Abc*. Não era assim raro que a análise cinematográfica envolvesse, de forma mais ou menos explícita, uma crítica da situação política ou uma tomada de posição ideológica, sobretudo porque o limite entre cultura alternativa e insubordinação política era muito vago. Nas páginas destas revistas escreviam, pois, com frequência elementos da oposição²⁶, os quais muitas vezes elaboravam ferozes críticas ao cinema português oficial, assim que “não é de estranhar que em 1952 o crítico da Emissora Nacional Domingos Mascarenhas viesse falar de certas tendências políticas manifestadas nas páginas da revista *Imagem* em perfeito paralelismo com uma bem conhecida linha geral que tem Moscovo numa ponta e a outra na lua” (Granja, 2002: 31-32). Eram estas “tendências políticas que, aos olhos do regime, não poderiam deixar de surgir em estreita ligação com o movimento dos cineclubes que nesses anos não parava de aumentar”. Portanto, apesar destas preocupações, a década de Cinquenta conheceu uma verdadeira proliferação de cineclubes e de revistas de cinema. Em 1951, nasceram em Lisboa o *Cineclube ABC* e o *Cineclube Imagem*, ligados às homónimas revistas; em 1952 o *Cineclube Universitário* de Lisboa e, ainda que por enquanto mais próximo do regime, o *Cineclube de Rio Maior*, ligado à revista *Visor*.

Finalmente, a partir de 1954 há uma verdadeira explosão do fenómeno, com o surgimento em apenas dois anos de vinte secções. Tal expansão começou a preocupar seriamente o regime, que até então tinha considerado o movimento dos cineclubes como algo de marginal, preferindo de facto ignorá-lo mais de que intervir, com receio de suscitar uma reacção de apoio nos meios juvenis. Mas agora a situação parecia escapar ao controlo, levando a PIDE a fechar o Clube de Cinema de Lisboa pouco depois ter sido aberto, enquanto, com o decreto-lei 40.572, similarmente a quanto será estabelecido pelo decreto 40.900 relativo às Associações Académicas, as autoridades procuravam impor aos vários cineclubes um estatuto e uma organização federativa sob estrito controlo governamental.

Entretanto, era lançada através dos órgãos de imprensa uma intensa campanha destinada a deslegitimar o movimento dos cineclubes e das revistas de cinema, que eram descritas como

²⁶ É todavia interessante observar que, apesar de autores como Alves Redol ou Mário Dionísio serem considerados expoentes culturais da oposição, eles eram também tidos em consideração pela cultura oficial e pela imprensa situacionista, como no caso do *Diário de Notícias* que, por exemplo, no número de 30 de Setembro de 1957, publica no suplemento cultural uma comprida entrevista a Dionísio enriquecida com um comentário crítico do seu trabalho.

súbditas de Moscovo e veículos de propaganda comunista. As efectivas relações entre este movimento e o PCP são de facto inegáveis, todavia, é também verdade que os cineclubes e as escolhas estético-políticas do neo-realismo respondiam a uma sede de vanguarda e internacionalização da cultura cada vez mais sentida pelos jovens intelectuais e estudantes portugueses. Assim, Paulo Granja afirma que “mais do que simples instrumentos do aparelho ideológico do PCP os cineclubes ao lutar pela independência do movimento e pela elevação do cinema nacional, tornar-se-iam em verdadeiras escolas de aprendizagem democrática para gente proveniente das mais diversas origens ideológicas, ao mesmo tempo que se transformavam em incómodos focos de resistência cultural e política ao Estado Novo”.

Difícil era encontrar nos meandros da cultura oficial alguma satisfação para estas novas exigências, pelo que o apelo cultural e estético do neo-realismo se tornava facilmente também numa escolha política. Neste sentido, até pelo menos ao princípio dos anos Sessenta, o PCP era com muita probabilidade, não apenas o principal opositor do Estado Novo a nível político, mas também a principal força antagónica no plano cultural. Todavia, já a partir dos finais dos anos Cinquenta – significativamente, em concomitância com a crise e a fragmentação do mundo comunista – também a hegemonia neo-realista começou a ser discutida, afirmando-se uma certa bifurcação do movimento dos cineclubes. A procura de outras saídas e de outras interpretações marxistas, que escapassem à ortodoxia do PCP, já recorria entre alguns jovens estudantes portugueses da altura, também na forma de uma crítica artística e estética em que se analisasse o papel do intelectual e do artista na sociedade. Por exemplo, Manuel Villaverde Cabral, num artigo sobre o neo-realismo publicado na “Gazeta musical e de todas as artes” introduziu no debate sobre o papel da arte e do trabalho intelectual na sociedade as análises de António Gramsci, o qual, já nos anos Vinte, sustentava “que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como se dá com os grupos sociais fundamentais, mas sim mediata, estabelecendo-se através de diversos graus, por meio de toda a trama social e do complexo das super-estruturas, de que precisamente os intelectuais são os funcionários” (Cabral, 1960: 130).

No entanto, divisões mais propriamente políticas estavam a rebentar no PCP, o qual começava a sua lenta perda de consenso entre os sectores mais jovens da sociedade. O rigoroso materialismo da cultura estética socialista já não era suficiente para as exigências intelectuais e sociais, talvez mais do que políticas, das novas gerações, cuja revolta estava a orientar-se já não apenas em direcção às relações económicas, mas começava a envolver de forma cada vez mais significativa a dimensão super-estrutural. Se para os marxistas ortodoxos apenas a mudança das relações económicas teria veiculado uma mudança também no domínio das relações humanas, da cultura

ou da emancipação feminina, para os jovens heterodoxos do marxismo a urgência de renovação não podia esperar a revolução do sistema de produção.

Esta passagem é evidenciada por Manuel Villaverde Cabral que em 1957, com dezassete anos, começou a participar nas actividades do cineclube *ABC*, passando em 1958 para o *Imagem* e a escrever críticas cinematográficas para a revista homónima, assim como para o suplemento cinematográfico do *Diário de Lisboa, Êxito*. Ele, por exemplo, evidencia a total ausência de temáticas ligadas à sexualidade na estética neo-realista, que encontrava uma certa correspondência a nível político na pressão por parte do PCP para que os seus militantes “se portassem bem”. Neste sentido, o surgimento e difusão entre os jovens e sobretudo entre os estudantes de tendências anti-autoritárias de temas a respeito à relação entre sexos, favoreceu o afastamento da rígida doutrina do PCP e uma aproximação das organizações da nova-esquerda, mais abertas deste ponto de vista (Christel, 2006). Apesar destas manifestações de heterodoxias, o papel do movimento dos cineclubes e sobretudo do *Imagem* como canais de participação e rede de mobilização foi bastante importante, como demonstra o facto de muitos dirigentes estudantis terem aí começado a sua militância. Além disso é oportuno salientar que nos próprios planos do PCP os cineclubes deviam formar os quadros de origem mais modesta, com o objectivo de penetrar nas universidades.

Neste sentido devem ser lidas as numerosas prisões de cineclubistas, sobretudo a partir de 1963, ou seja, logo depois da grande crise académica de 1962. Em consequência desta vaga repressiva, vários dirigentes de cineclubes e militantes do PCP, entre os quais o próprio Manuel Villaverde Cabral, deixaram o país para se refugiarem em Paris, onde muitos deles participaram, em 1964, na primeira cisão maoísta. À ruptura definitiva com o partido correspondia o afastamento do neo-realismo estético, considerado como “o equivalente da moderação e do pacifismo político” (Christel, 2006: 487). O PCP começava a perder o controlo não só da vida cultural mas também da oposição política, depois de ter sido durante anos o protagonista de uma verdadeira contra-hegemonia, alternativa à estadonovista. Todavia, esta é história dos anos seguintes; por enquanto, nos finais de 1956, as lutas universitárias e juvenis situavam-se ainda num terreno muito diferente, o da defesa corporativa da autonomia académica.

O plano do PCP para as universidades

Para melhor entender a organização do activismo que caracterizou as lutas estudantis dos finais dos anos Cinquenta e do princípio dos anos Sessenta é talvez útil, ainda que isso signifique antecipar um bocado os tempos, analisar o plano de mobilização do PCP para o sector estudantil. O plano foi descoberto através da muita documentação apreendida durante a grande vaga de

prisões que, depois da crise de 1962, atingiu operários e estudantes sobretudo de Lisboa e Setúbal, mas remetiam obviamente para os anos anteriores. A 13 de Junho de 1962, surgia no *Diário de Notícias* um comunicado da polícia política destinado a esclarecer “aspectos da actuação do assim chamado Partido Comunista Português”²⁷, averiguados através de um documento do PCP intitulado “Algumas experiências do movimento juvenil na associação do trabalho legal com o ilegal”. Neste documento reconheciam-se alguns erros na actuação do MUDJ, extinto em 1957 e nas várias tentativas destinadas a criar uma ampla organização formada por estudantes, jovens e operários através de estruturas como o Movimento Nacional de Estudantes e a União da Juventude Portuguesa (UJP). No documento admitia-se não existirem as condições para tais estruturas funcionarem num nível nacional e salientava-se a exigência de uma organização que devia associar o trabalho legal com o ilegal:

Uma associação correcta do trabalho legal com o ilegal significa que devemos orientar todos os jovens comunistas e progressistas para a actividade legal dentro das organizações de massa. Devemos dar plena consciência a todos os jovens comunistas que é seu dever de honra ligar-se à juventude, sair dos grupos estreitos, procurar estar atentos às reivindicações e formas de luta que melhor correspondam às necessidades e aspirações de cada sector da juventude (...). Dentro das organizações legais de que a juventude dispõe: as associações de estudantes, os clubes, os sindicatos, os grupos desportivos e culturais nas empresas, os grupos campistas, escutistas e excursionistas, as juventudes católicas, os cineclubes, os jornais e boletins legais, certos sectores da Mocidade Portuguesa, as comissões permanentes, etc. etc.²⁸

É difícil averiguar até que ponto este ambicioso projecto do PCP se realizou. O certo é que se tratava de um plano de fazer inveja a qualquer iniciativa de enquadramento da juventude programada pelo Estado Novo. O comunicado da PIDE ilustrava também como, segundo a reconstrução da polícia política, o plano tinha sido concretizado nos anos anteriores, sobretudo através da proliferação de novas associações em que elementos do PCP conquistaram em muitos casos a direcção, através da constituição de listas definidas “de unidade” nas quais introduziam jovens propensos à colaboração com o Partido.

A actuação destes jovens era sempre controlada pelos funcionários do Partido, como emergia das páginas do n.º 72 do boletim comunista *O militante*, em que também se incitavam os membros do partido clandestino a participarem o mais possível nas organizações legais.²⁹ Nesta linha foi criada, sempre segundo o relatório da PIDE, a organização “União da Juventude Portuguesa”, que reunia de forma legal jovens de todas as profissões, incluindo estudantes com ou sem tendências

²⁷ Cfr., DN, 13 Junho 1962, p. 1 e 9.

²⁸ DN, 13 Junho 1962, p. 1 e 9.

²⁹ É a mesma estratégia adoptada pelo PCP relativamente à guerra colonial, ou seja que, uma vez incorporados, agissem dentro das fileiras do Exército como “elementos mais avançados”.

religiosas ou políticas, com o objectivo de debaterem os seus problemas e estabelecerem uma convivência que, “através de bailes, passeios e outras formas de confraternização, veiculasse maiores contactos entre os jovens, em favor do PCP”.³⁰

Sublinhava-se também que, por causa de contrastes entre estudantes e operários, se tinha formado, em 1959, o Movimento Nacional dos Estudantes. Nas palavras da PIDE, este organismo ampliou o seu espaço de acção, procurando adaptar-se o melhor possível às condições presentes nas universidades, para se tornar num movimento que teria reunido a maior parte da “massa académica”, a qual “não suspeitava que no seu interior actuassem alguns estudantes membros do Partido”.³¹ Além disso, o comunicado evidenciava que, se todas estas organizações tiveram vida efémera, o PCP continuou constantemente a agir nas Associações Académicas. Este aspecto da estratégia era inferido através de documentos encontrados na captura do estudante José Manuel Mendonça de Oliveira Bernardino, militante e responsável do PCP para o sector estudantil com o pseudónimo de “Rogério” (Sabino *et alia*, 2009: 49), preso pela PIDE nos finais do mês de Maio de 1962. José Bernardino tinha sido no ano anterior à sua captura Secretário-geral da Reunião Inter-Associações, a RIA, mas era provável que também tivesse contactos com alguns militantes que eram dirigentes associativos (Sabino *et alia*, 2009: 52). Depois da sua captura, por outro lado, o controlo do meio estudantil foi tomado por Nuno Alvares, que vinha a ser preso mais tarde denunciando todo o sector estudantil do PCP (Sabino *et alia*, 2009: 61).

Da documentação que Bernardino levava consigo no momento da captura – a única fonte que a polícia teve a disposição, pois ele nem falou nem a DGS conseguiu descobrir a casa onde ele se escondia (Sabino *et alia*, 2009: 52) – emergia a intenção de o Partido estender a acção no meio académico lisboeta e aludia-se também às Juntas de Acção Patriótica, das quais Bernardino era um dirigente, existentes nas universidades e que, em colaboração com juntas correspondentes formadas por operários, deviam organizar o levantamento em Lisboa. As Juntas eram uma iniciativa do PCP destinada a reunir indivíduos de várias ideologias políticas dispostos à luta, quer através de canais legais, quer através de meios ilegais. A difusão de Juntas deste tipo teria sido um elemento central do plano do PCP que, através dos seus órgãos de imprensa, incitava à criação delas em todos os lugares possíveis e também o próprio Álvaro Cunhal³², numa posterior conferência de imprensa realizada em Praga em 1964, sublinhava a importância da criação de organismos deste tipo, que nas suas palavras deviam ser clandestinas e deviam conter, sem distinções, todas as correntes políticas da oposição.

³⁰ DN, 13 Junho 1962, p. 1 e 9.

³¹ *Ibidem*.

³² DN, 13 de Junho de 1962, p. 1 e 9.

Assim, católicos progressistas, comunistas, monárquicos, liberais, socialistas e republicanos deviam lutar juntos, na opinião de Cunhal, nas universidades, nos campos, nas fábricas. Além disso, o relatório da PIDE citava um documento de instrução para os militantes que operavam nas organizações legais – Associações Académicas, Casas do Povo, ou também nas indústrias e nos campos – segundo o qual deviam esconder a sua identidade de membros do partido para se mostrarem simplesmente como operários, estudantes e trabalhadores rurais mais conscientes e activos.

Como exemplo desta prática, o comunicado da polícia política descrevia a actuação política do próprio Bernardino que, jovem funcionário do PCP, tinha agido enquanto “estudante mais consciente e combativo nas chamadas lutas legais”: no período 1956-1957 como dirigente do Cineclube Universitário de Lisboa, tornando-se contemporaneamente membro da direcção da Associação de Estudantes do IST (AEIST) e em 1957 integrando um “comité cívico eleitoral dos estudantes universitários de Lisboa” com o objectivo de apoiar o candidato da oposição, o General Humberto Delgado, nas eleições presidenciais. Por fim, tendo nascido em Angola, no ano académico 1958-1959 tornava-se membro da direcção da Casa dos Estudantes do Império. Como se vê, tratava-se sempre de organizações legais, nas quais tinha sido eleito, segundo a PIDE, sem que se conhecesse a sua filiação ao PCP.

A verosimilhança da reconstrução realizada pela PIDE é confirmada, para além do facto de o plano descrito ser coerente com a estratégia “entrista” tradicional do PCP e que foi adoptada também em relação à guerra colonial, por um plano igual, mas restringido ao sector estudantil, apresentado através de um panfleto do Movimento Democrático Estudantil (MED) de 1972.³³ Neste documento mais tardio, de novo se salientava a necessidade de dois planos também, legal e ilegal. O plano legal teria servido para mobilizar a massa dos estudantes, pouco politizados, através do aproveitamento de todas as possibilidades lícitas de participação. O plano ilegal, por seu lado, devia ser formado por um núcleo de elementos fortemente politizados e doutrinariamente formados segundo os princípios ortodoxos do PCP, com a finalidade de identificar de cada vez, os objectivos e as estratégias mais adequadas para a situação contingente. Para utilizar uma expressão gramsciana, era necessário em cada momento escolher entre “guerra de posição” e “guerra de movimento”, uma escolha que implicava uma atenta avaliação, por parte dos dirigentes do PCP, do particular momento do processo político e dos custos da mobilização.

A grande vaga de agitações que se concentrou em 1962, que será analisada no próximo capítulo, foi o auge de uma conjuntura aberta em 1958 pela candidatura do General Delgado às

³³ Panfleto do Movimento Democrático Estudantil, Dezembro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS, SC-SR, 3529/62-3370, PT.167, folha 160.

eleições presidenciais. Todavia, a crise de 1962 emerge não como um evento espontâneo e improvisado, mas como o resultado de um atentíssimo e intenso esforço de mobilização realizado pelo PCP durante anos. Portanto, se é verdade que uma situação de conjuntura crítica, como aquela que Portugal viveu desde os finais dos anos Cinquenta até aos primeiros anos Sessenta, abre a oportunidade à mobilização, é também necessário, para que a mobilização se efective, que exista uma vontade específica neste sentido e uma organização racional dos recursos. Por um lado, esta constatação põe em causa uma reconsideração quer do conceito de oportunidades políticas quer da teoria do processo político. As dinâmicas que temos vindo a analisar evidenciam que uma interpretação que considere processo político e estrutura das oportunidades por um lado e sociedade civil do outro não consegue explicar as interacções que estes elementos têm entre si. Como salienta Olivier Fillieule: “A consideração dos regimes não-democráticos evidencia bem a fraqueza desta visão dicotómica que contribui para impedir de pensar, numa concepção dinâmica, a complexidade e o entrelaçamento das arenas em que se joga a mobilização protestatária” (Fillieule, 2008 : 209-215).

Neste sentido, as acções de protesto derivam de um cálculo racional dos custos e dos benefícios: não é suficiente descobrir a existência de tensões e conflitos estruturais, mas é necessário também estudar as condições que permitem transformar o descontentamento em mobilização. Della Porta e Diani explicam assim a forma como a abordagem da escolha racional e da mobilização dos recursos interpreta o processo de mobilização: “Além da existência de tensões, a mobilização deriva da forma como os movimentos sociais são capazes de criar redes de solidariedade, distribuir incentivos aos membros, adquirir consensos no exterior. Tipo e entidade de recursos disponíveis explicam as escolhas tácticas dos movimentos e as consequências da acção colectiva no sistema social e político” (della Porta *et alia.*, 1997: 21). À luz destas considerações, o plano do PCP, inserido numa estratégia que, com poucas variações, o partido manterá até ao fim do regime, representa uma utilização quase científica dos instrumentos de mobilização dos recursos explicados pelos estudiosos de movimentos sociais.

II

O PRIMEIRO CICLO DE PROTESTO: 1956-1966

Uma quebra no sistema salazarista

O ataque do Governo à autonomia das Associações Estudantis

À luz das considerações desenvolvidas nas páginas anteriores relativamente à existência e organização de uma conflitualidade estudantil crescente, a promulgação em Portugal do decreto-lei 40.900, lesivo da autonomia académica, já não parece uma decisão extemporânea dentro de uma relação pacífica entre Estado e estudantes, mas sim uma reacção do regime à progressiva perda de controlo sobre o meio universitário que se tinha perfilado ao longo de toda a década de Cinquenta. Foi portanto este o contexto em que surgiu o decreto-lei 40.900, publicado a 12 de Dezembro 1956, através do qual se criava uma “Comissão Permanente das Obras Interescolares e Sociais da Instrução Superior”, com a intenção de substituir as Associações Académicas na maioria dos serviços.

A Assembleia-geral, que como vimos era o órgão deliberativo máximo das Associações Académicas e era aberta a todos os estudantes, seria assim fechada à generalidade dos estudantes e aberta apenas a poucos delegados de cada ano, excluído o primeiro. Além disso, estabelecia-se que somente em casos especiais as Associações poderiam coordenar actividades e só depois de uma autorização específica do Ministério da Educação Nacional (MEN), necessária também para instaurar relações internacionais. As Direcções das Associações passavam, por seu lado, a ser nomeadas com autorização ministerial e teriam sempre de ser controladas por um delegado do Director de Faculdade, encarregado também de vigiar para que fosse garantido o respeito da “ordem social estabelecida”.

Quando a 12 de Dezembro foi aprovado o decreto, os estudantes reuniram-se em RIA, com a presença de elementos da Associação Académica de Coimbra (AAC), cujos dirigentes inicialmente tinham sustentado a ideia de existirem as condições para aplicar a nova legislação no Porto e em Lisboa, mas não em Coimbra. Foi só através da acção do intelectual oposicionista António Sérgio, que defendia o carácter nacional da luta, que o Conselho das Repúblicas de Coimbra aderiu à campanha, organizando uma manifestação à qual aderiram cerca de cinco mil pessoas. No entanto, apesar das contínuas mobilizações, apelos e abaixo-assinados, o Governo marcava a ratificação do decreto por parte da Assembleia Nacional a 16 de Janeiro.

No mesmo dia, em frente da Assembleia juntou-se uma manifestação autorizada e descrita por Marcelo Caetano como ordeira e pacífica. Apesar disso, juntos nas proximidades do edifício, os estudantes eram atacados pela Polícia de Segurança Pública (PSP). Ainda que tivesse tido alguns precedentes na história do Estado Novo, sobretudo nos anos Trinta e Quarenta, tratava-se de uma situação particularmente delicada: pois se é verdade que a repressão policial tinha atingido com frequência a oposição política, no que diz respeito às manifestações de praça, o alvo das forças de segurança tinha sido principalmente o operariado e o meio campestre. Diferente era atacar publicamente os filhos das elites, ainda que nos anos a seguir episódios deste tipo e cada vez mais violentos estejam destinados a repetir-se. No entanto, a sanção do decreto tornava-se, excepcionalmente, da competência da Câmara Corporativa. De facto, transformado em proposta de lei, o decreto nunca chegou à discussão parlamentar, uma situação que provocou um vazio legislativo em matéria de associativismo estudantil que, se por um lado estimulou a arbitrariedade da intervenção repressiva do Estado, por outro favoreceu o desenvolvimento e a politização das organizações académicas.

O ano de 1956 na Península Ibérica

A segunda metade dos anos Cinquenta representou, a nosso ver, um momento determinante para moldar e abrir as possibilidades a um decénio tão conflitual como foi o dos anos Sessenta, em Portugal e no mundo. O biénio 1955-1956, de facto, foi caracterizado por uma série de acontecimentos que, embora nem todos directamente ligados entre si, remetem geralmente para a mesma procura de emancipação e igualização de direitos da sociedade civil. Já lembrámos alguns destes acontecimentos, como o surgimento de um dos maiores movimentos contemporâneos, o *Civil Rights Movement* nos Estados Unidos, e o seu papel no processo de extensão dos direitos afirmados pela democracia.

Do outro lado da barricada da guerra-fria, também temos um evento que vai no sentido de pôr em discussão, ainda que com todos os limites do caso, o autoritarismo estalinista e, afinal, o abafamento da sociedade civil nos países comunistas. Este episódio desencadeou efeitos inesperados na política institucional e na actividade conflitual dos mais diferentes países do mundo. Uma das primeiras consequências foi a revolta na Hungria em 1956 que, sufocada pelas autoridades soviéticas apesar das denúncias feitas contra os excessos de Estaline, ia no mesmo sentido de questionamento do autoritarismo, chegando todavia bem mais longe na procura de emancipação. Outros efeitos destes abalos serão evidentes a distância de anos por exemplo no conflito sino-soviético e na difusão do maoísmo.

Além de provocar uma viragem na estratégia política do próprio PCP, estes elementos fizeram com que o universo da acção contenciosa de matriz marxista, até então geralmente monopolizado pelos comunistas, começasse a pulverizar-se numa constelação de organizações mais radicais. Estes pontos serão melhor discutidos mais à frente. É todavia necessário aqui salientar que foram sobretudo estas heresias do marxismo que atraíram, desde a segunda metade dos anos Sessenta, o interesse dos movimentos estudantis, num processo de convergência fundado numa procura anti-autoritária comum que criticava, além das instituições do “capitalismo burguês” – sem grandes distinções entre as democráticas e as autoritárias – também as estruturas dos Partidos Comunistas, considerados, por um lado, demasiado moderados do ponto de vista político, por outro atrasados no que dizia respeito a matérias sociais como, por exemplo, a questão feminina.

Criavam-se assim todas as condições para que um movimento restrito de cariz nacional adquirisse uma ressonância e uma continuidade que talvez fossem além das suas próprias intenções. Todavia, em 1956, ano geralmente lembrado como o da “estreia” do movimento estudantil português – o qual, ainda que já anteriormente se tivesse mobilizado em ocasiões específicas, apenas agora se conseguia organizar num movimento conjunto entre todas as

universidades – a imprensa oficial deu escassa relevância ao acontecimento. É verdade que a agitação não foi muito ampla, também tendo em conta as reduzidas dimensões do meio académico, mas é também exacto que um bom observador teria lido nela o rebentar de temáticas e repertórios que irão caracterizar a conflitualidade estudantil nos decénios seguintes. Também foi subestimado o facto de, através daquela mobilização, as associações estudantis portuguesas terem vivido durante os seguintes cinco anos num vazio legislativo que favoreceu o seu desenvolvimento e a sua independência.

Tais condições, unidas a outros factores nacionais e internacionais, levaram à grande crise académica de 1962 que, acompanhada por uma forte vaga de agitação operária e de greves, contribuiu para a formação de um “contencioso” tipicamente estudantil, que irá até ao fim do regime com uma progressiva radicalização. Este fenómeno, encontrando-se com o paralelo processo de fragmentação do universo marxista, que tem também em 1956 as suas raízes, contribuirá para a formação, não só em Portugal, de uma esquerda à esquerda do Partido Comunista. Mas, em 1956, a revolta contra o decreto-lei 40.900 não foi a única mobilização que envolveu os estudantes. De facto, apenas um mês antes, ou seja, em Novembro, o meio universitário tinha sido atravessado por amplas manifestações contra a repressão soviética da revolução húngara, apoiadas naquele caso pelo próprio Governo, sobretudo através de Marcelo Caetano.

O *Diário de Notícias* deu ampla relevância durante mais de um mês às acções de “solidariedade dos portugueses para com o povo húngaro oprimido” e às manifestações organizadas através de alguns sectores estudantis, baseadas em ideais de emancipação e liberdade paradoxalmente celebrados por Marcelo Caetano a 7 de Novembro num discurso em que se defendiam “os direitos civis e as liberdades públicas”.³⁴ Aquelas manifestações tiveram a função de fornecer repertórios e activar redes que podiam vir a ser utilizados contra o próprio Governo, através de um processo de difusão horizontal. Neste sentido, parece bastante significativa a escolha do regime franquista de proibir manifestações deste género nessa mesma altura: como os estudiosos de movimentos sociais têm demonstrado, facilmente uma mobilização activada em volta de um certo *issue* pode evoluir englobando novas reivindicações. Além disso, dificilmente uma mobilização acaba antes de ter exaurido o seu potencial.

Como alguns membros do CADC sustentaram, a experiência participativa nas manifestações contra a URSS tornou assim possível a sucessiva adesão à mobilização contra o decreto-lei 40.900: “a reivindicação de liberdade tinha reflexos internos, fazendo crescer o apreço doméstico

³⁴DN, 7 de Novembro 1956.

pela liberdade política, pela autonomia universitária e pelo associativismo estudantil”.³⁵ Assim, se no seu discurso Caetano sublinhava que a atitude da Rússia tinha sido uma das mais violentas da história política de todos os tempos e que os acontecimentos deviam servir de lição à mocidade portuguesa para o futuro de Portugal, de facto esta mocidade estava pronta a pôr em prática a lição apreendida, mas num sentido oposto do desejado pelo futuro chefe do Governo. Por outro lado, a ampla mobilização que o Governo conseguiu suscitar em volta da crise húngara motivou o surgimento de uma contra-mobilização, realizada sobretudo por parte do PCP e virada a “desvelar a mistificação”, representada pelo facto de “organizarem manifestações de apoio à lua do povo húngaro aqueles que na sua Pátria impõem um regime onde falta a liberdade” (cit. in P.Pereira, 2005: 393).

Por fim, neste breve relato dos eventos relacionados com acções conflituais de 1956, todas ligadas pelo mesmo anseio anti-autoritário, não se pode esquecer de mencionar a intensa e por vezes violenta mobilização, estudantil e operária, que atravessou a vizinha Espanha durante o mês de Fevereiro, ou seja alguns meses antes da publicação em Portugal do decreto 40.900. Considerando a facilidade com a qual a mobilização se difunde, não só entre diferentes sectores, mas também entre diferentes países (pensemos só nos movimentos estudantis dos finais dos anos Sessenta), é possível sustentar que as agitações espanholas tiveram uma real ressonância nos episódios portugueses, juntamente com os outros factores internacionais de que já se falou. Isso também porque os episódios de Espanha encontraram amplo espaço nos diários portugueses e, por exemplo, no *Diário de Notícias*, a agitação nas universidades madrilenas ocupou as primeiras páginas, com descrições muito particularizadas, entre 9 e 26 de Fevereiro.

É difícil que esta insistência sobre as notícias espanholas por parte do principal diário português não tivesse alguma motivação de política interna. É possível que o objectivo fosse de salientar, por contraste, a calma reinante em Portugal graças ao processo de pacificação salazarista. Mas tratava-se de uma calma aparente, pois, ainda que os órgãos de informação raramente o publicassem, o meio académico não era, como se viu, inteiramente pacificado. Neste sentido, o caso espanhol podia servir de advertência para os estudantes portugueses, sobretudo de uma certa ênfase sobre a dura repressão que se abateu sobre o movimento madrileno. O *Diário de Notícias*, por exemplo, evidenciava que o próprio Franco tinha ordenado a suspensão durante noventa dias dos artigos 14 e 18 da constituição de 1945. O primeiro deles estabelecia que os Espanhóis tinham o direito de fixar livremente a sua residência no território nacional e a sua suspensão legitimou o exílio de sete dos estudantes presos, acusados de ter

³⁵ <http://www.cadc.pt/CADCUmSculodeHistria.htm>

elaborado um manifesto para solicitar uma reforma radical da universidade. O segundo determinava a libertação de qualquer preso ou a sua entrega às autoridades judiciárias no prazo de setenta e duas horas, sendo ambas as eventualidades passíveis de serem suspensas apenas por decreto-lei.³⁶

O abalo da estrutura das oportunidades políticas

Ainda que de reduzida dimensão, a agitação estudantil de 1956 anunciou de alguma forma o ciclo de protesto que se aprestava a atravessar e a transformar o país e o seu regime. Alguns autores salientam que, depois da vaga de agitações internas e externas à política institucional que caracterizou os anos entre 1958-1962, o Estado Novo conseguiu sobreviver, mas nunca mais voltou a ser o mesmo:

O regime lograria sobreviver-lhe, mas não a recompor-se: nada voltaria a ser o mesmo. Ao contrário de 1947, não se poderá falar de uma recomposição de forças, de um novo fôlego. A recomposição do regime, exigida pelos reformistas e apoiada pelas oposições, passava por alterações inaceitáveis pelos salazaristas, posto que representava, a prazo, a própria superação, quando não a negação, de alguns dos paradigmas essenciais por eles tidos como inquestionáveis. A esse título, as eleições de 1958 marcaram verdadeiramente o princípio do fim do salazarismo e do próprio regime (Rosas, 1997: 468-469).

Vários foram os factores que contribuíram para abalar a rígida estrutura do regime e abrir a possibilidade para o desencadear do ciclo do protesto, pois o período entre 1958 e 1962 foi um dos momentos mais críticos do regime, caracterizado por choques e tensões que atingiram com violência a área da política institucional. Estas turbulências começaram em 1958, quando a candidatura presidencial do general Humberto Delgado acordara o entusiasmo de dezenas de milhares de apoiantes, os quais, desafiando a violenta repressão policial, tinham seguido em massa a campanha eleitoral nas principais cidades do país. O “furacão Delgado” não investiu apenas as estruturas do regime, mas também o próprio PCP, o qual não se encontrava preparado para esta grande mobilização que escapava ao seu controlo, tendo tentado “até ao limite do absurdo contrariar a sua acção e depois foi arrastado pelo *furacão*, sem apelo nem agravo” (Pereira, 2005: 573). O próprio Cunhal, na altura ainda em Peniche, admitirá, em 1961, que o partido não conseguiu colher as possibilidades de uma situação pré-insurreccional, em que tinha sido ultrapassado pela iniciativa das massas populares. Entretanto, como evidencia José Pacheco

³⁶ DN, 12 de Fevereiro 1956.

Pereira, não foi apenas o PCP a ser abalado, pois: “Os eventos de 1957 e 1958 mostram um retrato cruel da oposição portuguesa, dividida em pequenos grupos competitivos, por sua vez ainda mais divididos pelas vaidades das personalidades que os compunham. Delgado mostrou o esgotamento histórico de um certo tipo de oposição e abriu a política portuguesa para os anos Sessenta, em que tudo foi diferente, mais duro, mais violento, menos transigente” (P.Pereira, 2005: 573).

As eleições de 1958 representam um exemplo evidente da influência recíproca entre processo político, oportunidades políticas e mobilização, numa conjuntura de factores que vai na direcção da sugestão expressa por Olivier Fillieule de estudar não apenas a forma como os “actores estatais definem o meio em que os indivíduos agem, mas também a maneira como os grupos protestatários contribuem para modificar as condições em que os indivíduos agem” (Fillieule, 1997: 57). De facto, como Fernando Rosas e Pacheco Pereira sublinham este evento teve uma série de consequências, quer na política institucional quer na política conflitual. Ambos os autores evidenciam, com palavras semelhantes, os efeitos desta abertura das oportunidades em modificar profundamente estas duas dimensões da política. Assim, se Fernando Rosas afirma, a respeito da crise Delgado, que “o regime lograria sobreviver-lhe, mas não recompor-se: nada voltaria a ser o mesmo”, Pacheco Pereira salienta que ela “mostrou o esgotamento histórico de um certo tipo de oposição”. Uma crise de tão grande dimensão e profundidade não podia, por outro lado, deixar de estar ligada também as transformações sociais que Portugal viveu a partir do segundo pós-guerra e as dinâmicas internacionais. Entretanto, não se pode esquecer que foi necessária a iniciativa de um actor, e de um actor particularmente carismático, para que todos estes factores se tornassem visíveis e se coagulassem numa crise política.

Ultrapassado aquele momento, com a derrota eleitoral de Delgado e a vitória, anunciada, do candidato salazarista Américo Tomás, de facto as lutas continuaram sob diversas formas. Um dos momentos salientes destas mobilizações, antes do auge de 1962, foi sobretudo representado pelas eleições de Novembro de 1961, as primeiras realizadas após o início da Guerra Colonial. Uma das primeiras consequências a nível institucional destes eventos foi no sentido de fechar ainda mais as já muito reduzidas oportunidades de participação dos cidadãos e, para evitar que se repetisse o risco de uma tal mobilização, foi mudado, através da lei 2.100 de Agosto de 1959, o texto constitucional. Desta forma, o Presidente da República, até então eleito pelos cidadãos, ainda que com sufrágio restringido, passava a ser eleito por um colégio de seiscentos e dois membros, escolhidos entre deputados, elementos da Câmara Corporativa, representantes das estruturas administrativas dos Territórios Ultramarinos e representantes das Câmaras Municipais. Todavia, esta medida nada podia, nem contra uma mobilização que já se tinha desencadeado e que se

canalizava num verdadeiro ciclo de protesto, nem contra as outras ameaças que estavam a chegar do interior e do exterior do regime.

Nesta constelação desfavorável para o Estado Novo, a questão colonial, que eclodiu com virulência no princípio dos anos Sessenta e à qual o regime reagiu com a decisão de ir para a guerra em 1961, representa com certeza o elemento mais determinante. Sobretudo porque a opção pela guerra não foi consensual dentro do regime, abrindo aliás fracturas nas mais altas fileiras do Estado e determinando uma situação de divisão das elites potencialmente favorável a uma abertura das oportunidades políticas e, com efeito, a uma intensificação da mobilização. Neste sentido, ainda que falhada, surge como importante a tentativa de golpe de estado por parte do Chefe de Estado-maior, general Júlio Botelho Moniz, em Abril de 1961. Foram estes os factores que contribuíram para fazer a crise de 1962, o pico do ciclo de protesto que se exauriu em 1963 e que viu uma excepcional mobilização de estudantes e operários, num dos momentos de mais intensa conflitualidade e mais perigosos para a estabilidade do regime.³⁷

No que diz respeito à transformação do conflito social e político e, com efeito, da sua gestão a partir de 1962, de particular importância é a afirmação dos estudantes como novos actores da actividade contenciosa. Se é verdade que em 1956 dá-se a “estreia” da agitação generalizada nas universidades, ainda não se podia falar de um verdadeiro movimento de massa e da emergência de um verdadeiro sujeito revolucionário e subversivo com suas características próprias. Até 1962, de facto, a insubmissão universitária era associada à oposição mais geral, da qual os estudantes eram simplesmente actores entre os outros. Só a partir da crise de 1962 é que a luta estudantil assume características próprias, muitas vezes em contacto com outras áreas da oposição, mas geralmente de forma autónoma.³⁸ É também verdade que, a partir de 1962, as reivindicações puramente académicas começaram gradualmente a ser acompanhadas por assuntos mais propriamente políticos, os quais questionavam mais directamente a natureza autoritária do regime.

Se os factores de abalo e consequente abertura transitória da estrutura das oportunidades políticas contribuíram para intensificar a mobilização, a politização do movimento deve-se, a nosso ver, sobretudo ao embate da candidatura presidencial de Delgado. Além disso, é necessário ter em conta o grande processo de expansão que investiu a universidade portuguesa, assim como as europeias, no princípio dos anos Sessenta e que levou os estudantes universitários a dobrar praticamente o seu número em apenas dez anos. Como será aprofundado nos capítulos seguintes, as grandes mudanças económicas e sociais que atravessaram o país desde os finais dos anos

³⁷ V. Anexo 1.

³⁸ É significativo que, a partir de 1962, apareça no arquivo do Ministério da Administração Interna um ficheiro específico para o “Caso Académico”, ao qual é enviada toda a correspondência relativa às acções contenciosas protagonizadas por estudantes.

Cinquenta tinham criado uma série de expectativas, sobretudo de ascensão social (e a alta da curva emigratória é disso uma confirmação), que o próprio Estado teve que tomar em consideração, através também de um aumento da escolaridade primária para todos. Todavia, no que diz respeito à universidade, as limitações de acesso eram ainda muitas, sendo consequência disso o facto de Portugal se encontrar no fundo das classificações internacionais por número de licenciados (Nunes, 1969). De alguma forma, os estudantes que reivindicavam um ensino mais actual, uma renovação dos planos de estudo e uma democratização efectiva do acesso à universidade representavam a voz daquelas pressões sociais.

A guerra colonial

Como evidencia Fernando Rosas, enquanto a 4 de Fevereiro de 1961 é desencadeado o ataque falhado dos nacionalistas angolanos às cadeias para libertar os presos políticos, ainda se encontravam em Luanda muitos jornalistas com a motivação de relatar uma eventual chegada do paquete Santa Maria³⁹ (Rosas *et alia*, 1997: 248). Este facto dá a ideia da conjuntura crítica que Portugal estava a viver e da ressonância internacional que, apesar do lema “orgulhosamente sós”, os eventos ligados à política salazarista começavam a ter. Sempre no plano internacional, a administração Kennedy manifestava uma mudança de rumo a respeito do princípio de autodeterminação dos povos e da independência das colónias e, com efeito, afirmava que não podia continuar a apoiar Portugal na ONU no caso de o país não mudar de política. Na sequência deste novo rumo, os serviços americanos começavam a apoiar a União dos Povos de Angola (UPA), de Holden Roberto, a qual desencadeou os ataques no Norte de Angola que marcaram o início da guerra colonial.

Não se deve esquecer, no que diz respeito à Administração Kennedy, que ela se tinha instalado também graças aos votos dos negros afro-americanos mobilizados no *Civil Rights Movement*, um movimento que continuava a ser forte nos Estados Unidos e que se estava a estender a outros sectores sociais, como o dos estudantes. Já vimos como esta mobilização influenciase o Governo americano respeito às escolhas de política interna, como a promulgação do *Civil Right Act* em 1964, fundado sobre premissas não muito distantes das que estavam na base da posição assumida pelos americanos para com Portugal e a sua política colonial. Se os

³⁹ A 22 de Janeiro 1961 o capitão Galvão, já protagonista de uma tentativa de golpe em 1952, tinha chefiado um grupo de vinte e três homens, entre os quais onze militantes do Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), num ataque que levou à ocupação, no mar dos Caraíbas, do paquete Santa Maria. Era a “operação Dulcinea” que pretendia perseguir o utópico objectivo de chegar ao norte de Angola e aí instalar um Governo provisório. Todavia, com a necessidade de curar alguns feridos, o navio teve que aportar à Ilha de Santa Luzia, onde se concluiu a experiência.

interesses económicos e de influência política naquela área da África eram predominantes, de facto a moldura que a diplomacia americana encontrou para afirmar estes interesses se inseria perfeitamente no clima de abertura aos direitos civis que se tinha inaugurado com a era Kennedy. Além de representar uma ocasião para consolidar a influência económica e política naquela área, a questão das colónias portuguesas representou assim também uma oportunidade para os Estados Unidos surgirem como os defensores dos direitos dos povos oprimidos.

Esta posição dos Estados Unidos contribuiu para a divisão das elites políticas e sobretudo militares portuguesas sobre a resolução a dar ao problema colonial. Esta divisão esteve na base da tentativa falhada, em Abril de 1961, do golpe de Estado do Ministro da Defesa Botelho Moniz o qual, contrário à empresa militar, já tinha procurado convencer Salazar a desistir. Por outro lado, estes episódios apenas tornaram evidentes fracturas que já preexistiam na sociedade portuguesa e que esta conjuntura crítica fez emergir e impulsionou. Assim “Botelho Moniz surgia como o braço militar da corrente reformista civil, tal como se desenhava desde meados dos anos 50” e a “derrota da abrilada seria, na realidade, o factor decisivo para a sobrevivência do salazarismo ao rescaldo do delgadismo” (Rosas, 1997: 250). Todavia, o último e mais radical ataque provindo das Forças Armadas foi o assalto ao Quartel de Beja, realizado pelos oficiais dos Quadros intermédios a 1 de Janeiro 1962, os quais encontraram apoio nos mais diferentes sectores da sociedade. A componente especificadamente militar desta acção era mais reduzida, sendo apenas representada pelo capitão Varela Gomes e por alguns oficiais. Adquiria no entanto mais importância a componente civil, recrutada através dos esforços de Manuel Serra (voltado clandestinamente a Portugal), com a colaboração de vários ex-militantes ou militantes dissidentes do PCP, entre os quais também estudantes⁴⁰ e pessoas providas dos bairros populares de Lisboa e das zonas operárias do sul do Tejo.

O plano militar, que todavia nunca chegou a realizar-se, consistia na ocupação da Infantaria e do quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Beja, de onde deveriam sair colunas de militares e civis com o objectivo de suscitar um levantamento popular de toda a região. O general Delgado tinha entrado clandestinamente em Portugal com o objectivo de liderar a revolta, voltando a fugir depois do naufrágio do plano. Este naufrágio verificou-se no começo das operações, quando o capitão Varela Gomes foi gravemente ferido pelo seu vice, que conseguiu fugir e dar o alarme. Os apoiantes encontraram-se sem chefia, tornando-se vítimas da repressão salazarista e, como afirma Fernando Rosas, Beja representou o canto do cisne, por enquanto, do revolucionarismo dos quadros intermédios (Rosas *et alia*, 1997).

⁴⁰ Entre os outros, Jaime Carvalho da Silva que na sequência deste evento foi preso a 11 de Janeiro 1962, para ser libertado apenas a 18 de Novembro 1965 (V. Anexo 2).

Entretanto, se as elites militares pareciam finalmente unidas e fieis respeito a Salazar e à empresa bélica, a guerra e ainda mais o processo de incorporação militar virão a representar, como analisaremos, o principal elemento de dissidência não só nas fileiras da oposição, incluindo estudantil, mas também entre as próprias Forças Armadas, criando as premissas para a formação do movimento que levou à Revolução. Portanto, é exacto que a defesa do “Império” representava para o Estado Novo a defesa da sua própria sobrevivência (C.Pinto, 2001), mas, paradoxalmente, o regime não podia a longo prazo sobreviver a uma guerra daqueles dimensões. Na área da oposição, a atitude face à guerra colonial, embora genericamente contrária, teve também facetas diferentes entre os vários grupos, sobretudo a respeito da estratégia a adoptar. O PCP tinha assumido no V Congresso de 1957 pela primeira vez uma posição declaradamente favorável à independência das colónias. Até então, o Partido tinha mantido uma posição ambígua. Como evidencia Pacheco Pereira, esta não era uma anomalia da Partido Comunista Português, mas uma atitude que ele partilhava com os homólogos de outros países colonialistas e que se originava na ideia estalinista de distinguir diferentes níveis de actuação “conforme a etapa da revolução e o alinhamento e existência de classes sociais como o proletariado” (P.Pereira, 2005: 502).

Corolário deste pensamento era que a respeito de muitos territórios coloniais, os partidos comunistas apenas podiam suscitar o surgimento de frentes nacionais e não de novos partidos locais, não existindo as condições sócio-económicas adaptas para isso. Não é de estranhar que as mudanças introduzidas nesta linha pelo V Congresso do PCP chegassem a um ano das declarações de Krutchev que imprimiram um novo curso à política comunista mundial, mas também paralelamente ao crescente papel dos partidos comunistas nacionais, em primeiro lugar o chinês, com o qual o PCUS estava prestes a entrar num aberto conflito. De facto, o comunismo ortodoxo não se podia permitir de perder terreno face à afirmação do maoísmo que, portador da ideia que a revolução pudesse partir dos países do Terceiro Mundo sem que fosse necessário um certo grau de desenvolvimento industrial, aparecia evidentemente mais disponível e apelativo para os movimentos de libertação que estavam a surgir em todas as colónias.

A afirmação do maoísmo entre os estudantes portugueses a partir do final dos anos Sessenta foi assim na base de uma posição de mais aberta oposição respeito à guerra colonial. Por outro lado, emergia também outra importante diferença entre PCP e grupos da nova-esquerda, desta vez a respeito da estratégia a adoptar face às políticas do Governo de incorporação militar. Os grupos da esquerda radical, sobretudo maoísta, que surgiram em Portugal nas fases finais do regime, apoiavam mais abertamente, relativamente ao PCP, seja a deserção seja à resistência, através da fuga e do exílio, à incorporação militar. Por seu lado, o PCP, se no princípio do conflito tinha promovido também a deserção, depois começou a solicitar os seus militantes para que

entrassem no Exército e, uma vez incorporados, desenvolvessem uma obra de propaganda e politização. Esta estratégia não era desconhecida e era aliás uma fonte de preocupação para as autoridades e sobretudo para os quadros das Forças Armadas. Num relatório de 1970, o então vice-chefe de Estado-maior do Exército, o General António Augusto dos Santos, assim denunciava:

Imediatamente após o início da subversão em Angola, em 1961, o PCP, como organização revolucionária portuguesa mais importante, difundiu directivas concretas convidando todos os militares à deserção [...] Posteriormente, o PCP reviu esta atitude inicial, passando então a advogar apenas a deserção em massa, como forma de enfraquecimento das Forças Armadas e como processo de descrédito da luta do Ultramar. Aos seus militantes e simpatizantes o PCP começou a ordenar que se alistassem e que, uma vez nas Forças Armadas, comessem discretamente a movimentar acções de contestação e revolta, a partir de situações de má vontade dos militares, criadas por injustiças e excessos. E mais, começou a ordenar que os verdadeiros comunistas escolhessem posições de comando de tropas, que fossem para o Ultramar, que combatessem e que, uma vez regressados, mantivessem ligações com os seus antigos companheiros de armas para o seu eventual aproveitamento em acções de rebelião.⁴¹

Voltaremos em vários pontos do nosso estudo a falar destas questões, sobretudo quando, a partir dos finais dos anos Sessenta, a oposição à guerra colonial se tornou no principal factor de mobilização de todas as forças que se batiam contra o regime, chegando a ser o principal comum denominador entre as mais variadas áreas políticas.

A crise académica de 1962

Processo político e mobilização

Depois dos eventos de 1956, a celebração do Dia do Estudante tornou-se num momento particularmente importante nas actividades das Associações Académicas. As celebrações, além dos aspectos lúdicos, começaram também a programar o debate de questões sociais ligadas à vida universitária e, gradualmente, verdadeiras problemáticas políticas. Já em 1957, o Dia do Estudante celebrou-se em Lisboa prevendo, além da participação do Círculo de Iniciação Teatral Académica de Coimbra (CITAC) e de um concerto da Juventude Musical em colaboração com a Orquestra Sinfónica, uma conferência sobre a “Vida na cidade universitária”.

⁴¹ Relatório do vice Chefe do Estado Maior do Exército, General António Augusto dos Santos, 13 de Novembro 1970, em AHM, secção 40, caixa 1, doc.4

Em 1961, o Dia do Estudante celebrou-se mais uma vez em Lisboa entre 16 e 19 de Março, com um programa em que eram contempladas discussões sobre o problema das residências universitárias, dos transportes e da saúde. Isto era também uma consequência do facto de, em 1961, se ter instalado na Associação Académica de Coimbra uma Direcção Geral de “esquerda”, que se empenhara na sua revitalização, sobretudo através de algumas escolhas organizativas, de maior integração dos vários cursos e temáticas, e com a decisão pioneira de enfrentar a questão feminina. Nesta direcção ia também a vontade de insistir, contrariamente a quanto havia sido feito até então, na ligação entre os vários centros académicos do país, orientação da qual a realização da Jornada do Estudante em Novembro de 1960 e do I Convívio Universitário de Fevereiro 1961 foram consequência directa. É também de salientar que, em 1961, a publicação da Associação Académica de Coimbra, *Via Latina*, apresentava poesias de autores como Manuel Alegre. Estas iniciativas estiveram também na base do envolvimento da academia coimbrã na grande agitação que eclodiu em Lisboa em 1962, primeiro verdadeiro movimento de massa na universidade portuguesa.

O pretexto para a eclosão da crise foi a proibição da Jornada dos Estudantes que devia realizar-se em Lisboa a partir de 24 de Março e que, no ano anterior, decorrera normalmente. Em 1962, o programa do Dia do Estudante previa, por outro lado, temáticas não muito diferentes dos anos anteriores, incluindo um colóquio sobre “A integração do estudante na universidade”, um Festival desportivo e um jantar de socialização na nova cantina da cidade universitária. Quinze dias antes, as autoridades já tinham proibido a realização do “I Encontro Nacional de Estudantes”, que no entanto se desenvolveu igualmente em Coimbra, com a discussão do problema do acesso à universidade. Neste caso, tratava-se sim de uma temática delicada, sobretudo se considerarmos os três princípios aprovados no comunicado final: “1º, Urgente democratização do ensino, através de medidas eficazes; 2º, Supressão de uma discriminação económica injusta, que atrofia a inteligência nacional; 3º, Extensão do ensino universitário a todos os estudantes portugueses, independentemente de considerações de ordem política, religiosa, rática ou de qualquer outra espécie” (Ferreira, 1998: 188).

Já não se tratava apenas de reivindicações de carácter corporativo, ou seja destinadas a defender os interesses e a autonomia daqueles que já se encontravam dentro da instituição, como de facto tinha acontecido em 1956, mas começava a manifestar-se uma exigência de abertura para com os que, por causa da rigidez da estrutura, ainda eram excluídos. Além disso, é de salientar a emergência do conceito de “democratização” no repertório contestatário estudantil, um conceito que, ainda que sujeito a mudanças de sentido segundo as alturas e os meios em que se utilizou, será a pedra angular da actividade contenciosa estudantil para todos os anos seguintes. É também

oportuno observar que este debate estudantil reflectia o debate paralelo que atravessara, poucos anos antes, as instituições. As transformações sociais que tinham emergido desde a segunda metade dos anos Cinquenta haviam, de facto, exercido uma forte pressão nas linhas directivas da política educativa do regime e é neste sentido que é preciso interpretar algumas das reformas da escola adoptadas pelo Ministro da Educação Francisco Leite Pinto (1955-1961). Geralmente lembrado como o responsável pela contestação de 1956, Leite Pinto foi também o Ministro que empreendeu algumas das reformas educativas mais significativas, de acordo com as posições industrialistas que se tinham afirmado no Estado Novo ao longo dos anos Cinquenta.

Como qualquer regime político, ainda que autoritário, o Estado Novo não podia ser completamente impermeável às grandes mudanças sócio-culturais que se estavam a verificar no país, sobretudo como efeito de dois movimentos paralelos e complementares: o processo de industrialização e a urbanização. É nesta dinâmica que se inserem as reformas da educação introduzidas por Leite Pinto, assim como a encomenda, ao Centro de Estudos de Estatística Económica, de uma “Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa (1950-1959)”, um dos primeiros estudos sociológicos realizados em Portugal.⁴²

O estímulo directo à realização desta análise veio dos vínculos assumidos por Portugal no âmbito do Projecto Regional do Mediterrâneo, mas também da consciência, entre os sectores mais avançados do regime, da necessidade de adequar o sistema educativo às novas exigências levantadas pelo processo de industrialização. Neste sentido, não era apenas a necessidade de formar trabalhadores mais qualificados a impor uma adequação do sistema escolar, mas também a urgência de responder às novas aspirações provindas da sociedade. Isso não significa que existisse, na vontade de modernização, um qualquer anseio de justiça social, mas sim que, para o Estado Novo, como para a maioria dos regimes políticos autoritários ou não, era de facto impossível desatender completamente as mudanças sociais, sendo por outro lado necessário fazer concessões a algumas tendências.

Neste sentido, trata-se de uma resposta de alguma forma preventiva do conflito e só nesta óptica é possível entender reformas que parecem em contraste com a orientação elitista na base da ideologia estadonovista. Entre estas, especialmente importante foi a introdução da escola única, antes através do aumento da escolaridade obrigatória para quatro anos – que se realizou em 1956 para os rapazes e em 1960 para as raparigas – e depois da criação de uma comissão para o estudo da unificação entre o “Ciclo Preparatório do Ensino Técnico e o I Ciclo do Ensino Liceal”. Este projecto teria permitido adiar a escolha, por parte do aluno, entre instituto profissional e liceu,

⁴² A investigação deu origem à publicação: Grupo de Trabalho Português do Projecto Regional do Mediterrâneo, (1963), *Análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa (1950-1959)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.

escolha essa que se considerou demasiado precoce para ser efectuada no fim da escola primária. Além disso, a unificação serviria para preparar a ampliação da escolaridade obrigatória até aos seis anos.

É claro que esta limitada democratização do ensino provinha não de uma escolha ideológica, mas da necessidade de desenvolvimento económico do país e assim, em Portugal como em outros países governados por regimes diferentes, foi só perante um razoável desenvolvimento industrial que os princípios da escola única começaram a constituir uma norma aceite para regular a transformação do sistema de instrução nacional.⁴³ Também no que diz respeito ao mundo universitário foram adoptadas algumas reformas, igualmente viradas para a igualização das diversas fontes de instrução. Em 1955, através do decreto 40.378, são assim promulgados os “Novos Planos dos Cursos de Engenharia Professados nas Universidades Portuguesas” através dos quais se dava a possibilidade ao IST e à Faculdade de Engenharia da Universidade de Porto (FEUP) de conceder o grau de doutor em algumas especialidades. Em 1957 foi a vez do curso de Belas Artes, que foi reformado, sendo praticamente equiparado a um curso universitário e, no mesmo ano, dá-se a reforma do plano de estudos da Faculdade de Letras, que prolongou o curso para cinco anos e juntou algumas cadeiras.

É evidente que, a nível institucional, não se chegou a falar de democratização da universidade, argumento que entrará – e surpreendentemente para um regime que se fundara em oposição ao regime democrático-liberal – apenas a partir de 1970, durante o ministério de Veiga Simão e, sobretudo, através do Reitor da Universidade de Coimbra entre 1970 e 1971, José Gouveia Monteiro. Nota-se assim, nesta exigência de abrir as estruturas universitárias, uma consonância entre os assuntos debatidos a nível governamental poucos anos antes e as temáticas principais do movimento estudantil nesta fase. Trata-se de uma condição típica dos ciclos de protesto, como salienta Sidney Tarrow a respeito do ciclo de protesto italiano que também se inseriu, na sua vertente estudantil, num debate aberto no interior das elites sobre a reforma universitária:

As reivindicações e as acções dos estudantes não nasciam do vazio; eram o efeito de um movimento mais duradouro e difuso que tinha nascido nas duas principais sub-culturas políticas do país nos inícios dos anos Sessenta e se tinha desenvolvido a partir dos seus conflitos internos e dos seus interesses políticos [...] O problema da reforma da escola alimentou uma das mais difíceis controvérsias da história política da Itália pós-bélica, mas não prevalentemente por causa do movimento dos estudantes. Ela de facto dividiu os partidos, as associações, os professores, os assistentes, os pais (Tarrow, 1990: 133-134).

⁴³ Segundo Casimiro Amado, a doutrina da escola única consiste essencialmente numa articulação dos grandes princípios saídos da Revolução Francesa, no sentido de uma lógica de “eficácia máxima” dos recursos nacionais (Amado, 1998: 87).

E mais:

As pessoas invadem as ruas e protestam em resposta a questões e oportunidades profundamente sentidas, mas isso apenas estimula um ciclo de protesto apenas quando os conflitos estruturais são, seja profundos, seja visíveis, e quando o sistema político deixa espaço à possibilidade de um protesto de massa. Os ciclos começam nas instituições através das formas organizadas de acção colectiva (Tarrow, 1990: 14).

No caso da agitação estudantil em Portugal, pode-se encontrar uma tendência similar: os assuntos debatidos nas instituições atravessaram o limite da “área governamental” para se estender à área que os estudiosos de acção colectiva chamam dos “desafiadores” (*challengers*).⁴⁴ Todavia, a grande diferença em relação ao caso italiano e que remete para a natureza autoritária do regime português, é que o próprio debate relativo à modernização entre as elites do país estava prestes a ser apagado por Salazar, que, depois das repetidas ameaças ao Estado Novo, impôs um regresso forçoso aos princípios ruralistas e tradicionais exprimidos nos “valores de Braga”. Estes seriam os princípios basilares do salazarismo segundo o próprio Salazar declarou no seu discurso por ocasião do “ano X da Revolução Nacional”, proclamado em Braga em 1936. Entre estes valores, além dos mais conhecidos Deus, Pátria, Autoridade, Família, Trabalho e, de facto, como suporte a estes, havia também os do anti-comunismo, do anti-parlamentarismo e do primado do ruralismo sobre as mudanças destabilizadoras e corruptoras do fomento industrial. Salienta-se que nenhum destes valores escapou à crítica e ao questionamento cada vez mais radical da contestação estudantil. Fernando Rosas evidencia por outro lado que este esforço por parte de Salazar de defender, face não só às ameaças oposicionistas, mas também reformistas e industrialistas dentro do próprio Governo, os valores inquestionáveis do regime, tinha-se desdobrado já a partir dos anos Cinquenta. (Rosas, 1997: 459-460).

O papel do Governo ao influenciar a acção contenciosa não acaba com a função de trazer ao espaço do debate público novos assuntos. Contrastes entre as elites ou divisões a respeito de decisões políticas específicas também podem favorecer uma qualquer abertura da Estrutura das Oportunidades Políticas e assim estimular uma maior actividade por parte dos desafiadores:

Esta abordagem leva a nossa atenção às condições políticas nas quais o ciclo começa, se desenvolve e acaba, porque é destas condições que o protesto se torna plausível e se pode difundir

⁴⁴ Dentro de um regime específico, Tilly, McAdam e Tarrow individuam essencialmente dois espaços: o da política e o exterior à política. No espaço da política, distingue-se a área dos agentes do Governo e a área dos agentes políticos, ou seja, pessoas que, não fazendo parte do Governo, têm um acesso directo e contínuo aos agentes do Governo e aos seus recursos. Na área exterior à política existem, por outro lado, os desafiadores (*challengers*), ou seja, actores políticos que não têm as mesmas oportunidades dos agentes políticos, e outros sujeitos que não são organizados como actores políticos. (Tilly *et alia.*, 2001: 11).

das suas sedes originárias a outros sectores da sociedade. Entre estas condições pode haver: divisão entre as elites, parcial abertura ao acesso de grupos anteriormente marginalizados, aparecimento de novos grupos sociais com novos recursos e difusão de novas estruturas interpretativas no interior da sociedade (Tarrow, 1990: 15).

Analisando a situação problemática em que o Estado Novo vivia desde as eleições de 1958, emergem muitos dos factores que vimos serem favoráveis à intensificação da mobilização. A nível da divisão entre as elites, o próprio caso Delgado representa um exemplo significativo: general da Força Aérea, procurador à Câmara Corporativa até 1952 e chefe da Missão Militar Portuguesa em Washington até 1957, ele tornou-se porta-voz das instâncias democráticas em 1958, propondo de facto uma mudança do sistema político a partir do seu interior.

Delgado tinha sido até então um membro da “zona da política” e foi, de facto, neste nível que ele, com a sua candidatura, provocou a primeira fractura. O grande movimento de apoio a Delgado demonstrou que esta fractura tinha uma ressonância profunda no país, o qual, longe de acabar com a derrota do “General Sem Medo”, ficou latente, pronta a manifestar-se aquando da primeira oportunidade. Em 1961 emergiu mais uma situação de abertura das oportunidades, com uma parte das elites divididas face à solução a dar à questão colonial, que levou à tentativa de golpe de estado do Chefe de Estado-maior Botelho Moniz. A interpretação sugerida por Tarrow sobre o papel da Estrutura das Oportunidades Políticas no processo de mobilização parece portanto aplicável também a um sistema autoritário como o regime salazarista, pois este não é imune a tensões e abalos internos.

Também as consequências, no longo prazo, não parecem tão distantes. Se em Itália, depois do ciclo de protesto de 1965-1975 estudado por Tarrow, o sistema aparece parcialmente renovado, sobretudo no que diz respeito às possibilidades de participação através dos canais convencionais, em Portugal as mudanças, tendo em conta o mesmo período, foram até mais significativa e envolveram uma revolução e uma completa modificação do sistema político. Todavia, mais a breve prazo, os anos sucessivos à grande crise de 1962 representaram um momento em que o regime, para sobreviver, teve que compactar as suas fileiras, depurar os elementos infieis, aumentar a repressão e reafirmar com força os próprios ideais originários contra o desvio industrialista e modernizante do decénio passado. E, sobretudo, continuou intransigentemente a empresa bélica apenas começada. Em poucas palavras, o regime fechou drástica e rapidamente a brecha que se tinha aberto na sua solidez.

O pico do protesto

A 24 de Março de 1962, data estabelecida para a celebração do Dia do Estudante e em consequência da sua proibição, começou uma extensa e duradoura crise académica que, prolongando-se até Junho, se encontrou com uma paralela grande agitação operária sobretudo a partir de 1 de Maio. A proibição da celebração académica concretizou-se com o posicionamento de numerosos agentes da PSP na cidade universitária. A 26 de Março, a RIA declarava como resposta o luto académico, numa assembleia-geral com cerca de dois mil participantes. No dia seguinte, o recém instalado Ministro da Educação Lopes de Almeida, recebeu uma delegação de dirigentes associativos que o convenceu a retirar o veto, sendo assim a celebração do Dia planeada para 7 e 8 de Abril, com o mesmo programa já estabelecido. Todavia, a 5 de Abril, o Governo voltava a interditar a festa, com a justificação de não ter recebido o programa da mesma.

No entanto, as Associações Académicas reuniam todas as forças de forma a organizar uma ampla mobilização que envolvesse em massa os estudantes das três cidades universitárias. Além de estimular um tal levantamento, primeiro o veto e depois a presença da polícia na área universitária provocaram uma crise no interior do regime, com as demissões de Marcelo Caetano do cargo de Reitor da Universidade de Lisboa que detinha desde 1959 e do Coronel Homero de Matos da Direcção Geral da PIDE. Nos finais do ano, por último, o próprio Ministro da Educação, Lopes de Almeida, que ocupava aquele cargo apenas há um ano, foi substituído por Inocêncio Galvão Teles.

Como se viu, a agitação estudantil encontrou-se no mês de Maio com a mobilização operária que, se todos os anos se intensificava ao aproximar da festa dos trabalhadores do 1º de Maio, em 1962 atingiu o seu auge, como demonstra também o altíssimo número de informações de alerta a respeito da organização de manifestações que chegaram ao MAI durante todo o mês de Abril, denunciando que “desde há tempos que o Governo tinha conhecimento de um vasto plano de perturbações da ordem pública, a desenvolver no país sob pretexto de comemoração do 1 de Maio, procurando o Partido Comunista tentar sublevar as classes trabalhadoras pelo abandono do trabalho e pela realização de manifestações subversivas”.⁴⁵ Já desde 29 de Abril, na aldeia mineira de Aljustrel, no Alentejo, alguns episódios prenunciavam a gravidade do conflito que estava a chegar, com um levantamento popular que atingiu o quartel da GNR, a qual respondeu abrindo fogo e provocando dois mortos e quatro feridos.

Com uma nota pública, o MAI justificou a violência da GNR com o reduzido número de homens presentes no quartel em comparação com a dimensão do grupo de manifestantes,

⁴⁵ DN, “Nota oficiosa do Ministério do Interior”, 3 de Maio 1962, p.4.

salientando também que pelo menos um dos mortos tinha sido atingido por uma bala de caça, portanto não pelos disparos das forças da ordem, com uma versão igual à que será divulgada relativamente aos sucessivos episódios do 1º de Maio em Lisboa.⁴⁶ A 1 de Maio, as agitações operárias concentraram-se sobretudo em Almada e no Barreiro e, em Lisboa, nas zonas do Terreiro do Paço, do Martim Moniz e do Rossio. Desde a manhã foram instauradas excepcionais medidas de segurança sobretudo na zona em frente do rio, passagem obrigatória para os trabalhadores das áreas industriais situadas do outro lado do Tejo. A área ficou tranquila até às 18 horas, quando os trabalhadores começaram a desembarcar, altura em que foi difundida a ordem de não permitir nenhuma paragem nem aglomerações de pessoas. Segundo as autoridades, tudo se desenvolveu sem grandes problemas até às 18h30, quando a detenção por parte da polícia de alguns indivíduos que tinham transgredido as ordens desencadeou a reacção de outros grupos, que começaram a insultar as forças da ordem e a rodear os seus carros.

Chegaram novos homens da polícia, enquanto o grupo dos “subversivos” se ampliava, envolvendo muitos operários que até então pareciam tranquilos. Estes eventos aceleraram sobretudo depois da chegada de numerosos passageiros provindos do Barreiro e Cacilhas, momento em que a polícia começou a tentar dispersar a multidão com o cacetete, enquanto alguns manifestantes começaram a insinuar-se nas ruas perpendiculares ao Terreiro do Paço em direcção ao centro, danificando eléctricos e carros, a fim de parar o trânsito. As agitações espalharam-se noutras zonas da cidade, até à catedral, enquanto a polícia começou a usar as armas de fogo, atingindo seis manifestantes dos quais um, Estêvão José Dangué Giro, tipógrafo de Alcochete, morreu. Nos dias seguintes, os acontecimentos repetiram-se com um esquema muito semelhante no Porto e ainda em Lisboa, onde foi morta mais uma mulher que se encontrava à janela da sua habitação, alegadamente atingida, segundo a imprensa oficial, por um tiro disparado por alguns agitadores instalados em cima dum telhado.⁴⁷ A força de segurança mais activa nesta situação, como já se notou, foi a PSP, também coadjuvada pela recém-criada Companhia Móvel.

A repressão estava, no entanto, para atingir com violência também a concomitante agitação estudantil, que continuava a abalar a universidade. Entre 9 e 11 de Maio, instalaram-se na cantina da cidade universitária de Lisboa cerca de oitocentos estudantes apoiando os vinte e um colegas que aí estavam a realizar uma greve da fome. A 10 de Maio, reunia-se em sessão extraordinária o Senado Universitário de Lisboa, o qual, depois de ter ouvido José Medeiros Ferreira, delegado dos estudantes de Letras, resolveu conceder mais uma hora para os alunos evacuarem as instalações ocupadas. O prazo, caducado às 19h45, não foi respeitado e, depois de novo contacto com

⁴⁶ *Ibidem.*

⁴⁷ DN, 9 de Maio de 1962.

Medeiros Ferreira e denunciando as “táticas ditatoriais”⁴⁸ que os estudantes estavam a utilizar, foi devolvida ao Governo a inteira autoridade sobre o edifício. Assim, “a pedido do Ministro da Educação Nacional, o Ministro do Interior tomou as disposições necessárias para o cumprimento da resolução do Senado universitário”.⁴⁹

Os estudantes foram evacuados da cantina universitária por volta das 4h da manhã de 11 de Maio pela PSP e foram retidos por ordem do MAI. A operação de evacuação foi imponente: os oitocentos estudantes, entre os quais oitenta e quatro raparigas, foram introduzidos em camionetas da PSP que prosseguiram até ao Governo Civil e ao Quartel-General, sob a chefia do comandante geral daquela polícia, o brigadeiro Fernando de Oliveira. Todos os estudantes ficaram à disposição da polícia para serem interrogados, muitos sendo libertados logo nessa tarde, outros ficando para ulteriores averiguações. Enfim, na noite de 12 de Maio, foram libertados mais alguns estudantes, enquanto muitos outros ficavam retidos, uma situação bastante problemática para o Senado Académico, responsável pela intervenção policial dentro da universidade, que tentou assim evitar qualquer responsabilização: “O Senado Universitário de Lisboa não podia prever nem teve qualquer responsabilidade na detenção das pessoas que se encontravam nas instalações. Esta atitude do Senado é inteiramente coerente com a sua orientação de pugnar pelo prestígio e pela disciplina da universidade tendo embora em conta sempre o interesse e a defesa das aspirações justas dos estudantes”.⁵⁰

A 18 de Maio, o Ministro da Educação declarava ilegal qualquer tentativa de criar órgãos destinados à unificação das Associações estudantis e a uma acção conjunta de política juvenil na Universidade.⁵¹ Depois de atribuir toda a responsabilidade à obstinação dos estudantes perante a “boa disposição das autoridades”, o Ministro sublinhava que tinha sido necessária a suspensão dos corpos gerentes das Associações Académicas legalmente constituídas e a interdição das que funcionavam à margem da lei. Declarava-se também que a agitação estudantil fora suscitada por agentes políticos que tinham exercido a sua ascendência sobre massas juvenis facilmente influenciáveis e “pouco conscientes dos fundamentos da convivência social”. Por fim, o Governo preocupava-se em esclarecer a opinião pública sobre a intervenção das forças da ordem, explicando que, embora não existisse qualquer disposição para impedir o exercício da autoridade pelas forças de segurança na zona universitária, era firme desejo do Governo que a disciplina dentro dos estabelecimentos de ensino fosse sempre mantida pelas autoridades académicas. Além disso, sublinhava-se que, encontrando-se suspensos os corpos gerentes das Associações de

⁴⁸ DN, 11 de Maio de 1962.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ DN, 18 de Maio de 1962.

⁵¹ DN, 19 de Maio de 1962.

Estudantes de Lisboa e Coimbra, eram ilegais todas as tentativas de fazer funcionar quaisquer assembleias de uma ou mais Associações, especialmente os chamados plenários, bem como quaisquer órgãos que tendessem a uma unificação das Associações para uma acção conjunta.⁵²

Por fim, a 21 de Maio do mesmo ano foi publicado o decreto-lei 44.357, o qual representava o lado legislativo da violenta repressão que tinha atingido as Associações Estudantis. Nele era estabelecido que o Ministério da Educação poderia sempre ordenar processos disciplinares contra os estudantes das escolas dependentes dele, nomear livremente os instrutores e aplicar qualquer pena prevista pela legislação que regulava esta matéria. Através destas normas, foram suspensos das três academias do país cerca de cinquenta estudantes que se tinham distinguido nas recentes agitações. A 29 de Junho, por despacho ministerial, foram expulsos de todas as escolas do país os vinte e um estudantes que tinham declarado a greve da fome entre 9 e 11 de Maio, enquanto também em Coimbra trinta e quatro estudantes, entre os quais cinco dirigentes, eram condenados a penas a partir de seis meses de expulsão da universidade até dois anos de expulsão de todas as escolas do país.⁵³

Inovações e recursos do movimento de '62

O ano de 1962 representou assim a grande estreia dos estudantes como protagonistas da acção contenciosa em Portugal, uma estreia que se prolongou num verdadeiro ciclo de protesto, através do qual estes novos actores entraram definitivamente no cenário conflitual português, pelos menos até ao fim do regime. Esta inovação estava destinada a renovar o panorama da oposição ao Estado Novo em Portugal e a própria forma de “fazer política” fora dos canais institucionais, tendo esta última mudança transcendido a mudança de regime e perdurando, embora com outros protagonistas, durante a transição democrática. A inovação dos repertórios, seja do ponto de vista das reivindicações, seja do dos repertórios do protesto, entrará portanto na memória da acção colectiva em Portugal, passando de movimento em movimento, até chegar, como alguns autores têm demonstrado, aos movimentos que caracterizaram o PREC, como o dos moradores (R.Pinto, 2007: 91-92) .

A principal inovação foi com certeza a ocupação das instalações universitárias, uma acção que até então tinha caracterizado quase exclusivamente a luta operária. As ocupações estudantis lembravam de perto os sit-in pacíficos do *Civil Rights Movement*, que ainda estava em curso e que tinha, como vimos, ampla difusão na imprensa portuguesa. Esta nova forma de actuar, obrigou também as autoridades a reelaborar as medidas de intervenção policial nos conflitos estudantis,

⁵² DN, 19 de Maio de 1962.

⁵³ V. Anexo 1

através de normas que permitiam, no caso de pedido do Senado Universitário e depois do consentimento do Ministro da Administração Interna, a intervenção das forças de segurança dentro dos estabelecimentos de ensino. Também a nova legislação relativa a perseguição penal dos estudantes representava uma resposta às inovações conflituais introduzidas pelo movimento estudantil. A importância desta inovação foi testemunhada pela criação, por parte do Gabinete do Ministério da Administração Interna e por parte das próprias polícias, de um ficheiro específico, destinado a recolher toda a documentação relativa à “crise estudantil”. Como muitas vezes acontece, mudanças na área da política conflitual impõem mudanças e inovações também na gestão da ordem pública. Todavia, como demonstra o facto de este ficheiro continuar a existir até a 1974, as acções protagonizadas pelos estudantes não eram bem uma “crise”, no sentido próprio da palavra, mas, como será melhor explicado nos últimos capítulos do nosso estudo, de uma “conflitualidade permanente”.

Por outro lado, o recurso a uma acção como a greve de fome parece ainda mais inovador, não se encontrando muitos exemplos deste tipo de desempenho na história dos movimentos sociais portugueses e, ainda menos, na história do movimento estudantil. Todavia, se as ocupações estavam destinadas a um grande êxito no futuro das agitações estudantis, a greve de fome apenas teve uma importante difusão nas prisões, onde quase sempre foi praticada por presos políticos e foi uma das primeiras causas de punição por parte das autoridades carcerárias.⁵⁴

O fim do ciclo

Repressão e desmobilização

Como já foi salientado, através das prisões efectuadas nos meses seguintes à crise de 1962, a PIDE tinha conseguido revelar a rede e a acção que o PCP tinha desenvolvido até então com o objectivo de dinamizar e mobilizar o meio académico. O elemento sobre o qual a PIDE ainda se mostrava muito em atraso era o facto de que, a partir de 1962, o panorama da conflitualidade estudantil se complicaria, com uma fragmentação das correntes de oposição ao regime. A finalidade do comunicado da PIDE, através do qual era divulgado o documento do PCP intitulado “Algumas experiências do movimento juvenil na associação do trabalho legal com o ilegal”,⁵⁵

⁵⁴ Esta constatação baseia-se na análise do Ficheiro dos Presos Políticos do Arquivo da PIDE/DGS, no qual, além das características biográficas dos detidos há também uma breve história prisional, com a indicação, por exemplo, das punições recebidas e das baixas à enfermaria.

⁵⁵ DN, 13 de Junho de 1962, p. 1 e 9.

era explicitamente a de mostrar à opinião pública a origem dos últimos episódios que tinham alterado, ao longo de todo o mês de Maio, a vida da cidade de Lisboa. Depois de um longo período de contínuas ameaças à estabilidade do regime, providas de muitas direcções – oposição democrática, forças armadas, movimentos coloniais, estudantes e trabalhadores – este comunicado da PIDE, não por acaso divulgado através do Serviço Nacional de Informações (SNI), devia servir para demonstrar que a situação estava completamente sob controlo.

É também evidente a tentativa de imputar a origem deste mal-estar profundo e difuso a uma causa exógena, que se atribuía a uma estratégia específica elaborada em Moscovo, do mesmo modo que no caso da grande mobilização delgadista de 1958 e da emergência dos movimentos de libertação nas colónias. De facto, a admissão de uma conflitualidade endógena ao estado orgânico era impensável, dado que a essência própria do corporativismo residia na ideia da sublimação dos conflitos entre os vários organismos da nação num processo de pacificação social. Com efeito, as causas da crise académica de 1962 eram inteiramente atribuídas a estratégia subversiva do PCP “sem alguma margem de dúvida”⁵⁶.

Que a mobilização estudantil e operária tivesse sido coordenada e em parte estimulada através da rede e dos recursos logísticos do PCP era exacto, tratando-se por outro lado de um facto bastante óbvio, sendo ainda então o Partido Comunista a principal organização da oposição ao regime. Todavia, além de estarem presentes nesta contestação outras componentes ideológicas, como a católica, por exemplo, as autoridades estavam a menosprezar o facto de que, se a crise tinha tido características de massa, era porque existia um mal-estar de fundo circulando em praticamente todos os sectores da sociedade: universidades, igreja, forças armadas, fábricas, etc.

Esta amplitude da mobilização explica-se portanto, a nosso ver, através de três factores complementares e todos necessários: o facto de o regime atravessar um período de crise profunda a partir das eleições de 1958; o facto de existirem e estarem disponíveis redes e recursos de mobilização eficazes (estes sim, na maior parte, resultado da acção do PCP) e por fim, o facto de existirem actores disponíveis para se mobilizarem. Este último ponto está também relacionado com as grandes mudanças sociais e económicas que salientámos no capítulo anterior e que determinaram um aumento das expectativas e da procura de oportunidades entre vários sectores da sociedade, que assim se tornavam mais dispostos a arriscar para obter os benefícios desejados.

No que diz respeito ao meio universitário, este último elemento parece particularmente relevante e remete para uma insatisfação latente, um desejo de mudança – talvez antes cultural que política – muito forte de tornar os custos da participação aceitáveis para uma grande parte dos

⁵⁶ *Ibidem*

estudantes. Isso é bastante significativo dos momentos de forte mobilização em que há uma participação de pessoas habitualmente indiferentes. Como já tivemos oportunidade de sublinhar, depois de 1962 o conflito social diminuiu muito em amplitude e ao mesmo tempo radicalizou-se. Contemporaneamente, foram intensificadas as medidas destinadas a um “regresso à ordem” depois da extensa crise institucional e social que tinha abalado o Estado Novo. A acção repressiva não se resolveu apenas em medidas contingentes, mas foi reforçada por um aumento exponencial do controlo e da investigação de toda a actividade dos estudantes por parte da polícia política.

Como se evidenciou no capítulo anterior, já a 24 de Maio de 1962 eram presos pela PIDE cinco militantes do PCP aos quais fora sequestrada documentação que comprovava, na opinião das autoridades, a influência comunista na agitação universitária. Esta documentação esteve também na base das sucessivas acções da polícia política destinadas a dismantelar a rede organizativa do PCP na universidade. Entre os cinco presos⁵⁷, o único estudante era José Manuel Mendonça de Oliveira Bernardino, da UJP. A história prisional de Bernardino foi de facto uma das mais compridas e duras entre as dos estudantes presos neste período, demonstrando por um lado o efectivo activismo deste estudante na mobilização do meio académico e por outro a evidente vontade da PIDE de, através de uma pena exemplar, lançar uma mensagem de intimidação aos outros estudantes.⁵⁸

A prisão de Bernardino inaugurou uma vaga repressiva de excepcional intensidade contra os estudantes que se prolongou durante todo o ano de 1962⁵⁹ e que, depois de uma leve atenuação em 1963, continuou em 1964 e 1965, ou seja, até à conclusão do primeiro ciclo de protesto estudantil que situámos entre 1956 e 1965. A repressão continuaria nos anos seguintes. Entre Dezembro de 1964 e Janeiro 1965, em sequência de quase dois anos de minuciosas investigações levadas a cabo pela PIDE, a começar pela prisão de Bernardino e também através dos documentos apreendidos naquela ocasião, realizava-se uma outra vaga repressiva, desta vez puramente preventiva. A 6 de Dezembro anunciava-se nas páginas dos principais diários portugueses a prisão de vários membros do PCP, entre os quais, sublinhava-se, se contavam dezoito estudantes universitários.⁶⁰

⁵⁷ Os presos, segundo o Ficheiro dos Presos Políticos da PIDE/DGS, foram José Manuel Mendonça de Oliveira Bernardino, José Alves Tavares Magro, Manuel Álvaro Estanqueiro Nunes, João António Honrado e Alberto Ferreira Lindolfo.

⁵⁸ Ver Anexo 3.

⁵⁹ O 1962 é o segundo ano com mais estudantes presos (122 presos e 153 prisões, sendo que vários estudantes foram presos mais vezes) depois de 1973 (com 209 estudantes presos e 211 prisões), fonte: Ficheiro dos Presos Políticos da PIDE/DGS. V. Anexo 1

⁶⁰ O *Binómio*, boletim do IST e um dos órgãos mais importantes do movimento estudantil, criado mesmo nesta altura, dedicou o seu primeiro número, saído a 4 de Novembro 1964, inteiramente a estas prisões e à denúncia das condições dos estudantes presos. Ao mesmo assunto foram dedicados todos os números do boletim até a 15 de Novembro 1965, por um total de 20 números.

Publicava-se também uma nota do Ministério da Administração Interna destinada a informar sobre os êxitos das investigações da PIDE para contrariar as actividades subversivas de matriz genericamente definida como comunista, sobretudo em sequência de um atentado explosivo que teve lugar a 5 de Outubro. De facto, cedo se descobriu que os autores do atentado, uma das primeiras acções contenciosas deste tipo realizadas em Portugal na vigência do Estado Novo, estavam ligados à FAP, que como vimos, era a primeira cisão maoísta do PCP, que viria a confluir no CMLP. É difícil perceber se a PIDE já teria conhecimento desta cisão ou se considerava a FAP como um braço armado do PCP; de facto, o comunicado parece apontar para a segunda hipótese, mas também é possível que se tenha escolhido uma forma mais simplificada e esquemática para divulgar os eventos. De qualquer forma, descrevia-se a FAP como uma organização “formada sobretudo por estudantes universitários”, dos quais onze já se encontravam detidos, e por outros jovens de diferentes profissões. Outros dos seus membros, por outro lado, fugiram à prisão exilando-se no estrangeiro.

Era também difundida a notícia da descoberta de uma “casa” em que se efectuavam reuniões subversivas e anunciava-se que a maioria dos presos teriam sido entregues ao tribunal. Mais uma vez, insistia-se no facto de as investigações confirmarem o enraizamento do PCP no meio académico, sem distinguir de facto entre FAP e PCP. A detenção destes jovens, por fim, era atribuída completamente à sua actividade em organizações subversivas e não à sua acção propriamente estudantil. A 6 de Dezembro era preso Nuno Álvares Pereira, definido como destacado membro do PCP e “ex-aluno universitário que, além de fomentar a agitação, representava uma das células comunistas presentes entre os estudantes universitários”.⁶¹

Nuno Alvares Pereira, que vivia na clandestinidade “à custa do PCP”⁶² desde há cerca de dois anos, fora localizado enquanto se encontrava com um outro elemento comunista que também foi preso: António José Crisóstomo Teixeira, aluno da Faculdade de Ciências e também ele responsável do PCP no meio estudantil. Na altura da captura, alegadamente aquele funcionário utilizava a falsa identidade de João Miguel dos Santos e a falsa profissão de professor no ensino privado. Contemporaneamente, anunciava-se o processo, no tribunal plenário da Boa Hora, de José Luís Saldanha Sanches, futuro dirigente do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), preso nos finais de Abril e, na altura ainda elemento importante do sector estudantil do PCP, enquanto aluno da Faculdade de Direito.

⁶¹ DN, 11 de Dezembro 1964

⁶² *Ibidem*.

A história prisional de Saldanha Sanches, com quatros distintos períodos de detenção, também teve características de exemplaridade⁶³, como por outro lado acontecia regularmente no caso dos estudantes – e presos em geral – mais estruturados dentro das organizações da oposição. De facto, é importante salientar que, no que diz respeito a estudantes presos por actividades políticas mas não enquadrados em nenhuma organização específica, a detenção era normalmente muito mais reduzida. Neste último caso, tratava-se sobretudo dos alunos que participavam, por vezes de forma espontânea, nas mobilizações e nas acções de rua, durante as quais eram capturados, sobretudo pela PSP, sem que houvesse uma investigação específica relativamente à sua actividade.

Das cartas do processo que se desenvolveu a 10 de Dezembro, emergia uma situação em que o PCP era indicado como principal responsável pela mobilização do 1º de Maio de 1964, destinada, “através de acções terroristas, a conduzir a população menos informada a um levantamento contra as instituições vigentes”.⁶⁴ De acordo com esse programa, na noite de 28 para 29 de Abril, teriam sido distribuídos em vários sítios de Lisboa, panfletos de propaganda subversiva e teria sido nessa ocasião que se verificou a captura de Saldanha Sanches. Sanches tentou defender-se e fugir, ficando ferido com dois tiros, também desta vez, segundo a fonte oficial, disparados para o ar. Uma vez já por terra, como foi relatado por algumas testemunhas, continuou a ser espancado e agredido a pontapé. Milagrosamente quase ileso, Sanches esperou em prisão preventiva pelo processo durante cerca de oito meses, sendo depois julgado, como se viu, em Dezembro, com a defesa do advogado Mário Soares.

Nos finais de 1964, ainda continuavam em estado de prisão, à espera do processo, vinte e oito estudantes, um número destinado a aumentar com o ano novo. No mês de Janeiro de 1965, eram julgados outros militantes comunistas também presos em Abril na sequência da organização da mobilização do 1º de Maio. Tratava-se neste caso de operários da zona de Setúbal, definidos como células responsáveis do partido no sector da Siderurgia Nacional que formavam, no seu conjunto “um aparelho de agitação”⁶⁵. Acusados, como Saldanha Sanches, de fazerem propaganda para o levantamento nacional do 1º de Maio de 1964, eram também acusados de terem programado acções terroristas e de terem adquirido, com este objectivo, oito cargas de dinamite e outros explosivos. O plano deles teria sido o de isolar a zona do Barreiro através da destruição das pontes, das centrais eléctricas, das ruas e das linhas do comboio. Processados por

⁶³ Ver Anexo 5.

⁶⁴ DN, 11 de Dezembro 1964

⁶⁵ DN, 13 de Janeiro 1965.

terrorismo, foram portanto submetidos a um regime prisional “aplicável aos criminosos de difícil correcção”⁶⁶, sendo também eles defendidos por Mário Soares.

É interessante observar que, desde finais de 1964, as notícias relativas a processos de natureza política se intensificaram⁶⁷, facto que demonstraria um crescimento, a partir de 1962, do controlo policial do conflito social, não só através de acções repressivas contra agitações de rua, mas sobretudo através do desenvolvimento da investigação. É também significativo que, cada vez mais, a partir desta altura, as notícias dos processos políticos fossem inseridas pelo *Diário de Notícias* numa secção especial chamada “Tribunais”, sem distinção dos processos comuns. Era uma evidente tentativa de, através da sua associação aos delinquentes comuns, abrandar a aura por vezes heróica que distinguia os opositores políticos e talvez, também de criar medo e reticências entre os potenciais aderentes ao movimento.

Nesta direcção prosseguiu a vaga repressiva na universidade, que atingiu o seu auge na noite de 20 para 21 de Janeiro de 1965, na vigília de uma manifestação comemorativa da luta estudantil de 1956, com a captura de cerca de cinquenta dirigentes associativos, numa manobra que teve o efeito de decapitar, de uma vez, a totalidade da organização estudantil comunista de Lisboa.⁶⁸ A notícia era difundida a 22 de Janeiro nos principais diários do país através de uma nota do SNI, em que se sublinhava o facto de a operação ter sido o resultado do “prosseguimento da actividade repressiva por parte da PIDE das actividades contra a segurança da Nação”⁶⁹. Entre os dirigentes estudantis do PCP capturados, contavam-se também Filipe e Fernando Rosas. Fernando Rosas⁷⁰, estudante de Direito já activo desde os tempos do Liceu, era na altura um militante de relevo do PCP, ainda que destinado a uma evolução política mais orientada para o maoísmo que o levará, nos finais dos anos Sessenta, a comparecer entre os fundadores do MRPP, ao mesmo modo que Saldanha Sanches. Ele também, como no caso de outros elementos enquadrados em organizações estruturadas da oposição – até esta altura normalmente ainda o PCP, mas daqui para a frente, como se verá, também em grupos diferentes – sofreu uma pena maior que muitos colegas, os quais, em vários casos, apenas participavam nas actividades estudantis sem contactos directos com qualquer organização propriamente política.

Ainda que entre os estudantes presos a 21 de Janeiro de 1965 alguns não fossem comunistas, como por exemplo o católico Luís Salgado Matos, o objectivo da PIDE era claramente o de destruir a actividade do PCP nas universidades, que, depois das muitas prisões, buscas e

⁶⁶ *Ibidem*

⁶⁷ A este respeito, ver Anexo 1

⁶⁸ V. Elenco dos estudantes presos, Anexo 2

⁶⁹ DN, 22 de Janeiro 1965.

⁷⁰ V. Anexo 5.

documentos apreendidos, a polícia conhecia em pormenor. Assim, se nas mãos da polícia política se encontravam até quatrocentos nomes de simpatizantes comunistas entre os estudantes, a captura de cerca de um décimo deles, ou seja, do núcleo mais activo, tinha o objectivo essencial de, por um lado, neutralizar os comandos da rede organizativa da actividade contenciosa universitária e, por outro, desencorajar, através de uma acção policial de forte impacto, qualquer mobilização ou participação. Com a mesma finalidade, aumentava também o controlo sobre as organizações legais dos estudantes, como as próprias Associações Académicas. Entretanto, desenvolvia-se a 10 de Abril de 1965 o processo de cinco estudantes que tinham sido presos entre finais de Novembro e início de Dezembro de 1964, além de Augusto César Lobato de Faria, cuja prisão remetia já para o mês de Março de 1965, no tribunal da Boa Hora, sempre com a defesa de Mário Soares. Entre os estudantes julgados contavam-se Jorge Manuel Paneiro Taborda Duarte e Jorge Quina Ribeiro de Araújo, condenados a uma pena de catorze meses, Eduardo da Conceição Medeiros, dezasseis meses, Carlos Manuel Ferreira Marum, dezassete e Augusto César Lobato de Faria, doze. Todos os acusados perderam também os direitos políticos por cinco anos.⁷¹ Continuaram ao mesmo tempo as prisões sistemáticas entre as fileiras do PCP durante todo o mês de Abril, com a descoberta por parte da PIDE de uma tipografia clandestina em que se imprimiam o *Avante!* e *O militante* e a captura de seis pessoas, todas residentes na área de Setúbal. Entre estas contava-se também Domingos Abrantes Ferreira, operário na indústria siderúrgica, membro do PCP desde 1954 e funcionário desde 1956, tendo sido também funcionário do MUDJ, cuja Comissão Central integrou.⁷² Em 1965 Abrantes Ferreira tinha vinte e nove anos e era já considerado um dirigente importante do PCP. Preso uma primeira vez em 1959, tinha sido protagonista, com outros sete militantes, de uma espectacular fuga da prisão de Caxias em Dezembro de 1961 com um carro blindado de Salazar.

A série de prisões continuará durante todo o ano, para, depois de ter decapitado a rede organizativa do PCP nas universidades, tentar dismantlar a estrutura comunista da área industrial do sul do Tejo. Também continuam as notícias relativas aos processos políticos, na maioria dos casos presididos pelo juiz António de Almeida Moura, com a presença constante, no lado da defesa, do advogado Mário Soares e, a partir deste ano, de um jovem advogado que, enquanto estudante, tinha liderado a mobilização de 1962: Jorge Sampaio. Os processos em geral, e especialmente pelo que nos interessa neste contexto, os que envolviam estudantes, tornavam-se

⁷¹ Fonte: Ficheiro dos Presos Políticos da PIDE/DGS, em IAN/TT

⁷² Este dado parece bastante interessante relativamente à função do MUD e do MUDJ de integrar forças anti-fascistas diferentes não só do ponto de vista ideológico, ainda que sob a égide do PCP, mas também do ponto de vista de classe, com o pressuposto de uma colaboração entre estudantes, intelectuais e trabalhadores que de facto raramente se encontrará, apesar de vários esforços nesta direcção, nas organizações da extrema-esquerda portuguesa dos anos seguintes.

também cada vez mais sumários e extensos, até o pico do processo de 11 de Agosto de 1965 com vinte e sete imputados, sendo a maioria representada pelos dezanove estudantes presos na grande acção policial de 21 de Janeiro de 1965.⁷³

“O espírito corporativo dentro das Associações Académicas”

A repressão e o controlo dos ambientes mais conflituais tornou-se também mais eficaz, sobretudo através da introdução, em todas as Universidade, de uma rede de informadores e isso esteve na base, juntamente com o recrutamento de jovens para a guerra colonial, do aumento da emigração clandestina, sobretudo em direcção da França, da Suíça e Bélgica, cada vez mais protagonizada por estudantes e jovens intelectuais. Alguns jovens militantes fugiam por outro lado após a prisão, para se exilarem no estrangeiro. É também oportuno sublinhar que para os militantes do PCP isso significava uma escolha oposta às directivas do partido que solicitava os jovens activistas a incorporarem-se no exército para realizarem uma obra de propaganda e organização no interior da instituição.

Entre as medidas institucionais destinadas a conter a conflitualidade estudantil, podem-se incluir também algumas tentativas de orientar a tendência associativa dos estudantes na direcção de organizações controláveis. Nesta linha colocava-se a iniciativa de uma celebração alternativa ao Dia do Estudante que foi organizada em Lisboa a 22 de Janeiro de 1963 com o nome de Dia da Universidade, que todavia, como já se infere da denominação, remetia mais para a instituição do que para os seus membros. O novo Ministro da Educação, Inocêncio Galvão Teles, nomeado em Dezembro de 1962 para substituir Lopes de Almeida, cuja autoridade tinha sido completamente comprometida pela crise, promoveu também a imediata actuação das normas previstas pelo decreto-lei 44.632, de 15 de Outubro de 1962.

Através destas normas, criava-se uma Comissão Permanente das Organizações Escolares com o objectivo de estudar os problemas relativos às Associações dos Estudantes. A Comissão devia ser constituída, sob a presidência do Director-geral, pelo Reitor e por um estudante de cada uma das Universidades, por um Director e por um estudante de Escola Superior não universitária e por seis vogais nomeados pelo Ministro da Educação Nacional de entre professores do ensino superior. Os representantes dos estudantes universitários seriam nomeados anualmente pelo Ministro, sob proposta do Reitor da respectiva Universidade, depois de ouvidas as direcções das agremiações de estudantes legalmente constituídas. A proposta teria recaído num estudante que ia desempenhar ou tinha desempenhado funções directivas em qualquer das referidas agremiações.

⁷³ V. Anexo 7.

No texto do novo decreto, fazia-se expressamente referência ao decreto-lei anteriormente elaborado, ou seja o 40.900, que, nas palavras dos legisladores, “findou sem que sobre a proposta recaísse votação definitiva da Assembleia Nacional”. O texto do novo decreto continuava explicando que a necessidade de definir normas legais para regular a instituição e actividade das organizações estudantis era determinada pelos acontecimentos que, durante o ano lectivo transacto, tinham perturbado a vida das Universidades de Lisboa e de Coimbra. Lembrava-se também a nota oficiosa de 19 de Maio de 1962 do Ministro da Educação Nacional que declarava, paradoxalmente: “A sua disposição de dar ouvidos às solicitações dos estudantes, que considera justas, no que respeita à ausência de legislação que regule o funcionamento das associações escolares e estabeleça o sistema em que se integre o vasto plano de obras sociais universitárias destinadas a proporcionar à juventude, por meio de dispendiosos edifícios e pela criteriosa organização da sua vida extra-escolar, condições óptimas de formação intelectual e humana”.⁷⁴

Para esse efeito, tinha-se elaborado um projecto de diploma, que foi remetido às Reitorias das várias Universidades com o pedido de sobre ele ouvirem os respectivos Senados e Conselhos Universitários. Na elaboração do projecto considerou-se especialmente o sentido do debate parlamentar suscitado pelo Decreto-Lei n.º 40.900 e o parecer da Câmara Corporativa, segundo o qual “não é, assim, de estranhar que o seu articulado reproduza essencialmente, embora com algumas alterações, o da contraproposta desta Câmara”. Isso significa que a essência da nova legislação decalcava a proposta em 1956, que tinha sido o pretexto para o eclodir da agitação estudantil. Outro parágrafo importante dizia respeito à própria organização estrutural das Associações Estudantis, ou seja ao processo decisional através de assembleias magnas abertas a todos os estudantes. Como vimos, era este elemento que conferia especificidade ao tipo de participação horizontal veiculada pelo associativismo estudantil e era sempre este elemento que representava para o regime um ponto inaceitável por ser incompatível com a natureza corporativa do Estado e, muito provavelmente, por poder chegar a constituir um exemplo para outras categorias sociais. Portanto, os organismos estudantis eram aceites, mas:

Excluindo tudo o que possa sugerir formas de sindicalismo estudantil de imposição estatal, não se considerou menos necessário recusar legitimidade à pretensão manifestada por certas Associações Académicas de se transformarem em sindicatos de estudantes, considerando associados seus todos os alunos de uma Universidade ou escola pelo simples facto de o serem, e arrogando-se a representatividade de todos esses alunos, mesmo dos que deliberadamente a elas não querem pertencer.⁷⁵

⁷⁴ DN, 29 de Janeiro de 1963 e “Diário da República”, número 237/62, série I, 1º suplemento.

⁷⁵ *Ibidem*.

Entrando no específico, com estas disposições, as Comissões passavam a controlar de facto as Associações Estudantis, as quais viam as suas competências e autonomia muito limitadas. Como era já previsto pelo decreto 40.900, a maioria das actividades culturais, desportivas, lúdicas e a instauração de redes internacionais devia ser consentida pelas autoridades, enquanto a sanção das eleições para os quadros e o beneplácito para a posse dos eleitos dependia do próprio Ministro da Educação, assim como a entrada em vigor dos Estatutos. É evidente que a resposta institucional ia exactamente no sentido oposto ao das exigências de autonomia e autogestão expressas pela grande vaga de protesto estudantil, como o próprio título do artigo publicado no *Diário de Notícias* para divulgar o sentido na nova legislação académica evidenciava: “O espírito corporativo dentro das Associações Académicas”.⁷⁶ Na mesma direcção iam as afirmações do Ministro da Educação Nacional, Galvão Teles, também referidas sempre pelo *Diário de Notícias*, o qual afirmava: “Cumprir não confundir o que é universitário com o que é político e acima do político está a Nação, de que a universidade não é senão um elemento”.⁷⁷ Amplo destaque era por fim concedido ao Grande Encontro da Juventude organizado pela Acção Católica (AC) no mês de Fevereiro sob o lema “A juventude escolhe Deus”, durante o qual se salienta ser responsabilidade dos jovens a “edificação de um Portugal melhor”.⁷⁸

Sobreviver à desmobilização

Na sequência desta fase de forte repressão e de reestruturação da solidez do regime, sempre sob a égide do PCP, por iniciativa de João Bernardo, que acabará por ser expulso de todas as escolas do país, era criada uma estrutura semi-clandestina para a coordenação da política associativa naquele difícil momento. A actividade legal desta estrutura foi desenvolvida através das Comissões de Apoio aos Estudantes Presos (CAEP), na direcção da qual estava, além do próprio Bernardo, Saldanha Sanches. O objectivo desta organização foi não só melhorar a situação legal dos estudantes presos, mas também fornecer apoio logístico ao fim de atenuar os efeitos da dura detenção e, por outro lado, tornar pública a situação dos presos, entre os quais começava a haver várias raparigas. Além disso, como bem explica um documento do PCP mais tardio, já dos anos Setenta, esta iniciativa tinha a vantagem de solicitar a participação, permanecendo num espaço legal, o que permitia a mobilização também de pessoas mais hesitantes e receosas de se colocarem em oposição aberta contra o regime.

⁷⁶ DN, 29 de Janeiro de 1963

⁷⁷ *Ibidem.*

⁷⁸ DN, 20 de Fevereiro de 1963.

Tratava-se quase de um “movimento cívico”, cuja moderada actividade contenciosa era desenvolvida através de meios pacíficos e que não requeriam especial formação política ou disposição ao risco. Era, de facto, uma estratégia bem estudada, sobretudo para uma altura de desmobilização, em que, aumentando os custos da participação e a repressão, era difícil envolver “as massas”. O discurso era diferente para as minorias mais politizadas que, normalmente, aguentam melhor os períodos de desmobilização. O êxito desta rede de mobilização, baseada em repertórios moderados e que utilizava canais legais, é demonstrado pela sua permanência, ainda que por vezes com diferentes definições e extensão, na defesa de todos os presos e não só os estudantes, até ao fim do regime. Além disso, a actividade do PCP continuava no sentido de aproveitar de todos os espaços possíveis de reivindicação à volta de questões muito concretas e de fácil divulgação. Num relatório intitulado “Orientação política do Partido para o Sector dos Estudantes”, elaborado pela PIDE através de informações recolhidas em buscas, interrogatórios e elementos infiltrados, salienta-se que a reivindicação fundamental era a luta contra o decreto-lei 44.632 e contra toda a legislação que previa processos disciplinares contra estudantes.⁷⁹ Na reconstrução da PIDE, o PCP pretendia reactualizar a experiência da luta contra o decreto-lei 40.900 de 1957 junto da Assembleia Nacional.

Veículo desta mobilização seria a RIA, a qual deveria elaborar um “livro branco” para historiar o movimento de estudantes e apresentar a situação da altura, enumerando as principais reivindicações dos estudantes. Mais uma vez, a estratégia do PCP era bem calculada, pois, como os estudiosos de acção contenciosa sugerem, o facto de os movimentos terem uma “memória” das fases anteriores de luta é, em relação aos repertórios de contestação, como já vimos um elemento basilar. Igualmente fundamental era esclarecer qual era a fase de luta, ou seja, tornar evidentes os novos conflitos e, portanto, os novos objectivos. A relativa moderação destes objectivos é, por outro lado, indicativa do período de desmobilização e da fase decrescente do ciclo de protesto. Assim, deste “livro branco”, seria “extraído” um resumo breve e de fácil divulgação, onde se apresentassem de forma sintética e eficaz as reivindicações mais imediatas. Além da abolição do decreto 44.632 e da libertação dos estudantes presos, salientava-se a necessidade de ver autorizada a celebração do Dia do Estudante, solucionar o problema da Cantina Universitária, normalizar a actividade da Casa dos Estudantes do Império e dos Cineclubes. Tratava-se como se vê de *issues* pouco transgressivos, sendo os meios para os canalizar igualmente convencionais, como abaixo-assinados e contactos com deputados. Era prevista também uma concentração de estudantes em frente da Assembleia Nacional, sendo este um desempenho já menos moderado segundo os

⁷⁹ Relatório da PIDE (sem data, mas quase certamente é dos primeiros meses de 1963), em IAN-TT-PIDE/DGS, SC-CI (2)-1336-7082, folha 1

rígidos limites das acções consideradas legítimas sob o Estado Novo. O trabalho devia ser centralizado pela RIA, ou seja, como de costume na estratégia do PCP, não directamente pelo partido, mas através de uma organização legal. As acções de protesto contra o decreto-lei 44.632 perduraram até 1969, através de vários comunicados e reuniões plenárias, ou seja, tratou-se de um *issue* que, nascido durante as fases finais do primeiro ciclo de protesto, chegou até às fases iniciais do segundo ciclo.

A pulverização do universo contestatário

Nesta fase de oposição há uma excepcional convivência entre múltiplos aspectos da política conflitual: cruzamento entre velhos e novos repertórios de protestos; ideologias – democráticas, católica, socialista, comunista e maoísta; actores. Este ciclo de protesto, além de interagir com a política institucional de várias formas, seja causais seja consequenciais, renovou e transformou radicalmente a política conflitual portuguesa, criando novos actores e novos repertórios, assim como novas redes e recursos, os quais, todavia, se sobreporiam durante algum tempo com os antigos. Por vezes foram novas temáticas, determinadas pela própria história, a mudar a dimensão conflitual, como no caso da guerra colonial.

Directamente criado pelos principais líderes da crise, entre os quais Medeiros Ferreira, Manuel de Lucena e Vasco Pulido Valente, o Movimento de Acção Revolucionária (MAR) era uma organização que, apesar do nome, se apresentava como mais moderada do que o PCP, com o qual, todavia, as relações ficaram próximas. O MAR ligou-se à revista cristã-humanista *O Tempo e o Modo*, fundada em 1963 e legalmente publicada pela casa editora Moraes. A revista tinha mobilizado, desde o início, os católicos críticos para com o regime, como João Benard da Costa e Adérito Sedas Nunes, estendendo-se rapidamente a outros sectores da oposição de esquerda provenientes do MUDJ, como Mário Soares, Salgado Zenha e o ainda comunista Sotomayor Cardia. Em 1963, o próprio Salazar pedia informações à PIDE relativamente à revista, recebendo esta resposta: “Dizem tratar-se de uma revista de católicos progressistas, mas pela lista dos colaboradores vê-se que alguns são excessivamente progressistas, tocando os limites do comunismo. O director, António Alçada Baptista, não oferece garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado”.⁸⁰

Lembrava-se também que Alçada Baptista figurava entre os signatários de um panfleto de 1958 para a libertação de Cunhal, “secretário da associação subversiva e clandestina denominada PCP” e que, “além de outras demonstrações de insubmissão”, tinha sido candidato da oposição

⁸⁰ Relatório da PIDE sobre o MUDJ, 5 de Fevereiro de 1963, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(1)-211-1176, folha 159,

em Castelo Branco em 1961. A partir de 1964, a revista começou a tratar cada vez mais as temáticas universitárias e, nos finais dos anos Sessenta, sob a influência do Maio de 1968, fez uma viragem à esquerda, com a colaboração de alguns sectores comunistas e futuros socialistas, até que, a partir de 1970, englobou muitos elementos importantes da oposição maoísta, como o próprio Saldanha Sanches.

Os contactos do MAR eram também desenvolvidos noutras direcções, com a presença de alguns dos seus representantes em Dezembro de 1962 na reunião desenvolvida em Praga pela Conferência das Forças Antifascistas Portuguesas, durante a qual foi decidida a criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN). As forças antifascistas presentes nesta reunião, mais ou menos directamente ligadas à mobilização universitária – ainda que seja bastante difícil estabelecer limites definidos entre os vários contextos contenciosos – eram o Movimento Nacional Independente, criado pelo general Delgado, a Resistência Republicana e Socialista, de Mário Soares e o PCP, um ecletismo particularmente significativo da fluidez política nos meandros da oposição destes anos. A FPLN inseriu-se inicialmente na rede das Juntas de Acção Patriótica de matriz comunista, antes de se estabelecer na Argélia, onde, a partir de 1970, afastará o dirigente comunista Pedro Soares a fim de se assumir como explicitamente revolucionária. O programa inicial da organização, como emergia do boletim da própria FPLN, sobretudo num artigo intitulado “Organização e luta unitária”, contemplava a unidade das forças democráticas e antifascistas. Declarava-se depois defensora dos interesses dos trabalhadores e das classes médias, mas através de instrumentos abertamente conflituais: “Para destruir a máquina do Estado fascista e instituir a ordem democrática, o FPLN escolheu o caminho do levantamento popular armado e a aliança na luta antifascista do povo em armas e dos militares patriotas”,⁸¹ referindo-se ao Geral Humberto Delgado. Todavia, era considerado também útil o aproveitamento “de todas as possibilidades legais e semi-legais”. Enfim, consideravam-se como um grande avanço as lutas populares e sobretudo estudantis que tinham abalado o país no começo da década de Sessenta.

Importante relevo teve nesta organização a partir de 1964 um dos principais dirigentes estudantis de Coimbra, Manuel Alegre, que, de Argel, começou a dirigir a rádio “A Voz da Liberdade”, um dos principais órgãos da oposição, que seguiu atentamente todos os momentos do movimento estudantil. Da FPLN também se afastou em 1964 Humberto Delgado, que deu início à efémera experiência da Frente Portuguesa de Libertação Nacional, com a mesma sigla da FPLN. Tratava-se todavia de uma organização cujos planos se revelaram desde logo bastante vagos e

⁸¹ “Organização e luta unitária”, programa inicial da FPLN, Agosto de 64, interceptado pela PIDE, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-7084, FPLN, folha 1.

improváveis, contribuindo para isolar o General que cairá, em 1965, numa emboscada em Espanha, na qual encontrou a morte juntamente com a sua secretária.

Na frente socialista, havia a já citada Resistência Republicana Socialista, fundada em 1955 por Mário Soares, expulso do PCP em 1951, e outros elementos, alguns também vindos do PCP, como Fernando Piteira Santos, outros da União Socialista, como Manuel Mendes, que também tinha sido militante do MUDJ, e da *Seara Nova*, como Rui Cabeçadas e Nikias Skapinakis. Em 1964, criava-se em Genebra a Acção Socialista Portuguesa (ASP), também neste caso sobretudo por iniciativa de Mário Soares e em contacto com cerca de cinquenta militantes dentro de Portugal. Também esta organização confluirá em 1973 no Partido Socialista (PS), fundado em Bona. Ainda em Genebra, nasceu em 1970, por iniciativa de alguns exilados – entre os quais estudantes ex-dirigentes do MAR como Medeiros Ferreira, Manuel de Lucena e um ex-militante do PCP, António Barreto – outra formação destinada a entrar no PS: o Grupo Socialista Revolucionário (GSR), que começou, em 1970, a editar a revista *Polémica*. A revista surgiu pouco depois do desaparecimento de Salazar e da sucessão de Marcelo Caetano, à qual dedica, no editorial do seu primeiro número, uma análise política profunda, afirmando que, com o marcelismo “dentro de um processo de relativa consolidação do regime que já estava em curso, o fascismo português adquiriu uma maior estabilidade”, tendo sabido “equilibrar-se no quadro de um certo desenvolvimento económico e da integração europeia”.⁸² A revista considerava também que, face a esta situação, “as esquerdas portuguesas, depois de ter vivido em 1958-1962 um período pré-revolucionário [...] viu deteriorarem-se progressivamente até 1965-66 as suas posições”. Nestas condições, das quais “o Partido Comunista saiu em estado de desagregação”, era necessário encontrar novas soluções, daí, afirmava o grupo na base da revista, “sentirmo-nos obrigados a dar uma contribuição que favoreça o aparecimento de uma nova teoria e uma nova prática na luta pelo socialismo em Portugal”.⁸³

Também do lado católico, sobretudo a partir dos finais dos anos Sessenta, assistiu-se a um certo activismo que levou ao florescer de novas organizações ao lado das históricas e oficiais como a JUC e o CADC. Principal terreno de oposição não marxista, mas que a esta se aproximará bastante, a oposição católica expressou-se desde a crise de 1962, originando em 1963 uma revista basilar como *O Tempo e o Modo*, que seguirá, em diversas mãos, o percurso ideológico complexo da contestação portuguesa. Neste meio floresceram também algumas cooperativas, entre as quais, em 1964, a “Pragma”, Cooperativa de Difusão Cultural e Acção Comunitária, por iniciativa de Nuno Teotónio Pereira e de alguns militantes da Juventude Operária Católica (JOC). Fechada por

⁸² Grupo Revolução Socialista, *Polémica*, n.1, Novembro 1970, p.2

⁸³ Grupo Revolução Socialista, *Polémica*, n.1, Novembro 1970, p.3.

ordem da PIDE em 1967, a Cooperativa viu, todavia, reconhecida a sua legitimidade depois de dois anos, quando ganhou, em 1969, o recurso apresentado ao Supremo Tribunal Administrativo.

Muitas das organizações não católicas foram formadas por elementos que tinham passado pelo PCP, sem que, todavia, se tratasse de verdadeiras cisões. A primeira grande cisão do partido, como já se evidenciou, veio só em 1964, por iniciativa de um dos mais importantes funcionários do Partido, Francisco Martins Rodrigues, depois de insanáveis divergências dentro do Comité Central numa reunião de 1963. Com outros militantes do PCP, como João Pulido Valente e Rui d’Espinay, Martins Rodrigues organizou uma estrutura chamada Frente de Acção Patriótica (FAP), da qual nascerá, como já vimos, a primeira organização maoísta portuguesa, o CMLP, que começou a editar a revista “Revolução Popular”. Os principais dirigentes do grupo foram todavia capturados logo em 1965 – Francisco Martins Rodrigues em 1966, sendo libertado apenas depois de 25 de Abril – ficando activo apenas um comité externo, que organizou uma primeira conferência em 1967.

Esta primeira cisão teve um corolário de consequências talvez inesperadas, sobretudo no sentido de uma proliferação, no final da década, de organizações marxistas-leninistas, cada uma reivindicando a própria originalidade e acusando as outras de serem impostoras e aliadas da burguesia capitalista. Esta ulterior evolução do processo de radicalização política ocorreu também num momento, até mais profundo, de abalo das oportunidades políticas e pluralização das forças de oposição que levou ao fim do regime, coincidindo com o período do Marcelismo, a partir de 1969.

III

UMA NOVA “CONJUNTURA CRÍTICA” E A ABERTURA DE UM SEGUNDO CICLO DE PROTESTO

O Marcelismo

A “evolução na continuidade”

No mês de Setembro de 1968, por causa de um acidente devido ao qual perdeu as suas faculdades cerebrais, Salazar teve de ser substituído no cargo que mantinha há mais de trinta e cinco anos e o Presidente da República, Américo Tomás, nomeou Marcelo Caetano entre outros eventuais sucessores, para a Presidência do Conselho. Inaugurava-se a última fase do Estado Novo, cujas características próprias, que a distinguiram do período salazarista, são ainda questionadas pelos investigadores, sobretudo no que diz respeito à “sinceridade reformista” de Marcelo Caetano. Segundo Manuel de Lucena, para compreender a natureza deste reformismo e da liberalização, é sobretudo necessário contextualizar a concepção de liberdade à qual se refere o próprio Marcelo Caetano durante este processo de descompressão política e que remete para “a faculdade que se reconhece às pessoas de obedecer às leis mais de que aos homens” (Lucena, 1976: 19). Aliás, na opinião deste autor, Caetano reconhecia-se neste sentido como um “arauto do Estado moderno”, no qual “as liberdades continuarão aferrolhadas e em que as autoridades não estão prestes a abrandar a vigilância” (Lucena, 1976: 19). Por outro lado, Lucena sugere que estas medidas eram motivadas sobretudo pelas exigências do desenvolvimento, para o qual era

necessária “uma participação activa dos cidadãos como de pão para a boca”. Assim, o “exercício das liberdades ligar-se-ia, finalmente, à consolidação da ordem, em vez de a perturbar”. Neste sentido, “a liberalização de Caetano visava um pluralismo domesticado e nada mais” (Lucena, 1976: 185).

Fernando Rosas, por seu lado, salienta que as muitas perguntas e questões em volta do que foi realmente o marcelismo esquecem por vezes o que na realidade o marcelismo sempre foi, antes e depois de ter chegado ao poder: “Um partido informal, uma corrente reformista no interior do Estado Novo que, paulatinamente, a partir do rescaldo da II Guerra Mundial, se fora constituindo em torno de Marcelo Caetano com simpatias nos sectores das elites políticas situacionistas, nas elites económicas, nos meios diplomáticos ou nos militares” (Rosas *et alia*, 2004: 11).

Uma vez ao poder, Marcelo Caetano empreendeu uma série de reformas de cariz social e político. As dimensões mais aprofundadas do programa foram as que mais directamente se ligavam ao desenvolvimento industrial e económico do país, inserindo-se nesta linha reformas ou projectos de reforma destinados a qualificar o trabalho e a formação em Portugal, bem como à integração do país na Europa. Mas o regime empreendeu também algumas aberturas no campo político e no campo das relações laborais, ditadas sobretudo pela preocupação de dar sinais de “mudança” e de uma certa “descompressão política”. Neste sentido iam as medidas de abrandamento da censura, as destinadas a restringir o arbítrio da polícia política e consentir algum pluralismo no partido único, assim como aquelas que apontavam para alguma liberdade sindical. Com estas premissas, a 24 de Novembro, através do Decreto-lei 49.401 o Governo substituiu a PIDE com a Direcção Geral de Segurança (DGS).

O campo sindical foi talvez aquele onde as medidas de abertura foram mais precoces e também mais avançadas. Num despacho de 19 de Fevereiro de 1969, enviado a todos os responsáveis das forças policiais e aos governadores civis, afirmava-se que “a manutenção da disciplina nas empresas cabia, antes de mais, aos empresários” (Patriarca, 2008: 126). Estabelecia-se portanto que as greves e as outras irregularidades na prestação do trabalho não determinavam a imediata intervenção policial, mas que esta só podia ocorrer sob pedido patronal. Era uma modificação relevante, se pensarmos que, anteriormente, depois da introdução do decreto 23.870 em 1934, a greve era considerada um crime para o qual era previsto um ano de prisão para os grevistas e muito mais para os organizadores. Outra abertura no plano sindical ia no sentido de eliminar a obrigação de os dirigentes eleitos serem homologados pelo Ministro das Corporações. A adopção deste despacho chegava depois de um período de calma social, mas coincidia com um surto de agitações inesperadas e profundas na cintura industrial de Lisboa e Setúbal. Segundo quanto afirma Fátima Patriarca, estas greves não tinham surpreendido apenas o Governo, mas o próprio

PCP, que no entanto as autoridades achavam ser o principal responsável (Patriarca, 2008: 128). A autora não exclui a possibilidade que a nova legislação sindical estivesse ligada a este surto de agitações, na procura de uma solução que não fosse apenas policial. Por outro lado, entre os efeitos desta abertura sindical, que vimos ser a mais profunda do período marcelista, o mais importante será talvez a conquista das direcções dos Sindicados Nacionais por elementos da oposição e um espectacular aumento de greves, as quais perdem também o seu carácter exclusivamente operário (Patriarca, 2004: 173).

Para os fins do nosso estudo, todavia, achamos que a questão mais relevante é compreender a forma como esta abertura inicial e as esperanças que levantou influenciaram a dimensão da política contenciosa, em especial no campo estudantil. Finalmente trata-se, mais uma vez, de analisar quais foram as influências recíprocas entre abertura da estrutura das oportunidades políticas, movimentos sociais e protesto. Neste sentido, achamos que, como já outros autores salientaram (Palacios Cerezales, 2008), o marcelismo foi um exemplo claro de abertura das oportunidades políticas, com todo o corolário de efeitos de que isto é acompanhado, num contexto já predisposto como era o da oposição em Portugal: intensificação da mobilização, activação dos recursos e aumento dos benefícios da participação relativamente aos custos.

Contudo, a abertura marcelista não foi linear, mas em parte recuou face à grande vaga de mobilizações que a acompanharam. Entretanto, este fecho pouco podia conseguir num momento em que uma grande parte da sociedade manifestava sinais de desafeccção profunda relativamente ao regime. Assim, ao “levantar a tampa”, o regime descobriu estar perante uma verdadeira “panela de pressão”, num processo em que “passam a desempenhar um papel preponderante factores como a energia transformadora das forças despertadas, a pressão de alianças conjunturais mas de ambição mais larga, ou os condicionalismos e ingerências externas” (Rosas *et alia*, 2004: 13). Como evidencia ainda Fátima Patriarca:

As reformas de 1969 não devem ser subestimadas. Criaram elevadas expectativas, de alto a baixo da sociedade. E criaram também mecanismos de mudança e novos espaços, que levaram a uma percepção do marcelismo como distinto do salazarismo. Mas esta abertura favoreceu também a subida da pressão social, algo que já se adivinhava no fim dos anos Sessenta. A sociedade, dos costumes às ideologias, mudara, tal como mudara a relação de forças sociais. [...] A conjugação das reformas com a pressão social cria uma dinâmica que o Estado tem dificuldade em suportar. Este oscila entre abertura e fecho, o que se torna a mais arriscada das políticas (Patriarca, 2004: 205).

De facto, o regime e as suas instituições, antes de mais as de segurança pública, não se encontravam preparados para sustentar uma “legitimação do conflito social”, ainda que marginal, ou seja, para enfrentar as instâncias dos movimentos de forma flexível. Não era muito

provavelmente possível, em termos de sobrevivência do regime, conceder um certo espaço à acção contenciosa sem por outro lado estar preparado para dialogar sobre as reivindicações mais importantes. Isto determinou a frustração das expectativas por parte dos movimentos, que relativamente às temáticas mais sensíveis obtiveram apenas resposta repressiva, e provocou o fecho das aberturas concedidas, sobretudo porque resultava impossível liberalizar mantendo aberto o que estava a tornar-se no principal eixo do conflito, ou seja, a guerra colonial (C.Pinto, 2001).

Todavia, nenhum fecho podia voltar a conter nas estruturas do regime as energias sociais que se tinham desencadeado com a abertura e que confluirão no processo revolucionário de 1974-1975. Sem ter em consideração esta “efervescência colectiva” dificilmente se compreenderá a excepcional mobilização que distinguiu a primeira fase da transição portuguesa. Os capítulos seguintes tentarão portanto descrever o processo através do qual se andou formando, no fim do regime, a inesperada radicalização política que distinguiu o período revolucionário.

A “primavera” nas instituições

De facto, mais de que as próprias afirmações de Caetano, sobretudo as expressas no discurso proferido aquando da posse do novo cargo, foram as declarações de alguns dos seus colaboradores a poder ser consideradas “mais arrojadas” num sentido reformista. Por exemplo, como lembra Rita Almeida de Carvalho, foi o novo Ministro da Administração Interna, Gonçalves Rapazote, que, embora considerado um duro do regime, afirmou em público que o marcelismo devia ser uma “primavera política” (Carvalho, 2004: 36). Mais explícitas foram ainda as palavras do novo Presidente da Comissão Executiva da União Nacional (UN), Guilherme de Melo e Castro, que iam no sentido de sugerir uma adaptação do regime ao modelo dos sistemas políticos da Europa Ocidental (Carvalho, 2004). Por outro lado, foi esta abertura aos níveis mais altos da União Nacional que contribuiu para o ingresso nas suas fileiras da chamada “ala liberal”.

Segundo Tiago Fernandes, se numa democracia a oposição é legítima e está institucionalizada, também nas ditaduras “existe um sector do Governo e um sector da oposição, assim como uma miríade de grupos entre esses dois pólos” (Fernandes, 2006: 15). Este autor considera a Ala Liberal, que teve a possibilidade de ingressar na área do Governo com a eleição em 1969 de 30 deputados para a Assembleia Nacional, como uma “semioposição democrática” (Fernandes, 2006: 19). A génese da Ala Liberal deve ser procurada no contexto da sucessão de Salazar por Caetano e “na actividade premeditada deste em criar um grupo de apoio na Assembleia Nacional”. As suas raízes já vinham, contudo, das mudanças nas relações entre o Estado Novo e a

Igreja durante as duas décadas anteriores e a sua coagulação residia sobretudo na doutrina católica desenvolvida pelo Concílio Vaticano II (Fernandes, 2006: 69). A Ala Liberal representaria a coroação institucional do processo de autonomização do associativismo católico relativamente às estruturas corporativas, embora este grupo servisse sobretudo ao regime para dar-se “uma capa de respeitabilidade política aos olhos da comunidade internacional” e, a nível interno, “distanciar-se das facções mais conservadoras do regime” (Fernandes, 2006: 21). A função da Ala Liberal como apêndice da política de Caetano é confirmada pelo facto de as propostas por ela apresentadas no sentido de uma atenuação das características autoritárias do regime, nunca foram aprovadas. Estas propostas diziam sobretudo respeito ao projecto de revisão da lei constitucional, com o regresso à eleição directa do Presidente da República; à amnistia dos presos políticos; à reorganização judiciária e à liberdade de imprensa, religiosa e de actividade associativa. O obstrucionismo parlamentar a estes projectos esteve na base da saída da Ala Liberal da Assembleia Nacional e da decisão dos seus representantes de não voltar a se candidatar nas eleições de 1973. Entretanto, a exclusão da área do Governo não implicava evidentemente o desaparecimento do bloco social, como vimos sobretudo de matriz católica, que a Ala Liberal representava e que da semioposição passou a uma posição de verdadeira oposição política, contribuindo para o clima de polarização que será a marca distintiva dos últimos anos do regime. À oposição passavam definitivamente portanto muitos dos elementos católicos, aos quais parecia mais viável uma aproximação aos ambientes radicais da dissensão política, até de filiação marxista, do que o alinhamento ao lado do regime. A este processo não é obviamente estranha a guerra colonial, sobretudo a partir do início dos anos Setenta, com a expulsão de algumas ordens católicas, como as dos Padres Combonianos e dos Padres Brancos, das colónias e o progressivo conhecimento, também a nível internacional, dos crimes do exército português. A recepção em 1970, por parte do Papa Paulo VI, de Marcelino dos Santos e de outros líderes dos movimentos de libertação só veio confirmar esta linha e marcou o distanciamento profundo entre muitos sectores católicos e regime.

Veiga Simão Ministro da Educação Nacional

Uma das direcções do caminho reformista do Governo Caetano que mais nos interessa na óptica do nosso estudo, pelas implicações que teve nos processos de mobilização, tem a ver com o projecto de reforma da educação, cuja implementação se encontrava pendente há muito anos. Como se verá mais à frente, repetia-se a situação de debate institucional em volta de um assunto que interessava directamente aos estudantes, e isso contribuía, da mesma forma que no princípio dos anos Sessenta, para fornecer elementos e abrir oportunidades para a mobilização estudantil.

Como salienta Maria Cândida Proença (2004), durante todos os anos Sessenta, também sob o estímulo do aumento da escolaridade obrigatória introduzido por Leite Pinto, o fenómeno mais relevante no campo educacional foi a crescente procura de instrução. Todavia, esta medida, devido às carências materiais e organizativas no domínio do ensino, determinou sim uma ampliação da escolaridade, mas também um abaixamento da qualidade. Além disso, apesar da afirmação dos princípios da escola única, mantinha-se uma clara discriminação na distinção entre alunos que pretendiam prosseguir os estudos e alunos que escolhiam o trabalho.

Apesar desta política restritiva, aumentou amplamente a procura de ensino secundário nos ciclos preparatórios que permitiam o ingresso na universidade, com o efeito de uma acentuada desorganização do ensino a este nível. Uma das consequências desta situação foi o aumento exponencial do ensino particular, que chegou a ultrapassar quantitativamente o ensino público. Esta situação, e os conflitos que criava e podia criar, esteve na base da decisão de Caetano de empreender mudanças que permitissem, por um lado, diminuir a clivagem entre as aspirações desenvolvimentistas do seu Governo e as potencialidades do ensino, por outro, prevenir e eliminar do campo algumas das motivações na base da agitação estudantil

Na opinião de Maria Cândida Proença, Marcelo Caetano nomeou em 1970 titular do MEN o jovem Ministro José Veiga Simão, um ano antes da grave crise académica de 1969, “para tentar inverter a situação vigente, impulsionar as mudanças necessárias e estabelecer relações mais calmas com as Associações Académicas” (Proença, 2004: 242). Veiga Simão, professor de Física na Universidade de Coimbra, além da sua jovem idade, apresentava um perfil internacional e inovador, por ter feito um doutoramento em física nuclear na Universidade de Cambridge e já ter sido Reitor dos Estudos Gerais em Moçambique.

Relativamente ao sistema de ensino no seu conjunto, saíram a 6 de Junho de 1971 dois textos chamados “Projecto do Sistema Escolar Português” e “Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior”. As principais linhas de desenvolvimento do primeiro projecto iam na direcção de aumentar em um ano o ensino secundário, unificar o ensino médio e secundário complementar e extinguir o ensino médio especial. No segundo documento, abordava-se a reestruturação do ensino superior, com vista a estendê-lo a zonas do país onde estava tradicionalmente afastado. Eram assim instituídas várias vias para atingir este grau de ensino: escolas politécnicas, universidades e institutos específicos.

Depois de terem sido publicados os dois documentos, abria-se um debate público, solicitado pelo próprio Ministro que interpelou todos os sectores potencialmente envolvidos pela reforma: comités de alunos, autoridades escolares, Associações Académicas, só para citar alguns. Os trabalhos de preparação da reforma foram enfim atribuídos ao Gabinete de Estudos e Planeamento

da Acção Educativa, organizado na dependência directa do Ministro. A lei que aprovou as bases sobre as quais devia ser realizada a reforma chegou a ser aprovada apenas em Julho de 1973, todavia, já entre 1971 e 1973, o Ministro trabalhou no sentido de pôr em prática as medidas que considerava mais urgentes.

Embora as medidas propostas pela reforma tivessem características claramente progressistas, nos meios da oposição considerava-se geralmente, como analisaremos, que sem uma mudança de regime este novo curso na área da educação não teria trazido nenhuma inovação estrutural. Por outro lado, a reforma levantava vozes de dissensão também nos sectores mais conservadores do próprio regime, os quais contestavam sobretudo a questão dos valores, principalmente no campo religioso e patriótico e o facto de ter sido eliminada a obrigatoriedade do ensino religioso. Como se verá, não conseguindo claramente pôr em prática todas as medidas previstas, a reforma teve igualmente a função de suscitar um debate intenso entre vários sectores da sociedade, chegando a envolver todos os meios oposicionistas – católico, comunista, nova-esquerda, socialista – que deram respostas diferentes às medidas propostas pelo Ministro. Por outro lado, as aberturas que a reforma e o próprio Ministro favoreciam, também com vista à instauração de um processo de pacificação, ao satisfazer algumas das exigências mais urgentes que há anos constituíam o núcleo das reivindicações estudantis, contribuía também ao surgimento de novos pedidos, sobretudo na direcção de uma reestruturação geral da sociedade e do sistema político. O debate em volta da reforma contribui assim para politizar os ambientes académicos, sendo cada vez mais evidente que teria sido muito difícil democratizar o ensino sem, paralelamente, abrir um processo de democratização do país.

Recursos e repertórios de mobilização

O voluntariado social como ameaça política: o caso das cheias de 1967

É bastante comum, nos ciclos de protesto, que um evento imprevisto e incontrolável possa contribuir para desviar ou para conferir uma marca indelével no percurso de formação sócio-política dos actores. Isso, todavia, acontece sobretudo quando existem condições favoráveis para que o evento permita iluminar de forma nova uma determinada situação e fornecer novas interpretações da realidade. Além disso, é necessário que um evento deste tipo aconteça no momento oportuno, ou seja, que existam as premissas para que uma nova leitura da realidade se possa afirmar e novas redes sociais, veículos privilegiados de qualquer mobilização, se possam construir. O valor da presença de uma rede de mobilização para o desenvolvimento ou a difusão de um movimento social é bem explicado por Donatella della Porta. Esta autora sublinha que os

movimentos sociais, considerados no passado pelos estudiosos como “fenómenos espontâneos” caracterizados pela ausência ou fraqueza de uma estrutura organizativa, a partir sobretudo dos anos Setenta mudaram de estatuto ontológico:

Criticando as teorias até então dominantes, que assimilavam os movimentos sociais a outros comportamentos colectivos de tipo espontâneo e em parte irracionais, a partir dos finais dos anos Sessenta, o *Resource Mobilization Approach* tem, pelo contrário, focalizado a atenção sobre as “organizações de movimento social” (*Social Movement Organizations*) definidas como organizações racionais, capazes de recolher recursos no ambiente e destiná-las para fins de transformação política (della Porta *et alia.*, 1997: 161).

Entre os expoentes principais da “abordagem da mobilização dos recursos”, muito influenciados pelos teóricos da escolha racional, encontramos antes de mais John McCarthy e Mayer Zald, considerados como os fundadores da teoria, os quais todavia consideraram sobretudo os recursos económicos, e Charles Tilly e Doug McAdam, cuja versão, que aqui mais nos interessa, está ligada a recursos de tipo político e social, como as redes de mobilização. É interessante observar, com sugere McAdam, que recursos deste tipo, essenciais ao desenvolvimento e à difusão de um movimento, podem ser criados explicitamente para o caso ou, pelo contrário, existirem *a priori* com uma função diferente e serem adaptados para novos fins. Muitos são os casos de movimentos que souberam habilmente desfrutar de estruturas organizativas e redes sociais já presentes no território: é significativo o caso citado pelo próprio McAdam do circuito das igrejas baptistas, que se activou como base de apoio e difusão do movimento negro nos Estados Unidos do Sul (MacAdam, 1988 e 1999).

Esta convergência de factores verificou-se na altura das cheias que atingiram Lisboa e os arredores no Novembro de 1967 e que contribuiu para a dilatação da politização e mobilização do ambiente universitário, seja fazendo com que os estudantes entrassem em contacto com as reais condições de pobreza do país, seja facultando uma excepcional ocasião de participação autogerida. Algo de parecido tinha acontecido também em 1966 em duas importantes cidades italianas, Trento e Florença. A universidade de Trento tinha sido fundada em 1962 com a criação do *Istituto Universitario Superiore di Scienze Sociali* (IUSSS), primeira faculdade de Sociologia em Itália e primeira universidade a aceitar a inscrição de estudantes provindos dos institutos técnicos, enquanto em todas as outras o acesso será reservado, até 1969, apenas aos estudantes saídos dos Liceus. É importante sublinhar que o instituto de Trento contava nas suas origens uma importante presença religiosa a nível de corpo docente, estudantes e órgãos directivos e que a Câmara Municipal tinha aprovado a sua fundação com dezanove votos favoráveis e um contrário: o do único conselheiro do PCI. Um contexto deste tipo, saudado com favor pelos partidos do

centro-esquerda assim como da direita da DC, constituirá paradoxalmente a plataforma ideológica da contestação italiana, onde foram activos uns dos mais importantes líderes estudantis e da esquerda radical, como Mário Rostagno, um dos fundadores de *Lotta Continua*, enquanto da própria matriz católica sairão os criadores das *Brigate Rosse*, Renato Curcio e Mara Cagol.

As cheias de Trento chegaram numa altura em que a actividade política estudantil já tinha começado e contribuíram para estender a mobilização a outras cidades, através dos estudantes chegados de todo o norte da Itália para prestarem ajuda à população atingida. A cheia de Trento determinou também a suspensão da ocupação da Universidade que estava a decorrer com o objectivo, depois atingido, do reconhecimento jurídico da licenciatura em Sociologia e impulsionou os estudantes a participarem nos socorros, criando desta forma ligações de solidariedade com os cidadãos. Numa entrevista, Marco Boato, então dirigente de *Lotta Continua*, afirma: “Aquela ocupação foi dissolvida pelas cheias. Uma manhã, acordámos, vimos a água sobre os degraus da Sé e fomos ajudar a tirar a lama. Em Trento, Florença, Veneza, para a nossa geração foi a primeira experiência de voluntariado” (Cazzullo, 2006: 27). Como as cheias de Trento, também as que atingiram Florença, provocando cerca de trezentos mortos e doze mil cidadãos evacuados, contribuíram para ampliar e politizar a mobilização, sendo lembradas por Sidney Tarrow como uma ocasião, por um lado, de descrédito das instituições e, por outro, de cooperação horizontal entre cidadãos, duas condições particularmente eficazes para motivar e estender o protesto:

Começaram as operações de limpeza, mas os meios e a mão-de-obra disponíveis para os florentinos são miseravelmente inadequados. As ajudas dos organismos internacionais não irão chegar antes de algumas semanas. Em Roma, o Governo anuncia a atribuição de recursos “extraordinários”, mas até agora tudo o que chega são milhares de soldados que andam por aí sem fazerem nada (...). Como em todas as emergências, a assistência local é organizada sobretudo pelos grupos de bairro, pelas organizações juvenis e pelas paróquias (Tarrow, 1989: 95).

Entre os que se ofereceram como voluntários para limpar a cidade e salvar o possível das preciosas obras de Quinhentos e Seiscentos fechadas nas caves submergidas da Biblioteca Nacional, estavam também neste caso vários estudantes chegados de toda Itália. O ambiente político e universitário da região era já particularmente activo e a cidade já fora palco, em 1964, da cisão da revista *Classe Operária* do grupo de *Quaderni Rossi* e será sede, em 1970, do primeiro congresso de *Potere Operaio*. Mas não era apenas o operaísmo a caracterizar o ambiente político florentino, pois mesmo na cidade toscana se tinha desenvolvido a dissensão católica mais radical, ela também com algumas características operaístas.

Em Florença estava a realizar-se a experiência do catolicismo progressista de Dom Mazzi, no bairro operário *Isolotto*, onde o padre desenvolveu um intenso trabalho com vista à defesa dos direitos sociais e civis dos habitantes. Por outro lado, ainda em Florença, Dom Milani estava a levar a cabo a sua experiência pedagógica, assente em princípios de igualdade e de democracia, que estará na base, em 1967, da famosa “Carta a uma Professora”, em que se denunciava o método didático dominante que favorecia “os burgueses e os oriundos das famílias abastadas”. Este documento de matriz católica tornou-se, em breve, o manifesto do movimento estudantil italiano.

Era fácil que os estudantes chegados para auxiliar em Florença a lidar com os efeitos das cheias respirassem estas ideias, sobretudo se tivermos em consideração que as organizações à volta das quais se ia aglomerando a contenção social e política florentina foram também as que mais participaram nos socorros, como no caso, por exemplo, da comunidade do *Isolotto*. São interessantes, neste sentido, as palavras de Francesco Bollosi, ex-militante de *Potere Operaio* que, em 1966, ainda estudante do liceu, se deslocou da cidade de Como, no norte, para Florença a fim de prestar ajuda:

Eu frequentava o liceu científico Paolo Giovio, naquela altura a escola “chique”, frequentada por muitos rapazes e poucas raparigas da Como abastada (...). A história começou a mudar em Novembro de 1966, depois das cheias de Florença. Em Florença, nas caldeiras da estação, limpámos durante um mês os livros de 1500 e 1600. Na escola, acharam-nos dispersos e adiantaram bastante o programa. Quando regressámos, os professores trataram-nos como uns irresponsáveis. E isso provocou a nossa rebelião (Grandi, 2005: 22).

É natural que uma experiência intrinsecamente anti-autoritária como a do voluntariado, ainda por cima ao lado dos elementos mais politizados da altura, levasse a uma intolerância relativamente à subordinação escolar. Por outro lado, a desconfiança para com as instituições era acrescida pela constatação dos limites destas, que não tinham conseguido nem evitar nem gerir a tragédia de Florença. Outro testemunho, desta vez bolonhês, é também significativo neste sentido:

Quando voltámos a Bolonha, sentimos uma dor quase física ao reencontrar uma cidade com uma vida completamente regular (...). Descendo do autocarro, cobertos de lama da cabeça até aos pés, novamente em Praça Maggiore, os passantes olhavam para nós como se fôssemos seres estranhos e inquietantes, enquanto nós nos sentíamos portadores de sensações incommunicáveis a quem não as tivesse vivido (...) Foi uma experiência decisiva para a minha vida, uma etapa que marcou o caminho do meu tornar-me adulto (...). Não quero esquecer enfim o efeito de crescimento também social trazido por aquela experiência a uma geração: pouquíssimos anos

depois encontrei todos os amigos da viagem florentina envolvidos na estação do movimento estudantil.⁸⁴

Em Portugal, as inundações de Novembro de 1967 atingiram várias zonas do país, mas nenhuma com a gravidade com que chegaram a Lisboa e ao vale do Tejo, sendo esta também a área mais habitada do país. As primeiras estimativas, de 27 de Novembro⁸⁵, falaram de duzentos e cinquenta mortos e dezenas de desaparecidos, mas o cálculo estava destinado a subir e, em poucos dias, o *Diário de Notícias* falou de quatrocentas e vinte e sete vítimas⁸⁶, uma cifra todavia ainda longe da real. A povoação mais atingida foi a mais pobre, que em muitos casos vivia em casas pouco melhores do que barracas. O estado de abandono em que eram deixadas as margens dos rios tinha também contribuído para tornar mais dramática a situação, assim como as condições das vias de comunicação, que tinham atrasado tanto a fuga como os socorros (Duarte, 1997: 172-174).

A dimensão real do desastre e das condições de vida de uma vasta camada da sociedade portuguesa não ultrapassou a espessa cortina da censura, mas muitos estudantes universitários, que intervieram de forma imediata para prestarem ajuda, tiveram a possibilidade de entrar em contacto com a situação verdadeira. A organização da intervenção estudantil foi inicialmente coordenada pelos activistas católicos, seguidos depois por muitas Associações de Estudantes e Pró-Associações da capital, sobretudo as que tinham ligações com o IST, um dos estabelecimentos desde sempre mais activo e onde o processo de politização chegou mais cedo. Da planificação dos socorros foi encarregada uma Comissão Central Coordenadora, instalada na AEIST (Cardina, 2008: 64). Também em Coimbra se organizaram várias iniciativas, como recolhas de fundos, coordenadas pelo Conselho das Repúblicas (CR), que encontraram o apoio do CADC e de todos os organismos autónomos, incluindo o *Orfeon*, normalmente conotado como de direita (Cardina, 2008: 64), enquanto do Porto chegavam outros donativos.

Os estudantes encontravam-se em condições favoráveis a esta tarefa, sendo isentos de compromissos de trabalho e dispondo de uma eficaz rede de organização. Eles tinham, além disso, competências específicas que tornavam a sua intervenção especialmente útil, sobretudo no caso dos estudantes de medicina, que realizaram um notável trabalho de vacinação e monitorização sanitária da povoação atingida.⁸⁷ A ajuda prestada pelos estudantes solicitou reacções contraditórias por parte das autoridades que, se por um lado manifestaram preocupação

⁸⁴ Testemuho de Umberto Mazzone in “Unibo Magazine”, revista on-line da Universidade de Bolonha.

⁸⁵ DN, 27 de Novembro 1967.

⁸⁶ DN, 30 de Novembro 1967.

⁸⁷ DN, 3 de Dezembro de 1967.

pelas detalhadas descrições das reais condições de pobreza e da ineficácia dos socorros públicos, divulgadas através da imprensa académica, por outro elogiavam os “anjos da lama”. Estas duas posições concretizavam-se em duas respostas diversas. Como refere Marta Benamor Duarte, a participação de quase seis mil estudantes nas actividades de socorro não agradou às autoridades, que intervieram procurando dificultar e desacreditar este trabalho, também através da intervenção da PSP (Duarte, 1997). Miguel Cardina, por seu lado, salienta que o CR denunciou em várias ocasiões, na altura, o facto de as autoridades censurarem sistematicamente as notícias relativas à campanha de solidariedade organizada por estudantes (Cardina, 2008: 64). Todavia, a censura nem sempre foi a estratégia mais utilizada pelos órgãos de informação que, em alguns momentos, não pouparam palavras de encómio para com a juventude portuguesa, embora exigindo uma clara subordinação destas iniciativas às autoridades:

O cataclismo que atingiu a região de Lisboa deu ensejo a que, mais uma vez, a juventude demonstrasse os seus sentimentos de abnegação e filantropia (...). A Comissão Pró-Associação de Estudantes tomou então a iniciativa de congregar essas boas vontades e elaborou um plano de acção que apresentou à aprovação da Direcção Geral de Saúde. Com a aprovação das autoridades competentes, os estudantes de Medicina começaram então a colaborar nos trabalhos de socorro (...).⁸⁸

É também referido que o Ministro da Educação, Galvão Teles, teria mandado cancelar todas as faltas dos estudantes empenhados nos socorros, sendo interessante observar que isso não aconteceu no caso italiano, e teria apoiado a construção nas férias de Natal de campos de trabalho nas zonas mais atingidas. De qualquer forma, o aspecto mais importante com respeito a estes episódios, foi a difusão e extensão da iniciativa e do estímulo à participação. Também neste caso, como em Florença e Trento, era a autogestão a componente principal da organização da intervenção e foi a primeira experiência deste tipo vivida por um grande número de estudantes. Como salienta Cardina, a participação de estudantes, apesar do sentimento de impotência face à dimensão da tragédia para a qual não estavam preparados, deu ensejo a criticar as deficiências dos serviços sanitários e sociais do Governo, revelar a eficácia de organismos democraticamente organizados (como a rede de apoio estudantil) e denunciar as miseráveis condições de vida em várias zonas do país (Cardina, 2008). Foi também importante o esforço paralelo de informação e crónica, para o qual foram até criadas novas revistas, como “Solidariedade Social”. Esta actividade traduziu-se em muitos casos na realização de verdadeiras reportagens, com entrevistas aos habitantes das zonas sinistradas e pormenorizadas documentações sobre o “país real”.

⁸⁸ DN, 3 de Dezembro de 1967.

Tratava-se, sob vários pontos de vista, de um trabalho equiparável ao que estava a nascer em Itália através dos vários inquéritos, rádios e revistas de contra-informação. Além disso, a campanha marcou de forma definitiva, para muitos estudantes, a ruptura com o Estado Novo (Cardina, 2008: 65). João Bernardo também lembra a participação nas cheias como um ponto de não retorno na politização do meio estudantil português (Cardina, 2008: 66), enquanto outros, como Jorge Wemans, actual director da Rádio Televisão Portuguesa (RTP), evidenciam sobretudo o facto de esta participação voluntária ter veiculado a criação de sólidas redes de confiança e de identificação:

Lembro-me que, depois das cheias, quando queríamos difundir as teses do Congresso de Aveiro, algum documento anti-colonial, pensar na participação nas eleições de 1969, organizar um campo de férias, uma qualquer acção ou encontro de reflexão, começávamos a trocar nomes e números de telefone e lá surgia a eterna pergunta: “Mas quem é esse tipo, será de confiança?”, que obtinha a inevitável resposta: “Então, não te lembras? Também andou nas cheias connosco!”. Ter participado naqueles dias tornara-se cartão de apresentação suficiente.⁸⁹

Na mesma altura, começaram-se a organizar os chamados “campos de férias”, através dos quais grupos de estudantes atingiam as zonas mais remotas do país para entrar em contacto com as populações locais, levando a cabo cursos de alfabetização de adultos e participando nos trabalhos da comunidade (Cardina, 2008: 67; Dionísio, 1988). Além disso, estas “incursões” no Portugal profundo serviam para aprofundar a dimensão das tradições e da cultura popular, para além das reinvenções feitas pelo regime ao longo de anos (Dionísio, 1988). Estas práticas eram verdadeiras inovações nos repertórios de mobilização da sociedade civil, por enquanto estudantil, destinadas a serem institucionalizadas durante o PREC, na altura das campanhas de Dinamização Cultural organizadas pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e do Serviço Cívico Estudantil, que substituiu, para muitos estudantes, o serviço militar depois da revolução (Oliveira, 2004).

Mais difícil é averiguar a posição do PCP e, mais geral, da sociedade civil perante esta mobilização estudantil, virada a prestar ajuda à população atingida pelas cheias. Existe de facto escassa documentação sobre a questão, mas se nos limitarmos à imprensa “oficial” do Partido, emerge uma atitude mais orientada para denunciar as responsabilidades do Estado, seja na prevenção do desastre, seja na ajuda depois do evento, do que para apoiar as iniciativas de solidariedade. O órgão do Partido, o *Avante!*, evidencia que Salazar nem decretou o luto nacional que, no entanto, tinha sido declarado por ocasião da morte de Hitler. Além disso, o Governo é

⁸⁹ Entrevista a Jorge Wemans na *Pública*, 1997, n.79 (cit. em Cardina, 2008: 66).

denunciado por não atribuir fundos especiais para a reconstrução e, principalmente, por basear a sua própria intervenção sobretudo na generosidade privada:

O que faz o Governo depois da tragédia? O que pensa fazer? [...] Nomeou fascistas empedernidos e senhoras da alta-roda para as tarefas de assistência, isto é, para a recolha de donativos e para a sua distribuição [...] Os gastos do Governo no auxílio aos sinistrados baseiam-se sobretudo na recolha de donativos, no amplo movimento de solidariedade que à escala do país e do mundo a tragédia provocou. Nem uma única verba especial do orçamento. Nem uma única medida séria, meditada e oportuna para debelar rapidamente as mais pressionantes necessidades.⁹⁰

Também era denunciado o facto de serem afastadas da zona sinistradas as muitas pessoas que tentaram intervir directamente para prestar auxílio, mas a tónica do discurso do PCP concentrava-se sobretudo no apelo a todos os operários, camponeses, jovens e, mais em geral, democratas, para “intensificarem os actos de solidariedade às vítimas da recente tragédia, acompanhando e apoiando estas nas diligências e acções de protesto, para que sejam rapidamente satisfeitas as suas reivindicações, para que seja o Estado a pagar os desmandos e prejuízos da sua própria política”.

Por outras palavras, ainda que não explicitamente, considerava-se que as formas de ajuda que substituíam a intervenção pública contribuíam para que o Estado não assumisse plenamente a responsabilidade do seu mau governo e achava-se fundamental uma acção, não na direcção de substituir os serviços ineficientes do Estado, mas no sentido de evidenciar esta ineficiência e de, através de acções de luta e protesto, pretender uma mudança. É evidente que esta posição, além de ter consequências diferentes sobre os processos de mobilização, contrastava completamente com a orientação de auto-gestão escolhida pelas organizações estudantis. As diferenças entre velha e nova esquerda emergiam nesta situação com força: por um lado o PCP, partido da velha esquerda, reivindicava uma maior intervenção pública, uma ampliação e maior eficácia das funções do Estado, acusando o fascismo de faltar mesmo neste sentido; por outro, a nova esquerda, ou ainda melhor, os novos movimentos sociais, contestavam a ineficácia dos serviços públicos, mas baseavam a sua acção numa auto-organização que pretendia substituir-se ao Estado na gestão da vida social. Este ponto parece-nos bastante significativo da clivagem cada vez maior entre Partido Comunista e movimento estudantil, remetendo em parte para quanto foi salientado na *Introdução* a respeito das inovações de repertório surgidas com a emergência dos novos movimentos sociais. Assim, como lembra Alberto Melucci, diferentemente do movimento operário, os novos movimentos não se limitam a reivindicações materiais e não pedem um aumento da intervenção do Estado para garantir o bem-estar e a segurança, mas “resistem à expansão da intervenção estatal na esfera da vida diária”. Por um lado, portanto, ia-se desenvolvendo uma eficaz estrutura

⁹⁰ Separata do *Avante!*, n.586, Dezembro 1967.

de participação autogerida, independentemente também dos velhos canais de activismo antagonista, como o PCP; por outro, mobilizava-se um altíssimo número de pessoas que era difícil que voltassem, acabada a emergência, às fileiras da rígida disciplina académica. Isso também não surpreende, se pensarmos que, após esta experiência, o regresso dos estudantes às universidades coincidirá com o início de 1968, um ano que projectará a contestação juvenil nacional na maior plateia de um movimento mundial.

“Os estudantes do IST decretam a revolução sexual”

No final dos anos Sessenta, o movimento estudantil passou através de uma nova fase caracterizada por uma diferente conjuntura política. Já a partir dos primeiros meses de 1968 aparecia evidente uma maior politização dos meios estudantis, cujo episódio mais significativo foi a realização da primeira manifestação contra a guerra do Vietname, desenvolvida por estudantes que estarão pouco depois na base da criação da Esquerda Democrática Estudantil, como Fernando Rosas. Esta politização se intensificará nos meses e anos seguintes, como efeitos por um lado das dinâmicas internacionais, como o “Maio francês”, por outro de factores de política interna, como a mudança institucional que levou à substituição de Salazar por Marcelo Caetano. Mais uma vez, repetia-se uma condição de abertura da estrutura das oportunidades políticas, que, como se verá, se por um lado levou a uma abertura parcial das instituições no que dizia respeito ao acesso de novos actores e a algumas das instâncias estudantis, por outro lado foi acompanhada por uma radicalização do conflito. Assim, ainda que o evento mais lembrado dos últimos anos Sessenta seja a crise de 1969, de facto voltou-se a falar com insistência de acções contenciosas nas universidades ou desencadeadas por estudantes desde Dezembro de 1968, quando o DN referia uma nota do Ministro da Educação sobre um “pequeno grupo de agitadores” que incitava os estudantes contra as autoridades.

O grupo agia com propaganda ilegal sobretudo em Lisboa, procurando criar uma situação de revolta generalizada em todo o território, como estava a acontecer, salientava o *Diário de Notícias*, noutros países. As autoridades, acrescentava o jornal, teriam feito todo o possível para satisfazer as exigências legítimas dos universitários, de forma a isolar os agitadores. Sublinhava-se também que teria sido utilizada a máxima tolerância, na certeza de que o plano do grupo apontava para: “provocar o recurso aos meios repressivos para, a partir de aí, se obter a generalização do conflito e a instalação de um clima insurreccional”.⁹¹ Era também reafirmada a exigência, para resolver o conflito, de colaboração entre todas as partes num “mútuo acordo”.

⁹¹ DN, 6 de Dezembro de 1968, p.1.

Apesar da anunciada estratégia de tolerância, a 8 de Dezembro era divulgada a decisão do MEN de recorrer ao fecho antecipado do IST e à suspensão de todos os dirigentes associativos daquela instituição com motivo numa infiltração constante, desde o começo do ano académico, de elementos subversivo no Instituto, com a intenção de alterar a ordem. Sublinhava-se também que na realização daquele plano se enquadravam alguns episódios que tinham perturbado a vida académica desde os finais de Outubro. Entre estes, contava-se a realização no IST a 26 de Outubro do Festival da Canção de Protesto, com a apresentação de canções e poemas de autores definidos como comunistas. Tinha depois tido lugar, a 31 de Outubro, a distribuição de panfletos que incitava estudantes e operários a reunir-se na Praça do Comércio para protestarem contra a morte, na prisão de Caxias, do estudante Daniel Teixeira.

Também na linha desta mobilização se inseria a irrupção de universitários no Liceu Pedro Nunes, durante um baile de estudantes, com o objectivo de fazerem proselitismo entre os colegas mais jovens. No entanto, continuava a impressão de muita propaganda subversiva na sede da AEIST, como muitos panfletos e o boletim *Binómio*, no qual se fazia, na opinião das autoridades, “aberta apologia do comunismo”⁹². Outros episódios, referidos como pertencendo ao mesmo plano de subversão, tinham sido a organização da grande deslocação de estudantes de Lisboa para Coimbra para celebrar o 25 de Novembro e a ocupação a 4 de Dezembro das instalações universitárias de Lisboa com a realização de um piquenique de protesto. Esta última acção tinha sido acompanhada, segundo referem as autoridades, pela destruição das portas de acesso aos espaços recreativos femininos, com a justificação de que esta separação era reaccionária.

Tinha também havido a realização de uma greve indefinida com a organização de piquetes na entrada do IST. Por fim, elementos subversivos do IST tinham penetrado nas Faculdades de Direito e de Letras, procurando convencer os estudantes a aderirem ao movimento, distribuindo um panfleto em que se declarava: “Os estudantes do IST decretam a revolução sexual e a greve com ocupação das instalações”. A nota do MEN referia depois que a intervenção das autoridades nesta última situação não tinha sido necessária pois a maioria dos estudantes de Direito e Letras não se tinha deixado envolver e que, por último, se tinha decidido não proibir as eleições para os dirigentes da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa (AEFCL) a fim de não fornecer pretextos para a extensão da agitação.

A intensa agitação que durante os últimos meses de 1968, mesmo na altura da mudança a nível de Presidência do Conselho, tinha atravessado o IST, manifestara uma completa renovação dos repertórios de acção e das temáticas, com a emergência pela primeira vez dos resultados de

⁹² *Ibidem*

radicalização política. Esta evolução é bastante significativa se olharmos para o movimento protagonista da crise de 1962, que ainda tinha utilizado, na sua vertente mais pública, formas de acção afinal moderadas e convencionais, procurando tratar com o Governo para obter a possibilidade de realizar o “Dia do Estudante”.

Em apenas seis anos, alguns dos objectivos declarados dos estudantes do IST tinham-se tornado a “revolução sexual”, a eliminação das barreiras entre géneros, enquanto o boletim da Associação de Estudantes do IST, *Binómio*, já não se limitava a defender a democratização da universidade e da sociedade, mas chegava a uma crítica bem mais radical contra a sociedade burguesa e as instituições inevitavelmente autoritárias por ela produzidas como o Governo, a escola, a família.⁹³

A mobilização de Coimbra

Enquanto em Lisboa se repetiam episódios conflituais cada vez mais radicais, com o recurso a novos repertórios abertamente transgressores, em Coimbra continuavam a ser utilizados, por enquanto, os instrumentos tradicionais do conflito estudantil. Nesta cidade, portanto, o “68” pareceu passar sem grandes complicações para as autoridades, sendo suficiente um olhar para a pasta do arquivo da PIDE sobre a actividade contenciosa na universidade coimbrã no ano académico 1967/68 para ver que, em comparação com as dos anos seguintes e sobretudo a de 1969, o material relativo a eventos conflituais é muito reduzido. É também verdade que, desde 1965, a Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra (DGAAC) era ocupada por uma Comissão Administrativa de carácter não electivo e que a mobilização que caracterizará o ano 1969 nascerá justamente do pedido de realização de eleições livres para os estudantes escolherem os seus representantes. O facto de a Universidade de Coimbra viver num período de relativa calma mesmo a partir da perda de autonomia da sua Associação Académica, diz muito a respeito da importância destes organismos académicos na organização e gestão da actividade contenciosa na Universidade, enquanto recursos logísticos, ideológicos e humanos.

Por outro lado, a ausência desta forma de representação legal dos estudantes contribuiu, agora como noutros casos, para a constituição de uma rede alternativa mais informal e em parte clandestina, portanto menos controlável por parte das autoridades, que se organizou à volta do circuito das Repúblicas, ou seja, as residências estudantis tradicionais de Coimbra. A preocupação era sobretudo determinada pelo facto de, das vinte e três repúblicas, excepto o “Pagode Chinês”, considerado monárquico, todas serem adversas ao regime e se dizerem “regidas por processos

⁹³ *Binómio*, *Boletim da Associação de Estudantes do Técnico de Lisboa*, Arquivo de História Social do ICS (AHS-ICS), fundo movimento estudantil, Caixa 9, cota de FG0836-ME0737 a FG0839-ME0740.

democráticos de gestão”.⁹⁴ Além disso, era evidente que as Repúblicas podiam constituir uma rede de mobilização notável, dotada de uma organização eficiente constituída pelo Conselho das Repúblicas, cujo órgão executivo era o Secretariado do mesmo, pelo qual era também publicado um boletim que terá um peso relevante nas sucessivas fases reivindicativas, *O Badalo*. De facto, era a grande maioria dos organismos autónomos da academia coimbrã eram considerados “adversos” ao regime, como o Teatro dos Estudantes Universitário de Coimbra (TEUC) e o CITAC.

De forma explícita, depois de muito tempo de ambiguidade, era considerado adverso ao regime também o CADC que, na denúncia da polícia, “sob a direcção de Oliveira Branco também é progressista”. De facto, já em 1967 a sede do CADC tinha sido teatro de conferências de membros das revistas *Seara Nova* e *O Tempo e o Modo*, em que tinha sido feita, como relata a PIDE, uma “apologia da autonomia da Universidade”, apelando-se também à luta contra o regime. Na opinião da PIDE o CADC tinha até assumido posições mais radicais, sobretudo através da sua revista “Estudos”, que, denunciava-se, estava “inserida na dialéctica marxista”⁹⁵, a qual, “parecendo possuir carácter filosófico, não deixa de ter implicações graves na formação intelectual e moral da juventude”⁹⁶.

As pressões por parte dos estudantes, organizados através das redes que acabámos de evidenciar, para a realização de eleições para a DG da AAC começaram já em 1967, com um abaixo-assinado, apoiado também por vários elementos católicos que se diziam basear nas encíclicas papais. Esta mobilização não parecia ter envolvido, por enquanto, a maioria dos estudantes, sendo todavia possível ver nela um primeiro rebento da agitação futura, para a qual foi todavia necessário um novo abalo da Estrutura das Oportunidades Políticas.

Esta mesma hipótese, ou seja, a possibilidade de que estas tentativas de mobilização tivessem êxitos futuros, era considerada pela própria polícia política, que como já vimos sempre observou com um olhar quase científico os processos de formação e difusão da acção contenciosa. Além disso, também nesta ocasião a PIDE se preocupava em criticar a falta de empenho por parte das instituições académicas no sentido de criar consenso à volta do regime. O Inspector Jorge Alegria Leite de Faria denunciava assim que, se as iniciativas subversivas tivessem êxito, isso devia-se sobretudo ao facto de as Comissões Administrativas impostas pelo Governo não terem desenvolvido nenhuma obra para tentar envolver e dinamizar os estudantes:

⁹⁴ Relatório da PIDE de Coimbra, 7 de Setembro 1968, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3362, PT.147, folha 12,

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ *Ibidem*.

Justo é reconhecer, infelizmente, a apatia e ausência de iniciativa, a carência das Comissões Administrativas que não deixará de pesar no espírito da maioria dos estudantes, ainda que politicamente indiferentes, quando se deverão pronunciar sobre a conveniência de eleições para a AAC. Não será pois de estranhar num futuro próximo que a comissão pró-eleições consiga o que pretende: a agitação académica, que será aproveitada pelo Partido.⁹⁷

Num contexto de calma geral, mas de muita actividade submersa, portanto, a PIDE observava com atenção alguns episódios que podiam fazer pressagiar ameaças para o regime, como o concerto do cantor José Afonso, definido como “indivíduo de ideologia avançada” durante os festejos da Queima das Fitas e o protesto desencadeado na cantina da AAC em Maio contra a má qualidade das refeições, que, embora limitado, era considerado como “mais um pretexto para fomentar a agitação estudantil”. De facto, esta mobilização subterrânea à volta da realização de novas eleições para a DGAAC não utilizou repertórios particularmente transgressores, mas, a julgar pela dimensão do protesto que envolveu a Universidade no ano a seguir, foi bastante eficaz e conseguiu atingir um amplo número de estudantes, também moderados e, para utilizar as palavras da PIDE, “politicamente indiferentes”. Por exemplo, a 25 de Novembro de 1967, por ocasião dos festejos pela tradicional “Tomada da Bastilha”, o Conselho das Repúblicas tinha conseguido que o cortejo se transformasse numa marcha silenciosa, com 1000 estudantes que avançaram de forma absolutamente ordenada pelas ruas da cidade. No princípio de 1968, o mesmo Conselho criava uma comissão pró-eleições que se propunha intervir junto das autoridades académicas para as pressionar no sentido de fazerem eleições livres. A esta acção aderiram também o CADC, o TEUC, o CITAC, o Coral, o Coral misto e a Tuna Académica⁹⁸, com a excepção do Orfeon⁹⁹, de tendências nacionalistas.

Em Maio, foi assim entregue ao Reitor um abaixo-assinado de 2000 assinaturas pedindo a realização das eleições. Na opinião das autoridades, alguns grupos de esquerda tinham-se aproveitado desta moderada mas geral insatisfação, embora, para o começo do ano académico de 1968-1969, nada indicasse que “se ultrapassassem as habituais formas de protesto” e se criasse em Coimbra “uma situação parecida com a de Paris ou de Roma”.¹⁰⁰ A PIDE, todavia sentia-se no dever de sugerir, no imediato, a suspensão dos festejos da Tomada da Bastilha, por se tratar “de

⁹⁷ Relatório da PIDE de Coimbra, 19 de Setembro 1968, em IAN-TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62, folha 60.

⁹⁸ A Tuna era um dos Organismos Culturais da Academia de Coimbra. Tinha sido fundada em 1888, com o nome “Estudantina Académica de Coimbra” e adoptou em 1898 a actual designação. Ocupava-se e ocupa-se do estudo e divulgação da música portuguesa através de alguns grupos musicais, uma escola de música e uma oficina de construção e restauro de instrumentos musicais tradicionais portugueses.

⁹⁹ O Orfeon académico de Coimbra, um dos oito organismos autónomos da Associação Académica de Coimbra, e, fundado em 1880, é o coro mais antigo de Portugal e um dos mais antigos de Europa.

¹⁰⁰ Relatório da PIDE de Coimbra, 7 de Setembro 1968, em IAN-TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62, Pt.147, folha 12.

um cortejo de sabor anárquico que tudo aconselha fazer desaparecer”¹⁰¹. No entanto, a nova conjuntura do país, que se estava a inaugurar mesmo naquela altura com a nomeação a 27 de Setembro de 1968 de Marcelo Caetano para a presidência do Conselho, onde substituíra Salazar depois de 36 anos, teria levado a uma nova abertura da estrutura das oportunidades políticas, cujas consequências, a nível de mobilização, foram logo percebidas pela polícia política:

Os elementos estudantis das esquerdas em face dos últimos acontecimentos registados no país e tendo observado uma maior liberdade de expressão dos meios de informação, designadamente da imprensa, vem manifestando o seu regozijo pelo que consideram uma promissora abertura não ocultando as suas grandes esperanças numa profunda e radical transformação da política académica.¹⁰²

O Conselho das Repúblicas, à volta do qual estava a desenvolver-se a mobilização para a realização de novas eleições académicas, entrava assim logo em contacto com o Presidente da República no sentido, segundo as palavras de um panfleto estudantil apreendido pela polícia, deste “se inteirar *in loco* dos seus problemas e dos seus anseios de liberdade e autonomia”¹⁰³. Nesta fase, em que em Lisboa já emergiam momentos de confrontação violenta entre estudantes e autoridades, em Coimbra ainda havia tentativas de resolver os problemas académicos através de uma colaboração com as instituições, uma tendência que de facto só será ultrapassada, e nunca de forma completa, a partir dos primeiros anos Setenta.

Também se enviaram algumas petições ao novo Presidente do Conselho para que favorecesse a realização das eleições académicas. A 2 de Novembro, os estudantes ficavam a saber, pelos jornais da tarde, que iriam ter lugar novas eleições para substituir a Comissão Administrativa imposta desde 1965 e interpretaram logo esta decisão das autoridades como uma consequência da petição realizada. Depois desta notícia, constituiu-se uma comissão preparativa do acto eleitoral, “claramente a favor das esquerdas, não havendo estruturas nas direitas”.¹⁰⁴ As autoridades estavam conscientes do facto de a falta de organizações de direita criar uma situação perigosa, mesmo em relação às próprias eleições para os corpos gerentes da AAC. A PIDE evidenciava que a possibilidade de estabelecer “pontos de contacto ou influências”¹⁰⁵ no meio estudantil era comprometida pela prolongada inactividade do centro universitário da Mocidade

¹⁰¹ *Ibidem*

¹⁰² Relatório da PIDE de Coimbra, 11 de Outubro 1968, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3362-Pt.148, movimento estudantil de Coimbra, Folha 338.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ Relatório da PIDE de Coimbra, 7 de Novembro 1968, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3362-Pt.148, folha 332

¹⁰⁵ *Ibidem*.

Portuguesa, a qual nem possuía uma própria sede, e de não existirem em Coimbra casas de estudantes das direitas.

Deste momento para frente, praticamente toda a actividade estudantil foi consagrada à organização das eleições e à campanha eleitoral. A Comissão pró-eleições, constituída à volta do circuito das Repúblicas, era considerada a mais “extremista” e em oposição a ela criava-se outra comissão. Todavia, para o Reitor António Jorge Andrade de Gouveia, as eleições só se podiam realizar após uma mudança dos estatutos da AAC, de forma a evitar, nas palavras da PIDE, “futuros desmandos, impedindo que as direcções, quase sempre de esquerda, se sirvam das instalações académicas para comícios políticos e ataques ao Governo”.¹⁰⁶ De facto, além destas limitações, estava a se produzir uma certa mudança na atitude das instituições para com o movimento estudantil, sobretudo de Coimbra, no sentido de uma abertura relativa, que também levou o Governador Civil da cidade a autorizar a realização de um cortejo comemorativo a 25 de Novembro para a “tomada da Bastilha”.

No entanto, o elemento mais contrariado por esta nova situação parecia ser o próprio que anunciou que as eleições só podiam realizar-se com o começo do novo ano lectivo, talvez na altura das férias da Páscoa, de forma a evitar agitações. Além disso, só a Comissão Administrativa em vigor seria aceite como entidade organizativa das eleições. A Comissão pró-eleições, por seu lado, pretendia continuar a desenvolver o seu papel mobilizador e pressionava para que as eleições se realizassem em Novembro. Para este fim, a comissão entregou ao MEN, na tentativa de ultrapassar a posição do Reitor, uma petição para que fosse “imediatamente demitida a Comissão Administrativa, eleita uma comissão preparatória do acto eleitoral, realizadas as eleições sem alteração dos Estatutos, garantidas as condições mínimas de liberdade para o decurso da campanha eleitoral”.¹⁰⁷

Todavia, a polícia achava que a comissão pró-eleições era considerada marxista pela maioria dos estudantes, os quais, “embora concordem com a necessidade de eleições, não estão interessados em actos ilegais de indisciplina”¹⁰⁸ e que, por outro lado, “um grande número de universitários apoiam a política do Presidente do Conselho”¹⁰⁹. Por estes motivos, “tudo leva a crer que o Conselho das Repúblicas não queira empenhar-se em manifestações tumultuosas mas resolver a situação por via legal”¹¹⁰. Esta análise da PIDE era de facto bastante razoável: a estratégia de mobilização adoptada pelo Conselho das Repúblicas e pela Comissão Pró-

¹⁰⁶ Relatório da PIDE de Coimbra, 2 de Novembro 1968, IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-Pt.148, folha 334.

¹⁰⁷ Texto da petição da Comissão pró-eleições enviado ao MEN, 15 de Novembro 1968, interceptado pela PIDE, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-Pt.148, folha 312.

¹⁰⁸ *Ibidem*

¹⁰⁹ *Ibidem*

¹¹⁰ *Ibidem*

Associação devia adaptar-se às condições de escassa politização, muito provavelmente devida também à supressão da AAC, que caracterizava o meio académico coimbrão. Assim, para evitar o afastamento dos estudantes, era necessário manter a luta dentro de uma forma afinal “convencional”, que permitiria o envolvimento e a participação também dos mais moderados. De facto, como será melhor explicado em seguida, o recurso a estratégias e reivindicações mais radicais coincide, na maioria dos casos, com os momentos finais da mobilização e com o afastamento da maioria dos mobilizados.

Por estes motivos, a polícia sentia-se de assegurar as autoridades de Coimbra sobre o facto de ser pouco provável, durante a cerimónia da “tomada da Bastilha”, ocorrerem acções subversivas, como, por exemplo, a ocupação da AAC. Por outro lado, receava-se a intervenção de militantes de Lisboa, os quais, mais politizados e mais radicais, teriam podido aproveitar a situação para criar desordem. Havia nesta mesma altura também alguma divisão entre as elites locais de Coimbra sobre a atitude a tomar no caso de a agitação estudantil se tornar mais forte. O Governador Civil dava ordens para que, no caso de os estudantes tentarem ocupar a AAC, a PSP não intervir, com a justificação de que “a AAC é naturalmente dos estudantes”.¹¹¹

A festa da “tomada da Bastilha” realizou-se, todavia, sem problemas. A questão das eleições permanecia no entanto suspensa, mas debatida com regularidade em várias reuniões e assembleias magnas, as quais, na opinião da PIDE, eram realizadas de propósito sem grande divulgação para que fosse possível, para os estudantes mais à esquerda, fazerem passar as suas moções sem problemas. Os estudantes de direita, em contrapartida, continuavam alheios, uma atitude que se baseava, muito provavelmente, na opinião que “qualquer lista por eles apresentada estaria de antemão condenada à derrota”.¹¹² Nesta situação, faltava de facto um concorrente efectivo, sendo a lista do Conselho das Repúblicas a única a dispor dos recursos de mobilização necessários para criar consenso entre os estudantes, contando também com o apoio do CADC e dos vários organismos autónomos, excepto o Orfeon.

Todavia, a polícia política, que seguia com a máxima atenção estes acontecimentos, salientava que ainda era provável que surgisse uma lista apresentada pelos membros da Comissão Administrativa e uma outra pelos do Orfeon, organizada pelo seu ex-dirigente Francisco José Couto de Brito, esta última “pretendendo ser neutra, mas filiada às direitas”¹¹³. Esta eventualidade era por outro lado considerada inconveniente pela PIDE, pois as direitas, já em minoria, teriam

¹¹¹ Ordens do Governador Civil de Coimbra, transcritos pela PIDE, 19 de Novembro 1968, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-Pt.148, folha 302.

¹¹² Relatório da PIDE de Coimbra, 8 de Janeiro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-Pt.148, folha 246.

¹¹³ *Ibidem*

perdido ainda mais força no caso de se dividirem. A sugestão da polícia política era seguida e, “na casa do Vice-Reitor Arnaldo Miranda Barbosa”, formava-se também uma lista unitária das direitas, criada por elementos da Comissão Administrativa, do Orfeon académico e da Oficina do Teatro, ainda que não tivesse nenhuma possibilidade de ganhar as eleições. Nesta mesma altura, era introduzido entre os *issues* da mobilização estudantil de Coimbra o tema da reforma académica anunciada pelo novo Ministro Veiga Simão. Foi então elaborada pela Junta dos Delegados de Direito um “caderno” para “definir frontalmente as nossas posições em face de tal problema, no momento em que as autoridades governamentais e académicas chamam a necessidade urgente de uma reforma do ensino e sugerem a participação dos estudantes na mesma”.¹¹⁴ Este caderno procurava recolher as sugestões de cada curso a respeito de vários assuntos. Eram assim tratadas questões, seja logísticas – sala de convívio, instalações sanitárias, aumentos das salas e melhoramento das existentes –, seja de organização – ensino assente em manuais da directa responsabilidade dos professores, selecção de materiais de qualidade, actualização das sebatas, publicação dos textos, redução dos preços das sebatas –, seja especificadamente pedagógicas. Estas últimas implicavam sobretudo modificações nas práticas das aulas: pequenas turmas, abolição das faltas nas aulas, abolição do exame de aptidão, exames em Março, abolição de taxa de exame, reorganização do sistema de recrutamento dos professores, permanente actualização científica. Havia, por fim, uma série de reivindicações de carácter representativo, como: reconhecimento de todos os órgãos representativos dos estudantes, participação dos estudantes no Conselho Escolar e no Senado Universitário. Todos estes elementos iam no sentido de uma maior democratização do ensino, fosse em relação à abertura da Universidade em termos de acesso ao estudo, fosse em relação à participação dos alunos nas decisões académicas. Não havia, por outro lado, elementos particularmente radicais nestas reivindicações, como havia na mesma altura em Lisboa, como por exemplo a “recusa da universidade inserida no sistema capitalista, socialização do ensino”.

Como em 1962, os debates institucionais a nível de reforma do ensino tinham logo um reflexo no plano da política conflitual, num momento em que, por outro lado, voltava a apresentar-se uma situação de abertura da estrutura das oportunidades políticas e de divisão das elites, ainda que por enquanto apenas local. A própria PIDE notava que “as questões ligadas às eleições juntam-se às ligadas à discussão governamental sobre a reforma da universidade”.¹¹⁵ Assim, assuntos relativos à reforma do ensino, que até então não tinham tido qualquer valência política e até encontravam o

¹¹⁴ Panfleto da Junta de Delegados de Direito interceptado pela PIDE, 17 de Janeiro 1969, IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-Pt.148, folha 229.

¹¹⁵ Relatório da PIDE de Coimbra, 21 de Janeiro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-Pt.148, folha 215.

favor da maioria dos estudantes e vários professores, eram assumidos pelo Conselho das Repúblicas, “procurando conferir ao tema cariz político, fazendo questão de o inserir num conjunto de reivindicações”.¹¹⁶ Realizavam-se também algumas das primeiras sessões de esclarecimento sobre a reforma em questão, com a participação quer de homens políticos, quer de elementos da oposição, uma prática que, veremos, se tornará muito comum nos anos seguintes.

Num destes encontros, organizado pelo Conselho das Repúblicas e com a participação de Rogério Fernandes, ex-director da revista *Seara Nova*, além de debater temas como a autonomia da universidade e a efectiva representação dos estudantes, chegou-se a afirmar que o “vigente regime político não podia reformar a universidade como esta precisava”.¹¹⁷ O assunto da reforma do ensino era de facto transversal e envolvia também a neo-constituída lista do “Movimento Renovação e Reforma”, das direitas, o qual, embora construísse a sua campanha “contra a radicalização e a intolerância” das esquerdas, assumia a crítica contra a legislação universitária existente, “que não satisfaz os interesses e as aspirações estudantis”.¹¹⁸

A “crise académica” de Coimbra

As eleições para os novos dirigentes da Associação Académica realizaram-se finalmente no dia 12 de Fevereiro e, segundo a contagem da PIDE, “dos 2069 sócios inscritos, votaram na lista do Conselho das Repúblicas 1524 e na outra 455. A percentagem foi de 73,7% contra 22,9%, mais 3,25% de abstenções”.¹¹⁹ Era uma grande vitória para a lista “das esquerdas”, mas era também uma grande vitória pelas liberdades associativas e a representação estudantil dentro da universidade, que voltava a existir depois de três anos de abolição. Tinha sido fundamental, neste sucesso, sobretudo o activismo dos estudantes ligados à Comissão pró-eleições e ao Conselho das Repúblicas, mas temos que lembrar a importância de esta batalha ter sido desenvolvida numa altura da abertura política e de debate governamental à volta da reforma do ensino.

Com esta renovada representação legal, o movimento estudantil de Coimbra teve a oportunidade de se organizar e ampliar, envolvendo a maioria dos estudantes na “crise” que se estava a aproximar. De facto, o que mais distinguiu o conflito académico de Coimbra de 1969 foi claramente a mobilização em massa de estudantes, que atingiu o auge no mês de Abril quando, no dia 17, por ocasião da visita do Presidente da República Américo Tomás para inaugurar as novas

¹¹⁶ Relatório da PIDE de Coimbra, 25 de Janeiro 1960, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-Pt.148, Folha 213.

¹¹⁷ Relatório da PIDE de Coimbra sobre a intervenção de Rogério Fernandes numa conferência sobre a reforma estudantil organizada pelo CR, 11 de Fevereiro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-Pt.148, folha 203.

¹¹⁸ Relatório da PIDE de Coimbra, sem data, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-Pt.148, folha 92.

¹¹⁹ Relatório da PIDE de Coimbra sobre as greves aos exames, 13 de Fevereiro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-Pt.148, folha 81.

instalações de Matemática, o estudante Alberto Martins, impedido de falar durante a celebração, interpelou abertamente o Chefe do Estado. Seguiu-se uma violenta repressão policial que se abateu sobre a manifestação de estudantes que se tinham reunido à volta do novo edifício e continuara pelas ruas da cidade.

As autoridades leram estes episódios como o resultado da intensa actividade destinada a criar um clima de agitação na altura da visita do Presidente da República, considerado como o momento oportuno para a apresentação de uma série de reivindicações do movimento associativo.¹²⁰ Já no dia 14 de Abril fora distribuída uma informação que anunciava a participação da DG da AAC na cerimónia inaugural. A DG afirmava também pretender “usar da palavra” durante a cerimónia, tendo resposta negativa apesar ter pedido a autorização ao Reitor para poder falar. Contemporaneamente, realizou-se uma reunião em que se decidiu a concentração de estudantes em frente do edifício de matemática para o dia da inauguração. Quando o Presidente da República chegou, os estudantes aí presentes eram já cerca de 500 e alguns deles, entre os quais “um dos mais conhecidos agitadores, João Celso Cruzeiro”, entraram, apesar da interdição, dentro do anfiteatro. O Presidente da DG da AAC, legitimamente sentado na sala, depois do discurso do Reitor pediu ao Presidente da República a autorização para falar, autorização que lhe foi negada entre risos e “gozos” de estudantes.

Quando o Presidente Tomás saiu, os estudantes gritaram-lhe “vergonha” e “fantoche”, mas ele continuou o seu programa de visitas. Entretanto, os estudantes ocuparam o anfiteatro e 17 de Abril foi declarado “dia da Faculdade de Ciências”.¹²¹ Na versão dos factos divulgada em Lisboa, pelo boletim do ISCEF, referia-se que o Presidente da República tinha respondido positivamente ao pedido de falar de Alberto Martins, mas depois não respeitou a promessa. Assim, os cerca de 200 estudantes presentes “romperam em gritos de liberdade e de democracia”¹²² enquanto a sala era invadida pela PIDE que a evacuou “brutalmente”. Os estudantes dirigiram-se então à Faculdade de Ciências, que foi ocupada para convocar um plenário e, para terminar, os estudantes fizeram uma marcha de protesto silenciosa até à cantina onde realizaram um convívio. Às 3 horas da madrugada, Alberto Martins era preso na sua casa por agentes da PIDE.

O boletim do ISCEF, em linha com a maior politização lisboeta e sobretudo deste instituto, evidenciava logo os aspectos políticos dos acontecimentos, ligados à presumida abertura marcelista: “Mais uma vez a repressão se abateu sobre estudantes, provando que apesar de uma

¹²⁰ Relatório da PIDE de Coimbra, 17 de Abril 1969, IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3528/62-3362, Pt.149, movimento estudantil em Coimbra, Folha 349.

¹²¹ *Ibidem*

¹²² Boletim do ISCEF sobre os acontecimentos de Coimbra, interceptado pela PIDE, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3528/62-3362, Pt.149, Folha 332.

anunciada primavera política o Governo não hesita em utilizar contra os estudantes as muitas armas que possui”.¹²³ Na Universidade de Coimbra, a partir do 17 de Abril, foi decretada a greve às aulas, um dos poucos desempenhos abertamente transgressoras utilizadas pela academia coimbrã, ainda que também se inserisse nas práticas previstas pelo luto académico tradicional. Vários panfletos demonstravam, no entanto, que a solidariedade para com os estudantes suspensos era geral por parte seja da DG, seja do CADC e dos organismos autónomos. O CADC lamentava o clima de perturbação da academia, afirmando que a desaprovação dos estudantes por lhes ter sido negada a palavra se tinha exteriorizado em formas talvez ofensivas, mas que isso respondia a uma atitude arbitrária das autoridades, as quais até prenderam o Presidente da DG sem nenhuma averiguação dos factos.

Assim, ao lado do comportamento “emocional e incorrecto” de alguns estudantes era preciso olhar para a atitude das autoridades, académicas e policiais, que tinham abertamente violado os direitos das pessoas.¹²⁴ Todavia, mais do que salientar culpas era necessário encontrar soluções, fosse para sair da situação contingente, fosse para melhorar a vida universitária, através, no imediato, de um pedido de desculpa ao Presidente da República, o levantamento das suspensões de estudantes, o apuramento das responsabilidades e a instauração de um inquérito sobre a atitude da polícia. Alberto Martins foi contudo libertado pouco depois, como demonstra o facto de não constar do registro dos presos da PIDE. Aliás, é preciso sublinhar que durante 1969 em Coimbra nenhum estudante aparece preso pela PIDE, perante um certo número de detenções em Lisboa, e que as prisões entre os alunos universitários coimbrãos só recomeçarão em 1971. Era sobretudo porque os estudantes de Coimbra, logo depois da prisão pela PIDE, passavam à Polícia Judiciária (PJ), que, quase sempre, depois de abrir um processo os libertava à espera do julgamento.

Isso poderia também demonstrar a menor radicalidade do movimento em Coimbra, face ao recurso a acções cada vez mais transgressoras em Lisboa. Essa menor radicalidade viria a ser confirmada pelo desenvolvimento sucessivo dos acontecimentos. Depois da libertação, Martins liderou uma assembleia magna com 2000 estudantes, onde leu o texto que devia ser entregue ao Presidente da República, o qual continha, além do pedido de desculpa, a explicação do clima da Universidade e o pedido de cessação das medidas de suspensão e dos processos criminais para com estudantes. Tratava-se de uma atitude que, pelo seu aspecto de “admissão de culpa”, como veremos, suscitou várias críticas nos ambientes contenciosos lisboetas e não só. Outras propostas de Martins estavam também na linha da tradição praxista coimbrã: uso de capa e batina durante a

¹²³ *Ibidem*

¹²⁴ Panfleto do CADC interceptado pela PIDE, 23 de Abril 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3528/62-3362, Pt.149, movimento estudantil em Coimbra, folha 303.

visita ao Presidente, manutenção em Coimbra do luto académico. Além disso, é significativo o facto de que estas reivindicações, na opinião do líder académico, deviam ser obtidas através do apoio de professores e, como se verificará, do Reitor, numa atitude que era, em todos os sentidos, de abertura ao diálogo com as instituições.

No entanto, o Presidente da República respondeu negativamente à proposta da delegação de estudantes de Coimbra, salientando que só teria tido em consideração um requerimento formal, ou seja, assinado pelo Ministro da Educação e pelo Reitor. Contemporaneamente, os estudantes continuavam o luto académico com falta às aulas. A PIDE tinha conhecimento de que alguns professores haviam procurado tomar medidas para resolver a crise¹²⁵, mas dizia tratar-se de iniciativas individuais, “votadas ao insucesso por motivo da indiferença dos outros”¹²⁶, entre os quais até alguns directores de faculdades e alguns professores cuja posição era de manifesta transigência”¹²⁷. Na Faculdade de Direito, a PIDE até considerava que “a maioria dos assistentes e professores apoiam literalmente as reivindicações estudantis”, no sentido de a solução da crise residir na anulação das suspensões e dos processos de crime e de inquérito. Ao mesmo tempo, numa assembleia magna de 8 de Maio, era decidida por parte dos estudantes a continuação do luto académico, através da greve, durante o período dos exames. Respeito a esta iniciativa, a PIDE considerava que: “Isso, que podia parecer um suicídio converter-se-ia num salvamento, porque o Governo não pode reprovar 8000 alunos”.¹²⁸

No mês de Junho, as autoridades tentaram fazer um primeiro balanço da crise, sublinhando que a mesma teria podido ser evitada, pois já tinha havido sinais há muito tempo, quando “homens ortodoxos em relação ao regime” tinham sugerido suspender a visita do Presidente da República. Era também criticado o facto de os estudantes das direitas, acusados sempre pela polícia de “serem maricas”, não terem realizado um trabalho de dinamização similar ao das esquerdas para se imporem nas eleições para a AAC. Esta situação era também atribuída ao facto de, julgava-se, uma grande parte dos assistentes e professores serem a favor da lista das esquerdas, “permitindo-se depois à AAC todas as liberdades de propaganda, reuniões, manifestações provocatórias”.

Esta atitude era explicada com o facto de os próprios assistentes provirem da crise de 1962. Por outro lado, a falta aos exames, cuja adesão foi extraordinária, como também as próprias

¹²⁵ Citava-se Braga da Cruz, de Direito; Pimpão, director da faculdade de Letras; Murta; Cardoso; Cordeiro. Relatório da PIDE de Coimbra, 3 de Maio 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3528/62-3362, Pt.149, movimento estudantil em Coimbra, folha 167.

¹²⁶ *Ibidem*

¹²⁷ Entre os professores transigentes citava-se: Augusto Pais da Silva Vaz Serra, de Medicina e Afonso Rodrigues Queiró, de Direito. *Ibidem*

¹²⁸ Relatório da PIDE de Coimbra, 15 de Maio 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3528/62-3362, Pt.149, movimento estudantil em Coimbra, folha 31.

autoridades admitiram¹²⁹, era vista pela PIDE como uma consequência da falta de preparação dos alunos, que estavam em agitação e a “perderem tempo” desde Outubro e não só por causa das actividades políticas: “Tem que se dizer que algumas alunas tem perdido a noite e estão em aumento na clínica dermatológica os casos de doenças venéreas, enquanto na AAC se encontram cada vez mais preservativos: estamos perante uma crise moral da universidade. O que tem sido feito para a debelar?”.¹³⁰ Esta ligação entre argumentos políticos e morais emergia também na primeira informação da PIDE de Coimbra a respeito da presença da tendência maoísta na cidade, tendência que era atribuída a uma estudante que, na descrição policial, “circula nas Repúblicas e tem diversas relações sexuais com estudantes”.¹³¹

A abertura da estrutura das oportunidades políticas

A historiografia geralmente refere a crise académica de 1969 de Coimbra como “o evento” simbólico e mais importante da oposição estudantil dos últimos anos do regime. Todavia, na nossa visão, ela aparece mais como uma das fases de uma conflitualidade permanente nas universidades que caracterizou os últimos anos do regime e todas as cidades universitárias. A este propósito, Miguel Cardina salienta:

O primeiro lugar comum consiste na apreciação das “crises académicas” como o momento nuclear do activismo estudantil. Ao fazê-lo, cai-se num tipo de história episódica, baseada num conceito-chave algo eufemístico, ainda que utilizado na época, tanto pelos estudantes, como forma de chamar a atenção para a contestação que protagonizavam, como pelo Governo, que assim se permitia reduzir a agitação a “natural normalidade”. Em última análise, o acento tónico nas “crises académicas” não facilita o entendimento do processo profundo de dissidência política, social e cultural que por estes anos atravessa o território estudantil (Cardina, 2008: 204).

Na nossa visão, não são apenas os elementos evolutivos internos ao próprio movimento estudantil considerados por Cardina a contrastarem com uma análise que se concentre excessivamente nos momentos de crise, mas também a necessidade de inserir e estudar este movimento, como os outros, no interior das dinâmicas e dos processos políticos de longo prazo. De facto, esta visão está implícita numa abordagem que tente reconstruir, também empiricamente, os ciclos de protesto “reais”, que, muitas vezes, contradizem em parte algumas ideias e convicções que se consolidam a respeito dos períodos de intensa conflitualidade.

¹²⁹ Ver Anexo 10 e 11.

¹³⁰ Relatório da PIDE de Coimbra, 18 de Junho 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3363-Pt.151, folha 255.

¹³¹ Relatório da PIDE de Coimbra, 4 de Junho 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3365-PT.155, Folha 145.

Marta Benamor Duarte evidencia quatro motivos na base da agitação de 1969, alguns dos quais já os sublinhámos a respeito das mobilizações dos finais de 1968. Entre estes quatro elementos, encontramos antes de mais a substituição de Salazar por Caetano e a consequente primavera marcelista. Em segundo lugar, há a morte do estudante Daniel Teixeira na prisão de Caxias, que ocupou durante dias os boletins das principais Associações de Estudantes de Lisboa, juntamente com a denúncia da verdadeira natureza do regime e da falsidade da mudança marcelista. Depois, ao nível da própria política educativa, o projecto de um amplo inquérito entre estudantes por parte do MEN, com vista a elaborar uma reforma universitária que teria previsto, por causa da grande falta de professores para a escola secundária, uma divisão dos cursos em bacharelado, para quem queria ensinar, e licenciatura, para quem pretendia dedicar-se à investigação ou a profissões intelectuais.

O quarto e último factor era a normalização da vida associativa da Faculdade de Ciências de Lisboa e da Universidade de Coimbra, onde estavam em vigor Comissões Administrativas nomeadas pelo Governo desde 1965, ficando todavia para resolver as situações de algumas escolas que tinham sido literalmente privados da suas associações: a Faculdade de Medicina, a de Letras e a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. A iminente intervenção das instituições para regularizar a situação, em vez de tranquilizar os estudantes, criava novas tensões, favorecendo a mobilização. No meio estudantil, acreditava-se com alguma razão que as medidas adoptadas teriam ido numa direcção diferente da reivindicada pelos interessados.

A constelação das oportunidades políticas era, portanto, mais uma vez propícia à mobilização. Pois, ainda que o marcelismo afinal tivesse acabado por não impor modificações estruturais ao regime, a sua instauração tinha representado, em si mesmo, um momento de ruptura na continuidade institucional. Em segundo lugar, como em 1962, existia um debate a nível de elites – com algumas tensões – que abria ou reabria questões deixadas em suspenso e sobre as quais o Governo estava a planear uma intervenção. A da reforma universitária era uma destas questões e os estudantes demonstraram desde logo o receio justificado de que o Governo tomasse iniciativas sem a participação deles. Assim, perante o debate governamental, um comunicado conjunto das Associações de Estudantes de Lisboa, já de Novembro de 1968, afirmava que as alterações previstas não teriam sido aceites no caso de não satisfazerem todos os direitos negados até então, eventualidade que, por outro lado, os estudantes desconfiavam que se pudesse verificar.

O interesse mostrado pelo regime era lido simplesmente como fruto de uma alteração nos equilíbrios do Governo, sobre o qual pesavam novos interesses económicos e sociais, portanto sem que tivesse qualquer ligação com as efectivas exigências dos estudantes. Era mesmo este o núcleo do protesto: recusava-se radicalmente qualquer exploração da universidade para interesses

económicos e políticos, ou seja, recusava-se a própria ideia, na base da discussão entre os sectores liberais do regime, de uma universidade que favorecesse o desenvolvimento capitalista do país. Já não era apenas a crítica ao atraso escolar de Portugal que tinha atravessado a crise de 1962, mas uma contestação bem maior quanto ao sentido da escola na sociedade. Reivindicava-se a autonomia da instrução com respeito aos processos económicos e políticos do país e identificava-se o caminho para atingir este objectivo num trabalho intenso e constante desenvolvido pelos próprios estudantes dentro das paredes das universidades, através de reuniões, debates, ciclos de conferências, numa palavra: a autogestão. O caminho era, neste sentido, já um exemplo do que devia ser a universidade livre do futuro. Nasceram assim numerosas comissões pedagógicas, que organizavam sessões de orientação para os estudantes, conferências, grupos de trabalho, exibição de filmes, excursões. Era evidente que também a experiência das acções de voluntariado durante a cheia tinha deixado uma bagagem de recursos de mobilização que ainda continuava activa. Essa experiência, por outro lado, correspondia a um tipo de organização estruturado a nível horizontal e não-hierárquico, ou seja, a oposto de tudo o que era proposto pela reforma do Governo, o qual, na opinião da contestação estudantil, teria perpetuado o *statu quo* e o carácter de classe e autoritário da universidade.

Actividade contenciosa convencional e transgressora

A fase descendente da crise coimbrã

Os primeiros sinais de desmobilização estudantil em Coimbra apareceram durante as últimas fases da greve aos exames de Junho 1969 que, se teve inicialmente uma participação maioritária, com o tempo perdeu muitas adesões, sobretudo depois de o MEN ter declarado não penalizar os estudantes que não tinham estado presentes nas provas anteriores.¹³² Na mesma altura, a polícia identificava os 84 estudantes que mais se tinham distinguido na crise, levando para diante acções repressivas contra eles.¹³³ Já a partir do primeiro dia de greve aos exames, tinham sido entregues à Polícia Judiciária de Coimbra, a fim de proceder à instrução preparatória dos respectivos processos, 12 estudantes presos pela GNR. Os estudantes foram depois entregues à PSP que os soltou, enquanto remetia o processo para PIDE. O processo foi enfim transferido para a PJ, a qual teve que abrir uma nova instrução, sendo ilegal, por falta de informações, a da PSP. Todos os estudantes, detidos enquanto estavam a impedir alguns colegas de realizar as provas, foram

¹³² Ver anexo 11

¹³³ Ver anexo 8.

acusados do crime contra a ordem pública previsto e punido pelo art. 180 do Código Penal¹³⁴, o qual estabelecia o seguinte:

Aqueles que se ajuntarem em qualquer lugar público para exercer algum acto de ódio, vingança ou desprezo contra qualquer cidadão, ou para impedir ou perturbar o livre exercício ou gozo dos direitos individuais, ou para cometer algum crime, não havendo começo de execução, mas somente qualquer acto preparatório ou aliás motim ou tumulto, arruído ou outra perturbação da ordem pública, serão condenados à prisão correccional até seis meses, se a reunião for armada, até três meses, no caso contrário.¹³⁵

Como salienta Marta Benamor Duarte, a fraqueza do movimento emergiu logo frente à repressão política, que contribuiu para criar uma fractura entre o conjunto estudantil e os dirigentes associativos. Estes últimos foram chamados pelas autoridades, processados, expulsos e presos, deixando sem guia o movimento. Entretanto, repetiam-se com frequência incursões da polícia e também da PJ nas instalações académicas, assim como os patrulhamentos por parte das forças da ordem, sobretudo nocturnos, das ruas da cidade, durante os quais se verificaram também algumas agressões a cidadãos comuns.

A primeira grande quebra na dinâmica do movimento estudantil chegou, todavia, como em muitos outros casos, com o Verão e as férias grandes, sobretudo porque o Governo aproveitou aquele período de baixa mobilização para destituir os dirigentes e suspender as actividades da AAC.¹³⁶ As tentativas, por parte de alguns sectores do movimento, de mobilizar os estudantes dos cursos de Verão, não tiveram grande êxito, sobretudo pelo facto de a maioria deles serem estrangeiros. Desde o Verão de 1969, muitos líderes estudantis foram chamados para o serviço militar, através da nova lei de incorporação, promulgada com o decreto 49.099¹³⁷. O movimento estudantil viu-se assim órfão e à mercê das sanções impostas pelo Ministério da Educação, enquanto “com o encerramento e destituição da AAC as autoridades pretendiam desarticular o movimento”.¹³⁸

O fecho da AAC eliminava, mais uma vez, o único espaço legal de participação e representação estudantil da Universidade de Coimbra e, como já acontecera na altura de vigência

¹³⁴ Ver anexo 9.

¹³⁵ *Código Penal Português Anotado*, 1952, art.180.

¹³⁶ Boletim de Rádio Voz da Liberdade, 12 de Agosto 1969, transcrito pelos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-Pt.152, movimento estudantil de Coimbra, folha 97.

¹³⁷ O Decreto era aprovado, por iniciativa da Presidência do Conselho, do Ministério da Defesa e do Ministério do Interior a 4 de Julho de 1969 e pretendia dar “nova redacção ao n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2135 que promulga a Lei do Serviço Militar”, a qual regulava o adiamento do serviço militar por motivações de estudo. A nova norma submetia o adiamento à conduta do aluno, pelo que só podiam beneficiar dele os que tinham um “bom comportamento escolar”. V. Decreto-Lei 49099, Diário da República n.º155, Série I, 4 de Julho 1969.

¹³⁸ Boletim de Rádio Voz da Liberdade, 12 de Agosto 1969, transcrito pelos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-Pt.152, movimento estudantil de Coimbra, folha 97.

da Comissão Administrativa, a única forma para o movimento continuar a existir era retirar-se do espaço público, numa atmosfera de conspiração que se agrupou novamente à volta das Repúblicas. Um espaço oficial de participação irá abrir-se, contudo, fora da universidade, na arena propriamente política da campanha eleitoral do Outono de 1969, quando muitos estudantes de Coimbra escolheram ingressar nas listas do Comissão Democrática Eleitoral (CDE).

Com o regresso dos alunos à cidade, desde os finais do mês de Agosto, a PIDE de Coimbra começou a convocar todos os que estavam a requerer exames para Outubro, interrogando-os sobre os motivos porque não se tinham apresentado na época normal e sobre a sua eventual participação na assembleia magna em que se decidira o boicote. Era uma forma para desencorajar uma nova participação em acções contenciosas, sobretudo porque, embora a polícia considerasse improvável uma nova greve para a época de exames de Outono, antes do fecho da AAC os dirigentes estudantis tinham afirmado adiar o luto académico para o começo das aulas em Novembro. Suscitava preocupação, sobretudo, o julgamento de Alberto Martins, previsto para 23 de Outubro, que teria fornecido um pretexto de mobilização, pois coincidia com o começo da campanha eleitoral a 25 do mesmo mês.¹³⁹ A polícia também sublinhava que os estudantes activos continuavam a reunir-se de forma clandestina sobretudo na cooperativa universitária Unitas, no café Clepsidra e no Centro de Artes Plásticas. A Unitas, embora formalmente encerrada, continuava a funcionar; o café Clepsidra tinha sofrido uma busca por parte da PJ, mas que não levou a grandes resultados; e o Centro de Artes Plásticas, oficialmente ligado à AAC, estava fechado ao público.

Para combater a eventualidade de uma nova crise, que na opinião da polícia teria certamente ocorrido, a única solução era tentar mobilizar os próprios estudantes contra os alegados desordeiros, de forma a isolá-los. Tratava-se, todavia, de uma possibilidade difícil de realizar em Coimbra “não havendo um grupo organizado das direitas” e numa situação em que, na opinião da PIDE, “os poucos estudantes que se dizem de direita, fazem restrições entre direitas não-fascistas, republicanas, corporativas e democráticas”.¹⁴⁰ Entre eles, além disso, muitos simpatizavam com os movimentos estudantis, embora desaprovassem os seus meios. Era necessário, portanto, sempre segundo a polícia política, “reunir todos os estudantes das direitas e dar-lhe um chefe e uma razão para se opor aos revoltosos”.¹⁴¹ Por outro lado, achava-se que as muitas adesões que os associativos tinham tido se deviam também à exploração, como recurso de mobilização, das

¹³⁹ Relatório da PIDE de Coimbra, Setembro de 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-PT.152, folha 72.

¹⁴⁰ Relatório da PIDE de Coimbra, sem data, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-PT.152, folha 68.

¹⁴¹ *Ibidem*

tradições associativas académicas, as quais permitiam juntar elementos das mais diversas tendências políticas ou ideologicamente indiferentes.

De qualquer forma, com o recomeço da segunda época de exames, no Outono de 1969, o movimento parecia bastante enfraquecido. A situação, na opinião da DGS, apresentava-se como normal, ainda que houvesse sinais que indicavam a preparação de uma maior mobilização para o ano lectivo seguinte. Esta mobilização seria veiculada através de uma greve colectiva e contínua às aulas, a qual, não implicando a perda do ano académico e, para os rapazes, o consequente incorporação militar, poderia encontrar mais adesões do que a greve aos exames.¹⁴² Os estudantes activos, no entanto, tentavam compensar as baixas sofridas pelo movimento, sobretudo por causa da incorporação militar, com uma iniciativa denominada: “perdoar os traidores”, através da qual se procurava envolver numa possível mobilização também os elementos que não se tinham juntado ao boicote das provas do mês de Junho. De facto, as incorporações militares tinham tido efeitos desastrosos a breve prazo na mobilização estudantil de Coimbra, com todos os 49 elementos mais activos da crise de 1969, entre os quais Celso Cruzeiro e Francisco Sardo, recrutados já desde o Verão e obrigados a prestar serviço militar em Mafra. A situação, com efeito, como assinalava a DGS, era “de uma academia descomandada por falta de um líder com prestígio suficiente para aglutinar os indiferentes e os divididos”, em que se tinham “cometido faltas graves em matéria de estratégia conspirativa que elementos esclarecidos e doutrinados não teriam praticado”.¹⁴³

Todavia, se a incorporação dos estudantes mais activos tinha deixado o meio académico coimbrão mais tranquilo, esta solução provocara também uma situação perigosa no seio das próprias Forças Armadas, onde, a partir de então, e mesmo na escola de Mafra, começaram a intensificar-se os episódios de insubordinação, como deserções, roubos de material militar e distribuição de propaganda subversiva. Assim, se a DGS podia prever que, no novo ano, o ambiente universitário de Coimbra seria tranquilo, “estando os estudantes a viver na expectativa com o novo titular da Educação Nacional”¹⁴⁴, devia também assinalar que em Mafra estava a ser desenvolvida uma “acção revolucionária” que já tinha favorecido a fuga de oito estudantes, sobretudo para a França, entre os quais Jacinto José Palma Dias e Manuel Afonso Strecht Monteiro. A direcção desta acção revolucionária era atribuída a Celso Cruzeiro, considerado “o

¹⁴² Relatório da PIDE de Coimbra, 16 de Setembro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-Pt.152, folha 64.

¹⁴³ Relatório da DGS de Coimbra, 6 de Janeiro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-pt.153, folha 228

¹⁴⁴ Relatório da DGS de Coimbra, 20 de Janeiro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-pt.153, folha 222.

associativo mais perigoso que entrou nesta incorporação”¹⁴⁵. De facto, considerando de onde surgiu a mobilização que pôs fim ao regime em 1974, parece que a decisão do Governo de incorporar os estudantes subversivos no exército não terá sido muito estratégica.

Protest policing e divisão das elites

Com já aludimos, a DGS afirmava que a crise de Abril 1969 podia ter sido evitada, tendo sido abertamente preparada muito antes da vinda do Presidente da República, sem que a polícia tivesse intervindo da forma mais adequada. Para evitar que uma situação similar se repetisse, era necessário aumentar a colaboração entre as três polícias, mas por outro lado, “havia Juízes favoráveis ao associativismo estudantil que libertavam os estudantes presos por falta de provas”.¹⁴⁶ Sublinhava-se portanto a necessidade de estar preparados para uma eventual crise geral no mês de Novembro, que teria envolvido as três academias e portanto também Coimbra, pois, “com o fecho da AAC, evitaram-se as reuniões de massa, mas não a actividade dos mais politizados, que se encontram em Repúblicas ou fora da cidade, com o apoio de funcionários da universidade e até de outros profissionais”.

Em conclusão, para evitar uma nova crise era considerado oportuno, por parte da PIDE : rejeitar as matrículas dos dirigentes; controlar todas as Associações de Estudantes e a AAC; evitar distribuição de panfletos e formação de comícios. Em caso de crise, enfim, devia-se “fechar todos os centros de reunião, apreender todo o material e os que o distribuem, não dar importância ao movimento associativo, organizar as direitas com dirigentes competentes, fazer comunicados frequentes e desmarcar o movimento” e, por fim, demitir autoridades responsáveis em caso de incapacidade, “mas não as que os associativos querem ver demitidas”, e persuadir funcionários a não se meterem”¹⁴⁷ enquanto “a polícia na rua deve carregar na primeira provocação”.

Muitas destas medidas serão efectivamente postas em prática nos anos a seguir, com o evidente objectivo de isolar os activistas mais politizados do resto dos estudantes, facilmente desmobilizáveis, através de um processo de abertura institucional por um lado e de repressão por outro. A vigilância sobre estudantes de Coimbra intensificava-se, com efeito, e tornava-se tanto mais difusa. Por exemplo, uma informação da PIDE de Junho de 1969¹⁴⁸ relata que Alberto Martins, já protagonista dos eventos de Abril e por isso incurso em processos disciplinares, teria afirmado “à mesa de uma café” que, a partir da época dos exames de Outubro, os estudantes de

¹⁴⁵ Relatório da PIDE de Coimbra, 3 de Novembro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-pt.153, folha 439.

¹⁴⁶ Relatório da DGS de Coimbra, Janeiro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-PT.152, folha 68.

¹⁴⁷ *Ibidem*

¹⁴⁸ Relatório da PIDE de Coimbra, Junho 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-Del.C-Unidade 10561.

Coimbra contariam com a presença dos colegas de Lisboa e do Porto “desenvolvendo então no plano nacional a maior actividade com vista ao período eleitoral”.

Outros estudantes foram interceptados enquanto estavam a trazer comunicados, sobretudo para o Porto¹⁴⁹ outros foram assinalados por divulgar propaganda¹⁵⁰, por ter protagonizado algumas assembleias de estudantes incitando à contestação¹⁵¹; e outros simplesmente por terem comparecido aos julgamentos de colegas presos.¹⁵² Por fim, alguns estudantes foram vigiados por terem processos abertos nos ficheiros da polícia ou processos disciplinares na universidade.¹⁵³ Entre todos os estudantes vigiados nesta altura, destacava-se José Araújo da Silva Barros de Moura, aluno de Direito oriundo do Porto, considerado como o principal agitador e responsável por todas “as manobras de estudantes na presente crise académica”, além de ser membro da Comissão Nacional de Estudantes Portugueses. A polícia salientava ser tal a sua influência que ele dispunha de “camadas de estudantes preparados para actuar em todos os sentidos, tendo sido também membro do PCP”¹⁵⁴.

Nesta altura eram no mínimo 39 os estudantes de Coimbra que continuavam a ser vigiados e controlados de forma pontual pela polícia política, em vários momentos da sua vida, não só associativa. No entanto, o plano da PIDE para evitar uma nova crise estava a ser aplicado, também com algumas “livres interpretações” por parte das outras polícias, não só com o aumento da vigilância a determinados elementos, mas também com maiores ameaças ao conjunto de estudantes, que se concretizavam com uma presença quase constante das forças da ordem perto dos locais de encontro universitário. O objectivo mais imediato era proibir a realização de qualquer tipo de reunião entre estudantes, através da constante intervenção policial nos locais onde supostamente se deviam realizar, o que levou a dinâmicas de duros choques entre alunos e forças da ordem. Por exemplo, a 25 de Setembro, uma tentativa de reunião por parte de Alberto Martins, Celso Cruzeiro¹⁵⁵ e Rui Namorado foi reprimida duramente pela PSP, provocando

¹⁴⁹ Como Alexandre Assis de Miranda Cardoso e Rui Manuel da Veiga Reis. Relatório da PIDE de Coimbra, Junho 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-Del.C-Unidade 10561.

¹⁵⁰ Como António Pires de Carvalho, o qual também era “portador de pimenta para lançar aos cães polícias”. Foi remetido ao tribunal. Em *ibidem*.

¹⁵¹ Entre os outros: Jacinto José Palma Dias, da comissão central de Letras; João Celso da Rocha Cruzeiro, de Direito; José António Martins Gomes Salvador, de Direito; José António dos Santos Silva, de Direito, considerado elemento esquerdista, indicou aos colegas os agentes da PIDE/DGS presentes na assembleia provocando o cerco de um deles, o agente Euclides; Osvaldo Alberto do Rosário Sarmento e Castro, de Direito, o qual numa assembleia falou em nome da AAC anunciando a solidariedade dos colegas do Porto. Em *ibidem*.

¹⁵² Além do próprio Alberto Martins, Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro, de Direito, que foi também autor de um comunicado “ao povo de Coimbra”. Em *ibidem*.

¹⁵³ João António Simões Ferreira Marques, de Ciências; José Antunes Gil Ferreira, de Medicina; José Luís de Costa Abreu; José Manuel Roupiço, de Ciências; Maria Fernanda Vieira da Bernarda, de Direito. Em *ibidem*.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ Celso Cruzeiro, já incorporado durante o Verão na escola de Mafra, encontrava-se em licença em Coimbra.

alguns feridos entre os estudantes, depois interrogados e registrados no hospital.¹⁵⁶ Esta acção da PSP não deixou de ser criticada pela PIDE, que afirmou ter-se o dia 25 de Setembro transformado “numa jornada de folclore político, com bastonadas, gases lacrimogéneos, manchas de sangue nos passeios, estudantes a receberem curativos no hospital, embora sem gravidade, gritos de miseráveis e assassinos dirigidos à PSP e ainda algumas casas comerciais fecharam para evitarem prejuízos”.¹⁵⁷

Sobretudo, evidenciava-se o problema de esta acção ter envolvido civis estranhos aos acontecimentos, os quais depois apresentaram denúncia ao Governo Civil. Havia de facto alguma ambiguidade por parte das próprias autoridades com respeito à utilização da força contra os estudantes. O próprio Ministro da Administração Interna tinha dado instruções no sentido de ser evitado de todas as formas um recrudesimento da crise, descobrindo e reprimindo as novas redes de mobilização que se tinham formado com o fecho da AAC e, sobretudo, impedindo que se publicasse e distribuisse propaganda de qualquer tipo. O objectivo principal era sobretudo “evitar a conjugação dos movimentos na altura da campanha eleitoral”¹⁵⁸.

Ao mesmo tempo, apelava às forças da ordem para que, no processo de repressão, fossem respeitados os artigos 16 e 24 do decreto-lei 37.447 de 13 de Junho de 1949¹⁵⁹, que regulamentava o exercício de associação, “de forma que as acções se desenvolvam com estrita observância da lei e com obediência das regras processuais”. Como salienta Diego Palácios Cerezales (Palácios Cerezales, 2008), o uso da violência por parte das forças da ordem devia, também num regime autoritário, ter em consideração os custos, a nível de opinião pública, que uma repressão abertamente agressiva podia implicar. Assim, se por um lado, como já a PIDE tinha afirmado, se devia mostrar aos estudantes a intransigência da resposta das autoridades através de métodos repressivos duros, era importante, sobretudo nos espaços públicos, dar uma impressão de respeito das regras e não envolver outros cidadãos.

Esta difícil calibragem do uso da violência e a exigência de equilibrar repressão, sanções e eventual transigência criava, naturalmente, alguma divisão entre as elites e entre as próprias forças

¹⁵⁶ Relatório da PIDE de Coimbra, 26 de Setembro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-Pt.152, folha 13.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁸ Relatório da PIDE de Coimbra, 2 de Outubro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-pt.153, folha 470. Informações sobre os acontecimentos de 25 de Setembro eram também difundidas por um boletim da Rádio Portugal Livre, com mais ou menos as mesmas indicações e interceptados pelos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa a 30 de Outubro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-pt.153, folha 442, 30 de Outubro 1969.

¹⁵⁹ O Decreto tinha sido feito publicar por Salazar na altura da mobilização do MUD e da campanha eleitoral das presidenciais de 1949 e regulava a apreensão de publicações e o encerramento das tipografias “que imprimam publicações, manifestos, panfletos ou outros escritos subversivos que possam perturbar a ordem pública”. O mesmo diploma estabelecia que “serão apreendidos, revertendo para o Estado, as respectivas máquinas e restantes bens móveis”.

da ordem. Por exemplo, nesta altura notava-se uma certa abertura por parte do Reitor, António Jorge Andrade de Gouveia, que permitia a realização de reuniões com o argumento, referido pela PIDE, de que “os estudantes não doutrinavam a ninguém se não a si próprios e não molestavam as pessoas”¹⁶⁰. Com frequência, depois estas reuniões eram interrompidas pela PSP, numa dinâmica em que a PIDE se achava com efeito isolada e sem a ajuda necessária por parte das outras polícias, das autoridades académicas, do Governo Civil e lamentando estar a combater “uma batalha ingrata”.¹⁶¹

O problema da coordenação entre as forças da ordem reemergia a respeito da realização dos cortejos de 25 de Novembro para a celebração da “tomada da Bastilha”. O receio que este evento pudesse ser transformado numa agitação de massa devia-se ao efeito que podia ter entre os estudantes a prisão e o processo do colega de Direito Marcelo Curado Correia Ribeiro, cuja captura se ligava aos eventos da primeira época de exames. Muito provavelmente, Correia Ribeiro tinha sido capturado pela PSP e directamente entregue à PJ, pois não consta do registo dos estudantes presos pela PIDE. Esta eventualidade é também confirmada pelo facto de a PIDE criticar esta prisão e, em geral, as prisões arbitrárias de estudantes: “não se pretende fazer qualquer juízo crítico respeitante a essa instrução, mas não pode esta Delegação deixar de apontar que, quanto menos prisões se fizerem de estudantes, seria uma manifestação de prudência, pois, pode-se criar situações emotivas que acelerem o despertar de situações latentes que começam já a expressarem-se”.¹⁶²

Apesar das cautelas sugeridas, continuavam os episódios de choque entre estudantes e PSP, a qual proibia sistematicamente a realização de reuniões e assembleias, enquanto se abria um intenso debate entre Governo Civil e PIDE sobre a oportunidade de conceder autorização para celebrar a tomada da Bastilha. Na opinião da PIDE, contrária à celebração, era necessário que o Governo soubesse que, em caso de realização das comemorações, nas quais se supunha pudessem participar não menos de dois ou três milhares de estudantes, podia haver incidentes e consequente repressão, “com todos os riscos de uma infelicidade que ocorresse durante a repressão, o que implicaria uma emoção gravíssima em todo o país”.¹⁶³

À celebração da tomada da Bastilha opuseram-se também estudantes das direitas, que compareceram na reunião realizada pelo conjunto das forças da ordem da cidade com o fim de

¹⁶⁰ Declaração do Reitor António Jorge Andrade de Gouveia referida no relatório da PIDE, 6 de Novembro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-pt.153, folha 438.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² Relatório da PIDE de Coimbra, 11 de Novembro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-Pt.153, folha 431.

¹⁶³ Relatório da PIDE de Coimbra, 19 de Novembro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-Pt.153, folha 352.

debater o assunto. Estes estudantes “foram solicitados a assinar um outro requerimento para fazer uma manifestação contra-contestação”, pedido ao qual consentiram depois de a PIDE prometer rasgar o documento passada a data estabelecida para os festejos.¹⁶⁴

Os conflitos com a PSP, já em outros casos acusada de utilizar uma força desnecessária, intensificavam-se nesta altura, com a PIDE a indicar as repercussões desta forma de agir grosseira, acompanhada por vezes também pelo uso de granadas, a nível da opinião pública, “tanto mais que nas janelas dos prédios bastantes pessoas seguiam a actuação da polícia”. No entanto, cada vez mais, para impedir aglomerações de estudantes e reuniões, recorria-se ao fecho dos portões das instalações universitárias, uma acção que também era criticada pela PIDE, que acusava a PSP de ter “tomado a matéria em questão demasiado à letra”, sobretudo porque assim tinham deixado sem aulas estudantes tranquilos e desconhecedores da situação.

A abertura selectiva das instituições

Para melhor perceber os episódios na Universidade de Coimbra em Abril de 1969 é útil uma menção à imprensa oficial. Num comunicado do Ministro José Hermano Saraiva aparecido no *Diário de Notícias* de 1 de Maio 1969, a interrupção do discurso presidencial de 17 de Abril, por parte de Alberto Martins, e a manifestação estudantil consequente, eram considerados como o auge da insubordinação estudantil em Coimbra. Era sobretudo este acto de “irreverência” para com a mais alta autoridade do Estado que o Ministro da Educação considerava uma afronta gravíssima. O Ministro parecia compreender as razões de quem sustentava que o problema se teria evitado simplesmente convidando um orador entre os estudantes, mas afirmava também que esta escolha teria inevitavelmente transformado a cerimónia num comício político.

O movimento em si, dizia o Ministro, era algo de positivo, enquanto não fosse instrumentalizado politicamente para reivindicações que não tinham a ver com a questão universitária. Para justificar a sua posição, o Ministro citava também um comunicado do movimento estudantil de Lisboa em que se afirmava que os estudantes não tinham que lutar para melhorar o ensino ou para o progresso da investigação, pois assim contribuiriam para o desenvolvimento capitalista do país.¹⁶⁵

Nas palavras das autoridades, eram o radicalismo, o extremismo e a reivindicação de um sistema completamente alternativo que agora as preocupavam, mais do que a liberdade associativa em si. Todavia, era claro que a própria liberdade associativa, num momento de tão intensa politização do meio estudantil, não teria deixado de contribuir para a difusão das ideias

¹⁶⁴ Relatório da PIDE de Coimbra, 24 de Novembro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-Pt.153, folha 336.

¹⁶⁵ DN, 1 de Maio 1969.

subversivas. Neste sentido, era evidente a chantagem do Governo e a tentativa de dividir o meio estudantil, atribuindo toda a responsabilidade da situação aos estudantes politicamente mais activos, que, na óptica das autoridades, comprometiam o saudável espírito corporativo do movimento. Por outras palavras, era exclusivamente por causa destes elementos radicais que o Governo receava conceder os direitos que o conjunto dos estudantes legitimamente requeria.

Na linha desta nova posição por parte da política institucional, nos finais de 1969 chegava a substituição do Ministro da Educação Nacional, José Hermano Saraiva, num período crítico como o biénio 1968-1970, pelo jovem físico José Veiga Simão, expoente da ala reformista e liberalizante do regime.¹⁶⁶ Esta tendência era confirmada em 1970 com a chegada do novo Reitor da Universidade de Coimbra, o Professor José Gouveia Monteiro, o qual, no seu discurso de posse, auspiciou que a reforma iminente pudesse renovar a universidade, sendo esta a única forma para ultrapassar o ódio da contestação. Monteiro afirmava também que teria sido normal alguns estudantes terem a possibilidade de falar durante a cerimónia de posse, mas que todavia o regulamento o impedia: “seria natural que à oração do decano seguisse a sincera de um estudante, mas o regulamento não o prevê e só tem autoridade para evocar a protecção da lei quem a lei respeita. Aceita-se portanto uma cerimónia mutilada, mas reconhece-se simultaneamente que a situação não pode manter-se neste como em outros domínios”.¹⁶⁷

O novo Reitor achou também oportuno estender aquela consideração além dos estudantes, incluindo os numerosos funcionários da universidade que, não pertencendo nem ao corpo docente nem ao discente, eram pontualmente excluídos dos eventos e das decisões importantes. Para que a universidade se pudesse renovar, Monteiro achava que era preciso “deixá-la fazer”, ou seja permitir que as rédeas da mudança estivessem nas mãos dos seus membros. Nesta óptica, acusando os impedimentos interpostos às justas instâncias de renovação, Monteiro chegava a afirmar que os estudantes tinham sido vítimas de uma efectiva situação de atraso nas universidades e que teria sido necessário observar melhor as suas motivações, erroneamente consideradas nefastas. Auspiciando que as tensões que tinham lacerado a academia pudessem deixar lugar a um espaço de trabalho colectivo com vista à elaboração do projecto de reforma,

¹⁶⁶ É interessante observar que os períodos de mais intensa conflitualidade estudantil determinaram pontualmente a substituição do Ministro da Educação. Foi o caso de Manuel Lopes de Almeida, em funções durante apenas um ano e meio (entre 1961 e 1962) e o mesmo tempo do ministério de Hermano Saraiva. Ainda mais evidente aparece este dado se considerarmos que a média do tempo em funções dos detentores da pasta da Educação era, entre o pós-guerra e 1974, por volta de 4,3 anos, com um mínimo, excluindo os casos de Lopes de Almeida e Saraiva, de 2,5 anos e um máximo de 8,5 (este último era o caso do ministério de Fernando Andrade Pires de Lima que durou desde 1947 até 1955). É também oportuno sublinhar que no período de 1956-1974, o tempo mínimo de permanência no Ministério da Educação, sempre excluindo os casos citados, foi de 4,5 anos. Fonte: Ministério da Educação, <http://www.sg.min-edu.pt/ministros/ministros2.htm>.

¹⁶⁷ DN, 20 de Fevereiro de 1970.

afirmava ser para isso necessário um processo de “despolitização” bilateral, sem que todavia tivesse que ser proibido o debate, também intenso, sobre as problemáticas do país: “entendo que a universidade deve ser despolitizada, bilateralmente. Não entendo que na universidade deve ser proibido falar de política, pelo contrário. Colocada à margem a política, a universidade tem que trabalhar para uma mobilidade social ascendente, sem quebra de paz”.¹⁶⁸

Era por fim necessário construir a universidade nova através da constituição de grupos de trabalho e de debate, dos quais devia sair, espontânea e democraticamente, o projecto.¹⁶⁹ Ainda que seja necessário tomar com cuidado esta declaração e considerar que se tratava apenas de uma das posições dentro do Estado Novo – embora muito próxima do próprio Ministro da Educação – eram de facto palavras surpreendentes para um regime autoritário e talvez não só. Eram consideradas legítimas praticamente todas as reivindicações mais “moderadas” saídas do movimento. Ao mesmo tempo, era suspensa qualquer referência às reivindicações mais radicais e propriamente políticas, assim como qualquer ilação sobre eventuais “mandantes” do protesto e sobre hipotéticos planos subversivos.

O novo Reitor atribuía, na sua leitura, uma identidade completamente diferente ao movimento, depurada dos elementos mais inquietantes e anti-sistémicos, construindo assim um actor com o qual as instituições podiam tratar. Reconhecer as partes moderadas e não-políticas da contestação como interlocutores e desconsiderar completamente os elementos radicais, quase como se não existissem, podia ser uma boa estratégia, do ponto de vista do Governo e demonstrava inteligência política por parte Reitor. Era também, como se verá, uma posição sustentada, sob alguns pontos de vista, pela própria DGS, a qual sempre tinha afirmado a exigência de criar consenso na universidade através de iniciativas destinadas a canalizar de forma institucional a sua carga contestatária. Todavia, Gouveia Monteiro foi afastado no prazo de apenas um ano, durante o qual encontrou muitas resistências não apenas no meio estudantil, que o acusava de paternalismo, mas também por parte das outras autoridades.

A posição de Gouveia Monteiro, embora tivesse objectivamente importantes vantagens estratégicas, criava portanto descontentamento em todos os sectores, sobretudo por interferir em dinâmicas que era difícil questionar. Era todavia natural que o maior descontentamento chegasse por parte da direita radical académica, que via a abertura de Gouveia Monteiro como uma perigosa quebra do princípio de autoridade por ela defendido. Em Julho de 1970, a Associação Nacional Socialista Académica (ANSA), divulgava um documento intitulado *Introdução* em que criticava abertamente o Reitor Gouveia Monteiro, definido “judeu sefardita”, por ser anti-

¹⁶⁸ DN, 20 de Fevereiro de 1970.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

português. A ANSA declarava defender o novo ensino, a universidade de elites e o acesso à universidade só para os que o mereciam, independentemente da posição social. A universidade das elites era destinada àquela que se considerava a única legítima aristocracia, fundada no “trabalho e na raça”. Assim, a democratização do ensino defendida por Gouveia Monteiro, era adequada a um país decadente ou comunista, mas não a Portugal, “terra de futuro e de nacionalismo”.¹⁷⁰ Em Outubro do mesmo ano circulava também no meio académico de Coimbra um panfleto com a caricatura do Reitor Gouveia Monteiro, no qual este era abertamente acusado ao mesmo tempo de apoiar o MEN, ser membro da CIA (*Central Intelligence Agency*) e ser maçom, enquanto noutra caricatura, sempre da ANSA, Gouveia Monteiro aparecia fardado de Lenine.¹⁷¹ Todavia, difícil é afirmar que as intenções de Gouveia Monteiro fossem além de uma “abertura selectiva”, através da qual se podia de facto reformar a universidade, criar consenso entre os alunos e isolar os estudantes mais radicais. Contudo, deve-se lembrar que, como será melhor explicado nas próximas páginas, esta abertura selectiva era acompanhada por um aumento quantitativo da repressão entre os estudantes e, como salientam vários autores (Madeira, 2007), também por um endurecimento qualitativo dos métodos a eles reservados.

Tentativas de pacificação e rebentos de politização

Em Coimbra, o processo de abertura e repressão por parte das autoridades, que se inaugurou com a crise de 1969, conseguia alguns evidentes resultados antes de mais, como vimos, contribuindo para à desmobilização da grande massa estudantil que se tinha manifestado no mês de Abril. Em 1970, o meio académico parecia tão pacificado, apesar de minorias que continuavam activas, que uma delegação formada pelo Reitor Gouveia Monteiro, alguns professores e oito dirigentes estudantis que ainda se encontravam suspensos da universidade, era recebida pelo Presidente da República. O objectivo da embaixada era “pedir compreensão e benevolência para os graves episódios” acontecidos um ano antes e a revogação dos processos disciplinares adoptados. Foi o próprio Alberto Martins, Presidente da Associação Académica de Coimbra e protagonista do “acto de irreverência” de 17 Abril de 1969, a ler a declaração de desculpa em frente do Chefe do Estado, o qual, todavia, recusou qualquer compreensão. Apesar da atitude do Presidente Tomás, a delegação obteve alguns resultados, pois nos finais do mês, o Ministro da Educação, Veiga Simão, anunciava a amnistia geral para os estudantes com processos suspensos.

¹⁷⁰ Panfleto da ANSA interceptado pela DGS, 31 de Julho 1970, em IAN-TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529.3365, PT.154, folha 14.

¹⁷¹ Panfleto da ANSA interceptado pela DGS, Outubro 1970, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3366-PT.156, folha 236.

Todavia, apesar desta situação de geral desmobilização e de submissão às instituições, continuava também activa uma minoria muito pouco organizada que tentava mobilizar os colegas. Embora este grupo não tivesse grandes êxitos, a situação, na opinião da DGS, devia ser seguida com atenção, não só no sentido repressivo, mas também procurando activar um novo consenso por parte dos estudantes em relação às instituições:

Em nossa opinião, no caso de não se verificarem situações de emotividades que levem os estudantes ligar-se, a universidade viverá um pálido rescaldo que se poderá extinguir com a intervenção do Dr. Veiga Simão que será o novo Ministro da Educação Nacional. Mas temos que admitir, na esteira de Marcuse, que a juventude é sempre contestativa: é por isso que os responsáveis não podem estar de costas voltadas para ela, alimentando o seu natural inconformismo, e antes devem entrar no seu seio quanto mais não seja para a entreter e daí a posição de Veiga Simão, homem novo, portanto muito próximo de uma época que é a sua.¹⁷²

Era a estratégia de abertura selectiva orientada para conter as instâncias mais radicais do movimento, tentando ancorá-lo através de políticas de consenso por parte das instituições e através da condescendência a respeito das questões mais moderadas. Todavia, a polícia política receava que uma estratégia deste tipo já tivesse sido ultrapassada pelos acontecimentos, pois, embora o movimento parecesse quantitativamente muito reduzido, de facto tinha-se radicalizado, chegando a pôr em causa as próprias tradições académicas coimbrãs, sem que, por outro lado, isso suscitasse qualquer reacção contrária.

Como vimos, estava então a tomar posse o novo Reitor da Universidade de Coimbra, Gouveia Monteiro, acerca de quem os estudantes activos tinham alguma expectativa por ele se ter mostrado favorável ao conjunto de reivindicações apresentado pelos estudantes. Todavia, alguns alunos contestavam a cerimónia de posse, por ser autoritária e também, ponto mais importante, “consideram este apoio como manobra do Governo destinada a transformar uma vitória dos estudantes em atitude tendente a influenciar a opinião pública e a confundir os estudantes”.¹⁷³ De facto, a investidura do novo Reitor abria uma tentativa de pacificação e normalização da vida académica, que terá o seu cume na missão de estudantes à presidência da República, para pedir desculpas públicas. Este processo era atentamente seguido pela DGS, a qual, mudando de atitude relativamente ao ano anterior, apoiou em Abril de 1970 a realização de uma grande assembleia magna, evitando apreender panfletos porque “na tal assembleia ia-se tentar normalizar a vida

¹⁷² Relatório da DGS de Coimbra, Janeiro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-pt.153, folha 215.

¹⁷³ Relatório da DGS de Coimbra, 18 de Fevereiro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-pt.153, folha 163.

académica e não será esta delegação que iria provocar um clima de excitação cujos resultados práticos podem ser maus”.¹⁷⁴

Ainda no mês de Abril de 1970, começava também a circular em Coimbra um inquérito destinado a avaliar os estudantes, a fim de criar um programa unitário do movimento estudantil, com vista às novas eleições para os corpos gerente da AAC. A lista candidata às eleições, nomeada durante uma assembleia-geral, era considerada, pelas autoridades, inteiramente formada por elementos oposicionistas: “os resultados da votação feita ao nível de faculdade incidem sobre uma maioria esmagadora de estudantes com antecedentes nesta Sempre em Abril de 1970, também na Universidade de Coimbra, começavam a levantar-se vozes, ainda que minoritárias, contra o projecto da missão junto do Presidente da República com o fim de pedir oficialmente desculpa pelos acontecimentos de 17 de Abril 1969, com vista a obter a normalização da vida académica. O argumento sustentado pelos estudantes contrários à missão baseava-se na ideia de que uma acção deste tipo teria prejudicado os colegas de Lisboa, sobretudo porque, como afirmava um panfleto apreendido pela DGS, “determinava uma fractura na solidariedade estudantil, criando uma ponte privilegiada com as instituições”. Tratava-se de uma preocupação fundada e que, de facto, identificava claramente a fase em que se encontrava a curva da mobilização e a respectiva posição de abertura selectiva adoptada pelo Governo. Todavia, a maioria dos estudantes, segundo a polícia “reivindicava a acção, dizendo que assim a situação da Universidade de Coimbra estava quase normalizada e isso era uma vitória”.¹⁷⁵

A complexidade e convivência de hipóteses diferentes na academia coimbrã nesta altura, ainda que a posição “pacificadora” fosse dominante, era demonstrada pela constante presença nos espaços estudantis da simbologia marxista – “como o retrato de Lenine em várias salas onde se realizavam as assembleias-gerais” – e pelas primeiras expressões abertas de apoio e solidariedade ao mundo operário. Significativamente, estas chegavam em coincidência com os episódios que tinham abalado a festa do 1º de Maio de 1970 no Barreiro, a cidade operária do sul do Tejo, onde se tinham verificado choques violentos entre polícia e trabalhadores. Os incidentes do Barreiro representaram, aliás, o pretexto da mobilização que foi na base de um dos momentos mais tumultuosos vividos pela academia coimbrã naquele período, quando uma manifestação, que se tinha juntado em frente do teatro Gil Vicente para contestar a realização de um espectáculo da Oficina de Teatro dos Estudantes de Coimbra (OTEC), considerada reaccionária, foi violentamente dispersa pela PSP. Os manifestantes reagiram atirando pedras arrancadas dos

¹⁷⁴ Relatório da DGS de Coimbra, 4 de Abril 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3364-pt.153, folha 35.

¹⁷⁵ Relatório da DGS de Coimbra, 7 de Maio 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3365, Pt. 154, folha 245.

passeios, até que alguns agentes dispararam, segundo as fontes oficiais da DGS, provocando um ferido grave entre estudantes.¹⁷⁶

Outro factor de mobilização continuava também a ser a representação dos estudantes, dado que os dirigentes eleitos não tinham sido homologados superiormente pelas autoridades académicas, enquanto alguns começavam a criticar a atitude de Gouveia Monteiro, que até então se tinha mostrado “ao lado dos estudantes”.¹⁷⁷ Esta agitação moderada diluiu-se ainda mais nos meses de Verão, durante os quais os exames decorreram sem problemas. A DGS esperava, no entanto, com o começo do ano lectivo 1970-1971, uma nova vaga de agitação, sobretudo à volta de reivindicações de tipo representativo, como a participação estudantil no Senado Académico.

Efectivamente nos primeiros meses do novo ano lectivo de 1970-1971, assistia-se a uma renovada agitação, sobretudo na Faculdade de Direito, onde se deviam desenvolver as eleições para os delegados e subdelegados. No dia das eleições, compareceram no local cerca de quatrocentos elementos conhecidos como activistas¹⁷⁸, que boicotaram as eleições por não aprovar a forma como se estavam a realizar. Só depois terem mandado sair os professores presentes e todos os estudantes que não deviam votar é que permitiram o cumprimento do acto eleitoral. Era, no entanto, o Reitor a decidir se eram válidas ou não as votações assim realizadas. Continuava ainda em aberto, também, o problema da homologação dos corpos gerentes da AAC, assim como a questão do teatro Gil Vicente, que, consideravam os estudantes, “foi construído para a academia, mas neste momento é gerido pelas autoridades académicas com fins exclusivamente comerciais”.

A insistência a respeito do Teatro Gil Vicente remetia, segundo a polícia política, para a estratégia dos activistas estudantis de Coimbra de “anexar tudo o que diz respeito a estudantes, tirando-o do controlo das autoridades ou, na opinião deles, dos estudantes de direita, sendo os órgãos não sob o seu controlo classificados de anti-estudantis ou de estarem sob a acção repressiva das autoridades”.¹⁷⁹ A respeito destes assuntos, a assembleia magna declarar repudiar o decreto que estabelecia a necessidade da homologação das autoridades estudantis para os dirigentes da AAC entrarem em funções, por ser “uma intromissão do Governo”. Era depois

¹⁷⁶ Relatório da DGS de Coimbra, 9 de Maio 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3365, Pt. 154, Folha 233.

¹⁷⁷ Relatório da DGS de Coimbra, Maio de 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3365, Pt. 154, Folha 62.

¹⁷⁸ Entre eles destacaram-se: Marcelo Curado Correia Ribeiro, Rodrigues de Pinho, Carlos Alberto Ferreira Amorim, Maria José Afonso Ribeiro, Carlos Alberto da Silva Patrão, José Carlos de Oliveira Castro Peixoto, Maria Filomena Maia Gomes, Bento António Valadão Vaz, Álvaro Correia Vilas, Alfredo de Avelar Soares Fernandes Martins. Relatório da DGS de Coimbra, 15 de Dezembro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3366, Pt. 156, Folha 266.

¹⁷⁹ Relatório da DGS de Coimbra, 16 de Dezembro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3366, Pt. 156, folha 255.

nomeada uma comissão para a gestão do Teatro Gil Vicente, formada por oito membros da DG, mais um membro escolhido por cada organismo afecto, como o CITAC, o TEUC e o Coral de Letras. Pretendia-se também que a utilização do teatro fosse interdita à OTEC e ao Orfeon, por serem considerados organismos de direita e era decidida a expulsão das entidades que o exploravam comercialmente. Entretanto, desenvolviam-se outras eleições de delegados e subdelegados noutras faculdades, entre as quais a de Letras, todas segundo “a mesma praxe”, ou seja, na opinião da DGS, com a completa hegemonia do movimento estudantil, também apoiado por assistentes e professores.

Lisboa e Coimbra entre velha e nova esquerda.

Até aos últimos meses de 1969, o ambiente contestatário estudantil de Lisboa e Coimbra mantinham ainda importantes elementos de continuidade, embora em Lisboa já se tivessem desenvolvido, como vimos, alguns repertórios abertamente transgressivos nos últimos meses de 1968. Estas linhas de continuidade diziam sobretudo respeito às questões do sindicalismo estudantil, que, como vimos, dominaram todas as lutas dos finais dos anos Sessenta e estiveram na origem da crise de Coimbra. O paralelismo remetia também para uma globalização de alguns valores gerais que tinham unificado os movimentos estudantis europeus entre 1967-1969, antes da acelerada radicalização dos anos seguintes e que, em Portugal, foi sobretudo motivada pela desilusão eleitoral. Estes valores podem ser sintetizados eficazmente pelo conceito de “poder estudantil”, que circulava nos comunicados do movimento de Coimbra naquela altura:

Uma concepção sobre as relações entre a universidade, o estado e a sociedade, bastante divulgada e defendida pelos movimentos estudantis, principalmente em sociedades industrializadas de estrutura capitalista. Embora possa assumir formulações extremas, o poder estudantil não reivindica o monopólio do poder político pela massa universitária. É antes um aspecto de carácter sindicalista do movimento estudantil enquanto este tende a considerar o estudante como um jovem trabalhador intelectual. O poder estudantil significa antes de mais a possibilidade de controlo da aplicação social de conhecimentos.¹⁸⁰

Se a questão do “poder estudantil” era um elemento transversal a todos os movimentos estudantis europeus, havia naturalmente especificidades nacionais ligadas ao contexto histórico, político e social. Assim, enquanto em países como a França e sobretudo a Itália os estudantes estavam já aproximar-se do meio operário, em Portugal esta aproximação, já teorizada nos últimos anos do regime, chegará sobretudo a partir dos primeiros anos Setenta e depois da revolução. Muito provavelmente, isso deve-se à existência, em Portugal, de dois *issues* nacionais

¹⁸⁰ Panfleto “Poder Estudantil” interceptado pela PIDE de Coimbra, 4 de Junho 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3365-PT.155, Folha 145.

de facto dominantes no repertório da contestação, a questão do regime e a guerra colonial e, significativamente, quando estas questões se encaminharam para uma resolução durante o PREC, as energias dos grupos contestatários foram logo veiculadas para problemáticas sociais. A Rádio Voz da Liberdade, como sempre interceptada pelos serviços de escuta da Legião Portuguesa, evidenciava que a crise académica de Coimbra tinha tido sobretudo a vantagem de tornar unitária a luta estudantil em volta das duas principais temáticas, guerra colonial e natureza do regime e de dinamizar as outras academias do país:

Os estudantes de Lisboa apoiam os estudantes de Coimbra: milhares de estudantes boicotam os exames na Universidade de Coimbra e Lisboa. Trata-se de um momento único na história do movimento estudantil português. A luta dos estudantes cria um momento político excepcional para a ofensiva das forças democráticas e das massas populares. O movimento estudantil está a pôr em causa não apenas a política do Governo em relação à universidade, mas a própria estrutura do estado fascista e a mostrar que o Governo não tem soluções para os problemas nacionais [...] O movimento estudantil põe a nu o carácter fascista antipopular e antinacional do Governo de sucessão presidido por Caetano.¹⁸¹

A mesma emissora apelava ainda aos estudantes do Porto para que se pusessem ao lado dos de Lisboa e Coimbra e sobretudo “a classe operária, os democratas, o povo” a lutarem juntos com os estudantes contra o fascismo”. A Rádio Voz da Liberdade voltava a exultar poucas semanas mais tarde, por “depois de dois meses de luta firme, os estudantes de Coimbra terem alcançado uma primeira e importante vitória: o Ministro da Educação recua e anula as suspensões contra os dirigentes da AAC”. Aquilo que esta emissora considerava um grande êxito do movimento e que ia na linha da manutenção de um canal legal de participação representava aos olhos dos mais radicais uma tentativa conciliadora com o inimigo. Esta atitude positiva em relação às possibilidades de luta legal era acompanhada na Rádio Voz da Liberdade por críticas duras ao Governo de Caetano, que era considerado “Novo tirano que tira partido das modernas técnicas de comunicação”.¹⁸²

Todavia, sobretudo a partir dos anos Setenta, a posição de Coimbra, que ia também na direcção de procurar o apoio das instituições através do pedido de desculpa ao Presidente da República, levantava alguns problemas quer no seio das Associações de Estudantes de Lisboa quer em outros meios da nova-esquerda. A moderação de Coimbra foi também objecto de críticas por parte de algumas de revistas radicais. Os *Cadernos de Circunstância* em 1970 afirmavam, a respeito da posição da AAC sobre a reforma da educação: “A difusão da ideologia da educação como grande

¹⁸¹ Boletim da Rádio Voz da liberdade, 10 de Junho de 1969, interceptada pelos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.146, folha 343.

¹⁸² Boletim de Rádio Voz da Liberdade, 26 de Junho 1969, interceptada pelos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.146, folha 247, 26 de Junho 1969.

panaceia é feita na primeira pessoa pelas próprias associações académicas, até há pouco apresentadas como bastiões do anti-fascismo”.¹⁸³ A crítica atingia também o Presidente da AAC, Alberto Martins, que durante a greve aos exames, que seguiu à crise de Coimbra, tinha distribuído uma brochura sobre “Educação Nacional e desenvolvimento económico”, na qual sustentava que o factor mais importante da expansão económica era a educação. A esta posição, os *Cadernos* respondiam acusando que “o que esta gente crítica ao capitalismo português é o seu atraso”.¹⁸⁴ O reformismo da posição de Alberto Martins é assim definido “como uma tentativa sistemática para recuperar e instrumentalizar a iniciativa contestatária de massa com vista a uma redefinição do sistema e a uma sua reprodução sempre mais racional”.¹⁸⁵

Aquele que era identificado como o reformismo de Coimbra suscitava reacções diferentes também nas universidades lisboetas. A 30 de Abril de 1969 teve lugar uma RIA na Faculdade de Ciências de Lisboa que levou a um intenso debate entre os que sustentavam a necessidade de apoiar incondicionalmente Coimbra e os que recusavam solidarizar-se com os colegas.¹⁸⁶ Os acontecimentos de Coimbra tinham assim um efeito de divisão sobre o movimento de Lisboa, divisão esta que emergiu com evidência na altura das eleições para os novos corpos gerentes da AE do ISCEF para o ano académico 1969-1970, que se realizaram no princípio de Junho. Surgiam assim dois movimentos, ambos acusando os dirigentes da AE do ISCEF de não apoiarem suficientemente o movimento coimbrão.¹⁸⁷

Como emerge destas clivagens, conforme salienta Marta Benamor Duarte (Duarte, 1997), em Lisboa parecia mais viva a consciência de que o regime estava em mudança e que esta mudança teria envolvido também a universidade, mas num sentido muito diferente do pretendido pelos estudantes. Advertia-se também que, com o marcelismo, a conjuntura se tornava diferente e que deviam portanto ser diferentes também os meios de luta, a qual se tornava, nos últimos anos de regime, cada vez mais semelhante à que se estava a levar a cabo nos países democráticos.

Neste sentido, em Lisboa era recusada, logo a partir de 1969 e sobretudo depois das eleições, qualquer transacção com as instituições. Abandonavam-se também as hipóteses de utilização dos canais legítimos de participação, estratégia que só continuou a ser defendida pelo PCP o qual, como no princípio dos anos Sessenta, continuava a salientar a necessidade de um duplo plano de acção, legal e ilegal, sem interferência entre os dois e sendo o plano ilegal o mais possível dissimulado. Portanto, em Lisboa vencerá a linha das organizações da esquerda radical, para as

¹⁸³ *Cadernos de Circunstância*, nova série, n.7, Março de 1970, p. 47.

¹⁸⁴ *Cadernos Circunstância*, nova série, n.7, Março de 1970, p. 47-48.

¹⁸⁵ *Cadernos de Circunstância*, nova série, n.7, Março de 1970, p.48.

¹⁸⁶ Relatório da PIDE de Lisboa, 30 de Abril 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3362, PT.149, folha 187

¹⁸⁷ Relatório da PIDE de Lisboa, 6 de Maio 1969, em PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3362, PT.149,, folha 128.

quais não havia distinção entre os dois planos de acção, como a intensificação de acções contenciosas explicitamente violentas realizadas por estudantes demonstrava. Benamor Duarte evidencia também que em Coimbra a retaguarda da luta académica era formada sobretudo por elementos comunistas e é também possível encontrar aqui uma explicação da diferente forma de acção com respeito a Lisboa. Se o próprio Cunhal, já em 1961, tinha criticado o que chamou “o desvio de direita” dos anos anteriores, no princípio dos anos Setenta foi ele também a denunciar o activismo da esquerda radical, em *O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista* (1970), por lhe faltar capacidade organizativo-estratégica e de elaboração teórica. A conflitualidade de matriz esquerdista, segundo Cunhal, era portanto não só ineficaz do ponto de vista da revolução, mas também contraproducente: “os trânsfugas”, “verbalistas” e “professores da revolução” faziam assim, conscientemente ou não, o jogo do fascismo.

Em suma, a acusação recíproca, entre velha e nova esquerda, era de favorecer os interesses burgueses e o regime, em detrimento da “verdadeira revolução”. Também a Rádio Portugal Livre, ligada ao PCP, em 1970, assumia o papel de conter os desvios “esquerdistas” que ameaçavam a unidade do movimento estudantil e juvenil. A juventude trabalhadora era considerada, pela emissora, a principal força combativa do Movimento Democrático e devia servir para reforçar também o movimento estudantil. Por um lado emergia a consideração habitual segundo a qual os estudantes nunca teriam sido protagonistas da revolução, posição que vimos ser característica também do PCI, por outro lado era evidente a opção, por parte da Rádio, face à perda de consenso no meio estudantil, de conferir mais peso aos jovens trabalhadores:

A juventude trabalhadora desempenhou no ano decorrido um importante papel dinamizador tanto nas lutas operárias como na acção política de massas nos centros industriais donde partiu a vaga de fundo que deu ao Movimento Democrático a sua maior força combativa e projecção. Depois da batalha eleitoral, em que a juventude trabalhadora deu uma larga e entusiástica participação a todas as acções de massas, os jovens trabalhadores continuaram a destacar-se na luta reivindicativa e política.¹⁸⁸

Todavia, salientava-se que esta eficácia da juventude trabalhadora era ameaçada por alguns factores, entre os quais “a acção desorientada, divisionista e paralisante de estudantes pseudo-revolucionários”¹⁸⁹. No entanto, com respeito propriamente à luta dos estudantes, considerava-se que estava a decorrer com continuidade à escala das três academias, estendendo-se aos liceus e às escolas técnicas. Lembravam-se sobretudo as greves em Lisboa e Coimbra contra a repressão

¹⁸⁸ Boletim de Rádio Portugal Livre, 17 de Dezembro 1970, interceptado pelos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, em IAN/TT-PIDE/DGS-SR-1/46, 2495, Folha 13

¹⁸⁹ *Ibidem*

durante o mês de Maio, as greves com motivações pedagógicas que envolveram a quase totalidade das faculdades de Lisboa, muitas vezes com ocupação das faculdades e dos anfiteatros – como os de Letras, Direito, ISCEF em Lisboa e Instituto Industrial, Instituto Comercial no Porto – e as assembleias com milhares de estudantes em Coimbra. Muita importância era conferida também à vitória associativa nas eleições para os dirigentes da AAC e, por fim, as manifestações de rua em Lisboa e Coimbra contra a repressão e contra a guerra.

Na opinião da emissora comunista, em linha com as posições legalistas e de guerra de posição do PCP:

Os estudantes conquistam pela luta novas posições e fazem finalmente triunfar reivindicações por que há muito tempo se batiam. Em Coimbra vencem em todos os pontos fundamentais, demissão do Reitor e de outras autoridades [...] normalização da vida associativa, amnistia e anulação de todas as punições [...] Em Lisboa alcançam importantes conquistas pedagógicas, no Porto consolidam o direito à reunião e impõem uma reforma provisória no curso de arquitectura.¹⁹⁰

Era uma posição que dificilmente os estudantes dos grupos mais radicais, que lutavam “pela revolução”, teriam partilhado, sobretudo se pensarmos que, alguns dos ganhos evidenciados, como por exemplo a amnistia e anulação das punições em Coimbra, tinham sido obtidos através de uma verdadeira admissão de culpa por parte dos líderes do movimento coimbrão de 1969 perante o Presidente da República. Além disso, tratava-se de conquistas afinal convenientes para o próprio Governo e que estavam conforme aos novos planos previstos para a universidade pela reforma Veiga Simão.

As posições dos estudantes radicais, sobretudo de Lisboa, são definidas pela Rádio

Oportunistas, que prejudicam gravemente o desenvolvimento da luta estudantil, através de verbalizações esquerdistas, “que encobrem posições do mais acabado oportunismo de direita, combatem o trabalho organizado por objectivos concretos, empurram o movimento associativo para a discussão anarquista [...] servindo-se disso, o Governo de Caetano apresenta como actos de clemência e generosidade as cedências que lhe são impostas pela luta estudantil. Servindo-se do verbalismo dos outros, procura fazer passar de democrata a reforma fascista do ensino e desviar os estudantes.”¹⁹¹

Atribuía-se também à influência dos grupos esquerdistas a ausência de lutas unificadas e um relativo isolamento da luta estudantil, em relação ao movimento “popular de massas” e ao Movimento Democrático. Assim, para conferir unidade ao movimento estudantil e para evitar o seu isolamento na luta nacional, achava-se necessário continuar a agir com objectivos legalistas,

¹⁹⁰ *Ibidem*

¹⁹¹ *Ibidem.*

para ampliar a influência dos estudantes nos processos de decisão da universidade e para impor ao Governo uma verdadeira democratização do ensino. Além disso, era oportuno continuar na contestação à guerra colonial, contra a repressão e para as liberdades fundamentais. Ao contrário do que sustentavam “os verbalistas” de esquerda, uma das principais debilidades do movimento estudantil era a ausência de objectivos concretos e imediatos de luta.

A via coimbrã: uma difícil síntese entre legalistas e revolucionários

“A Associação é o teu sindicato: inscreve-te!”

Apesar destas condições de base, caracterizadas por um ambiente contencioso mais moderado e aberto ao diálogo institucional do que em Lisboa, em Coimbra também se assistia ao desenvolvimento de alguns aspectos típicos da curva dos ciclos de protesto, com uma emergência de maior politização e rebentos de radicalismo nas fases finais. Como veremos, a particularidade de Coimbra foi a convivência e colaboração, embora nem sempre pacífica, entre nova e velha esquerda. A atenção da polícia concentrava-se, a partir de 1971, sobretudo nos corpos gerentes eleitos para aquele ano académico, sobre os quais a DGS de Coimbra fazia uma “súmula” segundo as informações existentes nos seus ficheiros, verificando que a maioria deles tinha de facto uma história de intenso activismo político. Por exemplo, o Presidente eleito da AAC, o estudante de Direito Carlos Manuel Guerra Fraião, tinha participado activamente em 1968 na campanha pró-eleições da AAC, apoiando a lista vencedora do Conselho das Repúblicas. Fez parte depois da comissão estudantil promotora do voto com vista às eleições de deputados à Assembleia Nacional de Outubro de 1969 e era assim considerado, pela DGS, um dos elementos mais activos do meio estudantil.

O vice-presidente, o estudante de medicina José Manuel Ferraz de Oliveira, era elemento da Tuna, e a DGS afirmava que, durante as deslocações deste organismo para o estrangeiro, “denegria o país sobretudo pelo colonialismo”. Tinha sido também muito activo na promoção da participação nas eleições políticas de 1969, sendo um dos proponentes dos candidatos do CDE de Coimbra. O Primeiro Secretário, João Luís Bento Pena dos Reis, de Direito, tinha feito parte como os outros da comissão estudantil promotora das eleições políticas de 1969, pertencendo também aos corpos gerentes do TEUC e à delegação de direito. O Segundo Secretário, Domingos Martins Amorim Lopes, também de Direito, tinha igualmente participado na comissão promotora do voto, do TEUC e do Conselho das Repúblicas. O Tesoureiro, por fim, Carlos Sequeira Mendes, de Ciências, tinha sido detido pela PJ por actividades ligadas ao movimento estudantil.

Todos estes estudantes tinham sido portanto particularmente activos na campanha eleitoral para as eleições políticas de 1969, canal de participação institucional no qual confluíu grande parte da mobilização estudantil coimbrã de Abril de 1969, mas que representou para o movimento um verdadeiro “caminho sem saída”.

A DG da AAC, embora ainda não tivesse sido homologada pelas autoridades académicas, já ocupava o seu lugar e já se ia activando para organizar actividades e encontros. Num assembleia-geral de 18 de Janeiro, com a participação de 1200 estudantes, era decretada uma greve geral às aulas durante alguns dias para apoiar os colegas de Lisboa e Porto, onde, em alguns choques com as forças da ordem, 15 estudantes tinham sido feridos, 30 presos e 3 incorporados nas forças armadas. A esta motivação juntavam-se também reivindicações locais, como a aprovação dos corpos gerentes eleitos. A greve não teve grande êxito a nível de participação e os activistas estudantis tiveram que recorrer ao boicote das aulas, através de piquetes e ocupações das salas. A crise da mobilização levava portanto à utilização de desempenhos mais agressivos e, com efeito, ao aparecimento de correntes mais radicais no interior do movimento.

Estas dinâmicas não escapavam à DGS, que observava um certa modificação no meio da contestação estudantil: “As opiniões estão bastante mais divididas de que no ano 1968-1969, encontrando os contestadores menos apoios da parte da massa indiferente e até mesmo daqueles que antes aderiam ao movimento estudantil. Após a realização da Assembleia Magna, um grupo de estudantes em desacordo distribuiu um panfleto.”¹⁹²

Alguns dias depois, a DGS chega a considerar que “neste momento o movimento estudantil quase coincide com os órgãos dirigentes da AAC”.¹⁹³ Começavam na mesma altura alguns episódios de agressões, ainda que leves, a professores, como Francisco Manuel Ibérico Nogueira, que “levou uma bofetada de uma aluna”, e Torquato de Sousa Soares “que foi agredido e apalparam-lhe as nádegas”, como referia a DGS.¹⁹⁴ Um outro professor, António Castanheira das Neves, foi agredido por um aluno que “passou-lhe uma rasteira e ele que é corpulento reagiu e o aluno assustou-se”. Registravam-se ainda episódios de contenda entre alunos do movimento estudantil e outros das direitas, os quais estavam a aumentar sensivelmente a sua presença no meio académico e se opunham àquela que era considerada um arbitraria hegemonia das esquerdas na universidade. Todavia, as direitas não apresentavam um programa coerente, se não alguns slogans de oposição ao movimento estudantil e de sabor nacionalista, enquanto os elementos das “esquerdas” apareciam muito mais organizados e estruturados à volta de problemáticas bem

¹⁹² Relatório da DGS de Coimbra, 21 de Janeiro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3366, Pt. 156, Folha 67.

¹⁹³ *Ibidem.*

¹⁹⁴ *Ibidem.*

precisas. Por exemplo, num comunicado de 25 de Janeiro de 1971, a DG eleita sublinhava os pontos específicos na base das futuras mobilizações.

Entre estes pontos, alguns representavam quase um clássico, como a luta contra a repressão, a extinção dos processos a estudantes, a homologação dos corpos gerentes. Outros eram em parte novos e prenunciavam as futuras evoluções do movimento. Por exemplo, os estudantes pretendiam discutir o projecto de reforma, propondo “ao Governo medidas pormenorizadas e participando democraticamente na reforma”.¹⁹⁵ Tratava-se de uma posição bem diferente da que, desde o anúncio do projecto de reforma, circulava entre os activistas estudantis lisboetas, que recusavam em maioria qualquer projecto que saísse do Governo em carga, considerado inevitavelmente autoritário e subjugado às regras do mercado e do capitalismo. Era um exemplo daquela aproximação e disponibilidade para tratar com as instituições que a partir mesmo dos finais dos anos Sessenta, distinguirá cada vez mais a luta de Coimbra do movimento de Lisboa e que apontava para uma menor presença dos grupos da nova esquerda em Coimbra.

Um exemplo desta atitude “institucionalista” é o repetido pedido dos estudantes para serem recebidos pelo Ministro da Educação, o qual, uma vez aceite, é considerado “um incentivo de coesão e unidade de luta. Pois não significará outra coisa esta audiência senão o recuo e reconhecimento, por parte das autoridades, da legitimidade e força da luta dos estudantes”.¹⁹⁶ De facto, não se encontram em Coimbra nesta altura panfletos e comunicados das novas organizações, sobretudo marxistas-leninistas, que estavam a proliferar em Lisboa, sendo a maioria da propaganda estudantil publicada sob a égide de um organismo afinal institucional, como a Associação Académica. Circulavam por outro lado panfletos das “organizações estudantis do PCP”, que igualmente incitavam à unificação do movimento à escala nacional, e do Movimento Democrático Estudantil, também ligado ao PCP.

Este último aparecia enraizado no Conselho das Repúblicas¹⁹⁷, onde continuavam várias reuniões, fosse à volta do projecto de reforma, fosse contra a repressão, um *issue* particularmente importante no meio comunista. Todavia, apesar desta relativa moderação, o movimento coimbrão não deixava de ser alvo de contínua repressão. A 13 de Fevereiro uma reunião na AAC, considerada ilegal por ainda não se encontrar homologada, era interrompida pela intervenção da PSP, que deteve o Presidente da DG Carlos Fraião, o primeiro secretário João Luís Bento, o

¹⁹⁵ Relatório da DGS de Coimbra, 25 de Janeiro, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3366, Pt. 157, folha 348.

¹⁹⁶ Panfleto do movimento estudantil de Coimbra apreendido pela DGS, 4 de Fevereiro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3366, Pt. 157, folha 280.

¹⁹⁷ Relatório da DGS de Coimbra, 11 de Fevereiro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3366, Pt. 157, folha 233.

Presidente da Assembleia-geral Rodrigo Manuel Leite Santiago e outros quatro alunos.¹⁹⁸ Foi também apreendido material como publicações, panfletos e revistas. Na sequência deste episódio, alguns estudantes de Direito reagiram impedindo as aulas e realizando uma reunião de cerca de 400 alunos, na qual se decidiu pedir ao Reitor a libertação dos presos e a sua imediata assistência médica.

A atmosfera coimbrã parecia agravar-se como efeito da agitação que estava nessa altura a envolver a Universidade de Lisboa. Isso provocava uma intensificação paralela do controlo por parte das forças da ordem, sobretudo nas entradas das faculdades, permitindo o acesso apenas aos alunos que tinham efectivamente aulas naquele dia e vetando o ingresso aos elementos conhecidos como perturbadores. Consequia-se assim evitar a greve de solidariedade que tinha sido sugerida durante uma das últimas assembleias-gerais e permitir o normal desenvolvimento das aulas “embora em ambiente menos propício ao estudo”¹⁹⁹, como a própria DGS reconhecia. De facto, a atmosfera criada pela contínua permanência das forças da ordem na cidade universitária, que, como evidenciava a polícia política, “fora das faculdades dispersavam constantemente todos”²⁰⁰, impedindo aquele convívio típico dos estudantes à saída das aulas, era particularmente tensa e, na opinião da própria PIDE, até podia suscitar uma reacção de recusa por parte de pessoas até então indiferentes.

Era ao mesmo tempo impedida a realização de uma assembleia-geral no ginásio universitário que contava cerca de 500 presenças, ou seja, quase o dobro das assembleias que se tinham desenvolvido nos meses anteriores, cuja consistência andava normalmente à volta de 200-300 alunos. Esta crescente presença demonstrava que as preocupações da DGS eram fundadas. Os estudantes dispersos da assembleia espalharam-se depois pela cidade, distribuindo propaganda aos cidadãos com slogans como “abaixo o fascismo caetano”, “viva o movimento estudantil”, “há prisões, há uma luta, há um povo: venceremos!”. Na sequência destes episódios, foram detidos pela PSP alguns estudantes, entre os quais: Maria Fernanda Oliveira Magalhães Mateus, Maria Emília Duarte Ralha e Celso Augusto Afonso Simões Baptista.

O medo de uma nova grande mobilização pareciam dissolver-se todavia depois das férias de Carnaval, quando a vida académica continuou normalmente, até que foram retirados os presídios da PSP nas entradas das faculdades. A polícia política salientava que “não se tem assinalado em Coimbra os elementos mais activos do movimento estudantil”, embora houvesse o temor de uma

¹⁹⁸ António Romeu da Cunha Reis e António Marinho e Pinto, António Jorge da Cunha e Luís Eduardo Abreu Ramos. Relatório da DGS de Coimbra, 13 de Fevereiro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3366, Pt. 157, Folha 216.

¹⁹⁹ Relatório da DGS de Coimbra, 17 de Fevereiro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC/SR-3529/62-3367-Pt.158, folha 258.

²⁰⁰ *Ibidem*

acção desenvolvida por “quadros menos conhecidos. A maior preocupação das autoridades era que estes elementos menos conhecidos conseguissem suscitar um grande movimento que obrigasse o Governo a fechar a universidade:

Se este objectivo fosse alcançado o movimento estudantil teria tido uma grande vitória dado que conseguiria mentalizar e obter solidariedade da grande maioria dos estudantes que agora não o apoia nem milita. Esta delegação é de parecer que tudo deve ser feito para se evitar o encerramento da Universidade de Coimbra porquanto se isso acontecer essa maioria de estudantes que silenciosamente apoia as medidas das autoridades ficaria confusa.²⁰¹

Esta preocupação estava na base da continuação de um estrito controlo sobre os estudante apesar de a agitação perder alento, sobretudo porque na mesma altura se encontravam também várias placas nos arredores de Coimbra com “frases subversivas”. Este activismo era atribuído pela polícia política sobretudo ao PCP e ao Movimento Democrático Estudantil:

Existe no centro do país em regular actividade uma organização subversiva e clandestina com ligações ao chamado movimento estudantil ou da qual é uma ramificação talvez a organização estudantil de Coimbra do PCP ultimamente assinalada nesta cidade ou o Movimento Democrático Estudantil que surgiu em Coimbra. Esta actividade representa também uma forma de combate à acção da PIDE que tem dado duros golpes nessa organização clandestina que agora vem pela forma tradicional de inscrições derrotistas ou anarquistas chamar a atenção de todas as pessoas para aquilo que classifica de repressão das autoridades para com os estudantes de Coimbra e as suas liberdades de expressão, reunião e associação.²⁰²

O alerta policial, apesar da ausência de sinais de mobilização, continuava portanto alto, com a constante proibição de assembleias e reuniões. As preocupações da DGS pareciam todavia bastante exageradas relativamente à realidade da mobilização académica de Coimbra, ficando continuamente à espera de episódios mais graves que pudessem ocorrer: “Fonte normalmente segura diz que as organizações estudantis estão a ser dotadas de material bélico, sobretudo armamento, dado que a luta estudantil entrará em nova fase de luta armada e resistência às forças da ordem. Diz-se também que será na cidade do Porto que se iniciará esta nova fase”.²⁰³ Pairava também o risco que o movimento pudesse estender-se aos professores, sobretudo através da intercessão dos pais dos alunos detidos, os quais organizaram um inquérito e foram ao MEN, apoiados pelo Reitor Gouveia Monteiro, para averiguar as condições de prisão dos filhos. O

²⁰¹ Relatório da DGS de Coimbra, 5 de Março 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3366, Pt. 157, folha 12.

²⁰² Relatório da DGS de Coimbra, 16 de Março 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-pt.158, folha 197.

²⁰³ Relatório da DGS de Coimbra, 1 de Abril 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-pt.158, folha 134.

Reitor recebia na mesma altura uma delegação de estudantes representando a DG, alguns organismos autónomos, secções desportivas e culturais e delegados de curso, os quais pediam a reabertura da AAC e a homologação dos corpos gerentes eleitos, liberdade de reunião e propaganda, conhecimento público dos motivos das prisões.

Na impossibilidade de realizar reuniões nos locais da universidade, o movimento fechava-se no entanto no circuito das repúblicas, as quais se tornavam também na sede da Associação Académica não homologada. Todavia, nesta fase, começavam também a haver pequenos conflitos entre as repúblicas, elementos ligados à tradição praxista académica e algumas franjas do movimento estudantil, que começavam a criticar aquela tradição.²⁰⁴

Como a abertura do novo ano lectivo de 1971-1972, algumas fontes da DGS informavam que “os elementos que agem na sombra do movimento estudantil não perdoam à maioria deste o seu fracasso e as prisões sofridas”. Assim, a polícia política considerava que as várias hipóteses sobre o futuro da agitação eram todas concordes em afirmar que “haverá uma nova forma de luta, com novos contactos entre membros activos do movimento estudantil e sector operário, com deslocação de estudantes às fábricas, até agora não muito acentuados”. A mesma fonte sublinhava também que o movimento estudantil planeava apoiar o movimento dos bancários, desenvolvido através do sindicato dos mesmos, que estava nessa altura a agitar a vida pública sobretudo em Lisboa.

Neste sentido, a fonte previa uma intensificação do conflito social com o começo do ano lectivo, sobretudo por causa desta difusão horizontal da mobilização através de categorias diferentes: operários, estudantes, bancários, prevendo que estes últimos, por seu lado, ligar-se ao movimento dos empregados dos seguros. É também interessante observar que se tratava na maioria dos casos de movimentos que envolviam a classe média e o sector terciário, que se tinha desenvolvido rapidamente nos últimos anos, incluindo uma camada à procura de oportunidade de afirmação e ascensão social. Além disso, não é difícil pensar que a agitação no sindicato dos bancários e dos empregados dos seguros, sectores em que era alta a percentagem de licenciados, fosse também o resultado de um mecanismo de “difusão vertical” da mobilização. Por exemplo, o consultor jurídico do sindicato nacional dos bancários de Lisboa na altura da sua maior mobilização era José Aurélio da Silva Barros Moura, que tinha sido um dos elementos mais

²⁰⁴ Relatório da DGS de Coimbra, 17 de Maio 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367, pt.158, folha 86.

activos na crise coimbrã de 1969 e representante da comissão nacional dos estudantes portugueses.²⁰⁵

Com o começo do ano lectivo, todavia, parecia haver uma certa mobilização à volta de um *issue* novo em Coimbra, ou seja a criação da nova Faculdade de Engenharia. Segundo as autoridades, o movimento que se estava a desenvolver em Coimbra em volta deste assunto era “enorme” e ganhava legitimação também pelo facto de a própria Câmara Municipal “trazer ao lume o assunto chegando a oferecer local para a construção”.²⁰⁶ Mais uma vez uma questão debatida ao nível institucional chegava a fornecer pretextos de mobilização no plano da política conflitual. Todavia, para os estudantes de engenharia a solução do problema era mais urgente. A reforma do curso de engenharia tinha reduzido de 3 para 2 os anos preparatórios, que os estudantes podiam também desenvolver noutra faculdades. Em Coimbra, os estudantes normalmente desenvolviam estes três anos na Faculdade de Ciências, transferindo-se depois para Lisboa a fim de frequentarem o curso de engenharia.

Com a imprevista introdução da reforma, muitos estudantes encontravam-se na situação de ter que mudar rapidamente de cidade, sem que, em muitos casos, tivessem os recursos suficientes para isso. Estes estudantes começaram assim a reivindicar que continuasse a existir em Coimbra o terceiro ano preparatório, encontrando ampla solidariedade entre os colegas e os cidadãos, uma situação que, na opinião da DGS, “o movimento estudantil habilmente estava a aproveitar”.²⁰⁷ Os estudantes mostravam-se na sua maioria descontentes por o Governo não ter previsto, durante um ano, dar uma solução satisfatória ao problema. A polícia política sabia bem que cada situação de descontentamento podia favorecer novas mobilizações e assim insistia para que “o Governo demonstrasse não poupar os esforços para melhorar e criar condições favoráveis ao aproveitamento de todos os valores humanos no campo tecnológico e das ciências em geral”.²⁰⁸ A polícia política considerava portanto que era melhor satisfazer esta revindicação, afinal moderada e legítima para evitar fornecer ultteriores pretextos para uma eventual agitação.

Estamos no mês de Outubro de 1971 e, na mesma altura, o Reitor progressista Gouveia Monteiro demitia-se, sendo substituído por João Manuel Cotelos Neiva, considerado pelos estudantes mais activos, como “fascista declarado”. As motivações das demissões do Monteiro eram explicadas pelo próprio, num discurso oficial, desta forma: “Peço desculpa por não ter

²⁰⁵ Relatório da DGS de Coimbra 16 de Dezembro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-PT.159, folha 106.

²⁰⁶ Relatório da DGS de Coimbra, 8 de Setembro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-PT.159, folha 257.

²⁰⁷ Discurso de demissão do cargo de Reitor de Gouveia Monteiro, transcrito pela DGS, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-PT.159, folha 257, 8 de Setembro 1971.

²⁰⁸ Relatório da DGS de Coimbra, 3 de Novembro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-PT.159, folha 209.

conseguido alcançar os objectivos que tinha proposto na minha instauração. Foi seja por minha incapacidade, mas também pela altura, em que a universidade se encontra dominada pelo fanatismo de uns e pela apatia de outros, ficando à mercê de grupos de pressão”.²⁰⁹ Os “associativos” tentaram desde logo ser recebidos pelo novo Reitor, que antes de mais recebera o organismo filo-governativo Orfeon, para apresentarem as suas reivindicações: reabertura da AAC e livres eleições académicas. Os estudantes foram recebidos dia 6 de Novembro 1971, mas o Reitor foi muito claro em sublinhar que não considerava de forma alguma a AAC como um órgão sindical e que apenas podiam realizar assembleias magnas para tratar assuntos académicos, devendo apresentar uma agenda pontual das temáticas a debater, pois “os estudantes são cidadãos e então sujeitos às leis vigentes”.²¹⁰

Nos dias seguintes o novo Reitor autorizava a nomeação de delegados e subdelegados de curso em todas as faculdades mas só através de eleições “controladas” por um professor. No entanto, criava-se uma comissão para organizar a celebração da “tomada da Bastilha”, constituída por representantes da DG da AAC, ilegal, e outros estudantes, pretendendo conferir à cerimónia, como afirmava Rádio Portugal Livre, o carácter de “uma grande jornada nacional de unidade e acção”²¹¹, símbolo da luta estudantil. Esta iniciativa era coordenada pelo PCP e encontrava a aprovação de Rádio Portugal Livre, próxima do Partido, sendo de facto todos os elementos citados – nacional e unitário – típicos da linguagem e estratégia do comunismo português ortodoxo.

“Queimar a Queima”

A celebração, que não se realizava desde há sete anos, não recebia a aprovação do Reitor, mas teve lugar igualmente, de forma oficiosa, através de um almoço desenvolvido no refeitório universitário dia 25 de Novembro. Durante o evento, a DGS assinala que “houve canções políticas e revolucionárias e gritos, mas não aconteceu nada”.²¹² Segundo a polícia política, esta celebração, assim como o cortejo e o sarau do mesmo dia, foram um “fracasso”, que se podia atribuir “à falta de nível e competência como dirigentes e em condução de massas demonstrada pela DG da AAC, e sobretudo por Carlos Manuel Guerra Fraião, que até podia vir a ser

²⁰⁹ Relatório da DGS de Coimbra, 18 de Outubro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-PT.159, folha 221.

²¹⁰ Relatório da DGS de Coimbra, 6 de Novembro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-PT.159, folha 201.

²¹¹ Boletim de Rádio Portugal Livre, interceptado pelos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, 14 de Novembro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-PT.159, folha 188.

²¹² Relatório da DGS de Coimbra, 25 de Novembro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-PT.159, folha 155..

afastado”.²¹³ O ambiente académico no entanto tornava-se mais complexo e menos unitário. Os líderes do movimento estudantil decidiram não eleger delegados de curso para o ano académico 1971-1972, afirmando, numa informação apreendida pela DGS, que “isso tem servido de alvo a que se abate a repressão sempre que há necessidade de exigir responsabilidade em qualquer curso”.²¹⁴

Criavam-se assim “comissões de curso”, nas quais era diluída a responsabilidade individual e em que também eram “permitidos” indivíduos das direitas “sendo fácil eliminar por maioria qualquer proposta deles”²¹⁵, mas que tornavam os organismos menos directamente “culpáveis”. No entanto, os próprios delegados dos anos anteriores começaram a acusar o movimento estudantil de ter instrumentalizado aqueles cargos para tarefas exclusivamente políticas, descuidando o plano pedagógico. Além disso, começava a constituir-se um grupo que pretendia restabelecer a Queima das Fitas, que tinha sido repudiada enquanto parte da tradição praxista, considerada reaccionária. Parecia de facto que o movimento estudantil estava a perder hegemonia na mobilização, não tanto pela formação de outras correntes igualmente contestatárias, mas sim pela emergência de tendências moderadas, que queriam uma normalização da vida académica e se opunham ao uso político dos organismos de representação estudantis.

Era o contrário do que estava a acontecer em Lisboa, onde a competição entre os grupos estava a levar o movimento em direcção a uma radicalização à esquerda. Por exemplo, no princípio de 1972, uma greve às aulas organizada em Coimbra e proclamada pelo movimento estudantil teve apenas 30% de êxito, “sendo mais um fracasso”. Criava-se ao mesmo tempo uma nova formação, ligada ao PCP, a União dos Estudantes Comunistas (UEC) e a Comissão Associativa (CA), que surgiu com o seu primeiro comunicado no dia 17 de Fevereiro através de uma escolha democrática entre elementos da AAC, das comissões de curso e de vários outros organismos. O seu programa baseava-se essencialmente na reivindicação da reabertura da AAC com restituição do material, do direito de reunião sem intromissões, da livre informação e de eleições imediatas. O restabelecimento da praxe era bem visto pelas autoridades, que consideravam poder canalizar de forma “institucional” o espírito de agregação estudantil e os estudantes que se estavam a mobilizar para o restabelecimento desta tradição eram abertamente apoiados pela DGS.²¹⁶ No entanto surgia também, dentro do próprio movimento estudantil, uma das primeiras organizações de nova esquerda estudantil de Coimbra: os Núcleos Sindicais de Base, cujo slogan era “por um

²¹³ *Ibidem*

²¹⁴ Relatório da DGS de Coimbra, 2 de Dezembro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-PT.159, folha 130.

²¹⁵ *Ibidem*

²¹⁶ Relatório da DGS de Coimbra, 16 de Março 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-pt.160, folha 169.

sindicalismo de tipo novo”, em oposição ao sindicalismo considerado demasiado moderado até então prosseguido. Embora de dimensão reduzida, os Núcleos encontravam consensos sobretudo nas Faculdades de Direito e Medicina.

A ocasião para que as divergências entre este novo grupo e os elementos da AAC se expressassem abertamente apresentou-se a 17 de Abril, dia em que a Comissão Associativa tinha previsto realizar alguns eventos comemorativos. Na parte de manhã, foram distribuídos panfletos anunciando a assembleia magna. Reuniram-se assim cerca de 250 estudantes, os quais todavia foram logo dispersados pelas forças da ordem, dirigindo-se então para o refeitório onde estava previsto um almoço comemorativo. Segundo os informadores da polícia presentes:

Desde logo se verificou, quando o Carlos Fraião e outros da AAC pretendiam discursar, uma forte divisão com os presentes: os que apoiavam a AAC, os que não a apoiavam mas também a acusavam de burguesa e de ser vendida às autoridades. Estes últimos eram apelidados pelos afectos à AAC de divisionistas e burgueses. Este clima foi suficiente para impedir a reunião. Repara-se que a direcção da AAC está completamente desacreditada entre estudantes. É preciso por outro lado indagar sobre os opositores da AAC que parecem mais extremistas.²¹⁷

Ao longo de 1972 será cada vez mais evidente esta luta entre associativos e Núcleos Sindicais, ainda que os dois grupos concordassem em recusar a tradição praxista académica e sobretudo a “Queima das Fitas”, considerada o “máximo expoente desta tradição” e que normalmente se desenvolvia no mês de Maio ou Junho. A última Queima das Fitas organizada, mas depois boicotada pelos estudantes em sinal de protesto contra as prisões e em solidariedade com a greve académica que se estava a desenvolver naquele período, tinha sido a de 1969. Este primeiro afastamento dos estudantes desta tradição praxista abriu o caminho, juntamente com outros elementos, a uma recusa mais fundamentada ideologicamente que perdurou até 1979, quando, significativamente em anos de “refluxo” ideológico-político dos grandes movimentos dos anos anteriores, a “Queima” foi restabelecida oficialmente.

Em 1972, todavia, um grupo de estudantes das direitas tentou “restaurar a praxe” e a Queima das Fitas, “apesar do protesto do movimento associativo que a define de manifestação burguesa de classe”, como afirmava a DGS.²¹⁸ Os “associativos” e os Núcleos Sindicais lançaram uma campanha contra esta iniciativa, mas a DGS elogiava os estudantes das direitas que, com o evidente favor seja das autoridades académicas seja das policiais, “continuaram o seu trabalho, num verdadeiro espírito patriótico, pois conhecem as ideologias políticas dos elementos que

²¹⁷ Relatório da DGS de Coimbra, 18 de Abril 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-pt.160, folha 120, 18 de Abril 1972.

²¹⁸ Relatório da DGS de Coimbra, 12 de Maio 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-pt.160, folha 80.

manobram aquelas facções chamadas esquerdistas”²¹⁹ O grupo das direitas era o mesmo que tinha organizado a latada de 15 de Março, considerado “um dos primeiros passos para restabelecer a praxe”, programando depois a queima para os dias 12 e 15 de Maio. Os quadros do movimento estudantil reuniram cerca de 250 alunos com o objectivo de boicotar a queima, que tinha começado com uma serenata com a presença de 150 estudantes, todos de capa e batina. Os “associativos” atiraram algumas pedras, “sendo reconhecida a dirigir isso Maria José Afonso Ribeiro, filha do professor catedrático de Coimbra José Joaquim Teixeira Ribeiro, que já tinha sido detida em Fevereiro de 1971 sendo um dos elementos mais agitadores”.²²⁰

O resultado da confrontação foi de três feridos leves e um de certa gravidade. A DGS sublinhava que estes episódios “podem dar nos a ideia do que um grupo de 200 associativos pode fazer, imaginemos se forem mais, e é por isso que é necessário tomarmos medidas enérgicas: seria necessário para acalmar estes comunistas e maoístas deter alguns quadros”.²²¹ Além disso, a polícia estava convencida, segundo fontes certas, de que “os quadros do movimento associativo, diria até agentes do comunismo e do maoísmo encarregados de executarem tarefas de agitação no meio estudantil drogaram-se antes”.²²² É portanto apenas a partir de 1972 que se fala em Coimbra de maoísmo, corrente atribuída aos quadros mais extremistas do movimento associativo, sendo nesta altura que se verificam as confrontações mais duras com as forças da ordem e com os estudantes das direitas. Todavia, nunca haverá em Coimbra uma fractura definitiva entre as várias correntes da esquerda e uma radicalização política cada vez maior como pelo contrário se estava a verificar em Lisboa.

Entre os slogans começavam a surgir referências não apenas à guerra colonial portuguesa, mas também à guerra do Vietname e ao imperialismo americano. A principal clivagem entre os “maoístas dos núcleos” e os comunistas da Comissão Associativa”²²³ remetia para a forma de actuar: os primeiros pretendiam levar mais longe a confrontação com as forças da ordem, envolvendo também os trabalhadores do bairro operário, enquanto os outros achavam mais oportuno conter a acção ao sector estudantil. Todavia, era significativa esta colaboração efectiva entre os estudantes da velha e da nova esquerda, que no panorama da contestação estudantil, não

²¹⁹ *Ibidem.*

²²⁰ Relatório da DGS de Coimbra, 12 de Maio 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-pt.160, folha 80. Maria José Afonso Ribeiro, nascida em Coimbra em 4 de Fevereiro de 1952, tinha sido entregue na PIDE/DGS de Coimbra a 16 de Fevereiro de 1971 pela PSP, transferida para a prisão de Caxias, foi libertada a 2 de Abril de 1971. Fonte: Ficheiro dos Presos Políticos da PIDE/DGS em IAN/TT

²²¹ Relatório da DGS de Coimbra, 12 de Maio 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-pt.160, folha 80.

²²² *Ibidem.*

²²³ Relatório da DGS de Coimbra, 15 de Maio 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3367-pt.160, folha 62.

só portuguesa, se tornaria cada vez mais invulgar. Os episódios de confrontação violenta com as forças da ordem repetiam-se nestes meses com frequência, numa escalada que pareceu surpreender todos, mas antes de mais a própria polícia. Este é, por exemplo, o relato por parte da DGS de uma batalha de rua daqueles dias: “Estavam aos gritos e aos sussurros e palavras de incitamento que fazem lembrar os gritos de guerra das grandes multidões africanas com os rufares e batuque”.²²⁴

Os Núcleos Sindicais começavam ao mesmo tempo a editar panfletos com o slogan “a luta continua”, inspirados pelo Maio de 1968 francês, enquanto a preocupação entre as forças da ordem crescia, sobretudo pelas notícias que chegavam de “fontes seguras” a respeito de um pico de agitação previsto para o mês de Junho e que envolvia apenas Portugal, mas seria parte de uma mobilização geral que atingiria também Espanha e França.²²⁵ No que diz respeito a Coimbra, esta agitação, segundo o relato da DGS, teria procurado impedir os exames e teria sido “orientado por agitadores treinados de ideologia maoísta vindos de fora”, surgindo com “base em reivindicações estudantis, em que figuram as eleições livres na universidade e a presença de alunos no Senado”. Estas previsões revelaram-se de facto bastante exageradas, sobretudo relativamente aos futuros episódios conflituais em Coimbra. O momento especial de agitação que se viveu no mês de Maio de 1972 era devido sobretudo, por um lado, ao impedimento por parte das forças da ordem da celebração de 17 de Abril como aniversário da contestação, por outro à oposição do movimento à reedição da queima.

Além disso, os números evidenciados pela DGS a respeito dos estudantes das esquerdas mobilizados nos vários episódios falam de um movimento talvez mais radical e transgressivo, mas certamente não de massa. Nesta linha continuará a contenda estudantil na cidade nos anos seguintes, com as repúblicas que, para se desmarcarem da tradição académica pretendiam passar a chamar-se “comunas”. No Outono foi um evento externo à Universidade de Coimbra a suscitar uma intensificação da contenda: a morte, pela DGS, do estudante Ribeiro dos Santos. Cerca de 100 estudantes deslocaram-se para Lisboa a fim de participarem no funeral do colega, enquanto em Coimbra se organizava uma marcha silenciosa. É também interessante observar que alguns professores simpatizam com os estudantes activos enquanto outros tinham pelos menos uma posição de compreensão. Isso devia-se também ao facto de não serem raros os casos de os estudantes presos serem filhos de professores da Universidade de Coimbra, como a já citada estudante maoísta Maria José Afonso Ribeiro. O professor Silva Dias, por exemplo, recusou entregar um panfleto encontrado na universidade à PSP que se encontrava aí perto, dizendo: “Se

²²⁴ *Ibidem.*

²²⁵ *Ibidem.*

querem prender-me, prendam-me. Já lá tenho um filho!”. Referia-se ao estudante José Vicente de Sousa Silva Dias, detido pela PIDE de Coimbra e transferido para Lisboa desde há alguns meses.

Alguns estudantes mais activos tentaram conferir continuidade aos vários factores de mobilização através da celebração da “tomada da Bastilha”, mas a maioria dos estudantes mostrava-se “alheia” à iniciativa.²²⁶ No dia previsto para a realização do cortejo, alguns estudantes levaram um manifesto que dizia “Vitória à revolução indochinesa contra o imperialismo americano”. Estava previsto um almoço comemorativo e a DGS montou um dispositivo de segurança, mas afinal não teve que intervir pois compareceram apenas poucos estudantes. Foi convocada uma reunião, depois impedida pela PSP que também deteve dois estudantes, logo libertados. A polícia notava também que “alguns elementos dos passados anos do movimento associativo não participaram directamente mas sempre estiveram atentos, dando a impressão de orientar a agitação”.²²⁷

Nesta altura, a acusação recíproca entre moderados, extremistas e direitas é sobretudo de “burguês”. Neste sentido, é significativa a leitura que faz da situação a ANSA:

Visto as pseudo autoridades não estarem interessadas em organizações académicas, visto a chamada comissão associativa reformista ser mais burguesa dos burgueses e ter ordens do Partido Comunista para fazer e nada deixar fazer, visto que os maoístas, Núcleos Sindicais, não têm capacidade nem vontade para fazerem algo de positivo, a ANSA promulga a disposição seguinte: constituirá uma DG da AAC escolhida por todos os estudantes fascistas que funcionará em dependência fora das instalações durante o período em que a AAC se encontrará sem corpos gerentes, tomará a seu cargo as atribuições da extinta DG da AAC, excepto as que estejam em contraste ao seu estatuto actual, encarregará duas comissões de inquérito sobre as actividades antinacionais na universidade e sobre o tráfico de droga, a identidade dos novos corpos gerentes ficará secreta.²²⁸

Abria-se no entanto uma situação passível de ser aproveitada para mobilização na Faculdade de Ciências, cujos alunos, não dispondo de aulas específicas, se deviam deslocar até aos novos estabelecimentos para seguir alguns cursos, sendo por isso obrigados a pagar o bilhete do autocarro. Os estudantes de Ciências recusaram durante semanas pagar o bilhete (trata-se de uma evidente renovação de repertório), mobilizados sobretudo pelos Núcleos Sindicais, os quais tentaram também passar desta acção contenciosa moderada a uma luta mais radical contra a obrigação de frequência às aulas e até contra os exames.

²²⁶ Relatório da DGS de Coimbra, 22 de Novembro 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT. 161, folha 190.

²²⁷ Relatório da DGS de Coimbra, 27 de Novembro 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT. 161, folha 160.

²²⁸ Panfleto da ANSA apreendido pel DGS, 24 de Janeiro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT. 161, folha 112.

Outro ponto de conflito era a organização do Festival dos Coros Universitários que, sendo considerada uma iniciativa reaccionária, seria boicotada pelos estudantes, sobretudo organizados nos Núcleos Sindicais. Na opinião da DGS era necessário ter cautela com a organização deste Festival pois podia acelerar a dinamização do movimento, ainda que “há que contar que o movimento não dispõe da organização que tinha há dois anos e não terá esquecido os profundos golpes que sofreu desde aí e isso poderá ser o bastante para que as suas tentativas de agitação resultem negativas”.²²⁹ Compareciam ao mesmo tempo duas novas organizações, a Comissão Pró Reabertura da AAC (CPRAAC), ligada ao PCP e o Comité Revolucionário dos Estudantes Comunistas (CREC).

Coimbra e o maoísmo

O CREC utilizava as mesmas referências dos Núcleos Sindicais: luta contra a queima dos burgueses e contra a música dos racistas e colonialistas. Com respeito ao Festival de coros, o CREC sublinhava, num panfleto apreendido pela DGS, que era organizado pelo ORFEON e que “por baixo deste agrupamento fascista estão os Ministérios do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros e a Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos, seus grandes obreiros, em mais uma iniciativa de propaganda das ideias racistas e colonialistas”.²³⁰ Com respeito à “Queima das Fitas”, o mesmo panfleto sublinhava-se que os estudantes revolucionários teriam lutado como no ano anterior para evitar a sua realização:

Transformando os dias que os fascistas pretendem de neutral convívio em grandiosas jornadas de luta de conteúdo claramente anti-burguês e anti-colonial e anti-imperialista [...] os estudantes souberam organizar-se para opor à violência burguesa a violência revolucionária. Conscientes da inutilidade das manifestações pacíficas, que só servem para apanhar porrada e dar corda aos revisionistas, os estudantes optaram para a manifestação violenta de rua. Durante os dias de luta [...] deu porrada aos burgueses e aos Pides, mandaram vários fachos para o hospital, com a cabeça aberta a pedradas, partiram vidros de uma instituição burguesa e de vários automóveis de fascistas e meninos ricos que compraram roubando o dinheiro ao povo. Atacaram-se os provocadores de capa e batina aos gritos de filhos de puta, resistiram à violência da polícia de choque. Tudo porque os estudantes repudiaram o carácter burguês da queima, uma espécie de FNAT [Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho] para estudantes.²³¹

²²⁹ Relatório da DGS de Coimbra, 14 de Março 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT. 161, folha 87.

²³⁰ Panfleto do CREC apreendido pela DGS, Março 1973, em IAN/TT- PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT.161, Folha 66.

²³¹ *Ibidem*

Este grupo sublinhava também, no seu boletim *Viva a Revolução*, que a agitação durante a Queima das Fitas de 1972 tinha envolvido 3000 estudantes contra as direitas, um número bem maior do referido pela DGS de 200. A luta contra a realização do Festival dos Coros era o *issue* do momento, juntamente com a oposição à Queima das Fitas. A referência à “violência revolucionária”, para opor à violência burguesa do estado, tornava-se frequente nos comunicados das alas mais radicais do movimento, que, como se viu, se formaram em Coimbra, com atraso relativamente a Lisboa, só a partir de 1972. De facto, a questão do uso da violência por parte do movimento e das forças de oposição ao regime, justificada pela violência “burguesa” que o próprio regime utilizava contra os opositores, tornava-se nos últimos anos do Estado Novo num elemento bastante importante na acção política contenciosa. Isso coincidia sempre com a afirmação de grupos da nova esquerda no universo da oposição estudantil, para os quais a violência era um elemento fundamental da luta, não só no plano estratégico, mas também ideológico.

Assiste-se assim a uma verdadeira teorização da violência e do seu significado na afirmação da revolução. Era um processo que não envolvia só Portugal, mas também e sobretudo os países democráticos, onde se assistia a passagem da teorização da luta armada à formação de grupos terroristas. A violência burguesa não dizia respeito só aos estados fascistas, mas também aos estados democráticos (“fascistas disfarçados”), cuja legitimidade fundada no monopólio do uso da violência era contestada.

Como muitas vezes acontece, esta radicalização coincidia com uma parcial desmobilização. Assim, sobretudo a partir de Março de 1973, o movimento estudantil tentou “dinamizar” a sua base sobretudo à volta das seguintes reivindicações: problemas dos transportes na Faculdade de Ciências, reabertura da AAC, oposição ao Festival de Coros. A respeito de cada *issue*, a DGS verificava a efectiva ressonância no meio estudantil, assim “a questão dos transportes caiu em ponto morto [...]. A reabertura da AAC originou um abaixo-assinado e tem recolhido numerosas assinaturas [...] e o Festival de coros suscitou alguns indivíduos mais extremistas que se constituem em Núcleos Sindicais”.²³² CREC e Núcleos eram portanto os mais activos contra o Festival, todavia sem grande consenso entre os estudantes, como evidencia o facto de as suas iniciativas para mobilizá-los à volta deste assunto falharem por falta de presenças. Além disso, todas as tentativas que estes grupos faziam para organizar reuniões eram pontualmente boicotadas pela intervenção da polícia, que dispersava os poucos estudantes presentes.

²³²Relatório da DGS de Coimbra, 6 de Abril 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT.162, folha 169.

As forças de segurança, aliás, pareciam nunca se afastarem da cidade universitária e dos locais frequentados por estudantes, num controle contínuo de todas as actividades. Registravam-se também, na Primavera de 1973, episódios de actuação da teorizada violência revolucionária, como a destruição de montras de bancos e vidros de carro. Eram acções que encontravam pontualmente a repressão por parte do Partido Comunista, que chamava a atenção para o desastroso efeito que podiam ter seja a nível de repressão seja a nível de mobilização de massa. Afinal, o Festival de coros realizou-se sem grandes problemas na catedral de Coimbra, mas protegido por um consistente dispositivo policial, ou seja, praticamente sob escolta.

Os elementos mais activos dos Núcleos Sindicais, cujos nomes emergem de um processo disciplinar por estarem presentes numa reunião não autorizada na Faculdade de Letras, eram João Senra da Costa, de Direito; António Manuel de Sousa Silva Dias, de Direito – o qual tinha distribuído um panfleto intitulado “repressão e reforma as duas faces de uma política” e era irmão do estudante de engenharia José Vicente de Sousa Silva Dias, recentemente julgado em Lisboa por actividade subversiva – Vasco Nuno Gouveia de Almeida Coutinho; António José de Oliveira Cruz Mendes, de Direito. Estavam todos de alguma forma ligados à Associação Académica, na qual conviviam ao lado de militantes comunistas, apesar de alguns conflitos. Episódios de acções contenciosas violentas, como pedradas contra as forças de ordem e destruição de montras de bancos, repetiam-se com uma certa frequência nestes meses.

Os Núcleos Sindicais também contemplavam no seu reportório a luta contra a reforma Veiga Simão, a qual, consideravam num panfleto apreendido pela DGS, planeava os períodos de exames como forma “por um lado, de melhorar a todo o custo o rendimento em quadros técnicos da universidade, por outro de mandar o mais rapidamente possível para a guerra colonial uma grande percentagem de estudantes”.²³³ Assim, considerava-se intrinsecamente errado colaborar com as instituições, pois os projectos que delas podiam sair remetiam irreparavelmente para um modelo de sociedade e de universidade incompatível com o defendido pelos grupos mais radicais do movimento estudantil. O único caminho viável era, secundo o mesmo panfleto, “tomar posições de força perante as autoridades ou seja levar a cabo o movimento de massa”.²³⁴ Neste sentido, os Núcleos opunham-se à realização de iniciativas como os abaixo-assinados, que no entanto eram levadas a cabo por outros elementos do movimento estudantil.

A polícia política sublinhava que “os mais agressivos e extremistas são os dos Núcleos Sindicais, mas os restantes, sendo mais moderados e portanto mais aceitáveis pela maioria dos

²³³ Panfleto dos Núcelos Sindicais, 10 de Maio 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT.162, folha 101.

²³⁴ *Ibidem*.

estudantes, estão indo com mais aderências”.²³⁵ A principal reivindicação dos mais moderados, secundo a polícia, era o direito de reunião, à volta da qual estavam a conseguir uma “relativa dinamização”, sobretudo pelo facto de ficarem, sobretudo nas Faculdades de Direito e Engenharia, para resolver vários problemas pedagógicos e acusava-se o veto de reunião como a principal causa disso. Este grupo definido de moderado procurava, segundo a DGS, a unidade estudantil através de “um pretexto de solidariedade entre os estudantes para os levar a um movimento de massa” e portanto:

Todo este trabalho no sector académico se insere e enquadra num conjunto de actuações a nível nacional fomentadas pelas oposições para provocar agitação e ambiente desfavorável às instituições vigentes com vista às eleições de Outubro. Penso assim que o movimento estudantil não terá interesse em provocar um clima demasiado agitacional no meio académico neste fim de ano lectivo, mas sim o de deixar problemas em suspenso para justificar uma sua actuação nesse sentido logo no início do ano lectivo a partir de meados de Setembro próximo com vista às eleições.²³⁶

A organização mais activa nesta estratégia era a Comissão Pró-Reabertura da AAC de tendência comunista, que, em linha com a estratégia sempre dominante no PCP, tentava unir o maior número de estudantes à volta de assuntos concretos e mais moderados, alegadamente mais “mobilizadores”. Em Outubro voltava também a comparecer, com vista às eleições, uma comissão eleitoral de estudantes, a Comissão Democrática dos Estudantes de Coimbra (CDEC), ligada ao PCP, que começou a activar-se distribuindo propaganda aos estudantes durante as sessões da oposição democrática. Um ponto fundamental das suas reivindicações era a reabertura da AAC e a luta contra a guerra colonial, enquanto a ligação com o PCP emergia desde logo pela moderação da linguagem e a hipótese unitária da luta:

Os estudantes progressistas desenvolvem acções contra a guerra colonial pela amizade com os povos das colónias contra a repressão e as torturas da PIDE e apoia as lutas económicas e políticas da classe operária: a luta popular solidariza com a luta anti-imperialista. É necessária a formação de uma ampla frente de luta política que reúna todos os estudantes anti-fascistas em volta de grandes objectivos.²³⁷

Ao mesmo tempo, os estudantes mais radicais organizavam os Comités Revolucionários Anti-Eleitorais dos Estudantes de Coimbra (CRAEEC), muito provavelmente derivados dos Núcleos Sindicais. Começaram a ser divulgados panfletos “contra a fantochada eleitoral”, em que

²³⁵ Relatório da DGS de Coimbra, 23 de Maio 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368, pt. 162, folha 41.

²³⁶ *Ibidem*.

²³⁷ Panfleto da CDEC apreendido pela DGS, 8 de Outubro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT.163, folha 337.

se sustentava a oposição violenta: “Impeçamos a sua realização e todos saberão que não se engana facilmente o povo e que todo o palavreado que dizem em nosso nome é falso”.²³⁸ Estava-se na mesma altura a organizar a comemoração da morte de Ribeiro Santos, evento que suscitou uma certa competição entre Comissão Democrática e estudantes extremistas, estes últimos apoiados por elementos de Lisboa (reconhecidamente mais radical), os quais colaboraram em Coimbra para a realização da celebração. Estes estudantes radicais de Lisboa e os Núcleos de Coimbra lançaram nesta altura uma terrível acusação aos colegas moderados, sustentando que a morte de Ribeiro dos Santos tinha sido provocada “pela repressão fascista e pela traição dos dirigentes reformistas da Associação de Estudantes do ISCEF, que formaram um cordão de protecção ao PIDE assassino, permitindo-lhe sacar a pistola”.²³⁹

No entanto, em Coimbra continuava a ter mais prosélitos a esquerda académica moderada, constituída à volta de CPRAAC e CDEL, sendo que, na opinião da DGS, o próprio movimento estudantil confundia-se na cidade com aquelas duas formações. Ao mesmo tempo, Núcleos Sindicais, comités revolucionários e Comités Anti-Eleitoralista, que de facto coincidiam, tendo todavia diferentes objectivos, continuavam a associar os reformistas aos fascistas, considerando-os “aliados”. A Comissão Democrática respondia a estas acusações acusando os Núcleos Sindicais de levar por diante uma acção fraccionária, sobretudo pelo facto de terem convocado outro meeting para comemorar a morte de Ribeiro Santos, mas num outro lugar. No final, nenhuma das duas manifestações teve êxito, comparecendo, segundo a estimativa da polícia política, apenas 100 estudantes.

O aumento das prisões estimulou também uma maior atenção com respeito à atitude a ter em caso de detenção. Num documento do movimento associativo de Coimbra apreendido pela DGS, titulado “Conselhos úteis em caso de detenção”²⁴⁰, se dizia que o militante devia manter “intacta a sua dignidade e a do partido revolucionário”. Se fosse preso em manifestação, devia afirmar que “circulava tranquilamente sem ter nada a ver com a manifestação”, pouco importando se a polícia não acreditasse nesta versão, pois “o importante é que não dispunham de provas”. Os militantes eram avisados de que “para te arrancar alguma confissão, dir-te-ão muitas vezes que algum companheiro te denunciou. Também dirão que se falasses não te acontecia nada. Mas se dizes alguma coisa, ainda mínima, a polícia verá aí uma quebra passível de ser explorada”. Todavia, o documento tentava também tranquilizar os militantes a respeito dos boatos em volta da DGS:

²³⁸ Panfleto “Contra a fantochada eleitoral” do CRAAEC apreendido pela DGS, 10 de Outubro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT.163, folha 331.

²³⁹ Cartaz no liceu João III de Coimbra, transcrição da DGS, 11 de Outubro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT.163, folha 322.

²⁴⁰ “De movimento associativo estudantil: conselhos úteis em caso de detenção”, documento apreendido pela DGS, 3 de Novembro 1973, em PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT.163, folha 240.

“Frequentemente aparece nos comunicados que a polícia tortura e agride. Também não é correcto, só te agredirão se os insultares ou gozares”. Outras estratégias para adoptar durante um interrogatório eram de não assinar nenhuma declaração se não depois da última palavra escrita, para que eles não pudessem acrescentar nada. Por outro lado, em caso de uma detenção em flagrante, ocorria dizer que se trabalhava para a rede apenas há pouco tempo e que não se sabia nada. Era depois preciso ter em conta que, com probabilidade, a PIDE podia já ter revistado a residência do militante preso.

Também era preciso ter cuidado com os momentos de mais abertura, em que os agentes da DGS podiam passar a oferecer qualquer tipo de regalia, como, por exemplo, a oferta de fazer de informador, que o militante não devia recusar “mas quando te soltar evita qualquer contacto com eles”, finalmente, todos os militantes deviam procurar falar o menos possível ao telefone porque podiam ser interceptados.

A clivagem entre Núcleos Sindicais e CPRAAC continuava, no entanto, no mês de Novembro, por altura da organização da comemoração da Tomada da Bastilha, em que mais uma vez as duas correntes do movimento estudantil se separaram, pretendendo cada um realizar a “verdadeira manifestação”. Já nos dias antes da celebração, prevista para 25 de Novembro, o conflito entre os dois grupos atingiu o auge, provocando, em algumas ocasiões, a intervenção da própria PSP. No entanto, a 24 de Novembro, o Governo Civil tinha autorizado, depois de muito tempo de veto sobre as reuniões, uma sessão de convívio no Teatro Avenida, com a participação extraordinária, comparando os números da época, de 600 alunos. A polícia política lamentava que o Governador Civil tivesse permitido o que desde há anos a polícia tentava evitar: “Foi proporcionado o local de reunião que há tempo, desde 1971, os alunos queriam encontrar para o movimento associativo, a fim de mobilizar os estudantes desmobilizados. E verificou-se os gritos de slogans habituais”.²⁴¹

A DGS, afirmava também que, no dia da comemoração, foi organizado um almoço no refeitório, “que foi novamente palco de tentativa de alguns estudantes para se reunirem e organizarem-se em comício”.²⁴² A intervenção policial pôs fim ao almoço, mas logo saíram panfletos dando notícia que “tinham sido aprovadas moções no sentido de todos se unirem para a reabertura da AAC”. Contudo, segundo a posição da DGS, o Movimento, ainda que “muito barulhento”, era muito pouco extenso: “está assim a assistir-se a uma movimentação progressista em que a minoria actuante não chega a atingir 5%, mas vai conseguindo impor a sua vontade aos

²⁴¹ Relatório da DGS de Coimbra, 26 de Novembro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT.163, folha 156.

²⁴² Relatório da DGS de Coimbra, 28 de Novembro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3368-PT.163, folha 150.

demais e instala um clima de agitação”.²⁴³ Parece que portanto seriam bastante minoritárias, com respeito à massa estudantil, ambas as correntes, apesar das diferentes estratégias e reivindicações adoptadas pelos dois grupos. Isso todavia não implicou mudança alguma de repertório e a CPRAAC continuava na sua tentativa de aproveitamento dos canais institucionais, desta vez através da elaboração de cadernos reivindicativos para entregar ao Reitor.

Difusão vertical

Nesta altura aumentam também os professores do ensino superior desafectos ao regime, os quais, se não são impedidos de exercer a sua profissão, são sujeitos a um estrito controlo por parte das forças da ordem, sobretudo em Coimbra, onde o meio académico é mais controlado pela DGS. É um sinal indicativo da difusão vertical da agitação que tinha envolvido o meio estudantil nos anos anteriores: os alunos, em muitos casos, tinham-se tornado assistentes universitários e depois professores. De facto, trata-se de um fenómeno que muito provavelmente se verificou também em outros âmbitos e que terá envolvido a maioria das profissões, se tivermos em conta as diferentes faculdades que protagonizaram o protesto: Medicina, Direito, Engenharia, Economia e Finanças, Letras, Belas Artes.

De facto, eram evidentes os primeiros sinais do fenómeno que vimos anteriormente com respeito à “contaminação”, por parte da mobilização estudantil, do sector das elites do país e que se ampliava agora com os primeiros resultados da abertura do ensino universitário. Infelizmente, não temos dados relativos à posição política, nesta mesma altura, de outras categorias profissionais, nem dados para a mesma categoria mas relativos a outras alturas, que veiculariam comparações interessantes. Isso não significa, todavia, que as considerações que se podem inferir da limitada documentação disponível, no que diz especificadamente respeito ao corpo docente da Faculdade de Direito de Coimbra,²⁴⁴ deixem de ser reveladora de uma situação em que aparece evidente o declínio do regime, a um ano do seu fim, nos sectores chave da formação e reprodução do seu consenso e da sua própria auto-legitimação jurídica. Sem esquecer, por outro lado, que dos próprios corredores da Universidade de Coimbra tinham sempre saído as grandes inovações políticas e jurídicas da história contemporânea portuguesa.

²⁴³ *Ibidem.*

²⁴⁴ Ver Anexo 16.

O relatório da DGS em questão resume assim a composição do meio docente da Faculdade de Direito de Coimbra em Abril de 1973²⁴⁵: 14 elementos de direita, 12 esquerdistas, 18 que não tinham tendência definida, entre os quais se incluíram alguns que militaram nas esquerdas académicas e a “quem não se têm assinaladas quaisquer actividades políticas que possam contribuir para melhor classificação”²⁴⁶. Todavia, na opinião da DGS, embora o quadro desse a ideia de um certo equilíbrio no campo político – e este conceito de equilíbrio expresso por parte da polícia política também dá a ideia da mudança ocorrida e contra a qual nenhuma instituição do regime nada pôde fazer – tratava-se apenas de pura ilusão. De facto, os classificados de esquerdistas eram activos nas suas ideias, contactos e convivência com alunos, e “sempre que há oportunidade encontram auditórios interessados e não se poupam a sacrifícios para mentalizar a camada jovem universitária nas ideologias políticas partidárias que defendem ou de que são apologistas”.²⁴⁷

Com alguma veia polémica, a DGS sublinhava que “o mesmo não se pode dizer para os que classificámos de direita”, assim: “Daí talvez a explicação para o aparecimento para nós não com surpresa de alunos recém formados em Direito com uma preparação política de esquerda verdadeiramente fulgurante e que irão dar continuidade para o local sector onde actuarem profissionalmente daquelas ideias que tão generosa e pacientemente lhes foram insufladas”.²⁴⁸

Assim, sempre segundo a DGS, cujas considerações como vimos em muitos casos coincidem com as interpretações elaboradas pelos teóricos dos movimentos sociais, não será de estranhar nos meses futuros o aparecimento, em reuniões partidárias, de oradores “com grande dom de palavra que demagogicamente consigam atrair as massas e até conduzi-las onde querem”.²⁴⁹ A estratégia para combater e contrariar esta situação é identificada na tomada de consciência por parte das autoridades deste fenómeno com vista “a uma preparação política mais consentânea com os superiores interesses da nação”. Todavia, evidenciava-se um certo receio das instituições em seguirem este caminho e um acanhamento em defenderem politicamente as orientações seguidas pelo regime vigente, assim como em discutirem nas aulas e em convívios “a posição clara de Portugal nos seus territórios ultramarinos”.²⁵⁰

A polícia afirmava também que o problema da defesa e difusão dos ideais do Estado Novo devia voltar a ser considerado já no ensino médio, liceal e técnico e até no primário, onde devia

²⁴⁵Relatório da DGS sobre as tendências políticas do corpo docente da Faculdade de Direito de Coimbra, 12 de Abril 1973, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-PT, folha 154.

²⁴⁶*Ibidem.*

²⁴⁷*Ibidem.*

²⁴⁸*Ibidem.*

²⁴⁹*Ibidem.*

²⁵⁰Relatório da DGS sobre as tendências políticas do corpo docente da Faculdade de Direito de Coimbra, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-PT, folha 154, 12 de Abril 1973.

ser uma obrigação por parte dos professores abordar problemas políticos relativos a Portugal “fazendo nascer no espírito dos educandos um sentimento de verdadeiro sentido de patriotismo e de defesa intransigente de todas as parcelas do território português”.²⁵¹ Todavia, parecia haver por parte dos encarregados da Educação e da futura elite portuguesa, uma “demissão progressiva de responsabilidade” que favorecia o inimigo, que por seu lado: “É certo e sabido que prepara intensamente os seus quadros a partir dos graus de ensino inferior de forma a poder continuar sem quebra de rendimento e antes pelo contrário com maior profundidade a minar e subverter as massas estudantis para o fim em vista: derrubar e destruir a forma de governo instituída em Portugal”.²⁵² Eram palavras proféticas se pensarmos que dentro de um ano exactamente, caído o regime, a sociedade portuguesa mostrou um grau de politização e anseio participativo absolutamente inesperados e que contribuiu para transformar um golpe de estado em revolução. Esta actividade permanente de mobilização tinha assim o aspecto de pequenas infiltrações que estavam a “corromper o sistema do interior”, chegando a atingir os fundamentos institucionais mais importantes para a sobrevivência de qualquer regime: o monopólio da violência e da emanção das leis. Assim, quando a oposição chega a envolver os organismos destinados à gestão destes monopólios, como o exército e as elites jurídicas (formada nas Faculdades de Direito), difícil é pensar que um regime possa manter a própria continuidade durante muito tempo.

²⁵¹ *Ibidem.*

²⁵² *Ibidem.*

IV CICLO DE PROTESTO OU CONFLITUALIDADE PERMANENTE?

Os novos objectivos do movimento estudantil

Algumas dinâmicas internacionais

As autoridades portuguesas mantinham durante os últimos anos do regime uma atenção constante relativamente às dinâmicas contenciosas que se estavam a desenvolver no estrangeiro, sobretudo através de informações enviadas pelos serviços secretos dos outros países. De facto, a polícia política sabia que factores e repertórios de mobilização facilmente atravessam as fronteiras nacionais através de mecanismos de difusão difíceis de impedir, sendo assim melhor tentar preveni-los. Uma nota dos serviços secretos franceses, de 3 de Julho de 1969, referia-se ao movimento estudantil na Europa e às suas ligações com os operários. Sublinhava que a colaboração até à unidade entre estudantes e operários, com vista a conduzir acções comuns, era uma das maiores preocupações dos estudantes revolucionários. Em França, este objectivo tinha sido posta em evidência pelos acontecimentos de Maio de 1968, sendo que os “os dirigentes revolucionários franceses vêem mesmo na insuficiência desta ligação o motivo mais importante do malogro relativo à revolta dos estudantes”.²⁵³

²⁵³ Relatório dos Serviços Franceses, 3 de Julho 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.146, folha 363.

A nota dos Serviços Franceses inoltrada à DGS observava também que, “no decorrer do movimento de Maio-Junho de 68, a *Confédération Générale du Travail* (CGT)²⁵⁴ francesa não deu importância especial a esta ligação com os estudantes e constatou-se o contrário: os sindicatos operários comunistas de obediências moscovitas tinham de manter a sua distância na presença de estudantes revolucionários considerados como aventureiros”.²⁵⁵ O jornal comunista *Humanité* de 3 de Dezembro de 1968, afirmava todavia que a “*Union Générale des Ingénieurs et Cadres*, UGIC da CGT se reencontrou com a *Fédération Nationale des Étudiants du Technique* (FNET) filiada na *Union Nationale des Etudiants de France* (UNEF)”.²⁵⁶ Era assim possível, na opinião dos serviços franceses, que se não se chegava a uma unidade estudantes-operários, se atingisse uma solidariedade entre estudantes e profissionais, como a referida de estudantes técnicos e engenheiros. Outras associações prováveis podiam ser: “estudantes de Medicina com os sindicatos de médicos e de profissões para-médicas; estudantes de Direito com os sindicatos de advogados e de juristas; estudantes de Letras com os sindicatos de professores da mesma disciplina”.²⁵⁷

Segundo os serviços franceses, “a extensão pode mesmo fazer-se mais longe do domínio de ligação estudantes-sindicatos ou associações de quadros ou de profissões liberais, até à ligação entre estudantes de Química e sindicatos operários de indústria, etc.”.²⁵⁸ Por outro lado, salientava-se que “o que parece possível nas organizações inspiradas pelo comunismo moscovita pode ser imitado pelos movimentos revolucionários em ligação com as alas esquerdistas”.²⁵⁹ O objectivo declarado pelos serviços franceses, era, assim prestar atenção a todas as tentativas feitas com vista a realizar a unidade de acção estudantes-operários “porque esta unidade pode reforçar o

²⁵⁴ *Confédération Générale du Travail*, a mais importante das cinco confederações de sindicatos franceses, ligada ao Partido Comunista Francês.

²⁵⁵ Relatório dos Serviços Franceses, 3 de Julho 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.146, folha 363.

²⁵⁶ *Ibidem*.

²⁵⁷ *Ibidem*.. Foi de facto o que aconteceu em Portugal a partir sobretudo de 1972, com o movimento dos bancários e dos empregados dos seguros, que entrou numa relação de recíproca solidariedade e apoio com o movimento estudantil, sobretudo o do ISCEF.

²⁵⁸ *Ibidem*.. Em Itália, esta ligação já tinha sido teorizada no âmbito das revistas operaístas. As primeiras foram, no princípio dos anos Sessenta, *Quaderni Rossi* e *Classe Operaia*, que tinham entre os seus principais colaboradores Raniero Panzieri, Romano Alquati, Mario Tronti, Sergio Bologna, Alberto Asor Rosa, Gianfranco Faina e Antonio Negri. Estas primeiras publicações teorizaram também que à reestruturação do capital seguia uma recomposição das classes, assim que a história das lutas era cada vez protagonizada por uma certa figura “dinâmica”. O pensamento operaísta considerava os estudantes força de trabalho em formação, expropriada do próprio conhecimento assim como os operários da fábrica eram expropriados do seu trabalho. Outras publicações operaístas que surgiram nos anos seguintes foram sobretudo: *Quaderni Piacentini*, *La Classe* e, já no início da agitação estudantil em 1967, *Potere Operaio*. Em 1967, Luigi Bobbio escrevia assim, respeito à questão universitária: “A luta contra o projecto de reforma da universidade evidencia pela primeira vez a nível de massa a funcionalização das estruturas universitárias para o desenvolvimento capitalista” (Bobbio, Luigi, “Le lotte nell’università. L’esempio di Torino”, *Quaderni Piacentini*, n. 30)

²⁵⁹ Relatório dos Serviços Franceses, 3 de Julho 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.146, folha 363.

poder dos movimentos contestatários”. Sendo difícil uma ligação entre operários e estudantes directa, por causa dos diferentes interesses das duas categorias, era mais provável o caminho da ligação por interesses de áreas profissionais, como se explicou, sendo portanto este ponto a ter que ser mais controlado.

Outro interessante relatório dos serviços franceses analisava mais atentamente a relação entre os movimentos esquerdistas de Maio de 68 e o *Parti Communiste Français* (PCF). Os Serviços punham em evidência o facto de as organizações comunistas francesas se terem aproveitado dos “ganhos de Maio”, ainda que na altura contestassem a atitude esquerdista do movimento estudantil. A informação de “origem reservada”, relativa à actividade da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), datava de 17 de Fevereiro de 1969 e era distribuída aos seguintes organismos: Ministério do Ultramar, Ministério da Educação Nacional, DGS de Angola, DGS de Moçambique, DGS da Guiné, DGS de São Tomé e DGS de Cabo Verde. A Direcção Central da FMJD tinha enviado às organizações filiadas, entre as quais a União Internacional de Estudantes (UIE), um plano de trabalho para 1969, com o objectivo de as mobilizar depois da “paralisa” em que tinham caído. A paralisa era atribuída, por um lado, ao conflito sino-soviético e, por outro, à consequente difusão de grupos extremistas, sobretudo maoístas, castristas, trotskistas e anarquistas. O plano de actividades da FMJD previsto para 1969 não se distanciava muito, em termos de repertórios, dos esquemas tradicionais, definidos pelos agentes franceses como “aplicação da política da União Soviética”. A organização da juventude devia desenvolver, assim, uma propaganda orientada à penetração comunista no meio juvenil, através da utilização de meios apropriados a esta categoria.

Estava prevista também a intensificação destas funções tradicionais por meio de um fortalecimento da cooperação com outras organizações, comunistas ou não. Entre estas últimas, eram incluídas as grandes organizações internacionais como a UNESCO, a FAO e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na opinião dos agentes franceses, por outro lado, embora estas organizações juvenis comunistas criticassem os “esquerdistas”, elas estavam igualmente “prontas a fazer todo o possível para se apropriarem dos benefícios dos resultados obtidos por aqueles”. Os serviços franceses achavam que se estava assim a passar no plano internacional o que se tinha passado no plano nacional em França, onde a UEC e o Partido Comunista Francês estavam a “obter vantagens das obtidas de Maio, após ter violentamente estigmatizado a acção dos revolucionários de todas as obediências”.²⁶⁰

²⁶⁰ Relatório dos Serviços Franceses, 21 de Maio 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-897/62-3187, folha 9.

Alguns meses antes, tinha chegado outra informação sobre a relação entre comunistas e nova esquerda elaborada pelos serviços italianos. Em Itália, país de origem do operariado e onde a ligação estudantes-operários chegou mais longe, tinham nascido vários “comités de fábrica” criados por estudantes, que aproveitavam um ambiente favorável devido aos licenciamentos, pedidos de aumento de salários, renovação de contratos de trabalho, etc. Os estudantes tinham entrado sobretudo em contacto com os operários mais jovens e recém chegados do Sul da Itália, os menos estruturados no sindicato e os mais descontentes com ele. Portanto:

Os operários assim organizados estão no comité de fábrica e contestam não só o patrão mas também o sindicato. Eles insurgem depois em todas as reuniões sindicais contra a fraqueza e as transacções com os patrões. Os estudantes não se limitam à discussão e à contestação teórica, mas levam um apoio material aos grevistas, criando um laço sólido. Os mais dinâmicos são os dirigentes dos grupos maoístas.²⁶¹

Com respeito aos sindicatos, ligados no caso da CGIL (*Confederazione Generale Italiana del Lavoro*)²⁶², ao PCI, os estudantes italianos e os jovens operários levantavam as mesmas acusações de estar ao lado das instituições burguesas. No entanto, as reacções de PCI e CGIL era de inquietação e tentaram reagir “para evitar serem excedidos pela sua esquerda pelos jovens intelectuais”,²⁶³ procurando canalizar os movimentos de protesto “e de os ter na mão” com vista a uma eventual exploração ulterior, “mas os chefes do movimento estudantil evitaram a armadilha”, recusando criar, “pela instigação do PCI”, um Movimento de Juventude Nacional.

Os estudantes e a mudança sócio-política

Nas universidades portuguesas o momento político estava numa fase de progressiva complicação, que foi intensificada pelo desencanto provocado pelas eleições do Outono de 1969. Segundo os informadores da DGS, em 1970 existiam nas universidades as seguintes correntes: PCP, grupos marxistas-leninistas, clero e católicos progressistas e movimento de oposição democrática, os quais tinham reflexos na vida política nacional. Tanto o PCP como o CMLP tinham conquistado um grande número de aderentes no ensino universitário, secundário e médio, tendo o número de quadros aumentado significativamente, como a DGS evidenciava: “Recentes averiguações e prisões efectuadas dão-nos uma visão alarmante do aumento do comunismo e filo-

²⁶¹ Relatório dos Serviços Franceses, 18 de Dezembro 1968, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.146, folha 150.

²⁶² O mais importante sindicato italiano.

²⁶³ *Ibidem*.

comunismo neste sector”.²⁶⁴ Achava-se também que os quadros genericamente definidos como comunistas ditavam a sua vontade nas estruturas associativas e que esta situação, no caso de não ser reprimida, provocaria uma “agudização do conflito no próximo ano lectivo, com reflexos imprevisíveis”.²⁶⁵

Nesta altura, os estudantes mais ligados ao PCP tentavam fazer um balanço das actividades desenvolvidas e dos “objectivos e limites da luta estudantil”²⁶⁶, sobretudo em relação à questão da reforma que estava a ser elaborada por Veiga Simão. O problema era que posição os estudantes deviam ter com respeito à reforma:

O que têm os estudantes a ganhar em participar na reforma? Numa universidade autoritária com estruturas arcaicas quer de dimensão quer em forma, com professores paternalistas e estudantes que consomem acriticamente, onde o trabalho é individualista, onde a grande luta dos estudantes é no campo da luta pedagógica, onde as Associações de Estudantes tinham timidamente ensaiado os primeiros passos de uma viragem aos cursos entendidos com um alargamento da sua base de apoio, a participação na reforma, para além da liquidação dos sectores mais retrógrados da universidade, permite: liquidação de certas formas de repressão e consolidação das actuais estruturas sindicais; ligações das estruturas sindicais à base estudantil e reconhecimento; consolidação das conquistas da luta estudantil.²⁶⁷

Era uma linha estratégica coerente com a desenvolvida no sector estudantil pelo PCP, pois os grupos mais radicais já estavam a recusar qualquer hipótese de colaboração com as instituições. O aproveitamento dos canais legais disponíveis para a participação e unidade era a pedra angular desta linha. Assim, a participação na reforma era considerada como parte integrante dos objectivos do movimento estudantil, que se traduziria em “um aumento da consciência das massas estudantis” e contribuiria para “desnudar a natureza classista do ensino”.²⁶⁸

Por outro lado, esta participação permitiria a possibilidade de introduzir cadeiras que estimulasse uma “visão crítica da evolução da sociedade e dos mecanismos de produção, analisando a nossa posição como homens e como técnicos”.²⁶⁹ Em conclusão, os estudantes deviam participar na reforma, mas esta participação só tinha significado na medida em que tivesse procurado a “conquista de uma certa forma organizativa de actuação sindical, um controle sobre o que se ensina e o poder de avaliação dos conhecimentos”.²⁷⁰ A participação era considerada um

²⁶⁴ Relatório da DGS, 10 de Agosto 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3370, pt.167, folha 254.

²⁶⁵ *Ibidem*.

²⁶⁶ “Objectivos e limites da luta estudantil”, folha dos estudantes comunistas, Maio de 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3370-Pt.167, folha 328, Maio de 1970.

²⁶⁷ “Reforma na Universidade: algumas questões sobre os objectivos e limites da luta estudantil”, documento do movimento estudantil, Maio de 1970, IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3370, Pt.167, folha 328.

²⁶⁸ *Ibidem*.

²⁶⁹ *Ibidem*.

²⁷⁰ *Ibidem*.

dos aspectos da co-gestão, assim a proposta do Reitor do IST para que as Associações de Estudantes representassem os estudantes no Conselho Universitário era sim um reconhecimento das associações, mas “através do qual se tentava manter o movimento dentro de certos limites, que não punham em causa o sistema”.²⁷¹ Além disso, achava-se que esta proposta servia ao Reitor para, através do movimento estudantil, “vencer algumas resistências retrógradas dentro da universidade contra a reforma”.²⁷²

Considerava-se também que, no plano da luta sindical dos estudantes, a abolição da Mocidade Portuguesa era uma reivindicação a curto prazo: “o facto de não haver novas reivindicações não significa que a táctica seja de não participar até quando a legislação autoritária não for revogada”²⁷³ porque “isso seria ver a participação como uma cedência estudantil face ao Governo, quando é o êxito de uma longa luta”.²⁷⁴ O terceiro ponto considerado era a luta contra o conteúdo classista do ensino. Considerava-se que a função do ensino no sistema capitalista era de formar quadros para a classe dominante e para a sua perpetuação, assim como veicular a ideologia na base do sistema económico e social. Tal situação só podia ser alterada no momento em que “os trabalhadores possuem o poder económico e político”.²⁷⁵ Seria necessário por enquanto realizar aulas mais participativas com debates e cursos livres abertos a não-estudantes, mas, evidenciava-se que: “A luta contra os conteúdos tinha os limites de toda a luta super-estrutural. O sistema aceitará qualquer ideologia até que não será levada até às suas consequências. Só ligando a frente de luta contra o conteúdo do ensino com outras frentes é que os estudantes poderão avançar na sua prática sindical”.²⁷⁶

Por fim, o quarto ponto averiguava as especificidades da luta operária, camponesa e estudantil. Os limites desta última diziam respeito ao facto de os estudantes “não pertencerem ao sistema de produção e serem burgueses e futuros quadros”.²⁷⁷ Portanto, era necessário estabelecer claramente o contexto da luta estudantil, para a integrar com a luta de classe, sendo uma questão prioritária a da luta contra o conteúdo classista do ensino. Todavia “a visão dos estudantes terá sempre uma marca burguesa, por isso é necessário formá-los politicamente”.²⁷⁸ A posição do PCP convergia com a do Movimento Democrático, que, face à radicalização do ambiente académico, tentou recuperar terreno criando uma organização estudantil própria, o Movimento Democrático Estudantil, que entrava abertamente em competição com os grupos da nova

²⁷¹ *Ibidem.*

²⁷² *Ibidem.*

²⁷³ *Ibidem.*

²⁷⁴ *Ibidem.*

²⁷⁵ *Ibidem.*

²⁷⁶ *Ibidem.*

²⁷⁷ *Ibidem.*

²⁷⁸ *Ibidem.*

esquerda. O MDE formou-se também depois das eleições, que eram consideradas: “a mola impulsadora, baseada na estrita legalidade que o fascismo foi obrigado a ceder”.²⁷⁹ A razão de existir do MDE era identificada na existência de “um conjunto vasto de problemas mobilizadores”²⁸⁰, capazes de unir na acção estudantes de diversas ideologias. O documento do MDE afirmava que pretender desenvolver todo o trabalho através das AE era impossível, pois “acreditar que o Governo deixará agir pacificamente as Associações de Estudantes assim integradas é acreditar na liberalização”.²⁸¹ Sempre segundo este documento do MDE, era oportuno criar assim duas organizações diferentes e complementares, uma para o trabalho legal, outra para o trabalho ilegal: “ser incapaz de criar duas associações diferentes é incapacidade política, aproveitar o já criado é oportunismo, mascarar esta acção com uma linguagem pseudo-revolucionária é revisionismo de direita”.²⁸²

Com respeito aos defeitos do MDE, o documento assinalava sobretudo a questão dos objectivos: “foram menosprezados alguns objectivos progressistas como a luta contra a censura, pela liberdade de reunião e pela constituição de um movimento amplo, aberto e legal”. Todavia, a falta de objectivos claros comprometeu este caminho, provocando falta de acção e suscitando, ao mesmo tempo, o “accionarismo”. Era também uma ingenuidade acreditar que o MDE pudesse derrubar o fascismo, pois o MDE era uma importante frente de luta imprescindível do trabalho que teria derrubado o fascismo, mas só por si não teria conseguido este objectivo. Além disso, o documento considerava que:

O derrube do fascismo exigirá formas de luta que de forma alguma caberá na estrita área da legalidade, mesmo que seja a legalidade democrática, o que representa já um vasto campo imposto ao regime. Essas formas superiores de luta não surgem de forma espontânea, mas exigem uma organização de quadros preparados e decididos, agitação e disposição de massa. Devido ao carácter terrorista do Governo, esse trabalho só poderá ser desenvolvido por uma organização ilegal. Esta organização ilegal não era todavia em oposição à legal.²⁸³

O mesmo documento do MED continuava sublinhando que um dos pontos de maior fricção no interior do movimento era o futuro do Portugal democrático, apesar do ponto comum entre os vários elementos na base do Movimento – formado por proletários, camponeses, pequena burguesia urbana, certos sectores da média burguesia, jovens e intelectuais – era a luta para

²⁷⁹ Documento do Movimento Democrático Estudantil (MDE), Janeiro 1971, apreendido pela DGS, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3370, pt.167, folha 160.

²⁸⁰ *Ibidem.*

²⁸¹ *Ibidem.*

²⁸² *Ibidem.*

²⁸³ *Ibidem.*

destruir o Estado fascista e a restituição das liberdades fundamentais, assim como a liquidação da base económica e social que o sustentava.

Mas “só a revolução popular armada permitirá abater o fascismo”. A tarefa do Movimento Democrático era constituir a unidade entre todos os sectores, mas sem que cada um renunciasse às suas lutas específicas. Neste sentido, o MDE devia organizar um movimento de massa estudantil, “portanto reunir as pessoas à volta de princípios verdadeiramente aglutinadores”, através de iniciativas como, por exemplo, o socorro aos presos políticos, as comissões de amnistia, a reunião de democratas de uma certa freguesia ou de um grupo homogéneo. Os estudantes deviam apresentar “um conjunto de problemas em comum com o povo português, tendo capacidade mobilizadora”,²⁸⁴ sendo também necessário “construir uma rede complexa de comissões com objectivos concretos”. Assim, ainda que o MDE não devesse fechar-se em si, ele tinha principalmente que mobilizar a massa estudantil.

Além disso, era importante que o MDE surgisse “de baixo para cima”, envolvendo muitas ideias e posições políticas e ideológicas, assim como diversas sugestões, a fim de garantir sempre a máxima participação de todos, “deve sempre ser considerada a maioria e não a minoria, nega-se o dirigismo, ainda que deva existir um centro decisional”.²⁸⁵ Contudo, a livre manifestação de todas as posições políticas não significava que se confundissem os planos e que pudessem ser tratadas de forma pública questões que só podiam ser debatidas no plano ilegal, “a não ser que se queira fornecer à DGS prisões fáceis”. Era também de evitar a atitude provocatória, que muitas vezes era obra da própria DGS.

Sublinhava-se a oportunidade de haver uma multiplicidade de objectivos concretos, a fim de interessar e mobilizar o maior número de estudantes. O principal destes objectivos era o fim da guerra colonial e a independência das colónias. Era um objectivo com o qual o MDE afirmava ter tido algumas dificuldades, sobretudo com respeito à definição de tarefas concretas.²⁸⁶ Para o futuro portanto, o movimento deveria mobilizar sobretudo através das seguintes acções: exigir a abertura de negociações com os movimentos de libertação, a revogação de lei militar, o fim da pena de morte para os desertores, o fim da censura sobre a guerra, a vinculação às decisões da ONU, o debate a nível nacional, a redução das despesas militares. Era finalmente necessário “arrancar cartazes fascistas, fazer abaixo-assinados, realizar debates, mesas redondas, colóquios e assembleias, conquistando assim pela acção uma legalidade que o fascismo não queria

²⁸⁴ *Ibidem.*

²⁸⁵ *Ibidem.*

²⁸⁶ *Ibidem.*

conceder”.²⁸⁷ Além disso, seria necessário aproveitar todos os acontecimentos internos da escola “que surjam assim como todos os fenómenos susceptíveis de mobilização e as datas comemorativas dos eventos importantes devem sempre ser aproveitadas”.²⁸⁸

A questão da legalidade necessitava, pela sua ambiguidade, de alguma explicação e então o documento do MDE especificava que não se considerava legal o que era “legal para o fascismo” e que “a legalidade conquista-se na acção desenvolvida à luz do dia”.²⁸⁹ Parece este um ponto muito importante que podemos ligar a quanto foi discutido na *Introdução*, ou seja a questão da afirmação de direitos e de novos actores políticos que se impõem ao espaço legal através de acções inicialmente consideradas ilegais. Já salientámos como, nas palavras do sociólogo Dário Melossi, “alguns delinquentes políticos de hoje podem tornar-se nas autoridades oficiais do futuro”. A mesma coisa se poderá dizer a respeito de alguns direitos que, antes de se tornarem legais, passaram por fases de ilegalidade em que o exercício deles era considerado ilegítimo e consequentemente punido. Muitos direitos que hoje confortam a nossa existência de cidadãos de estados democráticos têm histórias de passados ilegais, mas que foram necessários para se imporem no campo das acções legalmente reconhecidas. Entre estes direitos, que foram aplicados pelos cidadãos antes de serem legalizados, há por exemplo o direito de greve, de manifestação, de reunião, de livre associação, entre os outros. Assim, como salienta Durkheim: “Não é a própria natureza da minha acção que provoca a sanção que segue, mas o facto de a minha acção violar uma regra que a proíbe. Na verdade, dois actos perfeitamente idênticos, que produzem o mesmo efeito, serão desaprovados ou não apenas se existir uma regra que respectivamente os proíbe” (Durkheim, 2005: 43).

Neste sentido, um tipo de mobilização como o solicitado pelo MDE ia no sentido de realizar um objectivo que salientámos também na introdução, ou seja construir “um espaço de democracia” antes de a democracia se instaurar. Assim, o que se entendia com legalidade era – além dos poucos e por vezes fictícios canais legítimos de participação concedidos pelo regime – nas próprias palavras dos militantes, “a legalidade democrática”, a qual “representa já um vasto campo imposto ao regime”. Por outras palavras, a “vivência” da democracia, já durante a vigência do regime, era considerada necessária para a sua futura instauração. Assim, o crime representava a imagem parcial da sociedade desejada. Esta dimensão liga-se à da “efervescência colectiva”, que definimos, nas palavras do sociólogo Vincenzo Ruggero, como “um período criativo, em que os indivíduos transcendem a si próprios e prefiguram uma ordem social superior”. Todavia, apesar

²⁸⁷ *Ibidem.*

²⁸⁸ *Ibidem.*

²⁸⁹ *Ibidem.*

do que esta definição poderia sugerir, o próprio Durkheim lembra que, para obter mudanças profundas, a espontaneidade inicial destes momentos deve ser acompanhada por um atento trabalho de organização: “As grandes mudanças precisam de tempo e reflexão e apelam para um esforço sustentado” (Durkheim, 2005: 94).

Os estudantes e a luta de classes

De facto, todas as organizações de esquerda consideravam o sector estudantil como um sector estratégico, ainda que diferissem a respeito do seu papel na luta de classe. Como se viu, a posição do PCP e depois do MDE era que os estudantes nunca teriam podido ser protagonistas da revolução, por serem inevitavelmente ligados ao meio burguês, e que a luta estudantil e a luta nas fábricas deviam permanecer separadas. O MRPP, por seu lado, considerava os estudantes como a verdadeira vanguarda revolucionária, que teria mobilizado e indicado o caminho ao proletariado. Ainda que com flexões diferentes, os grupos marxistas-leninistas, geralmente, aproximavam-se mais da posição do MRPP. O jornal *O Comunista* defendia o papel chave dos estudantes em ligação com os operários já desde as suas primeiras edições, em Junho de 1969, na análise das grandes lutas sociais que se tinham desenvolvido durante aquele ano nas fábricas e nas universidades.²⁹⁰

O boletim apreciava o nível de mobilização estudantil atingido em Lisboa já em Dezembro de 1968, que tinha forçado o Governo a fechar algumas universidades e relatava os episódios ocorridos em Coimbra no mês de Abril 1969, criticando todavia o escasso apoio por parte dos colegas lisboetas. Ainda que isolada, a luta em Coimbra tinha perseverado: “a palavra de ordem é boicote aos exames e é seguida pela esmagadora maioria da massa estudantil”.²⁹¹ Passava-se depois a comentar os factos, interpretando o protesto contra “o Presidente do fascismo português”²⁹² como um sinal de “consciência política da parte da massa estudantil, que até aqui raramente saía”.²⁹³ Portanto “a luta estudantil saía da limitação corporativista, saía das reformas do ensino, para o campo do ataque à ditadura (ou mesmo à democracia) burguesa”.²⁹⁴ A dura resposta das autoridades era interpretada como uma exigência de “Marcelo de matar à nascença o mínimo sintoma de agitação”, isso significando que não se sentia “muito forte”.

²⁹⁰ *O Comunista*, n.3, Junho de 1969.

²⁹¹ *O Comunista*, n.3, Junho de 1969, p.3.

²⁹² *Ibidem*.

²⁹³ *Ibidem*.

²⁹⁴ *Ibidem*.

A resposta estudantil a esta repressão era todavia considerada fraca, sem que fosse conseguida a unidade na luta entre as universidades, sobretudo por causa da “política nitidamente reformista dos dirigentes Associativos”. Apesar desta situação, “verifica-se que a luta académica conseguiu atingir novas expressões, devido à radicalização da base estudantil”²⁹⁵ a qual assumiu portanto um papel de vanguarda que podia ser aproveitado para enfrentar os desafios futuros, sobretudo devido ao aumento da repressão. Por causa da contínua ingerência das autoridades e dos fechos repetidos das Associações Académicas, o movimento estudantil devia dar-se também uma bem organizada estrutura clandestina, a fim de “obter uma maleabilidade táctica de luta”. Todavia, isso não deve prejudicar a defesa das estruturas legais, como as Associações Académicas “que não se podem perder, dadas as suas possibilidades de divulgação dos ideias democráticos e anti-reaccionário”.²⁹⁶

Era enfrentado também, já nesta primeira edição, o papel do estudante na luta revolucionária e a questão da sua relação “com o povo português, principalmente com os operários e camponeses”. A este respeito, criticava-se a posição dos reformistas (veja-se PCP) os quais ainda viam o estudante “como uma categoria social privilegiada, estranha às necessidades e aspirações dos trabalhadores portugueses”.²⁹⁷ Na opinião de *O Comunista*, pelo contrário “apesar da sua origem de classe burguesa, não há duvida que o estudante português, como a massa estudantil de todos os países, se encontra mobilizável para o combate contra a burguesia nacional” e competia às organizações revolucionárias “a responsabilidade de aproveitar essa força e de a fazer escapar à influência da ideologia burguesa”.²⁹⁸ Além disso, considerava-se que era na própria estratégia do Governo procurar manter a luta estudantil isolada das outras camadas sociais, através de um processo que nós temos definido de abertura selectiva: “o Governo irá satisfazer os estudantes nas questões secundárias da reforma do ensino e tentará esmagar a sua luta quando ela dizer respeito a problemas de interesse fundamental para as camadas trabalhadoras”.

Para não cair no jogo do Governo, o estudante devia então ligar-se aos explorados, uma união que só podia ser veiculada pelo “militantismo político”, ou seja, através da realização de tarefas concretas como, por exemplo, o combate à guerra colonial, ideológico e prático; a propaganda da luta dos trabalhadores; a organização de subscrições de auxílio às lutas operárias e camponesas; a realização de manifestações de apoio aos trabalhadores; a organização de manifestações conjuntas operários-estudantes. Todo este trabalho teria tido também um outro importante significado: “curar o movimento estudantil das suas eternas doenças oportunistas, carreiristas e

²⁹⁵ *Ibidem.*

²⁹⁶ *Ibidem.*

²⁹⁷ *Ibidem.*

²⁹⁸ *Ibidem.*

reformistas”.²⁹⁹ Era também, até precocemente em relação a outros países como por exemplo Itália, teorizada a instituição de grupos de defesa (o assim chamado “serviço de ordem”), por se considerar “impossível evoluir para agitações de rua abertas e decididas, sem que os manifestantes estejam enquadrados e protegidos”. Assim, para a luta urbana, o militante devia saber como se defender “dos cães polícias, dos gases lacrimogêneos, das granadas, dos cacetetes, e tem de saber atacar e recuar diante das forças de choque”.

Aconselhava-se portanto o estudo do artigo “Guerrilha Urbana” que se publicava no mesmo número do boletim e, por fim, salientava-se que a palavra de ordem devia ser “fim da guerra colonial”, a qual devia ser divulgada constantemente a fim de aproximar e politizar os jovens operários “o que significa levantar o alicerce dos futuros comités de soldados, arma essencial para a construção duma actividade anti-colonial vitoriosa”. Noutra documentação já de 1971, *O Comunista* defendia assim que “os elementos estudantis só poderão provar a sua solidariedade de classe quando forem capazes de mobilizar greves políticas dentro da fábrica sem que essa sua actividade seja aproveitada para o seu poder pessoal junto das massas”.³⁰⁰ O sentido da luta estudantil era portanto contribuir para o desenvolvimento da consciência de classe no proletariado, “no sentido de mostrar a todos os trabalhadores a repressão diária exercida pelos patrões, ou seja a maneira como o sistema capitalista se desenvolve esmagando o mais possível os trabalhadores”.³⁰¹ Assim, o papel dos estudantes era levar o proletariado a compreender esta situação, que tinha como única solução “a luta revolucionária, a destruição do estado dos patrões, a revolução marxista-leninista”.³⁰² É interessante observar que desaparecia completamente qualquer referência ao tipo de regime vigente em Portugal: a luta já não era contra o fascismo, mas sim contra o Estado burguês e o capitalismo em si. O que se pretendia não era a introdução de novos direitos e uma abertura do sistema político através da introdução de instituições democráticas igualmente burguesas: “uma vez organizados não precisaremos que a burguesia nos conceda direitos, pois teremos a força para lhos arrancar pela violência”.³⁰³ Assim, o objectivo era a afirmação do socialismo, no caminho que se pode entender “lendo Marx, Engels, Lenine, Estaline e Mao”.³⁰⁴

²⁹⁹ *Ibidem.*

³⁰⁰ *O Comunista*, n.10, Maio de 1971.

³⁰¹ *Ibidem.*

³⁰² *Ibidem.*

³⁰³ *Ibidem.*

³⁰⁴ *Ibidem.*

“Manifestações de massa e guerrilha urbana”

Vale a pena analisar brevemente qual era o tipo de acções contenciosas que alguns grupos ligados ao movimento estudantil propunham para a luta contra o regime e, mais geralmente contra “o Estado burguês e o capitalismo”, já a partir de 1968. De facto, como se viu, estas formas de acção foram desde finais dos anos Sessenta até à revolução as mais utilizadas e frequentes na acção estudantil, sobretudo em Lisboa, tratando-se de uma inovação de repertório de grande relevância e que aproximava o meio do protesto à radicalização que tinha caracterizado também o conteúdo das reivindicações. Esta análise baseia-se num artigo especificadamente dedicado à instrução dos militantes com vista à organização de “manifestações abertas” de rua, que já temos citado e que compareceu no n.3 do boletim *O Comunista*. Antes de mais, afirmava-se que a manifestação devia ser convocada num local de grande movimento, para que “ela se desenrole em meio popular”.³⁰⁵ Era depois necessário evitar os locais que “permitem um cerco fácil pelas forças de polícia”. Portanto, o local devia ser minuciosamente estudado dias antes por militantes “encarregados do começo, desenvolvimento e fim (fuga, se necessário) da manifestação”, os quais “constituem a comissão clandestina que dirige a manifestação”.

Assim, as palavras de ordem, os movimentos e as acções deviam seguir um processo de comunicação clandestina, sendo o sistema mais seguro para “evitar que os revolucionários sejam detectáveis e que a provocação policial triunfe”³⁰⁶, pois era um facto que “a polícia infiltra sempre os seus agentes nas manifestações”. Com respeito à actividade de discussão e esclarecimento da população, ela devia ser realizada por militantes especializados, sendo muito importante “não fazer o mínimo acto que ponha a população contra nós”. Muito importante era também, no local da manifestação “neutralizar desde o início os agentes da CARRIS que se encontram nas paragens de autocarros, sendo normalmente esses que avisam imediatamente a polícia, utilizando o telefone da companhia”. Era necessário que as manifestações fossem muito breves, “relâmpago”, e de tamanho muito reduzido (“10 militantes chegam”) em diferentes pontos da cidade, para que a polícia se dispersasse.

Devia-se instituir também uma “comissão de campo”, o mais reduzida possível, constituída por estudantes e operários, sendo estes últimos a ter a prioridade na tomada de decisões. Era ainda importante que para este papel não fossem escolhidos “camaradas que ocupem posições oficiais no movimento associativo, como dirigentes de Associações Académicas, nem que sejam muito conhecidos à PIDE”. Existiam também várias normas para seguir no caso de ataque policial. No caso de ataque “corpo a corpo”, o agente não podia usar se não o casse-tête ou a coronha da

³⁰⁵ *O Comunista*, n.3, Junho de 1969, p.3.

³⁰⁶ *Ibidem*.

espingarda, portanto o militante devia sempre levar um capacete. Passava-se depois a citar um comunicado distribuído em França durante o Maio de '68 e que, na opinião dos autores, se tinha revelado muito útil “para a luta revolucionária dos operários e estudantes contra as forças policiais” e que sobretudo informava com respeito às medidas a tomar no caso de ataque com lacrimogéneos. No caso de o militante não se encontrar protegido por “máscaras, óculos de pesca submarina, de motociclista, de profissões metalúrgicas, meter na boca metade de um limão e um pano branco à volta do nariz e da boca”.³⁰⁷ Não se devia, pelo contrário, molhar a cara e os olhos, porque assim se libertariam os produtos tóxicos do gás. No caso de alguém ser atingido, como nem todos os médicos sabiam o que fazer, era oportuno levar o militante para um lugar arejado, onde ele não devia fazer esforços nem comer durante pelos menos quatro horas. Avisava-se também que os casos graves podiam originar “lesões secas pulmonares ou até uma saturação à morte por lesões pulmonares”.

Ocorria tomar especial cuidado no caso de a polícia utilizar granadas de cloro, dentro de cilindros de plástico transparente, que era muito corrosivo para as mucosas externas e internas. Enfim, contra projéteis, cacetetes e outras armas, era oportuno nunca vestir indumentárias de nylon, por arderem na pele, enquanto, contra os cães polícia, “mete-se um cotovelo dentro da boca do cão; dá-se-lhe uma pancada com o cutelo da mão, entre os olhos e o focinho. Ele ficará inanimado ou morto”. Com respeito ao ataque contra a polícia, referia-se que “é difícil, como se sabe, estabelecer a fronteira entre a defesa e o ataque”. Havia armas essenciais para a defesa, como barras de ferro e paus “que só servem inocentemente para levar cartazes e que depois se transformam em cacetetes dos manifestantes”. Afirmava-se que, no choque com as forças policiais, era determinante o efeito de surpresa e a audácia e citava-se a este propósito algumas passagens da obra de Lenine: “os destacamentos devem dirigir a multidão, atacar no momento oportuno um polícia, um guarda isolado, etc., para o desarmar, libertar os presos e salvar os feridos quando a polícia é numerosa, subir para os tectos das casas, para os andares de cima, etc., para lançar pedras sobre a polícia, água quente, etc.”.

Quanto aos projéteis a lançar contra a polícia, eram considerados os mais eficazes “batatas com lâminas espetadas, esferas de aço, pedras, embora a arma preferida pelos destacamentos de combate na rua seja o cocktail molotov” dos quais o autor do artigo lembrava que *O Comunista* já tinha “publicado no número 1. duas fórmulas que dispensam a utilização do fogo”. Finalmente, “para o militante de guerrilha urbana, como vemos, todas as armas servem e são úteis”. A molotov, que estava a tornar-se o verdadeiro símbolo dos protestos sociais, sobretudo juvenis, dos

³⁰⁷ *Ibidem.*

anos Setenta e concretização material do conceito cada vez mais assumido de “violência revolucionária”, ressaltava afinal como a arma de excelência para os conflitos de rua “como processo de defesa que permite a retirada das forças populares diante da violência das forças repressivas”.³⁰⁸ Nos finais de 1968, os militantes de *O Comunista* achavam não existirem ainda em Portugal as condições necessárias ao desenvolvimento da luta armada, sendo necessário antes organizar a vanguarda da classe operária. Julgava-se todavia provável a ocorrência de situações localizadas de tipo revolucionário, “consequência natural da crise interna do regime de Marcelo Caetano, melhor, da crise geral do capitalismo”. Assim, no caso de “as massas descerem à rua e lutarem” teriam precisado de armas para se defenderem da repressão e por isso punha-se “à disposição dos militantes as fórmulas do cocktail molotov, arma importantíssima da guerrilha urbana”.³⁰⁹

Os estudantes entre mobilização eleitoral e desilusão

Em 1969 o movimento estudantil lisboeta, embora já tivesse mostrado alguma renovação dos repertórios num sentido mais radical, ainda era atravessado por importantes correntes legalistas e favoráveis ao aproveitamento dos canais legais de participação, como as iminentes eleições legislativas. O marcelismo, embora criticado como “nova tirania”, tinha também trazido intensas expectativas de mudança institucional, sobretudo pelas medidas adoptadas de abrandamento da censura prévia, do regresso do exílio do bispo do Porto e de Mário Soares, de renovação da União Nacional num sentido que aparecia mais liberal e de uma nova legislação sindical que dispensava da homologação ministerial as direcções sindicais eleitas. Estas expectativas canalizaram-se sobretudo no momento da campanha eleitoral de 1969, a primeira depois do afastamento de Salazar. Foram também as primeiras eleições em que a oposição se apresentava dividida, pelos menos em Lisboa, Porto e Braga, em duas listas: a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), formada pela Acção Socialista Portuguesa (ASP), por alguns católicos e alguns monárquicos e a CDE, que agrupava sobretudo elementos próximos do PCP.

O período das eleições era desde sempre um momento de intensa mobilização por parte do PCP. Rádio Voz da Liberdade afirmava, por seu lado, que se estava a viver uma nova etapa da luta no terreno eleitoral:

Abrindo com audácia e dinamismo novas brechas na barreira fascista, as forças democráticas podem dar tudo na sua luta no terreno eleitoral. Raras vezes fora dos períodos eleitorais propriamente ditos a luta política terá atingido a plenitude e o vigor que se está neste momento a

³⁰⁸ *O Comunista*, n.1, Dezembro de 1968, p.3.

³⁰⁹ *Ibidem*.

registrar [...] Declarando a sua decisão de se bater para concessões no terreno eleitoral, unindo-se numa base de princípios para lutar pela democracia, iniciando a instrução de um movimento unitário em torno da participação no acto eleitoral, a oposição democrática não só deu um severo golpe às pretensões da demagogia liberalizante fascista como está criando as bases para um poderoso desenvolvimento da luta do povo português pela democracia.³¹⁰

Emergia nestas palavras em toda a sua evidência o objectivo quase pedagógico de constituir uma “escola de participação democrática”. O que se achava fundamental era que, na eventualidade de uma queda do regime, a população, depois de tantos anos de ditadura e opressão, fosse de alguma forma treinada a participar legalmente nas instituições estatais. Era um elemento muito importante, pois evidenciava o medo que os que recusavam completamente qualquer canal institucional de participação e se habituavam a “fazer política” apenas através de uma contraposição frontal, teriam, como de facto aconteceu no caso da esquerda extra-parlamentar, continuado no mesmo caminho também depois da mudança institucional.

Na campanha de 1969 o PCP e a sua lista tiveram também o apoio activo de muitos estudantes mobilizados pela Esquerda Democrática Estudantil (EDE). A EDE tinha sido criada em 1968 por alguns jovens que, embora saídos naquele ano do PCP, como Fernando Rosas, com o objectivo de se afastarem da UEC, apoiaram no entanto o Partido nas eleições. Assim, apesar de ter começado um caminho na direcção de uma progressiva radicalização, as hipóteses legalistas continuavam a ser consideradas importantes pelos militantes desta formação da nova esquerda, em aberta polémica com a tendência contrária que já se fazia sentir nos meios universitários:

Devemos rejeitar uma concepção corrente segundo a qual eleições é igual a traição, palavra de ordem sem nenhum conteúdo político na actual situação e cuja consequência é a abstenção e a paralisação da luta, que é remetida para formas utópicas, que em última análise produz consequências direitistas. É necessário estudar as possibilidades técnicas do trabalho legal permitido durante a época eleitoral.³¹¹

A EDE teve desde logo bons resultados em termos de consenso, como evidencia o facto de, em 1969, uma lista desta organização, com Arnaldo Matos à frente, ter ganho as eleições para a Direcção da Associação Académica de Direito, derrotando uma lista do PCP liderada por Alberto Costa, actual Ministro da Justiça do Governo Socialista.

Todavia, as eleições representaram para a oposição, sobretudo estudantil, um verdadeiro “desencanto”, um elemento que tem uma relevante influência no processo de politização (Tilly,

³¹⁰ Boletim de Rádio Voz da Liberdade, 16 de Julho 1969, transcrição dos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.146, folha 155.

³¹¹ Panfleto da EDE apreendido pela PIDE, Agosto de 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.146, folha 91.

2008: 128). Como evidencia Jorge Costa, “além de incontáveis atropelos à justiça eleitoral, registam-se um recenseamento muito limitado e uma abstenção massiva (acima dos 50% em Lisboa, 42% a nível nacional): votam 15% dos eleitores potenciais”, assim que “os fracos resultados da oposição (130 mil votos) não iludem com respeito ao falhanço do pretendido aval ao regime” (Costa, 2002: 25). Justamente a desilusão com respeito à abertura marcelista e ao êxito das eleições, que tinham constituído fortes elementos da mobilização em 1969, esteve na base da radicalização de alguns sectores da EDE que confluíram no MRPP. Se é verdade que o contraste com o PCP já estava na base do surgimento da EDE, de facto, ainda nas eleições de 1969, esta ruptura não parecia tão radical. Neste sentido, a EDE fornece um exemplo bastante claro da trajectória de uma parte da esquerda estudantil que, depois da desilusão eleitoral, abandonou a hipótese institucional e legalista para um caminho mais radical, contribuindo para o nascimento de uma das formações marxistas-leninistas mais activas no panorama lisboeta dos últimos anos do regime e durante o processo revolucionário: o MRPP.

Que no mês de Novembro, depois do desencanto provocado pelas eleições, o movimento estudantil entrasse numa fase de redefinição estratégica, era referido também pela PIDE, segundo a qual os dirigentes estavam a tentar “cativar” o interesse estudantil através de iniciativas e novos repertórios que tinham sido refinados no período eleitoral pela CDE. Tratava-se de iniciativas sobretudo de carácter cultural, pedagógico e desportivo de aparente conteúdo neutral, mas, na opinião das forças de polícia, que disfarçavam intentos de politização. Era uma estratégia que a polícia considerava consequente ao período de desilusão, em que “a maioria dos estudantes está cansada da demagogia usada pelos dirigentes do movimento estudantil”.³¹² A necessidade de uma mudança de rumo depois da desilusão eleitoral foi também objecto de uma reunião de dirigentes, na qual tomaram parte alguns informadores da PIDE, que referiram ter sido decidida uma completa “revisão de alto a baixo de todos os processos tradicionais de actuação e decisão”, sendo uma das alterações mais relevantes o desejo de manter todos os estudantes permanentemente informados das decisões dos dirigentes.

Assim, como se viu no caso da EDE, foi sobretudo depois das eleições que o processo de radicalização e politização do movimento lisboeta se intensificou, em ampla antecendência e com uma maior força com respeito a Coimbra. Muito mais cedo, em relação seja aos seus colegas coimbrãos seja aos do Porto, os estudantes lisboetas não só adoptaram repertórios de contestação marcadamente agressivos, mas também *issues* radicais, seja do ponto de vista social, como o da “revolução sexual”, seja do ponto de vista político, como o da luta contra o Estado burguês, quer

³¹² Relatório da PIDE de Lisboa, 6 de Novembro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.166, folha 262.

fosse encarnado por um regime autoritário quer por um democrático. Contemporaneamente, tornava-se cada vez mais evidente, também aos olhos do Governo, que a reabertura das associações académicas podia representar uma questão menor, afinal até de fácil resolução e que teria canalizado a conflitualidade estudantil dentro de organismos mais controláveis, representando uma espécie de barragem ao extremismo. Era um cálculo estratégico bastante razoável por parte das autoridades, que compreendiam ser a existência de um canal legal de representação uma forma eficaz para “ancorar” tendências radicais que se podiam tornar destrutivas.

Esta resolução, que já emergia da nota publicada pelo *Diário de Notícias* em Dezembro de 1968, chegava todavia com colossal atraso relativamente a reivindicações que tinham sido formuladas um decénio antes. A politização do meio universitário tinha pois produzido repertórios e reivindicações de um nível completamente diferente: como salienta Benamor Duarte, os estudantes já tinham saído da universidade e, uma vez na sociedade, já tinham adoptado novas formas de luta e novos objectivos, como o fim do regime e a vitória do proletariado. Assim, parcialmente ganhas as lutas para a liberdade associativa, para a representação estudantil e a liberdade de expressão dentro da universidade, uma parte do movimento estudantil estava pronta para deixar as temáticas corporativas e apontar mais alto. Esta será a história do movimento estudantil nos últimos anos do regime, quando se tornou cada vez mais político e cada vez mais lisboeta, pelo que mesmo na capital portuguesa se repetiam quase diariamente episódios de protesto, cujas notícias se entrelaçavam com as das actividades propriamente terroristas. Tratava-se, na maioria dos casos, de pequenas mobilizações de estudantes, que não envolviam a massa estudantil, mas que tinham uma carácter muito radical, assim como sugerido pelos vários grupos maoistas e também pelo boletim *O Comunista*, que analisámos.

A Universidade de Lisboa: “autêntica caldeira de revolucionários”

Recursos e repertórios na alvorada dos anos Setenta

No princípio de 1970 era evidenciada uma situação na academia lisboeta em que, e isso parece-nos quase paradoxal, não parecia “previsível um surto de carácter revolucionário”, ainda que houvesse uma “certa efervescência em Letras e Direito”.³¹³ Todavia, sobretudo em Letras, esta agitação dificilmente, na opinião das autoridades, se transformaria em subversão, devido ao

³¹³ Relatório do informador da DGS Glória e Vera Cruz sobre o ISCEF, 19 de Janeiro 1970, em de Lisboa, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.166, folha 139.

facto de a maioria da população académica daquela faculdade ser representada por raparigas. Também era evidenciada uma certa mobilização no Instituto de Estudos Sociais (IES), futuro Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), criado em 1963 no âmbito do Ministério das Corporações e Previdência Social e ao qual pertenciam vários elementos influentes do movimento estudantil. O IST, por outro lado, “embora possa ser considerado como centro dos comandos do movimento”³¹⁴, segundo as autoridades, não parecia apresentar “sintomas” de agitação.

Um dos pontos mais nevrálgicos da altura era o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), onde a partir do mês de Fevereiro de 1970 se realizaram uma série de reuniões nas quais participaram também 21 assistentes. Os temas mais debatidos eram a reforma do ensino, a situação da luta estudantil e a linha estratégica para adoptar no futuro. O Presidente da AEISCEF, Ferreira de Sousa, informava os colegas que o Conselho Escolar tinha resolvido fechar as aulas durante 10 dias, de forma a tentar desmobilizar os estudantes. Para evitar o fecho, os alunos decidiram dirigir-se igualmente ao instituto e ocupar durante a noite a sede da AE, para que só pudesse ser fechada através da intervenção da polícia. Um assistente também referiu que o Conselho Escolar tinha realizado um inquérito entre assistentes, para avaliar a posição deles com respeito ao fecho, mas que a maioria das folhas preenchidas tinham sido deitadas fora. Os próprios assistentes evidenciaram a exigência de realizar uma reunião do seu sector, mas, “quando se foram embora, Lino Fernandes salientou que não havia grande comunhão com eles, pois eram elementos privilegiados”.³¹⁵

Estas primeiras reuniões, com a presença também de uma parte do corpo docente, em volta da situação do movimento estudantil e das decisões a tomar no caso de uma acção dura por parte das autoridades, decisões que iam no sentido de uma verdadeira ocupação, abriam o caminho à estação dos cursos livres. Tratava-se de um novo elemento no repertório da actividade conflitual estudantil, que ao mesmo tempo tinha a função de unir, informar e politizar os estudantes. Os cursos livres, realizados dentro das próprias universidades e nalguns casos por alguns professores, eram sobre assuntos diversos, dependendo também da faculdade que os organizava, sendo os primeiros realizados no ISCEF dedicados ao estudo do capitalismo português. Segundo algumas fontes, os cursos livres constituíam um momento decisivo na renovação do movimento estudantil no início da década de 1970:

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ Relatório do informador da DGS Glória e Vera Cruz sobre o ISCEF, 5 de Fevereiro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.166, folha 85.

Tratava-se de iniciativas ou das Associações de Estudantes, neste caso da AEISCEF, ou de grupos de estudantes com forte motivação política que pretendiam combater a hegemonia tradicional do PCP nos meios estudantis. Publicando textos e documentos sobre questões de actualidade, traduzidos de publicações marxistas estrangeiras, forneceram a muitos estudantes um acesso actualizado aos debates políticos que se realizavam fora de Portugal e de que a censura impedia o conhecimento. Por outro lado, ao confrontarem os professores com “cursos” alternativos, aceleravam a radicalização política dos estudantes, acentuando as deficiências de formação pedagógica ou a denúncia dos compromissos políticos do corpo docente³¹⁶

No texto de apoio n.1 elaborado pelos membros da AEISCEF, por exemplo dizia-se que:

Não se trata de substituir “fisicamente” o prof. Labisa e Matioli por professores tecnicamente mais competentes, pedagogicamente mais “sabidos”, mais ou menos autoritários; trata-se e É AÍ QUE RESIDE TODA A IMPORTÂNCIA do Curso Livre, de lançar embriões de discussão de base, onde, e através dos quais as pessoas sintam a “sua” alternativa, possibilitando aos grupos de trabalho experimentarem forças perante a investigação crítica dos fenómenos sociais, doseando intervenções no curso por parte dos grupos que mais afincadamente tenham estudado certos pontos da matéria, tornando desta maneira o curso livre uma experiência verdadeiramente colectiva e empreendedora.³¹⁷

O informador Glória e Vera Cruz, que desde os finais dos anos Sessenta será o homem da PIDE no ISCEF, assinalava que, durante os cursos livre naquele instituto, era distribuído um boletim chamado “Contra a Fábrica” em que, entre outros, se reproduzia um texto de Simone Weil extraído de *La condition ouvrière*. Sempre no ISCEF, entre 3 e 28 de Fevereiro de 1970, houve uma paralisação quase total das aulas teóricas, que foram substituídas por cursos livres, uma situação que se esperava continuasse até ao princípio do mês de Março. Estes seminários estavam portanto na linha com a exigência que se tinha manifestado já a partir da metade dos anos Sessenta, em alguns sectores do movimento estudantil e entre os intelectuais da nova-esquerda, de procurar novos caminhos para além do marxismo ortodoxo, assim como salientavam também os autores em volta da revista *Cadernos de Circunstância*:

Uma das tarefas teóricas fundamentais será a de reunir e articular coerentemente os elementos de análise e reflexão já fornecidos por toda a corrente “esquerdista”, que vai desde o spartakismo (Rosa Luxemburg, Karl Liebknecht, Franz Mehring) até às oposições de esquerda dentro do próprio partido bolchevique (comunistas de esquerda, centralistas-democráticos, Oposição operária, etc.), passando pelos teóricos dos Conselhos Operários (Gorter, Pannekoek, Otto Ruhle, Mattick, etc), para chegar hoje aos representantes actuais da crítica radical das burocracias de estado no interior dos países de Leste.³¹⁸

³¹⁶ <http://estudosobrecomunismo.weblog.com.pt/arquivo/016544.php>

³¹⁷ “Uma explicação”, Curso Livre do TE - Texto de Apoio nº1, em <http://estudosobrecomunismo.weblog.com.pt/arquivo/016544.php>

³¹⁸ *Cadernos de Circunstância*, Março 1969, Nova Série, n., p.7.

Nalguns colóquios realizados no âmbito dos cursos livres do ISCEF participaram também elementos do grupo reunido à volta da revista *O Tempo o Modo*, dos quais é sobretudo lembrada, por Vera Cruz, uma intervenção sobre “Portugal colonialista ou colonizado?”. Entre os dirigentes estudantis na base destas iniciativas eram assinalados Eduardo Ferro Rodrigues e José Manuel Félix Ribeiro. Este último, sublinhava Vera Cruz, afirmava que “o movimento estudantil devia ser visto numa perspectiva política”.³¹⁹ Outros cursos livres foram realizados sobre “Os sistemas económicos e os impostos, no capitalismo e no socialismo. Comparação com o caso português”.³²⁰ Um dos objectivos declarados da realização dos cursos livres, além de informar e fornecer instrumentos críticos de análise sócio-económica heterodoxos em relação aos divulgados pela universidade, era tentar manter viva a mobilização dos alunos depois da incorporação militar dos principais dirigentes académicos. Assim, apontava-se nesta iniciativa para “mesmo sem dirigentes, a grande maioria dos estudantes continuar o seu protesto e a sua acção de reivindicações estudantis, e isso graças à elevada consciencialização dos problemas fundamentais por parte dos estudantes”.

Na opinião dos estudantes, o Governo teria assim deixado de atingir os dirigentes, um plano que o informador Vera Cruz todavia achava “muito teórico e pouco viável na prática”, sobretudo porque, “por muito intensa que seja a acção dos dirigentes associativos, não conseguem atingir os estudantes salvo raros casos”, assim “nunca conseguirão a tal consciencialização genérica e profunda que pretendem”.³²¹ Era também evidenciado que, no ano de 1969, tinham emergido sobretudo três grupos: o primeiro e maior, formado por elementos “entusiasmados com a vida escolar”, aderindo de forma provisória e inconsciente ao movimento; o segundo, composto por elementos muito activos e o terceiro de “alheios ao movimento mas descontentes”.³²² Em 1970, pelo contrário, os grupos eram sobretudo dois e muito bem delineados: um, muito reduzido, de activistas muito politizado; o outro, maioritário, de indiferentes.

Todavia, apesar destas declarações, o facto de as autoridades considerarem perigosas estas iniciativas era confirmado pela constante presença de informadores nas sessões, os quais depois relatavam de forma pontual tudo o que se tinha debatido e a apreciação que os vários assuntos tinham recebido. Os estudantes estavam conscientes deste pontual controlo e isso levava em

³¹⁹ Relatório do informador da DGS Glória e Vera Cruz sobre o ISCEF, Fevereiro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3373, PT. 212, folha 42.

³²⁰ Relatório do informador da DGS Glória e Vera Cruz sobre o ISCEF, Fevereiro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3373, PT. 212, folha 92.

³²¹ Relatório do informador da DGS Glória e Vera Cruz sobre o ISCEF, Fevereiro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3373, PT. 212, folha 123.

³²² *Ibidem*.

vários casos a episódios de grave tensão.³²³ Por exemplo, como relatou o verdadeiro informador Vera Cruz, enquanto eram distribuídos os textos de base para os cursos, o estudante Almeida Fernandes acusou um indivíduo aí presente de “ser um PIDE”. Para o fazer sair, os estudantes declararam então que se tratava de uma reunião só de alunos, assim ele “saiu rodeado de cinco pessoas ameaçadoras”.³²⁴ Vera Cruz, por seu lado, era muito provavelmente um estudante, pois, além de ter podido ficar na sala da reunião, noutra informação falava dos outros alunos como “colegas”. O informador afirmava também que “o tipo podia não ser da DGS, mas não era estudante”.³²⁵ Também através destas iniciativas, no ISCEF o processo de politização parecia estar já muito adiantado, como emergia dos textos apresentados numa série de colóquios sobre o sindicalismo, entre os quais a polícia evidenciou escritos de Rosa Luxemburg e exemplares dos *Quaderni Rossi*, a histórica revista italiana fundada em 1961 por heterodoxos do PCI e que grande importância teve no surgimento do operáismo italiano. Num destes colóquios, considerava-se como uma falsa abertura a introduzida pelo Governo Caetano, assim que os operários não deviam acreditar nela, mas sim continuar na verdadeira luta contra o regime.³²⁶

Na última sessão, o relator Jorge Almeida Fernandes afirmava a necessidade de promover a união sindical na cintura industrial de Lisboa e depois criar uma ligação entre operários e camponeses. Passou seguidamente a evidenciar que as greves daquela altura na Lisnave tinham demonstrado que não era necessária uma politização prévia do povo português para conseguir o levantamento, sendo a coisa mais necessária a organização.³²⁷ Com efeito desta cada vez mais intensa politização, o ISCEF foi fechado, decisão que provocou, a 8 de Maio, a ocupação do instituto por parte de centenas de estudantes, os quais desenvolveram uma reunião geral interrompida pela PSP e obrigada a continuar no IST, com a presença de estudantes também de outras faculdades. Da actividade de análise política levada a cabo pelos estudantes do ISCEF saiu em Outubro de 1970 um documento definido “proposta de uma linha de acção para o Movimento Associativo”, que visava a defender as Associações de Estudantes como “base mínimas de organização do movimento estudantil”.³²⁸ Deste documento emergia uma situação em que as

³²³ Uma situação parecida esteve na base dos acontecimentos em que foi morto, em 1972, o estudante Ribeiro dos Santos.

³²⁴ Relatório do informador da DGS Glória e Vera Cruz sobre o ISCEF, Fevereiro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3373, PT. 212, folha 67.

³²⁵ *Ibidem*.

³²⁶ I Relatório do informador da DGS Glória e Vera Cruz sobre o ISCEF, 14 de Abril 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3361, folha 253.

³²⁷ O interesse dos estudantes para com as lutas dos operários da Lisnave era já emergido no final de 1969, quando o boletim do IST, *Binómio*, dedicou ao assunto um número especial (*Binómio*, edição especial, 17 de Novembro 1969).

³²⁸ Relatório do informador da DGS Glória e Vera Cruz sobre o ISCEF, Outubro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3361, ISCEF, folha 160.

Associações de Estudantes passavam definitiva e abertamente a serem consideradas instrumentos de luta política e já não apenas meios de representação e defesa dos direitos estudantis.

Os objectivos desta luta política também apareciam inseridos num discurso radical e anti-autoritário em que não só era criticada a forma do regime político, mas também a organização sócio-económica da sociedade capitalista, que estava a readaptar a universidade às “exigências do capital monopolista”. Nestas condições, o movimento estudantil, ameaçado como o operário, podia dar o seu contributo à “radicalização da luta de classe em Portugal”³²⁹, através os seguintes pontos: “1) combate ao conteúdo classista do ensino e ao processo de dominação do capital sobre toda a sociedade; 2) combate às formas de enquadramento e selecção dos estudantes, sobretudo contra o processo de selecção política realizado na universidade sob a capa ideológica da competência e do saber (exames e notas); 3) combate ao autoritarismo, indissolivelmente ligado à universidade capitalista, pedagógico, administrativo e policial; 4) combate à passividade e parcelização dos estudantes, condição base do chamado processo de aprendizagem da divisão capitalista do trabalho”.³³⁰

A estratégia para realizar este plano apresentava elementos típicos da acção da nova esquerda, marxista-leninista e diferenciava-se radicalmente dos programas de mobilização defendidos pelos expoentes do PCP e que temos vindo a delinear em mais pontos do nosso estudo: “impor na prática as decisões dos estudantes paralisando, sempre que necessário, o funcionamento da instituição, ocupando o tempo e o espaço universitário assim conquistado sob controlo estudantil para o pôr ao serviço das lutas populares”.³³¹ Nesta altura, também as forças de ordem já parecem mais atentas em distinguir entre comunistas e outras correntes, sobretudo maoísta e declaravam, no princípio de 1971, esta última corrente parecer maioritária no ISCEF³³². Sempre neste estabelecimento desenvolveu-se grande parte da actividade estudantil no mês de Janeiro de 1971, com várias reuniões gerais, que sempre contaram com a intervenção da PSP, facto que convenceu alguns dirigentes da opinião que “a RIA aberta a todos os estudantes deve ser substituída por reuniões secretas de direcções das Associações de Estudantes”³³³. A reacção institucional estava mais uma vez a ir no sentido de isolar os activistas mais politizados, isolamento que tinha como efeito, como se viu, uma aceleração no processo de radicalização e polarização.

³²⁹ *Ibidem.*

³³⁰ *Ibidem.*

³³¹ *Ibidem.*

³³² Relatório da DGS sobre o ISCEF, 14 de Janeiro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3361, folha 99.

³³³ Relatório da DGS sobre o ISCEF, 25 de Janeiro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3361, folha 93.

Por outro lado, a polícia já tinha entregue várias notificações às AE do IST, da Faculdade de Ciências de Lisboa e do ISCEF, na pessoa dos seus dirigentes, como efeito da nota oficiosa do Ministro da Educação que ia no sentido de as associações não poderem continuar a “exorbitar dos seus fins”.³³⁴ Todavia, evidenciava-se que nenhuma das AE tinha cumprido as disposições, tornando-se necessário, na opinião da DGS a realização até de uma “reunião geral do conselho de segurança pública”, com o fim de dispor imediatamente ao encerro das respectivas instalações, com apreensão de todo o mobiliário e os instrumentos. Mais uma vez, percebia-se que a eliminação dos recursos materiais da mobilização era uma das vias mais eficazes, no imediato, para cortar a sua difusão. No entanto, no mês de Abril de 1971 começava no ISCEF a campanha para as eleições da nova DG da AE para o ano 1971-1972. A lista A era formada por elementos que já integravam a DG (como Eduardo Graça e Eduardo Ferro Rodrigues) ou estavam a ela ligados e portanto propunham uma linha política parecida à dos anos anteriores: anti-capitalismo, politização e consciencialização das massas. A lista B, por outro lado, propunha uma direcção emblematicamente sintetizada no slogan “evolução na continuidade”.³³⁵ Em 1971, os episódios subversivos em Lisboa concentraram-se mais uma vez no mês de Maio. Elementos da Associação de Estudantes de Ciências, com colegas de outras escolas, tinham espalhado na rua um comunicado considerado injurioso e subversivo, cuja circulação, como sublinhava uma nota da DGS, era considerada proibida pelo art.10 do decreto-lei 12008 de 1926. Agentes da PSP tinham logo intervindo para proibir a propaganda, mas, segundo as fontes oficiais, tinham sido violentamente agredidos, com o resultado de um agente ferido e de nove estudantes presos.

A Associação de Estudantes de Ciências – sob o controlo de uma comissão Administrativa nomeada pelo Governo entre 1965 e 1969 – foi logo fechada e ocupada pelas forças da ordem por tempo indeterminado, enquanto na sua sede eram encontrados 700 kg de propaganda “subversiva”. Alguns dias depois, era fechada a própria Faculdade de Ciências, que voltou a ser aberta apenas em meados de Junho para a altura dos exames, mas sob uma atenta supervisão das autoridades académicas. Com o novo ano, o conflito radicalizou-se ainda mais, sobretudo a partir da Faculdade de Direito, já instituição incubadora das tendências maoístas. No mês de Fevereiro, os estudantes de direito boicotaram as aulas dos professores contrários ao movimento estudantil, realizando também reuniões tumultuosas. A direcção da faculdade suspendeu então quatro alunos

³³⁴ Relatório da DGS sobre o ISCEF, 3 de Fevereiro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3361, folha 78.

³³⁵ Relatório da DGS sobre o ISCEF, Abril 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3361, Folha 19, Abril de 1971.

que tinham presidido às mesas das reuniões de curso.³³⁶ Em face disso, o movimento estudantil convocou um meeting e o director pediu a intervenção da PSP. Assim, foram instaurados alguns processos disciplinares, aos estudantes maoístas Maria José Morgado, a João Pedro Chagas, a Galamba de Oliveira e a Ribeiro dos Santos. Apesar da repressão, continuava a greve de quase todos os anos de curso, que motivou a suspensão também do grupo cénico.

Os estudantes protagonistas destas acções provinham da Faculdade de Ciências, do IST e do (ISCEF). É interessante observar que, mais uma vez encontramos o IST como um dos estabelecimentos mais activos na mobilização, juntamente com, a partir da segunda metade dos anos Sessenta, o ISCEF. Este dado aparece ainda mais significativo se pensarmos que em meados dos anos Sessenta se tratava dos dois ramos de estudo, o de engenharia e o de ciências económicas e sociais, mais escolhidos por estudantes oriundos dos grupos sócio-profissionais mais baixos.³³⁷ A mesma consideração pode-se fazer a respeito dos estudantes oriundos de famílias sem nenhuma instrução ou com apenas a instrução primária, os quais escolhiam as faculdades de Engenharia e de Economia e Finanças, mas juntamente com as de ciências exactas e naturais.³³⁸

A Faculdade de Direito

Muito provavelmente, o centro de maior inovação política, sobretudo a nível ideológico, era representado pela Faculdade de Direito, devido também ao tipo de estudos aí desenvolvidos. A faculdade inaugurou o começo de 1970 com uma greve, a partir de 21 de Janeiro, cujo êxito era atribuído em larga parte à posição que teria assumido o corpo docente. Afinal a greve, devida à escassa mobilização, foi realizada com o recurso a métodos agressivos de impedimento das aulas, como piquetes e interrupção das lições. Na base da greve estavam sobretudo quatro reivindicações: abolição do regime de faltas e das frequências, diminuição do número de alunos por aula prática, abertura da faculdade à noite para os estudantes trabalhadores, representação paritária dos estudantes através da AE nos órgãos governativos da universidade (Lourenço *et alia*,

³³⁶ Relatório da DGS sobre a FCUL, 11 de Fevereiro 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3376-PT.196, folha 81.

³³⁷ Sedas Nunes identifica 4 grupos sócio-profissionais, sendo o I o mais baixo e o IV o mais alto. Os estudantes oriundos do grupos I, que representam 4,2% de toda a população estudantil, são distribuídos, de entre as várias faculdades, da seguintes forma: 3,9% Letras; 2,7% Belas-Artes; 5,4% Direito; 7% Ciências Económicas e Financeiras, 3,1% Ciências Exactas e Naturais; Medicina e Farmácia 2,3%; 7% Engenharia; 2,5% Agronomia e Medicina Veterinária (Nunes, 1969: 97).

³³⁸ Fonte: “Distribuição segundo os níveis paternos de instrução dos estudantes dos vários ramos de ensino”, ano 1963-64, em *Ibidem*, p.96. Neste caso, a distribuição dos grupos é segundo o nível de instrução do pai: nenhum ou primário, secundário ou médio, superior. Os estudantes filhos de pais sem instrução ou com instrução primária, 35% do total da população estudantil, são assim divididos: 34,6% Letras; 26,3% Belas Artes; 33,1% Direito; 43,7% Ciências Económicas e Financeiras; 41,4% Ciências Exactas e Naturais; 34,1% Medicina e Farmácia; 26% Engenharia; 17,5% Agronomia e Medicina Veterinária.

2001: 163). Na madrugada de dia 18 de Fevereiro, a sede da Secção de Propaganda da AEFDL foi assaltada e, na manhã seguinte, os estudantes grevistas entram em choques com “alguns elementos que, armados com matracas, tentam romper a organização da greve” (Lourenço *et alia*, 2001: 164).

A faculdade foi encerrada por decisão do conselho escolar, a AE invadida pela polícia que apreendeu vária documentação e que, entre 20 e 21 de Fevereiro, efectuou numerosas prisões. Em Março de 1970, a Faculdade de Direito encontrava-se ainda fechada, sendo esta a motivação pela qual “não se tem verificado na cidade universitária acontecimentos dignos de menção”.³³⁹ Esta consideração, todavia, era acertada apenas com respeito ao curto prazo, pois no longo prazo estes fechos contribuirão para a difusão e contacto dos estudantes mais activos com os colegas de outras faculdades, com o êxito de um movimento praticamente unitário. De facto, os estudantes de Direito realizavam, no período de fecho da faculdade, as suas reuniões nos estabelecimentos de Letras.

A estratégia de fechar a universidade, ou seja, eliminar à raiz o espaço físico do qual se activava a mobilização dos recursos estudantis, tornou-se nos últimos anos do regime numa das respostas mais habituais por parte das instituições. O normal funcionamento das universidades era assim bastante sincopado no fim do Estado Novo, uma situação que, se por um lado podia talvez ter algum resultado em desmobilizar a massa estudantil, por outro lado apresentava dois sérios efeitos colaterais, também salientados em várias ocasiões pela PIDE. Em primeiro lugar, eliminar a sede central da dinamização, que todavia era uma sede em princípio legal e institucional, podia ter a consequência, como de facto teve, de radicalizar o movimento, que encontrava formas de canalização menos institucionalizadas e menos controláveis fora da universidade, em circuitos clandestinos.

Em segundo lugar, o fecho da universidade, atingindo não só os estudantes “subversivos”, mas toda a população estudantil, também não politizada, podia solicitar a reacção dos que se tinham demonstrado indiferentes aos outros impulsos mobilizadores propostos pelo movimento. Além disso, era fácil que os estudantes que não podiam aceder às instalações das suas universidades, utilizassem as instalações de outras faculdades para se reunirem, fosse com fins simplesmente conviviais, fosse com fins políticos. Em ambos os casos, este fenómeno podia contribuir para a difusão da mobilização de uma universidade às outras, uma eventualidade que, cedo percebida pelas autoridades, determinou mais à frente a adopção de algumas contra-medidas, como a

³³⁹ Relatório da DGS sobre a FDUL, 14 de Março 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.166, folha 24.

obrigação de apresentar, ao entrar na faculdade, um cartão que demonstrasse a efectiva inscrição naquele instituto.

Era também de considerar que as faculdades não podiam permanecer fechadas por um tempo indeterminado e que, uma vez reabertas, os problemas podiam representar-se iguais. Assim, quando em Abril a Faculdade de Direito foi reaberta, voltou desde logo a ser a mais activa no meio estudantil lisboeta, voltando imediatamente à greve para protestar contra as prisões dos colegas. A greve foi suspensa apenas aquando da declaração do Ministério da Educação Nacional que, segundo os dirigentes de Direito, criava um “conjunto de condições e problemas novos à acção estudantil”. Era assim deliberada a revogação da greve, a suspensão das actividades e o pedido de um encontro com o Ministro.³⁴⁰ Entretanto, saía uma disposição que impedia o acesso dos estudantes à faculdade se não tinham o Bilhete de Identidade.

Aproximava-se ao mesmo tempo um período de convulsões profundas dentro da própria AE de Direito, depois das lutas levadas a cabo por aquele organismo durante todos os meses anteriores. Assim, no princípio do novo ano lectivo (1970-1971), a Direcção Geral da AE de Direito desagregou-se, levando à sua inexistência total.³⁴¹ Com efeito, durante as RIA, eram convocados não os dirigentes, mas os candidatos das duas listas: “Pela Universidade do Povo”, de matriz comunista e “Ousar Lutar, Ousar Vencer”, ligada ao MRPP. Alguns elementos da lista “Ousar Lutar, Ousar Vencer” acusavam no entanto várias direcções de AE de não prestarem apoio suficiente à Associação do Instituto Industrial de Lisboa (IIL), que era ameaçada de desaparecimento. Na opinião dos informadores da PIDE, todavia, esta era simplesmente uma manobra divisionista, pois, por exemplo, a AEIST tinha prestado um “enorme auxílio financeiro”.³⁴²

A PIDE justificava esta posição divisionista com o isolamento em que se encontravam os antigos dirigentes da AE de Direito, os quais estavam na base da lista “Ousar Vencer”, que recorriam a estes métodos para procurar mais atenção, sobretudo no momento em que aparecia a nova lista, mais moderada, “Pela Universidade do Povo”, a qual tinha muito consenso e que pretendia ligar o movimento de Direito ao movimento federativo. Esta hipótese federativa implicava que o movimento associativo, o qual “goza de um certo nível de especificidade” não “reproduzisse ao seu nível linhas especificadamente políticas e não se concebesse a si próprio

³⁴⁰ Relatório da DGS sobre a FDUL, Abril 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3373, Faculdade de Direito, folha 50.

³⁴¹ Relatório da DGS sobre a FDUL, 21 de Outubro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.194, folha 209.

³⁴² Relatório da DGS sobre a FDUL, 24 de Outubro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.194, folha 208.

dentro do contexto de luta pelo poder político”.³⁴³ Esta questão, sustentavam os informadores, colocava de uma nova forma o problema da politização das Associações de Estudantes, devendo-se distinguir três ópticas:

A existência das associações como estruturas associativas democráticas com métodos de acção sindicais no seio de uma sociedade censurante implica uma politização inerente que produz associações e interacções dada a variabilidade de abertura do sistema, mas sem escapar da sua afirmação como associações; toda a conotação política que o tratamento de matérias sindicais abarcam-se a questões como a abolição da lei militar, tem alcance político mas ponto de partida não. Por enquanto, o objectivo fundamental é uma reforma do ensino.³⁴⁴

“Universidade do Povo”, como explicado pelo programa da lista, era um dos objectivos estratégicos do movimento estudantil, que se via como o resultado do processo de democratização do ensino, “colocado ao serviço das classes trabalhadoras, por oposição à universidade burguesa”.³⁴⁵ Como já previsto pelo programa do MDE, a luta estudantil, segundo a lista comunista, não era nem o único nem o principal processo tendente à transformação da universidade, “antes se inseria numa luta a um nível mais vasto: a luta de classe”.³⁴⁶ Nessa perspectiva é que se devia entender o sindicalismo estudantil, assim como o significado da repressão.³⁴⁷ Assim a prática associativa era essencialmente prática de defesa dos direitos dos estudantes, através de: “luta pedagógica, batalha da informação, luta pela participação activa do estudante trabalhador na vida das associações, luta contra a repressão, alargamento de base dos colaboradores”.³⁴⁸ Havia também uma terceira lista, chamada “lista independente”, que pretendia representar todos os estudantes “sem limites ideológicos e faccionistas”.³⁴⁹ Mal eleitos, os corpos gerentes da AEFDL na pessoa do primeiro e segundo secretário de mesa de assembleia-geral, Hélder Mateus Silva Lima dos Santos e José Rebelo Barreiros, receberam logo uma notificação por parte da DGS, na qual se afirmava que, nos termos da nota oficiosa do MEN de 22 de Janeiro 1971, as Associações de Estudantes “não podem continuar a exorbitar dos seus fins e devem cessar toda a actividade de propaganda política e toda a actuação ilegal”.³⁵⁰

³⁴³ Programa da Lista candidata à AAFDUL “Pela Universidade do Povo” apreendido pela DGS, 3 de Novembro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.194, folha 191.

³⁴⁴ *Ibidem.*

³⁴⁵ Programa da Lista candidata à AAFDUL “Pela Universidade do Povo” apreendido pela DGS, Novembro 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.194, folha 189.

³⁴⁶ *Ibidem.*

³⁴⁷ *Ibidem.*

³⁴⁸ *Ibidem.*

³⁴⁹ *Ibidem.*

³⁵⁰ Relatório da DGS sobre a FDUL, Fevereiro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3375-PT.195, folha 171.

A AE de Direito era desde logo sujeita às sanções previstas pelo artigo 4 do decreto 391660, em que se afirmava: “Não podem ser admitidas às reuniões ou assembleias pessoas estranhas, que não sejam sócios, nem serem utilizadas as instalações para a impressão de comunicados, manifestos ou panfletos ou outros escritos subversivos sob a pena de encerramento e apreensão dos instrumentos de harmonia com o estabelecido pelos artigos 23 e 24 do decreto 37.447”.³⁵¹ Era evidente que nenhuma Associação de Estudantes teria aceite, naquela fase de politização, as directivas do decreto. Já não se tratava de defender as Associações frente às tentativas de controlo por parte das autoridades, como se tinha verificado até à crise de 1969, mas agora, com as Associações livres de existirem e de elegerem os seus representantes sem grandes problemas, a aposta tornava-se mais alta: estes organismos deviam manter a sua função propulsora de mudança política e mobilização.

Outro aspecto, considerado pelas forças da ordem de maior gravidade, é o “incitamento mais ou menos declarado e talvez mesmo o apoio à deserção de jovens mobilizados para o ultramar”.³⁵² Salientava-se o exemplo de um jovem, Manuel Carreira Rosa, filho de um funcionário das finanças, que há poucos dias de embarque tinha fugido para França, com outros cinco rapazes. O segundo período do ano lectivo 1970-1971 abria-se com o “tão esperado” anúncio de que uma reforma geral do ensino se ia empreender. Concomitantemente, o próprio Presidente do Conselho pedia que os projectos de reforma fossem “amplos e livremente discutidos”.³⁵³ No entanto, um comunicado da RIA, dirigido ao Conselho Escolar da Faculdade de Direito, evidenciava que “tem sido difícil a condição possibilitante deste estudo pela vaga repressiva que tombou sobre estudantes e que justificou a moção n.1 aprovada na RIA de 19 de Fevereiro de 1971”.³⁵⁴ Além disso, os estudantes evidenciavam que existia toda uma série de problemas menores, mas também importantes, que os preocupavam, como a questão dos exames semestrais e o problema das faltas. Mais uma vez, tornava-se evidente que a abertura do Governo, como o convite a participar nos projectos de reforma da educação, participação essa que nas fases iniciais da contestação estudantil representava uma das suas reivindicações principais, já não era aceite pela minoria mais politizada que dirigia o movimento estudantil nos últimos anos do regime.

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² Relatório da DGS sobre a FDUL, 8 de Março 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.195, folha 132.

³⁵³ Relatório da DGS sobre a FDUL, Março 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.195, folha 92.

³⁵⁴ RIA, dirigido ao Conselho Escolar da Faculdade de Direito, apreendido pela DGS, Março de 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3622-PT.195, folha 92.

Mobilizar contra a guerra

Uma das mais importantes inovações deste período é certamente o facto de a guerra colonial se tornar finalmente numa das temáticas principais da agitação estudantil e não só, depois de anos de abordagens ambíguas e hesitantes. Os grupos radicais consideravam oportuno aquilo que os *Cadernos de Circunstância* definiam como “a deserção maciça” enquanto “forma radical de se recusar a ser utilizado como agente da repressão”³⁵⁵. Assim, apesar das diferenças ideológicas, era preciso ter presente que, “sendo o contexto da guerra aquele que determina em última instância a crise portuguesa [...], é a luta contra a guerra que constituirá finalmente o elemento unificador das lutas actualmente dispersas”³⁵⁶. Muito provavelmente, a aquisição definitiva do anti-belicismo, bem como o apoio aberto à deserção e à fuga ao serviço militar, estão ligados à menor influência do PCP no meio estudantil e à aumentada presença de grupos radicais, os quais, como se viu, contestavam os comunistas ortodoxos pela sua moderação e pela sua estratégia entrista, que de facto envolvia também a sua posição com respeito à guerra. Estes apelos à fuga à incorporação e os apoios logísticos que as organizações de extrema-esquerda conseguiram dar neste sentido foram uma componente importante do grande aumento dos refractários no início dos anos Setenta, quando a sua percentagem atingiu o 20% dos recrutados. Temos todavia que ter em conta, com será melhor explicado no próximo capítulo, que este aumento não se devia apenas a causas políticas, mas também, em muitos casos, a motivações económicas. Deste modo, a fuga à incorporação juntava-se à emigração, que também se intensificou e se tornou mais “jovem” no fim do regime.

Por seu lado, como analisámos antes, o PCP, já desde o importante V Congresso de 1957, ao mesmo tempo que identificava na solução pacífica de transição para o socialismo o caminho para o futuro, tinha afirmado a necessidade da independência das colónias, que até então era considerada subordinada ao fim da ditadura em Portugal. Como vimos, as posições do V Congresso foram ultrapassadas pelo VI, realizado em 1965, com a nova direcção de Cunhal e a adopção de um projecto mais radical para o derrube do regime. Todavia, salientámos também que, apesar deste “novo rumo”, que levou também à constituição de uma organização armada, a Acção Revolucionária Armada (ARA), o PCP manteve até ao fim a convicção de que era necessário continuar a utilizar todos os canais legais de participação, entre os quais o canal eleitoral, e que a luta frontal contra o regime e contra a guerra colonial, apenas teria suscitado maior repressão. Ao mesmo tempo, o partido continuava a aconselhar os seus jovens militantes a

³⁵⁵ *Cadernos de Circunstância*, nova série, n.1, Março de 1969, p.54.

³⁵⁶ *Ibidem*.

não desertarem, a fim de minarem as Forças Armadas do interior, como até certo ponto veio de facto a acontecer em 1974.

No momento em que surgiram diversos grupos políticos mais radicais, que lutavam pela dinamização do ambiente estudantil, a temática da luta contra a guerra colonial e contra o serviço militar tornava-se dominante nos repertórios da mobilização estudantil, que criava novos organismos destinados especificadamente a lidar com o assunto. Um destes organismos, criado pelo MRPP, era o Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC), ao qual se juntaram os Comités de Luta Anti Colonial (CLAC), ligados ao CMLP. Estes últimos, juntamente com o Comité Angola, eram identificados pela DGS no início dos anos Setenta, como as principais organizações “antipatrióticas”, que agiam “no sentido de abalarem o moral dos jovens em idade pré-militar e no cumprimento efectivo de tal missão e convencê-los a desertarem ou a não comparecerem às respectivas incorporações”.³⁵⁷ Sublinhava-se também que esta campanha estava a crescer de dia para dia e que cada vez mais se encontrava nas universidades do país propaganda destinada a incitar elementos das forças armadas à deserção. Significativamente, a mesma propaganda começava a difundir-se entre “os instruendos” das Circunscrições de Serviço Militar (CSM)³⁵⁸.

No princípio de 1971 a Rádio Voz da Liberdade também afirmava a oportunidade de constituir os CLAC, atribuindo a estas entidades a seguinte organização e funções:

Os CLAC devem ser criados nas escolas, nas fábricas, em todos os locais de trabalho e nos quartéis. A criação de organismos clandestinos de um número reduzido de membros trabalhando conforme as regras conspirativas com rigoroso secretismo, firmeza e audácia, é uma condição da continuidade da luta contra a ditadura fascista e contra a guerra colonial [...] Os organismos clandestinos sólidos que constituem verdadeiras estruturas de iniciativa e de coordenação são um factor de desenvolvimento da iniciativa de massa [...] a luta anti colonialista em todas as suas formas e concretamente na forma de sabotagem e ataque à máquina de guerra colonial é justa e patriótica. O povo português não será livre enquanto oprimir outros povos.³⁵⁹

As actividades dos CLAC continuaram até ao fim do regime, assim como a atenção da polícia sobre estes organismos. Em 1972, os CLAC foram objecto também de algumas manobras promovidas pelas forças da ordem, muito provavelmente realizadas por informadores da polícia no meio estudantil, com o objectivo de enfraquecer o movimento. Por exemplo, em meados de Fevereiro, foram espalhados panfletos anunciando uma manifestação organizada pelos CLAC na

³⁵⁷ Relatório da DGS sobre organizações subversivas, 17 de Dezembro 1970, em IAN-TT, PIDE-DGS, SC-CI(2)-14643-7722, Folha 151.

³⁵⁸ *Ibidem*.

³⁵⁹ Boletim de Rádio Voz da Liberdade, transcrição dos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, 12 de Maio 1971, em IAN-TT, PIDE-DGS, SC-CI(2)-14643-7722, Folha 132. O plano não era muito diferente, a nível estratégico, do elaborado pelo PCP na altura da difusão das Juntas Patrióticas.

praça do Martim Moniz, enquanto ao mesmo tempo no IST se distribuíam outros panfletos denunciando a falsidade do primeiro, pois a manifestação era na Praça do Chile e num outro dia.

A resistência e a oposição à guerra ligavam-se por outro lado à luta contra a reforma do ensino, a qual, introduzindo o prazo limite de 3 anos de permanência na mesma disciplina, prazo que, se não fosse respeitado, implicava o impedimento de voltar a matricular-se nela, tinha uma grande relevância do ponto de vista da aceleração da incorporação militar. A relação entre as reformas do processo de exames e as exigências militares era sublinhada, recorrentemente, pelos estudantes nesta altura e de facto com algum fundamento, se pensarmos que o Estado português se encontrava numa carência constante de quadros intermédios no exército, que se dramatizou mesmo nos últimos anos do regime. Foi justamente esta situação, como analisaremos no próximo capítulo, que motivou as medidas de reestruturação dos cursos destinados a atingir o título de oficial, que, levando a um abaixamento do nível de instrução requerido, determinou a reacção dos oficiais profissionais, que viam desprestigiado o seu grau, e que esteve na base das primeiras reuniões do Movimento dos Capitães.

Ao lado disso, a denúncia das despesas da guerra era um argumento que podia facilmente encontrar o consenso dos cidadãos, sobretudo se pensarmos que se estava a aproximar a dramática crise do petróleo de 1973. Igualmente frequentes eram também as denúncias dos gastos militares que, como era sublinhado numa debatida reunião na Faculdade de Medicina em Novembro de 1972, roubavam recursos à universidade. O que se contestava sobretudo era que as decisões relativas à universidade se inserissem sempre numa lógica estranha ao verdadeiro interesse de crescimento cultural e científico dos estudantes, fosse quando as exigências do ensino eram submetidas às da guerra, fosse quando eram pensadas unicamente num contexto de desenvolvimento capitalista. Estas temáticas ligavam-se assim à questão dos problemas relativos à própria universidade, também materiais, como as condições das salas, em muitos casos superlotadas e carentes de estruturas funcionais.

As ondas longas da contestação: um olhar para o Porto e as províncias

O “68” no Porto

As Associações de Estudantes no Porto participaram, pelos menos até aos finais dos anos Sessenta e em alguns aspectos também depois, de forma assaz marginal nas grandes lutas destinadas à promoção da independência associativa do controlo do regime. Além disso, é de

salientar que, também nos momentos de maior mobilização, os estudantes portuenses, na maioria, sempre se mostraram de alguma forma moderados e disponíveis para uma relativa colaboração com as instituições. Em 1968, uma das lutas mais acesas desenvolveu-se no Instituto Industrial (IIP)³⁶⁰, onde a Comissão de Sebentas dos Alunos (CSAIIP) se dedicava à gestão das sebentas e do bar, convertendo os lucros para financiar as suas actividades, sendo todavia obrigada a apresentar as contas ao director do Instituto. A CSAIIP tinha sido fundada em 1959 com o apoio do director do Instituto, mas, como salienta o relatório da PIDE, passando os anos “começou a desviar para a política” e as instalações começaram a ser utilizadas para a impressão de panfletos. Em 1966, com o decreto-lei 47 311, foi criado no IIP um centro de actividades circum-escolares com controlo sobre as outras actividades do Instituto, na mesma linha da comissão administrativa imposta à AAC, sendo director do mesmo centro o director do próprio IIP.

A CSAIIP nunca concordou com esta escolha e sempre se mobilizou para obter a independência. Em Abril de 1966, recolheu trezentas assinaturas e convocou os alunos para uma reunião. No dia estabelecido, os alunos chegaram em massa pretendendo serem recebidos pelo director, que no entanto recusou enquanto os alunos dispersaram de forma ordenada. Todavia, dada a actividade política cada vez mais intensa da comissão, o director pediu para que a mesma fosse fechada e fosse apresentado um relatório de todos os seus bens. A 25 de Abril de 1968, mais uma vez os alunos reuniram-se no Instituto por ter sido fechada a sala da comissão, por ela ainda não ter apresentado o relatório, enquanto no dia anterior tinham sido suspensos os dirigentes. As novas informações com respeito à academia portuense só chegavam à direcção central da DGS no mês de Novembro, ainda de 1968, e evidenciavam que, apesar do ambiente tranquilo no meio estudantil, continuava a chegar propaganda “de fora”, sobretudo de Lisboa, através de panfletos em que, nas palavras do informador da polícia: “o estilo insolente e repleto de ameaças revela por forma bem eloquente os propósitos de subversão que se pretendem atingir abordando um problema que apenas afecta os de Lisboa. Embora se trate apenas de um sintoma, tudo indica que o aparelho de agitação do PCP está montado, o que impõe a diligência necessária”.³⁶¹ Ressalta desta informação que, como na cidade académica do Norte a mobilização era bastante fraca, os estudantes de Lisboa tentavam fazer com que as ondas da contestação envolvessem de alguma forma também os colegas do Porto. Tentativas deste tipo, provindos de Lisboa ou de Coimbra, serão frequentes nos anos seguintes, demonstrando um escasso dinamismo endógeno do meio

³⁶⁰ Relatório enviado à PIDE do Porto pela GNR, 30 de Abril 1968, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3372-pt.173, folha 248.

³⁶¹ Relatório da PIDE do Porto, 16 de Novembro 1968, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3372-pt.173, folha 241.

estudantil portuense, que sempre necessitou, pelo menos até à revolução de 1974, de intervenções de mobilização externas.

Poucos dias depois, a DGS salientava, juntamente com o nítido “recuo das organizações comunistas entre as camadas trabalhadoras”³⁶², o facto de o ambiente académico portuense continuar a não se deixar “sugestionar pelo comportamento dos seus colegas estrangeiros ou por incitamentos de outras origens”.³⁶³ Assim, a Academia do Porto pareceu viver apenas de reflexo os eventos que estavam a perturbar desde os finais de 1968 e durante todo o ano de 1969 a vida universitária de Lisboa e Coimbra. A Delegação do Porto da DGS salientava a este respeito que “a vida estudantil continuava a decorrer à margem de incidentes de natureza subversiva” e que até se tinha formado um sector “mais esclarecido” que se empenhava em desmontar a validade dos argumentos esquerdistas.³⁶⁴ As informações com respeito aos meses seguintes eram todavia contraditórias, demonstrando uma certa confusão por parte das próprias autoridades em perceber os sinais da mobilização crescente. Por um lado sublinhava-se que a vida na universidade do Norte corria sem problemas e que nem a reforma da universidade tinha fornecido pretextos de agitação³⁶⁵, mas por outro era evidente que a reforma da educação e a discussão à volta dela representava uma inovação importante no repertório e nos *issues* da comunidade académica portuense.

“Agentes de subversão” e minorias indiferentes

O anúncio da reforma da educação representava no Porto, como nas outras academias, um eficaz elemento de debate, participação e mobilização que contribuiu para que se realizassem, como nas outras cidades, vários eventos de agregação, socialização e discussão, como sessões de esclarecimento que, se no princípio, como salienta a DGS, não tiveram grande êxito a nível de participação e não foram caracterizadas por um clima de contenda nem extenso nem radical, tiveram igualmente o efeito de mobilizar os estudantes que, sobretudo a partir do mês de Fevereiro, apareciam mais receptivos aos impulsos explicitamente políticos vindos dos outros centros universitários. Já a partir dos finais do mês de Janeiro 1969, de facto, o ambiente académico do Porto parecia entrar numa nova fase em que os estudantes se punham em aberto contraste com o Reitor, pretendendo realizar um plenário apesar da proibição das autoridades.³⁶⁶

³⁶² Relatório da PIDE do Porto, 7 de Dezembro 1968, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3372-pt.173, folha 238.

³⁶³ *Ibidem*.

³⁶⁴ Relatório da PIDE do Porto, 11 de Janeiro 1969, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-10548, Folha 435.

³⁶⁵ Relatório da PIDE do Porto, 15 de Fevereiro 1969, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-10548, Folha 248.

³⁶⁶ Relatório da PIDE do Porto, 22 de Fevereiro 1969, IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-10548, Folha 197.

O plenário afinal realizou-se, sem aprovação do Reitor, na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto a 27 de Fevereiro de 1969, com a participação, segundo as estimativas oficiais, de 250-300 pessoas e com a difusão de informações a respeito do que estava a acontecer em Lisboa e Coimbra. A mobilização era bastante mais politizada em relação às anteriores e a DGS evidenciava que, além de ser discutida a reforma e criticado o escasso activismo do meio estudantil do Porto, apesar da excepção significativa do IIP, denunciou-se abertamente o regime e as “classes dominadoras”.³⁶⁷ O plenário terminou com a intervenção da PSP, chamada pelo Reitor, que dispersou os estudantes, tendo-se seguido vários incidentes e confrontações, bem como a prisão de um aluno. Estes episódios estiveram na origem de um outro plenário, que se realizou no dia seguinte, com a presença de 1000 estudantes e com a circulação de novas palavras de ordem e slogans cada vez mais radicais como: “abaixo o fascismo”, “é proibido proibir” e “o nosso plenário fez tremer a terra”.

Pretendia-se também a demissão do Reitor e a libertação de todos os estudantes presos e chamavam-se os estudantes a lutar pela “revolução sexual”, o direito à informação e contra a guerra colonial. Foi depois proclamado o luto académico, enquanto os presentes se encarregaram de fazer comícios em todas as faculdades. Por fim, foi marcado outro plenário. A DGS evidenciava que havia “elementos de Lisboa e Coimbra a orientarem os trabalhos” e que estas actividades tinham sido precedidas por uma intensa campanha de incitamento, sobretudo virada para “criar um clima favorável à intervenção da polícia”.³⁶⁸ Para este fim surgiram, nas palavras da polícia, “papelinhos” com frases incisivas e de efeito imediato que, junto com outros mais “compenetrados e reflexivos”, atingiram o objectivo de aquecer a polémica. Assim, a intervenção da PSP que dispersou o primeiro plenário, estimulou a organização da segunda assembleia, bem mais subversiva e que a acção da PSP contribuiu para encher. Nota-se de facto uma crítica pouco velada da DGS à ingenuidade da PSP que, caindo na armadilha dos estudantes radicais, contribuiu para “um surto de desordem na Universidade do Porto de consequências imprevisíveis, até porque os agentes da subversão procuram por todos os meios impedir o abrandamento do clima de tensão que conseguiram criar, tendo já convocado outro plenário”.³⁶⁹

Todavia, a previsão da DGS não se concretizará, pelos menos no futuro imediato. É verdade que foi realizado mais um plenário, no dia 5 de Março 1969, também com a presença de 1000 estudantes e com slogans radicais, mas apenas poucos dias depois o ambiente académico parecia

³⁶⁷ *Ibidem.*

³⁶⁸ Relatório da PIDE do Porto, 1 de Março 1969, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3372-pt.173, folha 179.

³⁶⁹ *Ibidem.*

evidenciar uma “saturação da experiência subversiva”³⁷⁰, com uma evidente desmobilização da massa estudantil, numa situação em que apenas os núcleos esquerdistas mais politizados prosseguiram no incitamento, através de assuntos como: a legalização dos organismos associativos, a atitude do Reitor, a participação na reforma, a intervenção policial.

A grande maioria dos estudantes, porém, segundo a polícia política, parecia indiferente, pelo que teria sido suficiente, para acalmar definitivamente a situação, que os professores abandonassem a rigidez e declarassem estar disponíveis para avaliar as reivindicações.³⁷¹ De facto, ainda que o meio docente não assumisse posições novas, a vaga de agitação académica no Porto parecia por enquanto entrar numa fase de refluxo, sem que houvesse particular mobilização nem no momento da crise coimbrã de Abril. Apenas no mês de Agosto e por ocasião de um campo de férias de estudantes da Universidade do Porto, organizado na localidade de Santo Tirso, a situação académica da cidade nortenha voltava a preocupar as autoridades, que receavam a presença, no campo, de elementos de esquerda já “conhecidos” da DGS os quais desenvolviam actividade subversiva entre os colegas e entre os camponeses dos arredores.

A DGS afirmava que as suspeitas eram confirmadas e que os organizadores, sobretudo membros da JUC do Porto, queriam continuar nas férias a obra de agitação estudantil, evitando a quebra de continuidade e aproveitando as condições de convívio, com finalidade da mobilização permanente até ao início das aulas. Também preocupava a possibilidade de um possível movimento por ocasião do julgamento de Alberto Martins, previsto para o mês de Outubro, enquanto, em relação à própria vida no campo, falava-se de um “contínuo incitamento à anarquia”, com comunicados diários provindos de Coimbra.³⁷² De facto, assistiu-se com o recomeço das aulas e sobretudo no mês de Novembro a uma certa mobilização estudantil, mas sem as características da rebelião aberta que na mesma altura estava a atravessar Lisboa, nem de contestação permanente como em Coimbra.

Desempenhos e *issues* nunca ultrapassaram os limites de uma moderada conflitualidade, sobretudo virada para informar os alunos, através de reuniões e debates, a respeito da iminente reforma da educação, dos problemas do associativismo estudantil e da participação dos alunos no debate universitário. Assim, por exemplo, na reunião de estudantes de 14 de Novembro, na qual participaram apenas 150 estudantes, a única voz radical foi a do estudante José Augusto Nozes

³⁷⁰ Relatório da PIDE do Porto, 6 de Março 1969, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3372-pt.173, movimento estudantil no Porto, Janeiro 1965-Julho 1971, folha 173.

³⁷¹ Relatório da PIDE do Porto, 8 de Março 1969, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3372, pt.173, folha 164.

³⁷² Relatório da PIDE do Porto, 16 de Agosto 1969, em IAN-TT, PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3372-pt.173, 138.

Pires³⁷³ que, salienta a DGS, “provavelmente sob o vírus da última campanha eleitoral”, fez um discurso político, focando a necessidade de politização de todos os alunos e tomando como exemplo o movimento francês. Como se verá mais à frente, o movimento portuense desenvolver-se-á, também no futuro, sobretudo através de reuniões, debates, seminários e portanto com uma vertente que até podemos definir como mais “informativa” e “propagandística” que reivindicativa.

Católicos e nova esquerda à beira do Douro

Além da componente comunista, no Porto sempre foram muito activos sectores ligados ao catolicismo progressista que, como já vimos em algumas ocasiões, tinham ligações com a JUC e, em alguns casos, com a Liga Universitária Católica (LUC). Nos primeiros meses de 1971, a JUC, como salientam os relatórios da DGS, foi muito activa em organizar eventos de informação e mesas redondas que mereceram a atenção constante dos informadores da polícia. A 19 de Fevereiro, no Círculo de Cultura Católica do Porto, organizava-se assim um encontro com o fim de debater as principais questões na base da reforma do ensino, com a participação de quatrocentos pessoas, na maioria professores universitários e estudantes.

A organização era do Padre José Augusto Pereira Neto e os oradores eram estudantes, professores e uma operária. Foi sobretudo a intervenção desta última a captar o interesse do informador da DGS que transcreveu quase totalmente o seu discurso, onde se denunciava a falta de igualdade de acesso à instrução e a falta de condições dos institutos escolares, sobretudo nas zonas rurais. As palavras dos estudantes salientavam por seu lado o problema da repressão das reivindicações universitárias, originadas na crise de 1962 e que se estavam a repetir nas mobilizações contemporâneas. Também denunciavam o problema do serviço militar e o facto de terem sido presos dezoito estudantes por criticarem a política ultramarina do Governo em Coimbra. Entre os professores, as posições eram diferentes, mas todas na linha de uma moderada defesa da acção do Governo que achavam no sentido de reformar e modernizar o ensino.

Alguma agitação emergia no Dezembro de 1973, também nos liceus, sobretudo no António Nobre, em frente do qual se reuniu uma manifestação de cerca de 30 estudantes protestando contra a prisão da aluna Maria Teresa Guimarães Medina. Foi esta também uma das primeiras e

³⁷³ Nozes Pires era um estudante de Letras da Universidade do Porto, pertencente ao PCP e um dos principais agitadores do meio académico daquela cidade. Já tinha sido preso pela PIDE em 24 de Março de 1967 enquanto se dirigia a Lisboa de carro com três camaradas, com uma mala cheia de exemplares do *Avante!*. O carro tinha sido interceptado pela polícia, foi atingido nos pneus por alguns tiros, capotando e ficando em chamas. Um dos quatro ocupantes morreu queimado, enquanto os outros foram presos. Nozes Pires, com várias fracturas, passou a pena de prisão inteira, que acabou a 2 de Agosto de 1967, no hospital prisional, por um total de 131 dias de baixa. Fonte: Ficheiro dos Presos Políticos da PIDE/DGS, em IAN/TT.

raras situações em que os estudantes do Porto recorreram a repertórios violentos, com a agressão de alguns contínuos que estavam a controlar o liceu. A manifestação foi dispersada pela chegada da PSP.³⁷⁴ Na mesma altura, era referida pela polícia a formação de Núcleos Sindicais, as organizações maoístas que tinham surgido em Coimbra. Todavia, diferentemente de Coimbra, onde, apesar de muitos conflitos também graves, nunca se chegou a haver duas correntes de esquerda em competição para a direcção da AAC, no Porto no molde de Lisboa, formaram-se duas listas, uma maoísta e a outra comunista, com vista à nomeação dos Organismos Associativos,

Apesar destes sinais, com o mês de Abril, as actividades estudantis começaram a ser muito menos intensas, uma situação que a polícia explicava como o resultado da dura repressão realizada nos meses anteriores: “parece estar a dar efeito as medidas tomadas pelas autoridades no sentido de debelar as actividades estudantis”.³⁷⁵ Além disso, é interessante observar como a própria DGS do Porto via esta diminuída mobilização “comprovada pelas actividades de pequenos grupos radicais que estão a fazer os maiores esforços no sentido de conseguirem apoio, perante o quase total alheamento da maioria dos estudantes”.³⁷⁶ Era sintetizada, nestas reflexões da polícia, a situação identificada pelos sociólogos políticos que se ocupam de movimentos sociais, em que nos períodos de desmobilização há também uma radicalização das minorias que continuam activas, contemporaneamente a um aumento da repressão. Relativamente a este último aspecto, também contribuía para a radicalização: “esses grupos radicais redobram os esforços sobretudo em aproveitar da acção da polícia para fazer propaganda”,³⁷⁷ uma acção que todavia, não tinha êxito pois “na verdade, as multas aplicadas aos estudantes que se reuniram fizeram com que a generalidade se abstivesse”.³⁷⁸

Aqui encontramos outro mecanismo típico dos momentos de desmobilização, que será melhor explicado mais à frente e que tem a ver com o facto de, quando aumentam os custos da participação, por exemplo, devido a medidas repressivas, a maioria dos militantes deixam de participar, ficando activos apenas os mais convictos, que facilmente se tornam também mais radicais. Entre as medidas repressivas não havia apenas as multas, mas também a suspensão de 18 estudantes durante períodos de três meses a um ano e, para alguns, a incorporação. Como salientava a DGS, com respeito às medidas punitivas, “os activistas lutam de todas as formas para

³⁷⁴ Relatório da DGS do Porto, semana de 4 a 10 de Dezembro 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3372-PT.175, folha 87.

³⁷⁵ Relatório da DGS do Porto, 28 de Abril 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3372-PT.175, folha 41.

³⁷⁶ *Ibidem.*

³⁷⁷ *Ibidem.*

³⁷⁸ *Ibidem..*

que sejam retiradas, pelo que a sua revogação ou manutenção terá influência no ambiente académico”.³⁷⁹ Neste sentido, a polícia era muito clara, afirmando que, “se as medidas forem revogadas, isso levará a maiores reivindicações”, ou seja, teria sido aumentada a aposta.

A polícia aumentava no entanto o controlo da actividade de estudantes, também no que dizia respeito à impressão de propaganda. Descobriu assim que os instrumentos necessários a este trabalho tinham sido deslocados da Faculdade de Engenharia, onde se tinham encontrado até então, para uma sala alugada, na qual também colaboravam um ex-professor, dois sargentos e alguns membros da organização UEC.³⁸⁰ A descoberta devia-se a uma busca efectuada na casa de uma aluna de Medicina, Presidente da AEFMP, Maria Isabel Seabra Correia Soares.³⁸¹ A estudante, que morava num apartamento, propriedade “do engenheiro Barros, na altura no curso de oficiais milicianos de Mafra” e que já tinha sido preso pela DGS, foi detida e durante o interrogatório revelou onde se encontrava a máquina impressora da propaganda, sendo logo libertada. Também desta informação da DGS emerge a ligação cada vez mais estrita entre o meio da dissidência académica e elementos das Forças Armadas. É sobretudo a escola de Mafra a recorrer com frequência nos relatos da DGS sobre a relação movimento estudantil e meio militar, ou seja a escola para onde foram encaminhados a maioria dos estudantes incorporados depois da crise de Coimbra e que, após 1969, se tornava num dos principais centros de propaganda contra a guerra colonial, deserções e roubos de material militar. De facto, oficiais da Escola de Mafra participaram activamente na preparação e realização da revolução de 25 de Abril, durante a qual tiveram o importante papel de controlar o Aeroporto.

Actividades estudantis na província

Fora dos circuitos habituais da agitação universitária, como Lisboa e Coimbra, foram sobretudo as organizações católicas a organizar a dissensão estudantil. No Porto, como se viu, foram activas tanto a LUC como a JUC em promover debates e mobilização à volta da reforma. O mesmo aconteceu, por exemplo, em Leiria, no princípio de 1972, onde também foi realizada pela JUC uma série de palestras sobre a reforma do ensino, iniciada com uma conferência sobre a escolaridade de base proferida por Aldónio Gomes, futuro Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário no II Governo Constitucional de 1978, à qual se seguiu uma sobre o ciclo de ensino secundário no projecto de reforma, do Professor José Salvado Sampaio. Na nota da DGS sobre estas conferências salientavam-se as críticas feitas pelos dois oradores ao anacronismo do sistema

³⁷⁹ *Ibidem*.

³⁸⁰ Relatório da DGS do Porto, Maio de 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3372-PT.175, folha 20.

³⁸¹ *Ibidem*.

de ensino português e a ideia que fosse necessária uma reforma estrutural de cariz socio-político, sendo também denunciado o baixo nível dos vencimentos dos professores, que os obrigava a terem outras ocupações que tiravam tempo e empenho à sua dedicação ao ensino.³⁸² Também em Bragança, ao longo de 1973, parecia emergir uma certa agitação, sempre, como nos outros casos de mobilizações na província, dinamizadas por elementos católicos. No Liceu Nacional de Bragança tinham surgido no mês de Fevereiro escritas subversivas contra a guerra colonial. A PSP indagou os factos e descobriu, através do Reitor, que “desde o início do ano foi notado um clima de efervescência e indisciplina que não havia nos anos anteriores, parece ser a causa do padre José Baptista Ferreira, professor de Moral e Francês, de 38 anos”.³⁸³ O padre tinha vivido em França durante três anos e era considerado uma “pessoa de ideias avançadas, sendo avisado de não arranjar problemas com os estudantes”.³⁸⁴ Ele começou a organizar convívios com os alunos, autorizados e com a presença do próprio Reitor, os quais pareciam correr bem, embora a delicadeza das questões enfrentadas, como crise da autoridade, crise da obediência”.³⁸⁵ A fim de analisar a situação, o Reitor realizou uma reunião com professores e estudantes “alguns dos quais tinham propostas que deixavam ver algo de subversivo”.³⁸⁶ Além disso, preocupava o facto que o “padre fosse sempre muito ovacionado”.³⁸⁷

O social é político

A revolta estudantil dos finais dos anos Sessenta foi caracterizada também, em todos os países, por um desejo de transgredir as normas sociais impostas por uma sociedade considerada autoritária e reaccionária em todos os seus aspectos: político, familiar, educacional, sexual, cultural. Se até agora dedicámos a maior parte do espaço ao discurso político é porque, em Portugal, sobretudo por causa da natureza autoritária do regime, esta dimensão tinha nas reivindicações estudantis um peso muito maior em relação às outras. Era uma característica de facto também dos movimentos estudantis e juvenis de outros países do sul da Europa, como a Espanha e a Grécia, que igualmente viviam sob regimes autoritários, mas também a Itália, em que é inegável que a dimensão propriamente política da luta estudantil era predominante, e talvez mais urgente, relativamente à revolta social e de costumes.

³⁸² Relatório da DGS do Porto, 13 de Fevereiro 1971, em AN-TT, PIDE/DGS-SC-CI(1)-1327-1218, folha 11.

³⁸³ Relatório da PSP de Bragança enviado à DGS, 27 de Fevereiro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3371-PT.170, folha 136.

³⁸⁴ *Ibidem.*

³⁸⁵ *Ibidem.*

³⁸⁶ *Ibidem.*

³⁸⁷ *Ibidem.*

Isso não significa todavia que temáticas mais sociais e culturais não tivessem espaço no discurso dos movimentos destes países. Pensemos só que um dos escândalos maiores de que os estudantes portugueses foram acusados foi aquando da publicação, em 1961, no boletim da Associação Académica de Coimbra *Via Latina*, da famosa “Carta a uma Jovem Portuguesa”, em que o autor, um estudante de Medicina, exprimia a sua perturbação para com a situação das suas colegas, que viviam num estado de opressão e falta de liberdade quase “determinístico”: “Somos jovens. A minha liberdade não é igual à tua. Separa-nos um muro, alto e espesso, que nem eu nem tu construímos. A nós, rapazes, de viver da lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece. Para vós, raparigas, o lado de lá desse muro; o muro inquietante da sombra e da repressão mental. Do estatismo e da imanência”.³⁸⁸

Algo de semelhante aconteceu em Itália, quando o boletim *La Zanzara*, órgão do prestigioso Liceo Parini de Milão, publicava um “debate sobre a posição da mulher na nossa sociedade, procurando examinar os problemas do casamento, do trabalho feminino e do sexo”. Estava-se em 1966 e o artigo criou um escândalo nacional, no qual tomaram posição todos os principais partidos políticos, que com raras exceções, acusando os três autores, os estudantes Marco De Poli, Claudia Beltramo Ceppi e Marco Sassano de “ofensa procurada à sensibilidade e ao costume moral comum”.

Os três foram denunciados “por crime de imprensa obscena e corrupção de menores” e interrogados pela polícia, a qual, sob ordem do juiz que aplicou uma norma de 1934, os obrigou a despir-se “para verificar a presença de marcas físicas e mentais”. No processo participaram mais de 400 jornalistas, muitos estrangeiros e, no final, os três “réus” foram absolvidos. O episódio ficou lembrado como um dos primeiros do activismo estudantil emergente. Nos dois casos tratava-se de eventos bem longe das transgressões que teriam lugar poucos anos depois, mas eram já indicativos de dois elementos. Por um lado, emergia a contestação por parte dos jovens e sobretudo dos estudantes, das regras sociais dominantes, sobretudo com respeito às relações sexuais. Por outro lado experimentava-se, por parte dos blocos “law and order” (sobretudo católicos e conservadores), o repertório de acusações que se tornará frequente com respeito aos novos movimentos, acusados não só de quererem subverter a ordem política estabelecida, mas também de praticarem todo o tipo de perversão moral. Os argumentos políticos e morais estavam intrinsecamente ligados e para desacreditar activistas estudantis e mais tarde militantes políticos utilizavam-se as mais variadas acusações de “obscenidade”, promiscuidade sexual, corrupção moral, etc. O argumento sexual era de facto o mais recorrente, sobretudo utilizado contra as

³⁸⁸ *Via Latina*, n.130, de 19 de Abril de 1961.

raparigas, como se viu no caso das estudantes de Coimbra mais politizadas, que, segundo a DGS, além de frequentarem muitos cafés sozinhas, passavam de uma “República a outra tendo relações sexuais com diversos colegas”.

Quando, sobretudo a partir dos anos Setenta, os episódios reais de “transgressão” sexual e moral se intensificaram, com uma forte carga polémica e provocatória, entre os jovens portugueses, estes argumentos eram já velhos e gastos e, sobretudo, a sociedade já tinha assumido algumas das evoluções antecipadas pelos estudantes. Isto emerge com força também em Portugal, sobretudo a partir dos anos Setenta, por exemplo com a realização dos primeiros grandes festivais musicais internacionais, com a participação de grandes estrelas da altura, que reuniam milhares de jovens. Esta era uma grande mudança para um regime tradicionalista como o Estado Novo e ainda mais o eram os comportamentos dos participantes, descritos com a habitual precisão pelos informadores da DGS.

Num destes festivais, que se realizou entre 7 e 8 de Agosto de 1970 em Vilar de Mouros, com a participação de Elton John, é descrita com menosprezo uma situação em que “muitos milhares de pessoas dormiu aí mesmo, embrulhada em cobertores e na maior promiscuidade” e onde “entre outros casos havia: crianças de olhar parado indiferentes a tudo, grupos de homens de mão na mão a dançar de roda, um rapaz deitado com as calças abaixadas no traseiro, um sujeito tão drogado que teve de ser levado em braços com rigidez nos músculos, relações sexuais entre dois pares, todos debaixo do mesmo cobertor na zona mais iluminada, porcarias de todo o género e pessoas deitadas na proximidade”.³⁸⁹ Indiferentemente associado a estes “casos”, assinalava-se a presença de algumas bandeiras “uma vermelha com uma mão aberta no meio (um dos símbolos dos anarquistas americanos), outra branca, com a inscrição: somos do Porto, com raios vermelhos e uma estrela preta”. Depois, informava-se que “foram vistos alguns a comer com as mãos e a limparem os dedos à cabeleira e cenas indecentes na via pública, atrás dos arbustos, à beira da estrada, enquanto em Viana do Castelo dizia-se que os hippies tinham comprado agulhas e seringas nas farmácias”. Por último, eram assinalados “muitos estudantes de Coimbra e outros de Lisboa e do Porto e houve gritos de Angola independente durante o concerto de Manfred Mann (que é comunista declarado)”.³⁹⁰ Enfim salientava-se a reacção da população “revoltada contra os cabeludos, com alguns que até gritavam: vai trabalhar!”.³⁹¹

Noutra ocasião, a realização de um Festival foi impedida pela polícia. Devia ter lugar a 25 de Agosto, ainda em 1970, no Estoril, sendo dada ampla divulgação em todos os jornais portugueses

³⁸⁹ Relatório da DGS sobre o Festival de Música Internacional de Vilar Formoso, 1 de Agosto 1970, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(1)-1311, Folha 1.

³⁹⁰ *Ibidem.*

³⁹¹ *Ibidem.*

e, no dia previsto, encontravam-se no local, segundo o jornal italiano *L'Espresso* citado pela DGS, cerca de 5.000 participantes.³⁹² Sem pré-avisos, o Governador Civil deu ordem para impedir o Festival e “a força pública intervém com quinhentos polícias e cerca de cem cães adestrados pelo chamado centro de choque, um corpo de agentes conhecidos pela sua particular dureza adquirida, diz-se, através do uso de um fortíssimo excitante”.³⁹³ Evidenciava-se depois que a polícia não tinha feito uso de armas de fogo, preferindo servir-se de cacetetes e cães, assim que “o espectáculo é não somente terrível, como também grotesco”. O jornal falava também de um trágico balanço, referindo o número de seis mortos e de uma centena de feridos, alguns em estado muito grave, uma informação que, de facto, não é confirmada por nenhuma fonte. Acusava-se depois que nos choques tinham sido envolvidos numerosos turistas estrangeiros e que entre os feridos se encontravam “descendentes de grandes personalidades do regime, como Cancela de Abreu e Galvão Teles”.³⁹⁴

Além disso, afirmava-se que este episódio tinha provocado uma mobilização dos meios já hostis ao regime e em particular no meio estudantil, que teria organizado uma grande jornada de luta contra a violência da polícia. A notícia parecia ter grande ressonância nos jornais estrangeiros, pontualmente registados pela polícia portuguesa. O *Daily Telegraph* sublinhava que as forças de segurança tinham exagerado, mas que Marcelo Caetano tinha demonstrado sensibilidade, criticando publicamente a acção policial e ordenando a imediata substituição dos funcionários responsáveis. O mesmo jornal evidenciava que teria sido a primeira vez que um Governo acusava publicamente a sua polícia para um acto contra civis, embora esta atitude de Caetano fosse atribuída ao facto de o Estoril ser uma localidade de férias. A DGS, por seu lado, que nunca poupou críticas também duras à acção da PSP, nesta ocasião mostrou plena solidariedade, pois o Festival era, na sua opinião, na realidade uma reunião de “farrapos humanos”, sendo o que aconteceu uma verdadeira insurreição, liderada pelos “habituais revolucionários profissionais”.

³⁹² Artigo de *L'Espresso*, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(1)-1311, FOLHA 1, Agosto de 1970.

³⁹³ *Ibidem*.

³⁹⁴ *Ibidem*.

V O FIM DO ESTADO NOVO

Mecanismos e processos nas fases finais do regime

A pluralização das forças políticas

A partir do início dos anos Setenta e sobretudo em 1973, assiste-se a um processo cada vez mais intenso de politização do meio académico, assim como de outros sectores da sociedade. Aumentavam também, entre os estudantes, as referências ao movimento operário, considerado pelos mais radicais um aliado natural de luta. Neste sentido, emergiam as influências, quer do Maio francês, quer do operariado, que tinha marcado profundamente o movimento estudantil em Itália. Além disso, o facto de o movimento operário se tornar central no discurso dos estudantes portugueses devia-se também à uma efectiva intensificação, em Portugal, das lutas dos trabalhadores, que, sobretudo a partir de 1968, continuaram durante todos os últimos anos do regime, para chegar em 1973 à uma verdadeira escalada. Por outro lado, verificava-se também entre os trabalhadores uma inovação dos repertórios de contestação, com a introdução de novas reivindicações, como os salários mínimos e os aumentos salariais iguais para todos, bem como de novas formas de luta, como as greves de zelo e o boicote do processo de trabalho. Estas lutas operárias atravessaram o país de Norte a Sul e envolveram praticamente todos os sectores,

continuando depois da revolução de Abril de 1974. Mas não eram as únicas. Havia também as greves dos pescadores em Aveiro, Porto, Viana do Castelo e Matosinhos; os movimentos dos empregados do sector dos serviços, sobretudo dos transportes; a mobilização dos profissionais do terciário, como bancos e seguros, e a agitação dos trabalhadores rurais.

Este surto de mobilização transversal em 1973, que envolvia praticamente todas as franjas da sociedade, devia-se também às dinâmicas internacionais, como a crise do petróleo, a qual tinha sérias consequências na economia nacional. Entretanto, esta situação era amplificada por problemáticas internas, entre as quais o elemento mais dramático era sem dúvida a continuação da guerra colonial. De facto, o conflito, além de absorver no princípio dos anos Setenta quase metade do orçamento do Estado, chegando a envolver uma força militar de 140.000 homens, batida apenas por Israel e os dois Vietnams em percentagem perante a população (C.Pinto, 2001), continuava a ser um impedimento nas expectativas de auto-realização para milhares de jovens. Por outro lado, o recrutamento cada vez mais intenso de jovens nas Forças Armadas fazia com que fossem deslocadas para a guerra as energias mais dinâmicas e propulsoras de Portugal, com graves consequência para o desenvolvimento do país. Isso, juntamente com a intensificação da emigração, determinava entretanto uma situação de falta de mão-de-obra que aumentava o poder contratual dos trabalhadores.

As lutas dos trabalhadores eram no entanto impulsionadas também pela formação, já em 1970, da Intersindical, futura Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical (CGTP-IN). Um dos fundamentos da Intersindical foi desde logo a posição de unidade, apesar das diferentes origens políticas dos seus aderentes, face à motivação prioritária da luta contra o regime, enquanto a sua função mobilizadora foi determinante em criar as condições de agitação permanente que distinguiram os últimos anos do Estado Novo e o sucessivo período revolucionário. As agitações não atingiam apenas os sectores mais radicais do país, pois o fim do Estado Novo foi caracterizado também por uma clivagem cada vez mais profunda entre o regime e os meios tradicionalmente mais moderados, como o dos católicos. A passagem do ano de 1972 e o começo de 1973 foi um dos momentos mais simbólicos deste clima e também da dificuldade do regime em encontrar estratégias para pacificar a sociedade e conter as tensões. Na sequência da promulgação por parte do Papa Paulo VI do Dia Mundial da Paz, reuniu-se a 30 de Dezembro de 1972 um grupo de católicos na Capela do Rato, afirmando querer levar a cabo uma greve de fome contra a guerra colonial e a violência do regime. Esta iniciativa era liderada pelo grupo ligado ao *Boletim Anti-Colonial* e pelos estudantes João Cordovil, Galamba de Oliveira e António Matos Ferreira, mas encontrava também o apoio das Brigadas Revolucionárias, que espalharam vários panfletos pela cidade para suscitar solidariedades à greve de fome (Almeida, 2008: 269).

A manifestação continuou no Domingo, dia 31 de Dezembro, com cerca de 300 pessoas a apoiar os grevistas. Na tarde do Domingo as forças da ordem começaram a concentrar-se em volta da Capela, com carrinhas de polícia de choque e cães; pouco depois, alguns agentes da PSP começaram a ingressar no edifício dando ordem de o evacuar. Face à resistência dos manifestantes, 60 pessoas foram levadas à esquadra da PSP e os líderes da iniciativa para a prisão de Caxias. Apesar da polícia pretender fechar a Capela, foi igualmente celebrada a missa de meia-noite, uma acção que custou a prisão também ao Padre Janela, que, levado para a sede da DGS, só foi libertado depois da intervenção directa do Cardeal Patriarca de Lisboa. A repressão das pessoas que tinham aderido à manifestação continuou nos meses seguintes, também através despedimentos da função pública. A imagem pública do Estado Novo sofria, com estas medidas repressivas, mais um duro golpe, sobretudo depois que o Patriarca de Lisboa, pela primeira vez, condenou a acção do regime, achando inaceitável “as forças policiais intervirem no lugar sagrado nos termos em que o fizeram” (Almeida, 2008:271).

De facto, como já tivemos oportunidade de mostrar, o progressivo afastamento dos sectores católicos do regime já vinha do final dos anos Cinquenta, também devido à forte tomada de posição do Bispo do Porto que, se demarcando da política de Salazar e acusando a “miséria imerecida do nosso mundo rural” (Almeida, 2008: 45), contribuía para legitimar a formação de uma oposição católica.³⁹⁵ O exílio ao qual o Bispo foi sujeito determinou por outro lado uma acentuação desta tendência, que não encontrou resolução com a abertura marcelista que viabilizou o regresso do Prelado a Portugal. A formação da oposição católica também tinha tido uma aceleração com o Concílio Vaticano II que se desenvolveu entre 1962 e 1965 sob os pontificados de João XXIII e Paolo VI, e que encontrou rápida ressonância entre os católicos de todo o mundo, funcionando “como um maremoto de novas concepções teóricas e práticas sobre a vida interna da Igreja católica e sobre as relações dos católicos com a sociedade e com os novos desafios do mundo dos anos Sessenta” (Rosas, 2008: VI). Entre os novos ideais saídos do Concílio, os mais importantes foram com certeza aqueles ligados por um lado ao ecumenismo, por outro à afirmação dos direito de autodeterminação dos povos, sendo ambas as dimensões sancionadas pela visita do Papa Paolo VI a Bombaim (Almeida, 2008: 293).

No entanto, em Portugal, como evidência João Miguel Almeida, estas premissas ligaram-se à especificidade nacional, à natureza ditatorial do regime e, sobretudo, à continuação da guerra colonial, a qual contradizia intrinsecamente a mensagem de paz emergida do Concílio. O percurso

de afirmação da oposição católica não foi contudo linear e pode ser dividido em duas fases, coincidindo o ponto de viragem com o começo do marcelismo:

Na fase final do Governo de Salazar, os oposicionistas católicos aparecem como uma força política relativamente unificada e susceptível de se transformar num partido. Ao marcelismo corresponde uma diversificação e complexificação das relações com a oposição católica: parte é atraída pela esperança de uma transição pacífica para a democracia integrando a ala liberal ou evoluindo para uma posição de apoio crítico; enquanto outros católicos militam na oposição juntamente com não católicos socialistas (CEUD/ASP/PSP), monárquicos (CEM), comunistas (CDE) ou em organizações de extrema-esquerda (LUAR, PRP/BR) (Almeida, 2008: 20).

Isso significa que também os ambientes da oposição católica participavam do intenso processo de pluralização das forças políticas que distinguiu os últimos anos de vida do Estado Novo e que levou à criação de novas formações políticas. Foi neste período portanto que se estruturaram grande parte das linhas de desenvolvimento da futura transição, assim como algumas das principais organizações políticas. Praticamente um ano antes da revolução, a 19 de Abril de 1973, nascia na Alemanha, por iniciativa de Mário Soares, o Partido Socialista (PS). Esta operação sancionava a transformação da Acção Socialista Portuguesa (ASP), formada em 1964, de organização de oposição a verdadeiro partido político, que terá um peso preponderante na transição democrática. Sempre em Abril de 1973, desenvolvia-se em Aveiro o III Congresso da Oposição Democrática, onde o tema dominante foi mais uma vez a guerra colonial. O Congresso foi também marcado pela apresentação das “*Teses: Da Necessidade de um Plano para a Nação*” que José Medeiros Ferreira, antigo protagonista da crise académica de 1962 e um dos fundadores do grupo socialista MAR, enviou de Genebra e nas quais afirmava a necessidade da ligação dos meios da oposição política com os meios dissidentes das Forças Armadas para abater o regime. Este texto foi também determinante na formulação do programa do MFA, que estava prestes a nascer.

Deste breve relato, pode-se perceber como o regime estava a perder o controlo sobre os mais variados sectores da sociedade, onde se multiplicavam os centros dinamizadores de oposição política. Por outro lado, emerge também que estes centros estavam todos mais ou menos ligados entre si, sendo o principal denominador comum a oposição à guerra colonial, fosse por motivações económicas, morais, religiosas, ideológicas ou individuais. Cada vez mais, a atenção de todas as forças políticas se concentrava então em direcção das Forças Armadas, onde convergiam todos os elementos e as motivações da oposição à guerra. Este sector, que já na crise de 1958-1962 tinha exprimido um mal-estar profundo que envolveu todos os níveis da hierarquia militar, originando várias tentativas de pôr fim ao regime e evitar o começo da guerra colonial,

voltava a representar, na alvorada dos anos Setenta, o meio mais perigoso para o regime. Já vimos, a este respeito, como a vaga de incorporações de estudantes dissidentes nas fileiras do Exército, sobretudo a partir de 1969, tinha contribuído para a politização de alguns centro nevrálgico, como a Escola de Infantaria de Mafra.

Motivações morais, económicas, ideológicas e pessoais juntavam-se também no enorme movimento de resistência à incorporação militar (*draft resistance*), que em Portugal atingiu uma dimensão desconhecida a outros países na mesma altura. A fuga à incorporação no exército e à mobilização para a guerra era de facto impressionante: em 1961 a percentagem de “refractários” foi de 11,6%; em 1962 atinge 12,8%; em 1963 15,6%; em 1964 subia para 16,5%; entre 1965 e 1968, situava-se por volta do 19%, e entre 1970 e 1972 estabilizou-se por volta de 20%.³⁹⁶ A “fuga à tropa” entrelaçava-se também com a emigração juvenil, com base na procura de melhores condições económicas e possibilidade de realização pessoal (Pereira, 2007). Isso determinava não só, como sublinhámos, uma situação de falta de mão-de-obra em Portugal, mas também, juntamente com as exigências cada vez maiores determinadas pela extensão do conflito, uma carência progressiva de oficiais do Quadro Permanente do Exército (Carrilho, 1985 e Ferreira, 1992). Foi esta carência a motivar em 1973 a adopção do decreto 353/73 por parte do Ministro da Defesa Sá Viana Rebelo, o qual determinava a possibilidade, para os oficiais do Quadro Especial, de ingressar directamente no quadro permanente, com a única obrigação de frequentarem um ano de Academia Militar e cumprir um estágio de seis meses na respectiva Arma.³⁹⁷

Ao apresentar a nova legislação, o Ministro da Defesa nem procurava disfarçar a dramática situação em que se encontrava o Exército: “Aquelas medidas destinam-se a aumentar rapidamente o Quadro Permanente, muito perigosamente desfalcado”³⁹⁸, mas esta iniciativa teve o efeito de acelerar a tomada de posição de um sector das Forças Armadas que já tinha manifestado sinais de desafecção e politização, ou seja o dos Oficiais dos Quadros Permanentes. Esta legislação contribuirá assim para o surgimento do Movimento dos Capitães, futuro Movimento das Forças Armadas, que afirmava nas suas primeiras declarações: “Face a constatação dos factos acima mencionados não podemos deixar de referir que colocar a nossa frente Oficiais que ingressaram no Quadro muito depois de nós, desarticula a própria hierarquia e põe em cheque a disciplina

³⁹⁶ Estes dados foram apresentados em 1988 pelo próprio Estado-Maior do Exército português, como resultado dos trabalhos desenvolvidos na sequência da instituição da Comissão para o Estudo das Campanhas de África, que também deu origem à esta publicação: Estado-Maior de Exército/Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1988), *Resenha histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 5 v., Lisboa, EME.

³⁹⁷ Cfr. Art. 1, Decreto-Lei 353/73, em Arquivo Histórico Militar (AHM), divisão 1, Secção 39, Caixa 1, Doc. 59.

³⁹⁸ Despacho do Ministro da Defesa e do Exército Sá Viana Rebelo em relação ao decreto-lei 353/73, em *ibidem*, doc. 62.

militar”.³⁹⁹ Progressivamente, às iniciais motivações profissionais na base do surgimento do Movimento, juntaram-se motivações de cariz político, com a consciência cada vez mais clara que a única solução para os problemas do Exército e do país era o fim da guerra, o qual, por seu turno, não podia ser atingido sem derrubar o regime.

Através fases de progressiva politização, que levaram à formulação de um programa político fundado nos famosos três “D” – Democratizar, Descolonizar, Desenvolver – o MFA esteve na base da tentativa de golpe através do levantamento do Regimento de Infantaria n.5 de Caldas da Rainha a 16 de Março de 1974, cuja repressão, que envolveu também vários estudantes, pareceu tranquilizar o regime. Depois de apenas um mês, a 25 de Abril de 1974, o Movimento conseguiu derrubar o regime através de um golpe militar pacífico, que foi transformado em revolução pela imensa vaga de mobilizações que lhe sucedeu. Esta vaga, considerada como “inesperada” por vários autores, era de facto a continuação do ciclo de protesto iniciado no fim dos anos Sessenta e que só se esgotará, depois de ter contribuído para uma abertura radical da Estrutura das Oportunidades Políticas, com a “normalização democrática” do Outono 1975. Mas antes desta “onda anómala” ter exaurido a sua energia, contribuindo para o derrube do antigo regime, muitas coisas aconteceram e muitas outras teriam podido acontecer.

A radicalização do conflito estudantil

O choque entre estudantes radicais e forças da ordem aumentou gradualmente, sobretudo a partir de 1972 e, como sempre, em coincidência com o mês de Maio. Na mesma altura, a 16 de Maio, o Governo anunciava algumas alterações no Código Penal e no Código de Processo Penal, em sequência da revisão do texto constitucional debatida desde 1970, no sentido de dar maiores garantias dos direitos individuais. As principais alterações do Código Penal remetiam sobretudo para o início, o tempo, a suspensão, a modificação e a extinção das penas e das medidas de segurança, sobretudo em relação aos crimes políticos. No Código de Processo Penal, cuja reforma integral estava em curso, seria modificada desde logo, nas palavras das fontes oficiais, a matéria relativa à prisão preventiva e à liberdade provisória. Era também determinado como acto prévio, para poder confirmar a captura, o interrogatório do acusado e eram estabelecidas novas normas para regularizar a aplicação da pena.⁴⁰⁰

No mesmo dia em que o Conselho dos Ministros aprovava estas alterações, a PSP intervinha para dispersar uma agitação de setecentos estudantes que, segundo as autoridades, se tinham

³⁹⁹ *Memorandum* formulado pelo Director do Serviço-Pessoal do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), 17 de Julho de 1973, em *ibidem*, doc.70.

⁴⁰⁰ DN, 17 Maio 1972.

reunido no Hospital de Santa Maria, destruindo parcialmente as armações das janelas e das portas. No final da tarde, cerca cinquenta estudantes do IST e do ISCEF reuniram-se numa “ruidosa” manifestação na Avenida Almirante Reis, provocando vários estragos, entre os quais a destruição das montras de três bancos. A PSP interveio capturando vinte jovens, catorze dos quais foram depois encaminhados para a Polícia Judiciária (PJ). De facto, o grupo não incluía apenas estudantes, mas também jovens de outras profissões, entre os quais uma secretária e um operador televisivo. Entre os estudantes, três eram do ISCEF, cinco do IST, um do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA) e um de Medicina.⁴⁰¹

O IST apresentava-se, também nesta fase, como um dos estabelecimentos mais turbulentos: poucos dias antes do episódio da Avenida Almirante Reis, a Associação de Estudantes do Instituto tinha sido invadida por algumas dezenas de pessoas, que provocaram estragos de vários tipos, para depois passar a interromper as aulas. Também naquela altura foi solicitada a intervenção da PSP que, depois de alguns estudantes se recusarem a abandonar as instalações, mandaram evacuar o Instituto. Estes factos seguiam-se a outros momentos de agitação que nos últimos tempos tinham atravessado o IST, como a interrupção de uma dissertação de doutoramento e a paralisação das aulas e de vários seminários. A causa na origem destas acções residia na recusa por parte das autoridades académicas de alguns pedidos relativos aos planos de estudo e à frequência dos cursos, nas matérias de Matemática e Álgebra.

Os estudantes mais activos tinham aproveitado este pretexto para desencadear uma série de acções e tentar mobilizar os colegas, impedindo, bloqueando as salas, o desenvolvimento das provas do mês de Março naquelas cadeiras e, como resposta, as autoridades tinham interrompido as actividades escolares e prolongado o ano académico. A agitação todavia continuaram nos dias seguintes e, a 25 de Maio, quatrocentos estudantes reuniam-se em frente do Ministério da Educação Nacional para levar o Ministro a receber uma delegação, sem êxito. Dispersados, os estudantes confluíram em pequenos grupos em direcção à praça de Marquês de Pombal, provocando estragos e interrompendo o trânsito. Também desta vez, a PSP interveio para os dispersar e capturou alguns deles, sobretudo alunos do IST, do ISCEF, de Medicina, de Arquitectura, de Direito e de Farmácia.

Cada vez mais, os estudantes utilizavam os seus recursos para atingirem a população em geral, na tentativa de difundirem e defenderem as suas reivindicações, sobretudo face a uma imprensa que as desvalorizava. Nestes comunicados, utilizava-se também uma linguagem abertamente radical e revolucionária, defendendo-se posições concretas. O tema mais presente nos

⁴⁰¹ DN, 17 Maio 1972.

comunicados era a denúncia da política portuguesa em África, também através de detalhadas informações providas dos principais diários internacionais, juntamente com a acusação da acção repressiva da polícia contra os estudantes. Este último ponto era talvez o mais utilizado nos vários comunicados “à Nação”, “à população portuguesa”, “ao país”, seja porque efectivamente estava em curso um aumento das intervenções de polícia dentro das universidades, seja porque se tratava de um assunto que facilmente podia provocar um moto de simpatia e solidariedade por parte dos cidadãos.

Era um desempenho muito parecido com o desenvolvido pelos vários Comitês de Apoio aos Presos Políticos, os quais apontavam mesmo a criar uma ligação de solidariedade, contra a repressão, por parte de cidadãos que não tinham uma particular formação política e que não teriam prestado atenção a assuntos menos humanitários e mais políticos. Um panfleto deste tipo e muito detalhado circulava em Junho de 1972 em Santarém, reconstruindo pontualmente a dinâmica do duro conflito que tinha envolvido a universidade lisboeta nos últimos meses. Era a única forma de difundir uma reconstrução dos factos diferente da que emergia pelos principais diários do país. Os estudantes evidenciavam que:

Não é como vem nos jornais uma pequena minoria mas uma grande massa de estudantes que se tem manifestado ultimamente por diversas formas desde reuniões gerais de alunos a concentrações. A polícia de choque acompanhada de cães interveio por várias vezes, umas das quais na Faculdade de Direito [...] carregou brutalmente sobre estudantes concentrados na cidade universitária [...] na notícia que saiu além da deturpação dos factos procura-se atribuir tudo a meia dúzia de indivíduos. Os estudantes não permitirão que se abata a repressão sobre os dirigentes mais activos.⁴⁰²

Denunciar as violências da polícia contra rapazes e raparigas inermes, culpados apenas de pretenderem uma instrução mais adequada ao bem-estar do país, como a maioria destes comunicados salientavam, tinha de facto um impacto importante entre a opinião pública, como alguns relatórios da DGS evidenciavam, avisando para não se insistir em tácticas violentas, a fim de não criar vítimas

As dinâmicas da gestão da política conflitual nestas últimas fases do regime, como já se viu no caso de Coimbra, não eram todavia muito claras, demonstrando de facto uma selecção estratégica cada vez maior, por parte das autoridades, também neste sentido. Além da contradição aparente entre abertura e repressão, que vimos ser um mecanismo bastante habitual em momentos deste tipo, existiam ambiguidades de atitude a respeito da própria intervenção policial. Por exemplo,

⁴⁰² Comunicado “Dos Estudantes à Nação” apreendido pela DGS, 30 de Junho 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-14643-7722, folha 249.

quando o Conselho Escolar do ISCEF lamentou, junto do Ministro da Educação, a intervenção da polícia no Instituto sem a autorização das autoridades académicas ou do próprio Ministro que era prevista por lei, Veiga Simão respondeu que, efectivamente, tinham acontecido episódios não conformes à posição tomada pelo Governo a respeito do assunto e que já se tinham tomado medidas para evitar que a situação se repetisse.

Posteriormente, era reaberta a Associação de Estudantes do IST e assegurava-se a liberdade de desenvolvimento dos exames, nos quais, para evitar a presença dos “contestatários sistemáticos”, só se podia participar depois de ter passado uma porta controlada pela polícia. Com estas provas sob escolta concluía-se o ano académico de 1971-1972, sem que, todavia, a abertura do novo ano académico, em Outubro de 1972, trouxesse novidades na resolução do conflito o qual, pelo contrário, estava ainda para viver as suas fases mais dramáticas. A 12 de Outubro, um homem suspeito de ser um informador da DGS foi bloqueado nas instalações do ISCEF e rodeado por um elevado número de estudantes até à chegada de dois agentes daquela polícia, os quais, porém, não reconheceram o indivíduo. Criou-se uma grande confusão e, nas palavras das fontes oficiais, os agentes ao sentirem-se ameaçados dispararam alguns tiros “no ar”, atingindo dois estudantes. Um deles, o estudante de Direito José Ribeiro dos Santos, já conhecido da polícia desde 1967 e militante do MRPP, não sobreviveu aos ferimentos e morreu pouco depois no hospital.

A celebração do funeral, a 14 de Outubro, foi ocasião de uma ampla manifestação que levou a novos choques com as forças da ordem. Acabada a cerimónia, as autoridades continuaram a assinalar a acção de grupos violentos pela cidade e momentos de choque físico entre agentes e estudantes, com vários feridos. Vinte pessoas, entre as quais dezasseis estudantes⁴⁰³, foram presas pela PSP e encaminhadas para a DGS. O motivo da prisão era o facto de fazerem parte de um grupo de cerca de trinta indivíduos jovens que, armados de pedras, “seguiam pela calçada da Boa Hora aos gritos de assassinos, assassinos”. A PSP assinalava que “esta multidão enquadrava-se no grupo de estudantes que protestava contra a morte de Ribeiro dos Santos, cujo funeral teve lugar às 17”,⁴⁰⁴ partindo da Calçada de Santos para chegar ao cemitério de Ajuda. Os mesmos estudantes tinham também lançado pedras contra a polícia logo no exterior da igreja.

A mesma nota afirmava também que era difundida no IST a notícia de que “os tiros dados a Ribeiro Santos foram nas costas quando ele fugia e que, durante o enterro, o pai dele incitava os desordeiros dizendo que estava com eles”.⁴⁰⁵ Continuava no entanto, seja no IST seja no ISCEF, o clima de agitação que impedia o desenvolvimento dos exames. Também eram prejudicadas as

⁴⁰³ V. anexos n.12 e 13

⁴⁰⁴ Relatório da DGS sobre os funerais de Ribeiro dos Santos, 14 de Outubro 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3371-PT.170, Folha 234.

⁴⁰⁵ Relatório da DGS, 17 de Outubro 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3371-PT.170, Folha 231.

provas, que acabavam de ser introduzidas, para o acesso à universidade dos maiores de vinte e cinco anos, independentemente dos estudos realizados anteriormente. Os grupos mais radicais conseguiam ter em estado de agitação constante o meio universitário, criando sérias dificuldades ao desenvolvimento das provas durante os cinco meses consecutivos. Eram acções realizadas por grupos de, no máximo, poucas dezenas de estudantes, que irrompiam nas salas das provas.

A agitação atingia nesta altura praticamente todas as faculdades, de Letras a Direito, até à de Ciências. A tentativa era mobilizar o maior número de estudantes em volta da questão da morte de Ribeiro dos Santos e de conseguir atingir a população, também nas províncias, com uma contra-informação a respeito do episódio.⁴⁰⁶ Este processo era levado a cabo através da distribuição de documentos a estudantes que eram depois solicitados a divulgá-los nas suas terras de origem. O constante e onnipresente controlo por parte da DGS, que em Lisboa era coadjuvada pela PSP também no que dizia respeito às actividades de investigação, fazia com que, no prazo de poucas semanas, houvesse já uma lista dos estudantes mais activos na mobilização depois da morte de Ribeiro dos Santos. Cinco estudantes eram de Ciências, quatro de Letras, sete de Direito, dezoito do IST, dezoito do ISCEF e onze de Medicina.⁴⁰⁷ Ainda na Faculdade de Ciências era encontrada uma quantidade enorme de propaganda subversiva e livros proibidos, que se encontrava em várias salas que os agentes da PSP mandaram arrombar.

Era assim instaurado um presídio policial junto da Faculdade “com o fim de acorrer se solicitado pelo director”. Todavia, continuava a produção de cartazes e escritos na parede, enquanto os alunos tentavam impedir as aulas. Vários estudantes, afirmava a DGS, lamentavam-se da situação, alguns referindo que “o assistente Muller nos corredores da Faculdade, andou a dar instruções aos alunos mais revolucionários dizendo-lhe como deviam agir para impedirem as aulas”.⁴⁰⁸ Estes estudantes lamentavam que as autoridades nada estivessem a fazer para acabar com o boicote das aulas. No entanto, na verdade, continuavam a ser suspensos estudantes, 29 até dia 14 de Novembro, entre os quais 15 raparigas. Neste contexto, a DGS salientava também a iniciativa de um grupo de estudantes de direita, que tentavam mobilizar-se, procurando tornar-se representativos da maioria dos estudantes os quais, achavam, queriam voltar às aulas.

Só depois da suspensão de mais 19 alunos é que a situação se normalizou. A propaganda encontrada habitualmente na Faculdade de Ciências era constituída pelo boletim do instituto, Improp e pelo *Avante!*. Havia também alguns panfletos da Comissão dos Estudantes Democráticos e um da “Guarda Vermelha” que dizia: “Sobre uma provocação pidesca da

⁴⁰⁶ Relatório da DGS, 27 de Outubro 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3378-PT.210, folha 376.

⁴⁰⁷ Ver anexo n.13

⁴⁰⁸ Relatório da DGS, 2 de Novembro 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3378-PT.210, folha 351..

confraria neo-revisionista: a impotência dos neo-revisionistas, o liquidamento do neorevisionismo, os estudantes combatem ao lado do povo sob a direcção da classe operária de Abelheira”.⁴⁰⁹ A referência a esta localidade é motivada pelo facto de aí ter sido fechada, por consequência da crise económica internacional, a Fábrica de Papel pertencente ao Grupo Champalimaud. Nestes panfletos havia sempre propaganda a favor do MRPP e da Frente dos Estudantes Marxistas Leninistas (FEML).⁴¹⁰

Outro panfleto, “A polícia abre o fogo sobre estudantes”⁴¹¹, era, por outro lado, editado pela Organização de Lisboa dos Estudantes Comunistas (OLEC). De facto, o que emerge pela consulta da documentação encontrada pela DGS nas universidades, é que a partir dos primeiros meses de 1973, a cerca um ano da revolução, o processo de politização do meio académico sofreu uma aceleração intensa. Aumentava radicalmente, com respeito à imprensa especificadamente estudantil, a imprensa e a propaganda propriamente política, criada por formações políticas da velha e sobretudo da nova esquerda, com fortes ligações estudantis, mas sem que os assuntos estudantis fossem predominantes, como o eram ainda no recente ano passado. Um destes panfletos, emitido pelo comité Lenine do MRPP, por exemplo dizia “Sionistas fora de Portugal”,⁴¹² enquanto outros se referiam unicamente às lutas operárias e à prática revolucionária, sem que as problemáticas estudantis em si constituíssem um argumento relevante.

Entretanto, o PCP continuava na sua estratégia legalista e apoiava, em 1973, o surgimento da Comissão dos Estudantes Democráticos de Lisboa (CEDL), muito activa contra a guerra colonial, que se apresentava como um movimento político que “unisse todos os estudantes anti-fascistas por objectivos democráticos, no âmbito das possibilidades das Associações de Estudantes”. Era mais uma vez a estratégia do PCP que visava mobilizar o maior número de estudantes através de assuntos concretos, como o eram os objectivos estabelecidos: “lutas pelas liberdades democráticas, contra a repressão, contra a guerra colonial, contra o imperialismo, ao lado do povo português”.⁴¹³ Mas, de facto, as acções mais visíveis durante 1973 foram com certeza as que se desenvolveram, sob chefia dos grupos radicais da nova esquerda, nas ruas de Lisboa e que seguiam a linha da oportunidade da violência revolucionária, ou seja, a utilização de repertórios explicitamente transgressivos e em alguns casos violentos, embora só contra a propriedade. Esta

⁴⁰⁹ Boletim *Guarda Vermelha*, n. 3, 28 de Fevereiro 1973, apreendido pela DGS, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3378-PT.210, Folha 195,

⁴¹⁰ *Ibidem*.

⁴¹¹ Panfleto “A polícia abre o fogo sobre estudantes”, da OLEC, apreendido pela DGS, 6 de Abril 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3378-PT.210, Folha 139.

⁴¹² Panfleto “Sionistas fora de Portugal”, de autoria do Comité Lenine do MRPP, apreendido pela DGS, 5 de Junho 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3378-PT.210, folha 48.

⁴¹³ Panfleto da CEDL apreendido pela DGS, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3387, Pt.116.

linha continuará depois da revolução e estará na base do surgimento dos movimentos urbanos que caracterizarão o período revolucionário.

No mês de Maio de 1973, a menos de um ano do golpe do 25 de Abril de 1974, estas práticas de contestação violenta intensificaram-se, como demonstra também o altíssimo número de presos neste mês: 65 durante todo o mês, entre os quais 27 só no dia 1, 20 no dia 3, 6 no dia 11, 10 no dia 16, 1 no dia 20 e outro dia 21. A dia 11, por exemplo, foi realizada uma manifestação em Lisboa na zona da Boavista, logo dispersada pela PSP, que também deteve alguns estudantes. Depois, um grupo deles, chefiado por Fernanda Maria da Piedade Domingues, organizou outra manifestação na Estrada de Benfica, com cartazes de “abaixo a guerra colonial, abaixo ao fascismo, viva o socialismo”⁴¹⁴ e distribuindo panfletos. Sucessivamente, desligaram o trolley dos eléctricos com o fim de bloquear o trânsito e, ao passarem junto da esquadra da PSP, deitaram pedras. Dispersados pela chegada da polícia, foram para a Avenida Almirante Reis e depois para a Praça do Chile, onde quebraram as montras do banco FONSECAS & BURNAY.

Boavista era “um bairro de lata” que tinha crescido de forma exponencial e descontrolada a partir dos anos Sessenta com o grande processo de expansão da urbanização determinado pela vaga de imigração das zonas rurais do País. Este processo não tinha sido sujeito a qualquer plano de regulamentação e a construção e distribuição das casas sociais era insuficiente e demorada (R.Pinto, 2007). A realização por parte dos estudantes de manifestações de denúncia destas condições, desenvolvidas directamente no espaço físico onde elas se verificavam, era mais um sinal daquela “saída das universidades” e tomada de consciência por parte dos movimentos estudantis das reais condições do país, que temos visto começar na altura das cheias de Lisboa. Estas precursoras acções estudantis em Boavista em 1973 estão assim directamente ligadas às mobilizações dos moradores que, significativamente, eclodiram mesmo poucos dias após o 25 de Abril 1974. A 2 de Maio de 1974, 270 apartamentos sociais do bairro, que estavam ainda em fase de construção, foram ocupados por parte de famílias provindas de vários “bairros de lata” de Lisboa e arredores. Como evidência Pedro Ramos Pinto: “Isso foi a primeira de uma longa série de acções deliberadamente públicas por parte da população residente nas áreas mais desfavorecidas de Lisboa, as quais, cumulativamente, criaram um movimento social urbano” (Pinto, 2007: 55).

A ligação entre estes movimentos urbanos que caracterizarão o período revolucionário até a 1975 e os movimentos estudantis do fim do Estado Novo não é entretanto apenas uma questão abstracta e devida ao processos de difusão da mobilização de um sector a um outro, mas parece

⁴¹⁴ Relatório da PSP sobre os eventos no Bairro de Boavista, 12 de Maio 1973, em PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3371-PT.170, folha 54.

desde logo algo de mais concreto. De facto, os estudantes que estavam mobilizados antes da revolução continuaram depois desta a sua actividade política, também apoiando o movimento dos moradores. Da mesma forma, as organizações surgidas do movimento estudantil, sobretudo o MRPP, puseram-se a frente do movimento de ocupação das casas, que se estava a estender a praticamente todos os bairros sociais de Lisboa (Pinto, 2007: 60). A vaga de mobilizações pós-revolucionária surge portanto como uma continuação das agitações cada vez mais frequentes, radicais e politizadas que caracterizaram os últimos meses de vida do Estado Novo e que determinaram a especial natureza que assumiu a transição portuguesa.

Antes da queda do regime, estas agitações intensificaram-se ao longo de todo o 1973 e nos primeiros meses de 1974. No Verão de 1973 continuava activo o grupo ligado à Faculdade de Direito “Ousar Lutar, Ousar Vencer” que denunciava, na sua propaganda, o aumento da repressão na universidade provocado pelo facto de o Governo se sentir cada vez mais isolado. Além disso, acusava a reforma do curso de Direito de ter provocado um aumento notável dos “chumbos”, uma situação que era considerada consequente à necessidade do Governo de recrutar jovens para a guerra colonial. O grupo “Ousar Vencer” organizava também, com o começo do novo ano lectivo, em Setembro de 1973, um meeting de quatro dias na cantina da cidade universitária.

Com a presença de 180 participantes, o meeting previa exposições de fotografia e cartazes sobre os recentes episódios do Chile e sobre o massacre de Macau em 1967, sendo, na opinião do informador da DGS, “tudo muito ampliado”.⁴¹⁵ Além disso, havia uma reportagem sobre o Festival de juventude de Berlim Leste e estavam à venda folhetos sobre a oposição democrática e sobre Ribeiro dos Santos. Era também denunciada a prisão de Saldanha Sanches, que tinha voltado a ser preso no mês de Maio, depois de ter já sofrido dois longos períodos de detenção, para ser libertado apenas depois da revolução.

A prisão de Saldanha Sanches foi um dos *issues* mais utilizados pelo grupo do MRPP nesta altura, que editou muitos panfletos sobre a captura do colega, com referências também às lutas dos operários. Eram no entanto realizadas muitas reuniões na sala de alunos do Hospital de Santa Maria, que, destinadas aos estudantes de Medicina, foram várias vezes utilizadas como espaço de discussão pelo movimento estudantil. Muitas outras reuniões eram realizadas difusamente, também em todas as outras escolas: IST, Faculdade de Letras, Faculdade de Direito, muitas acabando por serem impedidas pela intervenção policial, outras, sobretudo as mais improvisadas, conseguiam ser realizadas, tendo todavia características de reuniões relâmpago.

⁴¹⁵ Relatório da DGS, 26 de Setembro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3371-PR.171, folha 355.

Sempre na Faculdade de Direito, eram identificados elementos subversivos ligados aos movimentos de libertação das colónias, como o estudante Pedro Ramos de Almeida, do 5º ano, natural de Angola, que tinha vivido alguns anos na clandestinidade⁴¹⁶ e o padre Joaquim Pinto de Andrade, do 3º ano, que já tinha estado preso em Peniche durante cinco anos, por pertencer ao PCP e ser “prémio mundial pela paz”⁴¹⁷ e irmão de Mário de Andrade, dirigente do MPLA. Em Novembro de 1973, a dia 12, um grupo de cerca de 40 estudantes partia os vidros da Faculdade, utilizando ferros, pedras, tubos e pés de cadeiras.⁴¹⁸ Este episódio foi considerado particularmente grave pelo director da faculdade, Pedro Soares Martinez, o qual exprimiu o seu desapontamento numa carta aberta, em que afirmava que, dada a “gravidade dos incidentes ocorridos”,⁴¹⁹ foi obrigado a ordenar um inquérito sobre os mesmos. Os incidentes da Faculdade de Direito foram considerados particularmente graves, como se pode ver pela ampla informação recolhida pela polícia. A explicação da DGS era que “os elementos associativos de Direito, com o pretexto de a universidade ter sido transformada em quartel, desencadearam desde o início das aulas uma campanha contra a presença dos vigilantes, apontando-os como indesejáveis e provocando-os a cada momento”.⁴²⁰

Esta situação tinha-se dramatizado no dia 9 de Novembro, quando os vigilantes, verificando que uma aluna era portadora de uma pasta “com folhetos de origem duvidosa”⁴²¹, convidaram-na a dirigir-se com eles à presidência, mas ela recusou, “opondo resistência, com gritos e gestos para chamar a atenção dos colegas que estavam perto”.⁴²² A polícia afirmava que “a custo, embora sem violência” os vigilantes conseguiram levar a aluna ao director, mas imediatamente “começaram a correr os mais disparatados boatos à volta do caso e os alunos do 2º ano como atitude de solidariedade decidiram fazer greve, a que se juntaram alunos de outros anos, mas sem terem conseguido a paralisação das aulas”.⁴²³ No dia 13, uma outra aluna tentou perturbar uma aula, sendo também desta vez levada ao director. Também neste caso, os colegas protestaram, tentando efectuar uma reunião no átrio, mas com a oposição dos vigilantes.

Como represália, quarenta estudantes “apedrejaram vidros, danificaram o carro do Director e deitaram fogo ao carro de um vigilante”⁴²⁴, provocando a intervenção dos bombeiros. A

⁴¹⁶ Relatório da DGS, 29 de Setembro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529-3376-PT.198, folha 11.

⁴¹⁷ *Ibidem*. Não está contemplado entre os estudantes presos, pois provavelmente na altura da prisão não era estudante, escapando assim à análise desta categoria.

⁴¹⁸ Relatório da DGS, 13 de Novembro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529-3376-PT.198, folha 82.

⁴¹⁹ Relatório da DGS, 14 de Novembro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529-3376-PT.198, folha 74.

⁴²⁰ Relatório da DGS, 15 de Novembro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529-3376-PT.198, folha 72.

⁴²¹ *Ibidem*.

⁴²² *Ibidem*.

⁴²³ *Ibidem*.

⁴²⁴ *Ibidem*.

Faculdade de Direito continuou a apresentar episódios deste tipo até à revolução, com contínuas greves, reuniões e intervenções policiais, numa situação de agitação permanente que se estendeu no Processo Revolucionário depois do 25 de Abril. Além disso, os alunos de Direito, pela sua colocação física no centro da cidade universitária, envolviam com frequência os colegas de outras faculdades ou até os funcionários do Hospital de Santa Maria nas suas acções contenciosas. A 25 de Novembro de 1973, por exemplo, foi boicotada, através do impedimento da entrada do público, uma sessão de teatro que se devia realizar no Hospital de Santa Maria e que era considerada de pequeno burguesa pelo grupo “Ousar Vencer”. Poucos dias depois, outra manifestação de estudantes, marcada junto do MEN, foi dispersa pela PSP, pelo que cerca de 200 estudantes, por volta das seis da tarde, juntaram-se perto do Rato e partiram as montras do banco Pinto e Sottomayor.

No mês de Dezembro, continuavam quase diariamente as acções de estudantes, como manifestações relâmpago, meetings, protestos e acções contra bancos. Estava-se a forjar um repertório de contestação que tinha como cenário cada vez menos as instalações universitárias e cada vez mais as ruas da cidade, antecipando a vaga de mobilizações urbanas que caracterizaram os anos da revolução. Nos primeiros meses de 1974 a agitação continuou em Lisboa seguindo as mesmas trajectórias de radicalização que se tinham visto crescer no ano anterior. Intensificava-se, sobretudo, a luta contra a guerra colonial, argumento que esteve na base de uma ampla manifestação realizada na Praça do Chile a 12 de Fevereiro. O panfleto que anunciou a manifestação dizia “Despeçamos as manobras da burguesia colonialista” e era publicado pelo CLAC “Bandeira Vermelha”. Continuava assim a propaganda do grupo “Ousar lutar, Ousar vencer”, que incitava os estudantes a entrarem em greve. Alguns militantes do grupo foram presos, sendo conhecidos no meio estudantil como alguns dos principais agitadores. Nestes últimos meses do regime, a conflitualidade estudantil era dominada completamente pelos grupos marxistas-leninistas, aos quais pertencia a maior parte da propaganda distribuída nas universidades e sobretudo a da luta contra a guerra colonial. Na cantina universitária aparecia um panfleto por ocasião do 21º aniversário da morte de Estaline, subscrito pelo MPAC e pelo CLAC “Vento de leste”. Eram também constantes agora as referências à luta operária, assim como à repressão de estudantes e à questão dos gorilas nas universidades.

Por fim, a um mês da revolução, entrava em greve no mês de Março o Instituto de Economia, “porque os estudantes não queriam testes e pretendiam ser dispensados todos com a nota política de 10”, enquanto outra greve atingiu a Cantina, onde os estudantes se recusaram a comer durante dias “por ter sido excluído o vinho do almoço, quem o queria devia agora pagar”. Durante esta acção, os balcões da cantina foram assaltados e, uma vez chegada a PSP, os estudantes

começaram a atirar pedras para a nova cantina, ainda por inaugurar. À noite continuava a greve na cantina, com piquetes que impediam todos os estudantes de entrarem. Nesta ocasião foram detidos 24 estudantes, 3 dos quais foram enviados à PJ, os outros soltos mas com notificação de se apresentarem a julgamento.⁴²⁵

O aumento da repressão

No que diz respeito à repressão, é significativo que, embora o Governo activasse a reforma do direito penal em 1972, nos últimos anos do regime houvesse um aumento notável das prisões de estudantes, que atingem em 1973 o seu auge. A intensificação da contenda, nesta fase, dizia sobretudo respeito à utilização de estratégias mais radicais e transgressivas por parte do movimento estudantil, sobretudo contra a guerra colonial, como destruição de montras ou carros, tornando o conflito muito mais visível e directo. A crescente repressão era denunciada pelos Comités Nacionais de Socorro aos Presos Políticos, já activos sob diferentes nomes e sempre apoiados pelo PCP. Em 1973 foram organizadas manifestações em frente da prisão de Peniche, em que participaram sobretudo “estudantes e jovens”. A motivação da deslocação era a denúncia das condições dos presos, entre os quais vários estudantes, que estavam a realizar uma greve da fome para protestar contra o facto de não poderem encontrar-se nem com advogados nem com familiares.

Entre os presos em Peniche havia naquele momento vinte estudantes que estavam a cumprir penas longas, até nove anos, pois a prisão de Peniche era o destino final de percursos prisionais bastantes longos⁴²⁶, sendo por outro lado o número total de estudantes presos naquele momento de 29. Isso significava que a maior parte dos estudantes presos estavam a cumprir penas compridas, ainda que este dado seja um pouco enganador, pois a grande vaga de prisões do ano 1973, que o faz coincidir com o pico da repressão contra estudantes, foi sobretudo nos meses de Abril e Maio.

Uma informação de Outubro de 1971 afirmava que o Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP) tinha surgido depois da campanha eleitoral de 1969, sendo que “até aí a actividade de que se ocupa foi sempre considerada específica da associação secreta e subversiva que é denominada PCP que assim, através dessa comissão, procurou legalizar actos ilícitos”.⁴²⁷ Tratava-se portanto do lado “legal” do PCP, que, como já salientámos, sustentava o

⁴²⁵ Ver Anexo 17.

⁴²⁶ Ver anexo 14.

⁴²⁷ Relatório da DGS, 1 de Outubro 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(1)-5040-1287, folha 131.

aproveitamento de todos os canais legais possíveis para mobilizar e activar os cidadãos a respeito de assuntos específicos, concretos e de carácter moderado, sem que a filiação da iniciativa fosse geralmente conhecida. O apoio e socorro aos presos políticos, assim como a denúncia da repressão policial e das condições de prisão, era uma destas actividades específicas provavelmente uma das principais, juntamente com, nos últimos anos do regime, a luta contra a guerra.

De facto, tratava-se nos dois casos de argumentos passíveis de atingir transversalmente a sensibilidade e envolvimento de uma grande parte da sociedade. As autoridades, por seu lado, reivindicavam a legitimação de punir indivíduos que tinham posto em perigo a ordem pública, considerados delinquentes do mesmo nível ou até piores que os delinquentes de crimes comuns. Assim, apesar de a CNSPP ser “constituída ao abrigo do art.199 do Código Civil”, as autoridades sustentavam que “a designação de presos políticos pretende definir, como se sabe, indivíduos condenados pela prática de actividades atentatórias da segurança do Estado e a existência da já mencionada comissão pelos fins que visa atingir não pode deixar de considerar-se um estímulo à prática de delitos daquela natureza”.

A CNSPP era composta também por juristas e advogados, como Salgado Zenha, que contribuíram para analisar e desconstruir as que consideravam falsas reformas, sobretudo a nível do Direito Penal, apresentadas pelo Governo Caetano como sinais de abertura política. Antes de mais era considerada a constituição da DGS em substituição da PIDE em 1969, mas da qual herdava de facto todos os poderes. Em 1972, através do decreto-lei 368/72 era estabelecida a “nova orgânica” da DGS, que reformulava alguns dos seus poderes. O CNSPP denunciava o decreto por ser anticonstitucional e “não garantir ao imputado a assistência de um advogado”. O decreto-lei, afirmava a Comissão, praticamente anulava algumas garantias introduzidas com a reforma do Código Penal de 1972, realizada por o adaptar às alterações constitucionais de 1971:

Agora que os tribunais começavam a tomar posição favorável aos direitos do arguido, na questão de saber se este tem ou não direito a ser assistido por advogado constituído, durante a instrução preparatória, o Governo decide intervir de modo a desfazer a dúvida: enquanto em processo penal comum se admite aos interrogatórios do arguido o advogado constituído, em processo penal político proíbe-se a sua presença. Assim se sanciona uma prática policial que, combatida por advogados, pela CNSPP e pela opinião pública informada, nos faz recuar aos tempos mais sombrios da inquisição.⁴²⁸

A introdução deste decreto chegava contemporaneamente a um surto repressivo que se prolongará durante 1973 e 1974. É de considerar também que se por um lado o Governo, com a

⁴²⁸ Documento do CNSPP de 1 de Outubro de 1971 apreendido pela DGS, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(1)-5040-1287, folha 131.

reforma do Código Penal abolia as medidas de segurança, que podiam prolongar o período de prisão além do tempo previsto pela pena estabelecida pelo tribunal por tempo indefinido, por outro cada vez mais se aplicava a fórmula de criminoso de difícil correcção ou de crime de terrorismo. Isto determinava penas desde logo muito mais longas, sem que fossem necessárias as medidas de segurança.

Mas não era tudo. Como afirmam vários autores e alguns dos próprios presos políticos, os métodos de interrogatório tornaram-se ainda mais violentos, sobretudo contra os estudantes, entre os quais havia cada vez mais raparigas (Madeira, 2007; Pimentel, 2007). Assim, se é verdade que 1973, o ano com o maior número de prisões entre estudantes, foi também aquele em que os períodos de detenção foram mais curtos, é também oportuno sublinhar que, ainda em 1973, datava uma das maiores penas jamais atribuídas por crimes políticos e, sobretudo, a estudantes. Tratava-se de três jovens militantes de *O Comunista*, Coutinho Coelho, Licínio Pereira da Silva e José Vicente de Sousa, os quais, acusados de estarem envolvidos no apoio às deserções do exército colonial, tiveram penas de 8 a 12 anos.

A respeito desta vaga repressiva, a CNSPP afirmava que o Presidente do Conselho tentava “com a sua nova e impossível veste liberal e de democrata, esconder ou justificar o recrudescimento da violência governamental”⁴²⁹, que se actuava em dar “plena liberdade às suas polícias para, sem olhar a meios, destruir todas as formas de vida política a si contrárias, nomeadamente no campo estudantil e no da oposição à guerra colonial”.⁴³⁰

A competição entre os grupos da nova esquerda

Foi mesmo nos últimos anos do regime que os dois processos emergentes nos finais dos anos Cinquenta, formação de uma esquerda à esquerda do PCP e politização do meio estudantil, se fundiram, com uma influência cada vez maior dos grupos radicais nas Associações dos Estudantes. Assiste-se nesta fase do conflito a uma competição à esquerda, que leva ao extremo o processo de pulverização da oposição portuguesa ao Estado Novo iniciado após o primeiro ciclo de protesto, com a cisão maoísta e o com abandono, por parte do PCP da opção unitária. Assistia-se assim ao completamento de um processo de perda de hegemonia do PCP no espaço da política contenciosa de oposição ao Estado Novo. Era a segunda grande viragem na história conflitual portuguesa do século XX, depois da fase em que, nos primeiros anos da ditadura militar

⁴²⁹ Documento do CNSPP de 9 de Maio 1973, apreendido pela DGS, em IAN/TT-PIDE/DGS SC C1(1) 5040 1287, folha 53.

⁴³⁰ *Ibidem*.

começada em 1926, o PCP, graças ao suporte ideológico e material da União Soviética e a uma cultura organizativa treinada para a clandestinidade, substituiu o anarco-sindicalismo como principal referente dos militantes proletários (Palácios Cerezales, 2008).

Já nas eleições de 1969 se tinha assistido a uma separação entre comunistas e socialistas, que, se até àquele momento tinham sempre formado listas eleitorais unitárias, agora dividiam-se em duas formações diferentes. Em Lisboa, Porto e Braga, onde não chegaram a concordar na criação de listas comuns, os comunistas, com alguns católicos, reuniram-se na CDE, enquanto os socialistas, também com alguns católicos e monárquicos, formaram a Comissão Eleitoral de União Democrática (CEUD). Isso dependia também do facto que o grupo socialista liderado por Mário Soares, que estará na base da constituição do PSP em 1973, tinha mais expectativas na abertura marcelista.

Estamos muito longe da estratégia de unidade anti-fascista que se tinha concretizado no MUD e no MUDJ nos anos Cinquenta. O universo das organizações oposicionistas nunca tinha sido tão fluido. Esta fluidez, no campo das organizações da esquerda radical, determinava uma situação em que as mais leves diferenças ideológicas podiam levar a uma cisão ou a uma crítica duríssima a um grupo rival, embora todos os grupos estivessem de acordo nas suas acusações contra o reformismo do PCP. Neste processo, como se adiantou, estiveram envolvidos também grupos católicos, os quais escolheram apoiar, entre as organizações de extrema-esquerda, sobretudo as que começaram a adoptar estratégias explicitamente violentas, como a LUAR (Liga de União e Accção Revolucionáriae), posteriormente as Brigadas Revolucionárias (Almeida, 2008). Era por outro lado uma aproximação que se estava a verificar também na Itália, onde, como se viu, os próprios fundadores das Brigadas Vermelhas se tinham formado no seio da componente católica do movimento estudantil de Trento.

Radicalização e pulverização das forças da oposição são portanto os dois processos que caracterizam a conflitualidade portuguesa dos últimos anos do regime, paralelamente às outras tendências que já analisámos: abertura institucional selectiva e repressão. Na base deste processo havia um mecanismo que alguns sociólogos dos movimentos sociais chamam “competição entre grupos”. Por exemplo, Sidney Tarrow salienta, com respeito ao ciclo italiano, que “depois de uma nova espiral de violência organizada, de repressão e de contra-violência, cada vez mais numerosos eram os que se sentiam recusados pelo curso que a luta estava a assumir” (Tarrow, 1989: 129).

No que diz respeito a Portugal, já tivemos ocasião, nos capítulos anteriores, de evidenciar as primeiras fases do processo de fragmentação da oposição que emergiu desde os momentos finais do primeiro ciclo de protesto. Também a primeira cisão maoísta, que originou o CMLP, surgiu numa altura de forte repressão contra o PCP, que provocou uma mutilação do partido seja no

sector operário seja no sector estudantil. Nestas fases, como explicámos, assiste-se frequentemente a processos de radicalização política e consequente “competição”, neste caso obviamente à esquerda. Os fundadores do CMLP, igualmente às sucessivas formações marxistas-leninistas, acusavam o PCP de ter renunciado à prática revolucionária para levar a cabo uma mobilização sobretudo eleitoral. Era um desafio que o próprio Cunhal assimilou quando, por ocasião do congresso do partido de 1965, reafirmava a necessidade da luta armada contra a que ele definia o “desvio de direita” que tinha caracterizado os anos anteriores.

De facto, o próprio PCP, sendo-lhe impedido qualquer canal de representação legal, tinha como única hipótese o terreno da acção não-convencional, no qual todavia foi obrigado a uma estrita competição com os grupos mais à esquerda, para limitar a perda de consenso no meio da oposição que se tornava cada vez mais radical. Na óptica da competição “à esquerda” com os outros grupos radicais é assim de ler a constituição por parte do PCP de uma organização armada própria, a ARA. Ainda que a primeira acção da ARA chegasse só em 1970, a sua constituição remetia para 1966, em sequência de uma viagem de formação efectuada em Moscovo e Cuba por dois dirigentes do partido, Raimundo Narciso e Rogério de Carvalho. Todavia, apesar destes esforços, o PCP estava destinado a perder terreno relativamente às novas organizações de extrema-esquerda, sobretudo nas universidades, num processo que se tornará mais evidente depois das eleições e da crise académica de 1969, na sequência aliás do movimento internacional de contestação anti-soviética cujo ponto mais alto foi atingido com o “Maio de 68” em Paris. Apesar da viragem de estratégia imposta por Cunhal contra o desvio de direita, o PCP continuou de facto a apontar sobretudo para a mobilização eleitoral e para o aproveitamento dos canais legais de participação. Isso fez com que o Partido se tornasse no objectivo de crescentes acusações de reformismo, ou, na nova linguagem marxista-leninista nascida do conflito sino-soviético de “divisionismo” e mesmo de “traição”.

Neste sentido é evidente a diferença com o que se passou com o PCI, que, no momento em que se viu ultrapassado à esquerda por grupos radicais, conseguiu manter e até aumentar o próprio consenso através da escolha pela política institucional, e deixando o terreno da política conflitual sobretudo aos grupos da extrema-esquerda, com os quais portanto deixou de competir. Aliás, a mobilização criada por estes grupos, que na maioria dos casos eram extra-parlamentares, convergia, no momento das eleições, para o PCI.⁴³¹ Por outras palavras, esta forte mobilização à

⁴³¹ O PCI, que foi, até à sua extinção, o segundo maior partido da Itália republicana e o maior Partido Comunista do Ocidente, cresceu constantemente desde a metade dos anos Sessenta para todos o seguinte decénio. Em 1963 tinha o 25,26% dos votos, em 1968 o 26,91, em 1972 o 27,15 e em 1976, mesmo nas fases finais do ciclo de protesto italiano (que Sidney Tarrow colocou entre 1965 e 1975) chegou a obter o 34,37 das preferências, quase aingindo a Democracia Cristã, a qual obteve o 38,71 dos votos.

esquerda, na área da política conflitual, contribuía para o deslocamento à esquerda também da política institucional.

Também no caso italiano, todavia, ainda que o PCI fosse um partido legal e aceite na competição eleitoral, existia um bloco oficioso de oposição ao seu ingresso no Governo, a chamada *conventio ad escludendum* (Bobbio, 2006), apesar de se tratar do segundo maior partido do sistema político italiano. Assim, a deslocação do eixo político para a esquerda nos anos Setenta e o grande crescimento eleitoral do PCP não se podiam concretizar numa efectiva participação no Governo, até que a *conventio* não fosse superada, o que nunca se veio a verificar, enquanto o PCI não se dissolveu. Criava-se com efeito uma situação de “curto-circuito”, em que as grandes expectativas de mudança, surgidas com o eclodir do movimento estudantil, não podiam encontrar uma efectiva canalização. Este bloqueio do sistema esteve na base da radicalização do conflito político na Itália dos anos Setenta e da intensificação da acção contenciosa de tipo violento.

Na base do bloqueio existia uma coligação variada de forças políticas institucionais, que tinham a sua contrapartida do outro lado da barricada. Por motivações diversas das dos actores institucionais, o ingresso do PCI na área do Governo era impedido pelos grupos mais radicais, para os quais isso seria um evento que teria marcado o fim de qualquer hipótese revolucionária. É nesta conjuntura de vetos opostos que se insere o rapto e homicídio em 1978 pelas Brigadas Vermelhas (*Brigate Rosse*, BR), de Aldo Moro, principal promotor, na Democrazia Cristã (*Democrazia Cristiana*, DC) do “compromisso histórico”, que propunha a colaboração política entre o PCI e a DC com vista à constituição de um Governo de coligação.

É assim possível dizer que o PCI só até certo ponto podia usar os canais convencionais de participação política, ainda que de facto isso permitisse evitar uma competição demasiado fechada com os grupos radicais no plano da política contenciosa. No caso português, o PCP era completamente impedido de utilizar os canais convencionais de acesso à política desde o princípio, ficando apenas à disposição a arena da política conflitual. Todavia, também o PCP saiu do ciclo de protesto, depois da revolução, canalizando a hegemonia de esquerda que se tinha acumulado nos últimos anos de oposição ao Estado Novo. Confirmava-se também no caso português, que apresentava condições de partida bem diferentes, o que Tarrow relevava no caso do PCI e que os serviços secretos franceses tinham salientado com respeito ao PCF no citado relatório, ou seja que aquele partido estava a obter “vantagens das obtidas de Maio, após ter violentamente estigmatizado a acção dos revolucionários de todas as obediências”.

Os estudantes e a revolução

Violência defensiva e violência revolucionária

No princípio dos anos Setenta, sectores do movimento estudantil e grupos de nova esquerda ligados entre eles começaram a falar da exigência do uso da violência, violência “revolucionária”, para opor à violência burguesa. Já não se falava de violência fascista, típica do Estado Novo, mas da violência característica de qualquer regime político produzido pela sociedade capitalista. Era uma ideia do uso da violência bem diferente da assumida pelo PCP, através dos seus órgãos como o *Avante* e Rádio Voz da Liberdade e cuja exigência se exprimia sobretudo depois da morte de Ribeiro Santos. Nesta ocasião, embora Ribeiro Santos fosse um militante de um grupo concorrente, normalmente considerado pelo PCP de “extremista que fazia o jogo do fascismo”, a Rádio Voz da Liberdade denunciou os factos, solidarizando com os estudantes.⁴³² Sobretudo, criticou a versão oficial divulgada pela polícia, segundo a qual “não se tinha apercebido que os tiros causavam ferimentos”. Por outro lado, a emissora acusava o geral surto repressivo:

Nos últimos tempos os fascistas prendem, torturam e julgam dirigentes associativos por tudo e por nada, ordenam a invasão policial dos estabelecimentos de ensino e dos locais frequentados por estudantes. Ao mesmo tempo, enquanto fazem policiar as escolas por contínuos e tentam fazer nascer grupos de extrema-direita e especializados na provocação, instauram processos criminais às DG e aos estudantes das vanguardas e mantêm na universidade a presença constante da PIDE em estreita colaboração com PSP e GNR.⁴³³

Os Reitores eram considerados cúmplices dos fascistas na ofensiva repressiva contra o movimento estudantil e eram dados exemplos de repressão que se tinham repetido durante todo o ano académico, como o que se tinha passado no ISCEF no mês de Maio de 1972, quando o Instituto “foi invadido por agentes da polícia de choque com cães, com dezenas de estudantes presos e feridos, alguns em estado grave”.⁴³⁴

Segundo a Rádio Voz da Liberdade, era portanto natural que os estudantes se sentissem indignados com a invasão das suas escolas e “de resto, a resistência à polícia cada vez mais frequente é testemunho de que as massas vão perdendo medo da repressão e é sintoma da sua confiança e da sua disposição para o combate”.⁴³⁵ Era também referida a lista dos militantes mortos pela PIDE em várias circunstâncias, além de Ribeiro dos Santos, Alfredo Dinis, Ferreira

⁴³² Boletim da Rádio Voz da Liberdade de 15 de Outubro 1972, interceptado pelos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-3529/62-3381/3382-pt.217, folha 301.

⁴³³ *Ibidem.*

⁴³⁴ *Ibidem..*

⁴³⁵ *Ibidem.*

Soares, Dias Coelho (todos a tiro), enquanto na prisão, por efeito da tortura: Militão Ribeiro, José Moreira, Ferreira Marques, Augusto Martins, Germano Vidigal. Condenava-se ainda o decreto-lei de 30 de Setembro de 1972, que, reformando o Código Penal, eliminava as medidas de segurança, mas ao mesmo tempo reconhecia à DGS poderes jurídicos de realizar processos e autorizava-a a entrar livremente em qualquer local.

Seguia depois a afirmação que teria sido necessária uma resposta unitária e revolucionária “à violência reaccionária e ao terrorismo policial, a defesa da Associação e dos estudantes, em termos de autodefesa revolucionária e de defesa das massas”.⁴³⁶ Considerava-se assim que “a resposta à violência reaccionária era a defesa revolucionária”, um conceito que parecia uma assunção de posição clara não só face ao uso da violência por parte do Estado, mas também perante a teorização da violência dos grupos extremistas, para os quais se devia opor à “violência burguesa a violência revolucionária”. Para o PCP, a violência era contemplada apenas como último recurso e num contexto de defesa e resistência, enquanto para os grupos extremistas o exercício activo da violência seria a forma primária da revolução e perfeitamente legitimada pela violência do Estado burguês.

De facto, o PCP julgava muito mal as acções de rua abertamente conflituais e violentas realizadas por jovens e estudantes extremistas, acusando-as de provocarem a repressão policial e fazerem assim o jogo do regime. Por seu lado, os grupos de extrema-esquerda achavam, em muitos casos explicitamente, que a reacção violenta das forças da ordem era um elemento positivo na óptica dos fins da revolução, pois punha sob os olhos de todos a “verdadeira natureza terrorista” do regime.

Em várias ocasiões, a DGS manifestou a necessidade de usar com muito cuidado as medidas repressivas para com o movimento estudantil, considerando as acções mais transgressivas dos estudantes como verdadeiras provocações, destinadas a solicitar uma dura resposta policial e portanto suscitar solidariedades para com o movimento. Mas era verdade que uma dura repressão teria suscitado maiores solidariedades e consensos ao movimento estudantil e aos grupos de extrema-esquerda? ou os efeitos da violência política “de cima para baixo” podia de facto desmobilizar os militantes e desencorajar os simpatizantes? Na opinião de Diego Palácios Cerezales, as forças da ordem modernas, como se foram reformulando depois da segunda metade do século XX nas democracias ocidentais e, em alguns casos, também nos regimes autoritários, como o português, tiveram que ter sempre em conta os factores ligados ao consenso e à opinião

⁴³⁶ *Ibidem*.

pública na avaliação dos custos e benefícios do uso de estratégias repressivas violentas (Palácios Cerezales, 2008).

O autor demonstra como a mudança de técnicas de gestão das manifestações de rua, com a diminuição do uso de armas de fogo e a introdução de gases lacrimogéneos, cacetetes e outros instrumentos dissuasores respondeu a esta nova exigência da gestão da ordem pública nas sociedades contemporâneas. Como se viu ao longo do estudo, também a polícia portuguesa, sobretudo a DGS, contemplou a exigência de não exagerar nas técnicas repressivas, sobretudo se sob os olhos dos cidadãos, criticando frequentemente a PSP pela sua atitude grosseira em recorrer à violência quando não era necessária. Assim, segundo Palácios Cerezales, os exageros de violência e sobretudo as mortes provocadas por acções policiais tornaram-se, na visão da moderna gestão da ordem pública e também em Portugal, em graves erros a nível de imagem e consenso. Todavia, achamos que esta visão não tem na devida consideração, por um lado aquelas componentes da sociedade que se identificam com o bloco de “law and order”, as quais vêm na resposta dura dos governos a única solução para a manutenção da ordem pública (della Porta *et alia*, 1998), por outro, o efeito verdadeiramente dissuasor que estratégias repressivas violentas têm demonstrado ter sobre a atitude para a militância política. Assim, de facto os governos não têm deixado de utilizar métodos violentos e por vezes mortais de repressão, antes os têm integrado numa mais atenta avaliação dos custos e benefícios e, em vários casos, numa estratégia mais ampla que, a uma resposta dura por um lado uniam uma abertura e aceitação de algumas propostas por outro.

Como se viu, em Portugal a partir do princípio dos anos Setenta, a “violência revolucionária” começou a ser contemplada e explicitamente defendida por alguns elementos radicais do movimento estudantil, como, por exemplo, pelos Núcleos Sindicais de Coimbra e por grupos maoístas como *O Comunista*. Acções contenciosas abertamente transgressivas e viradas para o exercício da violência contra a propriedade por parte de estudantes normalmente ligados aos grupos da nova esquerda também seguiram esta aceitação da violência activa como método de luta. Ao mesmo tempo começaram a surgir algumas organizações armadas que também tinham origem no magma político da nova esquerda, pelas quais a violência revolucionária, que para os estudantes nunca ultrapassou os limites de acções demonstrativas, devia atingir também objectivos concretos, como as instituições símbolos da coerção autoritária do regime: polícia e exército. Como no caso italiano, é possível encontrar as origens destes grupos no movimento estudantil. Todavia, em Itália a ligação entre os dois momentos do conflito era mais directa, sendo bastante comum que os membros dos grupos armados tivessem antes passado pelo movimento estudantil e depois pelas organizações de nova esquerda.

Em Portugal, se os grupos de nova esquerda, sobretudo maoísta, como o MRPP e outros tinham evidentes matrizes estudantis, mais difícil é encontrar linhas de continuidade concretas que liguem os grupos armados com o protesto estudantil e a esquerda à esquerda do PCP. Isso não significa que não existissem ligações, mas sim que estas ligações eram mais estruturais e menos pessoais. Ou seja, a luta nas universidades tem contribuído para a evolução do ciclo de protesto até ao ponto de criar as condições para o surgimento e a actuação, já durante o PREC, destes grupos. Pois, segundo a teoria dos ciclos de protesto, há toda uma série de sequências que se repetem nos ciclos numa cadeia consequencial em que sem a passagem de uma fase não se criam as condições para a emergência de uma outra.

Alguns grupos de luta armada, todavia, começaram a existir em Portugal em antecipação sobre os tempos, ou seja, já a partir da metade da década de Sessenta, como a ARA e o LUAR, todavia, as suas acções se intensificaram sobretudo a partir do princípio dos anos Setenta e sobretudo depois do 25 de Abril de 1974. Relativamente a estas temáticas parece bastante interessante um comunicado do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), nascido em 1972 das Brigadas Revolucionárias (BR), ligadas ao FPLN de Argel. No comunicado, percorria-se a trajectória que tinha levado à contemplação, por alguns militantes oposicionistas, da hipótese da luta armada, num processo que “iniciou durante a campanha eleitoral de 1969, quando os revisionistas espalharam ilusões reformistas”.⁴³⁷ Assim, evidenciava-se que “a partir de então, vários militantes convergiram numa posição crítica na procura de uma alternativa revolucionária”.⁴³⁸ Nasceram assim as BR, que, apesar da teorização da luta armada, afirmavam nunca deixar de considerar fundamental “a luta das massas”. Todavia, a maior acção de luta armada de sempre, embora desenvolvida em outro contexto e em parte isolada, ainda remetia para o ataque contra o quartel de Beja de 1961 que, juntando forças militares e civis, foi muito importante em aprofundar o ciclo de protesto iniciado com a mobilização de 1958 durante a campanha de Delgado e que conheceu o seu auge no Maio de 1962.

Trajectórias da extrema-esquerda portuguesa

O universo maoísta foi-se complexificando a partir de 1968, quando os poucos membros da direcção do CMLP que ainda não tinham sido presos começaram a editar *O Comunista*. O grupo na base deste boletim, do qual saíram apenas catorze números, depois de um efémero parêntese de

⁴³⁷ Boletim de Rádio Voz da Liberdade, Setembro de 1973, interceptado pelos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, em IAN/TT-PIDE-DGS-SC-SR-984-7059, folha 2.

⁴³⁸ *Ibidem*.

influência trotskista, aproximou-se dos activistas que rodeavam outra publicação, *O Grito do Povo*, que estava enraizado sobretudo no Norte do país. Destes contactos, nascerá em 1972 a Organização Comunista Marxista-leninista Portuguesa (OCMLP), da qual sucessivamente se destacará a União Comunista para a Reconstrução do Partido Marxista-leninista (UCRPML).

Uma outra organização maoísta que surgiu da fragmentação do CMLP foi o Partido Comunista de Portugal Marxista-leninista (PCP-ML), que passou a editar o boletim *Unidade Popular*. Encontramos por fim, no complicado universo maoísta do princípio dos anos Setenta, mais três grupos oriundos do CMLP e criados por um grupo de militantes da revista “O Bolchevista”: o Comité de Apoio à Reorganização do Partido Marxista-Leninista (CARPML) e a União Revolucionária Marxista-Leninista (UR-ML).

Única organização maoísta não oriunda do CMLP, mas por outro lado com algumas raízes no PCP e muito ligada ao meio universitário, foi o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), que surgiu em 1970 da experiência da Esquerda Democrática Estudantil (EDE). Foi com a constituição do MRPP que o corte com o PCP se tornou categórico e irreparável, ao mesmo tempo que se abandonou de forma definitiva qualquer hipótese de aproveitamento dos canais legítimos de participação política, como as eleições, sendo mesmo a atitude institucionalista e eleitoralista dos comunistas a ser acusada de colusão com o regime. Entre os fundadores do MRPP contam-se alguns dos principais líderes estudantis dos anos Sessenta, como, Fernando Rosas e Saldanha Sanches, que já tinham sofrido a violenta repressão do Estado Novo. O MRPP constituiu desde logo duas secções específicas, uma para a mobilização estudantil, a Federação dos Estudantes Marxistas-leninistas (FEML), outra para a luta anti-colonial, Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC).

Outro grupo, formado por elementos que se tinham exilado na França para fugir à vaga de prisões de 1963-1965, deu origem à experiência dos Cadernos de Circunstância. Esta publicação começou a ser editada em 1967 em Paris, por intelectuais portugueses, alguns dos quais já protagonistas com Francisco Martins Rodrigues da fundação do CMLP em 1964, como Manuel Villaverde Cabral, João Freire e José Maria Carvalho Ferreira. Publicados até 1970 e dificilmente classificáveis no universo da esquerda radical portuguesa, os Cadernos aproximaram-se do operaísmo italiano e de autores como Mário Tronti e António Negri, com os quais os autores tinham contactos.

Enfim, de entre as organizações propriamente revolucionárias, da FPLN destacaram-se em 1971 as Brigadas Revolucionárias (BR) das quais terá origem em 1972, por iniciativa de Carlos Antunes e Isabel do Carmo, o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP/BR). Se as BR mantiveram, mais ou menos pacificamente, alguma ligação com a FPLN instalada em Argel na

base da emissora Rádio Voz da Liberdade, o PRP, que da FPLN acolheu inicialmente alguns membros, surgiu desde logo como uma cisão drástica com o grupo de Manuel Alegre. O processo de surgimento do PRP era assim explicado pelos seus protagonistas:

O processo iniciou durante a campanha eleitoral de 69 quando os revisionistas espalharam ilusões reformistas. A partir de então vários militantes convergiram numa posição crítica na procura de uma alternativa revolucionária. Neste contexto nasceram as BR, cuja prática das acções armadas todavia nunca deixou de estar ligada à luta das massas. O jornal “Revolução” é o órgão central do partido que sairá brevemente. Também haverá uma nova rádio: “A voz da Revolução”. Em Setembro 70, um núcleo de militantes que desde 69 procurava uma alternativa revolucionária, convergiram com alguns militantes da FPLN, sigla que até então era revisionista. Os meios dela foram postos a disposição de uma perspectiva revolucionária. Também foi decidida a extinção da rádio “Voz da liberdade”. Alguns dos militantes vindos da FPLN, que inicialmente estavam de acordo, depois desviaram e não serão integrados no Partido. A situação de crise em Portugal torna a hipótese da revolução próxima.⁴³⁹

No entanto, as origens desta cisão eram individuadas, além de que em dinâmicas internas, respeito à estratégia a adoptar na luta contra o salazarismo e contra a guerra colonial, num evento internacional que teve grande influência em complicar as correntes e as posições, ou seja o golpe no Chile de 11 de Setembro de 1973, ao qual foi dada uma leitura oposta, por parte dos diferentes grupos, mas sempre em chave da interna luta política e chegando a confirmar de facto os pressupostos de partida. Assim, se a unidade antifascista era considerada pela FPLN e de certa forma também pelo próprio PCP como a única forma de evitar uma repetição do caso chileno, para os mais radicais esta hipótese considerada “social-democrata” era mesmo a que tinha levado o Chile ao golpe de Estado. Este último argumento era explicitamente introduzido como um dos factores na base da cisão do PRP:

Os revisionistas e social-democratas pretendem alternativas burguesas, mas o recente exemplo do Chile evidencia como pode acabar a tentativa pacifista e legalista, que leva sempre, ela sim, ao aventureirismo. Só a revolução socialista coma tomada do poder pelo proletariado será a solução. Mas só é possível pela sua organização no sentido da violência revolucionária. À violência da burguesia só a violência revolucionária dos trabalhadores se pode opor. O carácter internacionalista da revolução é neste momento amplificado pela conjugação da luta operária com a de libertação.⁴⁴⁰

É também oportuno sublinhar que todas estas dinâmicas atingiam directamente as universidades, pois o mundo estudantil era um dos elementos mais importantes da competição

⁴³⁹ Comunicado do PRP lido através da emissora Rádio Portugal Livre, 23 de Outubro 1973, entre h.1,15 e h.1,30, interceptação transcrita pelos Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-C1(2)-18327-7814, folha 21.

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

entre os vários grupos, sobretudo pelo facto de o movimento operário se ter geralmente mantido fiel ao PCP. Esta dinâmica de luta pela conquista de militantes entre estudantes e sobretudo pela conquista das Direcções das Associações de Estudantes era já evidenciada em 1970 pela DGS.

Esta competição entre grupos era com frequência delineada nos próprios órgãos de informação, boletins e rádios das várias organizações, que se denunciavam reciprocamente com cada vez mais determinação e referindo particulares dos grupos concorrentes. Esta mesma informação era facilmente interceptada e aproveitada pela DGS, sobretudo no caso das rádios, Rádio Voz da Liberdade e Rádio Portugal Livre, que eram seguidas pontualmente pelos serviços de escuta da Legião Portuguesa, fornecendo preciosas informações sobre o ambiente da oposição. Por exemplo, a 5 de Janeiro de 1971, a Rádio Portugal Livre denunciava “uma operação de desagregação e provocação política realizada a partir da emigração, a coberto de uma fraseologia pseudo-revolucionária”.⁴⁴¹

Segundo esta emissão, “tudo indica estar em gestão um novo grupelho provocatório seguindo os processos tradicionais”, através de calúnias e intrigas contra o PCP e o Movimento Democrático: “Os elementos desagregadores procuram semear a divisão e instilar o anticomunismo e o antisovietismo e conduzir sob o pretexto duma nova estratégia de implantação do socialismo sem ser por via reformista à liquidação das estruturas unitárias existentes e das lutas de massas, sem entretanto avançar um passo na luta revolucionária”.⁴⁴²

Em várias ocasiões, sobretudo a partir da primeira metade dos anos Setenta, a DGS tentou fazer o ponto da situação a respeito das organizações subversivas existentes em Portugal, algumas das quais directamente ligadas ao meio universitário⁴⁴³, outras estranhas a ele, ainda que surgidas no movimento estudantil, encontrando-se sobretudo entre estas últimas os grupos propriamente armados. As reconstruções policiais não se distinguiam muito uma da outra. Todas concordavam em identificar a primeira organização que se constituiu à esquerda do PCP, teorizando a exigência da luta armada, na FAP, considerada pela polícia “um movimento de acção violenta”, criado em Paris em 1964 por dirigentes do próprio PCP dissidentes. Numa informação de 1966, a DGS evidenciava que a FAP tinha ligações com estudantes, sobretudo no estrangeiro, entre os quais Maria Constância Moreira de Almeida Peneda, estudante na Sorbonne e os estudantes franceses Jean Bernard Sanvoisin⁴⁴⁴ e Pauline Hofman. Afirmava também que Sanvoisin, preso em Agosto

⁴⁴¹ Boletim de Rádio Portugal Livre, 5 de Janeiro 1971, transcrição Serviços de Escuta da Legião Portuguesa, IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-4339-7350, folha 1.

⁴⁴² *Ibidem.*

⁴⁴³ Relatório da DGS, Fevereiro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-pr.11802-7636, folha 17.

⁴⁴⁴ Jean Bernard Sanvoisin Estudante, nascido França. Preso em 26 de Agosto 1966 pelo posto de Vila Verde da Raia, recluso em Caxias, foi solto em 7 de Setembro de 1966. Fonte: Ficheiro dos Presos Político da PIDE/DGS, em IAN/TT.

de 1966, “servia de correio entre Pedro Augusto Redondo, em Lisboa, e João Paulo Santiago, em Paris”, sendo este último responsável pela reorganização da FAP.⁴⁴⁵

Sempre a respeito da presença no meio estudantil, o informador Arcos da DGS evidenciava que a difusão do maoísmo na universidade portuguesa já tinha tido uma primeira vaga com o embate da fase inicial da revolução cultural chinesa, ainda em 1966, que foi aproveitada pelos militantes marxistas-leninistas para fazer prosélitos. Arcos sublinhava também que: “Passado o impacto pela acção das guardas vermelhas, que a maior parte aplaudia, mas a que muitos opunham reservas, os rapazes pró-chineses estão a desenvolver persistentes esforços para reorganizarem as FAP”.⁴⁴⁶ Afirmava-se ainda que “elementos não lhe faltam: o sector estudantil pertence-lhe quase em exclusivo e as manobras de aliciamento começaram já entre os trabalhadores mais jovens, onde os trânsfugas do serviço militar lhes prestam boa colaboração”.⁴⁴⁷ É também interessante observar que a FAP foi a primeira organização a utilizar o slogan “O povo vota na rua”, com grande antecedência em relação às outras formações que só se radicalizaram depois da desilusão consecutiva às eleições de 1969, assim como a respeito de outras questões como a violência.

Era depois assinalado o Comité Marxista Leninista Português (CMLP), que também tinha nascido em Paris em 1964 por iniciativa de um dirigente dissidente do PCP, Francisco Martins Rodrigues, cujo órgão era o boletim *Unidade Popular*. De facto, a DGS estava enganada, pois *Unidade Popular* era o órgão da FAP, enquanto o do CMLP era *Revolução Popular*. O CMLP era considerado pela DGS: “Organização embrionária do que consideravam o futuro verdadeiro PCP, segundo o modelo de Pequim, assim transformou-se em 1970 em Partido Comunista de Portugal, embora só tenha sido tornado público em 1971”.⁴⁴⁸ De facto, Francisco Martins estava também na origem da FAP, mas a DGS não mencionava este particular. Todavia, falava das duas organizações juntas ao referir a captura dos seus dirigentes: “Em finais de 1965 e princípios de 1966, pela contínua intervenção policial, a FAP foi desarticulada e presos alguns dirigentes do CMLP, refugiando-se os que escaparam em Paris”. Também se evidenciava uma dinâmica que efectivamente foi muito significativa para a futura história do marxismo-leninismo português: “A partir de aí surgiram desentendimentos entre os elementos que pretenderam dirigir o CMLP e em

⁴⁴⁵ Relatório da DGS, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-2163-7158, Folha 20.

⁴⁴⁶ Relatório do informador da DGS Arcos, Abril de 1967, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-2163-7158, folha 337.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁴⁸ Relatório do informador da DGS Arcos, 17 de Fevereiro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-pr.11802-7636, folha 17.

Novembro de 1968 os elementos do CMLP realizaram no estrangeiro uma segunda conferência onde elegeram uma comissão central, seguindo-se a expulsão de alguns militantes”.⁴⁴⁹

Justamente, esta segunda conferência foi a origem da pulverização do universo maoísta em Portugal, pois “em consequência desta depuração surgem outras organizações marxistas-leninistas”, ou seja, na opinião da DGS todas as que se constelaram nos últimos anos do regime, menos o MRPP que terá, como vimos, uma história diferente. A primeira destas novas formações a ser contemplada pela polícia foi o núcleo na base do boletim *O Comunista*, surgido em 1968, editado em Paris e dirigido por Hélder Mateus Pereira da Costa residente em França, que publicava também, na Suécia, *O Grito do Povo* e *Luta Armada* e, no Porto, *As Armas do Povo*. Directamente formados por ex-militantes do CMLP expulsos em 1969 havia a *Vanguarda* e os Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-leninistas (CCRMLP), estes últimos criados por João Bernardo Maia Viegas Soares na base do boletim *Viva o Comunismo*. Contavam-se entre os militantes deste grupo também Francisco Castro Neves, João Manuel Lança Vieira Lopes e, afirmava a DGS, José Mariano Gago.

O Comité Marxista-Leninista de Portugal (CML de P) surgiu em princípio de 1970 por iniciativa de intelectuais que se queriam integrar no CMLP, entre os quais se citava António Feliciano Bento Vintém, mas não aceitaram a Comissão Central eleita na segunda conferência de 1968, sendo assim expulsos. Em 1971 surgia o Partido Comunista de Portugal Marxista Leninista (PCPML), formado, como referia o boletim do CMLP *Unidade Popular*, no Congresso de 1970 “chamado quinto por ser considerado o sucessivo ao quarto congresso do PCP”.⁴⁵⁰ Este seria portanto o grupo herdeiro directo do originário CMLP surgido em 1964 e começou a publicar novos boletins, um teórico Estrela Vermelha, outro de divulgação *Unidade Popular*, sendo o seu principal dirigente Heduino dos Santos Gomes, residente na Bélgica.

O PCPML estava em conflito aberto com o MRPP, com o qual se competia no meio estudantil. Das páginas de *Unidade Popular*, emergem claramente os termos do conflito, sobretudo na altura das eleições de 1973, quando todos os grupos maoístas se empenharam numa intensa campanha

⁴⁴⁹ *Ibidem*.

⁴⁵⁰ *Ibidem*. O IV Congresso do PCP era e é considerado um momento muito importante na história do comunismo como evidencia um artigo de O Militante: “O IV Congresso do Partido Comunista Português, realizado em Julho de 1946, teve importância e significado muito particulares. Por três razões. Por se realizar num momento crucial da história do século XX. Por traduzir um dos períodos de mais força e influência do PCP na luta contra a ditadura. Pelas múltiplas experiências e lições que resultam das suas análises, orientações e decisões”, *O militante*, n.231, Novembro-Dezembro de 1997. Todavia, muito provavelmente a importância deste quarto congresso ligava-se, para os marxistas-leninistas, ao facto de ter sido o último realizado sendo Estaline ainda vivo, portanto antes do desvio reformista da época de Krusciov.

anti-eleitoral. A *Unidade Popular* acusava o MRPP de ser um “poder duplo”,⁴⁵¹ sobretudo por causa do seu passado pró-eleitoral enquanto EDE. Assim, o PCPML “declarava abertamente luta contra a maioria das organizações pretensamente anti-revisionistas”⁴⁵² sobretudo contra o MRPP, definindo “a antiga EDE, movimento do qual nasceu o MRPP, como um agrupamento trotskista que nasceu como uma espécie de dejecto do partido de Cunhal”.⁴⁵³ Esta informação do PCPML, afirmava que a EDE tinha sido formada por castristas e guevaristas e que durante muito tempo, apesar de alguns comunicados revolucionários, não saiu da linha revisionista do PCP, contra o qual de facto nunca se exprimiu, atacando por outro lado duramente o próprio CMLP por sectarismo.

A EDE era acusada de só ter mudado de posição depois das eleições, para seguir a vaga de radicalização da altura, mas sem de facto ter mudado realmente de ideias, como demonstrava o facto de continuar a envolver tendências do “moderno revisionismo, castrismo e guevarismo e de não defender os operários”.⁴⁵⁴ Às acusações da EDE, que por sua vez denunciava os outros grupos maoístas de divisionismo, o PCPML respondia que “uma organização marxista-leninista não se enfraquece quando se depura, mas sim se fortalece”.⁴⁵⁵

Já em 1974, era também assinalado pela DGS um outro grupo maoísta, a Organização Comunista Marxista-leninista (OCML), cujo órgão era *O Grito do Povo*.⁴⁵⁶ Noutro comunicado, a polícia política afirmava que *O Grito do Povo* estava ligado ao grupo de *O Comunista*. De qualquer forma, alguns exemplares do jornal foram encontrados, em Março de 1974 pela DGS de Leiria, “em Castanheira da Pêra, nas vias de acesso às diversas fábricas de lanifícios que aí se encontram” e se dizia dirigido a operários, camponeses, soldados, estudantes, empregados pobres e intelectuais revolucionários.

A partir dos anos Setenta, a DGS distinguia entre organizações subversivas e organizações armadas, ainda que, como se verá, suspeitava de uma ligação entre os dois sectores. Uma das primeiras organizações armadas a ter realizado acções, ainda que mínimas em Portugal foi a LUAR, que, na opinião da DGS, pretendia atingir sobretudo objectivos civis, através de sabotagens de barragens, redes de distribuição eléctrica ou bancos.⁴⁵⁷ Seguiu-se a ARA, a qual, embora surgida antes do LUAR, entrou efectivamente em acção depois, sendo o seu alvo

⁴⁵¹ Capítulo do livrinho publicado pelo PCPML titulado *Os desbravadores em rodagem da EDE-MRPP, o poder duplo: um aberração trotskista perfilhada pelo MRPP* de Outubro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-1336-CI(2)-7082-PT.2, folha 129

⁴⁵² *Ibidem*.

⁴⁵³ *Ibidem*.

⁴⁵⁴ *Ibidem*.

⁴⁵⁵ *Ibidem*.

⁴⁵⁶ Relatório da DGS, 23 de Março 1974, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-19103-7830, folha 4.

⁴⁵⁷ Relatório da DGS, 1974, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2I)-12534-7653.

sobretudo instalações militares e cujas acções, segundo o relato da DGS: “Mascaram as acções do próprio PCP numa posição de transigência com os adeptos do CMLP de inspiração chinesa”. Identificavam-se depois as Brigadas Revolucionárias, que a DGS considerava “Órgão de acção terrorista da Frente Patriótica de Libertação Nacional, FPLN, com sede em Argel”.⁴⁵⁸

A descrição do universo subversivo e de luta armada em Portugal por parte da DGS era bastante pontual, ainda que a polícia política exagerasse a organização estratégica daqueles grupos, sobrestimando sobretudo as suas capacidades de coordenação. Por exemplo, numa nota de 30 de Maio de 1972, a DGS chegou a afirmar que “tornou-se claro, a certa altura, que existia um entendimento ao nível de alta direcção que, sem constituir uma aliança ou uma coordenação centralizada, estabelecia uma estratégia e uma logística comuns a esses grupos e aos seus quadros, para uma acção de carácter revolucionário”.⁴⁵⁹ Os grupos em questão eram sobretudo ARA, BR, Comité de Unidade Progressista e Acção Revolucionária (CUPAR), *O Comunista* e LUAR; graças à “observação dos mais destacados chefes destas organizações”, tinha-se verificado “a sua presença simultânea nos mesmos locais e vindos dos mais variados pontos da Europa e África”, concluindo que “mesmo as organizações que se debatem com antagonismos profundos se comprometeram pelos esforços de mediação de uns dos dirigentes políticos ausentes no estrangeiro”, com o fim de estabelecerem contactos e apoios.

Importante era que a DGS estabelecia uma ligação também entre este sector de luta armada e o das organizações de extrema-esquerda, até das próprias Associações Académicas, considerando que “estas acções terroristas cresceram os boatos” e “desencadeiam uma intensa propaganda subversiva de agitação e de perturbação nas Associações de Estudantes e nas chamadas cooperativas culturais”.⁴⁶⁰ Além disso, evidenciava-se uma ligação directa com o meio estudantil, além do MRPP, também de *O Comunista*, que a DGS considerava “linha partidária dissidente do CMLP, mais violenta e de carácter anarquista cujos quadros eram recrutados entre jovens em idade militar com formação escolar superior e universitária”,⁴⁶¹ que tinham como objectivo recolher arsenais de armas desviadas das unidades militares.

De facto, os elementos de *O Comunista* processados por este tipo de actividade, desenvolvida sobretudo com o auxílio de elementos internos ao exército, eram na maioria estudantes ou recém licenciados exercitando profissões liberais. Por exemplo, em dois processos que se desenvolveram a militantes de *O Comunista* no princípio de 1973, no total de onze acusados, com uma idade compreendida entre 22 e 26 anos, seis eram estudantes. Entre os outros, três eram recém-

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

⁴⁵⁹ Relatório da DGS, 30 de Maio 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2I)-12534-7653, folha 26.

⁴⁶⁰ *Ibidem*.

⁴⁶¹ *Ibidem*.

licenciado em Engenharia, um dos quais continuava a trabalhar como assistente no IST, um era professor de ensino secundário, um era definido como “antigo estudante” e outro era jornalista. Em suma, a ligação com o meio estudantil, e sobretudo com o IST, um dos mais importantes epicentros do protesto universitário, era o denominador comum mais marcante entre estes militantes.⁴⁶² O primeiro processo, no qual foram julgados cinco dos onze militantes de *O Comunista*, que, a DGS sublinhava, eram “todos milicianos do exército”, é também digno de ser lembrado pela exemplaridade das sentenças, tendo três acusados sido considerados “delinquentes de difícil correcção”, com penas de oito a doze anos de prisão.⁴⁶³

O marxismo-leninismo entre os estudantes

No “V Congresso”, em que o originário CMLP evoluiu para PCPML, participou também a União dos Estudantes Comunistas Marxistas Leninistas (UEC-ML), “que passou a ser a organização da juventude do PCPML” e que teve como órgão de informação *Servir o Povo*. A importância desta organização no panorama do maoísmo nas universidades lisboetas é revelada também pelo facto de, em 1972, o PCP, em clara perda de terreno no meio académico, criar uma organização estudantil com o mesmo nome, a UEC, liderada por Zita Seabra, uma funcionária de origem estudantil.

Com respeito à posição política da UEC-ML, Jorge Costa evidencia que, através do boletim *Servir o Povo*, a UEC-ML apelava “à escuta das rádios de Pequim e Tirana” (Costa, 2002: 26) e, para explicar os processos na base da criação da organização, cita o próprio boletim, onde se sublinha que “na fase actual, na qual se verifica uma aguda luta pela direcção do movimento estudantil por parte de diversas classes, não demarcar nitidamente no seu seio a posição proletária significaria assumir uma posição de abandono do movimento estudantil. Pelas razões apontadas, surgiu a UEC (m-l) antes do congresso que reorganiza o Partido” (Costa, 2002: 31). Criava-se também, no campo estudantil, a corrente dos “Pop's”, sigla resultante de “Por um ensino popular”, liderada por Pedro Ferraz de Abreu, que estabeleceu pontes com outras correntes maoístas. Entre os principais dirigentes da UEC-ML a DGS identificava José Alberto Seabra de Carvalho, António Humberto Correia Porto Oneto e Joaquim Barros Guerreiro.

Sempre no campo maoísta, tinham uma certa influência os Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas (CCRML), que, como evidencia Costa, tinham sido

⁴⁶² V. anexo 15

⁴⁶³ Foram Coutinho Coelho, Licínio Pereira da Silva e José Vicente de Sousa. Fonte: Ficheiro dos Presos Políticos da PIDE/DGS.

constituídos “a partir da brochura de João Bernardo *À esquerda de Cunhal todos os gatos são pardos*”, muito centrados no IST. Outra organização activa no meio estudantil, referida pela DGS de Coimbra, era o Comité Revolucionário dos Estudantes Comunistas (CREC). O CREC tinha todavia uma ideologia bastante confusa, sendo difícil individuar exactamente a corrente dominante, pois além de uma forte carga contra a guerra colonial e de apoio ao Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA), de facto, exprimia uma certa tendência “anarquizante”, que se exprimia através de fórmulas como “Viva o socialismo libertário” ou “Viva o comunismo libertário”⁴⁶⁴, mas ao lado de apoios abertos a militantes de tendências diversas como Dias Lourenço, dirigente histórico do PCP recluso em Peniche e a Palma Inácio, líder da organização armada LUAR. Os CREC criaram também os Comités *Servir o Povo*⁴⁶⁵ e o seu órgão, que parecia ser activo apenas em Coimbra e a partir de 1973, era *Viva a Revolução*, que assumia uma posição anti-eleitoral, sustentando que votar era “trair o povo” e que tentou conferir à data de 12 de Outubro, aniversário da morte de Ribeiro dos Santos, o estatuto de “dia de luta contra o fascismo e o revisionismo”.⁴⁶⁶

Entre as organizações marxistas-leninistas nascidas pela própria iniciativa estudantil, nos finais da década de Sessenta, uma das primeiras e mais importantes foi, como tivemos ocasião de assinalar, o Movimento Reorganizativo do Partido Proletário (MRPP). Embora Jorge Costa afirme que o PCP-ML, liderado a partir de Paris por Eduíno Vilar, era “afinal uma força eminentemente estudantil” e que a UEC-ML era a força mais importante do campo maoísta em Lisboa (Costa, 2002: 28)⁴⁶⁷, ao analisar a documentação policial da altura sobre as organizações consideradas subversivas, o MRPP, com as suas várias secções, Federação dos Estudantes Marxistas Leninistas e Comités de Luta Anti-colonial, parecia ter um peso preponderante.

O MRPP, como vimos, nascia em 1970, na ressaca da mobilização eleitoral de Outono de 1969 e em parte devido à desilusão com a “Primavera Marcelista”, passando assim através de um processo de radicalização gradual das instâncias políticas. O seu primeiro secretário foi Arnaldo de Matos e entre os seus fundadores encontravam-se antigos líderes estudantis, como Fernando Rosas e Saldanha Sanches, ambos da Faculdade de Direito e oriundos do PCP e já várias vezes vítimas da repressão policial. Numa nota da DGS de 1973, em que a polícia tentava fazer o quadro do complicado universo maoísta português, a origem do MRPP era associada à dissolução da Esquerda Democrática Estudantil, “constituída por estudantes comunistas com tendências maoístas mas até então ligados ao PCP” os quais, depois das eleições de 1969 “passaram a seguir

⁴⁶⁴ Relatório da DGS de Coimbra, 4 de Fevereiro 1974, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-19313-7835, folha 1.

⁴⁶⁵ *Ibidem*.

⁴⁶⁶ *Ibidem*.

⁴⁶⁷ Costa, Jorge, “O ano da morte de Ribeiro Santos”, *História*, nº49, 2002

a linha chinesa e declararam tratar-se do futuro Partido Revolucionário do Proletariado Português”.⁴⁶⁸

Uma outra nota sublinhava que, ainda em 1970, tinham surgido os Comitês de Luta Anticolonial (CLAC), os quais eram constituídos por vários núcleos: “4 de Fevereiro”, “O horizonte é Vermelho”, os quais, a partir de 1971, passaram a ser controlados pelo MRPP.⁴⁶⁹ Sempre em 1971, o grupo organizou uma secção de enquadramento estudantil, a Federação dos Estudantes Marxistas Leninistas (FEML), a qual teve como órgão de informação “Guarda Vermelha”. O MRPP começou desde a sua fundação a editar o boletim “Bandeira Vermelha”, com características de órgão teórico e, a partir de 1971, a publicação de divulgação *Luta Popular*. O MRPP defendia, desde o princípio, que o PCP se tinha orientado para uma ideologia revisionista, deixando de representar os proletários e tornando-se num partido “social-fascista”. Assim, denunciava o “conluio entre revisionismo e fascismo”, sendo “aquilo que mais tem fortalecido a burguesia colonial fascista as lutas do proletariado não terem saído dos limites políticos que ela lhe tinha imposto, infiltrada no movimento operário através dos revisionistas”.⁴⁷⁰

Justamente desta posição derivava a vontade de “reconstruir” o verdadeiro partido do proletariado, com vista à revolução. Por exemplo, em Julho de 1973, o MRPP e a FEML promoveram uma manifestação de solidariedade para com alguns operários da companhia de Transportes Aéreos Portugueses (TAP) que tinham morrido durante o trabalho, com o slogan de “Vinguemos os camaradas da TAP assassinados, correu sangue nas oficinas da TAP”.⁴⁷¹ Em outra ocasião, em Novembro de 1973, a FEML solidarizava com os trabalhadores que pretendiam fazer uma greve na “Standard Eléctrica” e depois com os da empresa Eduardo Jorge, que exigiam o contrato colectivo de trabalho, criando um comité de apoio.⁴⁷² No específico, com respeito às temáticas do trabalho, o MRPP defendia a semana de quarenta horas, o salário igual para todos os operários, assim como os aumentos salariais, a supressão das horas extraordinárias, dos prémios e das multas.

De qualquer forma, o PCP era considerado um inimigo como o próprio regime, do qual era considerado um cúmplice, sobretudo pela posição legalista e eleitoralista, ainda que acompanhada por um plano clandestino, que os comunistas sempre defenderam, o qual contribuía, na visão do MRPP, para legitimar o Estado Novo. A distância do PCP passava também por outros dois pontos. Em primeiro lugar, para o MRPP, como no caso de outras organizações nascidas no

⁴⁶⁸ Relatório da DGS, Fevereiro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-PR.11802-7636, folha 17.

⁴⁶⁹ Relatório da DGS, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2I)-12534-7653, folhas 5-9.

⁴⁷⁰ Panfleto do MRPP, 18 de Julho 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-16481-7771/7772.

⁴⁷¹ Panfleto do MRPP, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-PR.16481-7771-7772, folha 168.

⁴⁷² Relatório da DGS, 14 de Novembro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-PR.16481-7771-7772, folha 85.

movimento estudantil, os estudantes tinham um papel de vanguarda na luta revolucionária, enquanto para o PCP eles teriam sempre tido uma posição secundária. Em segundo lugar, diferente era a concepção do uso da violência que, considerada como uma arma de ataque pelo MRPP⁴⁷³, como por toda a esquerda radical, era vista pelo PCP sobretudo como uma arma de defesa, cuja utilização devia ser atentamente calibrada, para evitar inúteis represálias.

A crítica ao PCP chegou em várias ocasiões a determinar tomadas de posição quase paradoxais. Por exemplo, um panfleto da FEML reflectia o entusiasmo daquela organização pelo facto de alguns dos seus militantes, reclusos em Peniche, terem ganho uma importante batalha pela melhoria das suas condições de prisão, através de uma luta iniciada em 1970 e que levou em Janeiro de 1972, à satisfação da primeira reivindicação “ou seja a separação entre revisionistas e revolucionários, passando aqueles para o pavilhão B do piso 2º”. Todavia, o mesmo panfleto lamentava que “os patriotas das colónias continuem a ser obrigados a permanecer misturados com a escumalha revisionista”.⁴⁷⁴ Em Outubro de 1972, aquando da morte do estudante Ribeiro Santos, a FEML afirmava que o “camarada Ribeiro dos Santos morreu ao serviço do povo em luta contra o fascismo e o revisionismo, ideologia da burguesia, disfarçada da operária”.⁴⁷⁵

De facto, seja na elaboração teórica seja na propaganda, a luta contra o revisionismo ocupava um lugar pelos menos igual se não maior do da luta contra o regime. Na reconstrução que o próprio MRPP fazia da sua história, no terceiro aniversário da sua criação em Setembro de 1973, afirmava-se que, “pela primeira vez, no nosso país, o proletariado organiza-se revolucionariamente, independentemente de todas as organizações e agentes da burguesia que há mais de um século vinham sabotando o desenvolvimento da consciência do povo português”.⁴⁷⁶ A organização dos operários tinha sido realizada, segundo o MRPP, até 1921 por reformistas e liberais, depois pelo PCP, “comunista entre aspas, pois ele foi na realidade um partido da burguesia que sempre teve como objectivo amordaçar a classe operária e apertar as cadeias que envolvem o corpo do povo”⁴⁷⁷. A partir de 1953, “depois da morte do grande Estaline”, teria começado um combate contra o revisionismo, “o qual se tinha apoderado da direcção do PC da URSS através de Krutchev, com o objectivo de destruir o socialismo e restaurar o capitalismo”.⁴⁷⁸

⁴⁷³ Por exemplo, um comunicado do MRPP de 23 de Novembro de 1972, era intitulado “à violência reaccionária da burguesia e seus esbirros opõem as massas populares a violência revolucionária” Documento apreendido pela DGS, 23 de Novembro 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-Pr.16481-7771/7772, folha 305.

⁴⁷⁴ Panfleto da FEML apreendido pela DGS, 21 de Setembro 1972, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-SR-11802-7635, PT.1, folha 39.

⁴⁷⁵ Panfleto da FEML apreendido pela DGS, Outubro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-PR.16481-7771-7772, folha 146.

⁴⁷⁶ Folha do MRPP escrita em ocasião do seu III aniversário, apreendida pela DGS, 18 de Setembro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-PR.16481-7771-7772, folha 154.

⁴⁷⁷ *Ibidem*.

⁴⁷⁸ *Ibidem*.

À cabeça desta luta, era reconhecido o “glorioso Partido Comunista da China, com o seu grande dirigente camarada Mao Tse Tung”. Considerava-se depois que em Portugal a partir de 1961 e por causa do seu desmascaramento, o revisionismo tinha começado a “vestir novas fatiotas para continuar na sua missão de enganar o povo, surgindo uns quatro grupos que se dizem anti-revisionistas e comunistas, sendo no fundo da mesma espécie”.⁴⁷⁹ Só em 1970 é que os verdadeiros discípulos de Marx, Engels, Lenine, Estaline e Mao se tinham organizado no MRPP, para enfrentar “um período de choque aberto entre o povo e a burguesia, num período de acções revolucionárias do proletariado e do povo, no período da preparação directa das forças populares para o derrube da burguesia colonialista e fascista”.⁴⁸⁰

As primeiras informações de polícia sobre o MRPP começaram a surgir em Março de 1971 e diziam respeito à visão que tinham da nova organização os herdeiros directos do primeiro grupo marxista-leninista surgido em Portugal, o CML de P que num comunicado falava de uma “manobra de diversão” acusando “a natureza oportunista e provocatória da actuação dos promotores do chamado MRPP”.⁴⁸¹ O objectivo do comunicado era “chamar a atenção de todos os homens conscientes e dos jovens revolucionários para o trabalho divisionista e de sabotagem que os promotores do MRPP pretendem levar a cabo e desmarcar mais esta tentativa de infiltração da pequena burguesia no movimento operário português”. Sobretudo, era criticado o passado dos fundadores de militância no PCP e sobretudo na EDE, a respeito do qual o CMLP, cujo primeiro núcleo tinha surgido já em 1964, reivindicava o seu primado na instituição do marxismo-leninismo em Portugal.

Informações sucessivas identificavam o Comité Lenine como o órgão central da FEML, existindo todavia outros comités, como o Estrela Vermelha e, depois da sua morte, o comité Ribeiro dos Santos. Em 1973, era evidenciada a existência de um outro organismo dependente do MRPP, a Resistência Popular Anti-Colonial (RPAC), formada por soldados e marinheiros, “cuja actividade específica é promover no meio a indisciplina e a deserção, assim como a colaboração dos movimentos terroristas”. A RPAC também era dividida em Comités, como afirmava o Ministério Público nos 161 pontos do libelo de acusação contra 4 ex-militares, entre os quais dois advogados, que responderam por actividade subversiva no tribunal plenário em Julho de 1973.⁴⁸²

⁴⁷⁹ *Ibidem.*

⁴⁸⁰ *Ibidem.*

⁴⁸¹ Panfleto do CML de P sobre o MRPP apreendido pela DGS, Março de 1971, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-PR.16481-7771-7772, folha 395.

⁴⁸² Eram: Sebastião Bandeira de Lima Rego, de 27 anos; José Manuel Caneira Iglesias, de 22 (acusados de serem dirigentes da RPAC), Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho, de 24 anos e Acácio Manuel Martins da Cunha, de 24. Relatório da DGS, 18 de Julho 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-pr.16481-771/7772, folha 177.

Em Outubro 1973 realizavam-se as segundas eleições legislativas do Governo Caetano e as primeiras depois da desilusão da primavera marcelista de 1969. Se em 1969 a EDE, da qual eram oriundos vários membros do MRPP, tinha desenvolvido uma intensa campanha eleitoral a favor do CDE, nas eleições de 1973 aparecia evidentemente o resultado do processo de radicalização, com a assunção de uma posição violentamente anti-eleitoral, exprimida através de fórmulas como “o povo vota na rua”, “contra a farsa eleitoral”. Entretanto, os estudantes da FEML eram protagonistas de acções contenciosas explicitamente transgressivas, como a manifestação de cerca 50 estudantes realizada a 18 de Dezembro 1973 para protestar contra a visita de Kissinger a Portugal, durante a qual “com ferros, pedras e martelos haviam partido os vidros da companhia Ibéria, da companhia de seguros La Equitativa, da Ford e da Mobil”.⁴⁸³

Contemporaneamente à grande vaga de prisões surgiu ainda em 1973 o Comité de Luta Contra a Repressão (CLCR), que se activou sobretudo contra a terceira prisão de Saldanha Sanches o qual, além de membro do Comité Lenine, era dirigente da junta de delegados de Direito. Saldanha Sanches foi preso a 30 de Outubro de 1973 e, segundo a informação divulgada pelo CLCR, tinha sido submetido a três períodos de privação do sono. O mesmo comunicado do CLCR acusava também a prisão de outros elementos da FEML, muitos dos quais da Faculdade de Direito, verdadeiro centro da organização. Entre outros constava Emanuel Augusto dos Santos, que tinha sido preso uma primeira vez de 1 a 3 de Maio, durante o cerco policial da Faculdade de Letras, denunciando espancamentos e “demonstrando comportamento firme: não falou”⁴⁸⁴ e uma segunda numa invasão da DGS da sede da revista *O Tempo e o Modo* a 28 de Dezembro.⁴⁸⁵

O comunicado denunciava também a prisão de Maria José Morgado, do 3º ano de Direito e também membro da Junta de Delegados daquela Faculdade que tinha sido capturada na sua casa a 21 de Outubro e submetida a 15 dias de privação do sono e “o espancamento por brigadas de seis pides com bastões, chicotes, matracas e pontapés, como ela recusava falar eles recomeçavam e recorreu a tratamentos sucessivos no hospital”.⁴⁸⁶ O comunicado continuava afirmando que pela

⁴⁸³ Relatório da DGS, Dezembro 1973, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-PR.16481-7771-7772, folha 55..

⁴⁸⁴ Comunicado do CLCR apreendido pela DGS, Janeiro de 1974, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-pr.19308-7834, FOLHA 21,

⁴⁸⁵ Emanuel Augusto dos Santos nasceu em 22-6-51 em Mértola, foi entregue pela PSP à PIDE/DGS de Lisboa uma primeira vez a 1 de Maio de 1973, sendo libertado depois de dois dias. Voltou a ser preso, desta vez directamente pela PIDE/DGS, a 28 de Dezembro 1973, foi recluso em Caxias e saiu a 27 de Fevereiro de 1974. Cadastro dos presos políticos. A informação com respeito às circunstâncias da prisão é indicada no comunicado do CLCR apreendido pela DGS, Janeiro 1974, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(2)-pr.19308-7834, FOLHA 21.

⁴⁸⁶ *Ibidem*.

libertação de Maria Morgado a polícia tinha imposto uma caução muito elevada “sendo esta a mais alta desde sempre para um preso político”.⁴⁸⁷

Por fim, uma das mais importantes revistas de oposição ao regime, como vimos nos capítulos anteriores, foi *O Tempo e Modo*, surgida em 1963 na onda do grande movimento estudantil de 1962 e por iniciativa sobretudo dos líderes estudantis católicos. Com o passar dos anos e as dinâmicas de evolução do conflito político e estudantil no país, a revista foi-se modificando, sem todavia chegar a perder contactos com as suas origens. Assim, em volta de *O Tempo e o Modo*, nos finais dos anos Sessenta, reunia-se um variado grupo de elementos, provindos de várias gerações de militantes e de várias tendências políticas, desde os católicos progressistas, até aos socialistas e aos marxistas-leninistas.

Muitas das informações que temos a respeito da revista, que lembramos nunca foi clandestina, vêm das buscas feitas periodicamente na sua sede ou, sobretudo, das cartas entre colaboradores interceptadas pela DGS. Uma informação do princípio de 1969 falava de uma conferência organizada pela revista e proferida pelo director da revista francesa *Esprit*, o intelectual católico progressista Jean Marie Domenach, sobre “o pensamento de Herbert Marcuse “ e “a crise francesa”.⁴⁸⁸ Entre os colaboradores da revista era também assinalado, sempre em 1972, José Pacheco Pereira, então militante do PCP-ML e, em 1973, pouco antes de voltar a ser preso, um outro maoísta, mas do MRPP, José Saldanha Sanches.

Antigo regime e revolução

A 25 de Abril 1974 o Estado Novo foi derrubado por um golpe militar pacífico desencadeado pelo sector dos Oficiais dos Quadros Permanentes que, como vimos, tinha anteriormente constituído o Movimento dos Capitães, com motivações profissionais e depois o MFA, que manifestava uma clara politização, assim como a convicção de que o fim da guerra colonial dependia do fim do regime. O golpe foi imediatamente seguido por uma ampla mobilização política e popular, na qual tiveram a oportunidade de se exprimir e confrontar todas as forças sociais e políticas que vimos ter surgido nas fases finais do regime. Como evidencia Diego Palácios Cerezales, “a generalização de formas de participação popular e da politização das relações sociais foi o elemento que distinguiu o processo de transição” (Palácios Cerezales, 2003:

⁴⁸⁷ *Ibidem*. Maria José Capelo Rodrigues Morgado, nascida em Malange a 27 de Junho de 1952, foi presa pela PIDE/DGS de Lisboa a 22 de Outubro 1973, reclusa em Caxias, foi posta a ordem do tribunal a 8 de Janeiro de 1974, saindo da prisão e 4 de Fevereiro. Cadastro da PIDE. Fonte: Ficheiro dos Presos Políticos da PIDE/DGS.

⁴⁸⁸ Relatório da DGS, 20 de Janeiro 1969, em IAN/TT-PIDE/DGS-SC-CI(1)-211-1176, folha 109.

20). Este autor afirma também que “o período de 1974-1976, quando observamos as formas de acção colectiva nele empreendidas, aparece como um momento anómalo, sem passado próximo nem continuação, na história dos movimentos populares portugueses” (Palácios Cerezales, 2003: 20), atribuindo esta especial situação sobretudo às oportunidades políticas derivadas da crise do Estado. Se é verdade que o elemento de abertura da estrutura das oportunidades políticas foi determinante para favorecer a ampla mobilização social durante o chamado PREC, parece-nos também que esta mobilização, longe de não ter um “passado próximo”, representou na verdade o auge do ciclo de protesto que, começado nos finais dos anos Sessenta, se tinha intensificado no início dos Setenta. O ciclo terminou apenas em 1975, com a institucionalização da democracia, sobretudo depois das eleições para a Assembleia Constituinte de 25 de Abril 1975.

A participação popular durante o PREC não surgia portanto do vazio, mas estava estritamente relacionada com a intensa actividade contenciosa que abalou os últimos anos do regime e que foi ela própria um motor da abertura das oportunidades políticas e da crise do Estado. Esta actividade, no final do Estado Novo, tinha envolvido todos os sectores da sociedade e havia-se expresso através de repertórios diferentes, desde os mais radicais, como as sabotagens, os estragos nas instalações universitárias e os choques com a polícia, até aos mais moderados, como as vigílias de oração. Entretanto, também os repertórios mais “moderados” podiam ter um efeito deflagrante como aconteceu no caso da vigília pela paz e contra a guerra na Capela do Rato no final de 1972. As ameaças mais perigosas para o regime derivavam com efeito das questões relacionadas com a guerra colonial, a qual determinava um profundo e transversal mal-estar nos mais diferentes sectores da sociedade. Em primeiro lugar, a guerra e sobretudo a incorporação militar provocavam fortes resistências nas camadas mais jovens, as mais directamente atingidas. A resistência à incorporação foi um fenómeno crescente que atingiu nos anos Setenta 20% sobre as chamadas militares. Entretanto, os “refractários” não eram uma categoria uniforme: ao lado de jovens mais politizados, sobretudo estudantes, os quais recusavam a guerra por motivos ideológicos e morais, havia também outros que fugiam à tropa por razões de ordem económica e pessoal. De facto, o serviço militar obrigatório, que a partir do começo da guerra em 1961 foi prolongado para dois anos e a certa altura para quatro, representava uma “espada de Damocles” sobre o futuro dos jovens portugueses e muitas vezes sobre o próprio sustentamento das suas famílias. Ao mesmo tempo, é difícil marcar um limite preciso entre as diferentes motivações na escolha para a resistência à incorporação; as trajectórias individuais podiam ter evoluções em vários sentidos: jovens emigrados por razões económicas politizar-se num segundo momento ao entrarem em contacto com os núcleos dos exilados políticos no estrangeiro. Por outro lado, esta situação reflectia-se em todos os outros aspectos da vida social e económica do país, juntamente

com outras problemáticas que tinham sempre na sua origem a guerra colonial. A mobilização de cerca de 140.000 militares para a África, na esmagadora maioria jovens, juntamente com a emigração e a fuga à incorporação provocavam uma falta constante de mão de obra, num período de expansão económica e de aumento do produto que se concluirá apenas em 1973 (Barreto, 2005). Criava-se assim uma situação de pleno emprego e de aumento do poder contratual dos trabalhadores. Numa lógica de custos e vantagens da participação política, esta situação era muito favorável à mobilização social, sobretudo se considerarmos as aberturas introduzidas por Marcelo Caetano no plano sindical e a descriminalização da greve. Outro aspecto da situação era a crónica falta de homens no Exército, que se acentuou no final dos anos Sessenta com o prolongamento do conflito. Esta falta atingiu sobretudo o sector dos Quadros intermédios e a tentativa do Governo para a resolver através uma aceleração dos cursos preparatórios foi uma das primeiras motivações na base da criação do MFA.

É evidente que todas estas situações problemáticas não foram repentinamente resolvidas com o 25 de Abril 1974. Por outro lado, com a quase imediata extinção das instituições repressivas do regime e a inesperada abertura das oportunidades, criando a perspectiva de que a mobilização pudesse trazer resultados concretos e influenciar as decisões políticas, a revolução introduzia uma série de condições favoráveis à mobilização. Isso demonstra, como escreve Manuel Villaverde Cabral, “a força relativa da sociedade civil e a capacidade desta de reemergir assim que os principais aparelhos repressivos da ditadura foram removidos pelos golpe militar” (Cabral, 1983: 129). Muitos dos movimentos surgidos nas fases finais do regime confluíram assim nos novos movimentos nascidos imediatamente depois da revolução. Um caso de clara continuidade é o movimento estudantil que, como já evidenciámos, ao longo de 1973 tinha começado a desenvolver acções de protesto nas zonas mais desfavorecidas de Lisboa, onde se tinham aglomerado verdadeiros bairros de lata. Salientámos também que, no caso específico a Boavista, estas acções estudantis de 1973 anunciaram concretamente as primeiras ocupações de casas que se desenvolveram mesmo naquele bairro a 2 de Maio de 1975 e que foram analisadas por Pedro Ramos Pinto (R.Pinto, 2007). O próprio Ramos Pinto relata outro caso de ligação directa entre as mobilizações estudantis do fim do Estado Novo e os movimentos durante o PREC. Afirmo ele que, “de acordo com uma história oral relativa à Comissão dos Moradores da Quinta da Fonsecas, poucos dias depois do golpe de estado, um grupo de mulheres locais decidiu ir falar com alguns estudantes da vizinha Faculdade de Direito” (R.Pinto, 2007: 91-92). A história citada salienta que muitas das mulheres da Comissão, por trabalharem no Hospital de Santa Maria, próximo da Cidade Universitária, tinham contactos com os estudantes. Estas mulheres, portanto, tinham-se dirigido à Faculdade de Direito muito provavelmente inspiradas pelo facto de, antes do 25 de

Abril, todas as vezes – e foram muitas – “que as autoridades fechavam as universidades por causa dos conflitos estudantis, a luta entre estudantes e polícia passava a desenvolver-se em frente da cantina e do Hospital de Santa Maria” (R.Pinto, 2007: 91-92), onde, por outro lado, se realizavam as aulas de Medicina e também muitas das assembleias plenárias desta faculdade.

De facto estas ligações não podem surpreender. Como evidenciamos neste último capítulo e como emerge dos dados analisados no Anexo 1, o ano de 1973 e os primeiros meses de 1974 foram caracterizados por uma conflitualidade crescente, que envolveu praticamente todos os sectores da sociedade, com um papel preponderante do sector estudantil, devido também ao seu maior radicalismo. Assim, pode-se dizer que os estudantes foram a categoria social mais mobilizada nos últimos anos do regime, tendo constituído metade de todos os presos políticos de 1973, uma tendência que continuará nos primeiros meses de 1974. Com efeito, 1973 foi o ano em com mais prisões de estudantes em número absoluto desde 1956, continuando esta dinâmica nos primeiros quatro meses de 1974. A mobilização estudantil, na véspera da revolução de 25 de Abril 1974, estava portanto no pleno da sua vitalidade e era natural que continuasse durante o processo revolucionário. Além dos episódios concreto que citámos, as continuidades entre os processos de mobilização do final do Estado Novo e dos primeiros meses depois da Revolução dizem também respeito à difusão de novos repertórios e de novos *issues*. Por outro lado, muitos dos actores que lutavam contra o regime continuaram activos também depois do seu fim, como no caso, por exemplo, dos militantes do MRPP. Deve-se isso sobretudo ao facto de as lutas estudantis terem assumido com o tempo, ao lado de reivindicações políticas, cada vez mais reivindicações sociais. Os estudantes assumiam-se idealmente como porta-vozes dos sectores mais desfavorecidos da sociedade, cujas condições de vida eram atribuídas não só à natureza ditatorial do regime, mas à própria organização da sociedade capitalista. Assim, sobretudo a partir de 1967, na altura das cheias de Lisboa, o movimento estudantil, como vimos, tinha “saído da universidade” na procura de uma ligação com o “país real”.

Com a revolução, os estudantes continuaram portanto, com os grupúsculos da nova-esquerda, a envolver-se nas lutas dos outros sectores da sociedade, num processo que levou a uma ulterior radicalização das instâncias políticas e das formas de luta. Foi só a partir de 1975 que, através varias passagens, se activou um processo de desmobilização. Este processo deve-se seja à iniciativa das instituições e à recomposição das forças do Estado, seja às dinâmicas próprias dos movimentos, que, como “a maioria dos processos de mobilização, acabam por se exaurirem” (Tilly *et alia*, 2007: 128). O decrescer da mobilização está assim ligado por um lado ao afastamento dos actores, por outro é determinado pela crescente competição entre os grupos e consequente radicalização do confronto, assim como pela instrumentalização por parte dos

partidos que utilizam as bases dos movimentos na sua luta política. Isto tornou-se evidente sobretudo a partir das eleições para a Assembleia Constituinte de 25 de Abril 1975, que inauguraram um progressivo fecho das oportunidades para a mobilização, abrindo possibilidades para o regresso da política na área do governo. Apenas um mês depois das eleições, já começaram a ser evidentes as dinâmicas deste “fecho”, seja através de estratégias repressivas, seja através de tentativas de institucionalização, orientadas no sentido de ancorar as energias do activismo em canais oficiais. A primeira grande repressão, que restabelecia significativamente o monopólio estatal do recurso à violência política, igualmente no final de 28 de Maio de 1975, quando o Comando Operacional do Continente (COPCON) ordenou a prisão de quatrocentos militantes do MRPP, entre os quais muitos estudantes e o seu líder Arnaldo de Matos.

No que diz respeito ao processo de institucionalização, uma das primeiras fases foi a criação do serviço cívico estudantil a 30 de Maio 1975, através do qual se procurou canalizar a mobilização estudantil em canais institucionais, permitindo a expressão do anseio dos estudantes de ligações com o “país real” de forma legítima mas também mais controlada. O decreto 270/75 considerava como uma das suas principais motivações: “Assegurar aos estudantes uma mais adequada integração na sociedade portuguesa e um mais amplo contacto com os seus problemas, a par de melhor compreensão das necessidades e carências da população”⁴⁸⁹, mas também garantir que a intervenção do sector estudantil se adaptasse “às necessidades da população, às possibilidades de colaboração das escolas, à capacidade de enquadramento nos serviços públicos e ao actual mercado de trabalho”⁴⁹⁰. A participação estudantil, até então principalmente autogerida, devia assim reentrar no planeamento do Governo. Voltava a ser evidente, como já salientámos no caso das cheias de Lisboa de 1967, a clivagem entre novos movimentos e partidos da velha esquerda: uns lutavam pela autogestão e a libertação da onnipresença do Estado; os outros pela extensão e centralização desta presença, de forma a assegurar condições igualitárias de participação e de gozo dos direitos (Melucci, 1989).

Depois dos meses de intensa radicalização política que distinguiram o “verão quente”, a fase final do processo de desmobilização chegou com o 25 de Novembro de 1975, quando à alegada tentativa de golpe de sectores militares próximos da esquerda radical se seguiu o contra golpe dos militares moderados. Este último episódio, que alguns autores evidenciam como “o sinal público do triunfo dos militares que aceitavam os resultados das eleições de 25 de Abril de 1975 como manifestação fundadora do novo regime democrático em Portugal” (Medeiros Ferreira *et alia*: 218) marcava também o final do PREC, com o início do fecho da crise do Estado

⁴⁸⁹ Decreto-lei 270/75, art.1

⁴⁹⁰ Decreto-lei 270/75.

e o regresso do poder, “caído na rua”, à área institucional. O 25 de Novembro, que se seguiu de duas semanas ao encerramento do processo de descolonização com a proclamação da independência da Angola no dia 11, determinou também o fim do ciclo de protesto iniciado em 1967 e que cresceu durante os últimos anos do regime, através também uma forte politização do movimento estudantil e da multiplicação dos grupúsculos de extrema-esquerda. Os dois principais objectivos da oposição ao Estado Novo e do início da revolução, mudança de sistema político e fim da guerra, com consequente independência das colónias, eram de facto atingidos. Assim: “A maior parte das reivindicações avançadas durante o período revolucionário, uma vez reduzidas às suas proporções reais pelo primeiro governo constitucional mostraram ser perfeitamente compatíveis com o regime democrático” (Cabral, 1983: 133). As instâncias dos movimentos de extrema-esquerda, no sentido de uma descolonização rápida e radical, e aquelas de outros elementos da sociedade, como por exemplo alguns sectores económicos, pareciam de facto convergir (Cabral, 1983: 132). Com a adopção por parte das instituições destas instâncias, esta convergência temporária de sectores tão diferentes acabava, assim como a abertura das oportunidades para a mobilização social. Reafirmava-se ao mesmo tempo a exclusão dos actores mais radicais do processo político e iniciava o processo de desmobilização.

Portanto, se com a revolução portuguesa se tinha aberto aquele processo que alguns autores têm definido como “terceira vaga” de democratização (Huntington, 1991) e que também atingiu, pouco depois, Espanha e Grécia, paradoxalmente (ou não), ao começo desta vaga seguir-se-á o fim de um ciclo de protesto que tinha envolvido a maior parte dos países do mundo. 1975 é um momento chave no início deste refluxo, por um lado porque a partir daquele momento foi evidente um progressivo processo de desmobilização acompanhado, em alguns casos, por fenómenos de terrorismo e de intensificação da violência política; por outro porque os sistemas políticos, absorvidas que foram algumas das instâncias mais moderadas dos movimentos, começaram a adoptar estratégias de exclusão mais rígidas para com os actores e as reivindicações mais radicais, mas também para controlar em geral o conflito social. Foi este por exemplo o caso de Itália, onde, com a motivação de debelar o terrorismo, foi adoptada em 1975 a chamada “*Legge Reale*”, uma legislação especial que reduzia de forma drástica os direitos individuais e as garantias dos cidadãos. Por outro lado, em Portugal o fim do ciclo de protesto, no Outono de 1975, coincide e até pode ser considerado o principal motor do realinhamento das elites, de tal modo que:

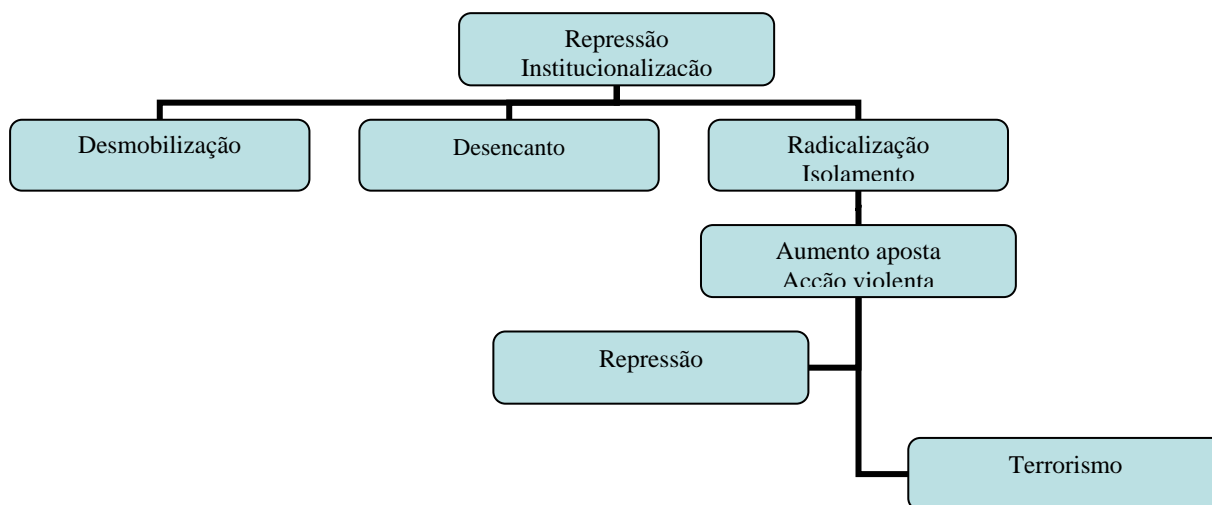
As formas e conteúdos das lutas sociais e políticas actuam como motor da reestruturação do Estado e dos seus vários aparelhos [...] Os movimentos difundem-se aproveitando oportunidades

políticas, mas através da sua acção forçam o realinhamento dos diferentes actores da comunidade política, forjam e fazem com que se quebrem alianças e, nesse mesmo processo, podem forçar a aparição de novas oportunidades para si mesmos ou para outros movimentos (Palácios Cerezales, 2003: 42-43).

Desmobilização e realinhamento das elites são assim processos paralelos e acompanhados por alguns mecanismos que Tilly e Tarrow identificam em: institucionalização, repressão, desencanto e escalada: “A institucionalização afasta quem, na própria participação na vida pública, se sente insatisfeito pela rotina da política ordinária, levando-o a recusar a política *tout court* ou em direcção do extremismo; a escalada assusta os menos combativos e leva-os a optar pela política institucional ou a refluir na relativa segurança da vida privada” (Tilly *et alia.*, 2007: 128-129). No que diz respeito à escalada, os dois autores salientam que representa a tentativa de manter viva a participação dos militantes e de atrair novos sequazes “substituindo objectivos e tácticas moderadas com objectivos e tácticas mais decididas”. (Tilly *et alia.*, 2007). Assim, a institucionalização engloba algumas das reivindicações da mobilização, como no caso português a rápida resolução da questão colonial, assim que as pessoas menos politizadas se desmobilizam, ou porque estão satisfeitas com os resultados atingidos ou porque estão desiludidas por não ter obtido mais. A institucionalização e o afastamento dos militantes menos politizados determina uma radicalização do movimento, quer por causa da necessidade de aumentar a “aposta” para continuar a existir, quer pelo facto de continuarem activas apenas as minorias mais radicais. A repressão acelera este processo, determinando um aumento dos custos da participação e suscitando portanto novas espirais de desmobilização: “A repressão exaspera ambos os processos e interliga-os [...] acelera a desmobilização de quem tem um baixo nível de envolvimento e relega os actores para um envolvimento muito elevado de uma forma clandestina, em que o único meio de expressão à sua disposição é a violência”. (Tilly *et alia.*, 2007: 128-129). Este momento pode ser simbolicamente individuado em Portugal quando, a 23 de Outubro 1975, as Brigadas Revolucionárias declararam voltar à clandestinidade.

O esquema 1. representa sinteticamente este modelo do processo de desmobilização:

Esquema 1. Processo de desmobilização



Os vários pontos podem ser explicados desta forma:

1. Institucionalização: algumas instâncias e alguns actores mais moderados do movimento são absorvidos pelo Governo, ao mesmo tempo que os mais radicais são excluídos;
2. Repressão: a abertura do Governo para com os mais moderados é acompanhada por um aumento paralelo da repressão para com os que não aceitam os canais convencionais disponibilizados;
3. Desmobilização da massa menos politizada: a maioria é satisfeita pelos resultados atingidos com a abertura do Governo ou fica desiludida por não ter conseguido mais, em ambos os casos não está disposta a arriscar mais com o aumento da repressão;
4. Radicalização: grupos minoritários muito politizados recusam as aberturas institucionais e aumentam a aposta, aumentando também desta forma os custos da militância;
5. Isolamento: os grupos mais radicais separam-se cada vez mais separados da massa anteriormente mobilizada e isolam-se do processo político, tornando-se anti-sistémicos,
6. Acções violentas: o isolamento aumenta a disponibilidade, a fim de alcançar objectivos, de utilizar acções contenciosas violentas;
7. Terrorismo: a intensificação de acções violentas comporta uma intensificação também da repressão e, por fim, um ulterior afastamento dos elementos menos politizados e uma consequente radicalização.

O ciclo de protesto português contribuiu para favorecer uma abertura radical da estrutura das oportunidades políticas, à qual se seguiu uma mudança radical de sistema político e das elites, com o acesso de novos actores à área do governo e a abertura de novos canais de participação legal. Absorvidas estas profundas modificações, o sistema voltava entretanto a fechar-se e os actores radicais regressavam ao seu papel de *challengers*. Portugal, todavia, só saía deste processo e se alinhava pelas democracias ocidentais depois da resolução do problema colonial, que tinha sido, de facto, o principal motor de todas as dinâmicas na base do início do ciclo de protesto, da desafecção da maioria dos sectores da sociedade, incluindo de alguns interesses económicos e, finalmente, do processo revolucionário. No entanto, as forças sociais e económicas que representaram a base da reconstituída democracia portuguesa tinham vindo a realinhar-se já a partir das últimas décadas do regime, tornando-se este, bem como a questão colonial, um impedimento à sua afirmação. Os estudantes, enquanto sector mais mobilizado no final do Estado Novo, provinham na sua maioria destes mesmos sectores sociais e representaram, num certo sentido, as vanguardas mais activas de uma sociedade em rápida transformação. A sua efervescência contribuiu para o cumprimento desta transformação, embora este mesmo cumprimento fizesse surgir novas reivindicações, inconciliáveis com o sistema, entre os sectores mais radicais.

CONCLUSÕES

As heranças do movimento

O último ciclo de protesto estudantil começado nos finais do Estado Novo confluiu no processo revolucionário, o qual por seu turno determinou a introdução de regras de jogo completamente renovadas no que diz respeito quer às actividades políticas institucionais e contenciosas quer aos próprios canais de participação e às possibilidades para os potenciais actores políticos de aceder ao poder. Neste período, encontramos também a institucionalização dos partidos como canais legais privilegiados da participação política. O PCP catalizou, desde o início, o capital de legitimação provindo da luta de resistência, embora, para criar este capital, tenham contribuído muito, sobretudo nos últimos anos do regime, também as organizações de extrema-esquerda.

Por outro lado, algumas das formações nascidas durante o Estado Novo – e na altura necessariamente clandestinas – mantiveram depois da revolução uma posição extra-parlamentar. De facto, como vimos nos últimos capítulos, já desde o período da ditadura, os grupos radicais tinham expresso desconfiança para com os modelos das democracias ocidentais, consideradas encarnações do capitalismo da mesma forma que o regime fascista. Se estes grupos, como por outro lado salienta Sidney Tarrow a respeito do caso italiano (Tarrow, 1989), conseguiram mobilizar e fazer com que alguns elementos dos seus repertórios, sobretudo aqueles de cariz mais social, se tornassem hegemónicos, por outro lado foram os partidos institucionais da esquerda a recolher, sobretudo depois de 1975, os frutos deste esforço. Neste sentido, parece muito pertinente a análise do caso francês pelos serviços secretos de Paris, que citámos ao longo do nosso trabalho, a qual evidenciava que as organizações comunistas francesas tinham beneficiado dos “ganhos de Maio”, ainda que na altura tivessem contestado a atitude esquerdista do movimento estudantil

Ao mesmo tempo, todavia, heranças do movimento estudantil e da intensa mobilização dos anos anteriores à revolução foram bem evidentes nas próprias medidas tomadas pelos primeiros Governos revolucionários: desde a instauração do serviço cívico estudantil até às campanhas de dinamização cultural. Além disso, parece significativo que uma das primeiras medidas pós-revolucionárias tenha sido a demissão e substituição da maioria dos Presidentes de Faculdades e de alguns Reitores. Assim, a 29 de Abril de 1974, ao lado do anúncio do regresso a Portugal de Mário Soares, um artigo do *Diário de Notícias* referia que tinham sido “substituídos os directores

de todas as faculdades – com excepção de Economia – e o Reitor da Universidade de Coimbra”.⁴⁹¹ Este processo testemunhava do relevo que tinha vindo a assumir a questão estudantil nos últimos anos do regime. Outra herança do movimento estudantil foi sem dúvida a difusão dos instrumentos e repertórios que ele tinha contribuído para tornar públicos, como as assembleias, as ocupações e toda uma série de desempenhos, como as pinchagens, que foram adoptados durante o PREC por outros movimentos.

Neste sentido, parece particularmente indicativo o caso do movimento dos moradores nascido imediatamente depois da revolução, que, nalgumas das suas vertentes, esteve directamente ligado à experiência do movimento estudantil. Assim, depois do fim do regime, o movimento estudantil e os novos repertórios por ele introduzidos continuaram activos na grande mobilização que acompanhou a crise do Estado português. Os estudantes, que vimos sair das Universidades a partir de 1967, aquando colaboraram no socorro às vítimas das cheias que atingiram sobretudo os arredores de Lisboa, confluíram nos movimentos urbanos que encheram as ruas depois da queda do regime. Analisámos como esta convergência se realizou de forma completamente autogerida no primeiro ano do processo revolucionário, enquanto a partir sobretudo das eleições de 25 de Abril 1975 e da instituição do Serviço Cívico Estudantil o 30 de Maio seguinte, os Governos provisórios começaram a tentar encaminha-la em canais oficiais. Activava-se assim aquele processo de institucionalização, de actores e *issues*, que temos visto ser um dos mecanismos mais significativos das fases de desmobilização. Actividades ilegais durante a ditadura e autogeridas, fora de qualquer regulamentação, nos primeiros meses do processo revolucionário, passavam portanto a ser formas de participação legais e até meios de legitimação das novas instituições. Todavia, esta abertura de canais coincidiu também com a continuação, por parte de muitos estudantes e jovens militantes dos grupúsculos de esquerda radical surgidos no fim do regime, do recurso a um repertório de acção contenciosa mais conflitual e, muitas vezes, abertamente transgressivo. Portanto, a abertura da estrutura das oportunidades políticas, à qual o próprio movimento estudantil tinha contribuído, fazia com que uma parte dos estudantes mobilizados contra o Estado Novo fosse englobada na política institucional, até com cargos importantes no processo de transição, enquanto outros continuassem a agir como *challengers* respeito às novas instituições. Prolongava-se, com efeito, aquele processo de radicalização que vimos começar no princípio dos anos Setenta e que se intensificou, em Portugal, sobretudo depois que as oportunidades políticas começaram a se fechar novamente, a partir das eleições para a Assembleia Constituinte de 25 de Abril 1975. No entanto, tinha havido uma mudança radical de sistema

⁴⁹¹ DN, 29 de Abril 1974.

político e uma verdadeira abertura de “espaços de democracias”. Como tentámos fundamentar ao longo do nosso trabalho, todavia, para que um dia estes espaços se tornassem legítimos era indispensável que antes fossem abertos, embora num contexto de ilegalidade.

Uma efervescência racional

Ao longo do nosso trabalho, temos vindo sobretudo a analisar as formas como o movimento estudantil andou construindo estes espaços de democracia até a influenciar o processo político. Esta questão remete directamente para a relação, ou melhor, a “contenda”, entre movimentos e instituições. Como emergiu em vários pontos do estudo, esta contenda entre actores protestatários e actores institucionais está, desde há alguns anos, no centro da atenção dos estudiosos de movimentos sociais e da participação política não-convencional, sobretudo depois da introdução do conceito de Estrutura das Oportunidades Políticas (EOP). No entanto, mostrámos que alguns autores têm vindo a criticar os limites do conceito, sugerindo uma reformulação que considere também os aspectos dinâmicos, além dos estruturais, das oportunidades políticas, os quais estariam ligados, seja ao processo político (Tilly, 1978; McAdam, 1985), seja aos recursos disponíveis para a mobilização (McCarthy *et alia*, 2001). Por outro lado, sobretudo a partir do trabalho de Sidney Tarrow sobre o ciclo de protesto italiano (1989), do qual surgiram muitas das questões e das linhas de investigação abordadas na nossa análise, nos estudos mais recentes é cada vez mais considerada, além dos próprios efeitos da EOP, a influência recíproca entre política contenciosa e política institucional.

Neste sentido vai também a posição de Olivier Fillieule, o qual sugere que “longe de serem *stocks* preexistentes à acção e estruturalmente insensíveis, as oportunidades actualizam-se de forma contínua através da relação com os movimentos” (Fillieule, 1998: 97). Para além destas interpretações complementares, estas abordagens de estudo estão todas ligadas entre si pela consideração dos movimentos sociais como actores políticos dotados de estratégias específicas e, por outro lado, pela consequente atenção para as características do contexto político em que estes actores se encontram a agir. Assim se compreende a razão porque muitos dos estudiosos contemporâneos de movimentos sociais passam com frequência a estudar as formas como os Estados interagem com o protesto.

Consolidou-se nesta direcção uma “tradição” de análise, aberta pelos próprios estudiosos de movimentos sociais, consagrada àqueles aspectos dos sistemas políticos, mais ou menos formais e mais ou menos codificados, destinados a controlar e regulamentar os canais de participação política não-convencionais. Todos estes elementos podem ser sintetizados pelo conceito de *Protest Policing*, o que, aplicado a variadas realidades políticas, já esteve na base de numerosos

trabalhos científicos, muitos dos quais com uma ampla abordagem comparativa. Entre os autores pioneiros desta linha de investigação e que mais contributos têm fornecido ao desenvolvimento deste tipo de análise, há sem dúvidas Donatella della Porta (1995), também em colaboração com outros estudiosos, como Herbert Reiter e Olivier Fillieule (della Porta *et alia*, 1998, 2003 e 2004; della Porta *et alia*, 2006).

Para o caso português, já alguns autores têm vindo a relacionar os processos de mobilização social à maior ou menor abertura da EOP, abrindo um frutuoso caminho para este tipo de estudos em Portugal. Geralmente, como vimos, a maior parte destes trabalhos remetem para o período da transição democrática e sobretudo para o chamado PREC, 1974-1975, considerado um exemplo excepcional de abertura política favorável à mobilização (Duran Munoz, 1997 e 2000; Palácios Cerezales, 2003; R.Pinto 2007). Por outro lado, Manuel Villaverde Cabral tem interpretado a abertura da EOP e a grande mobilização pós-revolucionária como o resultado de processos políticos mais longínquos, ligados à “prolongada crise” do Estado português, cujas elites, sobretudo militares, já se tinham dividido face à solução da questão colonial (Cabral, 2008: 115). Entretanto, os militares que derrubaram materialmente o regime, criando as condições de abertura das oportunidades, foram por sua vez influenciados pelos processos de mudança favorecidos também pela mobilização social dos últimos anos do regime. Assim, como ainda aponta Villaverde Cabral, os militares não foram a “última instância da mudança social, antes pelo contrário, é a mudança social que deve explicar, embora de formas mediatizadas, as novas atitudes dos militares” (Cabral, 1983: 130). Esta constatação está de acordo com a concepção “dinâmica” da Estrutura das Oportunidades Políticas sugerida por Fillieule.

Como evidenciámos na Introdução e depois tentámos demonstrar ao longo do inteiro trabalho, o sector estudantil era o mais radicalmente mobilizado e mais politizado no fim do regime, assim como o mais perigoso para a sobrevivência deste último. Tentámos salientar que o perigo deste movimento não derivava tanto do activismo estudantil em si, que no máximo podia provocar problemas de ordem pública, mas sobretudo das ondas que expandia em todos os outros sectores da sociedade através um processo de difusão. Não era entretanto apenas a mobilização a se difundir, mas também o conjunto dos *issues*, sob forma de novos valores sociais, novos comportamentos e novas relações a se estender. Analisámos também como este processo atingiu inevitavelmente e sobretudo as Forças Armadas, cuja composição social e etária era a mais próxima da dos estudantes. Além disso, as várias problemáticas ligadas à guerra colonial, como o movimento de *draft resistance*, o longo serviço militar obrigatório, a incorporação dos elementos estudantis mais activos e, finalmente, a constante carência de homens para o Exército, tornavam as Forças Armadas particularmente sensíveis.

Todo o desenvolvimento do nosso trabalho, como mostrámos sobretudo no fim do último capítulo, remete sobretudo para estas últimas linhas de interpretação. A grande e inesperada participação popular no processo revolucionário não foi apenas o resultado da abertura contingente das oportunidades políticas veiculadas pelo 25 de Abril, mas foi o efeito mais visível dos recursos, das redes e dos repertórios tenazmente construídos na oposição ao Estado Novo num processo de atento aproveitamento das possibilidades mobilizadoras veiculadas pelo processo político. Este património, que foi quase exclusivo do PCP até ao início dos anos Sessenta, passou depois a ser cada vez mais desenvolvido, também de forma mais radical, pelos grupos da extrema-esquerda ao longo dos anos Sessenta e Setenta e durante o PREC.

Esta interpretação evidencia sobretudo os elementos mais racionais da “efervescência estudantil”, de acordo com a clarificação que o próprio Durkheim fornece a respeito dos efeitos de mudança dos períodos de “efervescência”, os quais, para serem profundos e duráveis, necessitam “de tempo e reflexão e apelam para um esforço sustentado”. Neste sentido, a abertura da EOP emerge sim como um elemento necessário para a mobilização, mas não como um factor suficiente. Importância pelo menos igual têm os elementos organizativos e os recursos que permitem a mobilização, os quais, como em vários pontos do estudo sublinhámos, na maioria dos casos não derivam de uma casualidade favorável, mas são resultado de um paciente e pertinaz trabalho de construção, defesa e dinamização. O que por outro lado emergiu ao longo da análise é que não só estes recursos são determinantes para tornar possível a mobilização em alturas de abertura das oportunidades políticas e para que os efeitos da acção contenciosa sejam sensíveis, mas podem até contribuir para impulsionar esta abertura. Nesta perspectiva, a influência entre instituições e movimentos não é unívoca, mas amplamente recíproca.

Seguindo a sugestão de Olivier Fillieule, tentámos assim analisar, no desenvolvimento de cada capítulo, “não apenas a forma como os actores estatais definem o meio em que os indivíduos agem, mas também a maneira como os grupos protestatários contribuem para modificar as condições em que os indivíduos agem”(2005: 213). Vimos também que esta influência dos actores protestatários na abertura de oportunidades para a acção contenciosa não tem tanto a ver com as suas específicas reivindicações, mas mais com o próprio efeito de mobilização de recursos e constituição de redes, contactos e ligações sociais. A activação de canais de comunicação e participação alternativos aos oficiais é em si mesma um factor passível de estimular uma abertura das oportunidades e de criar mudança.

Todas estas questões foram debatidas ao longo da análise e contextualizadas a respeito de cada fase da contenda. Por outro lado, procurámos pôr em evidência que a mobilização social, embora caracterizada por uma ampla dimensão racional, é também sujeita a mecanismos que

escapam em parte ao controlo dos actores do protesto. Além dos elementos ligados à política do Governo, que pode ser influenciada pelo protesto mas claramente não controlada por este, vimos que existem dinâmicas próprias da mobilização que os actores só podem aproveitar (como as dinâmicas de difusão) ou, às quais, pelo contrário, só podem tentar resistir (como no caso dos processo de desmobilização). Assim, como não é suficiente uma abertura das oportunidades políticas para activar e manter a mobilização, também não é suficiente a existência de recursos e de redes de mobilização racionalmente constituídas. Como tentámos mostrar em vários pontos do trabalho, em períodos de desmobilização, os líderes dos movimentos apenas podem aplicar estratégias para ultrapassar a fase e sustentar as condições e os recursos à espera de novos momentos de “efervescência”.

A atenta avaliação das possibilidades de luta e das estratégias mais adequadas a respeito quer da intensidade da mobilização e do consenso entre os militantes quer do momento político caracterizou toda a história do PCP durante a ditadura. Como salienta Pacheco Pereira, esta avaliação estratégica das possibilidades e das formas de luta mais adequadas aos vários momentos do processo político interno, foi levada para frente pelo PCP, e sobretudo por Álvaro Cunhal, também assumindo posições que podiam ser interpretadas como sendo em contraste com as linhas-guias da União Soviética. Isso foi evidente sobretudo na altura da revisão do “desvio de direita”, o qual representava sob muitos aspectos a linha de Krutchev após o XX Congresso. Assim, esta rectificação “colocava, em teoria, o PCP e Cunhal mais próximos das teses chinesas do que das soviéticas” (P.Pereira, 2008: 128).

Outro momento delicado coincidiu com o fim do primeiro ciclo de protesto, em 1965-1966, quando o PCP, face à desmobilização estudantil e à perda de consenso entre estudantes teve que procurar manter um certo grau de participação através do recurso a meios e reivindicações moderadas e para as quais não era necessário um alto nível de politização. Outro processo difícil de gerir é a competição entre os grupos que se verifica nas fases de radicalização política. Esta favorece a pulverização das forças, num processo de polarização ideológica. Neste sentido, a estratégia adoptada pelo PCP para aguentar os períodos de escassa mobilização através da adopção de repertórios e *issues* moderados que veiculem um consenso transversal diferencia-se abertamente da dos grupos de extrema-esquerda. Estes últimos, numa aguerrida competição entre si, adoptam cada vez estratégias e reivindicações mais radicais, chegando a considerar hipóteses de luta abertamente transgressivas e violentas.

Tentámos, ao longo do nosso trabalho, encontrar e evidenciar estes elementos mais gerais relativos aos processos de mobilização e desmobilização em contextos mais específicos da contingência histórica. No primeiro capítulo, procurámos salientar a relevância dos eventos

internacionais de 1956, com o relatório Krutchev e o *Civil Rights Movements*, na dimensão da política contenciosa para os anos a seguir, seja do ponto de vista da abertura da EOP e da inovação dos repertórios da mobilização, sobretudo estudantil, seja do ponto de vista do surgimento de uma nova esquerda. Neste sentido evidenciámos a importância sobretudo do conflito chino-soviético que contribuiu para criar clivagens nos Partidos Comunistas ocidentais. A China de Mao e a revolução cultural catalizaram o interesse sobretudo dos militantes mais jovens, a procura de novas interpretações do marxismo e de novas formas para a sua realização. Temos depois procurado restringir o campo, centralizando a atenção sobre Portugal e tentando fornecer um quadro dos recursos de mobilização aí existentes.

No segundo capítulo, evidenciámos os efeitos dos eventos internacionais sobre os processos de mobilização na Península Ibérica, onde foram experimentadas fases de intensa conflitualidade, em 1956 sobretudo em Espanha e entre 1958 e 1962 em Portugal. Evidenciámos depois que, aos factores ligados ao processo político internacional e ao corolário de efeitos que estavam a ter no plano da política contenciosa, por exemplo na Hungria, juntava-se em Portugal uma abertura das oportunidades política interna, favorecida pela candidatura do General Delgado às eleições presidenciais de 1958. Delgado contribuiu a abrir uma fase de divisão das elites que continuou até 1961, com a tentativa de golpe de Estado do General Botelho Moniz e o começo da guerra colonial. Como vimos, este período foi caracterizado por mobilizações de excepional intensidade e extensão, que chegaram ao seu ápice em 1962. As três principais componentes destas mobilizações foram a operária, a estudantil e a militar, anunciando de alguma forma as tendências da oposição política que irão emergir no fim do regime. Identificámos nesta longa mobilização um verdadeiro ciclo de protesto que só conheceu as suas fases finais com a grande vaga de repressão de 1965. Além da desmobilização, devida sobretudo a repressão estatal, encontrámos nestas últimas fases do ciclo de protesto os sinais do processo de pluralização das forças políticas e de radicalização que se aprofundará nos últimos anos do regime e de que a criação da primeira formação maoísta, o CMLP, foi um sinal precursor.

No terceiro capítulo, identificámos no envolvimento dos estudantes nos socorros da população atingida pelas cheias de 1967 uma ocasião exemplar de afinamento dos recursos e das redes de mobilização, que se formaram em oposição aos canais oficiais do regime, mas também fora dos canais tradicionais da oposição, como aqueles do PCP. Estes novos recursos e novas redes tiveram a oportunidade de se activar na altura da nova abertura da EOP que caracterizou os primeiros anos do Marcelismo. Considerámos assim 1967 como o momento inicial de um novo ciclo de protesto, cuja trajectória, todavia, não será tão linear como no primeiro, motivando a definição de “conflitualidade permanente”. Analisámos assim os processos de mobilização que

levaram à crise académica de Coimbra, assim como os elementos da EOP local que a influenciaram (política académica, decisões do Governo Civil, conflitos entre as várias polícias). Seguimos depois o activismo estudantil coimbrão até aos últimos anos do regime, através das fases de progressiva radicalização, evidenciando todavia que este processo nunca atingiu a dimensão que teve em Lisboa e se distinguiu por uma invulgar convivência entre velha e nova esquerda na direcção da Associação Académica.

No quarto capítulo, identificámos assim os mecanismos de mobilização na agitação estudantil de Lisboa, caracterizados por uma mais precoce e mais radical pulverização e polarização políticas, com o recurso a repertórios transgressivos e em alguns casos violentos já desde 1968 e com um maior distanciamento entre nova e velha esquerda. Relacionámos estes elementos de radicalização, por um lado, com as dinâmicas internas da mobilização, devidas também à pluralização das forças políticas e ao consequente aumento da competição entre os grupos, por outro, com as consequências do desencanto a respeito das expectativas solicitadas pela “primavera marcelista” e sobretudo pelas eleições de 1969. Tentámos depois identificar os elementos essenciais da mobilização estudantil no Porto evidenciando a dificuldade de surgimento de um movimento endógeno e da importância dos processos de difusão, sobretudo a partir de Lisboa. Finalmente, identificámos as mudanças sociais e de costume que acompanharam o processo de radicalização política.

No quinto capítulo, procurámos sublinhar por um lado a pluralização das forças políticas na véspera da revolução, por outro a importância cada vez mais profunda que a resistência à guerra chegou a ter como factor de mobilização e também como principal denominador comum entre os vários meios da oposição. A guerra colonial tornava-se assim no principal *issue* de todas as mobilizações, mas também no elemento mais desestabilizador, na óptica da sobrevivência do regime, de um ponto de vista quer económico quer social. Isso foi na base de vários processo, entre os quais lembrámos sobretudo o grande movimento de *draft resistance*, a intensificação da emigração juvenil, a carência de mão de obra numa altura de expansão económica e, o que será o factor determinante, um profundo mal-estar nas Forças Armadas. Todos estes elementos estavam interligados entre si e o movimento estudantil contribuía a radicaliza-los.

Analizamos assim esta radicalização do movimento estudantil e a sua aproximação à nova esquerda, sobretudo marxista-leninista e seguimos neste sentido a evolução do ciclo de protesto até a 1975, quando confluiu na grande mobilização que se seguiu ao 25 de Abril, para começar a refluir só depois das eleições para a Assembleia Constituinte de 25 de Abril 1975. Particular atenção conferimos ao estudo das mudanças na acção contenciosa que caracterizaram as fases finais deste segundo ciclo de protesto na sua componente estudantil e evidenciamos as

continuidades destas mudanças durante a primeira fase da transição. Evidenciámos que nas fases finais do regime o movimento estudantil chegou a ser o sector mais activo, ou pelos menos o mais perigoso, na oposição ao Estado Novo e tentámos demonstrar que este vigor não se extinguiu com a revolução, mas sim sustentou os processos de mobilização pós-revolucionários. Procurámos assim criar uma ligação entre a nossa investigação e os estudos que se ocuparam de analisar o PREC do ponto de vista da política conflitual, sobretudo os trabalhos de Diego Palácios Cerezales e de Pedro Ramos Pinto. Por outro lado, procurámos explicar a desmobilização depois das eleições de 1975, através a individuação dos mecanismos de institucionalização, repressão e radicalização e através do processo de reestruturação das elites políticas que foi impulsionado pela independência das colónias e depois pelos episódios do 25 de Novembro 1975.

Finalmente, no Anexo 1, elaborámos os resultados das duas bases de dados que construímos ao longo do estudo: uma relativa aos eventos de protesto entre 1956 e 1974, realizada com base na correspondência recebida pelo MAI, a outra relativa aos estudantes presos, sempre entre 1956 e 1974, com base no ficheiro dos presos políticos da DGS. Esta análise estatística, com os limites que evidenciámos sobretudo no caso dos eventos de protesto, foi motivada pela exigência de estudar os fluxos de protesto gerais e estudantis, nas várias fases do processo político, bem como os elementos na base da gestão da ordem pública e da criminalização política. Assim, ao lado da reconstrução gráfica dos ciclos de protesto e das suas especificidades, pudemos averiguar, ao longo do tempo, os elementos salientes da repressão política do conflito estudantil, seja a respeito das prisões feitas, seja das características dos estudantes presos. Graças a este estudo, como em muitos pontos do trabalho sublinhámos, demonstrámos assim que em 1973 e nos primeiros meses de 1974, na véspera da Revolução, os estudantes foram a categoria social mais atingida pela repressão política, constituindo mais de metade dos presos assinalados no registo da DGS.

Enfim, achamos importante sublinhar que, o objectivo deste estudo, mais do que exaurir as questões apontadas nestas breves conclusões, foi o de procurar explorar novos caminhos de investigação relativamente ao estudo dos movimentos sociais em Portugal e parece-nos que este objectivo será atingido se outros investigadores puderem encontrar neste trabalho estímulos e solicitações para outras pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

- Accornero, Guya (2002), *25 Aprile 1974. Le Forze Armate e la caduta dell'Estado Novo portoghese*, Tesi di Laurea, Università degli Studi, Milão.
- Adinolfi, Goffredo (2007), *Ai confini del fascismo, Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista*, Milão, Franco Angeli.
- Agosti, Aldo, Tranfaglia, Nicola, Passerini, Luisa (coord.) (1991), *La cultura e i luoghi del '68*, Milão, F. Angeli.
- Ajello, Nello (1997), *Il lungo addio. Intellettuali e PCI dal 1958 al 1991*, Roma, Laterza.
- Alberoni, Francesco (1981), *Movimento e Istituzione*, Bolonha, Il Mulino.
- Almeida, Dinis (1976), *Ascensão, apogeu e queda do MFA*, Lisboa, Edição do Autor.
- Almeida, João Miguel (2008), *A oposição católica ao Estado Novo*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.
- Amado, Casimiro (1998), «A escola única em Portugal», em Maria Cândida Proença, *O Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Colibri.
- Aminzade, Ronald, Goldstone, Jack, McAdam, Doug, Perry, Elisabeth, Sewell, William, Tarrow, Sidney, e Tilly, Charles (2001), *Silence and Voice in the Study of Contentious Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Arendt, Hannah (1971), *Sulla violenza*, Milão, Mondadori.
- Banfield, Edward (1976), *Le basi morali di una società arretrata*, Bolonha, Il Mulino.
- Barreto, António, (coord.), 2000, *A Situação Social Em Portugal, 1960-1999*, Lisboa, ICS.
- Barreto, António, Mónica, Maria Filomena (coord.) (2000), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7, 8, 9, suplemento de Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História do Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000.
- Barreto, José (1990), «Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano», em *Análise Social*, vol. XXV, n.º105-106, pp.57-117.
- Bebiano, Rui, e Cruzeiro, Maria Manuela (2006), *Anos Inquietos: vozes do movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)*, Porto, Afrontamento.
- Bebiano, Rui, e Estanque, Elísio (2007), *Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Benjamin, Walter (2006), «Per una critica della violenza», em *Angelus Novus*, Turim, Einaudi.
- Bettiol, Giuseppe (1981), «Il ruolo svolto dal codice Rocco nella Società Italiana», em Sarah Musio, (coord), *Il Codice Rocco cinquant'anni dopo: La questione criminale*, s. e., pp.10-29.

- Bobbio, Norberto (2006), *Compromesso e alternanza nel sistema politico italiano*, Roma, Donzelli.
- Bobbio, Norberto (2008), *Dal fascismo alla democrazia. I regimi, le ideologie, le figure e le culture politiche*, Milão, Baldini&Castoldi.
- Bobbio, Norberto, Nicola, Matteucci, e Pasquino, Gianfranco (coord.) (2004), *Il dizionario di politica*, Milão, UTET.
- Bosco, Anna (2000), *Comunisti. Trasformazioni di partito in Italia, Spagna e Portogallo*, Bolonha, Il Mulino.
- Cabral, Manuel Villaverde, «Contribuição à polémica do neo-realismo», em *Gazeta musical e de todas as artes*, Ano X, Série 2, Setembro-Outubro 1960, n.º114-115, pp.130-131.
- Cabral, Manuel Villaverde (1977), *O Operariado Português nas Vésperas da República, 1909-1910*, Lisboa, Presença.
- Cabral, Manuel Villaverde (1983), «A segunda república portuguesa numa perspectiva histórica», *Análise Social*, Vol. 19, nº 75, p. 127-142.
- Cabral, Manuel Villaverde (1987), «Portugal desde a revolução», *Análise Social*, Vol. 23, nº 97, pp. 599-606
- Cabral, Manuel Villaverde (1988), *Portugal na alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Presença.
- Cabral, Manuel Villaverde (2001), «Um quarto de século depois do 25 de Abril: balanço crítico de uma democracia consolidada», em, *Semear*, n.5.
- Cabral, Manuel Villaverde (2006), «Despotismo de estado e sociedade civil real em Portugal: distância ao poder, comunicação política e familismo amoral», em Hermínio Martins, José Luís Garcia, Manuel Villaverde Cabral, e Helena Mateus Jerónimo, (coord.), *Razão, Tempo e Tecnologia. Estudos em homenagem a Hermínio Martins*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 157-180.
- Cabral, Manuel Villaverde (2008), «O 25 de Abril em retrospectiva» em Anália Torres, e Luís Baptista, *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e acção*, Porto, Afrontamento, pp. 113-121.
- Caetano, Marcelo (1955), *Ciência Política e Direito Constitucional*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Caiado, Nuno (1990), *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Canosa, Romano (1976), *La polizia in Italia dal 1945 a oggi*, Bolonha, Il Mulino.

- Canosa, Romano, e Federico, Pietro (1974), *La magistratura in Italia dal 1946 a oggi*, Bolonha, Il Mulino.
- Cardina, Miguel (2004), «Tradição, Sociabilidades, Compromissos: mutações na auto-imagem estudantil durante o período final do Estado Novo», *VIII congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 16-18 de Setembro.
- Cardina, Miguel (2008), «Memórias incómodas e rasura do tempo: Movimentos estudantis e praxe académica no declínio do Estado Novo», em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, Junho, p. 111-131.
- Cardina, Miguel (2008), *A tradição da contestação. Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus.
- Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no séc.XX : para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Carvalho, Rita Almeida, «O Marcelismo à luz da revisão constitucional de 1971» em Fernando Rosas, Pedro Aires Oliveira, *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Notícias, pp. 27-89.
- Cazzullo, Aldo (2006), *I ragazzi che volevano fare la rivoluzione*, Milão, Sperling & Kupfer.
- Colarizi, Simona (1998), *Storia dei partiti nell'Italia repubblicana*, Bari, Laterza.
- Colarizi, Simona (2000), *Storia del Novecento italiano. Cent'anni di entusiasmo, di paure, di speranza*, Milão, Bur.
- Colarizi, Simona (2007), *Storia Politica della Repubblica. Partiti, Movimenti e Istituzioni 1943-2006*, Bari, Laterza.
- Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1983), *Os estudantes no regime fascista*, Mem-Martins, Europa-America.
- Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1985), *Legislação repressiva e antidemocrática no regime fascista*, Mem-Martins, Europa-America.
- Costa, Jorge (2002), «O ano da morte de Ribeiro Santos», *História*, nº49, pp.21-28.
- Crainz, Guido (1996), *Storia del miracolo italiano. Culture, identità, trasformazioni fra anni cinquanta e sessanta*, Roma, Donzelli.
- Crainz, Guido, *Il paese mancato. Dal miracolo economico agli anni Ottanta*, Roma, Donzelli, 2003.
- Crimi, Bruno (1974), *La primavera di Lisbona*, Florença, Vallecchi.
- Cruz, Manuel Braga da (1986), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença.
- Cruzeiro, Celso (1989), *Coimbra, 1969. A crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*, Porto, Afrontamento.

- Cunhal, Álvaro (1970), *O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, Lisboa, Edições Avante!
- D'Anjou, Leo (1996), *Social Movements and Cultural Change: The First Abolition Campaign Revisited*, New York, Aldine.
- della Porta, Donatella (1995), *Social movement, political violence and the State. A comparative analysis of Italy and Germany*, Cambridge, Cambridge University Press.
- della Porta, Donatella e Reiter, Herbert (1997), *The Policing of Mass Demonstration in Contemporary Democracies*, Fiesole, European University Institute, Eui Working Papers.
- della Porta, Donatella, e Diani, Mario (1997), *I movimenti sociali*, Roma, La Nuova Italia Scientifica, 1997.
- della Porta, Donatella, e Reiter, Herbert (2003), *Polizia e protesta. L'ordine pubblico dalla Liberazione ai "no global"*, Bolonha, Il Mulino.
- della Porta, Donatella, Greco, Monica, Szakolczai, Arpad, e Pizzorno, Alessandro (coord.) (2000), *Identità, riconoscimento, scambio. Saggi in onore di Alessandro Pizzorno*, Bari, Laterza, 2000.
- Derrida, Jacques (1994), *Force de loi. Le "Fondement mystique de l'autorité"*, Paris, Galilée.
- Dionísio, Eduarda (1988), *Retrato dum amigo enquanto falo*, Lisboa, Quimera, 3ª ed.
- Dorronsoro, Gilles (2005), *La Turquie Conteste. Mobilisation Sociales et Regimes Securitaire*, Paris, CNRS Éditions, p. 201-218.
- Duarte, Marta Benamor (1997), *Foi apenas um começo. A crise académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos Sessenta e da luta contra o Estado Novo*, tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Durán Muñoz , Rafael (1997), «Oportunidad para la transgresión. Portugal, 1974-1975», *Ler História*, 32, Maio, pp. 83-116.
- Durán Muñoz, Rafael (1997), «As crises económicas e as transições para a democracia. Espanha e Portugal numa perspectiva comparada», *Análise Social*, XXXII, n.141, pp.369-401.
- Durán Muñoz, Rafael (2000), *Contención y transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Durkheim, Emile (2005), *Sociologie et philosophie*, Paris, PUF.
- Einaudi, Jean-Luc (1991), *La Bataille de Paris – 17 octobre 1961*, Paris, Seuil.
- Eisinger, Peter (1973), «The Conditions of Protest Behaviour in American Cities», *American Political Science Review* , n ° 67, p. 11-28.

- Estado-Maior de Exército Comissão para o Estudo das Campanhas de Africa (1988), *Resenha histórico-militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 5 v., Lisboa, EME.
- Faria, Cristina (2000), *As lutas estudantis contra a ditadura militar (1926-1932)*, Lisboa, Colibri.
- Favre, Pierre, Fillieule, Olivier, e Jobard, Fabien (2007), *L'atelier du politiste. Théories, actions, représentation*, Paris, La Découverte.
- Fernandes, Tiago (2006), *Nem ditadura, nem revolução. A ala liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Dom Quixote.
- Ferreira, José Medeiros (1998), «O movimento estudantil nos anos Sessenta», em Proença, Maria Cândida (coord.), *Maio de 1968. Trinta anos depois. Movimentos Estudantis em Portugal*, Lisboa, Colibri.
- Ferreira, José Medeiros (2001), *O comportamento político dos militares*, Lisboa, Estampa.
- Ferreira, José Medeiros (coord.) (2001), *Portugal em transe*, vol. 8, José Mattoso, (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Estampa.
- Fillieule, Olivier (1997), *Stratégies de la rue : les manifestations en France*, Paris, Presses de Science Po.
- Fillieule, Olivier (2005), «Requiem pour un concept Vie et mort de la notion de structure des opportunités politiques», em Gilles Dorronsoro, *La Turquie Conteste. Mobilisation Sociales et Regimes Securitaire*, Paris, CNRS Éditions, p. 201-218.
- Fillieule, Olivier (1993), *Sociologie de la protestation. Les formes e l'action collective dans la France contemporaine*, Paris, L'Harmattan.
- Forno, Francesca (2005), «L'analisi degli eventi di protesta per lo studio dei movimenti sociali», *Sociologia e Ricerca Sociale*, XXVI, n. 78, p. 117-136.
- Garrido, Álvaro (1996), *Movimentos estudantis e crise do Estado Novo: Coimbra 1962*, Coimbra, Minerva.
- Giugni, Marco, McAdam, Doug, e Tilly, Charles (coord.) (1988), *From contention to democracy*, Lahnham, Rowman & Littlefield Publishers.
- Grandi, Aldo (2003), *La generazione degli anni perduti. Storie di Potere Operaio*, Turim, Einaudi.
- Granja, Paulo Jorge (2002), «Dos filmes sonoros ao cine-clubismo», em *História*, 47, Julho-Agosto, pp.29-33.
- Grupo de Trabalho Português do Projecto Regional do Mediterrâneo (1963), *Análise quantitativa da estrutura escolar portuguesa (1950-1959)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- Henry, Christel (2006), *A cidade das flores. Para uma recepção cultural em Portugal do cinema neo-realista italiano como metáfora de uma ausência*, Lisboa, FCG e FCT.

Hirschman, Albert (1970), *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*, Cambridge, Harvard University Press, 1970.

<http://www.grupolusofona.pt/pls/portal/docs/PAGE/OPECE/PRODUCOESCIENTIFICAS/PAPERS/CONSTRUCTION.PDF>

Huntington, Samuel, (1991). *Democracy's Third Wave*, Oklahoma, University of Oklahoma Press.

Lipset, Seymour (1985), *Consenso e conflito: ensaios de sociologia política*, Lisboa, Gradiva.

Lourenço, Gabriela, Costa, Jorge, e Pena, Paulo (2001), *Grandes Planos. Oposição estudantil à Ditadura: 1956-1974*, Lisboa, Âncora Editora.

Lucena, Manuel de (1976), *A evolução do sistema corporativo português. O Salazarismo*. Vol.1, Lisboa, Perspectivas e Realidades.

Lucena, Manuel de (1976), *A evolução do sistema corporativo português. O Marcelismo*, vol.2, Lisboa, Perspectivas e Realidades.

Lucena, Manuel de (1995), *O Regime Salazarista e a sua Evolução*, Matosinhos, Contemporânea Editora.

Lumley, Robert (1991), *States of Emergency : Cultures of Revolt in Italy from 1968 to 1978*. Londres, Verso.

Lumley, Robert, e Baranski, Zygmunt (1990), *Culture and Conflict in Post-war Italy : Essays on Mass and Popular Culture*, Londres, Palgrave MacMillan.

Madeira, João (2004), «As oposições de esquerda e a extrema-esquerda», em Fernando Rosas, e Pedro Aires Oliveira (coord), *A transição falhada : o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Notícias.

Madeira, João (coord.) (2007), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

Maravall, José Maria (1978), *Dictadura y disenso político : obreros y estudiantes bajo el franquismo*, Madrid, Alfaguara.

Maravall, José Maria (1981), *La política de la transición*, Madrid, Taurus.

McAdam, Doug (1982), *Political process and the development of Black insurgency, 1930-1970*, Chicago, Chicago University Press.

McAdam, Doug (1988), *Freedom Summer*, Oxford, Oxford University Press.

McAdam, Doug (2003), «Revisiting the US Civil rights Movement: Toward a More Synthetic Understanding of the Origins of Contention», em Jeff Goodwin, e James Jasper, *Rethinking Social Movements. Structure, Meaning and Emotion*, Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, pp.201-232.

- McAdam, Doug, McCarthy, John, e Zald, Mayer (1988), «Social Movement», em Neil Smelser (coord.), *Handbook of Sociology*, Londres, Sage, pp. 695-737.
- McAdam, Doug, McCarthy, John, e Zald, Mayer (1996), *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*, Cambridge, Cambridge University Press.
- McAdam, Doug, Tarrow, Sidney, e Tilly, Charles (2001), *Dynamics of contention*, Cambridge, Cambridge University Press.
- McCarthy John D., e Zald, Mayer (2001), «The Enduring Vitality of the Resource Mobilization Theory of Social Movements» em Jonathan H. Turner (coord.) *Handbook of Sociological Theory*, New York, p.535-65.
- Melossi, Dario (1990), *The State of Social Control. A Sociological Study of Concepts of State and Social Control in the Making of Democracy*, Cambridge, Polity Press.
- Melossi, Dario (1996), *Lezioni di sociologia del controllo sociale*, Bolonha, CLUEB.
- Melossi, Dario (2002), *Stato, controllo sociale, devianza. Storia delle teorie criminologiche*, Milão, Mondadori.
- Melossi, Dario (2008), *Controlling Crime, Controlling Society. Thinking about Crime in Europe and America*, Polity, Cambridge, Polity.
- Melossi, Dario, e Pavarini, Massimo (2006), *Carcere e fabbrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*, Rio de Janeiro, Editora Revan.
- Melucci, Alberto (1982), *L'invenzione del presente*, Bolonha, Il Mulino.
- Melucci, Alberto (1989), *Nomads of the present. Social movement and individual needs in contemporary society*, London, Hutchinson Radius.
- Melucci, Alberto (1994), «A Strange Kind of Newness: What's "New" em New Social Movements?» em Larana, Enrique, Johnston, Hank, e Gusfield, Joseph (coord.) , *New Social Movement. From Ideology to Identity*, Philadelphia, Temple University Press.
- Melucci, Alberto (1996), *Challenging Codes*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Modona, Neppi (1978), «Legislazione penale», *Il mondo contemporaneo*, Volume I, Livro 2, Florença, La Nuova Italia.
- Morlino, Leonardo (2003), *Democrazie e Democratizzazioni*, Bolonha, Il Mulino.
- Narciso, Raimundo (2000), *Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, Dom Quixote.
- Nunes, Adérito Sedas (coord.) (1969), *A universidade na vida portuguesa*, vol. II, Lisboa, GIS.
- Oberschall, Anthony (1973), *Social Conflict and Social Movement*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.

- Offe, Claus (1985), «New Social Movement: Changing Boundaries of the Political», em *Social Research*, 52, pp. 817-868.
- Oliveira, Luísa Tiago de (2004), *Estudantes e Povo na Revolução. O serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, Lisboa, Celta.
- Ortoleva, Peppino (1988), *Saggio sui movimenti del 1968 in Europa e in America*, Roma, Editori Riuniti.
- Palácios Cerezales, Diego (2003), *O Poder Caiu na rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa, 1974-1975*, Lisboa, ICS.
- Palácios Cerezales, Diego (2007), revisão de João Madeira (coord.), Irene Flunser Pimentel, e Luís Farinha, *Vítimas de Salazar*, em *Análise Social*, n.185, p.1128-1135.
- Palácios Cerezales, Diego (2008), *Estado, Régimen y Orden Público en el Portugal Contemporáneo*, Tese de Doutoramento, Universidade Complutense de Madrid.
- Patriarca, Maria Fátima (1995), *A questão social no salazarismo, 1930-1947*, vol. 1-2, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Patriarca, Maria Fátima (1997), «Sobre a leitura das fontes policias», *Análise Social*, n. 32, n.143-144, pp.925-935.
- Patriarca, Maria Fátima (2004), «Estado Social. A caixa de Pandora», em Fernando Rosas, Pedro Aires Oliveira, *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Notícias, pp. 171-212.
- Patriarca, Maria Fátima (2008), «Continuidade e ruptura: as primeiras leis de Marcello Caetano», em Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, Filipe Carreira da Silva (coord.) (2008), *Itinerários – A investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, ICS.
- Pereira, José Pacheco (1975), *A situação política de Portugal vista pelo movimento marxista-leninista internacional*, Porto, Edições RES.
- Pereira, José Pacheco (2005), *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, vol. 3, Lisboa, Temas e Debates.
- Pereira, José Pacheco (2008), *O um dividiu-se em dois. Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*, Lisboa, Alêtheia.
- Pereira, Victor (2007), *L'État portugais et les Portugais en France de 1957 à 1974*, tese de doutoramento, Paris, Institut d'Études Politiques.
- Pimentel, Irene Flunser (2007), *A História da Pide*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Pinto, António Costa (1992), *O Salazarismo e o Fascismo Europeu - Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Estampa.

- Pinto, António Costa (2001), *O fim do império português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pinto, António Costa (2004), «Antifascismo, politica della memoria e democratizzazione in Portogallo» em De Bernardi, Alberto, e Ferrari, Paolo (coord.), *Antifascismo e Identità Europea*, Roma, Carrocci, pp. 422 - 445.
- Pinto, Pedro Ramos, (2007), *Urban Protest and Grassroots Organisations in Lisbon, 1974-1976*, tese de doutoramento, Cambridge, University of Cambridge.
- Pizzorno, Alessandro (1994), *Le radici della politica assoluta e altri saggi*, Milão, Feltrinelli.
- Pizzorno, Alessandro (2001), «Familismo amorale e marginalità storica ovvero perché non c'è nulla da fare a Montegrano» em *Quaderni di Sociologia*, (26-27) 45, pp. 349-362.
- Proença, Maria Cândida (1998), *O Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Colibri.
- Proença, Maria Cândida (coord.) (1998), *Maio de 1968, trinta anos depois: os movimentos estudantis em Portugal*, actas do Colóquio, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Raby, awn Linda (1988), *Resistência antifascista em Portugal*, Lisboa, Salamandra.
- Reis, António (1979), *O marxismo e a revolução portuguesa*, Lisboa, Portugal Socialista.
- Reis, António (coord.) (1990-1993), *Portugal contemporâneo*, vol. 5-6, Lisboa, Alfa.
- Rokkan, Stein (1970), *Citizens, Elections, Parties*, Oslo, Universitetsforlaget.
- Rosas, Fernando (2001), «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, vol. XXXV (157), pp. 1031-1054.
- Rosas, Fernando (2004), *Portugal Século XX. Pensamento e Acção Política*, Lisboa, Notícias.
- Rosas, Fernando (2005), *As duas primaveras: do Marcelismo ao 25 de Abril*, comunicação apresentada no VIII curso Livre de História contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 21-26 de Novembro.
- Rosas, Fernando (2008), «Prefácio», em João Miguel Almeida, *A oposição católica ao Estado Novo*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.
- Rosas, Fernando (coord.) (1997), *O Estado Novo*, vol. 7 de José Mattoso (dir.), *História do Portugal*, Lisboa, Estampa.
- Rosas, Fernando (coord.) (2009), *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates.
- Rossanda, Rossana (2006), *La ragazza del secolo passato*, Torino, Einaudi.
- Rucht, Dieter, Koopmans, Ruud, e Neidharadt, Friedhelm (coord.) (1998), *Acts of Dissent. New Developments in the Study of Protest*, Berlim, Sigma.
- Ruggiero, Vincenzo (2000), *Movimenti nelle città*, Turim, Bollati Boringhieri.

- Ruggiero, Vincenzo (2006), *La Violenza politica*, Bari, Laterza.
- Sabino, Amadeu Lopes, Oliveira Jorge Sousa e, Morais, José, e Paiva Manuel (2009), *À Espera de Godinho*, Lisboa, Bizâncio.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Sapelli, Giulio (1996), *L'Europa del Sud Dopo il 1945. Tradizione e Modernità in Portogallo, Spagna, Italia, Grecia e Turchia*, Catanzaro, Rubettino.
- Schmitter, Philippe (1999), *Portugal do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS.
- Tarrow, Sidney, e Graziani, Luigi (1979), *La Crisi Italiana*, Torino, Einaudi.
- Tarrow, Sidney (1989), *Democracy and Disorder: Protest and Politics in Italy, 1965-1975*, Oxford, Oxford University Press.
- Tarrow, Sidney (1994), *Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Teodoro, António, *The Construction of Mass Schooling in the European Semiperiphery. The Case of Portugal*, <http://www.grupolusofona.pt/pls/portal/docs/PAGE/OPECE/PRODUCOESCIENTIFICAS/PAPERS/CONSTRUCTION.PDF>
- Tilly, Charles (1978), *From mobilization to revolution*, Chicago, Addison-Wesley.
- Tilly, Charles (1993), *Le rivoluzioni europee, 1492-1992*, Bari, Laterza.
- Tilly, Charles (2003), *The politics of collective violence*, New York, Cambridge University Press.
- Tilly, Charles (2006), *Regimes and Repertoires*, Chicago, Chicago University Press.
- Tilly, Charles (2007), *Conflitto e democrazia in Europa*, Milão, Mondadori.
- Tilly, Charles, e Tarrow, Sidney (2007), *Contentious politics*, Boulder, Paradigm Publishers.
- Touraine, Alain (1978), *La voix e le regard*, Paris, Seul.
- Touraine, Alain (1984), *Le retour de l'acteur*, Paris, Fayard.
- Touraine, Alain (1992), *Critique de la modernité*, Paris, Fayard.
- Ungari, Paolo (1963), *Alfredo Rocco e l'Ideologia Giuridica del Fascismo*, Brescia, Morcelliana, 1963.
- Ungari, Paolo (2002), *Storia del diritto di famiglia in Italia (1796-1975)*, Bologna, Il Mulino.
- Viola, Gianni (1978), *Polizia, 1860-1977. Cronache e documenti della repressione in Italia*, Verona, Bertani.
- Walder, Andrew G. (2009), «Political Sociology and Social Movements», *Annual Review of Sociology* N° 35 pp. 393–412.

Weber, Max (1985), *Il lavoro intellettuale come professione: due saggi*, Torino, Einaudi.

Zinn, Howard (2003), *Disobbedienza e democrazia*, Milano, Il Saggiatore.

Zizek, Slavoj (2009), *The Fragile Absolute: or why is the Christian legacy worth fighting for*, Londres, Verso.

FONTES

Imprensa:

Avante!: n. 217, Fevereiro 1952; n.586, Dezembro 1967; 21 Março 1996

Binómio: de n. 1, 11 de Abril 1964 a n. 24, 8 de Maio 1966; n. 26, Março de 1967; de n.28, a 33, 1967; n. 35, 1967

Cadernos de Circunstância: n 1, nova série, Março de 1969; n.7, nova série, Março de 1970.

Diário de Notícias: todos os números entre 1956-1974.

Gazeta Musical e de todas as artes: de n. 118 de Janeiro 1961 a n. 137 de Agosto 1962.

O Comunista: n. 1, Dezembro 1968; n. 3, Junho 1969; n. 4, Novembro 1969; n. 10, Maio de 1971.

O Salto: n. 20, Setembro-Outubro 1973

Polémica, n.1, Novembro 1970.

Diário da República, número 237/62, série I, 1º suplemento, 15 de Outubro 1962; n.º155 Série I, 4 de Julho 1969

Bibliotecas e Arquivos:

- Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)

- Biblioteca Nazionale Centrale (Roma)

- Biblioteca do Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales, Fundación Juan March (Madrid)

- Hemeroteca Municipal (Lisboa)

- Archivio Centrale dello Stato (ACS, Roma), Secção Ministero dell'Interno/Pubblica Sicurezza, Sub-seccões Associazioni Varie e Partiti Politici.

- Arquivo Histórico Militar (AHM, Lisboa)

- Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (AHS-ICS/UL), fundo movimento estudantil

Efervescência Estudantil

- Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IAN/TT), Arquivo do Ministério da Administração Interna (MAI), *Registo da Correspondência Recebida*, 1956-1974, 19 volumes.
- Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IAN/TT), Arquivo da PIDE/DGS, secções: Movimento Estudantil, Actividades Subversivas, Marxismo Leninismo, Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ), Trotskismo, Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, Partido Comunista, Publicações.
- Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IAN/TT), Arquivo da PIDE/DGS, Ficheiro dos Presos Políticos

ANEXOS

Anexo 1. Análise estatística dos ciclos de protesto e da repressão contra estudantes

Episódios e ciclos de protesto

Neste anexo vamos apresentar os resultados do trabalho empírico que temos vindo a desenvolver ao longo da investigação, seguindo dois percursos de análise diferentes, embora complementares: por um lado, a reconstrução dos ciclos de protesto e, por outro, o estudo da repressão política contra o activismo estudantil. Antes de continuar, achamos oportuno evidenciar em primeiro lugar quais são os objectivos e também os limites de um trabalho deste tipo; e em segundo lugar especificar como chegámos à realização da base de dados e motivar as escolhas, seja conceptuais, seja metodológicas, por vezes obrigadas, que adoptámos ao longo da investigação.

Como já aludimos na *Introdução*, vários autores têm abordado a questão da reconstrução gráfica dos ciclos de protestos, indicando alguns métodos e fontes, assim como as características que deveriam ter para poder realizar o trabalho. Vimos que, para este trabalho, pode-se utilizar qualquer fonte que registe regularmente, com uma certa constância no tempo e uniformidade na informação, os eventos de protesto durante um certo período (Tarrow, 1989; Tilly *et alia*, 2007 e Forno, 2003). O ensaio de Sidney Tarrow sobre o ciclo italiano (Tarrow, 1989), que várias vezes citámos ao longo do nosso estudo, foi realizado com base na análise bissemanal dos eventos de protesto assinalados pelo jornal diário *Corriere della Sera* entre 1965 e 1975. Na nossa análise, temos escolhido, como fonte, o “Registro da Correspondência Recebida” pelo MAI entre 1956 e 1974, analisando todos os eventos de protesto registados naquele período, um total de 568 informações. Claramente, não se trata de ter um índice de todos os eventos de protesto acontecidos em Portugal naqueles anos, que imaginamos tenham sido muitos mais, mas de ter um número suficiente de eventos, seleccionados por uma mesma fonte, apto a ser estudado estatisticamente. No nosso caso, a selecção dos eventos foi feita *a priori* pelas próprias autoridades que enviaram as informações ao MAI. Podemos assim ter um certo grau de confiança na continuidade da selecção, tratando-se de um “filtro” pelo menos constante no tempo.

Os eventos foram analisados com respeito às seguintes características: data, lugar, tipologia, actores, autoridade que enviou a informação ao MAI, autoridade para a qual o MAI reencaminhou a informação, ideologia. Esta última é normalmente definida pela força de segurança que envia a informação para o MAI, embora não seja especificada em todas as informações. Com respeito ao lugar, não sendo possível citar especificamente todas as localidades, achámos oportuno antes de mais dividir entre cidades principais e zonas rurais, em segundo lugar reagrupar os distritos contingentes em unidades de dois (por exemplo, Bragança e Vila Real, ou Braga e Viana do Castelo). Relativamente ao tipo de evento, recolhemos as informações nas seguintes categorias: propaganda subversiva, greve, manifestação, ocupação, motim, reunião, protesto escrito, actividade subversiva. Os diferentes actores dos episódios de protesto são: estudantes, operários, funcionários públicos, trabalhadores rurais, emigrantes clandestinos, sacerdotes, soldados; enquanto as várias ideologias são, sobretudo: comunista, democrática, genericamente subversiva/anti-situacionista, católica. No que diz respeito às autoridades que enviaram a informação, temos: PIDE/DGS, PSP, GNR, Governador Civil (Gov.Civ.), Legião Portuguesa, Informadores, outros. Estas mesmas autoridades, excepto a Legião Portuguesa e os Informadores, figuram entre as entidades para as quais a informação foi reencaminhada depois de ter sido recebida pelo MAI, mas juntamente com: Ministério das Corporações, Ministério da Educação, Presidência do Conselho, Arquivo do MAI.

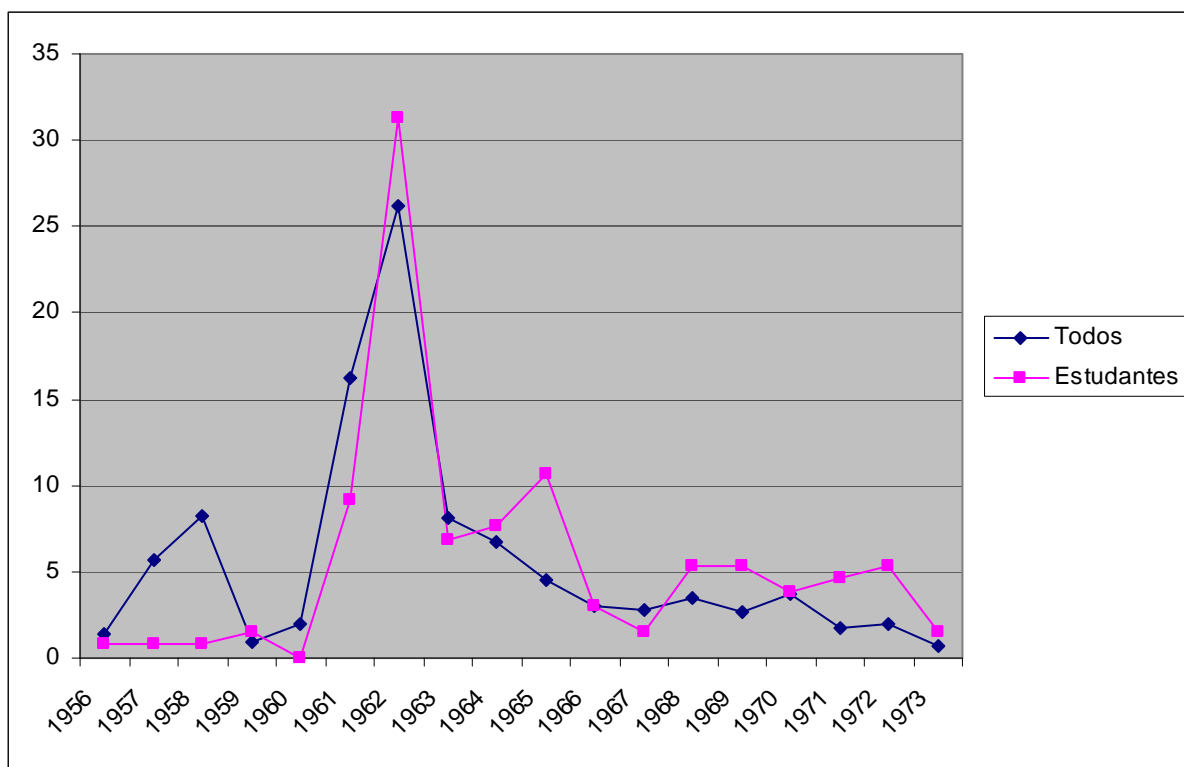
Como se apreende desta breve introdução, esta análise não se baseia exclusivamente nos conflitos estudantis, mas considera também os episódios de protesto cujos actores foram outras categorias sociais, pois achámos oportuno ter um quadro mais geral dos ciclos, bem como uma ideia da posição do conflito estudantil no conjunto da actividade contenciosa ao longo do ciclo. A primeira análise que apresentamos diz respeito à reconstrução gráfica dos ciclos de protesto (Graf. 1), relativamente ao conjunto de actores e aos estudantes. Como se apreende pelo gráfico, temos um primeiro ciclo que, começado em 1958 na altura das eleições presidenciais, conhece, depois de uma descida no ano imediatamente seguinte, um pico excepcional em 1962, resultado de uma conflitualidade que começa a crescer de forma imediata a partir dos finais de 1960. Como se viu ao longo do texto, a este pico conflitual corresponde um abalo da estrutura das oportunidades políticas com uma divisão entre as elites que começou com a candidatura de Delgado às eleições presidenciais de 1958, se aprofundou com o eclodir da guerra colonial em 1961 e com os conflitos, sobretudo no seio das Forças Armadas, a respeito da guerra.

Efervescência Estudantil

O começo da guerra em 1961 teve a consequência de acentuar estas dinâmicas, sobretudo, embora não desde logo, no que diz respeito à conflitualidade no meio juvenil. Como se pode ver no gráfico, não há grandes diferenças relativamente às fases dos ciclos de protestos protagonizados só por estudantes e por todos os actores, a não ser o facto de a linha do protesto estudantil não começar a subir já em 1958, mas apenas nos finais de 1959, tendo por outro lado um surto em 1965. Este primeiro ciclo de protesto acaba em ambos os casos – todos os actores e só estudantes – em 1966-1967, embora a linha dos eventos protagonizados por estudantes conheça um pico negativo em 1967 mais profundo, mas também um crescimento, mesmo a partir de 1967, mais significativo. O ano 1967 corresponde portanto ao ponto mais baixo do primeiro ciclo de protesto nos dois casos, sendo o ano com o menor número de episódios conflituais dos anos Sessenta. Todavia, 1967 representa também o momento em que a linha do protesto recomeça a subir, sobretudo no caso de eventos protagonizados por estudantes. Embora nunca vá atingir os níveis do primeiro ciclo de protesto, começa em 1967 portanto um novo ciclo, em que, desta vez, há diferenças significativas entre conflito em geral e conflito estudantil.

Em primeiro lugar, a componente estudantil parece mais significativa e, enquanto na linha em que são representados todos os actores vemos um pico em 1970, na linha do protesto estudantil o ano de 1970 exprime uma conflitualidade relativamente mais baixa comparativamente a 1968-1969 e 1972. Como temos vindo a explicar ao longo do estudo, este segundo ciclo de protesto, que analisámos mais na sua componente estudantil, tem características mais “difusas”, motivando a definição que adoptámos de “conflitualidade permanente”. Na sua origem estaria mais uma abertura da estrutura das oportunidades políticas, veiculada pela mudança institucional que levou à substituição de Salazar por Marcelo Caetano e a todo o corolário de consequências que isso teve no âmbito da política contenciosa e que temos analisámos ao longo do trabalho.

Gráfico 1. Episódios de protesto em percentagem entre 1956 e 1974
(todos os actores e só estudantes)

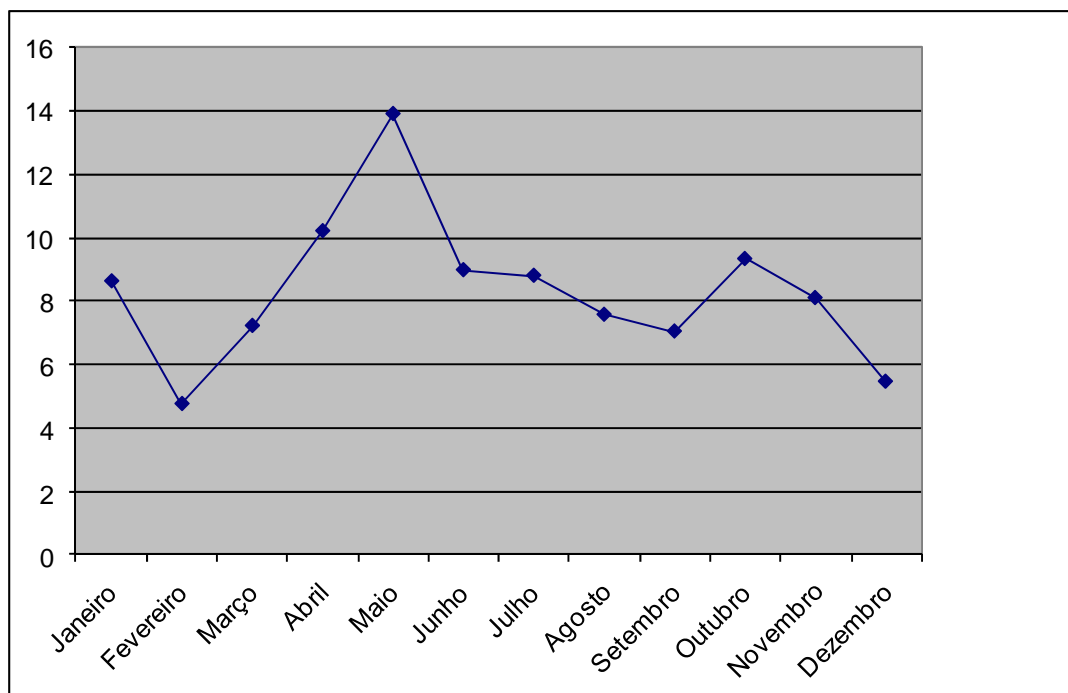


No que diz respeito à frequência dos episódios de protesto por mês no período entre 1956 e 1974, analisada no Gráfico 2, emerge, antes de mais, o facto de o mês de Maio ser a altura significativamente mais conflitual do ano, seguida pelo mês de Outubro e pelo mês de Janeiro. De facto, as actividades contenciosas, que atingem um pico negativo no mês de Fevereiro, parecem a partir daí começar a subir constantemente até Maio, atingindo

Efervescência Estudantil

neste mês o pico positivo, claramente em coincidência com a festa dos trabalhadores, tradicionalmente um momento de mais intensa mobilização. Por outro lado, a mobilização do mês de Outubro coincide com a celebração da instauração da República (5 de Outubro), enquanto os episódios do mês de Janeiro têm a ver sobretudo com as comemorações, principalmente por parte de grupos genericamente definidos de “democratas”, da revolta militar do Porto de 31 de Janeiro de 1891, contra a cedência do Governo face ao ultimato britânico.

Gráfico 2. Episódios de protesto em percentagem por mês



A tabela 1 analisa a configuração das acções contenciosas com respeito aos actores que as protagonizaram ao longo dos anos. Este tipo de informação – embora apresente alguma imprecisão, por causa do elevado número de “não-especificados” – exprime alguns elementos significativos. Por um lado, parece de facto desaparecer o conflito rural ao longo dos anos Sessenta, por outro, vemos aumentar progressivamente o conflito estudantil, que se torna estavelmente presente nos últimos anos do regime, conhecendo todavia dois picos em 1962 e 1965. O 1962 representa o ano em que quer a categoria dos estudantes, quer as categorias dos operários e dos funcionários públicos são mais representadas como actores do protesto no conjunto do período de 1956-1974. Por outro lado, são muito representados também os emigrantes, os trabalhadores rurais e os soldados, isso sendo uma prova da intensidade e difusão do protesto neste ano. Outros elementos que emergem dizem respeito à diminuição dos operários como actores do protesto, à qual corresponde um aumento, além dos estudantes, dos funcionários públicos, cujas acções se concentram entre 1962 e 1965, voltando a se intensificarem em 1973, aquando da difusão do movimento do sindicato dos bancários e dos empregados dos seguros. Aparece claro da tabela que a conflitualidade estudantil é a mais difusa nos últimos anos do regime e que a ela corresponde também um aumento das acções protagonizadas por soldados, devido, sobretudo em 1972, ao efeito das incorporações militares dos universitários dissidentes. É por fim interessante ver que em 1961 se concentram a maioria das acções cujos actores foram os emigrantes (clandestinos), em correspondência com o início da guerra colonial.

Efervescência Estudantil

Tabela 1. Actores do protesto em percentagem por ano

	Estudantes	Operários	Funcionários Públicos	Trabalhadores Rurais	Outros/não- especificado	Emigrantes	Sacerdotes	Soldados
1956	0,8	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0
1957	0,8	8,3	0,0	16,7	6,9	0,0	0,0	0,0
1958	0,8	8,3	12,5	22,2	10,5	0,0	0,0	0,0
1959	1,5	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0
1960	0,0	8,3	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0
1961	9,2	8,3	0,0	44,4	16,9	85,7	50,0	0,0
1962	31,3	22,2	37,5	16,7	25,5	14,3	0,0	33,3
1963	6,9	11,1	12,5	0,0	8,9	0,0	0,0	0,0
1964	7,6	5,6	12,5	0,0	6,6	0,0	0,0	33,3
1965	10,7	2,8	12,5	0,0	2,8	0,0	0,0	0,0
1966	3,1	0,0	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0
1967	1,5	0,0	0,0	0,0	3,9	0,0	0,0	0,0
1968	5,3	13,9	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0
1969	5,3	5,6	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0
1970	3,8	2,8	0,0	0,0	3,6	0,0	50,0	0,0
1971	4,6	2,8	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0
1972	5,3	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	33,3
1973	1,5	0,0	12,5	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0

Na tabela 2 e no Gráfico 3, averiguamos a ideologia na base das acções contenciosas por ano, embora aqui também os dados tenham um significativo grau de imprecisão devido ao alto número de casos não especificados. Por outro lado, quando os episódios são definidos como subversivos e anti-situacionistas, isso pode significar também que se trate de acções de matriz comunista ou democrática. Todavia, a notável diminuição de acções de matriz comunista a partir da metade dos anos Sessenta, face ao grande aumento de acções genericamente definidas de subversivas, poderá muito provavelmente ser ligada ao desenvolvimento dos grupos da nova esquerda radical.

Efervescência Estudantil

Gráfico 3. Ideologia dos episódios de protesto em percentagem por ano

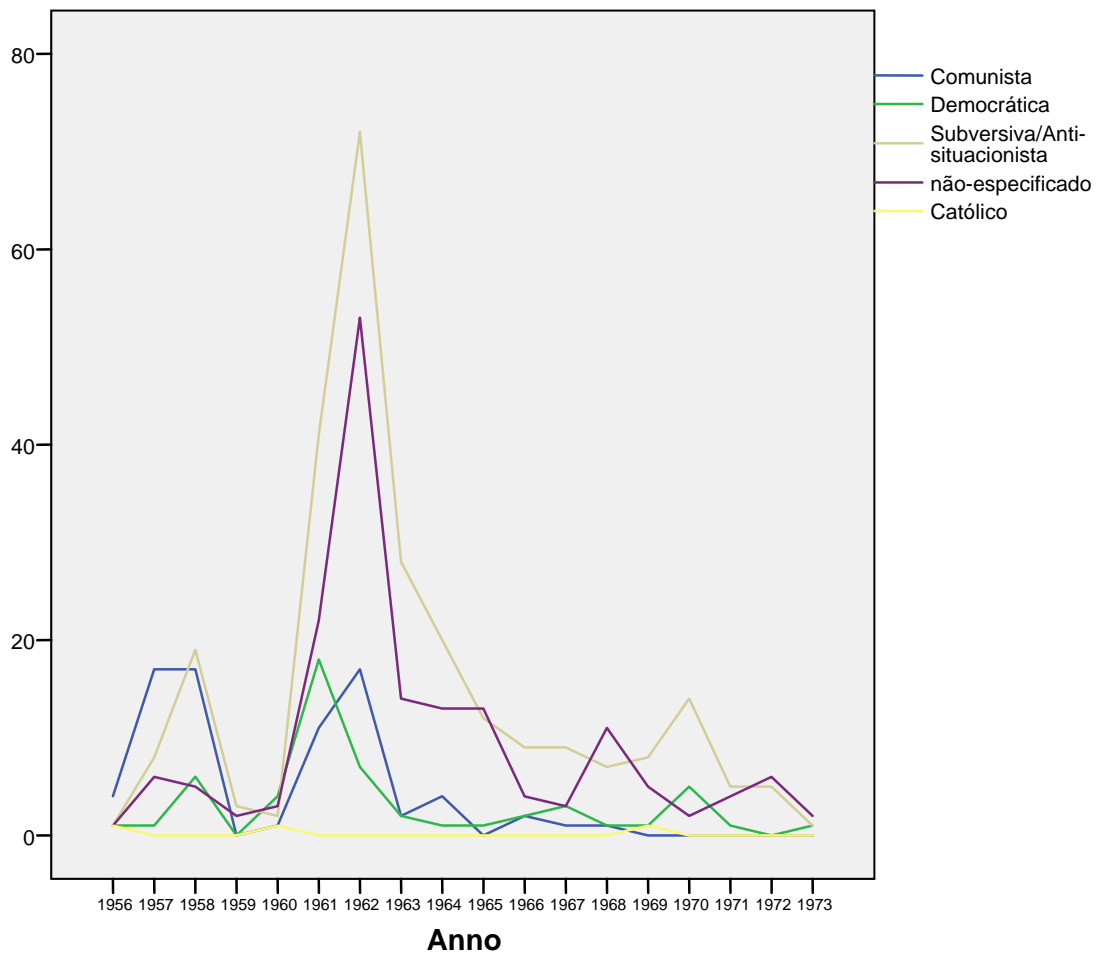


Tabela 2. Ideologia dos episódios de protesto em percentagem por ano

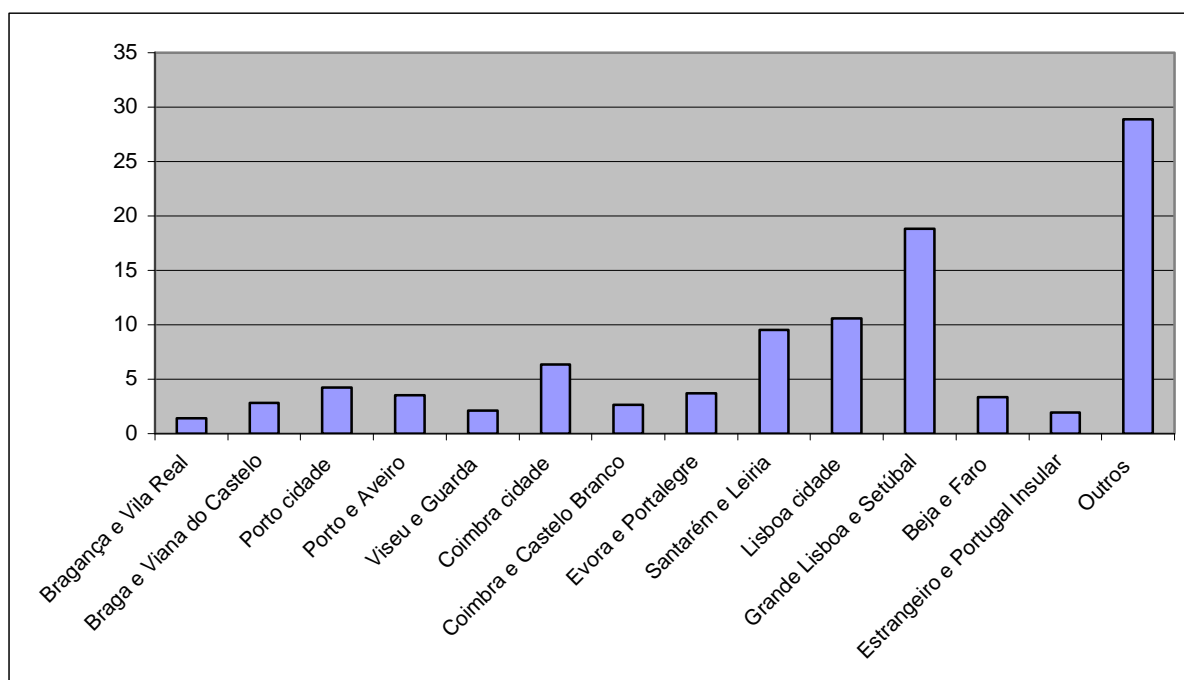
	Comunista	Democrática	Subversiva/Anti-situacionista	Não-especificado	Católicos
1956	50,0	12,5	12,5	12,5	12,5
1957	53,1	3,1	25,0	18,8	0,0
1958	36,2	12,8	40,4	10,6	0,0
1959	0,0	0,0	60,0	40,0	0,0
1960	9,1	36,4	18,2	27,3	9,1
1961	12,0	19,6	44,6	23,9	0,0
1962	11,4	4,7	48,3	35,6	0,0
1963	4,3	4,3	60,9	30,4	0,0
1964	10,5	2,6	52,6	34,2	0,0
1965	0,0	3,8	46,2	50,0	0,0
1966	11,8	11,8	52,9	23,5	0,0
1967	6,3	18,8	56,3	18,8	0,0
1968	5,0	5,0	35,0	55,0	0,0
1969	0,0	6,7	53,3	33,3	6,7
1970	0,0	23,8	66,7	9,5	0,0
1971	0,0	10,0	50,0	40,0	0,0
1972	0,0	0,0	45,5	54,5	0,0
1973	0,0	25,0	25,0	50,0	0,0

Na tabela seguinte procurámos estudar a frequência dos episódios de protesto em relação ao local onde aconteceram. Emerge desde logo que a zona mais conflitual é representada pela Grande Lisboa e Setúbal, sobretudo entre os finais dos anos Cinquenta e o início dos anos Sessenta. Por outro lado, Lisboa-cidade perde progressivamente importância comparativamente a Coimbra ao longo dos anos. Temos todavia que considerar que este dado pode ser ligado ao facto de em Lisboa, sendo a Capital, as decisões das autoridades serem tomadas de forma mais directa, talvez sem requerer a passagem pelo MAI. Em Coimbra temos por outro lado uma situação em que as várias autoridades presentes no território apresentam um autonomia decisional bastante reduzida, necessitando constantemente de, por um lado, fazer um quadro da situação local pontual através de relatórios semanais, por outro de obter o consenso das autoridades centrais para o desenvolvimento do *protest policing*. Por outro lado, é bastante provável que, na Capital, muitas das actividades de informação e ordem relativas ao controlo do conflito social passassem por canais menos formais e talvez não escritos.

Tabela 3. Lugar dos episódios de protesto em percentagem por ano.

	Bragança e Vila Real	Braga e Viana do Castelo	Porto cidade	Porto e Aveiro	Viseu e Guarda	Coimbra cidade	Coimbra e Castelo Branco	Evora e Portalegre	Santarém e Leiria	Lisboa cidade	Grande Lisboa e Setúbal	Beja e Faro	Estrangeiro e Portugal insular
1956	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0	12,5	0,0	12,5	25,0	5,0	0,0
1957	0,0	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	12,5	0,0	65,6	,1	0,0
1958	2,1	2,1	6,4	2,1	4,3	0,0	0,0	8,5	12,8	2,1	53,2	,0	0,0
1959	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	60,0	,0	0,0
1960	9,1	0,0	9,1	18,2	0,0	0,0	0,0	0,0	9,1	0,0	27,3	,0	0,0
1961	1,1	2,2	0,0	6,5	1,1	8,7	2,2	2,2	14,1	5,4	16,3	,2	4,3
1962	2,7	4,7	6,7	3,4	2,0	4,7	2,7	5,4	6,7	16,8	9,4	,0	1,3
1963	0,0	4,3	8,7	6,5	2,2	0,0	6,5	4,3	13,0	15,2	10,9	,2	2,2
1964	0,0	2,6	2,6	0,0	0,0	7,9	0,0	5,3	5,3	10,5	10,5	0,5	5,3
1965	0,0	0,0	3,8	3,8	0,0	7,7	0,0	0,0	7,7	34,6	15,4	,0	0,0
1966	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8	5,9	5,9	0,0	11,8	17,6	5,9	,0	0,0
1967	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	6,3	0,0	18,8	0,0	12,5	,0	6,3
1968	0,0	0,0	10,0	0,0	0,0	15,0	5,0	0,0	5,0	15,0	15,0	,0	0,0
1969	0,0	0,0	0,0	13,3	6,7	20,0	6,7	0,0	6,7	6,7	6,7	,0	0,0
1970	0,0	14,3	4,8	0,0	4,8	9,5	0,0	0,0	9,5	0,0	4,8	,0	0,0
1971	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	20,0	0,0	0,0	10,0	10,0	0,0	0,0
1972	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	27,3	0,0	0,0	0,0	0,0	18,2	,0	9,1
1973	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0

Gráfico 4. Local dos episódios de protesto em percentagem por ano



Gestão e controlo do conflito social

Nos próximos parágrafos consideraremos de forma mais específica as dinâmicas do *protest policing* nos últimos dois decénios do Estado Novo e a sua variação em relação com a variação do conflito social. Para este fim, nas seguintes tabelas e gráficos considerámos portanto as mudanças nas forças que enviaram as informações para o MAI, que temos recolhido nas seguintes categorias: PIDE/DGS, PSP, GNR, Governadores Cívicos, Legião Portuguesa (LP), Outros.

Tabela 4. Autoridade que enviou a informação de eventos de protesto para o MAI (1956-1974, percentagem)

	PIDE/DGS	PSP	GNR	Governadores Cívicos	Legião Portuguesa	Informadores	Outros
1956	12,5	0,0	25,0	25,0	0,0	0,0	37,5
1957	0,0	0,0	31,3	62,5	0,0	0,0	6,3
1958	2,1	4,3	14,9	61,7	0,0	8,5	8,5
1959	0,0	20,0	20,0	40,0	0,0	20,0	0,0
1960	0,0	45,5	18,2	36,4	0,0	0,0	0,0
1961	20,7	37,0	25,0	16,3	0,0	1,1	0,0
1962	9,4	43,0	5,4	15,4	18,8	2,0	5,4
1963	4,3	17,4	4,3	28,3	26,1	4,3	15,2
1964	15,8	68,4	0,0	15,8	0,0	0,0	0,0
1965	15,4	65,4	0,0	15,4	3,8	0,0	0,0
1966	11,8	23,5	5,9	41,2	11,8	0,0	5,9
1967	12,5	50,0	6,3	18,8	12,5	0,0	0,0
1968	10,0	60,0	0,0	30,0	0,0	0,0	0,0
1969	13,3	26,7	26,7	20,0	0,0	0,0	6,7
1970	0,0	47,6	42,9	9,5	0,0	0,0	0,0
1971	0,0	50,0	30,0	20,0	0,0	0,0	0,0
1972	9,1	63,6	9,1	9,1	0,0	0,0	9,1
1973	0,0	75,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0

Efervescência Estudantil

Nos gráficos 5, 6, 7 e 8 procurámos averiguar de forma mais visível as mudanças na intervenção das várias forças de segurança na gestão da ordem pública, sobretudo tendo em conta os momentos salientes do primeiro ciclo de protesto, quando se verificaram e adquiriram as maiores inovações. Assim, nos gráfico 5, 6 e 7 analisa-se, respectivamente, a situação dos anos 1956, 1958 e 1962, de forma a veicular uma comparação da situação do *protest policing* antes, no início e no meio do ciclo de protesto, enquanto a curva do gráfico 8 apresenta a evolução destas dinâmicas ao longo do tempo.

Gráfico 5. Autoridade que enviou a informação (1956)

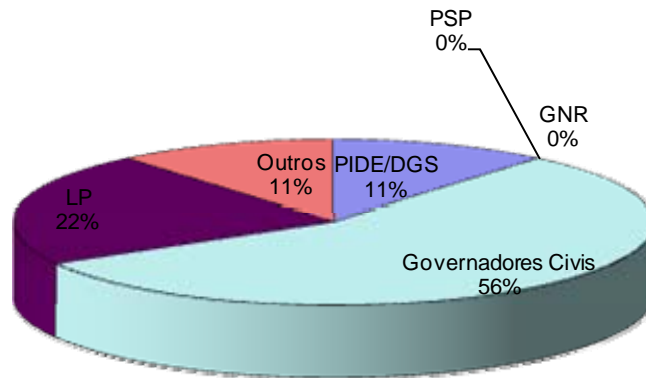


Gráfico 6. Autoridade que enviou a informação (1958)

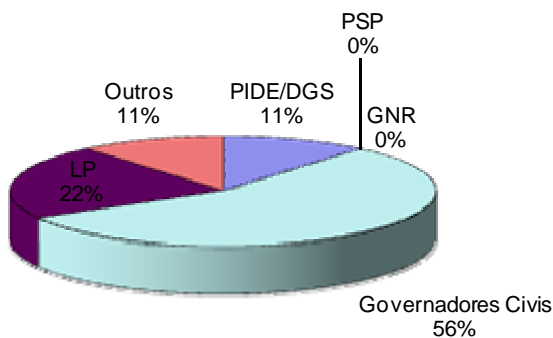


Gráfico 7. Autoridade que enviou a informação (1962)

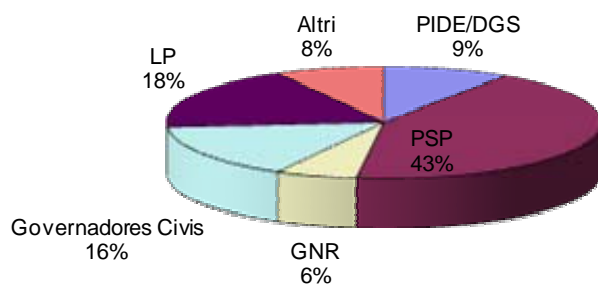
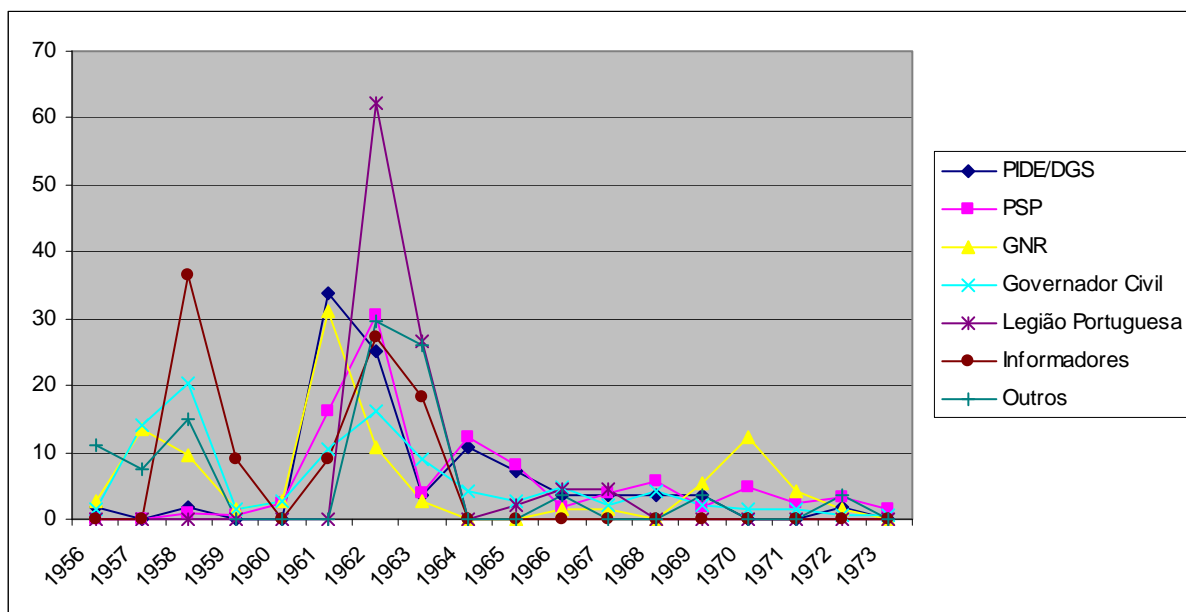


Gráfico 8. Autoridade que enviou a informação (1956-1974)



De facto, as grandes mudanças no plano da política conflitual que se seguiram ao pico do que temos definido primeiro ciclo, a crise de 1962, foram acompanhadas por mudanças e inovações na área da política institucional e sobretudo no que diz respeito à organização do controlo da ordem pública. Assim, a crise de 1962 representou um treino de concertação não só das forças de oposição, velhas e novas, mas também das forças de segurança pública, que tiveram que lidar com dois novos fenómenos consequentes à modernização do país: a urbanização do conflito e a afirmação da conflitualidade estudantil. O processo de urbanização é evidente pelo aumento de informações dirigidas ao Ministério da Administração Interna e de intervenções por parte da PSP, uma polícia com competências essencialmente cívicas, e a concomitante forte diminuição, excluindo o triénio 1969-1971, de actividade da *Guarda Nacional Republicana* (GNR), mais ligada às zonas rurais. É muito provável, por outro

lado, que esta queda nas intervenções protagonizadas pela GNR fosse compensada pela constituição da Companhia Móvel da PSP.

É oportuno analisar mais este novo corpo policial, pois será uma das forças mais presentes na gestão do conflito e da ordem pública durante os anos futuros. Como salienta Diego Palácios Cerezales (2008: 453-454), a Companhia Móvel da PSP era modelada no exemplo da *Compagnies Républicaines de Sécurité* (CRS) francesa, e não, como habitualmente se tem referido, no molde da Polícia de Choque criada por Silva Pais em 1937 e normalmente associada às violentas repressões daquela altura.⁴⁹² A sua criação foi aprovada em 1960 e começou a agir em Novembro de 1961. No território metropolitano entrou em função uma Companhia Móvel, com sede em Lisboa, mas tendo a capacidade para se deslocar em qualquer outro lado do país, contando com veículos próprios, com gasóleo para 600 km e noventa homens dispostos a partirem em qualquer momento (Palácios Cerezales, 2008). Outras doze companhias foram distribuídas, depois do começo da guerra colonial, entre Angola, Guiné e Moçambique “convertendo-se num instrumento operativo fundamental que, pelo seu carácter policial, podia dar impressão de não existir uma guerra colonial, mas sim um combate legítimo por parte do Estado contra grupos terroristas em algumas das suas Províncias Ultramarinas” (Palácios Cerezales, 2008: 454).

Mas também na metrópole o papel do novo corpo policial tornou-se cada vez mais importante, se pensarmos que os mesmos agentes da PSP destinados à gestão da ordem pública serão, a partir de então, estruturados, treinados e armados segundo as instruções da Companhia Móvel. Por outro lado, Palácios Cerezales evidencia que, quer a Polícia de Choque, quer a Companhia Móvel, não foram criadas com uma vontade de “escalada repressiva”, demonstrando por outro lado, através de uma atenta análise comparativa também com outros países democráticos, que ambos os projectos policiais resultaram de uma tentativa de modernizar as técnicas anti-distúrbios da polícia portuguesa, sobretudo através da utilização de novos instrumentos que permitissem usar a força contra grupos desarmados com poucos riscos de matar alguém, o mesmo que estava a acontecer em outros países europeus, como a França. Esta consideração, baseada numa ampla documentação, encontraria uma valiosa explicação no facto de serem sempre problemáticas, a nível de consenso e também para um regime autoritário, as consequências da morte de um cidadão num conflito de rua.

Voltando ao nosso estudo, outro elemento que parece indicar a diminuição do conflito rural é a diminuição de informações providas dos Governos civis: o conflito tende a centralizar-se e a concentrar-se nas grandes áreas urbanas e, ao mesmo tempo, a tornar-se também mais “público”. Segundo o que se apreende ao analisar a correspondência recebida pelo Ministério da Administração Interna no período considerado, emerge assim que, em 1958, a PSP é a fonte de informação das acções contenciosas em apenas 4% dos casos, a GNR em 14%, os Governos Civis em 66%. Também é significativo o facto de a PIDE/DGS ser pouco representada, aparecendo em apenas 2% dos casos entre as fontes de informação para 1958.

Em 1962, verifica-se uma mudança radical no esquema de gestão da ordem pública, no que diz sobretudo respeito à informação sobre as acções contenciosas. A PSP torna-se na principal fonte de informações, passando de 4% a 43% (um dado destinado a crescer), enquanto os Governadores Civis descem a 16% e a GNR a 6%. É também significativa a emergência da Legião Portuguesa (LP)⁴⁹³ que, completamente ausente entre as fontes dos anos anteriores, em 1962 atinge 19%, para chegar a 26% no ano seguinte, desaparecendo em 1964, para voltar à actividade com percentagens de 3,8%, 11,8% e 12,5% respectivamente nos anos 1965, 1966 e 1967.

É possível ligar esta intervenção da LP à amplitude do conflito de 1962, concomitante ao início das guerras coloniais e portanto num contexto de especial empenho por parte de todas as forças da ordem portuguesas. Neste

⁴⁹² Para esta segunda hipótese, ou seja que a Companhia Móvel seja epígona directa da Polícia de Choque criada em 1937 pelo futuro chefe da PIDE Silva Pais, aponta por outro lado João Madeira, o qual sustenta, em *Vítimas de Salazar*, que “esta unidade policial fora criada em 1937, por proposta do então tenente Silva Pais, feita logo no ano em que entrara para a PSP. A conjuntura que então se vivia era muito marcada pela situação de guerra civil em Espanha, com forte agitação nas ruas por parte das forças e sectores que se identificavam com o campo republicano no país vizinho, o que levou a uma grande radicalização por parte do Governo. A situação política propiciava a criação de uma unidade policial especialmente destinada à repressão de rua e Silva Pais, que viria a ser director da PIDE a partir de 1962 e até 1974, percebera-o claramente” (Madeira, João, 2007: 367). Diego Palácios Cerezales demonstra, por seu lado, que esta força de segurança, que “forma parte da memória da repressão de rua de toda uma geração de militantes antifascistas” (Palácios Cerezales: 2007, pp. 1128-1135) foi criada ex-novo em 1960 e não estava portanto em continuidade com a antiga Polícia de Choque. (*ibidem*).

⁴⁹³ A Legião Portuguesa tinha sido criada no Verão de 1936, como outras instituições do Estado Novo, em plena guerra civil espanhola, apesar dos receios de vários sectores da ditadura. Cedo se transformou num dos emblemas fascistas do regime (Palácios Cerezales, 2008: 417). Uma das motivações na base da criação da Legião foi a necessidade de cooptar num organismo do Estado as várias milícias militares que se iam formando e que, embora defendessem os mesmos valores do regime, deviam ser suprimidas com o objectivo de centralizar os instrumentos de coerção nas mãos do Governo, sendo mesmo este monopólio da violência política, como vimos, um dos elementos decisivos para a fundação de um Estado.

sentido, é também oportuno ter em conta que a Legião era, desde sempre, a instituição mais radical do ponto de vista ideológico, característica acentuada pelo carácter voluntário da militância dos seus adeptos, entre os quais havia elementos em contacto com os movimentos nacionalistas da direita radical estudantil que, mesmo a partir de 1962, começaram a afirmar-se nas universidades (Marchi, 2008).

É evidente que para a direita radical académica, assim como para a Legião, a defesa das colónias era uma questão de vital importância, como nova concretização dos seus dois grandes objectivos tradicionais: “defender o património espiritual e combater a ameaça comunista e o anarquismo”. Outro ponto bastante interessante é o aumento da intervenção directa da PIDE/DGS a partir de 1961, também em concomitância com o começo da guerra colonial, com uma percentagem de 20,7%, a qual todavia irá descer no ano seguinte para 9,4%, para depois se estabilizar entre 10% e 15% no período a seguir. É necessário ter em consideração que a PIDE/DGS era sobretudo uma força de investigação, mais virada para receber e elaborar informações do que para intervir directamente na gestão do conflito, sendo esta a principal explicação da sua maior representação na secção “saídas”, que indica o destino para o qual o MAI reencaminhava a correspondência recebida. Portanto, a informação, se não chegava directamente à PIDE/DGS, chegava ao MAI, que se preocupava, no caso de não ser arquivada, de a remeter para os órgãos competentes, ou seja, na maioria dos casos, à PIDE/DGS.

Presos e prisões políticas

No seguinte estudo analisámos primeiro de forma mais geral o conjunto dos 29.470 presos políticos detidos pela PIDE/DGS e a sua distribuição por anos no período compreendido entre 1934 e 1974, a fim de determinar a curva das prisões durante aquele período e, portanto, a sua variação relativamente aos momentos salientes dos ciclos do protesto e do processo político. Em segundo lugar, analisámos de forma mais específica e pormenorizada o grupo dos estudantes presos por crimes políticos entre 1956 e 1974, ou seja, no período coberto pelo nosso estudo e no qual identificámos principalmente dois ciclos de protesto. Este grupo de estudantes compreende 939 casos, enquanto, para o mesmo período, o total dos presos políticos é de 7339: isso significa que, no conjunto dos presos entre 1956 e 1974, a componente estudantil representa mais de que 12%, com uma média de cerca de 49 prisões de estudantes por ano. É também fundamental salientar que, em 1974, até ao 25 de Abril ou seja num período de apenas quatro meses, já tinham sido presos 45 estudantes, quer dizer mais do dobro da média anual.

Nesta análise definimos presos políticos todos os cidadãos presos pela PIDE ou os que, no caso de serem presos por outra polícia, foram depois levados para alguma das sedes da PIDE, na capital ou algures. Construímos portanto a base de dados com o apoio do ficheiro contendo a maior parte dos detidos passados pelos quartéis da PIDE/DGS, fossem presos directamente pela PIDE/DGS ou tivesse a captura sido realizada por outra polícia. Os limites conceptuais da definição de preso político estão portanto ligados à especificidade da fonte. Assim, por exemplo, muitos dos estudantes que foram capturados pela PSP na noite entre 10 e 11 de Maio de 1962 por ocuparem as instalações universitárias e logo libertados sem passar pela sede da PIDE/DGS não aparecem na nossa análise. Por outro lado, temos que aceitar a margem de incompletude da base de dados, devida sobretudo à possibilidade de o ficheiro da PIDE/DGS consultado para a construir poder não conter exactamente as fichas de todos os presos. Todavia, achamos que esta margem, que poderá ser por volta de 15% segundo os responsáveis do Arquivo, não invalida na essência o estudo, o qual não pretende ser exaustivo de toda a repressão política durante o Estado Novo, mas sim analisar de forma estatística as características, pessoais e de detenção, do grupo dos estudantes presos. Por outro lado, pode-se dizer que um trabalho estatístico que considere uma amostra de 85% dos casos totais tem um grau de validade bastante razoável.

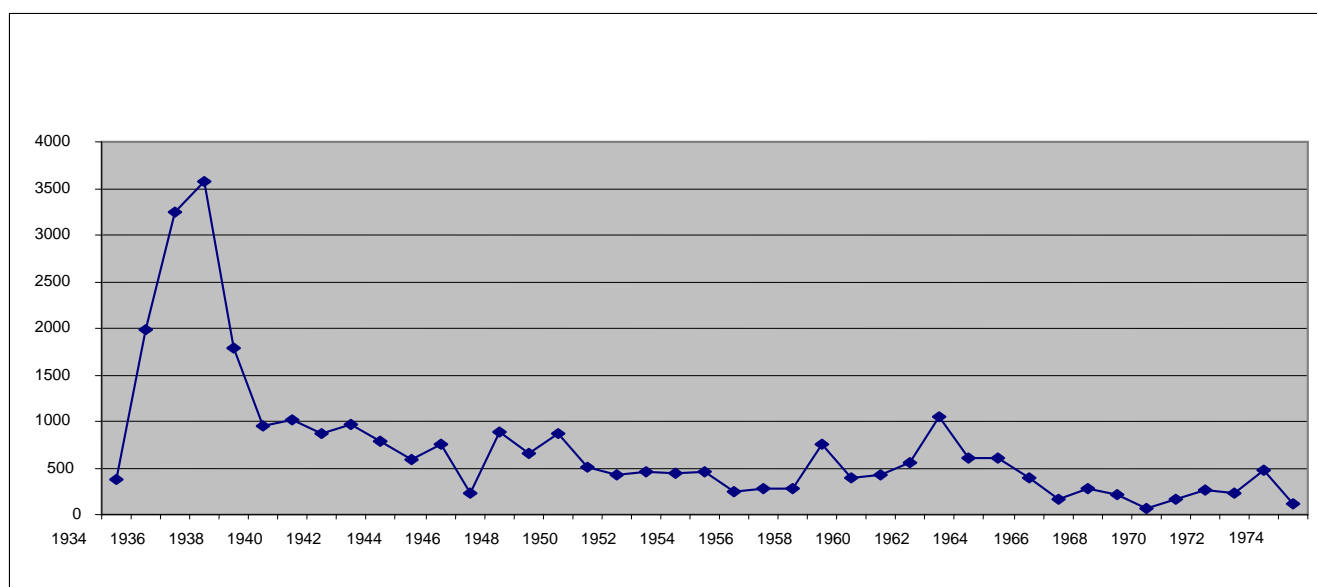
Na construção da base de dados relativa ao grupo dos estudantes detidos pela PIDE entre 1956 e 1974, considerámos sobretudo duas ordens de características: relativas aos presos e relativas à prisão. No que diz respeito à primeira ordem de características, considerámos os seguintes elementos: género, idade, naturalidade, “cor” (este último elemento é referido com a mesma definição que aparece na ficha original). Relativamente à segunda ordem de características, considerámos em primeiro lugar os elementos relativos à captura: autoridade que procedeu à captura, local e data da mesma. Em segundo lugar, considerámos os elementos relativos à prisão: instituição ou instituições penitenciárias onde se concretizou a detenção, realização ou não do processo, tipo e duração de pena atribuída pelo eventual processo, tempo de detenção à espera ou em ausência de processo, tempo efectivo de detenção. Outros elementos averiguados têm a ver, por outro lado, com os “imprevistos” da prisão como: tipo e duração de eventuais baixas em enfermarias penitenciárias, hospitais ou hospitais psiquiátricos; tipo, motivação e duração de eventuais punições. Finalmente, é oportuno sublinhar que, no caso de um mesmo indivíduo sofrer diferentes períodos de detenção, estes períodos serão considerados de forma independente, como se tratasse de diferentes presos.

A seguir, apresentamos, antes de mais, a curva sintética das prisões efectuadas pela PIDE/DGS entre 1934, altura da instauração do Estado Novo, e 1974, altura do seu fim (gráfico 9). Com respeito a este período, o dado

Efervescência Estudantil

que emerge logo é que o momento em que as prisões são mais numerosas coincide com os anos de consolidação do regime e, por outro lado, com o eclodir da guerra civil de Espanha. Os surtos de prisões dos anos seguintes nunca chegarão verdadeiramente a ser comparáveis com a vaga de repressão inicial. Relativamente ao período mais especificadamente considerado pelo nosso trabalho (1956 e 1974), vemos um crescimento das prisões entre 1958 e 1959, logo depois das “eleições Delgado” e uma outra vaga entre 1963 e 1964, logo depois do pico do primeiro ciclo de protesto (1962). A seguir a 1967, o momento que vimos ser o menos conflitual durante os anos Sessenta, temos igualmente um ponto bastante baixo na trajetória das prisões, enquanto 1970 representa o ano em absoluto com o menor número de detenções em toda a história do Estado Novo. Isso poderá muito provavelmente estar ligado às mudanças institucionais introduzidas pelo marcelismo e que atingiram também a gestão e o controlo do conflito social. Todavia, estas mudanças revelaram-se efémeras e as prisões voltaram a subir atingindo em 1973 um novo surto, que atingiu sobretudo estudantes, sendo 1973 o ano em que houve mais estudantes presos, uma tendência que continuou, e até se acentuou, nos primeiros meses de 1974.

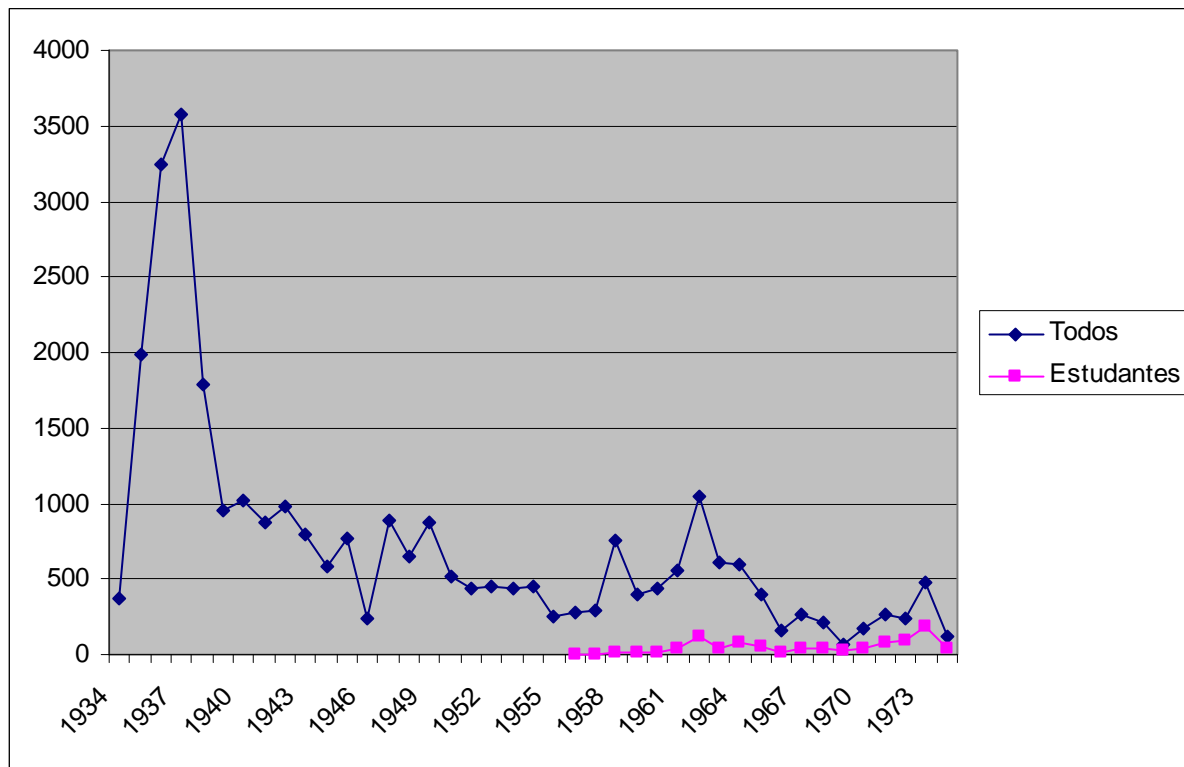
Gráfico 9. Prisões efectuadas pela PIDE/DGS entre 1934-1974 (todos os presos)



No gráfico 10 temos comparado a linha expressa pelo gráfico 9, respeitante todas as categorias de presos entre 1934 e 1974, com a linha relativa apenas aos estudantes presos entre 1956 e 1974.

Efervescência Estudantil

Gráfico 10. Prisões efectuadas pela PIDE DGS
Todos os presos (1934-1974) e só estudantes (1956-1974)



No gráfico 11, extraímos, do total dos presos entre 1956 e 1974, o grupo dos estudantes, a fim de analisar de forma mais específica a relação entre conflito estudantil e outros conflitos. Temos assim duas linhas, uma respeitante a todas as categorias, excluindo os estudantes, uma que diz respeito apenas aos estudantes. A primeira constatação que pode surgir é que as duas linhas coincidem em muitos pontos e têm um percurso semelhante. Todavia, a linha representando os estudantes atinge o seu pico em 1973, quando os estudantes, sendo mais de a metade de todos os presos, chegam a representar a categoria social mais atingida pelas prisões políticas. Mas se o ano em que temos o maior número de estudantes presos é 1973, o ano em que temos mais episódios conflituais protagonizados por estudantes é 1962. Muito provavelmente, esta discrepância remete, como vimos, para a maior radicalidade e politização dos estudantes envolvidos em acções contenciosas nos últimos anos do regime e também para a maior “transgressão” – e por vezes violência – das próprias acções. Por outro lado, o facto de os estudantes, as futuras elites do país, serem a categoria mais atingida pelas prisões na vigília da revolução parece-nos bastante significativo da perda do consenso do Estado Novo em ambientes determinantes.

Gráfico 11. Prisões efectuadas pela PIDE/DGS entre 1956-1974: outras categorias e estudantes

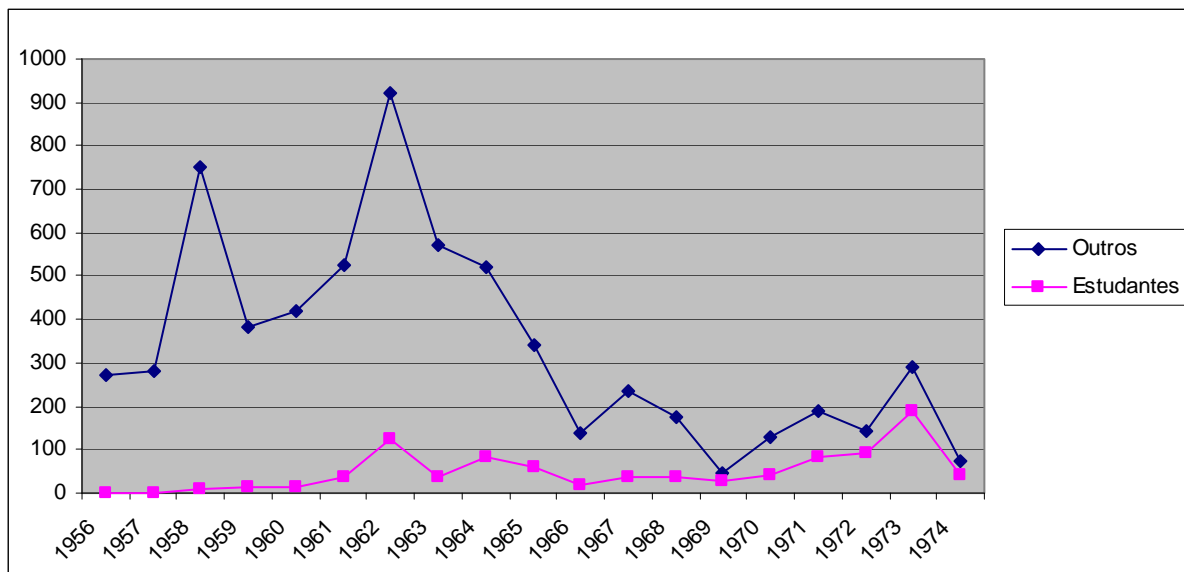
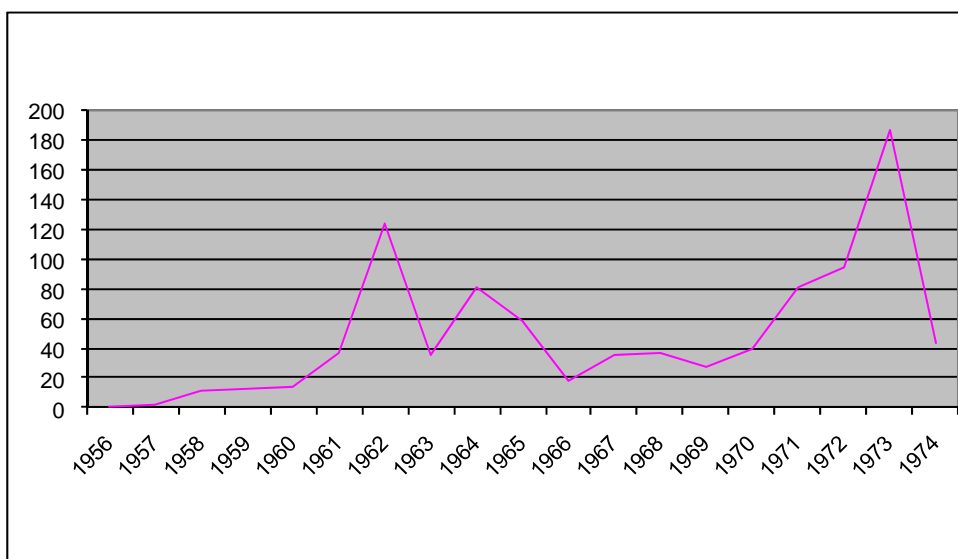


Gráfico 12. Prisões efectuadas pela PIDE/DGS entre 1956 e 1974 (só estudante)



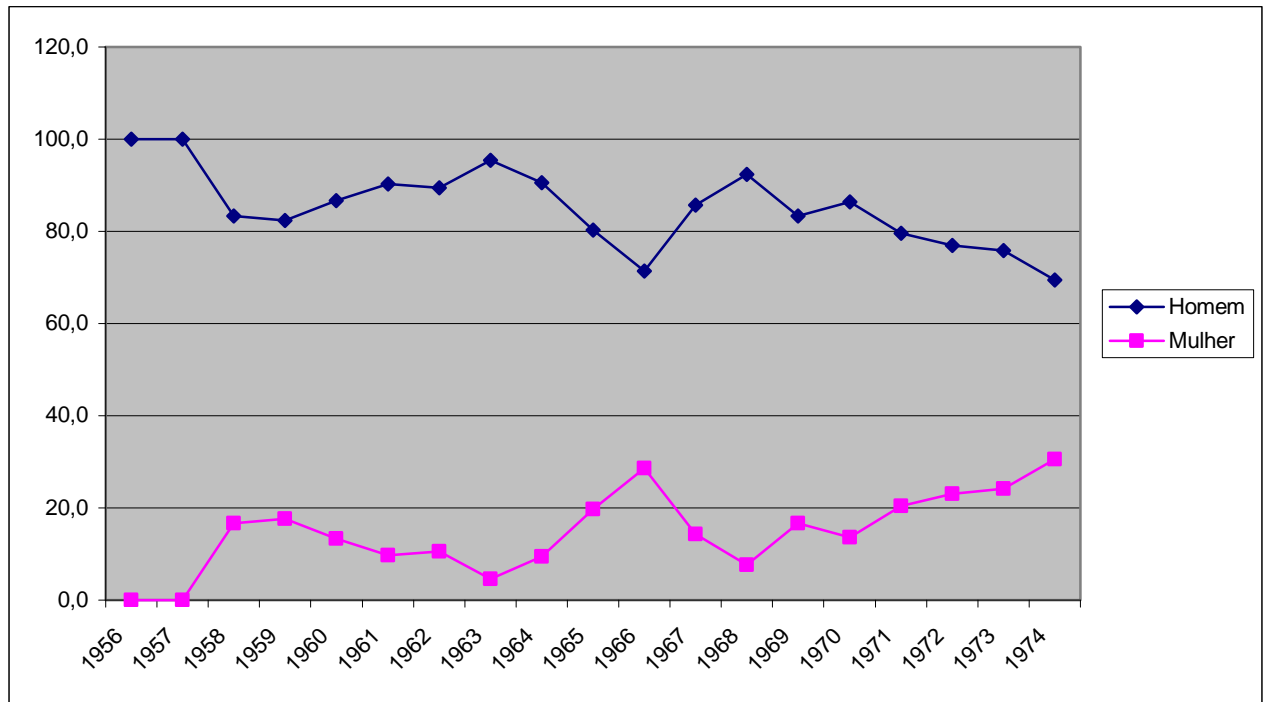
Nos seguintes gráficos, considerámos as características pessoais dos estudantes presos, tendo em consideração, como já adiantámos, elementos como o género, a idade, a naturalidade e a cor. Estes factores serão analisados singularmente, depois cruzados entre si e, por último, cruzados com outros elementos relativos às características da detenção, como: tempo de detenção efectiva, baixas em hospitais psiquiátricos (muito relevante relativamente ao factor “cor”), duração da pena atribuída pelo eventual processo.

No que diz respeito ao género dos estudantes presos por ano (gráfico 13), vemos antes de mais que o número de mulheres presas, com respeito aos homens, aumenta ao longo dos anos de forma significativa, embora não sempre progressiva. Por exemplo, o número das prisões femininas e masculinas aproxima-se muito em 1966 – o ano em que, juntamente com 1974, se concentram a maioria das capturas de estudantes mulheres – para

Efervescência Estudantil

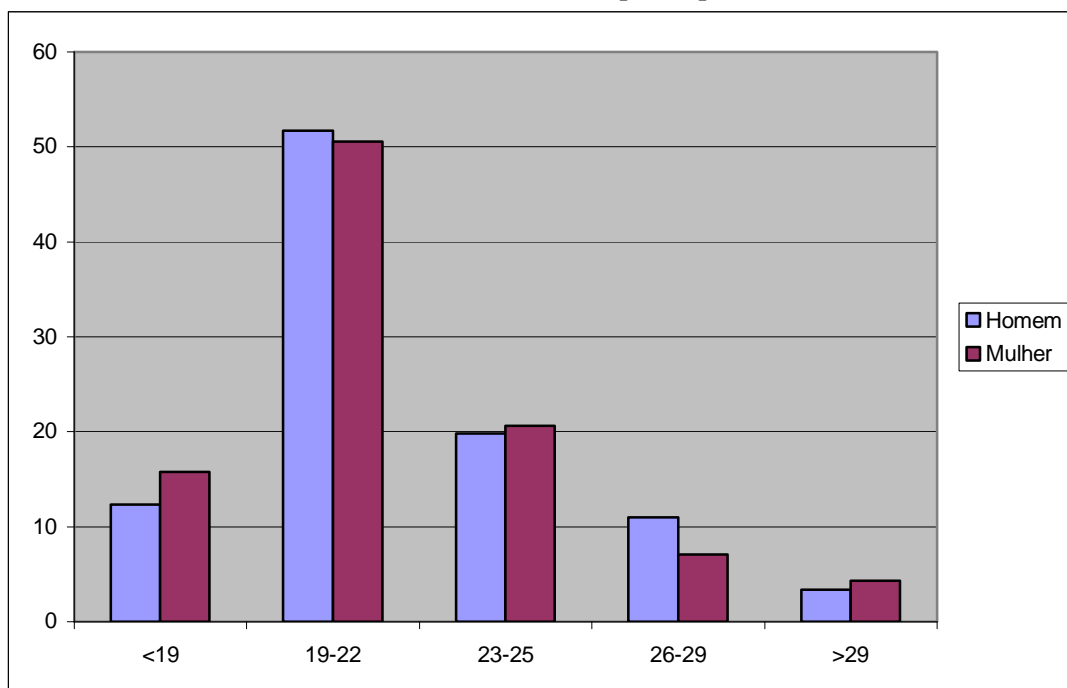
depois voltar a se afastar muito em 1968. Todavia, nos últimos anos do regime, é evidente uma aproximação cada vez mais regular entre as prisões femininas e as masculinas.

Gráfico 13. Género de estudantes presos por ano em percentagem



O gráfico 14 descreve o género dos estudantes presos com respeito à sua idade, que, como se pode ver, exprimimos em faixas de anos, desde uma idade mínima menor de 19 anos até uma idade máxima maior de 29 anos, sendo que o 0 representa os casos sem informação. Como se pode ver, para ambos os sexos a faixa de idade mais representada e a compreendida entre 19 e 22 anos, ou seja, a que diz respeito a estudantes que se encontram nos primeiros anos da universidade. Normalmente, não há grandes diferenças entre a idade dos presos segundo o sexo, todavia, aparece significativo que as mulheres sejam mais representadas dos homens quer na faixa de idade mais baixa (< 19 ano) quer na faixa de idade mais alta (> 29 anos)

Gráfico 14. Género dos estudantes presos por faixa de idade



A tabela 5 indica a faixa de idade dos estudantes presos em relação ao ano em que foram capturados. Vemos logo que a idade que parece em absoluto como a mais representada em todos os anos é a compreendida entre 19 e 22 anos, seguida pela faixa de idade 23-25. Todavia, aparece muito significativo que em 1973, o ano com o maior número em absoluto de prisões estudantis, a idade que considerámos mínima, ou seja, menor de 19 anos, conhece o seu pico, sendo também a segunda idade em absoluto mais representada, depois da faixa 19-22. Também sabemos, da análise qualitativa que temos desenvolvido nos Arquivos da PIDE/DGS e da literatura existente sobre o tema, que de facto nos últimos anos do regime a agitação estudantil começa a envolver de forma cada vez mais extensa os ambientes da escola secundária. Por outro lado, é indicativo que 1963, o segundo ano com o maior número de prisões totais de estudantes depois de 1973, seja também o segundo ano com o maior número de estudantes presos na faixa de idade mínima e, também neste caso, o ano em que os estudantes com menos de 19 anos sejam os segundos mais representados. O mesmo discurso vale para o ano de 1965, o terceiro momento com o maior número de prisões totais e de prisões de menores de 19 anos. Todos estes momentos seguem, como vimos, normalmente de um ano os picos dos ciclos de protesto. Isso significa que a difusão do movimento estudantil das universidades às escolas secundárias conhece uma aceleração nos momentos de mais intensa conflitualidade. A faixa de idade entre 26 e 29 anos, normalmente uma das menos representadas, atingiu em 1958 a percentagem significativa de 33,3%. Todavia, os estudantes presos em 1958 e 1959 são muito provavelmente mais ligados às mobilizações da campanha Delgado do que ao movimento estudantil, isso podendo justificar uma sua maior idade. Por fim, a faixa de idade menos representada em geral, mas que vimos ser mais significativa para o grupo das mulheres, é a dos estudantes com mais de 29 anos, sendo por outro lado um dado não muito relevante, do momento que os jovens daquela idade normalmente já tinham completado o seu ciclo de estudos.

Tabela 5. Faixa de idade dos estudantes presos por ano

	<19	19-22	23-25	26-29	>29
1956	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
1957	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0
1958	0,0	50,0	16,7	33,3	0,0
1959	5,9	47,1	35,3	5,9	5,9
1960	6,7	46,7	26,7	6,7	13,3
1961	9,8	36,6	26,8	17,1	9,8
1962	7,2	51,3	19,7	15,1	5,3
1963	15,9	56,8	9,1	6,8	9,1
1964	7,1	61,2	17,6	11,8	1,2
1965	15,5	42,3	23,9	12,7	2,8
1966	14,3	50,0	14,3	0,0	14,3
1967	11,9	45,2	26,2	16,7	0,0
1968	7,7	59,0	20,5	7,7	0,0
1969	10,0	53,3	23,3	6,7	6,7
1970	13,6	36,4	34,1	11,4	2,3
1971	8,6	55,9	20,4	11,8	2,2
1972	13,5	52,9	18,3	12,5	1,9
1973	24,2	53,6	15,6	3,8	2,4
1974	10,2	53,1	18,4	4,1	4,1

Na tabela seguinte (6) estudámos a naturalidade dos estudantes presos segundo o ano da captura. O primeiro dado significativo que emerge é o repentino aumento de estudantes oriundos das colónias em 1961, em correspondência com o começo das guerras coloniais, quando atingem 34% no conjunto dos estudantes presos naquele ano. As prisões de estudantes das colónias continuam, embora de forma menos intensa, em 1962 e depois voltam a aumentar em 1963, depois da grande crise académica de 1962 e num momento de, como vimos, intensa repressão do movimento estudantil em geral. As prisões de estudantes das colónias conhecem depois mais um pico em 1965, outra altura de forte repressão geral do movimento estudantil e em 1970, a seguir à crise académica de Coimbra, na qual foram de facto envolvidos muitos estudantes oriundos das “províncias ultramarinas” que tinham vindo a estudar para aquela cidade. Neste último caso trata-se, na maioria, como emerge pela análise qualitativa e pela literatura sobre o tema, mas também pelas seguintes tabelas que consideram o factor da “cor”, de estudantes brancos, filhos de colonos portugueses.

Efervescência Estudantil

Tabela 6. Naturalidade dos estudantes presos por ano

	Sem resposta	Portugal	Colónias	Europa	Outros
1956	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1957	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1958	58,3	33,3	8,3	0,0	0,0
1959	11,8	76,5	11,8	0,0	0,0
1960	20,0	66,7	0,0	0,0	13,3
1961	4,9	61,0	34,1	0,0	0,0
1962	21,1	68,4	10,5	0,0	0,0
1963	11,4	63,6	25,0	0,0	0,0
1964	9,4	84,7	5,9	0,0	0,0
1965	7,0	73,2	18,3	1,4	0,0
1966	7,1	71,4	14,3	7,1	0,0
1967	2,4	83,3	9,5	4,8	0,0
1968	7,7	89,7	2,6	0,0	0,0
1969	6,7	76,7	13,3	0,0	3,3
1970	4,5	72,7	22,7	0,0	0,0
1971	12,9	79,6	3,2	4,3	0,0
1972	4,8	83,7	9,6	1,0	1,0
1973	7,6	85,8	5,7	0,0	0,9
1974	0,0	81,6	16,3	0,0	2,0

Na tabela 7 considerámos a “cor” dos estudantes presos, que quase sempre era especificada na ficha de detenção pessoal. Evidentemente, como adiantámos no parágrafo anterior, a cor nem sempre está relacionada com a naturalidade, sendo muitos estudantes oriundos das colónias brancos. Todavia, como no caso dos estudantes oriundos das colónias, temos um pico de prisões de estudantes negros e mestiços em 1961, aquando do início da guerra colonial. Temos igualmente outro surto de capturas de estudantes negros em 1965, igualmente aos estudantes naturais das colónias, mas, enquanto estes últimos voltam a aumentar em 1970, os estudantes negros presos naquele ano não são muitos. Esta última consideração remete para quanto já foi afirmado, que os estudantes envolvidos na crise de Coimbra de 1969 e oriundos das colónias eram sobretudo originários de famílias de colonos portugueses brancos.

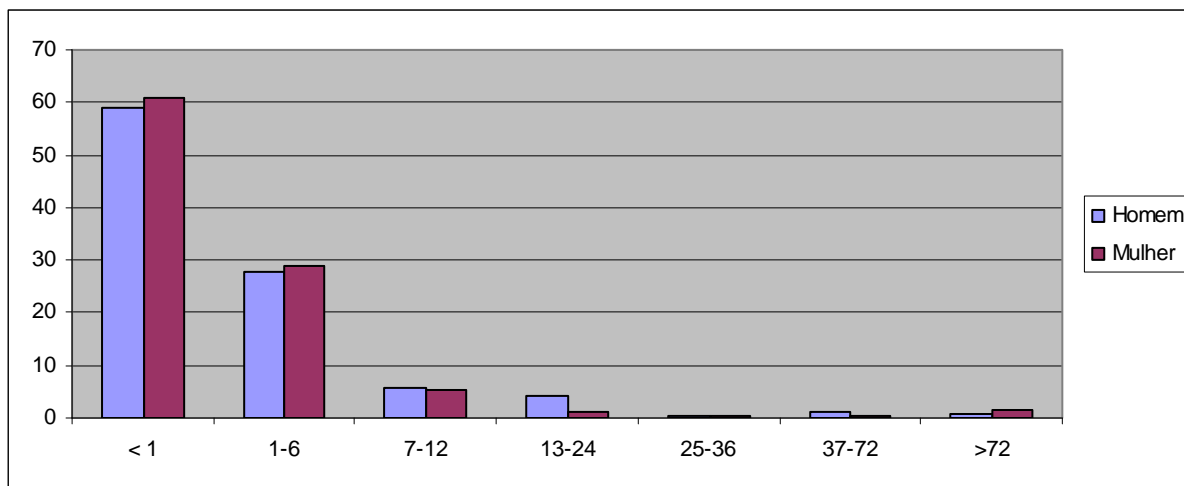
Efervescência Estudantil

Tabela 7. “Cor” dos estudantes presos por ano

	Sem resposta	Branco	Negro	Mestiço
1956	0,0	100,0	0,0	0,0
1957	0,0	100,0	0,0	0,0
1958	0,0	91,7	8,3	0,0
1959	0,0	100,0	0,0	0,0
1960	0,0	100,0	0,0	0,0
1961	0,0	73,2	17,1	9,8
1962	0,0	98,7	0,7	0,7
1963	2,3	86,4	9,1	2,3
1964	0,0	97,6	1,2	1,2
1965	4,2	83,1	12,7	0,0
1966	0,0	100,0	0,0	0,0
1967	0,0	97,6	2,4	0,0
1968	0,0	100,0	0,0	0,0
1969	0,0	96,7	3,3	0,0
1970	0,0	88,6	4,5	6,8
1971	0,0	100,0	0,0	0,0
1972	1,0	98,1	1,0	0,0
1973	0,0	100,0	0,0	0,0
1974	0,0	100,0	0,0	0,0

No gráfico 15 analisamos o género dos estudantes presos com respeito ao tempo de detenção efectiva. O tempo de detenção, considerado em faixas de meses, varia entre menos de um mês e mais de 72 meses, enquanto como detenção efectiva se entende o tempo passado efectivamente na prisão, antes e depois do eventual processo. Como se vê, os tempos de detenção efectiva não variam muito entre homens e mulheres, todavia, aparece significativo que para tempos de detenção efectiva de mais de 72 meses, as mulheres sejam representadas (em percentagem) o duplo dos homens. Em termos numerais, encontramos 6 estudantes homens e 3 mulheres que permanecem em estado de detenção por períodos superiores a 72 meses.

Gráfico 15. Género dos estudantes presos por tempo de detenção efectiva (percentagem)



Efervescência Estudantil

Com respeito ao tempo de detenção em relação à idade dos estudantes presos, tabela 8, vê-se que a faixa de idade cujo tempo de detenção é maior é a compreendida entre 26 e 29 anos, pertencendo com certeza a este grupo os estudantes mais estavelmente enquadrados em “organizações subversivas”. Por outro lado, os estudantes entre 19 e 22, que vimos ser a faixa de idade em absoluto mais representada entre os estudantes presos de todos os anos, são os que permanecem menos tempo em prisão, seguidos pelos estudantes mais jovens, ou seja menores de 19 anos, os quais, temos que lembrar, podiam também ser menores. Estes últimos, na maioria dos casos, ficam em estado de detenção menos de um mês.

Tabela 8. Idade dos estudantes presos por tempo de detenção

	<19	19-22	23-25	26-29	>29
< 1	16,9	51,7	17,9	8,1	3,3
1-6	7,1	53,5	22,9	12,1	3,0
7-12	6,5	56,5	19,4	16,1	1,6
13-24	7,5	40,0	30,0	12,5	10,0
25-36	0,0	50,0	16,7	16,7	16,7
37-72	0,0	30,0	40,0	20,0	10,0
>72	0,0	22,2	11,1	55,6	11,1

Na próxima tabela, tabela 9, analisámos qual era a cor dos estudantes que sofreram baixas em hospitais psiquiátricos, pois, de um primeiro exame dos dados, tínhamos percebido que foram sobretudo os estudantes negros a sofrerem este tipo de hospitalização. A análise estatística confirma as primeiras impressões: de facto, se apenas o 0,4% de estudantes brancos tiveram baixas em hospitais psiquiátricos, no caso dos estudantes negros este dado atinge 7,1%.

Tabela 9. “Cor” dos estudantes que sofreram baixas em hospitais psiquiátricos

	Sem resposta	Branco	Negro	Mestiço
Sim	0,00%	0,40%	7,10%	0,00%
Não	100,00%	99,60%	92,90%	100,00%

Na tabela 10, o género dos estudantes presos é posto em relação à pena atribuída, considerada em faixas de meses, no caso de ter sido realizado um processo. Nesta situação, os homens tinham um tratamento mais duro, muito provavelmente devido não a um especial cuidado para com as mulheres por parte das autoridades, mas às posições de maior responsabilidade que os homens tinham em organizações subversivas. Todavia, como no caso da relação entre género e tempo de detenção efectiva, também neste caso pode-se ver que as mulheres são mais representadas com respeito aos homens na faixa máxima, ou seja a das penas maiores de 72 meses, na qual elas atingem mais uma vez uma percentagem quase o duplo dos colegas. Isso significa também, por outro lado, que as mulheres que ficavam muito tempo presas eram julgadas e que, portanto, o tempo efectivo correspondera indicativamente ao tempo da pena, coisa que representa uma, ainda que mínima, garantia jurídica.

Tabela 10. Género dos estudantes presos por duração da pena atribuída⁴⁹⁴ em caso de processo

(C)	Home	Mulher
1-6	5,6	4,3
7-12	9,7	4,3
13-24	45,8	52,2
25-36	6,3	4,3
37-72	5,6	0,0
>72	2,8	4,3

⁴⁹⁴ A duração da pena é definida em faixas de meses, com um mínimo de menos que um mês e um máximo de mais de 72 meses.

Efervescência Estudantil

A tabela 11 relaciona a cor dos estudantes presos com o tempo de detenção efectiva. O primeiro dado que emerge é que os brancos são mais representados, com o 60,9%, na faixa do tempo de detenção efectiva de < 1 mês, enquanto os negros, sempre 60,7%, concentram-se mais na faixa de entre 1 e 6 meses. Os mestiços são igualmente distribuídos entre estas duas faixas, sendo o 30% dos que permaneceram em prisão menos de um mês e o 30% dos que permaneceram de entre 1 e 6 meses. Outro dado muito significativo é que os estudantes negros são os mais representados, com uma margem bastante significativa, entre os estudantes que sofreram estadias prisionais de mais de 72 meses, atingindo com respeito a este factor o 10,7%, contra o 0,6% dos brancos e o 0 dos mestiços. Os estudantes mestiços são, por outro lado, muito representados, com 20%, na faixa entre 13 e 24 meses, mas são também o grupo maioritário, com 10% face a 0,8 dos brancos e a 3,6 dos negros, na faixa entre 37 e 72 meses de detenção.

Tabela 11. “Cor” dos estudantes presos por tempo de detenção efectiva⁴⁹⁵

	Sem resposta	Branco	Negro	Mestiço
Sem informação	0,0	0,8	3,6	0,0
< 1	40,0	60,9	17,9	30,0
1-6	60,0	26,8	60,7	30,0
7-12	0,0	6,0	0,0	10,0
13-24	0,0	3,7	0,0	20,0
25-36	0,0	0,5	3,6	0,0
37-72	0,0	0,8	3,6	10,0
>72	0,0	0,6	10,7	0,0

A tabela seguinte, 12, também considera a cor dos estudantes, mas neste caso em relação à pena atribuída, sempre considerada em faixas de meses, pelo eventual processo. O primeiro dado relevante a emergir é que nenhum dos estudantes negros julgados teve penas inferiores a 25-36 meses, isso significando também que nenhum dos estudantes negros que permaneceu em prisão por períodos de entre 1 mês e dois anos teve direito a um processo. Além disso, os estudantes negros julgados tiveram na absoluta maioria dos casos penas de entre 37 a mais de 72 meses, enquanto, os estudantes brancos tiveram sobretudo penas de entre 13 e 24 meses.

Tabela 12. “Cor” dos estudantes presos por duração da pena atribuída em caso de processo

	Branco	Negro	Mestiço
1-6	5,7	0,0	0,0
7-12	9,4	0,0	0,0
13-24	47,8	0,0	66,7
25-36	5,7	20,0	0,0
37-72	3,1	40,0	33,3
>72	1,9	40,0	0,0

Na próxima tabela, 13, analisa-se a pena atribuída em caso de processo aos estudantes presos em função da sua naturalidade. As penas maiores foram atribuídas a estudantes oriundos das colónias, os quais são também os mais representados na faixa de penas de entre 13 e 24 meses. As penas que se incluem nesta faixa são por outro lado maioritárias entre todos os grupos de estudantes. Com respeito aos estudantes das colónias, todavia, a segunda faixa de pena mais frequente é de entre 37 e 72 meses, enquanto para os estudantes oriundos de Portugal é a faixa de 7-12 meses.

⁴⁹⁵ Por tempo de detenção efectiva entende-se o tempo de permanência na prisão total, compreendendo o período anterior ao processo, no caso de haver processo, e o período sucessivo, quando a detenção é a aplicação da pena atribuída. Obviamente a análise reúne também os casos em que não houve processo ou em que o preso saiu logo depois do processo, ou por se considerar que a prisão preventiva correspondia à pena atribuída ou porque o imputado era absolvido.

Tabela 13. Naturalidade dos estudantes presos por duração da pena atribuída em caso de processo.

	Portugal	Colónias	Europa	Outros
Sem informação	27,5	7,7	0	0
1-6	5,8	3,8	0	0
7-12	10,0	7,7	0	0
13-24	45,8	50,0	0	0
25-36	5,8	7,7	0	0
37-72	3,3	15,4	0	0
>72	1,7	7,7	0	0

Para tentar uma breve síntese das análises desenvolvidas nas páginas anteriores, podemos antes de mais dizer que em geral o tipo de estudante que era submetido a tratamentos mais duros era de género masculino e negro. Seguiam-se logo depois os estudantes de género masculino das colónias, mas não necessariamente negros, os estudantes brancos oriundos de Portugal e, por fim, as estudantes. Por outro lado, a maior parte das estudantes presas, 33,3% do total, têm tempos de detenção superiores a 72 meses. A mesma coisa acontece com respeito às penas atribuídas em caso de processo: à maior parte das estudantes presas, 20%, são atribuídas penas máximas, ou seja, de mais de 72 meses. Isso significa também que, na maioria dos casos, as estudantes que ficaram em prisão por períodos muito compridos foram processadas. A mesma coisa não acontece, como vimos, no caso dos estudantes negros, os quais podiam permanecer detidos durante períodos muito compridos sem serem julgados ou sem que a detenção efectiva correspondesse à pena atribuída, mas sim ao arbítrio das autoridades. Isso significa que os estudantes negros tinham muito menos garantias jurídicas. A existência ou não do processo e as penas por ele atribuídas parece-nos um elemento bastante saliente da análise: ainda que se tratasse de processos políticos.

Na tabela seguinte averiguámos, segundo os anos, quais foram as autoridades que procederam à captura. Emerge desde logo que a PIDE/DGS é geralmente maioritária até 1969, quando começa a ser ultrapassada pela PSP, cujo papel aumenta exponencialmente chegando a atingir em 1973, o ano com o maior número de prisões de estudantes, 74%. Nos primeiros quatro meses de 1974, até 25 de Abril – quando, como vimos, a vaga de prisões contra estudantes continua de forma crescente – a PSP chega a realizar enfim 91,8% do total das capturas de estudantes. A maior intervenção da PSP remete essencialmente para o aumento de acções de rua, face à actividade clandestina e escondida, que temos vindo a estudar ao longo do nosso estudo e que está relacionada com a afirmação dos grupos de extrema-esquerda. A maioria das acções contenciosas dos últimos anos do regime foram no espaço urbano público, como por outro lado teorizado pelas organizações da nova esquerda e este era o espaço típico de intervenção da PSP.

Efervescência Estudantil

Tabela 14. Autoridade que procedeu à captura de estudantes

	GNR	PIDE/DGS	PSP	Polícia Estrangeira	Outros
1956	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
1957	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
1958	0,0	91,7	8,3	0,0	0,0
1959	0,0	76,5	23,5	0,0	0,0
1960	0,0	73,3	26,7	0,0	0,0
1961	0,0	82,9	17,1	0,0	0,0
1962	1,3	67,1	27,6	0,7	1,3
1963	0,0	65,9	34,1	0,0	0,0
1964	0,0	62,4	37,6	0,0	0,0
1965	1,4	84,5	14,1	0,0	0,0
1966	0,0	92,9	7,1	0,0	0,0
1967	9,5	76,2	2,4	4,8	2,4
1968	0,0	51,3	46,2	0,0	0,0
1969	10,0	63,3	26,7	0,0	0,0
1970	2,3	47,7	50,0	0,0	0,0
1971	1,1	44,1	53,8	1,1	0,0
1972	4,8	73,1	22,1	0,0	0,0
1973	0,9	24,2	74,4	0,0	0,0
1974	0,0	8,2	91,8	0,0	0,0

Nesta tabela, 15, vemos que a GNR é a primeira força de intervenção em Coimbra, onde realiza 15,8% das capturas, face aos 13,2% da PIDE/DGS e aos 9,1% da PSP, mas também fora das principais cidades, onde chega a 26,3%. Em Lisboa, por outro lado, a força que intervém mais nas capturas de estudantes é a PSP, enquanto no Porto é a PIDE/DGS. Entre as autoridades especificadas, portanto excluindo “outros”, a GNR é também a mais activa em Portugal fora das grandes cidades, seguida da polícia estrangeira, que na maior parte dos casos é a polícia espanhola que controla as fronteiras.

Tabela 15. Autoridade que procedeu à captura de estudantes por local

	Sem resposta	GNR	PIDE/DGS	PSP	Polícia Estrangeira	Outros
Sem resposta	14,3	0,0	0,5	0,2	0,0	0,0
Lisboa	85,7	57,9	68,5	80,0	25,0	66,7
Coimbra	0,0	15,8	13,2	9,1	0,0	0,0
Porto	0,0	0,0	10,3	8,6	0,0	0,0
Outros Portugal	0,0	26,3	3,7	2,0	25,0	33,3
Colónias	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Estrangeiro	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0
Vilar Formoso	0,0	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0

Relativamente ao local, a tabela seguinte, 16, evidencia que o sítio onde se concentram mais as capturas de estudantes é Lisboa a qual, só em 1960 é ultrapassada pelo Porto e em 1961 por Coimbra. Em linha com as fases dos ciclos de protesto e com o tipo de actividade contenciosa, vemos que em 1961, altura do início das guerras coloniais, temos o pico, seja dos estudantes presos nas colónias (possivelmente por pertencerem aos movimentos

Efervescência Estudantil

independentistas), seja dos estudantes presos em Vilar Formoso, na fronteira com a Espanha (possivelmente desertores), sendo 7,3% nos dois casos. A percentagem de estudantes presos em Portugal fora das grandes cidades tem por seu lado um surto em 1957, 50%, e outro menor em 1966, 14,3%. Por fim, parece interessante observar que no Porto, uma cidade que depois da revolução foi cenário de uma intensa conflitualidade, temos nos últimos anos do regime mais prisões que em Coimbra, estabilizando-se por volta de 10% do total das prisões.

Tabela 16. Local da captura de estudantes por ano

(R)	Sem resposta	Lisboa	Coimbra	Porto	Outros Portugal	Colónias	Estrangeiro	Vilar Formoso
1956	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1957	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0
1958	0,0	75,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1959	0,0	41,2	23,5	29,4	5,9	0,0	0,0	0,0
1960	0,0	46,7	0,0	53,3	0,0	0,0	0,0	0,0
1961	0,0	31,7	51,2	0,0	2,4	7,3	0,0	7,3
1962	1,3	55,9	25,0	11,8	2,6	0,0	0,0	3,3
1963	0,0	61,4	18,2	13,6	4,5	0,0	0,0	2,3
1964	1,2	77,6	4,7	9,4	3,5	2,4	0,0	1,2
1965	0,0	93,0	1,4	0,0	4,2	0,0	0,0	1,4
1966	0,0	50,0	7,1	21,4	14,3	0,0	0,0	7,1
1967	0,0	61,9	11,9	14,3	4,8	0,0	4,8	2,4
1968	0,0	76,9	2,6	7,7	7,7	0,0	0,0	5,1
1969	0,0	80,0	0,0	6,7	10,0	0,0	0,0	3,3
1970	2,3	81,8	0,0	4,5	9,1	2,3	0,0	0,0
1971	0,0	71,0	22,6	1,1	5,4	0,0	0,0	0,0
1972	1,0	80,8	5,8	10,6	1,0	0,0	0,0	1,0
1973	0,0	88,6	0,5	10,0	0,9	0,0	0,0	0,0
1974	0,0	73,5	14,3	10,2	2,0	0,0	0,0	0,0

Dos crimes e das penas

Na tabela 17 analisamos o tempo efectivo passado em estado de detenção pelos estudantes que depois foram processados e absolvidos. Por exemplo, todos os estudantes presos em 1956, 1959 e 1970 que ficaram na prisão entre 7 e 12 meses foram depois processados e absolvidos. Esta mesma situação repete-se para todos os estudantes presos em 1965 que foram julgados e absolvidos depois de terem ficado em prisão entre 1 e 6 meses. Há ainda algumas situações em que os estudantes permaneceram em prisão por períodos mais compridos para depois serem julgados inocentes. Acontece por exemplo em 1962, quando 14,3% dos estudantes julgados e absolvidos tinha ficado detido durante um período de entre 25 e 36 meses, enquanto em 1961 esta situação atinge os 11,1% dos estudantes que tinham permanecido em prisão entre 37 e 72 meses.

Efervescência Estudantil

Tabela 17. Tempo de detenção efectiva dos estudantes presos que foram processados e absolvidos

	< 1	1-6	7-12	13-24	25-36	37-72	>72
1956	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1959	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1960	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1961	11,1	77,8	0,0	0,0	0,0	11,1	0,0
1962	85,7	0,0	0,0	0,0	14,3	0,0	0,0
1964	28,6	57,1	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0
1965	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1970	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1971	66,7	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0
1972	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Na tabela 18 analisamos a relação entre estudantes processados e não processados por ano. Emerge claramente que em absoluto a percentagem dos estudantes presos e nunca processados é sempre maior, embora com algumas significativas variações em 1959 e em 1965, quando a percentagem dos processados e dos não processados chega a ser quase igual.

Tabela 18. Estudantes presos processados por ano

	Sim	Não	Absolvido
1956	100,0	0,00	100,00
1957	0,0	100,00	0,00
1958	8,3	91,67	0,00
1959	47,1	52,94	5,88
1960	13,3	86,67	6,67
1961	24,4	75,61	21,95
1962	10,5	89,47	4,61
1963	4,5	95,45	0,00
1964	31,8	68,24	8,24
1965	42,3	57,75	14,08
1966	14,3	85,71	0,00
1967	11,9	88,10	0,00
1968	7,7	92,31	0,00
1969	6,7	93,33	0,00
1970	20,5	79,55	2,27
1971	14,0	86,02	3,23
1972	21,2	78,85	1,92
1973	7,1	92,89	0,00
1974	0,0	100,00	0,00

A tabela 19 evidencia quanto tempo os estudantes que nunca foram processados permaneceram detidos. Vemos que a maior parte deles teve períodos de detenção de menos de um mês, mas muitos também de entre 1 e 6 meses.

Tabela 19. Tempo de prisão efectiva dos estudantes presos que não foram processados

	Sem informação	< 1	1-6	7-12	13-24	25-36	37-72	>72
1957	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1958	0,0	36,4	63,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1959	11,1	66,7	22,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1960	0,0	46,2	46,2	0,0	7,7	0,0	0,0	0,0
1961	0,0	61,3	35,5	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0
1962	0,7	84,6	13,2	0,7	0,7	0,0	0,0	0,0
1963	0,0	66,7	31,0	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0
1964	0,0	81,0	17,2	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0
1965	7,3	41,5	51,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1966	8,3	66,7	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1967	2,7	64,9	32,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1968	5,6	72,2	22,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1969	0,0	96,4	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1970	0,0	71,4	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1971	0,0	43,8	56,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1972	0,0	50,0	34,1	3,7	12,2	0,0	0,0	0,0
1973	0,0	74,5	22,4	2,6	0,5	0,0	0,0	0,0
1974	0,0	89,8	10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Como se apreende da tabela 20, a maior parte dos estudantes não processados teve tempos de detenção inferiores a um mês, enquanto a maior parte dos estudantes processados sofreram detenções efectivas – ou seja considerando o período de prisão à espera do processo mais o período seguinte – de entre 1 e 6 meses, seguidas por detenções de 7 e 12 meses. Isso significa que era possível e provável passar até um ano na prisão sem nunca chegar a ser processado.

Tabela 20. Tempo de detenção efectiva: proporção entre estudantes presos processados e estudantes presos não processados

	< 1	1-6	7-12	13-24	25-36	37-72	>72
Sim	2,4	17,2	80,6	67,5	100,0	100,0	100,0
Não	97,6	82,8	19,4	32,5	0,0	0,0	0,0
Absolvido	1,7	7,7	9,7	0,0	16,7	10,0	0,0

Na tabela 20 verificamos a média do tempo, em meses, que se podia permanecer em prisão antes do processo. Esta média é de 10 meses, sendo o nível máximo de 50 meses e o mínimo de 1 mês.

Tabela 21. Tempo médio de detenção de estudantes (em meses) antes do processo

	N	Minimum	Maximum	Mean
MesesAntesProcesso	168	1	50	10,1

Na tabela 21 averiguamos a duração da pena atribuída em caso de processo em função do ano em que se realizou a captura. Embora a maior parte dos casos não tenha informação, os dados podem fornecer alguma informação interessante. Por exemplo, vê-se que o ano com a maior percentagem de penas longas (entre 37 e 72 meses de detenção) remete para estudantes presos em 1968 (em coincidência com as primeiras acções da LUAR, nas quais foram envolvidos vários estudantes), seguindo-se os que tinham sido capturados em 1970. Penas maiores de 72 meses foram atribuídas a todos os estudantes processados presos em 1961 e a 50% dos estudantes julgados presos em 1963 (durante a grande vaga de repressão a seguir à crise de 1962). Também entre os estudantes presos em 1967 temos uma alta percentagem, 20%, de penas maiores de 72 meses.

Efervescência Estudantil

Tabela 22. Duração da pena de detenção (em faixa de meses)

	< 1	1-6	7-12	13-24	25-36	37-72	>72
1958	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1959	0,0	14,3	57,1	28,6	0,0	0,0	0,0
1960	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1961	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
1962	0,0	22,2	33,3	33,3	11,1	0,0	0,0
1963	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	50,0
1964	0,0	10,0	10,0	70,0	5,0	5,0	0,0
1965	0,0	0,0	10,0	65,0	15,0	5,0	5,0
1966	0,0	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0
1967	0,0	0,0	0,0	80,0	0,0	0,0	20,0
1968	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	66,7	0,0
1969	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1970	0,0	14,3	0,0	42,9	0,0	42,9	0,0
1971	0,0	0,0	20,0	80,0	0,0	0,0	0,0
1974	0,0	0,0	0,0	85,0	15,0	0,0	0,0
1973	0,0	0,0	6,7	80,0	6,7	6,7	0,0

Nas próximas tabelas analisamos por último os elementos relativos às próprias instituições de detenção. Na tabela 23, vemos que em 1956 todos os estudantes são detidos, primariamente, no Aljube. Nos anos a seguir, embora o Aljube continue a ser uma das prisões para onde vai a maior parte dos estudantes, o seu primado é contestado pela prisão de Caxias, sobretudo a partir de 1958, pela prisão privativa da PIDE/DGS de Coimbra e pela prisão privativa da PIDE/DGS do Porto. A prisão de Caxias irá tornar-se o centro de detenção para o qual será encaminhada a maioria dos estudantes, como primeira prisão, a partir de 1966, ano em que o Aljube foi fechado. Nesta tabela a prisão de Peniche aparece apenas em 1962 com o 0,7%, pois era raríssimo que os presos fossem enviados directamente para Peniche, pois eram encaminhados apenas num segundo momento e só no caso de detidos de sexo masculino com penas longas.

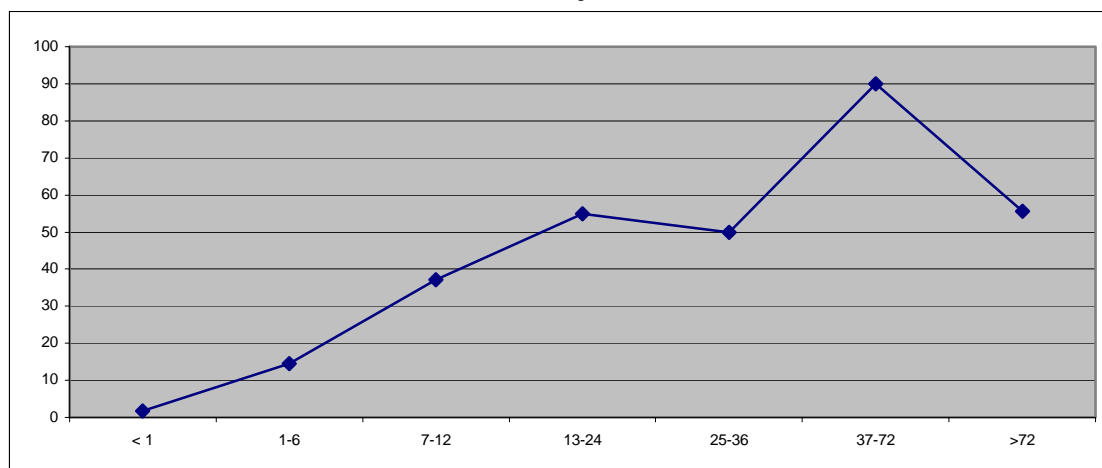
Efervescência Estudantil

Tabela 23. Instituição onde começa a prisão por ano

	Sem informação	Aljube	Caxias	Privativa de Coimbra	Privativa do Porto	Cadeia de Almeida	Outras	Peniche
1956	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1957	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0
1958	0,0	25,0	66,7	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0
1959	11,8	17,6	17,6	17,6	29,4	0,0	5,9	0,0
1960	6,7	40,0	0,0	0,0	53,3	0,0	0,0	0,0
1961	2,4	31,7	9,8	51,2	0,0	2,4	2,4	0,0
1962	8,6	13,2	46,1	21,1	7,2	0,0	3,3	0,7
1963	25,0	40,9	22,7	0,0	11,4	0,0	0,0	0,0
1964	11,8	34,1	41,2	2,4	9,4	0,0	1,2	0,0
1965	7,0	45,1	43,7	1,4	0,0	0,0	2,8	0,0
1966	0,0	0,0	78,6	0,0	21,4	0,0	0,0	0,0
1967	7,1	0,0	66,7	9,5	11,9	0,0	4,8	0,0
1968	5,1	0,0	87,2	0,0	7,7	0,0	0,0	0,0
1969	16,7	0,0	66,7	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0
1970	0,0	0,0	88,6	0,0	11,4	0,0	0,0	0,0
1971	0,0	0,0	98,9	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0
1972	1,0	0,0	83,7	4,8	10,6	0,0	0,0	0,0
1973	0,5	0,5	90,0	0,5	8,5	0,0	0,0	0,0
1974	0,0	0,0	85,7	4,1	10,2	0,0	0,0	0,0

No gráfico 16, consideramos as transferências de prisão em relação com o tempo de detenção em faixas de meses. Vemos que a maior parte de estudantes transferidos de uma prisão para outra estão compreendidos na faixa com períodos de detenção entre 37 e 72 meses, seguidos por aqueles que tiveram períodos superiores a 72 meses. Este gráfico exprime uma situação bastante previsível, sendo o único elemento a parecer contra-intuitivo o facto de não serem os detidos que ficaram em prisão mais de 72 meses a sofrerem o maior número de transferências.

Gráfico 16. Transferência de prisão por tempo de detenção

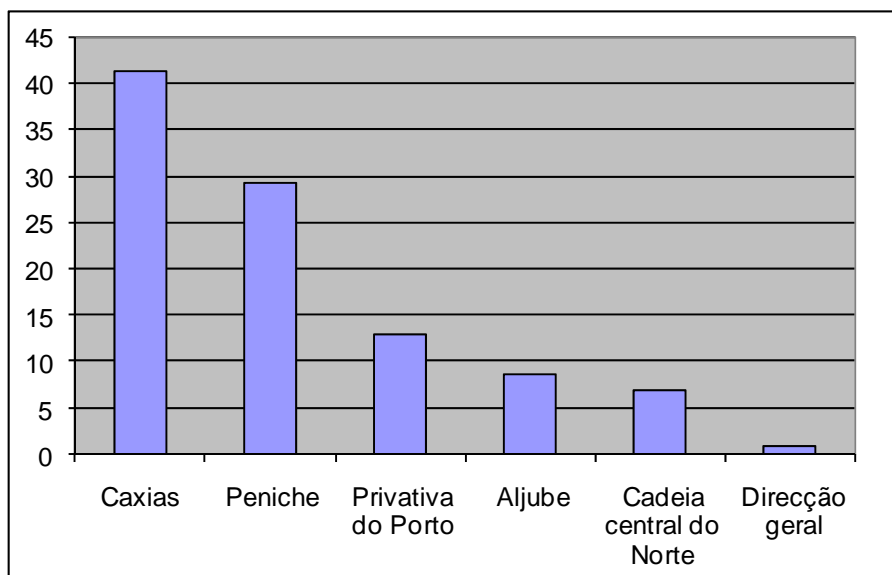


No último gráfico, analisamos a frequência das prisões de destino no caso de presos que foram transferidos: emerge desde logo que a prisão para a qual é transferida a maior parte dos estudantes presos é Caxias, seguida pela prisão de Peniche. Lembramos que Caxias tinha também uma secção feminina, enquanto a prisão de Peniche, para onde eram transferidos os detidos que cumpriam períodos de prisão particularmente longos, era só

Efervescência Estudantil

masculina. Por fim, vale a pena sublinhar que eram deslocados para a prisão de Peniche todos os estudantes condenados a medidas de segurança.

Gráfico 17. Prisão de destino nos casos de transferência prisional



Anexo 2. Estudantes presos entre 1956 e 1974

Nome	Data Prisão	Data Libertação	Cor	Naturalidade
João Machado Vazão de Almeida	.	.	Branco	Portugal
António Morais Sarmento dos Santos Lucas e Costa Brotas	11-MAY-1956	18-DEC-1956	Branco	
Rogério Fernandes Pereira	28-AUG-1957	01-FEB-1958	Branco	
José Carlos Ferreira de Oliveira	16-DEC-1957	13-FEB-1958	Branco	
João Pedro Pulido Valente Monjardino	13-FEB-1958	28-MAR-1958	Branco	
José da Fonseca Costa	01-APR-1958	18-APR-1958	Branco	
Ana Maria Cavalheiro e Costa	08-APR-1958	24-APR-1958	Branco	
Fortunato André Pitra	01-MAY-1958	10-MAY-1958	Negro	Angola
Henrique Alberto Alves Figueira	05-MAY-1958	05-JUL-1958	Branco	Portugal
Alfredo Manuel Portela dos Santos	22-MAY-1958	19-AUG-1958	Branco	
Carlos dos Prazeres Ferreira	22-MAY-1958	19-AUG-1958	Branco	
João Pedro Pulido Valente Monjardino	22-MAY-1958	20-JUL-1958	Branco	
Fernando Emílio da Costa Lapa	05-JUN-1958	12-JUL-1958	Branco	Portugal
Tomas Xavier Pereira de Castro Azevedo Cardoso de Figueiredo	05-JUN-1958	11-NOV-1970	Branco	Portugal
Joaquim Jorge Alves de Araújo	27-JUN-1958	22-SEP-1958	Branco	
Maria Margarida Jara Schiappa Almeida Dias	19-DEC-1958	03-JAN-1959	Branco	Portugal
Mário José dos Santos	05-FEB-1959	07-FEB-1959	Branco	Portugal
Álvaro José Pereira Ataídem	18-FEB-1959	24-FEB-1959	Branco	Portugal
Amândio da Conceição Silva	17-MAR-1959	25-JUL-1960	Branco	Portugal
Maximiano Mendes Teles de Menezes	09-APR-1959	13-JUL-1959	Branco	Portugal
Joaquim Jorge Alves de Araújo	15-APR-1959	08-OCT-1960	Branco	
José Manuel Pires Carvalho Vilar	27-APR-1959	08-OCT-1960	Branco	Angola
Abel Ferreira da Costa	28-APR-1959	23-APR-1960	Branco	Portugal
Paulo Freitas de Barros	05-MAY-1959	23-APR-1960	Branco	Portugal
Manuel Cassiano Póvoas da Costa Cabral	10-MAY-1959	10-MAY-1959	Branco	
Maria Helena Gomes da Costa Barradas	01-AUG-1959	02-OCT-1959	Branco	Angola
Maria Elisa Duarte Rosa Areias	03-AUG-1959	27-AUG-1959	Branco	Portugal
José António Garrão Gomes Bento	17-AUG-1959	12-JUL-1960	Branco	Portugal
José Luís Costa Dias	18-AUG-1959	31-AUG-1959	Branco	Portugal
Isabel Neves Siborro Maia	20-AUG-1959	23-APR-1960	Branco	Portugal
Maximiano Mendes Teles de Menezes	01-SEP-1959	23-APR-1960	Branco	Portugal
Joaquim da Silva Souto	13-SEP-1959	.	Branco	Portugal
Fernando Emílio da Costa Lapa	25-SEP-1959	03-OCT-1959	Branco	Portugal
Rui Manuel Cardoso e Cunha	08-JAN-1960	27-JAN-1960	Branco	Portugal
Carlos Duarte da Silva Rodrigues	15-JAN-1960	25-JAN-1960	Branco	Portugal
Dulcínio de Lemos Bartolo	15-JAN-1960	18-JAN-1960	Branco	Brasil
João dos Anjos Neves	28-JAN-1960	10-FEB-1960	Branco	Portugal
António Maria Barbosa Viana Martins	18-FEB-1960	16-MAY-1960	Branco	Portugal
Fernando Augusto de Albuquerque Mourão	20-APR-1960	04-OCT-1960	Branco	Brasil
Fernando Amaro Monteiro	02-MAY-1960	01-AUG-1960	Branco	Portugal
Rui Manuel Ferreira Mayer	14-MAY-1960	14-MAY-1962	Branco	Portugal
Manuel António Figueira Madeira	22-JUN-1960	07-OCT-1960	Branco	
Cláudio Figueiredo Torres	27-JUN-1960	10-JAN-1961	Branco	
Manuela Alexandra Ferreira	27-JUN-1960	07-OCT-1960	Branco	Portugal
Marcela Figueiredo Torres	27-JUN-1960	10-JAN-1961	Branco	
José Dias Fernandes	11-JUL-1960	07-OCT-1960	Branco	Portugal
Rui Manuel Ferreira Mayer	19-SEP-1960	03-OCT-1960	Branco	Portugal
António José Freire Torrado	05-OCT-1960	11-OCT-1960	Branco	Portugal
Fernanda de Paiva Tomás	06-FEB-1961	19-NOV-1970	Branco	Portugal
Fernando Emílio da Costa Lapa	14-MAR-1961	20-JUL-1961	Branco	Portugal
Hans Jochen Hermann Rex	27-MAR-1961	19-APR-1961	Branco	
Maria João Antunes Gerardo	21-MAY-1961	11-AUG-1965	Branco	Moçambique
Aladino Teixeira Palege	21-JUN-1961	22-JUL-1961	Negro	Angola
Augusto Germano de Araújo	21-JUN-1961	22-JUL-1961	Negro	Angola
Daniel Júlio Chipenda	21-JUN-1961	22-JUL-1961	Negro	Angola
Joana da Costa Sousa Aragão	21-JUN-1961	18-JUL-1961	Negro	São Tomé
Margarida Pinto Tavares Neves	21-JUN-1961	18-JUL-1961	Mestiça	São Tomé
Fernando Jorge Teles Carreira	27-JUN-1961	10-JUL-1961	Branco	Angola
Jorge Maria Ferreira Querido	01-JUL-1961	30-AUG-1961	Mestiço	Cabo Verde
Emílio Pereira Guedes	05-JUL-1961	24-JUL-1961	Mestiço	Angola
João Filipe Martins	11-JUL-1961	05-SEP-1961	Negro	Angola
José Agostinho Neto	11-JUL-1961	05-SEP-1961	Negro	Angola
Roberto António Vítor Francisco de Almeida	11-JUL-1961	05-SEP-1961	Negro	Angola
Orlando Ilídio de Carvalho	05-SEP-1961	18-SEP-1961	Branco	Portugal
Jorge Maria Ferreira Querido	25-SEP-1961	14-MAY-1962	Mestiço	Cabo Verde
Amadeu António Pereira Lopes Sabino	05-OCT-1961	06-OCT-1961	Branco	Portugal
Luís Pedro Rodrigues Blanch	05-OCT-1961	06-OCT-1961	Branco	Portugal
Pedro Francisco de Pina Massano de Amorim	05-OCT-1961	06-OCT-1961	Branco	Portugal
Rui Amaral Nogueira	05-OCT-1961	06-OCT-1961	Branco	Portugal
Manuel José Pires de Carvalho Claro	29-OCT-1961	12-DEC-1961	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

Orlando Pinheiro Gomes Marta	21-NOV-1961	10-FEB-1962	Branco	Portugal
António João Pinto de Matos	22-NOV-1961	02-DEC-1961	Branco	Portugal
António José Franco Alexandre	22-NOV-1961	02-DEC-1961	Branco	Portugal
António José Lopes Ribeiro	22-NOV-1961	02-DEC-1961	Branco	Portugal
Daniel Lopes Ribeiro	22-NOV-1961	02-DEC-1961	Branco	Portugal
Manuel Jorge Dias Teixeira	22-NOV-1961	04-DEC-1961	Branco	Portugal
António Maria Barbosa Viana Martins	05-DEC-1961	26-APR-1962	Branco	Portugal
Arsénio José Nogueira Antunes Costa	05-DEC-1961	23-DEC-1961	Branco	Moçambique
Aléu de Matos Batista	18-DEC-1961	19-JAN-1962	Branco	Portugal
António das Neves de Freitas Tavares	18-DEC-1961	19-JAN-1962	Branco	
Arlindo dos Santos Parracho	18-DEC-1961	19-JAN-1962	Branco	Portugal
Joaquim Cantante Cardoso Garcia	18-DEC-1961	19-JAN-1962	Branco	Portugal
Mário Fernando Pombo Costa	18-DEC-1961	03-JAN-1962	Branco	Portugal
Óscar Jordão Pires	18-DEC-1961	19-JAN-1962	Branco	Portugal
Virgílio Fernandes Lopes Nunes	18-DEC-1961	22-JAN-1962	Branco	Portugal
João Guilherme Fernandes de Freitas	19-DEC-1961	06-FEB-1962	Branco	Portugal
Manuel Bernardo Amarelo	20-DEC-1961	19-JAN-1962	Branco	Portugal
José Eduardo Gomes da Silva Castanheiro Freire	27-DEC-1961	30-DEC-1961	Branco	Portugal
Carlos Ferreira Bento	29-DEC-1961	20-JAN-1962	Branco	Portugal
António Francisco Correia da Graça Miranda	01-JAN-1962	29-JUL-1964	Branco	Portugal
Joaquim da Silva Souto	03-JAN-1962	.	Branco	Portugal
António Luís Alves Landeira	08-JAN-1962	03-FEB-1962	Branco	Portugal
Eduardo Augusto Guerra Carneiro	10-JAN-1962	07-FEB-1962	Branco	Portugal
Jaime Carvalho da Silva	11-JAN-1962	18-NOV-1965	Branco	Portugal
Artur Ernesto Guerreiro Pires	16-JAN-1962	20-JAN-1962	Branco	Portugal
Henrique de Santana	16-JAN-1962	17-JAN-1962	Branco	Portugal
José Joaquim Botelho Guedes	16-JAN-1962	06-FEB-1962	Branco	Portugal
José Manuel dos Santos Pires Grancho	16-JAN-1962	03-FEB-1962	Branco	Portugal
Manuel da Silva Guimarães	16-JAN-1962	03-FEB-1962	Branco	Portugal
Antero Silveira da Rosa Dias	17-JAN-1962	06-FEB-1962	Branco	Portugal
José Amadeu de Brito de Ferreira	17-JAN-1962	06-FEB-1962	Branco	Portugal
João Calço Grosso	18-JAN-1962	06-FEB-1962	Branco	Portugal
José Cavaco Vicente de Brito	18-JAN-1962	06-FEB-1962	Branco	Portugal
António Abel Bernardes	25-JAN-1962	25-JAN-1962	Branco	
Fernando Loureiro de Cunhal Leão	29-JAN-1962	29-JAN-1962	Branco	Portugal
Justino António Luciano Gancho	10-FEB-1962	15-FEB-1962	Branco	Portugal
Aida Maria Teixeira Gomes Viana	08-MAR-1962	08-MAR-1962	Branco	Portugal
Maria Fernanda Machado Seixas	08-MAR-1962	24-MAR-1962	Branco	Portugal
Maurício Fernando Falcão Barreto Costa	08-MAR-1962	07-MAY-1962	Branco	Portugal
Maria Celeste Machado Freitas	10-MAR-1962	24-MAR-1962	Branco	Portugal
Natércia Alves Pacheco Rodrigues	23-MAR-1962	15-MAY-1963	Branco	Angola
Carlos dos Prazeres Ferreira	03-APR-1962	17-APR-1962	Branco	
Carlos Alberto Teixeira	12-APR-1962	24-APR-1962	Branco	Portugal
Francisco Eduardo Cordeiro	14-APR-1962	27-JUL-1962	Branco	Portugal
José Manuel Le Goullon Constante Pereira	14-APR-1962	05-DEC-1962	Branco	Portugal
Fernando José Pinto Seixas	24-APR-1962	05-DEC-1962	Branco	Portugal
Manuel Fernando Rocha Felgueiras	24-APR-1962	17-MAY-1962	Branco	Portugal
Maria Clara Rocha Felgueiras	24-APR-1962	28-APR-1962	Branco	Portugal
Adalcina Maia Casimiro da Silva	27-APR-1962	22-FEB-1963	Branco	
Mário Aires Marques da Rocha Pereira	27-APR-1962	23-FEB-1963	Branco	
Francisco José de Sá Lopes	28-APR-1962	22-FEB-1963	Branco	
Francisco Manuel de Almeida Vasconcelos	28-APR-1962	30-MAY-1962	Branco	Portugal
Joaquim Jorge Alves de Araújo	28-APR-1962	.	Branco	
José Mário Monteiro Branco	28-APR-1962	29-MAY-1962	Branco	
Pedro Manuel de Almeida Vasconcelos	28-APR-1962	28-APR-1962	Branco	Portugal
António Manuel Costa Teixeira Pinto	30-APR-1962	17-MAY-1962	Branco	
Fernando Alberto dos Santos Pereira	30-APR-1962	17-MAY-1962	Branco	Portugal
Joaquim Valdemar Taveira Mendonça	30-APR-1962	04-MAY-1962	Branco	Portugal
Jorge Manuel Alvim Couto da Silva	02-MAY-1962	17-MAY-1962	Branco	Portugal
Carlos Manuel de Sampaio e Melo Santos	03-MAY-1962	09-MAY-1962	Branco	Portugal
João Carlos Garcia Andrade Santos	04-MAY-1962	17-MAY-1962	Branco	Portugal
Júlio Augusto Cardoso	04-MAY-1962	15-MAY-1962	Branco	
Carlos Alfredo Alves Bravo	09-MAY-1962	11-MAY-1962	Branco	Portugal
Helida Cairós Espinosa	09-MAY-1962	11-MAY-1962	Branco	Portugal
Arsénio José Nogueira Antunes Costa	12-MAY-1962	15-MAY-1962	Branco	Moçambique
Carlos Alberto Teixeira	12-MAY-1962	15-MAY-1962	Branco	Portugal
Carlos Manuel Myre Dores	12-MAY-1962	14-MAY-1962	Branco	Portugal
José Manuel Pires Carvalho Vilar	12-MAY-1962	14-MAY-1962	Branco	Angola
Manuel José Pires de Carvalho Claro	12-MAY-1962	14-MAY-1962	Branco	Portugal
Manuel Valentim Franco Alexandre	12-MAY-1962	14-MAY-1962	Branco	Portugal
Carlos Alberto da Fonseca Duarte e Sena	14-MAY-1962	15-MAY-1962	Branco	
Maria de Anunciação Soares Dias Alves	14-MAY-1962	15-MAY-1962	Branco	
Maria de Rosário Leal Marques	14-MAY-1962	15-MAY-1962	Branco	
Maria Ivone Mendes de Fonseca	14-MAY-1962	15-MAY-1962	Branco	
Abílio António Vieira	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	Portugal
Alberto Anacleto Pinto de Sousa Pinguinha	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

Alberto José Mendonça Neves	19-MAY-1962	16-JUN-1962	Branco	Portugal
Alfredo de Avelar Soares Bernardes Martins	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Portugal
Alfredo José Braga de Soveral Martins	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Portugal
António Abel Bernardes	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	
António Alberto Correia Mota Prego de Faria	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Portugal
António Ferreira Guedes	19-MAY-1962	12-JUN-1962	Branco	Portugal
António Jacinto Rodrigues	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	Angola
António Jacinto Rodrigues	19-MAY-1962	31-MAY-1962	Branco	Angola
António José Gomes Teles Grilo	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	Portugal
António Manuel Lecoq de Lacerda Forjaz	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	Portugal
António Manuel Valente Lopes	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Angola
Carlos Alberto Mac Mahon de Vitória Pereira	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Mestiço	Angola
Carlos Ferreira Bento	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Portugal
Eduardo Lopes de Almeida Casais	19-MAY-1962	30-JUN-1962	Branco	Portugal
Isabel Marina Castiel Duarte Reis	19-MAY-1962	16-JUN-1962	Branco	
Jaime Doria Cortesão	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Portugal
João Carlos Ascensão Gargaté Afonso	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Portugal
Jorge Manuel Ormonde Aguiar	19-MAY-1962	03-JUN-1962	Branco	Portugal
José Augusto Marques Ferreira da Rocha	19-MAY-1962	16-JUN-1962	Branco	Portugal
José Dias Martins	19-MAY-1962	16-MAY-1962	Branco	Portugal
José Ferraz Alçada	19-MAY-1962	03-JUN-1962	Branco	Portugal
José Lopes Monteiro	19-MAY-1962	31-MAY-1962	Branco	Portugal
José Orlando Noronha da Silveira Bretão	19-MAY-1962	31-MAY-1962	Branco	Portugal
Judite Dória Cortesão	19-MAY-1962	16-JUN-1962	Branco	
Luís António Seixas Nogueira de Lemos	19-MAY-1962	03-JUN-1962	Branco	
Luís Gonzaga Nunes da Silva Bagulho	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Portugal
Manuel Cassiano Póvoas da Costa Cabral	19-MAY-1962	03-JUN-1963	Branco	
Manuel Curado Correia Ribeiro	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	Portugal
Manuel Félix de Lima	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	Portugal
Manuel Francisco Rodrigues Balonas	19-MAY-1962	03-JUN-1962	Branco	Angola
Maria Irene Carrajola Namorado	19-MAY-1962	16-JUN-1962	Branco	
Maria Margarida Cabral Lucas de Almeida	19-MAY-1962	16-JUN-1962	Branco	
Octávio Luís Pais	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Portugal
Pedro Manuel Pinto Mendes de Abreu	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	Portugal
Pedro Manuel Seixas Nogueira de Lemos	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	Portugal
Ramiro Freitas Sobral	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Portugal
Raúl José Branco	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	Portugal
Rui Fernando da Silva Moura Azevedo	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	Portugal
Rui Manuel dos Santos Namorado	19-MAY-1962	30-MAY-1962	Branco	Portugal
Uriel Adelino Cruz de Oliveira	19-MAY-1962	26-MAY-1962	Branco	Portugal
António Monteiro Abel Traça	20-MAY-1962	02-JUN-1962	Branco	
Joaquim da Silva Loureiro	20-MAY-1962	02-JUN-1962	Branco	
Joel Casimiro Ferreira	20-MAY-1962	02-JUN-1962	Branco	
José de Sousa Antunes Ferreira	20-MAY-1962	02-JUN-1962	Branco	
Vasco Pinto da Silva	20-MAY-1962	02-JUN-1962	Branco	
Vicente de Jesus Rosado	20-MAY-1962	02-JUN-1962	Branco	
José Maria Brosque Rocha da Fonseca	22-MAY-1962	28-MAY-1962	Branco	
José Manuel Mendonça de Oliveira Bernardino	24-MAY-1962	08-MAR-1969	Branco	Angola
Eurico José Paleiros de Carvalho Figueiredo	28-MAY-1962	12-JUL-1962	Branco	
Maria Noémia de Freitas Delgado O'Neill	28-MAY-1962	27-JUN-1962	Branco	Angola
José Carlos Ferreira de Oliveira	02-JUN-1962	23-JUN-1962	Branco	
Adolfo Sanchez Steiger Garcia	20-JUN-1962	24-JUN-1962	Branco	Portugal
António Guilherme Faria Lopes Alves	20-JUN-1962	24-JUN-1962	Branco	Portugal
António José Borrani Crisóstomo Teixeira	20-JUN-1962	24-JUN-1962	Branco	Portugal
Matéus Vítor Mendes Branco	20-JUN-1962	24-JUN-1962	Branco	Portugal
Manuel Fernando Rocha Felgueiras	22-JUN-1962	05-FEB-1965	Branco	Portugal
Américo José Jansen Verdades Dinis da Gama	29-JUN-1962	05-JUL-1962	Branco	Angola
António Manuel Ribeiro Pinto Assoreira	29-JUN-1962	05-JUL-1962	Branco	Angola
António Pedro Andrade Valente de Aguiar	29-JUN-1962	05-JUL-1962	Branco	Angola
Eurico Faustino Correia	29-JUN-1962	05-JUL-1962	Branco	
Francisco da Silva Vale	29-JUN-1962	05-JUL-1962	Branco	Portugal
Francisco José Paixão Costa	29-JUN-1962	05-JUL-1962	Branco	Portugal
Jorge do Canto Lagido	29-JUN-1962	05-JUL-1962	Branco	Portugal
Jorge Manuel de Moreira Telo Pacheco	29-JUN-1962	07-JUL-1962	Branco	Portugal
José Ginestal Miranda da Cruz	29-JUN-1962	10-JUL-1962	Branco	Portugal
Luís Filipe de Azevedo de Araújo Neves	29-JUN-1962	02-JUL-1962	Branco	Portugal
Luís Herculano Rodrigues Palmeira	29-JUN-1962	05-JUL-1962	Branco	Moçambique
Miguel Júlio Chalbert Santos	29-JUN-1962	05-JUL-1962	Branco	Portugal
Hélder Fernando Martins de Sousa	19-JUL-1962	28-JUL-1962	Branco	Portugal
Amílcar Joaquim Martins Mota	01-AUG-1962	29-AUG-1962	Branco	Portugal
Fernando Manuel Teixeira Alves	01-AUG-1962	07-AUG-1962	Branco	Portugal
Miguel Eusébio Lopes de Sousa	01-AUG-1962	27-AUG-1962	Branco	Portugal
Alberto Jorge Seixas dos Santos	02-AUG-1962	07-AUG-1962	Branco	Portugal
António Monteiro Abel Traça	27-AUG-1962	29-SEP-1962	Branco	
Artur José Martins da Cruz David	27-AUG-1962	25-OCT-1962	Branco	Portugal
Eduardo Lopes de Almeida Casais	27-AUG-1962	27-OCT-1962	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

Eduardo Manuel Duarte Braga Temido	27-AUG-1962	29-SEP-1962	Branco	Portugal
Horácio Fernandes da Costa Dinis	27-AUG-1962	29-SEP-1962	Branco	Portugal
Hernani Araújo Resende	15-SEP-1962	27-OCT-1962	Branco	Portugal
Margarida Leiblich Losa	21-SEP-1962	25-OCT-1962	Branco	Portugal
José Carlos de Melo Azevedo Coelho de Campos	04-OCT-1962	25-OCT-1962	Branco	Portugal
Vasco Valente Correia Guedes	04-OCT-1962	22-OCT-1962	Branco	Portugal
Rui Santarém Nunes de Andrade	05-OCT-1962	25-OCT-1962	Branco	Portugal
João Granjo Pires Quintela	25-OCT-1962	27-OCT-1962	Branco	Moçambique
António José Andrade Muñoz Cardoso	29-OCT-1962	16-NOV-1962	Branco	Portugal
Osvaldo Alcântara Medina Custódio	30-OCT-1962	26-DEC-1962	Negro	Cabo Verde
Américo Esteves	31-OCT-1962	02-NOV-1962	Branco	Portugal
Fausto Simões Negrão	02-NOV-1962	06-NOV-1962	Branco	Portugal
Matéus Vítor Mendes Branco	15-NOV-1962	20-DEC-1962	Branco	Portugal
António José de Almeida Sequeira	17-NOV-1962	03-DEC-1962	Branco	Portugal
Luís António Seixas Nogueira de Lemos	17-NOV-1962	20-DEC-1962	Branco	
Pedro Manuel Seixas Nogueira de Lemos	17-NOV-1962	20-DEC-1962	Branco	Portugal
Ramiro Freitas Sobral	17-NOV-1962	21-NOV-1962	Branco	Portugal
José Manuel Medeiros Ferreira	22-NOV-1962	12-JAN-1963	Branco	Portugal
Américo Esteves	04-DEC-1962	.	Branco	Portugal
Agostinho Marques Gomes	15-DEC-1962	27-DEC-1962	Branco	Portugal
Fernando José Pinto Seixas	24-JAN-1963	30-JAN-1963	Branco	Portugal
Francisco Eduardo Cordeiro	24-JAN-1963	30-JAN-1963	Branco	Portugal
José Manuel Le Goullon Constante Pereira	24-JAN-1963	30-JAN-1963	Branco	Portugal
Luís Herculano Rodrigues Palmeira	26-JAN-1963	27-JAN-1963	Branco	Moçambique
Rui Guilherme Cardoso de Matos	05-MAR-1963	16-MAY-1963	Negro	Angola
Fernando Alberto Nunes da Silva Bagulho	13-MAR-1963	13-MAR-1964	Branco	Portugal
António Monteiro Abel Traça	17-MAR-1963	14-MAY-1963	Branco	
Alberto Rui Pereira	18-MAR-1963	08-APR-1963	Branco	Portugal
Cláudio Renato de Sousa Sobral	21-MAR-1963	20-APR-1963	Branco	Angola
Álvaro Dias Nogueira	23-MAR-1963	23-MAR-1963	Branco	Portugal
Aníbal Augusto Espírito Santo	23-MAR-1963	16-MAY-1963	Negro	Angola
Fernando Jaime Alves Dias Martinho	23-MAR-1963	15-MAY-1963	Branco	Angola
Manuel Rui Alves Monteiro	23-MAR-1963	16-MAY-1963	Mestiço	Angola
Orlando Ferreira Rodrigues	23-MAR-1963	15-MAY-1963	Negro	Angola
António Joaquim da Silva Faria	25-MAR-1963	16-MAY-1963	Branco	Portugal
José Luís Cardoso	25-MAR-1963	14-MAY-1963	Branco	Angola
João Baptista Nobre Júnior	01-APR-1963	15-MAY-1963		
António Jacinto Rodrigues	03-APR-1963	08-JUN-1963	Branco	Angola
Manuel Francisco Rodrigues Balonas	08-APR-1963	10-APR-1963	Branco	Angola
Fortunato André Pitra	16-APR-1963	09-OCT-1963	Negro	Angola
Plénio Martins Agostinho Monteiro	01-MAY-1963	06-MAY-1963	Branco	Portugal
Exequiel de Oliveira Lopes	02-MAY-1963	06-MAY-1963	Branco	Portugal
Joaquim José da Silva Águas	02-MAY-1963	06-MAY-1963	Branco	Portugal
Alfredo de Avelar Soares Bernardes Martins	08-MAY-1963	08-MAY-1963	Branco	Portugal
André Manuel Fernandes Jorge	08-MAY-1963	08-MAY-1963	Branco	Portugal
António Carlos de Ascensão Gargaté Afonso	08-MAY-1963	08-MAY-1963	Branco	Portugal
António Leopoldo de Albergaria Pinto Soares	08-MAY-1963	08-MAY-1963	Branco	Portugal
Ernesto César Valente Fernandes	08-MAY-1963	08-MAY-1963	Branco	Portugal
João Luís Trindade Batista Moura	08-MAY-1963	08-MAY-1963	Branco	Portugal
João Miguel Fernandes Jorge	08-MAY-1963	08-MAY-1963	Branco	Portugal
Joaquim Jorge Alves de Araújo	08-MAY-1963	20-NOV-1972	Branco	
Ernesto César Valente Fernandes	14-MAY-1963	15-MAY-1963	Branco	Portugal
João Granjo Pires Quintela	19-MAY-1963	16-JUN-1963	Branco	Moçambique
Fernando José Pinto Seixas	17-JUN-1963	20-JUN-1963	Branco	Portugal
José Manuel Le Goullon Constante Pereira	17-JUN-1963	19-JUN-1963	Branco	Portugal
Maria Beatriz Ramos da Rocha Felgueiras	05-JUL-1963	21-DEC-1963	Branco	Portugal
Joaquim Albino Paulino Fonseca Esteves	17-JUL-1963	19-JUL-1963	Branco	Portugal
Vítor José Cabrita Neto	17-JUL-1963	19-JUL-1963	Branco	Portugal
Jorge Alves Pereira Calisto	18-JUL-1963	19-JUL-1963	Branco	Portugal
Virgílio Nuno Carreira da Silva Zuzarte de Mendonça	20-JUL-1963	24-JUL-1963	Branco	Portugal
Alfredo Manuel Portela dos Santos	26-JUL-1963	27-OCT-1964	Branco	
Joaquim Manuel de Almeida Santos Diogo	24-AUG-1963	30-AUG-1963	Branco	Portugal
Maria Antonieta Martins Rodrigues Coelho	27-AUG-1963	31-AUG-1963	Branco	Portugal
Francisco Rego Chaves Fernandes	28-AUG-1963	30-AUG-1963	Branco	Portugal
José da Fonseca Costa	12-NOV-1963	18-DEC-1963	Branco	
Maria João Antunes Gerardo	27-JAN-1964	08-FEB-1964	Branco	Moçambique
Manuel Terceiro Ferreira	30-JAN-1964	31-JAN-1964	Branco	
Francisco António Gomes Moutinho	22-FEB-1964	26-MAY-1964	Branco	Portugal
Irene da Silva Ferreira da Cruz	04-MAR-1964	07-MAR-1964	Branco	Portugal
Manuel Joaquim Moreira Moutinho	09-MAR-1964	08-MAY-1964	Branco	Portugal
Albertino dos Santos Fonseca Almeida	13-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
António Manuel de Paula Saraiva	13-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
João José dos Santos Sentieiro	13-MAR-1964	13-MAR-1964	Branco	Portugal
João José Duarte Silva	13-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	
José Luís Sanches Steiger Garção	13-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
Jorge Ferreira de Andrade	14-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

Maria da Graça Vaquinhas de Carvalho Varela Cid de Oliveira	14-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
Eduardo de Meneses Alves Santos	15-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
António Pereira Bica	16-MAR-1964	19-MAR-1964	Branco	
Emanuel Vasconcelos Jardim Fernandes	16-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
Fernando Augusto Coutinho	16-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
Francisco de Figueiredo Coelho Madureira	16-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
Francisco Rego Chaves Fernandes	16-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
Jorge Manuel da Costa Camarinha	16-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
José Daniel Mira Fadista	16-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
José Tavares Marcelino	16-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	
Rui Manuel Pinto de Almeida	16-MAR-1964	17-MAR-1964	Branco	Portugal
Augusto Artur Bastos de Moura Paes	21-MAR-1964	24-MAR-1964	Branco	Portugal
Fernando Bernardo Costa Malheiro Dias	21-MAR-1964	24-MAR-1964	Branco	Portugal
Fernando Manuel Pais Dias Rosas	21-MAR-1964	24-MAR-1964	Branco	Portugal
José Aníbal Magalhães do Couto Nogueira	21-MAR-1964	24-MAR-1964	Branco	Portugal
Maria Manuela Rodrigues Afonso	21-MAR-1964	01-APR-1964	Branco	Portugal
Vítor Manuel Guinote Santos	23-MAR-1964	25-MAR-1964	Branco	Portugal
Sebastião Maria Sá Coutinho de Lancastre	24-MAR-1964	24-MAR-1964	Branco	Portugal
Amaro Francisco Gomes Palma Brito	25-MAR-1964	01-JUN-1964	Branco	Portugal
Vítor Manuel Guinote Santos	03-APR-1964	15-APR-1964	Branco	Portugal
Ernesto Eduardo de Azevedo Pinto Ribeiro	08-APR-1964	06-MAY-1964	Branco	
José Pires Abrantes	08-APR-1964	09-APR-1964	Branco	Portugal
Henrique Jorge Freire Cardoso	16-APR-1964	06-MAY-1964	Branco	Portugal
Maria Helena Espada de Oliveira Santos	21-APR-1964	02-MAY-1964	Branco	Portugal
Jorge Manuel da Silva Cunha	22-APR-1964	23-APR-1964	Branco	Portugal
Aires de Aguiar Bustorff	23-APR-1964	02-MAY-1964	Branco	Portugal
Ângela Maria Mendonça Florido	24-APR-1964	02-MAY-1964	Branco	Portugal
José Manuel Fernandes da Fonseca	25-APR-1964	02-MAY-1964	Branco	Portugal
Vítor Rodrigues Ferreira	25-APR-1964	02-MAY-1964	Branco	Portugal
José Manuel Palma Carlos Laranjo	27-APR-1964	02-MAY-1964	Branco	Portugal
José Luís Saldanha Sanches	29-APR-1964	10-DEC-1964	Branco	Portugal
Danilo Dias Óscar Matos	01-MAY-1964	05-MAY-1964	Branco	Portugal
Eduardo Correia Pereira	01-MAY-1964	05-MAY-1964	Branco	Portugal
Hugo Alexandre Alves Gonçalves	01-MAY-1964	05-MAY-1964	Branco	Portugal
João Miguel Rosado Moreira Rato	01-MAY-1964	03-MAY-1964	Branco	Portugal
José Manuel Melim Mendes	01-MAY-1964	05-MAY-1964	Branco	Portugal
Rui Alberto Zagalo de Lima	01-MAY-1964	05-MAY-1964	Branco	Portugal
Rui António de Sá Ribeiro Pinto	01-MAY-1964	05-MAY-1964	Branco	
José Henrique Mota	05-JUN-1964	05-FEB-1965	Branco	Portugal
José Carlos Midões Codinha	10-JUN-1964	28-JUL-1964	Branco	Portugal
António João Monteiro Sousa	29-JUN-1964	24-SEP-1964	Mestiço	Cabo Verde
Afonso José de Sousa Gonçalves Braga	28-JUL-1964	05-FEB-1965	Branco	Portugal
Manuel Joaquim Moreira Moutinho	04-AUG-1964	22-DEC-1964	Branco	Portugal
Omar da Silva Karim Ahmad	12-AUG-1964	25-AUG-1965	Branco	Moçambique
José Augusto Guimarães Morais	17-SEP-1964	11-DEC-1965	Branco	Portugal
José Manuel Torres de Vasconcelos	17-SEP-1964	25-AUG-1965	Branco	Portugal
Rui Manuel Pato Faure da Rosa	17-SEP-1964	12-SEP-1965	Branco	Portugal
José Manuel Marreiros Neto Rodrigues	07-OCT-1964	07-JAN-1965	Branco	Moçambique
Artur Manuel Ventura Figueira Gouveia	13-OCT-1964	12-MAY-1967	Negro	Portugal
Álvaro José de Melo Sequeira dos Santos	19-OCT-1964	25-MAR-1965	Branco	Portugal
Percy Carlos Freudenthal	22-OCT-1964	25-MAR-1965	Branco	Portugal
Carlos Justino dos Santos Gomes	04-NOV-1964	16-NOV-1964	Branco	Portugal
Manuel Vítor Sheppard de Azevedo Cruz	04-NOV-1964	04-DEC-1964	Branco	Portugal
José Francisco Ribeiro de Almeida	05-NOV-1964	24-MAR-1969	Branco	Portugal
Mário António Figueiredo Neto	24-NOV-1964	11-AUG-1965	Branco	
António Augusto de Oliveira Melo	25-NOV-1964	22-DEC-1964	Branco	Portugal
António Augusto Moreira Nunes de Almeida	25-NOV-1964	07-JAN-1965	Branco	Portugal
António Guilherme Faria Lopes Alves	25-NOV-1964	07-JAN-1965	Branco	Portugal
António Manuel de Paula Saraiva	25-NOV-1964	10-JUL-1965	Branco	Portugal
Fernando Luís Almeida da Costa Gomes	25-NOV-1964	30-NOV-1964	Branco	Portugal
Henrique José de Figueiredo Garcia Pereira	25-NOV-1964	10-JUL-1965	Branco	Portugal
Joaquim José Bettencourt Andrade Sequeira	25-NOV-1964	20-JUL-1965	Branco	Portugal
Jorge Manuel Paneiro Taborda Duarte	25-NOV-1964	21-OCT-1965	Branco	Portugal
José Manuel Gravata Filipe	25-NOV-1964	07-JAN-1965	Branco	Portugal
Maria Georgiana Maia de Azevedo	25-NOV-1964	10-JUL-1965	Branco	Portugal
Eduardo da Conceição Medeiros	26-NOV-1964	21-DEC-1965	Branco	
Jorge Quina Ribeiro de Araújo	26-NOV-1964	22-OCT-1965	Branco	Portugal
Carlos Manuel Ferreira Marum	04-DEC-1964	26-JAN-1966	Branco	Portugal
António José Borrani Crisóstomo Teixeira	06-DEC-1964	01-JAN-1965	Branco	Portugal
Fernanda Maria Ferreira Pinto	06-DEC-1964	08-JAN-1965	Branco	Portugal
Carlos João Faria Sebrosa	07-DEC-1964	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Augusto César Lobato de Faria	08-DEC-1964	08-DEC-1964	Branco	Angola
Manuel Frederico Gandra Pinheiro Chagas	10-DEC-1964	12-DEC-1964	Branco	Portugal
Manuel Valentim Franco Alexandre	18-JAN-1965	11-MAY-1965	Branco	Portugal
Manuel Velasco Galiano	19-JAN-1965	16-FEB-1965	Negro	Angola
Adolfo Sanchez Steiger Garcia	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

Afonso Joaquim de Pinho Monteiro	21-JAN-1965	15-JUN-1966	Branco	Portugal
Aguinaldo Alexandre dos Santos Cabral	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Alfredo Ladeira Caldeira	21-JAN-1965	13-OCT-1966	Branco	Portugal
Ana Maria de Pina Massano de Amorim	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Ana Maria Poitier Ferreira Abel	21-JAN-1965	27-APR-1965	Branco	Portugal
Artur Eduardo Pires Alexandre Pinto	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Fernando José Mendes Rosas	21-JAN-1965	16-JAN-1966	Branco	Portugal
Fernando José Montez Baeta Neves	21-JAN-1965	22-FEB-1965	Branco	Portugal
Filipe Manuel Mendes Rosas	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Francisco Rego Chaves Fernandes	21-JAN-1965	10-MAY-1965	Branco	Portugal
João Afonso Raimão Aires Teixeira	21-JAN-1965	.	Branco	Portugal
João Gabriel de Oliveira Morato Pereira	21-JAN-1965	16-APR-1966	Branco	
Joaquim Perestrello Neto Valente	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	
José Augusto da Silva	21-JAN-1965	.	Branco	Portugal
José Manuel Martins Palminha	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Lígia Calafaz Gomes	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Luís Filipe Salgado de Matos	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Maria Antonieta Martins Rodrigues Coelho	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Maria Emília Almeida Neves	21-JAN-1965	19-MAR-1965	Branco	Portugal
Maria Teresa Pacheco Pereira	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Mário Lino Soares Correia	21-JAN-1965	19-MAR-1965	Branco	Portugal
Maximino José Vaz da Cunha	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Pedro Manuel Seixas Nogueira de Lemos	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Rui Manuel Gonçalves Rodrigues Pereira	21-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Sara Barros Querós Amâncio	21-JAN-1965	11-FEB-1966	Branco	Portugal
José Manuel Gomes Tavares de Moura	22-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
António de Oliveira Morais	23-JAN-1965	24-APR-1965	Branco	
Joaquim Mário De Oliveira Vital	30-JAN-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
João Faustino de Vasconcelos Taxa	31-JAN-1965	04-FEB-1965	Branco	Portugal
António Vieira Sanches	02-FEB-1965	03-FEB-1965	Branco	Portugal
Francisco Manuel Ruivo Ferreira Romãozinho	02-FEB-1965	06-FEB-1965	Branco	Portugal
Henrique Vítor de Morais Moreira	02-FEB-1965	06-FEB-1965	Branco	Portugal
Joaquim Francisco Bivat Segurado	02-FEB-1965	06-FEB-1965	Branco	Portugal
José Romeu Licas Nunes	02-FEB-1965	06-FEB-1965	Branco	Portugal
Dietrich Albrecht Lang	04-FEB-1965	27-APR-1965	Branco	Alemanha
Maria Teresa Mealha Tito de Morais	04-FEB-1965	27-APR-1965	Branco	Portugal
Carlos Henrique de Brito Mendes	25-FEB-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
José Alberto Caeiro Costa	05-MAR-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
José Eduardo Gonçalves Bento	06-MAR-1965	11-AUG-1965	Branco	Portugal
Augusto César Lobato de Faria	12-MAR-1965	25-AUG-1965	Branco	Angola
Henrique Lopes Guerra	24-MAR-1965	22-SEP-1973	Negro	Angola
Maria Eugénia Paiva Cruz	25-MAR-1965	31-MAR-1965	Negro	Angola
Vitória de Almeida e Sousa	25-MAR-1965	15-MAY-1972	Negro	Angola
Tito Manuel Pereira Cardoso e Cunha	28-MAR-1965	28-MAR-1965	Branco	Portugal
António Luís Varela Pilar	01-APR-1965	02-APR-1965	Branco	Portugal
José Manuel Vasconcelos Rodrigues	01-APR-1965	02-APR-1965	Branco	Portugal
Luís Manuel do Ó Carvalho Mourão	01-APR-1965	02-APR-1965	Branco	Portugal
Mário José Laureano Pinto	19-MAY-1965	20-MAY-1965	Branco	Portugal
Jaime José Matos da Gama	12-JUL-1965	17-JUL-1965	Branco	Portugal
António Maria de Sousa Almeida	16-JUL-1965	20-AUG-1965	Branco	Portugal
Henrique José Moura de Sousa Montelobo	16-JUL-1965	08-SEP-1965		
Maria Madalena de Azevedo Santos	30-JUL-1965	30-JUL-1965	Branco	Portugal
Adolfo Sanchez Steiger Garcia	02-OCT-1965	06-OCT-1965	Branco	Portugal
Carlos Manuel Myre Doreis	28-OCT-1965	25-MAR-1966		Portugal
Graça Erika Rosenheim Rodrigues Myre Doreis	28-OCT-1965	22-APR-1966	Branco	Portugal
João Bernardo Maia Vieigas Soares	29-OCT-1965	03-MAR-1966	Branco	Portugal
Manuel Gonçalves Liberato Júnior	14-NOV-1965	24-APR-1971	Branco	Angola
Sebastião Dias Santos Silva	18-NOV-1965	22-DEC-1965	Branco	Portugal
Miguel Arcanjo Pedro Necaui	29-NOV-1965	07-FEB-1966	Negro	Moçambique
António Afonso Pires Lomba	04-DEC-1965	21-FEB-1966	Negro	São Tomé
Armando Vieira Faria	04-DEC-1965	10-FEB-1966	Branco	Guiné-Bissau
Flávio Quaresma Pires dos Santos	04-DEC-1965	16-FEB-1966	Negro	São Tomé
Henrique Pinto da Costa	04-DEC-1965	16-FEB-1966	Negro	São Tomé
Manuel Joaquim de Oliveira Diogo	04-DEC-1965	07-DEC-1965		
Maria de Lourdes Meneses de alva Bragança Gomes Torres	04-DEC-1965	.	Negro	São Tomé
José Luís Saldanha Sanches	18-DEC-1965	18-DEC-1971	Branco	Portugal
José Manuel Castelhana Ribeiro Ponte	20-DEC-1965	21-JAN-1966	Branco	Portugal
Manuel Augusto Noel Costa Araújo	21-DEC-1965	02-MAR-1966	Branco	Portugal
José Luís Machado Feronha	25-DEC-1965	14-NOV-1972	Branco	Angola
Armando dos Santos Cerqueira	28-JAN-1966	19-MAY-1966	Branco	Portugal
Ana Maria Pires de Carvalho de Espinay	14-FEB-1966	16-FEB-1966	Branco	Moçambique
José Manuel Pires Carvalho Vilar	14-FEB-1966	11-NOV-1967	Branco	Angola
Duarte Manuel Pires de Lima de Castilho	23-FEB-1966	01-MAR-1966	Branco	Portugal
Lígia Calafaz Gomes	23-FEB-1966	14-MAY-1973	Branco	Portugal
Maria Antonieta Martins Rodrigues Coelho	23-FEB-1966	11-MAR-1966	Branco	Portugal
Hernani Tavares Menezes Gandra	02-MAR-1966	22-APR-1966	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

António dos Santos Graça	05-MAR-1966	18-APR-1966	Branco	Portugal
José Eduardo Gomes da Silva Castanheiro Freire	16-APR-1966	25-APR-1966	Branco	Portugal
José Joaquim Pereira Marques	07-JUN-1966	08-JUN-1966	Branco	
Jean Bernards Savoisin	26-AUG-1966	07-SEP-1966	Branco	França
António José Esperança Pereira	25-OCT-1966	18-NOV-1966	Branco	Portugal
Felisberto dos Santos Matos	03-NOV-1966	18-NOV-1966	Branco	Portugal
Maria Julieta Duarte de Figueiredo	17-DEC-1966	.	Branco	Portugal
António José Cardoso Metello de Seixas	07-JAN-1967	22-JAN-1967	Branco	Portugal
António Francesco Carrelhas Cachapuz	24-MAR-1967	29-JUL-1967	Branco	Portugal
José Augusto Nozes Pires	24-MAR-1967	02-AUG-1967	Branco	Portugal
Nuno Pereira Silva Miguel	08-APR-1967	10-APR-1967	Branco	Portugal
Guilherme dos Santos Vieira Novo	15-APR-1967	21-APR-1967	Branco	Portugal
António Augusto Figueiredo Ribeiro Pires	29-APR-1967	24-MAY-1967	Branco	Portugal
Carlos Nelson Gonçalves Amador	29-APR-1967	09-JUN-1967	Branco	Portugal
Fernando Alberto da Graça Teixeira	12-MAY-1967	16-MAY-1967	Branco	Portugal
Pedro Joaquim Albuquerque Nunes de Sá e Melo	17-MAY-1967	14-JUN-1967	Branco	Moçambique
Luís Alberto Ferin Maças Fernandes	22-MAY-1967	29-MAY-1967	Branco	Portugal
Maria Helena Martins dos Santos Pato Noales Rodrigues	14-JUN-1967	17-NOV-1967	Branco	
Vítor Manuel Fernandes Custódio	03-JUL-1967	04-JUN-1967	Branco	Portugal
João Telmo da Costa Araújo	17-JUL-1967	23-AUG-1967	Branco	Portugal
Luís Alberto Ferin Maças Fernandes	27-JUL-1967	.	Branco	Portugal
Manuel Valentim Franco Alexandre	31-JUL-1967	01-SEP-1967	Branco	Portugal
Joaquim António Cardoso Fialho Gomes	14-AUG-1967	12-OCT-1967	Branco	Portugal
Octávio Manuel Curado Correia Ribeiro	08-SEP-1967	01-JUN-1968	Branco	Portugal
Alberto Anacleto Pinto de Sousa Pinguinha	10-SEP-1967	12-OCT-1967	Branco	Portugal
Filipe Augusto Neves do Carmo	11-SEP-1967	28-SEP-1967	Branco	Portugal
Rafael Jorge Esparza Machin	12-SEP-1967	14-SEP-1967	Branco	Espanha
Jorge Manuel de Pinho de Melo Ramalho	27-SEP-1967	29-SEP-1967	Branco	Portugal
José Manuel Henriques Varela Louça De Sousa	27-SEP-1967	29-SEP-1967	Branco	Angola
Bernardo Rivera	06-OCT-1967	09-OCT-1967	Branco	França
Isabel Maria Fernandes Gonçalves Ferreira	10-OCT-1967	25-OCT-1967	Branco	Portugal
Maria Manuela Mendes Cruz Bernardino	01-NOV-1967	08-NOV-1967	Branco	Portugal
António Estêvão de Vasconcelos Casais Ribeiro	09-NOV-1967	10-NOV-1967	Branco	Portugal
Manuel Augusto Noel Costa Araújo	16-NOV-1967	09-MAY-1968	Branco	Portugal
Maria Teresa Peres Benta	17-NOV-1967	30-NOV-1967	Branco	Portugal
Maria Margarida Barbosa de Carvalho	21-NOV-1967	11-DEC-1967	Branco	Portugal
José Sebastião Noel Costa de Araújo	24-NOV-1967	12-FEB-1968	Branco	Portugal
Mário Domingues da Costa	24-NOV-1967	25-APR-1974	Negro	Angola
Carlos Augusto dos Santos Miranda	27-NOV-1967	11-DEC-1967	Branco	Cabo Verde
José Fernando Ferreira Gomes	27-NOV-1967	05-DEC-1967	Branco	Portugal
Maria Odete Duarte da Cunha Vaz	08-DEC-1967	11-DEC-1967	Branco	Portugal
Rui Lopes Cardoso	12-DEC-1967	12-DEC-1968	Branco	Portugal
Ângelo José Cachuco Sajara	15-DEC-1967	18-DEC-1967	Branco	Portugal
Jorge Manuel Sénica Galamba Marques	15-DEC-1967	15-AUG-1969	Branco	Portugal
Carlos Manuel Azevedo de Sousa	16-DEC-1967	21-DEC-1967	Branco	Portugal
António Maria de Sousa Almeida	17-DEC-1967	17-DEC-1969	Branco	Portugal
José Augusto Nozes Pires	20-DEC-1967	04-JAN-1968	Branco	Portugal
Álvaro Ribeiro Monteiro	21-DEC-1967	30-JAN-1968	Branco	Portugal
António João Mendes dos Santos	21-DEC-1967	12-MAR-1968	Branco	Portugal
Júlio Filipe Neto de Almeida Carrapato	05-JAN-1968	27-JAN-1968	Branco	
Alexandre José Alinho Martins de Oliveira	07-JAN-1968	30-APR-1973	Branco	Portugal
Bernardo Manuel de Melo	29-JAN-1968	08-MAR-1968	Branco	Portugal
Luís Manuel Figueiredo Caeiro Piçarra	17-FEB-1968	23-FEB-1968	Branco	Portugal
Álvaro de Jesus Ribeiro da Silva	21-FEB-1968	08-MAR-1968	Branco	Portugal
António Cândido Pereira de Almeida	21-FEB-1968	27-FEB-1968	Branco	Portugal
António Oneto Ramires Brás	21-FEB-1968	05-MAR-1968	Branco	Portugal
António Paulo Santiago Jorge	21-FEB-1968	05-MAR-1968	Branco	Portugal
Augusto Rodrigues Coimbra	21-FEB-1968	05-MAR-1968	Branco	
Carlos Vieira Capela	21-FEB-1968	05-MAR-1968	Branco	Portugal
Delfim Pires Madeira	21-FEB-1968	28-FEB-1968	Branco	Portugal
Jorge Manuel Mendes Antas	21-FEB-1968	27-FEB-1968	Branco	Portugal
José António Martins Mendes Cerejo	21-FEB-1968	05-MAR-1968	Branco	Portugal
José Freitas e Silva Melo	21-FEB-1968	27-FEB-1968	Branco	Portugal
Maria Helena Anselmo Vieigas	21-FEB-1968	22-FEB-1968	Branco	Portugal
Maria Josefina Freire Pereira Caldas	21-FEB-1968	22-FEB-1968	Branco	Portugal
Vasco Alberto Ribeiro Gouveia de Almeida	21-FEB-1968	28-FEB-1968	Branco	Portugal
Francisco José Ribeiro Onofre	14-MAR-1968	04-JUN-1968	Branco	Portugal
Jorge Manuel Raimundo Custódio	15-MAR-1968	24-MAY-1968	Branco	Portugal
Carlos Alberto Palma de Miranda	21-MAR-1968	25-MAR-1968	Branco	Portugal
Bruno Ademar Paisana Gonçalves	01-APR-1968	01-MAY-1968	Branco	Portugal
Rute Albuquerque Magalhães	09-APR-1968	19-APR-1968	Branco	Portugal
António Carlos de Sousa Marques Esteves	22-APR-1968	22-APR-1968	Branco	Portugal
José Alberto Ferreira Franco	22-APR-1968	01-MAY-1968	Branco	Portugal
José Luís da Conceição	06-JUN-1968	26-JUL-1968	Branco	Portugal
António Domingos Ribeiro de Freitas	11-JUN-1968	12-JUN-1968	Branco	
Tito Manuel Pereira Cardoso e Cunha	02-JUL-1968	16-JUL-1968	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

Horácio António Simões da Costa Guimarães	03-AUG-1968	28-SEP-1968	Branco	Portugal
António João Mendes dos Santos	08-AUG-1968	.	Branco	Portugal
Ernesto da Silva Andrade Parda	10-AUG-1968	06-SEP-1968	Branco	Portugal
José Aurélio Martins de Abreu	19-AUG-1968	02-OCT-1968	Branco	Macau
Fernando Alberto Pereira Marques	20-AUG-1968	24-NOV-1972	Branco	Portugal
Daniel Joaquim Campos de Sousa Teixeira	21-AUG-1968	.	Branco	Portugal
Fernando José dos Santos Branco	23-AUG-1968	23-AUG-1973	Branco	Portugal
Francisco José Beja da Silva Sardo	02-SEP-1968	03-SEP-1968	Branco	Portugal
Daniel Gonçalo Rodrigues de Ascensão Filipe	25-OCT-1968	.	Branco	Portugal
Alfredo Augusto Domingues Tinoco	01-NOV-1968	01-NOV-1968	Branco	Portugal
José Júlio Colaço Barreiros	16-DEC-1968	23-DEC-1968	Branco	Portugal
João Ribeiro Pereira de Barros	21-DEC-1968	23-DEC-1968	Branco	Portugal
Mário Manuel Castanheira Nuncio Crispim	03-JAN-1969	06-JAN-1969	Branco	Portugal
João Manuel Fiandeiro Santos Marques	30-JAN-1969	15-FEB-1969	Branco	Portugal
Beatriz de Jesus Martins	29-MAR-1969	29-MAR-1969	Branco	Portugal
António Luís Ramos Ferreira de Sousa	01-MAY-1969	19-MAY-1969	Branco	Portugal
Armando Morais da Costa Pinto	01-MAY-1969	21-MAY-1969	Branco	Portugal
Carlos Alberto Dias Nogueira	01-MAY-1969	05-MAY-1969	Branco	Portugal
João Ribeiro Pereira de Barros	01-MAY-1969	06-MAY-1969	Branco	Portugal
Joaquim Manuel Vieira Vassalo Pereira	01-MAY-1969	21-MAY-1969	Branco	Portugal
Jorge Alberto Alves de Moraes	01-MAY-1969	21-MAY-1969	Branco	Portugal
José Bastos da Cunha	01-MAY-1969	21-MAY-1969	Branco	Portugal
Luís Carlos Furtado de Antas de Almeida	01-MAY-1969	21-MAY-1969	Branco	Angola
Marcolino de Sousa	01-MAY-1969	21-MAY-1969	Branco	Portugal
Rui Jorge de Abrantes Miranda	01-MAY-1969	05-MAY-1969	Branco	
Veríssimo Freitas da Silva Borges	01-MAY-1969	22-MAY-1969	Branco	Portugal
António Alberto de Salaviza Policarpo Manso	09-MAY-1969	19-MAY-1969	Branco	Portugal
João Carlos de Carvalho Dias Sargaço	14-MAY-1969	19-MAY-1969	Branco	Portugal
José António Fernandes Tavares e Sousa	14-MAY-1969	19-MAY-1969	Branco	Portugal
José Manuel Vasconcelos Rodrigues	14-MAY-1969	19-MAY-1969	Branco	Portugal
Manuel Augusto Ribeiro Cabral	14-MAY-1969	19-MAY-1969	Branco	Macau
Maria da Graça Melo Cabral Marques Pinto	14-MAY-1969	15-MAY-1969	Branco	Moçambique
Mimi Cavender	25-MAY-1969	24-JUN-1969	Branco	Estados Unidos
António Morais Sarmento dos Santos Lucas e Costa Brotas	30-JUN-1969	05-JUL-1969	Branco	
Jaime Arnaldo Redondo Roseira	11-JUL-1969	11-JUL-1969	Branco	Portugal
Evromondo José da Silva	23-JUL-1969	09-SEP-1969	Negro	Guiné-Bissau
Maria Antonieta de Brito Barracha Murta Marcos	05-OCT-1969	05-OCT-1969	Branco	Portugal
Rui Teives Henriques	05-OCT-1969	05-OCT-1969	Branco	Portugal
Vítor Emanuel Murta Marcos	05-OCT-1969	05-OCT-1969	Branco	Portugal
Jorge Manuel Pereira da Silva	23-OCT-1969	28-OCT-1969	Branco	Portugal
Maria Júlia Pereira da Silva	23-OCT-1969	28-OCT-1969	Branco	Portugal
Rui Augusto Ribeiro Gusmão	23-OCT-1969	30-OCT-1969	Branco	Portugal
Álvaro José de Melo Sequeira dos Santos	15-JAN-1970	24-OCT-1972	Negro	Angola
Raúl Jorge Lopes Feio	27-JAN-1970	27-JUL-1971	Mestiço	Angola
António Manuel Garcia Neto	06-FEB-1970	25-APR-1974	Negro	Angola
António José Marques da Costa Afonso	12-FEB-1970	25-FEB-1970	Branco	Portugal
Rui Filipe de Matos Figueira Martins Ramos	14-FEB-1970	15-AUG-1973	Mestiço	Angola
Fernando Emílio de Campos Pereira Sabrosa	20-FEB-1970	20-AUG-1971	Mestiço	Angola
Rui António Craveiro Afonso	20-FEB-1970	01-APR-1970	Branco	Portugal
Ana Maria Santiago Ferreira de Almeida	21-FEB-1970	23-FEB-1970	Branco	Portugal
António Virgílio Ramalhete Suspiro	21-FEB-1970	23-FEB-1970	Branco	Portugal
Artur Danilo Leal Silva Santos	21-FEB-1970	23-FEB-1970	Branco	Angola
Graça Maria de Figueiredo e Melo	21-FEB-1970	23-FEB-1970	Branco	Portugal
João Pedro de Lemos Santos Silva	21-FEB-1970	24-APR-1970	Branco	Portugal
Joaquim Filipe Clemente	21-FEB-1970	23-FEB-1970	Branco	Goa
José António dos Santos Ribeiro Lopes	21-FEB-1970	23-FEB-1970	Branco	Portugal
José António Lopes Xavier	21-FEB-1970	25-FEB-1970	Branco	Portugal
José Eduardo de Vasconcelos Casqueiro Cardim	21-FEB-1970	23-FEB-1970	Branco	Portugal
José Mário Dias Alves da Costa	21-FEB-1970	23-FEB-1970	Branco	Angola
Maria Manuela Pedrosa Rego	21-FEB-1970	23-FEB-1970	Branco	Portugal
Rosa Eugénia Fernandes	21-FEB-1970	23-FEB-1970	Branco	Portugal
João Manuel Ferraz Machado de Graça	27-FEB-1970	13-APR-1970	Branco	Portugal
Vitorino das Neves Vieira Pereira	27-FEB-1970	13-APR-1970	Branco	Portugal
Jaime José Matos da Gama	02-APR-1970	29-APR-1970	Branco	Portugal
Manuel Fernando Barros de Carvalho Sala	06-APR-1970	13-APR-1970	Branco	Portugal
José Pires Marques Pereira	10-APR-1970	20-MAY-1970	Branco	Portugal
Maria Luísa Pires Marques Vaz de Oliveira	10-APR-1970	10-DEC-1972	Branco	Angola
Saul Manuel Noronha da Costa	22-APR-1970	22-MAY-1970	Branco	
Horácio José Cecílio Rufino	29-APR-1970	05-JUN-1970	Branco	Portugal
Álvaro Ribeiro Monteiro	03-MAY-1970	21-DEC-1970	Branco	Portugal
Carlos Alberto dos Santos Godinho	03-MAY-1970	12-JUN-1970	Branco	Portugal
Fernando Manuel Tavares Carlos	03-MAY-1970	21-DEC-1970	Branco	Portugal
Pedro Fernando Martins Pereira	03-MAY-1970	22-MAY-1971	Branco	Portugal
José Carlos Queirós Pinheiro Henriques	06-MAY-1970	07-MAY-1970	Branco	Portugal
Ana Bela Martins Lopes Pombo	16-MAY-1970	20-MAY-1970	Branco	Portugal
António de Abreu Rodrigues Fernandes	16-MAY-1970	20-MAY-1970	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

António Joaquim Marinho da Silva	18-MAY-1970	19-MAY-1970	Branco	Portugal
Joaquim António Rodrigues Veiga	18-MAY-1970	19-MAY-1970	Branco	Portugal
Luís Filipe Rodrigues Batista Coelho	02-JUN-1970	05-JUN-1970	Branco	Portugal
Paulo Alberto Branco Teixeira de Sousa	04-JUL-1970	08-JUL-1970	Branco	Portugal
Francisco James Payne Rodrigues Pereira	01-AUG-1970	23-SEP-1970	Branco	
José Manuel Rodrigues Ferreira Sobral	19-OCT-1970	21-OCT-1970	Branco	Portugal
José Nelson Albuquerque da Costa Craveiro	19-OCT-1970	21-OCT-1970	Branco	Portugal
António Manuel de Vasconcelos Barbosa	04-DEC-1970	16-FEB-1971	Branco	Guiné-Bissau
Eduardo José Lima Gonçalves de Sousa	18-DEC-1970	23-DEC-1970	Branco	Portugal
José António Martins Mendes Cerejo	19-DEC-1970	15-JAN-1971	Branco	Portugal
Alcínio Moreira Araújo	13-JAN-1971	18-JAN-1971	Branco	Portugal
António Caetano	14-JAN-1971	16-JAN-1971	Branco	
António Jerónimo Barbosa Cidadão Martins	14-JAN-1971	16-JAN-1971	Branco	Portugal
João Manuel Viegas Ferreira de Carvalho	15-JAN-1971	23-JAN-1971	Branco	Portugal
Joseph Quirin Vonar	15-JAN-1971	18-JAN-1971	Branco	França
José Mário Dias Alves da Costa	18-JAN-1971	27-JAN-1971	Branco	Angola
José Manuel da Silva Veríssimo	22-JAN-1971	01-MAR-1971	Branco	Portugal
José António da Fonseca Mamede	27-JAN-1971	22-FEB-1971	Branco	Portugal
Rui Manuel Azevedo Gonçalves	27-JAN-1971	23-APR-1971	Branco	Portugal
António Alberto de Salaviza Policarpo Manso	06-FEB-1971	11-MAR-1971	Branco	Portugal
Joseph Quirin Vonar	06-FEB-1971	10-FEB-1971	Branco	França
José Maria Afonso Guerreiro	09-FEB-1971	12-MAR-1971	Branco	Portugal
António Jorge Pais Ribeiro da Cunha	11-FEB-1971	05-APR-1971	Branco	
António de Sousa Marinho e Pinto	12-FEB-1971	05-APR-1971	Branco	Portugal
António Romeu Azevedo da Cunha Reis	12-FEB-1971	02-APR-1971	Branco	Portugal
Carlos Manuel Guerra Fraião	12-FEB-1971	02-APR-1971	Branco	Portugal
José Luís Bento Pena dos Reis	12-FEB-1971	02-APR-1971	Branco	Portugal
Luís Augusto Teives Henriques	12-FEB-1971	05-APR-1971	Branco	Portugal
Luís Eduardo Abreu Lima Ramos	12-FEB-1971	05-APR-1971	Branco	Portugal
Ana Paula Marques Vaz Pinto de Almeida	13-FEB-1971	01-APR-1971	Branco	Portugal
Rodrigo Manuel Leite da Silva Santiago	13-FEB-1971	02-APR-1971	Branco	Portugal
Vítor Manuel Fernandes Custódio	13-FEB-1971	12-MAR-1971	Branco	Portugal
Alfredo de Avelar Soares Bernardes Martins	16-FEB-1971	01-APR-1971	Branco	Portugal
Carlos Huet Viana Jorge	16-FEB-1971	02-APR-1971	Branco	Portugal
Domingos Martins Morim Lopes	16-FEB-1971	02-APR-1971	Branco	Portugal
Luís Artur Pereira Alves	16-FEB-1971	02-APR-1971	Branco	
Maria José Afonso Ribeiro	16-FEB-1971	02-APR-1971	Branco	Portugal
Pedro Bastos Teles Palhinha	17-FEB-1971	01-APR-1971	Branco	
Benvinda Maria Marques Martins	19-FEB-1971	23-MAR-1971	Branco	
José Albino Caetano Duarte	19-FEB-1971	05-MAR-1971	Branco	Portugal
José João de Morais Ramiro da Fonseca	19-FEB-1971	03-MAR-1971	Branco	Portugal
Maria Alice Pereira Inácio	19-FEB-1971	02-APR-1971	Branco	Portugal
José Freitas Seabra	05-MAR-1971	05-APR-1971	Branco	Portugal
Manuel Curado Correia Ribeiro	05-MAR-1971	05-APR-1971	Branco	Portugal
Maria Emília Duarte Ralha	05-MAR-1971	01-APR-1971	Branco	Portugal
Maria Fernanda Oliveira Magalhães Mateus	05-MAR-1971	05-APR-1971	Branco	Portugal
Joaquim Francisco da Mota Barbosa	10-MAR-1971	25-FEB-1971	Branco	
Luís Carlos Januário dos Santos	10-MAR-1971	05-APR-1971	Branco	Portugal
António Manuel de Almeida Santos Cordeiro	11-MAR-1971	23-APR-1971	Branco	Portugal
Francisco José Cepeda Bruto da Costa	11-MAR-1971	06-JAN-1972	Branco	
Eduardo José da Cunha Bárrio Vieira	12-MAR-1971	19-MAR-1971	Branco	
João Duarte Gouveia de Freitas	12-MAR-1971	19-MAR-1971	Branco	Portugal
Manuel António de Oliveira Carmelo Rosa	24-MAR-1971	21-DEC-1971	Branco	Portugal
Maria da Graça Melo Cabral Marques Pinto	24-MAR-1971	21-DEC-1971	Branco	Moçambique
Rui Manuel da Silva Moutinho dos Santos	24-MAR-1971	07-APR-1971	Branco	Portugal
Francisco Rui Cunha Leal Molarinho Carmo	25-MAR-1971	06-APR-1971	Branco	Portugal
Luís Filipe Pereira Lopes Sabino	31-MAR-1971	14-MAY-1971	Branco	Portugal
Alberto Bernardes Costa	08-APR-1971	20-MAY-1971	Branco	Portugal
António José Martinho Cabral	08-APR-1971	21-DEC-1971	Branco	Portugal
Maria João Jordão Pinto Lobo	15-APR-1971	21-DEC-1971	Branco	Portugal
Estevão Rodrigues Pires	19-APR-1971	27-APR-1971	Branco	
Francisco Artur Tibúrcio Ribeiro	01-MAY-1971	06-MAY-1971	Branco	Portugal
José Paulo Casimiro da Fonseca	01-MAY-1971	06-MAY-1971	Branco	Portugal
Rui Manuel Dias José	01-MAY-1971	06-MAY-1971	Branco	Portugal
Ana Maria dos Santos Soares Vieira	22-MAY-1971	23-JUN-1971	Branco	Portugal
Carlos Manuel Azevedo de Sousa Oliveira	22-MAY-1971	24-JUN-1971	Branco	Portugal
Carmen Dolores Urbano Salgado	22-MAY-1971	23-JUN-1971	Branco	Portugal
Graça Maria de Almeida Ribeiro	22-MAY-1971	23-JUN-1971	Branco	Portugal
João António Soares Rodrigues dos Santos	22-MAY-1971	23-JUN-1971	Branco	Portugal
Jorge Cária Tavares	22-MAY-1971	24-JUN-1971	Branco	Portugal
Jorge Manuel Apolo Soares	22-MAY-1971	24-JUN-1971	Branco	Portugal
Luís Filipe Ventura Teodoro	22-MAY-1971	24-JUN-1971	Branco	Portugal
Maria de Lourdes Fidalgo de Mesquita	22-MAY-1971	23-JUN-1971	Branco	Portugal
Maria Graça de Almeida Ribeiro	22-MAY-1971	23-JUN-1971	Branco	Portugal
Maria Isabel Quintinho Pimenta	22-MAY-1971	23-JUN-1971	Branco	Portugal
Maria Julieta Alonso Antão	22-MAY-1971	23-JUN-1971	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

Olga Maria Montenegro Garcês Brito	22-MAY-1971	23-JUN-1971	Branco	Portugal
Orlando Cardoso Gonçalves	22-MAY-1971	01-JUL-1971	Branco	Portugal
Samuel Rodrigues Martins Eleutério	22-MAY-1971	24-JUN-1971	Branco	Portugal
Fernando Rodrigo Duarte Elias	25-MAY-1971	31-MAY-1971	Branco	Portugal
João Carlos Martins Brandão Estêvão	25-MAY-1971	02-JUN-1971	Branco	
Joaquim Maria de Conceição Nunes	25-MAY-1971	04-JUN-1971	Branco	Portugal
José Luís Vidal dos Santos	25-MAY-1971	10-AUG-1971	Branco	Portugal
Paulo António Clemente Gonçalves Neves	25-MAY-1971	01-JUN-1971	Branco	Portugal
Júlio Maria da Cruz Tavares Meireles	26-MAY-1971	03-JUN-1971	Branco	Portugal
Maria Antónia Trigueiros de Castro Carreiras	26-MAY-1971	01-JUN-1971	Branco	Portugal
Carlos Alberto Leandro Pratas e Sousa	27-MAY-1971	01-JUN-1971	Branco	Portugal
Jorge Paulo Gonçalves Bárcia	27-MAY-1971	01-JUN-1971	Branco	Portugal
José Daniel Fernandes Teixeira	27-MAY-1971	01-JUN-1971	Branco	Portugal
Dominique Pierre Joseph Marie Barnouin	18-JUN-1971	22-JUN-1971	Branco	França
Jean Marc François Marie Beylier	18-JUN-1971	22-JUN-1971	Branco	França
Veríssimo Freitas da Silva Borges	24-JUN-1971	26-JUN-1971	Branco	Portugal
Marília da Conceição Tojeira Marques Pinto Lima	30-JUN-1971	07-SEP-1971	Branco	
Alberto Luís Medo Soares	08-JUL-1971	18-AUG-1971	Branco	Angola
Fernando Silvino Teixeira	08-JUL-1971	28-AUG-1971	Branco	Portugal
Amadeu António Pereira Lopes Sabino	09-JUL-1971	05-APR-1972	Branco	Portugal
José António dos Santos Ribeiro Lopes	14-JUL-1971	14-OCT-1972	Branco	Portugal
José Tavares Marcelino	15-JUL-1971	15-NOV-1972	Branco	
Fernando José Mendes Rosas	27-AUG-1971	27-OCT-1972	Branco	Portugal
Álvaro Ribeiro Monteiro	06-SEP-1971	11-JUL-1972	Branco	Portugal
António Silva Neves Dias	18-NOV-1971	22-NOV-1971	Branco	Portugal
Fernando Manuel Campos Mouta	18-NOV-1971	22-NOV-1971	Branco	Portugal
Carlos Manuel de Oliveira Santos	02-DEC-1971	06-DEC-1971	Branco	Portugal
António Manuel Galandim Madeira	09-JAN-1972	12-JAN-1972	Branco	Portugal
António Pedro Dias Valente	09-JAN-1972	12-JAN-1972	Branco	Portugal
Joaquim António Correia Profírio	09-JAN-1972	12-JAN-1972	Branco	Portugal
José Manuel Cabaço	09-JAN-1972	11-JAN-1972	Branco	Portugal
Carlos Alberto do Nascimento Saraiva da Costa	25-MAR-1972	25-APR-1974	Branco	Angola
Fernando Alves dos Reis Júnior	25-MAR-1972	25-DEC-1973	Branco	Angola
Joaquina Rosa Fialho de Almeida	25-MAR-1972	16-MAY-1972	Branco	Portugal
Pedro Luís Correia Malho	25-MAR-1972	25-DEC-1973	Branco	Angola
Carlos Alberto Amaral	26-MAR-1972	16-MAY-1972	Branco	Angola
Henrique Manuel Nunes de Miranda	26-MAR-1972	16-MAY-1972	Branco	Moçambique
Joaquim Maurício Ribeiro Pires	26-MAR-1972	13-FEB-1973	Branco	Angola
José Mário Dias Alves da Costa	26-MAR-1972	26-DEC-1973	Branco	Angola
Luís Miguel Vilan Marques Rodrigues	26-MAR-1972	25-APR-1974	Branco	Portugal
Manuel Fernando Correia Ribeiro	26-MAR-1972	16-MAY-1972	Branco	Portugal
Maria de Lurdes de Glória Vicente Fernandes Baginha	26-MAR-1972	13-FEB-1973	Branco	Portugal
Maria Manuela Martins Soares	26-MAR-1972	16-MAY-1972	Branco	Portugal
Nuno Lapa da Cunha Porto	26-MAR-1972	26-DEC-1973	Branco	Portugal
Olga Maria Alves da Cunha Porto	26-MAR-1972	16-MAY-1972	Branco	Portugal
Isabel Salavisa de Oliveira Lança	27-MAR-1972	24-MAY-1972	Branco	Portugal
Maria da Graça Coelho Baltasar	27-MAR-1972	24-MAY-1972	Branco	Portugal
Carlos Alberto Freitas de Gouveia e Melo	28-MAR-1972	16-MAY-1972	Branco	Portugal
Luís Manuel de Mendonça Torres	04-APR-1972	21-DEC-1972	Branco	Angola
Eurico Manuel de Pina Cabral	08-APR-1972	21-DEC-1972	Branco	Portugal
Pedro Fernando Martins Pereira	14-APR-1972	15-APR-1972	Branco	Portugal
Carlos Alberto Simões Semedo	15-APR-1972	15-APR-1972	Branco	Portugal
Fernando Manuel Matos Neves Pessoa	15-APR-1972	.	Branco	Portugal
José Maria Brosque Rocha da Fonseca	18-APR-1972	03-MAY-1972	Branco	
Horácio Crespo Pedrosa Faustino	21-APR-1972	24-NOV-1972	Branco	Portugal
Horácio Crespo Pedrosa Faustino	21-APR-1972	.	Branco	Portugal
Joaquim Manuel Moreira Alfaiate	21-APR-1972	22-NOV-1972	Branco	Portugal
Luís da Silva Marques	21-APR-1972	24-NOV-1972	Branco	Portugal
Ângelo de Jesus Oliveira	25-APR-1972	25-APR-1972	Branco	Portugal
Jorge Manuel Ferraz Coutinho	25-APR-1972	21-APR-1972	Branco	Portugal
Luís Manuel Guimarães Ferreira da Silva	25-APR-1972	.	Branco	Portugal
Mário Nuno Pires Cardoso Vaz	25-APR-1972	.	Branco	Portugal
Rui Alexandre da Paz Rafael	25-APR-1972	18-APR-1972	Branco	Portugal
Clementino da Cunha Oliveira Mesquita	10-MAY-1972	.	Branco	
Ana Margarida Moreira de Magalhães	11-MAY-1972	13-MAY-1972	Branco	Portugal
Joffre António de Sousa Justino	11-MAY-1972	13-MAY-1972	Branco	Moçambique
Maria Júlia Marques de Vasconcelos	11-MAY-1972	13-MAY-1972	Branco	Portugal
Maria Manuela Santana Carlos Wengorovius	11-MAY-1972	13-MAY-1972	Branco	Portugal
Francisco António de Moura Gago da Silva	12-MAY-1972	14-MAY-1972	Branco	Portugal
João José Soares Pacheco	12-MAY-1972	14-MAY-1972	Branco	Portugal
António Miguel da Silva Avelãs	13-MAY-1972	13-MAY-1972	Branco	
Maria Ermelinda Trindade Fernandes	13-MAY-1972	24-MAY-1972	Branco	Portugal
José Manuel Dias Raimundo	17-MAY-1972	05-JUL-1972	Branco	Portugal
Susana dos Santos de Campos Vieira	27-MAY-1972	31-MAY-1972	Branco	Portugal
António Manuel Castanheira Pedrosa	08-JUN-1972	12-JUN-1972	Branco	Portugal
Horácio José Cecílio Rufino	24-JUN-1972	25-APR-1974	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

Manuel Cecílio Rifino	07-JUL-1972	04-AUG-1972	Branco	Portugal
Ana Maria da Silva Simões Francisco	12-AUG-1972	09-OCT-1972	Branco	Portugal
Ana Maria da Silva Simões Francisco	12-AUG-1972	29-SEP-1972	Branco	Portugal
António Pedro Gragoso de Matos Braga	12-AUG-1972	23-SEP-1972	Branco	Portugal
Carlos Alberto Palma de Miranda	12-AUG-1972	22-MAR-1973	Branco	Portugal
Carlos Manuel de Almeida Fernandes	12-AUG-1972	29-SEP-1972	Branco	Portugal
Duarte Teives Henriques	12-AUG-1972	11-NOV-1972	Branco	Portugal
João Abel de Freitas	12-AUG-1972	11-NOV-1972	Branco	Portugal
Manuel Fernando Barros de Carvalho Sala	12-AUG-1972	28-OCT-1972	Branco	Portugal
Rita Maria Pereira Gouveia de Freitas	12-AUG-1972	30-SEP-1972	Branco	Portugal
Rui Teives Henriques	12-AUG-1972	25-APR-1974	Branco	Portugal
Reginaldo Joaquim Morgado Batista	22-AUG-1972	30-SEP-1973	Branco	Portugal
Carlos António Gonçalves Tomás	09-SEP-1972	.	Branco	Portugal
José Felisberto Rosado Marques	09-SEP-1972	28-OCT-1972	Branco	Portugal
Pedro Nuno Pedrosa e Topa	09-SEP-1972	23-SEP-1972	Branco	Portugal
Carlos Henrique de Castro Serra de Matos	15-SEP-1972	.	Branco	Portugal
Joaquim Manuel Prudêncio Vieira	15-SEP-1972	16-NOV-1973	Branco	Portugal
António Cândido Valeriano Cabrita Franco	14-OCT-1972	21-OCT-1972	Branco	Portugal
Ivo Alberto Tavares	14-OCT-1972	20-OCT-1972	Negro	Senegal
Jaqueline Soulier Oliveira Sá	14-OCT-1972	20-OCT-1972	Branco	Portugal
João Beato Oliveira de Sousa	14-OCT-1972	20-OCT-1972	Branco	Portugal
João Manuel Princês da Cunha Lopes	14-OCT-1972	20-OCT-1972	Branco	Portugal
Jorge Manuel de Melo e Azevedo	14-OCT-1972	20-OCT-1972	Branco	Moçambique
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego	14-OCT-1972	09-JAN-1973	Branco	Portugal
José Gamboa Chaves da Fonseca Ferrão	14-OCT-1972	20-OCT-1972	Branco	Portugal
Manuel Carlos Sanches da Graça Dias	14-OCT-1972	20-OCT-1972		
Maria da Glória Tavares de Magalhães Ramalho	14-OCT-1972	21-DEC-1972	Branco	Portugal
Maria José Casadinho Parrinha	14-OCT-1972	21-OCT-1972	Branco	Portugal
Maria Margarida Roldão Alves Vieira	14-OCT-1972	.	Branco	Portugal
Mário Alberto Assunção Domingos	14-OCT-1972	14-OCT-1972	Branco	Portugal
Pedro Manuel Martinho Assunção Correia	14-OCT-1972	21-OCT-1972	Branco	Portugal
Saul Manuel Noronha da Costa	14-OCT-1972	11-JAN-1973	Branco	
António Manuel das Dores Pestana da Silva	17-OCT-1972	19-DEC-1972	Branco	Portugal
João Paulo Lança Pinto Casquilho	17-OCT-1972	19-DEC-1972	Branco	Portugal
Joaquim Arnaldo Maltez Cardeira da Silva	17-OCT-1972	19-DEC-1972	Branco	Portugal
José Manuel Chaves Veiga Sarmiento	17-OCT-1972	24-OCT-1972	Branco	Portugal
Maria Beatriz de Oliveira Peixoto de Meneses	17-OCT-1972	19-DEC-1972	Branco	Portugal
Maria Eugénia Monteiro da Silva	17-OCT-1972	24-OCT-1972	Branco	Portugal
Olga Maria da Assunção de Moura	17-OCT-1972	19-DEC-1972	Branco	Portugal
Fernando Manuel Ferreira Mendes	18-OCT-1972	19-DEC-1972	Branco	Portugal
João Diogo da Costa Mateus	18-OCT-1972	24-OCT-1972	Branco	Portugal
João José Senos Vizinho	18-OCT-1972	19-DEC-1972	Branco	Portugal
Joaquim Estevão Miguel Judas	18-OCT-1972	19-DEC-1972	Branco	Portugal
Isabel Maria dos Santos Martins	28-OCT-1972	28-OCT-1972	Branco	Portugal
José Manuel Tavares de Carvalho	28-OCT-1972	30-OCT-1972	Branco	Portugal
João da Conceição Costa	29-OCT-1972	.	Branco	Portugal
Luís Filipe Coelho Fraga da Silva	07-NOV-1972	.	Branco	Portugal
Dolores Cármem Martins Carreira	09-NOV-1972	11-NOV-1972	Branco	Portugal
Pedro de Campos Alves	09-NOV-1972	.	Branco	Portugal
Dália Rosa Falcato	10-NOV-1972	23-DEC-1972	Branco	Portugal
João Augusto Ramos Ferreira de Sousa	10-NOV-1972	29-DEC-1972	Branco	Portugal
Maria Teresa Tengarrinha Dias Coelho	10-NOV-1972	03-MAY-1973	Branco	Portugal
Adriano Augusto Peres Portas de Magalhães	27-NOV-1972	29-NOV-1972	Branco	Portugal
João Pedro de Lemos Santos Silva	15-DEC-1972	03-MAY-1973	Branco	Portugal
Martyn Edward Davies	21-DEC-1972	22-DEC-1972	Branco	Inglaterra
Francisco Anacleto Louça	01-JAN-1973	03-JAN-1973	Branco	Portugal
João Manuel Pimentel Gonçalves	01-JAN-1973	03-JAN-1973	Branco	Portugal
Jorge Salvador de Sande e Castro Wemans	01-JAN-1973	10-JAN-1973	Branco	Portugal
José Luís Parente Galamba de Oliveira	01-JAN-1973	12-JAN-1973	Branco	Portugal
Manuel Coelho Carvalho	01-JAN-1973	13-JAN-1973	Branco	Portugal
Miguel Duarte Silva Teotónio Pereira	01-JAN-1973	03-JAN-1973	Branco	Portugal
Isabel Maria Marques Patrocínio	06-JAN-1973	09-JAN-1973	Branco	Portugal
João Manuel Duarte de Carvalho	06-JAN-1973	26-JAN-1973	Branco	Portugal
Viriato Nunes de Pina Moura	06-FEB-1973	07-FEB-1973	Branco	
João Tiago Cardoso Gonçalves Mourão	09-FEB-1973	10-FEB-1973	Branco	Portugal
Saul Manuel Noronha da Costa	09-FEB-1973	12-FEB-1973	Branco	
José Luís Mendonça Mergulhão	21-FEB-1973	24-FEB-1973	Branco	
José Manuel de Jesus António	21-FEB-1973	07-MAR-1973	Branco	Portugal
José Manuel de Morais Briosa e Gala	21-FEB-1973	07-MAR-1973	Branco	Portugal
Maria Nazaré Afonso Silva Campos	21-FEB-1973	07-MAR-1973	Branco	Portugal
Serafim Filipe dos Santos Pereira	21-FEB-1973	24-FEB-1973	Branco	Portugal
Silvino Indias Cordeiro	21-FEB-1973	24-FEB-1973	Branco	Portugal
Maria José Gonçalves da Luz	22-FEB-1973	17-MAR-1973	Branco	Portugal
Fernando Moriano Silva Costa	15-MAR-1973	17-MAR-1973	Branco	Portugal
Mário Wrem Abrantes da Silva	23-MAR-1973	.	Branco	Portugal
Carlos Indiano Cordeiro	27-MAR-1973	28-MAR-1973	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

José Luís de Campos Barbosa Lisboa	29-MAR-1973	25-JUN-1973	Branco	Portugal
Eduardo da Silva Pires	01-APR-1973	29-JUN-1973	Branco	
Vítor Manuel Garcia Ramos	01-APR-1973	19-MAY-1973	Branco	Portugal
Álvaro da Silva	02-APR-1973	05-MAY-1973	Branco	Portugal
Francisco José Pinheiro	04-APR-1973	02-JUL-1973	Branco	Portugal
Humberto Manuel de Rafael Oliveira	04-APR-1973	05-APR-1973	Branco	Portugal
João Manuel Duarte de Carvalho	04-APR-1973	.	Branco	Portugal
Joaquim dos Santos Rocha	04-APR-1973	05-APR-1973	Branco	
Maria da Conceição Soares da Silva	04-APR-1973	05-APR-1973	Branco	Portugal
José Alberto de Almeida Moraes Sardinha	06-APR-1973	26-JUN-1973	Branco	
Maria da Luz Sequeira Varela Gomes	06-APR-1973	11-APR-1974	Branco	Portugal
António Maria Metelo Perez	07-APR-1973	.	Branco	Portugal
Fernando Jorge de Araújo Coelho	07-APR-1973	11-JUN-1973	Branco	Portugal
Fernando Manuel de Sousa Justino	07-APR-1973	11-JUN-1973	Branco	Moçambique
Joffre António de Sousa Justino	07-APR-1973	13-MAR-1974	Branco	Moçambique
Miguel de Abreu Raposo de Magalhães	07-APR-1973	11-JUN-1973	Branco	Portugal
Pedro Luís da Rocha Baptista	16-APR-1973	01-JUL-1973	Branco	Portugal
Manuela Alexandra Queiroz de Barros Ferreira	27-APR-1973	17-MAY-1973	Branco	Portugal
Rui Afonso Leitão de Sousa Guimarães	28-APR-1973	25-JUN-1973	Branco	Portugal
Alfredo Manuel Batista Frade	30-APR-1973	26-JUN-1973	Branco	Portugal
António Manuel Alves Gomes	30-APR-1973	26-JUN-1973	Branco	Portugal
Armando dos Santos Cerqueira	30-APR-1973	25-APR-1974	Branco	Portugal
Fernando António Batista Pereira	30-APR-1973	05-JUL-1973	Branco	Portugal
Jorge Carlos da Silva Luz	30-APR-1973	27-JUN-1973	Branco	Portugal
José Luís Costa Pinto de Sá	30-APR-1973	21-FEB-1974	Branco	
José Manuel Gamba Pestana Boavida	30-APR-1973	26-JUN-1973	Branco	Portugal
Afonso Manuel Chaves Pereira	01-MAY-1973	07-MAY-1973	Branco	Portugal
António Maria dos Santos Batista Chinita	01-MAY-1973	05-MAY-1973	Branco	Portugal
Armindo José Patrício da Silva	01-MAY-1973	12-MAR-1974	Branco	Portugal
Artur Manuel Ventura Figueira Gouveia	01-MAY-1973	15-MAY-1973	Branco	Portugal
Isabel Maria de Seabra Correia Soares	01-MAY-1973	03-MAY-1973	Branco	Portugal
Isabel Maria Marques Patrocínio	01-MAY-1973	11-JUN-1973	Branco	Portugal
João Carlos Jardim de Queirós	01-MAY-1973	05-MAY-1973	Branco	Portugal
João Mário Monteiro dos Anjos	01-MAY-1973	12-MAY-1973	Branco	
Jorge António Camacho Borges	01-MAY-1973	04-MAY-1973	Branco	Portugal
José António Miranda Lopes	01-MAY-1973	07-MAY-1973	Branco	Portugal
José Carlos de Miranda	01-MAY-1973	02-MAY-1973	Branco	Portugal
Lúcia da Conceição Tavares Fontinha	01-MAY-1973	05-MAY-1973	Branco	Portugal
Luís Fernando Valentim Casquilho	01-MAY-1973	02-MAY-1973	Branco	Portugal
Luís Filipe de Santa Rita da Graça e Costa	01-MAY-1973	04-MAY-1973	Branco	Moçambique
Luís Manuel Andrea Gameiro de Sousa	01-MAY-1973	05-MAY-1973	Branco	Portugal
Manuel Rodrigues Madeira Costa	01-MAY-1973	07-MAY-1973	Branco	Portugal
Maria Manuela Quino Asper	01-MAY-1973	04-MAY-1973	Branco	Portugal
Maria Odete Canudo Estrompa de Almeida	01-MAY-1973	12-MAY-1973	Branco	Portugal
Maria Paula de Carvalho Martins	01-MAY-1973	04-MAY-1973	Branco	Portugal
Maria Raquel Pereira Santos	01-MAY-1973	01-MAY-1973	Branco	Portugal
Mário Alberto de Prata Barros	01-MAY-1973	14-JUL-1973	Branco	Portugal
Mário João Machedo de Oliveira	01-MAY-1973	03-MAY-1973	Branco	Portugal
Nuno Fernando Cunha Craveiro Lopes	01-MAY-1973	02-MAY-1973	Branco	Portugal
Olgário Manuel Leite Batista Borges	01-MAY-1973	04-MAY-1973	Branco	
Paulo Fernando Sequeira Varela Gomes	01-MAY-1973	21-MAY-1973	Branco	Portugal
Rui Jorge da Cunha Craveiro Lopes	01-MAY-1973	02-MAY-1973	Branco	Portugal
Violante dos Reis Saramago Matos	01-MAY-1973	28-JUL-1973	Branco	Portugal
Álvaro Correia Pinto	03-MAY-1973	15-MAY-1973	Branco	São Tomé
Aurora Rosa Salvador Rodrigues	03-MAY-1973	28-JUL-1973	Branco	Portugal
Carlos Manuel de Sousa Nunes da Costa	03-MAY-1973	19-MAY-1973	Branco	Portugal
Carlos Manuel Tavares da Costa	03-MAY-1973	17-JUL-1973	Branco	Portugal
Domingos António Cidade Pereira de Moura	03-MAY-1973	08-MAY-1973	Branco	Portugal
Duarte Silva Ponte Engrácia	03-MAY-1973	02-JUL-1973	Branco	Portugal
Emanuel Augusto dos Santos	03-MAY-1973	14-JUN-1973	Branco	Portugal
João António de Sá Gonçalves Henriques	03-MAY-1973	08-MAY-1973	Branco	Portugal
Jorge Manuel Bernardino Mendes Fernandes	03-MAY-1973	21-MAY-1973	Branco	Portugal
Jorge Manuel de Jesus Filipe	03-MAY-1973	19-MAY-1973	Branco	Portugal
Jorge Manuel Gil Nunes Meneses	03-MAY-1973	15-MAY-1973	Branco	Portugal
Jorge Manuel Graça da Costa	03-MAY-1973	05-MAY-1973	Branco	Portugal
Jorge Moyano Marques	03-MAY-1973	15-MAY-1973	Branco	Portugal
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego	03-MAY-1973	13-JUL-1973	Branco	Portugal
José Arménio Correia Martins	03-MAY-1973	19-MAY-1973	Branco	Portugal
José Manuel Leonardo de Matos	03-MAY-1973	21-MAY-1973	Branco	Portugal
José Manuel Proença dos Santos	03-MAY-1973	18-MAY-1974	Branco	Portugal
José Moura Nogueira dos Santos	03-MAY-1973	21-MAY-1973	Branco	Portugal
Maria da Conceição de Santa Marta Granger Rodrigues	03-MAY-1973	04-MAY-1973	Branco	Portugal
Norberto Germano Saraiva da Silva	03-MAY-1973	01-AUG-1973	Branco	Brasil
Rui Eduardo Sardinha Lobão Cardoso	03-MAY-1973	18-MAY-1973	Branco	Portugal
Carlos Federico Bento Sousa Moreira	11-MAY-1973	14-JUN-1973	Branco	Portugal
Francisco Manuel Limpo de Faria Queirós	11-MAY-1973	16-MAY-1973	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

Jaime Carlos Pereira Reininho	11-MAY-1973	12-MAY-1973	Branco	Portugal
João Ludgero Marques Gonçalves	11-MAY-1973	14-MAY-1973	Branco	Portugal
Joaquim Curto Fidalgo	11-MAY-1973	14-MAY-1973	Branco	Portugal
Pedro Manuel Silva Pinto	11-MAY-1973	12-MAY-1973	Branco	Portugal
Ângela Maria de Ipola Caldeira Valença	16-MAY-1973	28-MAY-1973	Branco	Portugal
Carlos Manuel Tejado Mesquita Nunes	16-MAY-1973	14-JUN-1973	Branco	Portugal
Fernando Manuel Rodrigues Ferreira Gonçalves	16-MAY-1973	28-MAY-1973	Branco	Portugal
João Pedro Mendes da Ponte	16-MAY-1973	.	Branco	Portugal
José Luís Saldanha Sanches	16-MAY-1973	25-APR-1974	Branco	Portugal
Liliana de São José André Teles Palhinha	16-MAY-1973	14-JUN-1973	Branco	Portugal
Maria Cristina Mendes da Ponte	16-MAY-1973	26-JUN-1973	Branco	Portugal
Marília de Jesus Mendonça	16-MAY-1973	14-JUN-1973	Branco	Portugal
Pedro Bastos Teles Palhinha	16-MAY-1973	09-JUL-1973	Branco	Moçambique
Vítor Manuel de Aguiar Ramos	16-MAY-1973	24-MAY-1973	Branco	Portugal
Carlos Jorge Costa dos Santos Peixoto	20-MAY-1973	21-MAY-1973	Branco	Portugal
Dália Rosa Falcato	21-MAY-1973	.	Branco	Portugal
Isabel Maria Gomes Alves	08-JUN-1973	09-JUN-1973	Branco	Portugal
Maria Cristina de Oliveira Figueirinhas Pinto	08-JUN-1973	09-MAY-1973	Branco	Portugal
Carlos Manuel Brito da Fonseca	11-JUN-1973	13-JUN-1973	Branco	Portugal
Francisco Maria Valada Pires de Morais	11-JUN-1973	13-JUN-1973	Branco	Portugal
Luís Filipe Basílio Pinho de Miranda	11-JUN-1973	13-JUN-1973	Branco	Portugal
Ermelinda Freitas Santos	12-JUN-1973	14-JUN-1973	Branco	Portugal
Maria Alzira Vieira Monteiro	12-JUN-1973	14-JUN-1973	Branco	
José de Jesus Dinis Caixado	13-JUN-1973	10-JUL-1973	Branco	Portugal
António Manuel da Silva Antunes	14-JUN-1973	16-JUN-1973	Branco	Portugal
Nuno Manuel de Carvalho Santos	16-JUL-1973	04-SEP-1973	Branco	Portugal
Maria Lucília Jesus da Silva	21-JUL-1973	26-JUL-1973	Branco	
Francisco Camera Moura Batista	10-AUG-1973	11-AUG-1973	Branco	
Francisco Alberto Lança Varela Pimentel	15-AUG-1973	21-AUG-1973	Branco	Portugal
José António Ananias Mota	03-SEP-1973	27-SEP-1973	Branco	Portugal
Virgínia Celeste Neves Rodrigues da Silva	03-SEP-1973	26-SEP-1973	Branco	Portugal
António José Martinho Cabral	22-SEP-1973	27-SEP-1973	Branco	Portugal
João Pedro Furtado da Cunha Semedo	22-SEP-1973	27-SEP-1973	Branco	Portugal
José de Jesus Duarte	22-SEP-1973	27-SEP-1973	Branco	Portugal
José Manuel Peixoto Teixeira Leitão	22-SEP-1973	27-SEP-1973	Branco	Portugal
Maria Lucília Jesus da Silva	22-SEP-1973	27-SEP-1973	Branco	
Maria Teresa Franco de Oliveira Redol	22-SEP-1973	27-SEP-1973	Branco	Portugal
João Fernando Dias de Almeida Lopes	08-OCT-1973	29-NOV-1973	Branco	Portugal
José Fernando Rebelo Pires Batalha	10-OCT-1973	19-OCT-1973	Branco	Portugal
Maria José Batista de Sousa	11-OCT-1973	06-NOV-1973	Branco	Portugal
Gabriel Henrique de Sousa Henriques	12-OCT-1973	19-NOV-1973	Branco	Portugal
José António dos Reis Costa	12-OCT-1973	15-OCT-1973	Branco	Portugal
José António Pinto Dinis Ferreira	12-OCT-1973	13-OCT-1973	Branco	
José Carlos dos Santos Mendes	12-OCT-1973	15-OCT-1973	Branco	Portugal
José Luís Ramos de Andrade	12-OCT-1973	15-OCT-1973	Branco	Portugal
Luís Filipe Lains dos Santos	12-OCT-1973	19-NOV-1973	Branco	Portugal
Luís Manuel Ribeiro de Paiva Barbosa	12-OCT-1973	15-OCT-1973	Branco	Portugal
Maria de Pilar Ferreira Vicente da Silva	12-OCT-1973	19-NOV-1973	Branco	Portugal
Maria do Rosário Mascaranhes de Almeida Azevedo	12-OCT-1973	19-NOV-1973	Branco	Moçambique
António José Nogueira Brás de Oliveira	13-OCT-1973	18-OCT-1973	Branco	
Maria José Capelo Rodrigues Morgado	22-OCT-1973	04-FEB-1974	Branco	Portugal
António Pais Duarte	23-OCT-1973	18-DEC-1973	Branco	Portugal
Joaquim Afonso de Oliveira	23-OCT-1973	06-DEC-1973	Branco	Portugal
Joaquim Estêvão Miguel Judas	23-OCT-1973	16-JAN-1974	Branco	Portugal
Jorge Alberto Durão Aguiar Silva	24-OCT-1973	10-NOV-1973	Branco	Angola
Célia Maria Silva Vidal da Costa	25-OCT-1973	29-NOV-1973	Branco	Portugal
Dora Maria Tuna de Oliveira Brites	25-OCT-1973	09-NOV-1973	Branco	Portugal
José António Teles Cepeda Ribeiro	25-OCT-1973	05-NOV-1973	Branco	Portugal
Maria da Graça Cabral Cordovil	25-OCT-1973	29-NOV-1973	Branco	Portugal
Maria de Lurdes Parente Silva	25-OCT-1973	05-NOV-1973	Branco	Portugal
Luís Manuel Gomes Mamede	26-OCT-1973	29-NOV-1973	Branco	Portugal
Anabela Martins da Cruz	28-OCT-1973	31-OCT-1973	Branco	Portugal
António José Martins Carvalho Piano	28-OCT-1973	31-OCT-1973	Branco	Portugal
António José Mendes Saúde dos Santos	28-OCT-1973	30-OCT-1973	Branco	Portugal
Carlos Manuel Borges Godinho	28-OCT-1973	31-OCT-1973	Branco	Portugal
Daniel Martins dos Reis	28-OCT-1973	31-OCT-1973	Branco	Guiné-Bissau
Fernando José da Silva	28-OCT-1973	31-OCT-1973	Branco	Portugal
José de Passos Rodrigues Fernandes	28-OCT-1973	31-OCT-1973	Branco	Portugal
José Francisco Nabais Monteiro	28-OCT-1973	31-OCT-1973	Branco	Portugal
José Walter Pereira de Oliveira	28-OCT-1973	31-OCT-1973	Branco	Angola
Vítor Manuel Garcia Ramos	28-OCT-1973	31-OCT-1973	Branco	Portugal
Ana Paula de Silva e Vasconcelos	05-NOV-1973	05-NOV-1973	Branco	Portugal
Jorge Manuel Martins Estima	20-NOV-1973	.	Branco	Portugal
Ana Maria da Silva Simões Francisco	21-NOV-1973	17-DEC-1973	Branco	Portugal
António Paulo de Lacerda e Oliveira Santos	21-NOV-1973	22-NOV-1973	Branco	Portugal
Ernesto Carlos da Conceição Pereira	22-NOV-1973	06-FEB-1974	Branco	Portugal

Efervescência Estudantil

Henrique Manuel Pereira Sanchez	22-NOV-1973	06-FEB-1974	Branco	Portugal
José Manuel dos Santos Lopes	22-NOV-1973	16-FEB-1974	Branco	Portugal
Maria José Fernandes Campos	23-NOV-1973	16-FEB-1974	Branco	Portugal
Abílio Nicolau Costa Brandão	24-NOV-1973	18-FEB-1974	Branco	Portugal
Nuno António da Cunha Monteiro Gama Freire	24-NOV-1973	16-FEB-1974	Branco	Moçambique
Carlos Manuel Carapeto Morgadinho Gago	25-NOV-1973	22-DEC-1973	Branco	Portugal
António Manuel Amaral de Almeida	27-NOV-1973	05-APR-1974	Branco	Portugal
António Manuel Freire Salgueiro	30-NOV-1973	11-DEC-1973	Branco	Portugal
Leopoldo Tejada Mesquita Nunes	30-NOV-1973	10-DEC-1973	Branco	Portugal
José Henrique Pinheiro Ornelas	11-DEC-1973	14-DEC-1973	Branco	Portugal
Ana Maria da Encarnação Correia de Campos	13-DEC-1973	14-DEC-1973	Branco	Portugal
Arnaldo Jorge Monteiro de Araújo e Silva	13-DEC-1973	20-DEC-1973	Branco	
Elsa Maria da Fonseca Pinto da Rocha	13-DEC-1973	15-DEC-1973	Branco	Portugal
Inácio Amador Alves da Costa	13-DEC-1973	14-DEC-1973	Branco	Portugal
Isabel Maria de Seabra Correia Soares	13-DEC-1973	20-DEC-1973	Branco	Portugal
Joaquim Manuel Ferreira Lopes Pereira	13-DEC-1973	14-DEC-1973	Branco	Portugal
José Alexandrino Gonçalves de Sousa	13-DEC-1973	22-FEB-1974	Branco	Portugal
José Guilherme Guerra Pissarra de Brito	13-DEC-1973	14-DEC-1973	Branco	Portugal
António Paulo de Lacerda e Oliveira Santos	16-DEC-1973	20-DEC-1973	Branco	Portugal
João Manuel Pimentel Gonçalves	16-DEC-1973	20-DEC-1973	Branco	Portugal
Luís Manuel Gomes Mamede	16-DEC-1973	20-DEC-1973	Branco	Portugal
António Manuel Pedroso de Oliveira	17-DEC-1973	20-DEC-1973	Branco	
Bernardo João da Silveira de Vasconcelos e Sousa	17-DEC-1973	19-DEC-1973	Branco	Portugal
Elsa Filomena Ramos Gonçalves Pereira	17-DEC-1973	19-DEC-1973	Branco	Portugal
Francisco David Batista Bagulho	17-DEC-1973	19-DEC-1973	Branco	Brasil
Helena Duarte Silva Teotónio Pereira	17-DEC-1973	19-DEC-1973	Branco	Portugal
José Bernardo Santos Gonçalves Henriques	17-DEC-1973	19-DEC-1973	Branco	Portugal
José Júlio Trouilloud Martins de Jesus	17-DEC-1973	17-DEC-1973	Branco	Portugal
Laura Maria Mascaranhes	17-DEC-1973	20-DEC-1973	Branco	Portugal
Maria da Luz Sequeira Varela Gomes	17-DEC-1973	20-DEC-1973	Branco	Portugal
Maria Eugénia Sequeira Varela Gomes	17-DEC-1973	20-DEC-1974	Branco	Portugal
Maria José Lains dos Santos	17-DEC-1973	20-DEC-1973	Branco	Portugal
Maria Luísa de Sousa e Silva	17-DEC-1973	20-DEC-1973	Branco	Angola
Mário Jorge de Sousa Ferreira Chaves	17-DEC-1973	19-DEC-1973	Branco	Portugal
Nuno José Duarte Monteiro Pereira	17-DEC-1973	19-DEC-1973	Branco	Portugal
Carlos Manuel de Oliveira Santos	26-DEC-1973	25-APR-1974	Branco	Portugal
Emanuel Augusto dos Santos	28-DEC-1973	27-FEB-1974	Branco	Portugal
José de Melo Medeiros	03-FEB-1974	22-FEB-1974	Branco	Portugal
Bernardo José Portela Vilas Boas	05-FEB-1974	08-FEB-1974	Branco	Portugal
José Manuel Peres Louro	07-FEB-1974	08-FEB-1974	Branco	Portugal
Maria Manuela Carneiro Praça	07-FEB-1974	08-FEB-1974	Branco	Portugal
José Joaquim de Barros Pereira da Silva	09-FEB-1974	11-FEB-1974	Branco	Moçambique
Maria da Rosário Varela Baeta da Veiga	09-FEB-1974	11-FEB-1974	Branco	Portugal
Maria Joaquina Gomes Martins	09-FEB-1974	11-FEB-1974	Branco	Portugal
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego	15-FEB-1974	.	Branco	Portugal
José António Caldeira Duarte	16-FEB-1974	06-MAR-1974	Branco	Portugal
José Manuel Hipólito Firmino da Costa	16-FEB-1974	02-MAR-1974	Branco	Portugal
José de Sousa Simões Dias	19-FEB-1974	29-MAR-1974	Branco	Portugal
José Severo Biscaia de Abreu Barbosa	19-FEB-1974	22-FEB-1974	Branco	Portugal
Élia Maria Mecha Mendonça	21-FEB-1974	27-FEB-1974	Branco	Portugal
Euclides Soares Teixeira	21-FEB-1974	23-FEB-1974	Branco	Portugal
Evelinda Neto Mascaranhes	21-FEB-1974	08-MAR-1974	Branco	Portugal
Hugo Fernando Tavares de Almeida Abrantes da Cunha	21-FEB-1974	28-FEB-1974	Branco	Cabo Verde
Joaquim Jorge da Cruz Nascimento	21-FEB-1974	23-FEB-1974	Branco	Portugal
Jorge Manuel Coelho Marques Rodrigues	21-FEB-1974	28-FEB-1974	Branco	Portugal
José Daniel Nave da Fonseca	21-FEB-1974	23-FEB-1974	Branco	Portugal
Mário Gomes Pereira	21-FEB-1974	23-FEB-1974	Branco	Portugal
Miguel Nuno de Oliveira Horta e Costa	21-FEB-1974	27-FEB-1974	Branco	Portugal
Olinda Maria Ferreira Serra	21-FEB-1974	23-FEB-1974	Branco	Portugal
António Luís Peixoto Cotrim	02-MAR-1974	.	Branco	Moçambique
Heitor Fernando dos Santos Figueiredo de Carvalho	02-MAR-1974	29-MAR-1974	Branco	Angola
Liliana de São José André Teles Palhinha	02-MAR-1974	.	Branco	Portugal
Ana Cardoso Pires	09-MAR-1974	12-MAR-1974	Branco	Portugal
Lúcio Spier	09-MAR-1974	11-MAR-1974	Branco	Brasil
Armando Pinto Correia	14-MAR-1974	.	Branco	Angola
João Fernando Dias de Almeida Lopes	14-MAR-1974	14-MAR-1974	Branco	Portugal
José Augusto das Dores Aldeia	14-MAR-1974	11-APR-1974	Branco	Portugal
Maria Isabel Leite de Oliveira	14-MAR-1974	11-APR-1974	Branco	Portugal
Aires António Miguel da Costa	04-APR-1974	.	Branco	Portugal
Álvaro Veiga Batista	06-APR-1974	11-APR-1974	Branco	Angola
Ana Luisa de Santos Bandeira Guimarães	06-APR-1974	10-APR-1974	Branco	Portugal
António Manuel Godinho Ferreira	06-APR-1974	.	Branco	Portugal
Áurea Maria de Sousa Sampaio Ferreira	06-APR-1974	17-APR-1974	Branco	Portugal
Carlos Orlando Mendes Paulta	06-APR-1974	12-APR-1974	Branco	Portugal
Diogo José Henriques Cavaco	06-APR-1974	10-APR-1974	Branco	Moçambique
José Pedro de Sousa Ferreira	06-APR-1974	.	Branco	Moçambique

Efervescência Estudantil

Júlio Martins Zenhas	06-APR-1974	.	Branco	Portugal
Maria Inês Peres de Campos Costa Rodrigues Cal	06-APR-1974	09-APR-1974	Branco	Portugal
Maria Margarida Ferreira Vicente da Silva Marques de Carvalho	06-APR-1974	17-APR-1974	Branco	Portugal
Maria Odete Canudo Estrompa de Almeida	06-APR-1974	.	Branco	Portugal
Maria Teresa Tengarrinha Dias Coelho	06-APR-1974	17-APR-1974	Branco	Portugal
Rui Manuel Cartaxo Simões de Carvalho	06-APR-1974	11-APR-1974	Branco	Portugal
Sérgio Eduardo da Silva Sacramento	06-APR-1974	.	Branco	Portugal
Fernando José de Oliveira Pereira	16-APR-1974	.	Branco	Portugal
Matéus Vítor Mendes Branco	18-APR-1974	25-APR-1974	Branco	Portugal
Sérgio Fernandes Pereira Campos	18-APR-1974	.	Branco	Portugal

Anexo 3. História prisional de José Bernardino

Nascido em Angola em 1935, Bernardino entra na cadeia com 27 anos a 24 de Maio 1962 e só sairá em 1969, sete anos depois. Durante a detenção passou pelas cadeias de Aljube, Caxias e Peniche; descontou trinta e cinco dias, no total, de punições várias (corte de visitas, proibição de jornais e ar livre, cela disciplinar, pão e água) e duzentos e quarenta e três dias de hospitalização. O julgamento, que teve lugar apenas a 10 de Maio de 1963, ou seja, um ano depois da captura, atribuiu-lhe uma pena de dois anos e meio de detenção e quinze anos de perda de direitos políticos, além das medidas de segurança de internamento indeterminado de seis meses até um ano. Na sequência de outra acusação, que lhe imputava ter colaborado com Adelino Pereira da Silva na falsificação do bilhete de identidade que continha o falso nome de Jorge Ribeiro de Oliveira, sofreu outro julgamento a 27 de Abril de 1964, que lhe custou uma ulterior pena de três anos de prisão maior, que se somou à anterior, e a 18 de Novembro de 1966 iniciou o cumprimento das medidas de segurança.

Anexo 4. História prisional de Luís Saldanha Sanches

Estudante da Faculdade de Direito, nascido em Lisboa em 1944, Luís Saldanha Sanches tinha sido entregue na Direcção Geral da PIDE de Lisboa pela PSP a 29 de Abril de 1964 por actividades subversivas e, por ter sido ferido durante a captura, foi logo internado no hospital onde ficou cerca de quinze dias, passando depois para a prisão de Caxias. Julgado a 10 de Dezembro de 1964, foi condenado a cinco meses de prisão correcional, de facto já expiada com a detenção preventiva e saiu portanto no mesmo dia. Voltou a ser capturado pela própria PIDE a 18 de Dezembro de 1965, por actividade contra o Estado e ingressando mais uma vez na prisão de Caxias. A 26 de Julho de 1966 teve lugar o seu segundo julgamento, através do qual foi condenado a uma pena de três anos de prisão maior, à suspensão dos direitos políticos por quinze anos e às medidas de segurança de internamento de seis meses até 3 anos, prorrogáveis. A 2 de Novembro de 1966, foi transferido para Peniche onde a 18 de Dezembro de 1968 começou o cumprimento das medidas de segurança. Solto a 18 de Dezembro de 1971, mais uma vez, a 16 de Maio de 1973, foi entregue à Direcção Geral da PIDE de Lisboa pela PSP, sempre por actividade contra o Estado, saindo a 10 de Julho do mesmo ano mediante caução. A dia 30 do mesmo mês todavia, mais uma vez capturado pela PSP, começou a sua quarta prisão em Caxias, que se acabou apenas depois do 25 de Abril.

Anexo 5. História prisional de Fernando Rosas

Fernando Rosas nasceu a 18 de Abril de 1946 em Lisboa, tendo portanto apenas 21 anos na altura da sua primeira prisão. Capturado pela PIDE, como muitos outros colegas, a 21 de Janeiro de 1965, é deslocado desde logo para a prisão de Caxias onde sofre uma primeira punição, a partir de 3 de Abril, de sete dias de proibição de ar livre e quinze dias de proibição de leituras. Uma segunda punição, desta vez de um mês de proibição de correspondência, começa a 11 de Maio de 1965, à qual se junta a proibição de visitas a partir de 8 de Maio durante oito dias. Fernando Rosas será julgado no processo sumário de 11 de Agosto de 1965. A pena estabelecida pelo tribunal foi de quinze meses e saiu a 16 de Janeiro de 1966. Voltou a ser preso pela PIDE/DGS a 27 de Agosto de 1971, ingressou em Caxias e, depois do processo de 27 de Março de 1972 que estabeleceu uma pena de catorze meses, foi para Peniche até à libertação a 27 de Outubro do mesmo ano.

Anexo 6. Estudantes expulsos depois da crise de 1962⁴⁹⁶

1. Estudantes expulsos da Universidade de Coimbra

Expulsão de trinta meses: Mário Idalino da Costa Brochado Coelho, António Carvalho, Maria Fernanda Sarmiento Afonso Dias;

Expulsão de dois anos: Alberto José Mendonça Neves, António Maria de Sousa Almeida, Luís Alberto de Seixas Nogueira de Lemos, Alfredo Alberto de Seabra Estrema Esteves, António Manuel Serrazina Lameiras de Figueiredo, João Granjo Pires Quintela, Jorge Manuel de Sousa Rocha, Albano Serra da Cunha Pina, João Manuel Pinto Bilbau, Rui Manuel dos Santos Namorado, Maria Fernanda Serra Granado, Carlos Alberto Quintas Cardoso Furtado, Rui Joaquim Cabral Cardoso das Neves, Manuel da Silva Ventura, Eduardo Lopes de Almeida Casais, Francisco António Delgado, José Augusto Marques Ferreira da Rocha, Eduardo Jorge frias Soeiro, David Madureiro Rebelo, Maria Margarida Cabral Lucas de Almeida, Francisco Leal Paiva, Luís Filipe Nascimento Madeira.

Expulsão de 18 meses: José Matos Summavielle Soares, António Monteiro de Almeida Taborda.

António Carlos da Maia Machado Vaz, José Alves Macedo Cruz, Vladimiro Pereira Mateus, José Luís Oleira Morais Alçada, José Luís dos Santos Lima (todos um ano), Parcídio Matos Summavielle Soares, José Luís do Amaral Nunes (seis meses),

2. Estudantes expulsos das universidades de Lisboa e Coimbra que se inscreveram na Universidade do Porto:

Alfredo Alberto de Seabra Estrela Esteves: expulso da frequência da UC por dois anos por ter participado nos movimentos estudantis.

Alberto José Mendonça Neves: expulso da UC por trinta meses por ter subscrito em Maio de 1959 a exposição a Salazar pedindo as suas demissões e em virtude da sua atitude no movimento estudantil em 1962.

João Manuel Pinto Bilhau: expulso da UC por dois anos.

Vladimiro Pereira Mateus: expulso por um ano da UC.

Abílio Teixeira Mendes: expulso por trinta meses da UL por ter sido um dos dirigentes associativos da academia de Lisboa que maior actividade desenvolveu no movimento estudantil de 1962 e “por ter comparecido na maioria dos plenários feitos em Lisboa, incitando sempre a massa académica à luta”.

António Manuel Dias da Conceição Bento: expulso por trinta meses por ser um dos alunos encontrados nas instalações da UL na evacuação feita pela PSP durante a greve de fome e por ser um dos responsáveis pelo movimento de 1962.

Augusto José Carvalho de Amorim: expulso por trinta meses da UL por ter sido identificado pela PSP a 3 de Dezembro de 1961 enquanto tomava parte numa manifestação hostil na inauguração da Reitoria da UL, por ter participado na greve da fome e por ser um dos responsáveis pela agitação de 1962.

Eugénio Barata Pinto Basto: expulso por trinta meses da UL por ter participado na manifestação de hostilidade levada a efeito a 31 de Dezembro de 1961 por vários estudantes da UL na inauguração da Reitoria em frente do Presidente da República e por ter sucessivamente aderido à greve de fome.

José Luís Oliveira Boaventura: expulso por trinta meses da UL por ter participado na manifestação na inauguração da Reitoria, tendo sido identificado pela PSP por fazer parte do grupo que insultou o Presidente; foi também um dos maiores responsáveis pelo agravamento da crise de 1962.

3. Expulsos de todos os estabelecimentos de ensino durante trinta meses

António Augusto Ramos Ribeiro, José Garibaldi Aguiar de Barros Queiroz, Mário Augusto Sotto-Mayor Leal Cardia, João Carlos Palma Passo Valente, Eurico José Palheiras de Carvalho Figueiredo, Manuel Valentim Franco Alexandre, Eugénio Barata Pinto Basto, António Fernando Correia de Campos, Nuno Manuel Brederote Rodrigues dos Santos, João de Freitas Rego Santos, António Travassos de Rego Chaves, Augusto José Carvalho Amorim, José Luís de Oliveira Boaventura, Abílio Teixeira Mendes, José Marques Felismino, Manuel Duarte da Silva Tavares, António Maria Montez de Sousa, Isabel Lopes Vila Maior Monez de Sousa, António Guimarães da Cruz Rato, António Manuel Dias da Conceição Bento, José Emílio Pilar de Oliveira Calvário

⁴⁹⁶ Fonte: IAN/TT-PIDE/DGS-SR-3347-2965, folhas 23-25-26-32-33.

Anexo 7. Estudantes julgados no processo sumário de 11 de Agosto de 1965⁴⁹⁷

Adolfo Sanchez Steiger Garcia
Afonso Joaquim de Pinho Monteiro
Aguinaldo Alexandre dos Santos Cabral
Alfredo Ladeira Caldeira
Ana Maria de Pina Massano de Amorim
António José Borrani Crisóstomo Teixeira
Artur Eduardo Pires Alexandre Pinto
Carlos Henrique de Brito Mendes
Fernando José Mendes Rosas
Filipe Manuel Mendes Rosas
João Gabriel de Oliveira Morato Pereira
Joaquim Mário De Oliveira Vital
Joaquim Perestrello Neto Valente
José Alberto Caeiro Costa
José Eduardo Gonçalves Bento
José Manuel Gomes Tavares de Moura
José Manuel Martins Palminha
Lígia Calafez Gomes
Luís Filipe Salgado de Matos
Maria Antonieta Martins Rodrigues Coelho
Maria João Antunes Gerardo
Maria Teresa Pacheco Pereira
Mário António Figueiredo Neto
Maximino José Vaz da Cunha
Pedro Manuel Seixas Nogueira de Lemos
Rui Manuel Gonçalves Rodrigues Pereira
Sara Barros Querós Amâncio

Anexo 8. Estudantes mais activos na crise académica de Coimbra de 1969

Amílcar José da Silva Campos
Ângelo Manuel de Almeida Eça Batista
António Arnaldo da Cunha Oliveira Mesquita
António Carlos Monteiro Capelo
António Hermínio de Sousa Nunes
António Joaquim Travanca da Costa
António Jorge Barroso Rodrigues de Almeida
Carlos Alberto Dias de Barros Colers
Carlos José Branco Pires
César Nunes Cordeiro
Eduardo Dias Correia Teles Morgado
João António Simões Ferreira Marques
João Nuno Rodrigues Sampaio
Jorge Manuel Gaspar de Almeida e Sousa
José António Esteves da Silva
José Duarte da Silva Vaz Teixeira
José Luís Miranda de Matos
José Manuel Henrique Roupiço Simões
José Manuel Martins dos Santos

⁴⁹⁷ Fonte, IAN-TT, PIDE/DGS, Ficheiro dos Presos Políticos.

José Maria Ramos Teixeira Gomes
José Roberto Tinoco de Cavalheiro
José Torres Miguens, Licínio Cantarino de Carvalho
Kuis Eduardo Abreu Lima Ramos
Luís Eduardo Antunes Gonçalves.
Manuel Artur Gaspar Barbosa Leão
Mário Mendes do Vale Lima
Roberto Leal Ramos Monteiro
Rogério da Conceição Palma Rodrigues
Teófilo Óscar Ribeiro Gonçalves Leite
Vitor Francisco da Costa Nunes

Anexo 9. Estudantes entregue à PJ em sequência da crise de Coimbra de 1969.

Amaro Pereira Jorge
Anabela da Costa Gil
João Mário Monteiro dos Anjo
José Alberto Caseiro Nunes Bandeira
José Augusto de Azevedo Velos
José Firmino da Rocha Dinis
José Lino Reis Gomes dos Santos
Manuel Bandeira de Almeida Pinho
Manuel Domingues Ribeiro
Maria Fernanda da Silva Mendes
Maria Teresa da Silva Saraiva
Milton Augusto Azevedo Morais Sarmento

Anexo 10. Adesão à greve académica na Universidade de Coimbra em Junho 1969

Na primeira sessão de provas, de 1 de Julho, segundo as informações da PIDE, se apresentaram apenas 140 alunos, contra 2131 boicotantes. No dia 16 de Julho, a maioria dos ausentes foram na faculdade de Medicina (41 presentes sobre 377 inscritos), seguida por Letras (146 sobre 615), Farmácia (26 sobre 92), Matemática (3 sobre 21), enquanto os alunos de Direito em vez se apresentaram em massa: 47 sobre 51. Na segunda sessão de exames, de 15 de Julho, também houve uma adesão alta à greve: em Matemática apresentaram-se 18 estudantes sobre 150 inscritos; em Medicina 41 sobre 108; em Direito, 17 sobre 21; em Ciências, 30 sobre 379; em Letras, 120 sobre 672. Na sessão de 18 de Julho, os dados foram estes: Medicina, 30 sobre 68; Matemática, 37 sobre 151; Farmácia, 2 sobre 5; Ciências, 84 sobre 1056; Letras, 12 sobre 12; Direito, 37. (no total: 202 sobre 1336).

Anexo 11. Adesão à greve académica na Universidade de Coimbra em Junho 1969, segunda fase.

Exames de dia 19 de Julho: 70 presentes sobre 82 inscritos; 21 de Julho: 243 presentes sobre 672 inscritos; 22 de Julho: 264 presentes sobre 721 inscritos; 23 de Julho: 119 presentes sobre 209 inscritos; 24 de Julho: 147 presentes sobre 382 inscritos; 25 de Julho: 240 presentes sobre 334 inscritos; 26 de Julho: 11 presentes sobre 166 inscritos; 28 de Julho: 126 sobre 179; 29 de Julho: 66 sobre 90; 30 de Julho: 64 sobre 75; 31 de Julho: 36 sobre 39.

Anexo 12. Estudantes presos a 14 de Outubro 1972.

Abílio Mendes da Silva, IIL
António Cândido Valeriano Cabrita Franco, Direito
Ivo Alberto Tavares,
Jaqueline Soulier Oliveira Sá, ISCEF
João Beato Oliveira de Sousa
João Manuel Princês da Cunha Lopes
Jorge Manuel de Melo e Azevedo, Escola Náutica
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Gamboa Chaves da Fonseca Ferrão, IST
Manuel Carlos Sanches da Graça Dias
Maria da Glória Tavares de Magalhães Ramalho
Maria José Casadinho Parrinha
Maria Margarida Roldão Alves Vieira, Agronomia
Mário Alberto Assunção Domingos
Pedro Manuel Martinho Assunção Correia, Medicina.
Saul Manuel Noronha da Costa

Anexo 13. Estudantes mais activos na mobilização depois da morte de Ribeiro dos Santos

Faculdade de Ciências: Pedro Manuel Barbosa Ferraz de Abreu, António Aurélio das Dores Pestana da Silva, Orlando Cardoso Gonçalves, Francisco José Neto Melro, Carlos Manuel Marques da Silva.

Faculdade de Letras: Fernando José Silva Guerreiro, Jorge Manuel Abreu de Lemos, Paulo Fernando Sequeira Varela Gomes, Carlos Frederico Sousa Moreira.

Faculdade de Direito: João Manuel Morais Isidro, Alberto Luís Medo Soares, José Luís Parente Galamba de Oliveira, Pedro Bastos Teles Palhinha, José Alberto Rebelo dos Reis Lamego, Carlos Manuel Carapeto Morgadinho Gago, Manuel Fernando Correia Ribeiro.

IST: Fernando Monteiro Valdez, João Manuel Chaves da Veiga Sarmento, Manuel Pedro Coelho Custodio, Frederico Jorge Vieira da Luz Carvalho, João José Soares Alves, Ricardo Gil Ferreira Braga, Alberto Manuel Bello da Cunha Matos, Danilo Óscar de Matos, António Manuel Hipólito Firmino da Costa, António Simões de Abreu, João Manuel Lança Vieira Lopes, Rui Teives Henriques, António José Torres Mendes Ramos, João Manuel Barradas de Aragão Seia, Joaquim Arnaldo Maltez Cardeira da Silva, Carlos António Gonçalves Tomaz, João Cintra Coimbra Torres, Joaquim Manuel Prudêncio Vieira.

ISCEF: Júlio Marques Mota, Armando de Carvalho Casanova, Miguel de Abreu Raposo de Magalhães, José Manuel Delgado Félix, Armindo José Patrício Silva, José Manuel de Palma Andrés, António Alberto de Salavisa Policarpo Manso, Pedro Manuel de Oliveira Ribeiro Santos, José Pedro de Sousa Ferreira, Eduardo Manuel Fernandes Graça, José de Deus Cabral Cordoville, Francisco Rego Chaves Fernandes, Nuno Eduardo da Silva Ivo Gonçalves, António Augusto de Ascensão Mendonça, Vasco Manuel Lobo Brandão Rodrigues Cal, Manuel Jorge Aranda da Silva, Henrique Manuel Nunes de Miranda, Carlos Alberto Amaral.

Faculdade de Medicina: Manuel de Fátima Alberto Augusto Sá da Silva Vidigal, Carlos Manuel Cavaleiro Cebolo Raposo, José Manuel de Paiva Jara, João Diogo da Costa Mateus, Joaquim Estêvão Miguel Judas, Fernando Manuel Ferreira Mendes, João José Senos Visinho, António Virgílio Ramalhete Suspiro, Fernando Américo da Palma Neto Durães, Luís Manuel Mendonça Ferreira, António Machado Saraiva.

Anexo 14. Estudantes a descontar penas cumpridas na prisão de Peniche em Janeiro de 1973

Carlos Alberto do Nascimento Saraiva da Costa, Fernando Alves dos Reis Júnior, José Mário Dias Alves da Costa, Horácio José Cecílio Rufino, Rui Teives Henriques, Carlos António Gonçalves Tomás, Joaquim Manuel Prudêncio Vieira, Luís Filipe Coelho Fraga da Silva, Pedro de Campos Alves, Henrique Lopes Guerra, Fernando José dos Santos Branco, António Manuel Garcia Neto, Rui Filipe de Matos Figueira Matins Ramos, Carlos Alberto do Nascimento Saraiva da Costa, Fernando Alves dos Reis Júnior, José Mário Dias Alves da Costa, Pedro Luís Correia Malho, Joaquim Manuel Prudêncio Vieira, Alexandre José Alinho Martins de Oliveira, João Pedro Mendes da Ponte.

Anexo 15. Elementos do grupo “O Comunista” julgados em Fevereiro de 1973

No primeiro processo, de 23 Fevereiro de 1973, foram julgados: António Cândido Tavares Coutinho Coelho, de 24 anos, professor do ensino secundário no Porto; Luís Miguel Vilan Marques Rodrigues, de 23 anos, estudante liceal de Lisboa; Rui Benigno Barbosa Paulo da Cruz, de 24 anos, jornalista de Braga; Licínio Pereira da Silva, de 25 anos, agente técnico de engenharia; José Vicente de Sousa, de 26 anos, antigo estudantes de Lisboa. No segundo processo, de 1 de Março 1972, eram julgados Rui Teives Henriques, de 25 anos, engenheiro químico; Carlos Alberto Palma da Miranda, estudantes; Fernando José Moura Martins de Brito, engenheiro; Duarte Teives Henriques, estudante; Carlos António Gonçalves Tomás, de 22 anos, estudante; Joaquim Manuel Prudêncio Vieira, estudante.

Anexo 16. Tendências políticas do corpo docente da FDUC em 1973⁴⁹⁸

Professores

Adriano Pais da Silva Vaz Serra: direita, ex-Ministro da Justiça; José Joaquim Teixeira Ribeiro, esquerda, pertenceu ao MUD em 1945, ligado ao Movimento Associativo; António Arruda Férrer Correia: pertenceu ao MUD em 1945, depois desenvolveu uma intensa actividade oposicionista tendo ligações com o Movimento Associativo; Guilherme Braga da Cruz: direita, já Reitor; Afonso Rodrigues Queiró: Director da Faculdade, direita; Eduardo Henriques da Silva Correia: pertenceu ao MUD em 1945, quando estudante convivia com Salgado Zenha e outros elementos comunistas, simpatizante do Movimento Associativo; João de Matos Antunes Varela: direitas, já Ministro da Justiça; Mário Júlio Brito de Almeida Costa: Ministro da Justiça, direita; Rogério Guilherme Ehrhardt Soares, direita, vice-Reitor; Francisco Manuel Pereira Coelho: fez parte dos corpos gerentes da Unitas-cooperativa académica de Coimbra e do clube de cinema, é considerado desafecto ao regime político vigente; padre Sebastião Costa Cruz: deputado da Assembleia Nacional, direita; António Castanheira Neves: subscreveu um panfleto nacionalista em 1947, afecto ao regime; Orlando Alves Pereira de Carvalho: já esteve preso por actividades subversivas, em 1969 candidatou-se a deputado à Assembleia Nacional com a oposição democrática, ligado ao Movimento Associativo; Jorge de Figueiredo Dias: foi testemunha de defesa dos estudantes; Carlos Alberto Mota Pinto: fez parte da direcção do Rotary Clube e acompanha-se com elementos desafectos ao regime, também foi testemunha de defesa de estudantes; Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva: não se sabe de nenhuma actividade política.

Assistentes

Boaventura de Sousa Santos: bolseiro no estrangeiro, fez parte do CADC em 1963; José Joaquim Gomes: elemento desafecto ao regime, partidário da independência das colónias; Manuel Carlos Lopes Porto, fez parte da equipa Nossa Senhora, politicamente indiferente; António José Avelãs Nunes: desafecto ao regime, fez intensa actividade nos meios oposicionistas de Coimbra, participou no congresso de Aveiro e está ligado ao Movimento Associativo; José Luís da Cruz Vilaça: direita, subscreveu uma carta aberta aos signatários de um panfleto da oposição democrática em 1965; Francisco António Lucas Pires: também assinou a mesma carta

⁴⁹⁸ Fonte, IAN-TT, PIDE/DGS, SC-SR-3529/62-3368-Pt.162, folha 154, 12 de Abril 1973.

Efervescência Estudantil

aberta em 1965, afecto o regime; Diogo José Paredes Leite de Campos: direita, fez parte do corpo gerente da “Cidadela” em 1972; António Manuel Botelho Espanha: subscreveu um telegrama da comissão democrática eleitoral de Coimbra em Outubro de 69, protestando contra a presença de agentes da PIDE numa reunião geral daquela comissão, fez parte dos corpos gerentes do CADC e desenvolveu intensa actividade a favor do Movimento Associativo em 1969-70; Vital Martins Moreira: fiscalizou pela oposição democrática a assembleia de voto da Freguesia de Sá Nova em Coimbra em Outubro de 1969, muito activo na oposição democrática, colabora com o Movimento Associativo, membro da chamada comissão democrática de recenseamento, fez parte de uma representação ao Presidente do Conselho acerca dos eleitores dos deputados em 1973, reivindicando várias medidas que consideram um contributo para o saneamento eleitoral; Aníbal José Monteiro Santos Almeida: elemento activo da oposição democrática, subscreveu duas exposições, uma ao Chefe do Estado, para libertação de colegas presos, outra ao Presidente do Conselho, de reivindicações relacionadas com o ensino superior, concedeu entrevistas na Bélgica nas quais fez críticas injustificadas e desprestigiadas para Portugal, recusou-se a receber o prémio Salazar atribuído aos melhores alunos de Direito de Coimbra; José Manuel Pizarro Beleza: subscreveu o panfleto de protesto de facção esquerdista em 1961; António Agostinho Fernandes Caeiro: em 1961 subscreveu um panfleto de protesto, foi membro da direcção do CITAC, requereu a sua inscrição no recenseamento eleitoral em 1969; Manuel Augusto Gragêra Fernandes Costa: cumpre o serviço militar, militou na facção esquerdista da Academia; José Teixeira Martins: cumpre o serviço militar, desenvolveu actividades a favor da facção esquerdista da academia, em 1972 participou em reuniões políticas relacionadas com as eleições de 1973 em que participaram elementos do PCP; Mário Borges Esteves Oliveira: cumpre o serviço militar, politicamente indiferente; José Carlos Vieira de Andrade: pertenceu à cooperativa “Cidadela”, direita; Herculano Esteves: politicamente indiferente; José Miguel de Alarcão Júdice: pertenceu à cooperativa “Cidadela”, direita; Joaquim José Coelho de Sousa Ribeiro: cumpre o serviço militar, fez parte da Comissão Estudantil promotora do voto com vista às eleições de 1969, ligado ao Movimento Associativo; Jorge Ferreira Sinde Monteiro: cumpre o serviço militar, participa às reuniões do Movimento Associativo em 1972, aceitou o prémio Salazar em 1973; Rui Manuel Gens de Moura Ramos: pertence à cooperativa “Cidadela”, direita; João Manuel Franqueira de Castro e Sousa: cumpre o serviço militar, politicamente indiferente; Guilherme Freire Falcão de Oliveira: politicamente indiferente; José da Cunha Nunes Pereira: politicamente indiferente.

Monitores

Maria Ângela Carvalho Coelho: participou numa reunião promovida pelo Movimento Associativo em 1970; José Joaquim Monteiro Sampaio e Nora: politicamente indiferente; Jorge do Carmo Silva Leite: fiscalizou em Coimbra, como delegado da oposição, a assembleia de voto para deputados na freguesia de Sé Nova em 1969, milita na facção esquerdista da académica e colaborou em actividade do Movimento Associativo; Maria Isabel Pereira Coutinho Jales: politicamente indiferente.

Anexo 17. Estudantes do grupo “Ousar lutar ousar vencer” presos em Março 1974.

Heitor Fernando dos Santos Figueiredo de Carvalho, Liliana de São José André Palhinha e António Luís Peixoto Cotrim, presos todos dia 3 de Março de 1974. O primeiro, de 18 anos, branco oriundo da Angola, foi preso pela PSP, passou pela prisão de Caxias e foi solto no dia 29 de Março de 1974. A segunda, nascida em Faro, já tinha sido presa uma primeira vez com 19 anos em Lisboa a 16 de Março de 1973, pela PSP, levada para Caxias e libertada a 14 de Junho do mesmo ano. Em 1974, foi presa também a 2 de Março, mas pela DGS, levada para Caxias, saiu da prisão apenas depois de 25 de Abril. O terceiro, de 23 anos, branco originário de Moçambique, foi preso ainda a 2 de Março pela PSP, recluso em Caxias e também libertado apenas depois de 25 de Abril. Liliana Palhinha era mulher de um dos mais conhecidos “agitadores” da faculdade de Direito e entre os líderes do MRPP, Pedro Bastos Teles Palhinha, o qual nasceu em Moçambique, e que também foi preso duas vezes, a primeira com 20 anos a 17 de Fevereiro de 1971, pela DGS, sendo libertado a 1 de Abril do mesmo ano depois de ser recluso em Caxias e a segunda no mesmo dia da mulher, a 16 de Março de 1973, também pela DGS e sendo libertado, depois de passar por Caxias, a 9 de Julho do mesmo ano.

Anexo 18. Estudantes detidos pela greve na cantina universitária de 25 de Março 1974.

Estudantes enviados para a PJ

Alfredo Manuel Silva Prado, Estudante de Direito e auxiliar técnico da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres (DGTT)
António Paulo de Andrade Durão Fialho, Estudante de Arquitectura;
João Luís Carvalho, Estudante de Conservatório.

Estudantes soltos mas reenviados a julgamento:

Maria Teresa dos Santos Ferreira Sampaio de Sousa Marques, Estudante de Letras;
Elisabete Correia Picado Ferreira, Estudante de Medicina;
Maria Isabel Guerreiro;
Maria Isabel Franco;
Maria Rosa Ferreira;
Ana Maria Antunes Martins;
Eduardo Augusto de Sousa;
João Manuel de Costa Melo;
José Manuel Verdasca Rodrigues;
Virgílio Aleixo Vaz;
Mário João de Oliveira Reis;
Elísio Augusto da Costa Moreira;
Adalberto António de Vasconcelos Casais Ribeiro;
Manuel da Silva Pereira;
Valfredo da Mota Meneses;
Arnaldo Faria;
Domingos Martins Morim Lopes;
José Carlos Pedreira Reina;
Lúcio de Sousa Santos;
António Guilherme Mingot Maurício Negrão.

Anexo 19. Cronologia sintética dos principais episódios referidos ou relacionados com o estudo

1945

Março: promulgação da lei n.º 2002 (Lei do Fomento e Reorganização Industrial)

Setembro: promulgação da lei n.º 2009 de revisão da Constituição de 1933

Outubro: a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) passa a chamar-se Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)

8 de Outubro: fundação do Movimento de Unidade Democrática (MUD)

1946

Março: Criação em Paris da União dos Antifascistas Portugueses em França (UAPF)

28 de Junho: em Portugal é criado o MUD Juvenil

1947

Abril: prisão política de vários dirigentes do MUDJ; invasão policial da Faculdade de Medicina

Junho: expulsão do ensino de 21 professores universitários por “ideias contrárias ao regime”

1948

Março: ilegalização do MUD e prisão da sua Comissão Central e da Comissão Distrital de Lisboa

- Entrega no Supremo Tribunal de Justiça do processo de candidatura às eleições presidenciais do General Norton de Matos, candidato da oposição

1949

27 de Janeiro: É criada a Comissão Inter-Associações (CIA), que liga as Direcções de todas as Associações de Estudantes

10 de Fevereiro: desistência de Norton de Matos das eleições presidenciais

Fevereiro: início do quarto mandado presidencial de Óscar Carmona

25 de Março: prisão de Álvaro Cunhal, Militão Ribeiro, Jaime Serra e Sofia Ferreira.

4 de Abril: Portugal assina o Pacto Atlântico
Abril: fundação do Movimento Nacional Democrático (MND)

13 de Novembro: Eleição para a Assembleia Nacional dos 120 deputados da União Nacional (UN)

- Júlio Fogaça torna-se Secretário do PCP

1950

27 de Fevereiro: A União Indiana apresenta uma proposta para integrar o Estado Português da Índia

3 de Maio: Início do julgamento de Álvaro Cunhal

Dezembro: protesto da Comissão Interassociações de Estudantes contra a proibição da Semana Universitária

- Surge o Directório Democrático Social que agrega a oposição não-comunista

1951

18 de Abril: morte do Presidente Carmona

22 de Julho: eleição de Craveiro Lopes, candidato da União Nacional, à presidência da República; o candidato da oposição Quintão Meireles desiste.

Outubro: os estudantes de Coimbra decidem criar o “Dia do Estudante”

1952

20 de Fevereiro: reunião do Pacto Atlântico em Lisboa, dirigentes estudantis de Medicina e do IST organizam uma “jornada de acção” contra o evento

29 de Dezembro: I Plano do Fomento

1953

27 de Junho: Com a lei n.º 2066 o Estado Novo transforma as colónias em “Províncias Ultramarinas”

16 de Dezembro: eleições para deputados

Dezembro: a União Indiana inicia um bloqueio a Goa

Dezembro: o Governo dissolve a Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa (AEFML); I Congresso da Juventude Universitária Católica

1954

26 de Janeiro: Encerramento do Campo de Concentração do Tarrafal, Cabo Verde, onde morreram 32 presos políticos

17 de Maio: nos Estados Unidos é afirmada a primeira sentença anti-segregação contra as autoridades escolares de Topeka, em Kansas

Maio: morte da ceifeira Catarina Eufémia pela Guarda Nacional Republicana (GNR)

Julho: criada a União das Populações do Norte de Angola (UPNA) por Holden Roberto, depois União das Populações de Angola (UPA)

- A CIA é transformada em Reunião Inter-Associação (RIA)

1955

7 de Julho: Francisco de Paula Leite Pinto é nomeado Ministro da Educação Nacional

1 de Dezembro: nos Estados Unidos é presa a activista negra Rosa Parks.

14 de Dezembro: aprovação pelo Conselho de Segurança da admissão de Portugal na ONU

- Criação por Mário Soares da Resistência Republicana Socialista

- Em Portugal, com o Decreto-lei 40378 são introduzidos os “Novos Planos dos Cursos de Engenharia Professados nas Universidades Portuguesas”.

1956

14-26 de Fevereiro: XX Congresso do PCUS

Fevereiro: vaga de agitações estudantis e operárias em Espanha

12 de Março: a lei n.º40.550 estende os poderes da PIDE e amplia o âmbito e intervenção das medidas de segurança

Junho: agitação operária na região de Lisboa

Junho: em Polónia, greve de Poznam e intervenção das tropas soviéticas

Julho: em Portugal, protesto de jornalistas e advogados contra a censura e as medidas de segurança

19 de Setembro: é criado o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) sob a presidência de Amílcar Cabral

Outubro-Novembro: na Hungria, revolta contra a União Soviética duramente reprimida. Em Portugal grandes manifestações de solidariedade

10 de Dezembro: é criado o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) presidido por Agostinho Neto

12 de Dezembro: em Portugal o Governo publica o Decreto-Lei 40.900 limitativo das liberdades académicas, os estudantes manifestam a sua oposição.

21 de Dezembro: nos Estados Unidos, abolição das normas de segregação nos autocarros de Montgomery

- Em Portugal é adoptado o aumento da escolaridade obrigatória masculina para quatro anos

1957

16 Janeiro: manifestação de estudantes face da Assembleia da República, o Governo suspende a ratificação do Decreto 40.900

Junho: julgamento no Tribunal Plenário do Porto de 50 jovens do MUDJ

14 de Setembro: V Congresso do PCP, com aprovação da linha de “transição pacífica”

3 de Novembro: eleições legislativas. A oposição apresenta listas unitárias, mas desiste.

- É ilegalizado o MUDJ

- Reforma do curso de Belas Artes, sendo equiparado a um curso universitário e reforma do

plano de estudos da Faculdade de Letras, prolongando o curso para cinco anos.

1958

Maio: lançamento da candidatura “oposicionista independente” de Humberto Delgado

14 de Maio: grande manifestação, no Porto, de apoio a Humberto Delgado, com graves incidentes ao regresso em Lisboa.

8 de Junho: eleições e vitória do candidato da UN Américo Tomas

Junho: greves políticas de protesto contra a fraude eleitoral e vaga de prisões

Julho: carta aberta do Bispo do Porto

1959

12 de Março: Movimento Militar Independente, conhecido por “conspiração da Sé”

28 de Abril: proibição da entrada em Portugal ao Bispo do Porto no regresso de uma viagem a Roma

Maio: vaga de prisões em todo o País

29 de Agosto: revisão constitucional, o Presidente da República passa a ser eleito por sufrágio indirecto por um colégio eleitoral.

Dezembro: surgem as Juntas de Acção Patriótica
- Prisão em Peniche de Joaquim Gomes, Jaime Serra, Pedro Soares, dirigentes do PCP

1960

3 de Janeiro: fuga de Peniche de Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Jaime Serra, Francisco Miguel, José Carlos, Guilherme Carvalho, Pedro Soares, Rogério de Carvalho e Francisco Martins Rodrigues.

Abril: ocupação das minas de Aljustrel

Julho: em Itália são realizadas grandes manifestações de estudantes e operários contra o Governo Tambroni, em Reggio Emilia contam-se cinco estudantes mortos pela polícia

- Início do conflito sino-soviético

- Em Portugal é adoptado o aumento da escolaridade obrigatória feminina para quatro anos

1961

20 de Janeiro: nos Estados Unidos, tomada de posse do Presidente John Fitzgerald Kennedy

21 de Janeiro: início da “Operação Dulcineia” chefiada por Henrique Galvão.

4 de Fevereiro: insurreição em Luanda e início oficial da guerra colonial

Março: Álvaro Cunhal é nomeado Secretário do PCP durante a reunião do Comité Central, expulsão de Júlio Fogaça do Partido

15 de Março: ataque da UPA de Holden Roberto no norte de Angola

16-19 de Março: últimas comemorações autorizadas do Dia do Estudante, Lisboa

13 de Abril: golpe militar falhado do Ministro da Defesa Júlio Botelho Moniz

Abril: o “Diário de Notícias” denuncia diariamente as violências contra os negros nos Estados Unidos

Abril: Salazar anuncia a remodelação governamental por causa da eclosão a guerra colonial

Abril: o boletim da Associação Académica de Coimbra (AAC), *Via Latina*, publica a «Carta a uma jovem portuguesa», os seus autores são processados

4 de Maio: Manuel Lopes de Almeida substitui Leite Pinto no cargo de Ministro da Educação Nacional

17 de Outubro: em França uma manifestação contra a guerra em Argélia é violentamente reprimida, houve dezenas de mortos e 15.000 prisões

Novembro: condenação da política colonial portuguesa pela ONU

Novembro: primeiras eleições legislativas realizadas depois do início da guerra colonial. Grande campanha eleitoral da oposição unida, recusando depois ir às urnas

18 de Dezembro: invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana e rendição do Exército português

Dezembro: Fundação da Junta Patriótica Central
- Guilherme Braga da Cruz é nomeado Reitor da Universidade de Coimbra

1962

1 de Janeiro: assalto falhado ao Quartel de Beja e ingresso clandestino de Humberto Delgado em Portugal

9 de Março: realização em Coimbra, apesar da proibição, do I Encontro Nacional de Estudantes

24 de Março: proibição governamental do Dia do Estudante e cargas da polícia sobre estudantes em Lisboa

Março: difusão em todo o País da agitação estudantil. Cedência inicial do Governo à autorização do Dia do Estudante

Março: início das emissões em Bucareste de Rádio Portugal Livre

Abril: luta académica depois de nova proibição pelo Governo da celebração do Dia do Estudante. Luto Académico em Lisboa e Coimbra. Demissão de Marcelo Caetano do cargo de Reitor da Universidade de Lisboa

30 de Abril: manifestação em Aljustrel com um morto pela GNR

Abril-Maio: Greve dos trabalhadores rurais no Alentejo, com conquista da jornada de oito horas

1 de Maio: grande manifestação de rua, sobretudo de operários, com violentos confrontos com a polícia, sobretudo em Lisboa. Em Ribatejo e Alentejo, greve de 70.000 assalariados agrícolas

10 e 11 de Maio: greve de fome na cantina universitária e prisão de centenas de estudantes. Assalto policial na sede da AAC

18 de Maio: ilegalização da RIA

21 e Maio: publicação do Decreto-lei 44.357 que aumentava os poderes do MEN em reprimir a agitação estudantil

24 de Maio: a PIDE captura José Bernardino e outros estudantes responsáveis do PCP para o sector estudantil

13 de Junho: as autoridades divulgam através do *Diário de Notícias* o plano do PCP “Algumas experiências do movimento juvenil na associação do trabalho legal como ilegal”

22 de Junho: é criada a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) chefiada por Eduardo Mondlane

29 de Junho: expulsão de todas as escolas de Portugal dos vintes estudantes protagonistas da greve de fome; outras expulsões em Coimbra

11 de Outubro: início do Concílio Vaticano II

15 de Outubro: o Governo proclama o Decreto-lei 44.632, criando uma Comissão Permanente das Organizações Escolares, com o objectivo de controlar o associativismo estudantil

4 de Dezembro: Inocêncio Galvão Teles substitui Lopes de Almeida no cargo de Ministro da Educação Nacional

Dezembro: fundação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN)

1963

22 de Janeiro: em Portugal o Governo organiza o Dia da Universidade, procurando uma alternativa ao Dia do Estudante

Março: na União Soviética, morte de Estaline e sucessão de Krutchev

Maio: II Conferência da FPLN em Praga, Humberto Delgado assume a presidência

22 de Novembro: nos Estados Unidos, assassinio de John Fitzgerald Kennedy e tomada de posse do novo Presidente Lyndon Johnson

Dezembro: Criação em Genebra do Movimento de Acção Revolucionária (MAR); expulsão de Francisco Martins Rodrigues do PCP

- Começa a ser publicada a revista *Análise Social*

- António Jorge Andrade de Gouveia substitui Braga da Cruz no cargo de Reitor da Universidade de Coimbra

- É publicada a “Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa”, comissionada pelo Ministro da Educação Leite Pinto

- Sai a Revista *O Tempo e o Modo*

1964

Março: criação em Paris da Frente de Acção Popular (FAP) pelo ex-funcionário do PCP Francisco Martins Rodrigues; prisão em Portugal de 27 estudantes

Abril: criação da Acção Socialista Portuguesa (ASP) em Genebra

Abril-Maio: criação do Comité Marxista Leninista Português (CMLP), primeira organização pró-chinesa portuguesa

1 de Junho 1964: sai o primeiro número de *Acção Popular*, órgão da FAP

Junho: nos Estados Unidos começa a *freedom summer*; assassinio pelo Ku Klux Klan dos três estudantes activistas: James Chaney, Andrew Goodman e Michael Schwerner.

2 de Julho: nos Estados Unidos é promulgado o *Civil Rights Act*

5 de Agosto: início oficial da guerra do Vietname

Outubro: III Conferência da FPLN com afastamento de Delgado e adesão do MAR.

14 de Outubro: Breznev substitui Krutchev

Novembro-Dezembro: prisão em Portugal de 23 estudantes

18 de Dezembro: revolta da Universidade de Berkley contra a guerra do Vietname e para a democratização da sociedade e da instrução

- É criada em Argel a Rádio Voz da Liberdade, dirigida por Manuel Alegre e ligada à FPLN

1965

21 de Janeiro: prisão de vários estudantes de Lisboa e Coimbra pela PIDE

Janeiro: prisão em Portugal de 35 estudantes; protesto de estudantes contra as prisões e os tratamentos sofridos pelos colegas

13 de Fevereiro: Assassinio de Humberto Delgado e da sua secretária em Espanha pela PIDE

21 de Fevereiro: nos Estados Unidos é assassinado Malcolm X

Maio: assalto e encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, que virá a ser extinta, após a concessão do prémio ao escritor angolano Luandino Vieira

25 de Julho: reeleição do Presidente Américo Tomas pelo colégio eleitoral

Setembro: encerramento da Casa dos Estudantes do Império pela PIDE

Outubro: VI Congresso do PCP realizado em Kiev com apresentação por Cunhal do plano “Rumo à Vitória. As tarefas do Partido na revolução democrática e nacional”.

7 de Novembro: eleições legislativas. A oposição apresenta listas unitárias, recusando-se depois ir às urnas

Dezembro: prisão dos principais dirigentes da FAP

1966

24 de Janeiro: em Itália, ocupação da Universidade de Trento

Fevereiro: *La Zanzara*, o boletim do Liceu Parini de Milão, publica o artigo polémico «Che cosa pensano le ragazze d'oggi»

Novembro: uma violenta cheia atinge a cidade de Florença, estudantes de toda Itália chegam para prestar socorro; na mesma altura a cheia atinge outras cidades do norte, como Trento, onde também os estudantes interrompem as ocupações por prestarem ajuda

- Nos Estados Unidos são criadas as *Black Panthers*

- Início da Revolução Cultural Chinês
- Surge a Acção Armada Revolucionária (ARA), criada pelo PCP

1967

21 de Abril: golpe de Estado na Grécia

10 de Maio 1967: em Itália é fundado *Potere Operaio*

19 de Junho: é criada em Paris por oposicionistas portugueses a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), pouco depois assalta a agência do Banco de Portugal na figueira da Foz.

15 Novembro: em Itália os estudantes ocupam a Universidade Católica de Milão e a Faculdade de Arquitectura de Turim.

25 de Novembro: Em Coimbra a festa académica da Tomada da Bastilha é transformada numa marcha silenciosa de protesto pela falta de liberdades associativas

Novembro: violentas cheias atingem Lisboa e os arredores, os estudantes intervêm para prestar ajuda
- Realização na sede do Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra de um ciclo de conferências sobre a reforma estudantil com membros das revistas *Seara Nova* e *O Tempo e o Modo*

1968

Janeiro: em Checoslováquia começa um período de reformas liberalizantes chamado a “Primavera de Praga”

21 de Fevereiro: primeira manifestação em Lisboa contra a guerra do Vietname

Abril: greve dos pescadores em Matosinhos

Maio-Junho: em França, amplas agitações estudantis e greve geral

Maio: Em Portugal, os protestos contra a Comissão Administrativa imposta pelo MEN à Faculdade de Ciências de Lisboa são violentamente reprimidas; os estudantes de Coimbra realizam um abaixo-assinado de 2000 assinaturas pedindo livres eleições para os seus órgãos gerentes; greves dos trabalhadores conserveiros de Setúbal, Olhão, Aveiro, Figueira da Foz, etc. Em Itália, quase todas as Universidades estão ocupadas.

Junho-Julho: greve dos trabalhadores da Carris com confrontos com a polícia

3 de Agosto: queda de Salazar na sua residência de verão

19 de Agosto: José Hermano Saraiva substitui Galvão Teles no cargo de Ministro da Educação Nacional

20-21 de Agosto: violenta repressão soviética da “Primavera de Praga”

23 de Setembro: posse de Marcelo Caetano no cargo de Presidente do Conselho

25 de Novembro: deslocação de estudantes de Lisboa a Coimbra para a comemoração da festa académica “Tomada da Bastilha”

26 de Outubro: realização no IST do Festival da Canção de Protesto

31 de Outubro: em Lisboa, manifestação de estudantes pela morte em Caxias de Daniel Teixeira

2 de Novembro: os jornais de Coimbra anunciam eleições iminentes para os dirigentes académicos

17 de Novembro: início do Governo de Marcelo Caetano

Novembro: greves dos trabalhadores ferroviários.

Dezembro: greves na Lisnave envolvendo cerca de 2000 operários; agitações estudantis, encerramento do IST e consequente luto académico;

- Criação da Esquerda Democrática Estudantil

- Criação do boletim *O Comunista*

1969

3 de Fevereiro: assassinio de Eduardo Mondlane

12 de Fevereiro: eleições em Coimbra para os corpos gerentes da AAC. Ganha a lista do Conselho das Repúblicas com o 73,7% de votos

19 de Fevereiro: despacho do governo descriminalizando a greve

27 de Fevereiro: no Porto, reunião plenária na Faculdade de Ciências com irrupção da PSP e prisões

28 de Fevereiro: reunião plenária no Porto, com 1000 estudantes protestando contra a repressão policial

17 de Abril: a visita do Presidente da República em Coimbra por ocasião da inauguração dos novos edifícios de Matemática é acompanhada por amplas manifestações estudantis e confrontos com a polícia. O recém-eleito Presidente da AAC Alberto Martins é preso. Os estudantes declaram o luto académico

28 de Abril: em França demissões do General De Gaulle

30 de Abril: RIA em Lisboa sobre a posição a ter a respeito da Crise de Coimbra

Junho-Julho: greve aos exames dos estudantes de Coimbra: encerramento da AAC

4 de Julho: introdução do Decreto-lei 2135 que submetia o adiantamento da incorporação militar, normalmente consentido por motivos de estudos, à conduta do aluno.

21 de Julho: os astronautas Armstrong e Aldrin desembarcam na Lua

25 de Setembro: a tentativa de realizar uma reunião pelos estudantes de Coimbra é violentamente reprimida pela PSP

Setembro: incorporação militar dos 49 estudantes mais activos da Crise de Coimbra

Setembro-Dezembro: em Itália ampla vaga de agitações estudantis e operárias que motivam a definição de “Outono quente”

13 de Outubro: início da campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, que terá poderes constituintes. Apresentação de listas diferentes da oposição em Lisboa, Porto e Braga, a Comissão

Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD) e a Comissão Eleitoral Democrática (CED)

26 de Outubro: realização das eleições. Eleição de todos os candidatos da UN incluindo expoentes da “Ala Liberal”. Contestação dos resultados pela oposição.

Outubro-Novembro: grandes movimentos grevistas em todo Portugal

24 de Novembro: Decreto-Lei 49.401 criando a Direcção Geral de Segurança (DGS) e extinguindo a PIDE

Novembro: VII Encontro Nacional Democrático, decidindo-se a criação do Movimento de Oposição Democrática

Novembro: em Itália o grupo fundador do *II Manifesto* é expulso do PCI; nasce *Lotta Continua*

12 de Dezembro: em Itália, Milão, um atentado bombista de extrema-direita num banco provoca 17 mortos

Dezembro: Em Portugal é criada a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos

- Criação dos Comités Comunistas Revolucionários Marxistas Leninistas Portugueses (CCRMLP)

1970

15 de Janeiro: José Veiga Simão substitui Hermano Saraiva no cargo de Ministro da Educação Nacional

21 de Janeiro: em Lisboa começa a greve estudantil na Faculdade de Direito

18 de Fevereiro: em Lisboa, a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAFDL) é assaltada por elementos das direitas

20 de Fevereiro: José Gouveia Monteiro toma posse do cargo de Reitor da Universidade de Coimbra, substituindo António Jorge Andrade de Gouveia

20-21 de Fevereiro: em Lisboa, 14 prisões entre os estudantes da Faculdade de Direito

Fevereiro: em Lisboa, primeiros cursos livres realizados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) que substituem as aulas teóricas

Março: protesto dos presos contra as condições prisionais no forte de Peniche, duramente reprimido com espancamentos

1 de Maio: grandes manifestações em Lisboa e no Ribatejo. Repressão policial às manifestações estudantis de Coimbra

8 de Maio: em Lisboa, ocupação estudantil do ISCEF

20 de Maio: em Itália é promulgado o “Estatuto do Trabalho”

1 de Julho: Paulo VI recebe os representantes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas

27 de Julho: morte de Salazar

Julho: o Reitor da Universidade de Coimbra Gouveia Monteiro é violentamente criticado pela direita académica

7-8 de Agosto: em Portugal, em Vilar Formoso, realização do primeiro grande festival de música internacional em Portugal.

25 de Agosto: Em Portugal, a realização de um festival musical internacional no Estoril é suspensa pelas autoridades que carregam sobre os participantes

Setembro-Outubro: desagregação da AAFDL e formação de duas novas listas candidatas: “Ousar lutar, ousar vencer” e “Pela Universidade do povo” e sucessivas eleições.

Setembro: fundação do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP)

Outubro: bomba a bordo do navio *Cunene* colocada pela ARA

Outubro: em Portugal, fundação da Intersindical

3 de Novembro: no Chile é nomeado Presidente o socialista Salvador Allende

1 de Dezembro: em Itália é legalizado o divórcio

Dezembro: Rádio Portugal Livre crítica os estudantes “esquerdistas”, acusando-os de prejudicarem a unidade estudantil

- Cunhal publica *O radicalismo pequeno burguês de fachada socialista*

- Fim da Revolução Cultural Chinesa

- Criação do Comité Marxista Leninista de Portugal (CML de P)

1971

18 de Janeiro: os estudantes de Coimbra decretam a greve às aulas por solidariedade com a luta dos colegas de Lisboa

21 de Janeiro: estado de excepção nas Universidades, por decisão do Ministério da Educação Nacional (MEN)

13 de Fevereiro: prisão do novo Presidente da AAC Carlos Fraião

Fevereiro: manifestações anti-colonialistas em Lisboa

Fevereiro: o Círculo de Cultura Católica do Porto (CCCCP) realiza uma série de conferências por debater a reforma do ensino

16 de Agosto: a lei n.º 3/71 promulga a nona revisão da Constituição de 1933. A Ala Liberal viu-se recusadas todas as propostas apresentadas.

19 de Junho: reivindicação pela ARA de acções de sabotagem com um corte de comunicações no País

6 de Junho: apresentação dos planos para a reforma da educação

7 de Julho: conclusão do debate na Assembleia Nacional sobre a revisão constitucional e aprovação do novo texto

25 de Julho: o Presidente Tomás é reconfirmado no seu cargo

Outubro: José Gouveia Monteiro demite-se do cargo de Reitor da Universidade de Coimbra, sendo substituído por João Manuel Cotelos Neiva

23 de Novembro: a China é admitida na ONU

Novembro: o MAR começa a editar em Genebra a revista *Polémica*

- Em Portugal, criação das Brigadas Revolucionárias (BR)

- Criação do Partido Comunista de Portugal Marxista Leninista (PCPML), editando os boletins *Estrela Vermelha* e *Unidade Popular*
- Surge a Federação dos Estudantes Marxistas Leninistas (FEML), ligada ao MRPP

1972

Janeiro: fundação da União dos Estudantes Comunistas (UEC)

Janeiro: atentado da ARA com destruição de material de guerra em Alcântara

Março: encerramento policial das instalações da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa (AEFLL)

5 de Maio: promulgação da nova lei de censura que passa a chamar-se Lei do Exame Prévio

16 de Maio: invasão policial do ISCEF

Abril: em Coimbra aparecem os Núcleos Sindicais de Base, organização estudantil maoísta impulsionando a luta contra a tradição praxista

12 de Maio: a realização da Queima das Fitas em Coimbra promovida por estudantes da direita é atingida por um ataque dos estudantes de esquerda, sobretudo dos Núcleos Sindicais

25 de Maio: em Lisboa, manifestação de 400 estudantes em frente do MEN e confrontos com a polícia

Junho: Adesão da ASP à Internacional Socialista

25 de Julho: reeleição de Américo Tomas à Presidência da República

12 de Setembro: Francisco da Costa Gomes é nomeado Chefe de Estado Maior das Forças Armadas.

30 de Setembro: publicação da reforma do Código Penal e do Código de Processo Penal eliminando as medidas de segurança mas reconhecendo à DGS poderes jurídicos

Agosto: sabotagens nas instalações eléctricas de Palmela e Sesimbra pelas BR

12 de Outubro: assassinio pela DGS do estudante José António Ribeiro dos Santos no Instituto Superior de Economia

14 de Outubro: em Lisboa, funerais de Ribeiro Santos, seguidos por manifestações estudantis e confrontos com a polícia

Outubro-Novembro: em Lisboa, vaga de suspensões de estudantes na Faculdade de Ciências

31 de Dezembro: vigília pela paz na Capela do Rato
Dezembro: encerramento da Universidade de Lisboa pela Polícia; massacre em Moçambique

- Em Portugal surgem os Comitês de Luta Anti-colonial (CLAC)

- Em Portugal, surge a Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa (OCMLP)

1973

6 de Janeiro: início da publicação do semanário *Expresso* ligado à Ala Liberal

17 de Janeiro: o MEN introduz os vigilantes nos estabelecimentos de Ensino Superior

Janeiro: demissão de 12 funcionários públicos que participaram na vigília da Capela do Rato

20 de Janeiro: assassinio de Amílcar Cabral

25 de Janeiro: renúncia ao mandato de deputados na Assembleia Nacional por Francisco Sá Carneiro e Miller Guerra. Ao longo do ano seguirão seguidos pela maioria dos deputados da “Ala Liberal”

21 de Janeiro: manifestações anti-colonialistas em Lisboa

9 de Março: sabotagem pelas BR em quartéis de Lisboa

Março: surge em Coimbra a organização Comité Revolucionário dos Estudantes Comunistas (CREC).

4 de Abril: III Congresso da Oposição Democrática

19 de Abril: fundação do Partido Socialista Português (PSP) em Alemanha

11 de Maio: em Lisboa, manifestação estudantil no Bairro de Boavista com confrontos com a polícia

1 de Junho: congresso dos Combatentes do Ultramar no Porto, que suscitou a oposição de 400 oficiais

13 de Julho: Decreto-lei 353/73 permitindo a passagem dos oficiais milicianos aos quadros permanentes mediante um curso intensivo

30 de Julho: primeiras reacções de descontento dos oficiais do quadro permanente

9 de Setembro: Reunião perto de Évora de oficiais contra o Decreto-lei 353/73

24 de Setembro: proclamação da República de Guiné-Bissau

Outubro: começa a crise do petróleo

Setembro: em Lisboa, o grupo “Ousar lutar, ousar vencer” organiza um meeting de quatro dias na Faculdade de Direito contra a repressão e a guerra colonial

26 de Outubro: reconhecimento da Guiné-Bissau como Estado soberano na ONU

23 de Outubro: surge em Argel o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP)

28 de Outubro: eleição de deputados à Assembleia Nacional. A oposição desiste.

12 de Novembro: em Lisboa, violenta manifestação estudantil contra a presença de vigilantes na Faculdade de Direito e confrontos com a polícia

24 de Novembro: reunião do Movimento dos Capitães em São Pedro do Estoril, colocando pela primeira vez a hipótese de um golpe de Estado

- Fim da guerra do Vietname

- Em Itália Berlinguer formula a proposta do “compromisso histórico”

- Em Portugal, criação da Comissão dos Estudantes Democráticos (CDE) de Lisboa

1974

15 de Janeiro: tomada de posse do general António de Spínola no cargo de vice-chefe de Estado-Maior Geral das Forças Armadas

23 de Fevereiro: publicação do livro *Portugal e o futuro* de António Spínola. Marcelo Caetano ameaça demitir-se face às declarações de Spínola
Fevereiro: agitação estudantil contra a guerra
5 de Março: reunião em Cascais do Movimento dos Capitães com aprovação das suas bases programáticas
9 de Março: prisão em Trafaria de três oficiais (Vasco Lourenço, Ribeiro da Silva e Pinto Soares)
14 de Março: manifestação pública de apoio à política africana do Governo por parte de vários generais, que se deslocam ao Palácio de São Bento
14 de Março: demissão dos generais Costa Gomes e António Spínola
16 de Março: revolta das Caldas da Rainha
9 de Abril: atentados das BR contra o navio Nissa
18 de Abril 1974: em Itália, primeira acção das Brigadas Vermelhas que raptam o juiz Sossi
25 de Abril: golpe militar que põe termo ao regime. Lei n.º 1 destituindo das suas funções o Presidente da República e o Governo e dissolvendo a Assembleia Nacional e o Conselho do Estado
25 para 26 de Abril: Formação da Junta de Salvação Nacional (JSN)
27 de Abril: Decreto-lei n.º 175/764 instituindo o 1º de Maio como feriado nacional obrigatório. Regresso de Mário Soares e de outros exilados
29 de Abril: substituição de todos os Presidentes de Faculdades e do Reitor da Universidade de Coimbra
1º de Maio. Celebração do Dia do Trabalhador por uma grande multidão de pessoas
2 de Maio: primeira ocupação de casas em Chelas, no Bairro de Boavista
6 de Maio: Francisco Sá Carneiro, Pinto Balsemão e Magalhães Mota, antigos deputados da Ala Liberal, fundam o Partido Popular Democrático (PPD)
15 de Maio: nomeação de António Spínola Presidente da República pela Junta de Salvação Nacional
18 de Maio: primeiro comício do PCP depois da clandestinidade
30 de Maio: é instituído através do Decreto-Lei 270/75 o Serviço Cívico Estudantil
8 de Julho: Decreto-Lei n.º 310/74 criando o Comando Operacional do Continente (COPCON)
Julho: nomeação de Vasco Gonçalves para Primeiro Ministro do II Governo Provisório
18 de Julho: tomada de posse do II Governo Provisório
29 de Agosto: publicação do Acordo de Argel, reconhecendo a independência da República de Guiné-Bissau e de Cabo Verde
9 de Setembro: acordo de Lusaca, com vista à independência da Angola
28 de Setembro: o MFA proíbe uma manifestação de apoio ao general Spínola pela chamada “maioria silenciosa”

29 de Setembro: o general Spínola renuncia ao cargo de Presidente da República sendo substituído pelo general Costa Gomes
1 de Outubro: tomada de posse do III Governo Provisório dirigido por Vasco Gonçalves
23 de Outubro: As Forças Armadas anunciam as campanhas de dinamização cultural
Novembro 1974: em Grécia, fim do regime
Dezembro: legalização da Intersindical

1975

14 de Janeiro: manifestação de PCP e Intersindical a favor da unidade sindical
Janeiro: comício do PS contra a unidade sindical
22 de Fevereiro: inicia-se em Lisboa o I Encontro Nacional Estudantes-Trabalhadores. Nas Faculdades de Letras é abolida a dissertação de licenciatura.
25 de Abril: Eleições para a Assembleia Constituinte
1 de Maio: manifestações e confrontos, especialmente em Lisboa e Porto
19 de Maio: em Itália, reforma do direito de família com introdução do divórcio
22 de Maio: em Itália é promulgada, com os votos do PCI, a *Legge Reale*, uma normativa especial contra o terrorismo.
28 de Maio: Prisão pelo COPCON de mais de 400 militantes do MRPP
17 de Julho: saída dos deputados do PPD do Governo e queda do IV Governo provisório.
Julho: início de atentados bombistas às sedes do PCP
Julho: em Itália, nasce o “eurocomunismo”
8 de Agosto: Vasco Gonçalves toma posse do V Governo Provisório
27 de Agosto: publicada a legislação que regulamenta a greve (Decreto-lei 392/74)
2 de Setembro: queda política de Vasco Gonçalves substituído na chefia do Executivo por Pinheiro de Azevedo
19 de Setembro: tomada de posse do VI Governo Provisório
21 de Setembro: no Porto aparecem os Soldados Unidos Vencerão (SUV’S)
25 de Setembro: independência de Moçambique
Setembro: início das expropriações
23 de Outubro: as BR anunciam o seu regresso à clandestinidade
11 de Novembro: proclamação da independência da Angola
12 de Novembro: cerco à Assembleia da República pela manifestação dos trabalhadores da construção civil
19 de Novembro: suspensão das funções governativas pelo VI Governo Provisório
20 de Novembro: em Espanha, morte de Franco, dois dias depois Don Juan Carlos de Borbon passa a ser Chefe do Estado

Efervescência Estudantil

<u>25 de Novembro</u> : tentativa de golpe de Estado de sectores militares próximos da extrema esquerda e

contra-golpe	dos	militares	moderados.
--------------	-----	-----------	------------